



# *Sim* **FIP** 2018

SIMPÓSIO DE PESQUISA CIENTÍFICA DAS FIPMoc



# ANAIIS

# **ANAIS SIMFIP**

SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc

JUNHO 2018



**ANAIS SIMFIP**  
**SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc**  
**Número 08 – Junho 2018**

**DIRETORA EXECUTIVA**

Prof. Ms. Maria de Fátima Turano

**DIRETOR FINANCEIRO**

Prof. Ms. Elizário Pereira de Rezende

**DIRETOR ACADÊMICO**

Prof. Ms. Dalton Caldeira Rocha

**DIRETORA DE ENSINO E TECNOLOGIA**

Prof. Dra. Thaís Cristina Figueiredo Rego

**DIRETORA DE AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**

Prof. Ms. Rosina Maria Turano Mota

**DIRETOR DO CAMPUS**

Prof. Clinton Xavier Rocha

**DIRETORA DE MAKETING**

Prof. Letícia Turano Trindade

**DIRETORA DE TI**

Carlos Renato Vasconcellos Caldeira

**DIRETORA CEPEAGE**

Prof. Guilherme Turano Trindade

**DIRETOR DE EXPANSÃO**

Prof. Rafael Silva Gontijo

**DIRETOR JURÍDICO**

Prof. Élio Soares Ribeiro

**COORDENADOR DE PESQUISA E PÓS-  
GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Antônio Caldeira Prates

**CORREÇÃO LINGÜÍSTICA**

de responsabilidade dos autores

**CAPA**

Ilimitada Propaganda e Marketing

**PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

Antônio Carlos Moreira da Costa Júnior

Antônio Prates Caldeira

Bruno Maia Malveira

Cynara Silde Mesquita Veloso

Daniela Veloso

Diogo Fabiano Ferreira

João Carneiro Netto

José Osmane Lopes Junior

Letícia Turano Trindade

Mariana Fernandes Teixeira

Pablo Perón de Paula

Ramon Alves de Oliveira

Ricardo Fernandes de Paula

Thaís Cristina Figueiredo Rego

## SUMÁRIO

<b>“MINHA CASA, MINHA VIDA”: INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO A MORADIA</b>	<b>21</b>
<b>“NORDESTE, NORDESTE, NÃO TESTE”: IDENTIDADE CULTURAL NORDESTINA E CONTROLE NARRATIVO NA CANÇÃO SULICÍDIO (2016) DE BACO EXU DO BLUES E DIOMEDES CHINASKI</b>	<b>21</b>
<b>“SIT DOWN, BE HUMBLE”: KENDRICK LAMAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO NO ÁLBUM DAMN (2017)</b>	<b>22</b>
<b>A (DES) CRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS NO BRASIL</b>	<b>23</b>
<b>A (IM)POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA</b>	<b>24</b>
<b>A (IM) POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA</b>	<b>24</b>
<b>A ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>25</b>
<b>A ANÁLISE DE SWOT EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE PANIFICAÇÃO</b>	<b>25</b>
<b>EM MONTES CLAROS-MG</b>	<b>25</b>
<b>A ARBITRAGEM COMO FORMA ALTERNATIVA DE ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE DA AUTONOMIA PRIVADA</b>	<b>26</b>
<b>A ATUAÇÃO DO DIREITO PENAL PARA PREVENÇÃO E REPROVAÇÃO DOS CRIMES CONTRA A IMAGEM</b>	<b>27</b>
<b>A AUTONOMIA PRIVADA E A ARBITRAGEM</b>	<b>27</b>
<b>A COMPATIBILIDADE DA TESE FIRMADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO TEMA 692 COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA</b>	<b>28</b>
<b>A COMPOSIÇÃO DO STF E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO</b>	<b>28</b>
<b>A CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DO DIREITO DENTRO PRÁTICAS JURÍDICAS</b>	<b>29</b>
<b>A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA</b>	<b>29</b>
<b>A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA</b>	<b>30</b>
<b>A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA</b>	<b>31</b>
<b>A CONTRADIÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DO GOVERNO E O CRESCIMENTO DO DÉFICIT DE MORADIAS</b>	<b>31</b>
<b>A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO POR MEIO DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR</b>	<b>32</b>
<b>A COOPERAÇÃO DA ACEITAÇÃO POPULAR DO JEITINHO BRASILEIRO PARA A OBSCENIDADE DA CIDADANIA</b>	<b>33</b>
<b>A CRIMINALIDADE FEMININA E FATORES QUE A INFLUENCIAM</b>	<b>33</b>
<b>A CRIMINALIDADE FEMININA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO FAMILIAR</b>	<b>34</b>
<b>A CRIMINALIDADE FEMININA NA CIDADE DE MONTES CLAROS- MG</b>	<b>35</b>
<b>A CRISE BRASILEIRA E OS DIREITOS DO CIDADÃO</b>	<b>35</b>
<b>A CRISE POLÍTICA NO BRASIL VIOLA OS PRINCÍPIOS DO ESTADODEMOCRÁTICO DE DIREITO?</b>	<b>36</b>
<b>A CRISE POLÍTICA VIOLA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO?</b>	<b>36</b>
<b>A CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO</b>	<b>37</b>

<b>A CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL E CIDADANIA: OS DIREITOS VIOLADOS PELA CRISE NO DIREITO BRASILEIRO</b> .....	38
<b>A DESCONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO</b> .....	38
<b>A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE</b> .....	39
<b>A DIFERENÇA ENTRE LICENCIAMENTO DE MARCA X CONTRATO DE FRANCHISING</b> .....	39
<b>A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO</b> .....	40
<b>A EFICÁCIA DO CIMENTO NO TRAÇO DE CONCRETO</b> .....	41
<b>A ERA DIGITAL: CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES</b> .....	41
<b>A EVOLUÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA EM BUSCA DE UMA ORDEM JURÍDICA EFICIENTE</b> ....	42
<b>A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS NA UNIÃO ESTÁVEL</b> .....	43
<b>A FORÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A FRAGILIDADE DO GOVERNO BRASILEIRO.</b> .....	44
<b>A FRAGILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA COMO CONSEQUÊNCIA DA CRISE BRASILEIRA</b> .....	44
<b>A IMPORTÂNCIA DA AREIA COMO AGREGADO MINERAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL</b> .....	45
<b>A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO ACADÊMICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO ACADÊMICO DE MEDICINA DR HERMES DE PAULA</b> .....	46
<b>A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DAS PINTURAS RUPESTRES E DO MUSEU DE CORAÇÃO DE JESUS COMO PATRIMÔNIOS DO NORTE MINEIRO</b> .....	46
<b>A IMPORTÂNCIA DA SINESTESIA NO PROCESSO PUBLICITÁRIO E SUA APLICAÇÃO ATRAVÉS DO DISPLAY AROMÁTICO</b> .....	47
<b>A IMPORTÂNCIA DO CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS E OS DESAFIOS ANALISADOS EM UMA EMPRESA DE PANIFICAÇÃO EM MONTES CLAROS</b> .....	48
<b>A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR</b> .....	49
<b>A IMPORTÂNCIA DOS PERÍMETROS DE PROTEÇÃO DE POÇOS PARA A SUSTENTABILIDADE DE AQUÍFEROS</b> .....	49
<b>A IMPUTABILIDADE DO PSICOPATA E O SISTEMA PENAL BRASILEIRO</b> .....	50
<b>A INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA</b> .....	50
<b>A INDENIZAÇÃO CIVIL, VÍNCULO OBRIGACIONAL E ADIMPLENTO DECORRENTES DA RELAÇÃO TRABALHISTA E SUAS ALTERAÇÕES</b> .....	51
<b>A INFLUÊNCIA CULTURAL DA COMUNIDADE INDÍGENA NO TIPO DE PARTO</b> .....	51
<b>A INFLUÊNCIA DA IDADE DA MÃE SOBRE O APGAR DO RECÉM NASCIDO NO 1º MINUTO</b> ...	52
<b>A INFLUÊNCIA DA MARCA NO PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA:</b> .....	53
<b>UM ESTUDO POR MEIO DO TESTE CEGO</b> .....	53
<b>A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR DA CRIANÇA</b> .	53
<b>A INFLUÊNCIA DA SATURAÇÃO DE FILTROS DE AR EM MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA DE TRATORES PARA COLHEITA FLORESTAL</b> .....	54
<b>A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL</b> .....	55
<b>A INFLUÊNCIA DAS CRIANÇAS NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA FAMILIAR</b> .....	55
<b>A INFLUÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA CRIMINALIDADE</b> .....	56
<b>A INFLUÊNCIA DO PESO DA CRIANÇA SOBRE O APGAR NO 1º MINUTO</b> .....	56
<b>A INFLUÊNCIA SENSORIAL DA ARQUITETURA NO CINEMA</b> .....	57
<b>A LIGA ACADÊMICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DA FIP-MOC: RELATO DE EXPERIÊNCIA</b> .....	57

<b>A MEDIAÇÃO COMO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	<b>58</b>
<b>A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>59</b>
<b>A MITIGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL.....</b>	<b>60</b>
<b>A MODERNA CONCEPÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA E SUA RELAÇÃO COM A ARBITRAGEM.....</b>	<b>60</b>
<b>A MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO .....</b>	<b>61</b>
<b>A MULTIFATORIEDADE DA RETRAÇÃO GENGIVAL .....</b>	<b>62</b>
<b>A NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO DO DIREITO PENAL NA ADOÇÃO À BRASILEIRA .....</b>	<b>62</b>
<b>A OBRIGATORIEDADE DA REVISÃO GERAL ANUAL PREVISTA NO ART. 37, INCISO X DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....</b>	<b>63</b>
<b>A POSSIBILIDADE DE COBRAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS DIANTE VIOLAÇÃO AO DIREITO DE IMAGEM.....</b>	<b>63</b>
<b>A PRIMEIRA ONDA REFORMATÓRIA DA JUSTIÇA E O PROGRAMA SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA ITINERANTE (S.A.J. ITINERANTE).....</b>	<b>64</b>
<b>A REFORMA TRABALHISTA E AS PRINCIPAIS MUDANÇAS.....</b>	<b>65</b>
<b>A REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>65</b>
<b>A RELAÇÃO DA ARBITRAGEM COM A AUTONOMIA PRIVADA .....</b>	<b>66</b>
<b>A RELAÇÃO DE EMPREGO E O TRABALHO INTERMITENTE.....</b>	<b>66</b>
<b>A RELAÇÃO DO TDAH COM A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA .....</b>	<b>67</b>
<b>A RELAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E DIABETES TIPO II.....</b>	<b>68</b>
<b>A RELAÇÃO ENTRE A AUTONOMIA PRIVADA E O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DA ARBITRAGEM.....</b>	<b>68</b>
<b>A REPERCUSSÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA.....</b>	<b>69</b>
<b>A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO .....</b>	<b>69</b>
<b>A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO.....</b>	<b>70</b>
<b>A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS PELA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>70</b>
<b>A SAÚDE BUCAL DA POPULAÇÃO COM 35 A 44 ANOS DE IDADE EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>A SAÚDE BUCAL DA POPULAÇÃO DE 65 A 74 ANOS EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS ..</b>	<b>72</b>
<b>A SAÚDE BUCAL DAS CRIANÇAS DE 5 ANOS DE IDADE DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>A SAÚDE BUCAL DOS ESCOLARES DE 12 ANOS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>A SITUAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PELO INFRATOR CARENTE .....</b>	<b>75</b>
<b>A SOCIEDADE DE CONSUMO SOB A ÓTICA NILISTA PRESENTE NO FILME CLUBE DA LUTA (1999).....</b>	<b>75</b>
<b>A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR E SUA APLICABILIDADE NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>A TIPIFICAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: AVANÇO LEGAL E SOCIAL? .....</b>	<b>77</b>
<b>A TRAJETÓRIA VISUAL DA MARCA GOOGLE COMO REFERÊNCIA VISUAL: A SIMPLIFICAÇÃO COMO TENDÊNCIA .....</b>	<b>77</b>
<b>A UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO UBER E O RETORNO FINANCEIRO PARA OS MOTORISTAS .....</b>	<b>78</b>

<b>ABLEED VALVE E O SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOL DE COMPRESSOR NO MOTOR SAFRAN ARRIEL 2D NO HELICÓPTERO AIRBUS H125 .....</b>	<b>78</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>79</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>79</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>80</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA E AS FORMAS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM MONTES CLAROS.....</b>	<b>80</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA E MEIOS DE ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA .....</b>	<b>81</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....</b>	<b>82</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA: CONCILIAÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL.....</b>	<b>82</b>
<b>ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A VERTENTE JURÍDICA, SOCIAL E ECONÔMICA .....</b>	<b>83</b>
<b>ADIPOSIDADE ABDOMINAL ASSOCIADA ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS EM FEIRANTES .....</b>	<b>84</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FRUTICULTORA DO NORTE DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>ADOÇÃO À BRASILEIRA .....</b>	<b>85</b>
<b>ADOÇÃO: ETAPAS E DIFICULDADES PARA ADOTANTES E ADOTADOS.....</b>	<b>86</b>
<b>AFETO: UM PRINCÍPIO QUE NÃO SE IMPÕE, UM VALOR QUE NÃO TEM PREÇO .....</b>	<b>87</b>
<b>AGRONEGÓCIO: A INFLUÊNCIA DE MONTES CLAROS NA REGIÃO NORTE MINEIRA.....</b>	<b>87</b>
<b>ALTERAÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS A PARTIR DO USO DE SMARTPHONES E SIMILAMARES.....</b>	<b>88</b>
<b>AMASSADOR DE LATAS DE ALUMÍNIO COM CILINDRO PNEUMÁTICO.....</b>	<b>89</b>
<b>AMASSADOR DE LATAS DE ALUMÍNIO PORTÁTIL, EM FORMA DE BRAÇO, COM O SISTEMA MANUAL POR ALAVANCA.....</b>	<b>89</b>
<b>ANÁLISE ARQUITETÔNICA REGRESSIVA DO CEPEAGE - DO EMPREENDIMENTO AO CROQUI.....</b>	<b>90</b>
<b>ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROCESSOS DE SOLDAGEM GTAW E SMAW EM TUBULAÇÃO DE ÁGUA .....</b>	<b>90</b>
<b>ANÁLISE DA JURISDIÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>91</b>
<b>ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DO APGAR EM RELAÇÃO AO TIPO DE PARTO EM MONTES CLAROS/MG .....</b>	<b>91</b>
<b>ANÁLISE DA PREVALÊNCIA E IMPLICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE DOENÇA CELÍACA E DIABETES MELLITUS TIPO 1.....</b>	<b>92</b>
<b>ANÁLISE DA SAÚDE URBANA APLICADA EM LOTEAMENTO SUSTENTAVEL.....</b>	<b>93</b>
<b>ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE COGERAÇÃO EM UM LATICÍNIO EM MONTES CLAROS – MG .....</b>	<b>94</b>
<b>ANÁLISE DA VIABILIDADE DO CIMENTO PORTLAND CP IV PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL ..</b>	<b>94</b>
<b>ANÁLISE DAS PROPRIEDADES DO CIMENTO CP IV ARI.....</b>	<b>95</b>
<b>ANÁLISE DAS TAXAS DE MORTALIDADE POR NEOPLASIAS MALIGNAS DO LÁBIO, CAVIDADE ORAL E FARINGE NO ESTADO DE MINAS GERAIS DO ANO DE 2010 A 2015 .....</b>	<b>95</b>
<b>ANÁLISE DE ALTERAÇÕES NA LORDOSE LOMBAR EM ADOLESCENTES .....</b>	<b>96</b>
<b>ANÁLISE DE DIFERENCIAIS PARA PROTÓTIPOS FORMULA SAE.....</b>	<b>97</b>
<b>ANÁLISE DE GRANULOMETRIA DE FARINHAS DE MILHO FLOCADA A PARTIR DA ASSIMETRIA .....</b>	<b>97</b>
<b>ANÁLISE DE HARMÔNICOS SOBRE O FATOR DE POTÊNCIA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INDUSTRIAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>ANÁLISE DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS RURAIS .....</b>	<b>99</b>

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ESTRUTURAS E ESTUDO DO CONCRETO .....	99
ANÁLISE DO CONTO “DUELO” À LUZ DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....	100
ANÁLISE DOS SUICÍDIOS NO NORTE DE MINAS GERAIS EM 2017 .....	100
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS TRAUMAS DE ÓRBITA E GLOBO OCULAR EM MINAS GERAIS .....	101
ANÁLISE TRANSVERSAL DOS CASOS DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM CLÍNICA ESCOLA PARTICULAR DE MONTES CLAROS – MG .....	101
ANEMIA FERROPRIVA NA INFÂNCIA E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR .....	102
ANOMALIAS CONGÊNITAS IDENTIFICADAS AO NASCIMENTO EM MINAS GERAIS NO ANO DE 2013-2016.....	103
ANOMALIAS CONGÊNITAS SEGUNDO O TIPO DA GESTAÇÃO .....	103
APLICAÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS E GESTÃO PESSOAS NO DESENVOLVIMENTO DE UM VEÍCULO FÓRMULA SAE .....	104
APLICAÇÃO DO MÉTODO DOS ELEMENTOS FINITOS NA ANÁLISE ESTRUTURAL DE UMA PRENSA HIDRÁULICA.....	105
APLICATIVO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL .....	105
APROVEITAMENTO DA ÁGUA DE BEBEDOUROS PARA O USO EM DESCARGAS E JARDINAGEM .....	106
APTIDÃO FÍSICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR .....	106
ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ARQUITETURA E URBANISMO .....	107
ÁREAS DE ATUAÇÃO DE UM ARQUITETO E URBANISTA.....	107
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO.....	108
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA.....	108
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA.....	109
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA.....	109
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 54: REFLEXÕES EM TORNO DO ABORTO DO FETO ANENCEFÁLICO .....	110
ARQUITETURA DE INTERIORES E ETAPAS: TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO .....	110
ARQUITETURA E URBANISMO DENTRE OS AGENTES DE INTERVENÇÃO NA SAÚDE URBANA DA REGIÃO DO CÓRREGO DAS MELANCIAS EM MONTES CLAROS-MG .....	111
AS ALTERAÇÕES DA MARCHA COMO FATOR DE RISCO PARA QUEDAS NA POPULAÇÃO IDOSA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA .....	112
AS FORMAS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....	112
AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES .....	113
AS SANÇÕES DISCIPLINARES CABÍVEIS NAS INFRAÇÕES PRATICADAS POR ADVOGADAS.....	113
ASFIXIA PERINATAL E AS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR PEDIÁTRICO .....	114
ASPECTOS SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO FEMININO.....	114
ASSOCIAÇÃO DA ADIPOSIDADE VISCERAL COM FATORES SÓCIODEMOGRÁFICOS EM FEIRANTES.....	115
ASSOCIAÇÃO DE OBESIDADE COM PROBLEMAS DE COLUNA EM FEIRANTES .....	116
ASSOCIAÇÃO DO SOBREPESO E OBESIDADE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL EM FEIRANTES.....	117
ASSOCIAÇÃO ENTRE A DOENÇA PERIODONTAL E ATEROSCLEROSE .....	117

<b>ASSOCIAÇÃO ENTRE ADIPOSIDADE ABDOMINAL E ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA EM FEIRANTES DE MONTES CLAROS – MG</b> .....	119
<b>ATAXIA DE FRIEDREICH: RELATO DE CASO</b> .....	120
<b>ATIVISMO JUDICIAL: FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA OU AVANÇO DA DEMOCRACIA?</b> .....	120
<b>ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO CRIMINAL NO ÂMBITO PENAL</b> .....	121
<b>AUTOMAÇÃO DA SALA DE INFORMÁTICA DO CEPEAGE</b> .....	122
<b>AUTONOMIA PRIVADA NA ARBITRAGEM</b> .....	122
<b>AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL E EQUILÍBRIO DE PORTADORES DA DOENÇA DE PARKINSON</b> .....	123
<b>AVALIAÇÃO DA DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE EM POPULAÇÃO ENCARCERADA</b> .....	123
<b>AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SONO E SONOLÊNCIA DIURNA EXCESSIVA EM ACADÊMICOS DE MEDICINA DE UMA FACULDADE PARTICULAR DE MONTES CLAROS-MG</b> .....	124
<b>AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO COMPREENDIDA ENTRE A NUTRIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL</b> .....	125
<b>AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO SEGUIDORES DA IGREJA CATÓLICA, IGREJA BATISTA E IGREJA UNIVERSAL EM MONTES CLAROS – MG</b> .....	126
<b>AVALIAÇÃO DO RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES CLIMATÉRICAS</b> .....	126
<b>AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE RUÍDO DE UM TRATOR AGRÍCOLA EM FUNÇÃO DO RAIO DE AFASTAMENTO E ROTAÇÃO DO MOTOR</b> .....	127
<b>AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS SONOROS DE UM TRATOR AGRÍCOLA DURANTE O PREPARO DE SOLO</b> .....	128
<b>AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE PRÓTESES TRANSTIBIAIS</b> .....	128
<b>BAIXO PESO AO NASCER, RELAÇÃO COM O APGAR DO 5º MINUTO NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – 2014 A 2016</b> .....	129
<b>BARRIGA DE ALUGUEL</b> .....	129
<b>BENEFICIAMENTO DO OURO ASSOCIADO AO ARSÊNIO</b> .....	130
<b>BENEFÍCIOS DO LÚDICO NA PSICOTERAPIA INFANTIL</b> .....	131
<b>BIOCOMBUSTÍVEIS NA AVIAÇÃO-UMA ALTERNATIVA BÍOSSUSTENTÁVEL</b> .....	131
<b>BREVE ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA</b> .....	132
<b>BREVE ANÁLISE DOS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA ANTE O BENEFÍCIO JUSTIÇA GRATUITA À LUZ DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA</b> .....	133
<b>BYTES, AFETOS E DADOS: NARRATIVAS SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO FILME EX MACHINA (2014)</b> .....	134
<b>CÂNCER DE MAMA: A REPERCUSSÃO ECONÔMICA DA ABORDAGEM TERAPÊUTICA NA ÚLTIMA DÉCADA NO BRASIL</b> .....	135
<b>CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA PARA FINS NÃO POTÁVEIS</b> .....	136
<b>CARACTERIZAÇÃO DO ESTILO DE VIDA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO</b> .....	136
<b>CASAS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MG</b> .....	137
<b>CASO “BRUNINHO” - CONCESSÃO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO POR PARTE DO ESTADO – DA 1ª INSTÂNCIA AO STF</b> .....	138
<b>CICLO DE DEBATES NPPANM</b> .....	138
<b>CIDADANIA E SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PREVENÇÃO DO CÂNCER</b> .....	139
<b>CIMENTO PORTLAND</b> .....	140
<b>COLABORAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO</b> .....	140

<b>COMO A ATEROSCLEROSE AFETA NA HIPERTENSÃO ARTERIAL .....</b>	<b>141</b>
<b>COMO COMPROVAR A EFICIENCIA E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DO BLOQUEADOR DE AR NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA?.....</b>	<b>141</b>
<b>COMO IDOSOS LIDAM COM A SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE.....</b>	<b>142</b>
<b>COMO OS AUTORES EM QUESTÃO PODEM NOS AJUDAR A ENTENDER A CRISE POLÍTICA, SOCIAL E DEMOCRÁTICA BRASILEIRA. ....</b>	<b>142</b>
<b>COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA DOS NANOCRISTAIS DE ÓXIDO DE ZINCO UTILIZANDO COMO BIOTEMPLATE MEMBRANA DE CASCAS DE OVOS DE GALINHA E DE PATO .....</b>	<b>143</b>
<b>COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS .....</b>	<b>144</b>
<b>CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>144</b>
<b>CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: MEIOS ALTERNATIVOS PARA ALCANÇAR O ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>145</b>
<b>CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>145</b>
<b>CONFORTO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE INTERVENÇÃO URBANA NA REGIÃO DO Córrego das Melancias da Cidade de Montes Claros – MG.....</b>	<b>146</b>
<b>CONHECER PARA ENGAJAR: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PÚBLICO INTERNO ACERCA DAS MÍDIAS SOCIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>147</b>
<b>CONHECIMENTO DAS GESTANTES ATENDIDAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DE MONTE AZUL-MG, ACERCA DOS TIPOS DE PARTO .....</b>	<b>148</b>
<b>CONSCIENTIZAÇÃO E RACIONAMENTO COM MELHOR CONTROLE PARA OS MORADORES .....</b>	<b>148</b>
<b>CONSIDERAÇÕES DA PSICANÁLISE SOBRE A OBESIDADE .....</b>	<b>149</b>
<b>CONSTELAÇÕES FAMILIARES NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS CONSOANTE A JURISDIÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>150</b>
<b>CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM MPES .....</b>	<b>150</b>
<b>CONTRADIÇÕES DECORRENTES DA LEI DO DESARMAMENTO.....</b>	<b>151</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES DO CEJUSC DE JANAÚBA/MG .....</b>	<b>152</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES DO S.A.J PARA O ACESSO A JUSTIÇA .....</b>	<b>153</b>
<b>CONTROLE PARENTAL E DIMENSÃO SÓCIO-TÉCNICA DOS LAÇOS AFETIVOS CONTEMPORÂNEOS NO EPISÓDIO ARKANGEL (2017) DA SÉRIE BLACK MIRROR.....</b>	<b>153</b>
<b>CONTROLE SOCIAL E COERÇÃO SÓCIO-TÉCNICA NO EPISÓDIO MEN AGAINST FIRE (2017) DA SÉRIE BLACK MIRROR.....</b>	<b>154</b>
<b>CRIME DE REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVIDÃO E SUAS PENALIDADES. ....</b>	<b>155</b>
<b>CRIMES COMUMENTE PRATICADOS POR MULHERES.....</b>	<b>156</b>
<b>CRIMES PRATICADOS PELAS DETENTAS EM MONTES CLAROS.....</b>	<b>156</b>
<b>CRIMINALIDADE FEMININA: A REALIDADE DE UMA GERAÇÃO INVISÍVEL.....</b>	<b>157</b>
<b>CRIMINALIDADE FEMININA: INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES RELACIONADAS ÀS ADVOGADAS EM MONTES CLAROS.....</b>	<b>158</b>
<b>CRIMINALIDADE FEMININA: OS DIREITOS DO NASCITURO DE MÃES ENCARCERADAS ....</b>	<b>158</b>
<b>CRISE POLÍTICA NO BRASIL: PERCEPÇÕES BASEADAS EM JESSÉ DE SOUZA .....</b>	<b>159</b>
<b>CULTURA DO LITÍGIO.....</b>	<b>159</b>
<b>DA (I)LEGALIDADE DAS “PAUTAS FISCAIS” ADOTADAS NO LANÇAMENTO POR ARBITRAMENTO .....</b>	<b>160</b>
<b>DEFENSORIA PÚBLICA NA SUPERAÇÃO DOS OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>161</b>

<b>DEMOCRACIA CULTURAL E O MARKETING DE EVENTOS: A SINTONIA ESTRATÉGICA ENTRE A FESTA PUSH! E A MARCA NEPHEW .....</b>	<b>161</b>
<b>DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA DO LITÍGIO PELO PROJETO MEDIAR E CONCILIAR .....</b>	<b>162</b>
<b>DESEMPENADEIRA SEMI AUTOMÁTICA PARA NIVELAMENTO DE PAREDES.....</b>	<b>163</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE MOLDE PERMANENTE EM AÇO PARA FUNDIÇÃO DE PANEAS DE ALUMÍNIO POR GRAVIDADE.....</b>	<b>163</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E HARDWARE PARA CONTROLE DE PROCESSO DE FERMENTAÇÃO EM BIORRETORES CSTR E SEMI-SÓLIDO ROTATIVO .....</b>	<b>164</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DE UM ESTAMPADOR PNEUMÁTICO PARA CANETAS .....</b>	<b>165</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DE UMA CADEIRA ERGONÔMICA PARA USO ACADÊMICO .....</b>	<b>165</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DE UMA MÁQUINA PARA HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO MODELOS SPLIT E JANELA .....</b>	<b>166</b>
<b>DESIGUALDADE BRASILEIRA NA CRISE ATUAL .....</b>	<b>166</b>
<b>DIAGNÓSTICO PRECOCE E ADESÃO AO TRATAMENTO: O PAPEL DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NO CONTROLE DA TUBERCULOSE NO BRASIL .....</b>	<b>167</b>
<b>DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FERRAMENTA SOCIOPOLÍTICA EM COMUNIDADES .....</b>	<b>167</b>
<b>DIMENSIONAMENTO DE UMA PONTE ROLANTE UNIVIGA.....</b>	<b>168</b>
<b>DIREITO PENAL E PSICOPATIA: UM ESTUDO DA SANÇÃO PENAL APLICÁVEL AO PSICOPATA E DOS PROBLEMAS DECORRENTES DESSA ALICAÇÃO.....</b>	<b>169</b>
<b>DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO PARA UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....</b>	<b>169</b>
<b>DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E A ECONOMIA POLÍTICA.....</b>	<b>170</b>
<b>DIREITOS DOS NASCITUROS DE MÃES ENCARCERADAS .....</b>	<b>171</b>
<b>DIREITOS FUNDAMENTAIS: ESTUDO TEÓRICO DAS LIMITAÇÕES, TÉCNICAS E SOLUÇÃO EM CASOS DE COLISÃO .....</b>	<b>171</b>
<b>DIREITOS SOCIAIS DA PESSOA COM CÂNCER DE MAMA.....</b>	<b>172</b>
<b>DISTOPIA PÓS-INDUSTRIAL E A NARRATIVA ROBÓTICA NO EPISÓDIO METALHEAD (2017) DA SÉRIE BLACK MIRROR.....</b>	<b>172</b>
<b>DIVERGÊNCIA EXISTENTE NO ART. 3 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.....</b>	<b>173</b>
<b>DO EQUÍVOCO DOS DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>174</b>
<b>DO SUJO AO PURO .....</b>	<b>175</b>
<b>DOSSIÊ DE TOMBAMENTO – CONJUNTO EDIFÍCIOS RUA CORONEL ANTÔNIO DOS ANJOS .....</b>	<b>175</b>
<b>DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA “CASA ALVES” .....</b>	<b>176</b>
<b>DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO BANCO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA .....</b>	<b>176</b>
<b>DOSSIÊ DE TOMBAMENTO: LOJA EI! MAGAZINE .....</b>	<b>177</b>
<b>ECOLATAS: RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO.....</b>	<b>178</b>
<b>E-COMMERCE E O SAJ NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONSUMERISTAS.....</b>	<b>178</b>
<b>EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONSCIENTIZAÇÃO DE CRIANÇAS SOBRE DIABETES MELLITUS TIPO 2.....</b>	<b>179</b>
<b>EFEITOS DA CRISE BRASILEIRA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....</b>	<b>180</b>
<b>EFEITOS PSICOLÓGICOS DA MENOPAUSA.....</b>	<b>181</b>
<b>EFICÁCIA DO ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL .....</b>	<b>181</b>
<b>EFICÁCIA DOS MÉTODOS TERAPÊUTICOS PARA A MARCHA PARKINSONIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>182</b>

<b>EFICIÊNCIA DA DUPLA ANTIAGREGAÇÃO PLAQUETÁRIA EM PACIENTES VÍTIMAS DE AVE ISQUÊMICO</b> .....	183
<b>EM FOCO NPPANM – CINEMA COMENTADO</b> .....	183
<b>ENERGIA SOLAR APLICADA A REVESTIMENTOS FOTOVOLTAICOS</b> .....	184
<b>ENTRE NARRATIVAS ORAIS E AUDIOVISUAIS: BELA ADORMECIDA (1697), MALÉVOLA (2014), APROXIMAÇÕES LITERÁRIAS E MIDIÁTICAS</b> .....	185
<b>ERROS ASSOCIADOS À ESTIMATIVA DE COEFICIENTES DE ATIVIDADE PELOS MODELOS WILSON E UNIFAC EM MISTURAS DE SOLVENTES DE N-PENTANO E ACETONA</b> .....	186
<b>ESTUDO DE CASO DA UTILIZAÇÃO DA MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS EM UM PROCESSO DE RECURSOS HUMANOS</b> .....	187
<b>ESTUDO DO USO DO FILTRO CAPACITIVO NA REDUÇÃO DE RUÍDOS E ARTEFATOS</b> .....	187
<b>HARMÔNICOS DA REDE ELETRICA DO CEPEAGE FIPMOC</b> .....	187
<b>ESTUDO SOBRE O TREINAMENTO DOS COLABORADORES DE UMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG</b> .....	188
<b>ÉTICA NA POLÍTICA BRASILEIRA</b> .....	188
<b>EUTANÁSIA: ANÁLISE JURÍDICA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA</b> .....	189
<b>EXCESSO DE PESO ASSOCIADO À UTILIZAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE</b> .....	189
<b>EXECUÇÕES PENAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA</b> .....	190
<b>EXERCÍCIOS FÍSICOS: BENEFÍCIOS PARA O TRATAMENTO DE ATEROSCLEROSE</b> .....	191
<b>FABRICAÇÃO DO CIMENTO</b> .....	191
<b>FATORES BIOPSISSOCIAIS ENVOLVIDOS NA ADESÃO AO TRATAMENTO DE PACIENTES SOROPOSITIVOS</b> .....	191
<b>FEIRAS LIVRES: UM ESTUDO SOBRE FEIRANTES E CLIENTES DA FEIRA LIVRE DE PRODUTORES RURAIS DE MIRABELA – MG</b> .....	192
<b>FIBRILAÇÃO ATRIAL E ANTICOAGULAÇÃO EM POTADORES DE INSUFICIÊNCIA CARDÍACA</b> .....	193
<b>FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA E O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO DIREITO PENAL</b> .....	193
<b>FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA MEDIANTE A MUDANÇA SOCIAL</b> .....	194
<b>FORMAS ALTERNATIVAS DE ACESSO À JUSTIÇA</b> .....	195
<b>FORMAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA</b> .....	195
<b>FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA EM MONTES CLAROS</b> .....	196
<b>FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS E NA JUSTIÇA COMUM EM MONTES CLAROS</b> .....	196
<b>GASTOS COM INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR DOENÇA HEPÁTICA ALCOÓLICA (DHA) EM CADA REGIÃO/ESTADO DO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA</b> .....	197
<b>GRAFENO: TECNOLOGIA EMERGENTE PORTADORA DE FUTURO</b> .....	198
<b>GRATUIDADE DA JUSTIÇA NA 4ª VARA CÍVEL DE MONTES CLAROS</b> .....	199
<b>GUARDA COMPARTILHADA FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA</b> .....	199
<b>GUARDA COMPARTILHADA SOB O ENFOQUE DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA</b> .....	200
<b>HETEROGENEIDADE NA ABORDAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ATENÇÃO BÁSICA</b> .....	201
<b>HIPERTENSÃO ARTERIAL: UM ALERTA PARA AS MULHERES</b> .....	202

<b>HIPERTENSÃO E FATORES ANTROPOMÉTRICOS NOS FEIRANTES .....</b>	<b>203</b>
<b>IDADE GESTACIONAL VERSUS PESO AO NASCER .....</b>	<b>203</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS EM TRÂMITE PELA 4ª VARA CÍVEL DE MONTES CLAROS.....</b>	<b>204</b>
<b>IMERSÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS MICRO PROCESSADOS EM ÓLEO MINERAL.....</b>	<b>205</b>
<b>IMPACTOS SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO FEMININO .....</b>	<b>205</b>
<b>IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA MANUTENÇÃO PRODUTIVA TOTAL EM UMA INDÚSTRIA DE CÁPSULAS DE CAFÉ.....</b>	<b>206</b>
<b>IMPLICAÇÃO DA OSTEOARTRITE NAS ATIVIDADES BÁSICAS DO IDOSO .....</b>	<b>207</b>
<b>IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS PARA A REPRODUÇÃO ASSISTIDA .....</b>	<b>207</b>
<b>IMPORTÂNCIA DAS CONSULTAS PRÉ-NATAIS REGULARES EM RELAÇÃO AO APGAR DO RECÉM NATO .....</b>	<b>208</b>
<b>IMPORTÂNCIA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO.....</b>	<b>208</b>
<b>INCIDÊNCIA DO CÂNCER DE PRÓSTATA NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>209</b>
<b>INCIDÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS BIOPSISSOCIAIS DA DIABETES MELLITUS TIPO 2 EM CRIANÇAS .....</b>	<b>210</b>
<b>INCUBADORA DE EMPRESAS .....</b>	<b>211</b>
<b>INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA.....</b>	<b>212</b>
<b>INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA.....</b>	<b>212</b>
<b>INDICAÇÃO DOS CUIDADOS PALIATIVOS VISANDO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA.....</b>	<b>213</b>
<b>ÍNDICE DE PARASITÓSES DIAGNOSTICADAS EM UM HOSPITAL MUNICIPAL DO NORTE DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>214</b>
<b>INFIDELIDADE VIRTUAL E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.....</b>	<b>215</b>
<b>INFLUÊNCIA DA CRISE SOCIOPOLÍTICA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO BRASIL .....</b>	<b>215</b>
<b>INFLUÊNCIA DO CIMENTO CP V NA CONCRETAGEM .....</b>	<b>216</b>
<b>INFLUÊNCIA DO DIABETES MELITO NA SAÚDE BUCAL E PRINCIPAIS AFECÇÕES ASSOCIADAS.....</b>	<b>216</b>
<b>INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO SISTEMA CARDÍACO.....</b>	<b>217</b>
<b>INFLUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS NOS EFEITOS PSICOLÓGICOS NA MENOPAUSA .....</b>	<b>217</b>
<b>INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO DE MONTES CLAROS/MG .....</b>	<b>218</b>
<b>INTERNATO DE FÉRIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EXTRACURRICULAR EM CIRURGIA GERAL.....</b>	<b>219</b>
<b>INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....</b>	<b>219</b>
<b>INUNDAÇÕES E CONFLITOS NAS AVENIDAS JOSÉ CORREA MACHADO E VICENTE GUIMARÃES: SOLUÇÕES URBANÍSTICAS POSSÍVEIS.....</b>	<b>220</b>
<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA, JUDICIÁRIO E CNJ: NOVOS RUMOS DO PARADIGMA PUNITIVO BRASILEIRO.....</b>	<b>221</b>
<b>LACTENTES NASCIDOS COM ANOMALIA CONGÊNITA EM MONTES CLAROS.....</b>	<b>222</b>
<b>LEITURAS DO CICLO TERMODINÂMICO DE BRAYTON NOS MÓDULOS DO MOTOR A REAÇÃO SAFRAN ARRIEL 2D .....</b>	<b>222</b>
<b>LIGA ACADÊMICA DA SAÚDE DA MULHER FIPMOC - ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DA SÍFILIS GESTACIONAL .....</b>	<b>223</b>

LIGA ACADÊMICA DE ANATOMIA ORIENTADA PARA CLÍNICA - A INCIDÊNCIA DE CRIPTORQUÍDIA NO BRASIL.....	224
LIGA ACADÊMICA DE CIRURGIA DAS FIPMoc - DOENÇA DE HIRSCHSPRUNG: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	224
LIGA ACADÊMICA DE CLÍNICA MÉDICA DAS FIP-MOC - ORIGEM ANÔMALA E TRAJETO INTRAMURAL DE CORONÁRIA: RELATO DE CASO .....	225
LIGA ACADÊMICA DE DIREITO MÉDICO, BIOÉTICA E MEDICINA LEGAL - INFANTICÍDIO: UMA ANÁLISE MÉDICO-LEGAL.....	225
LIGA ACADÊMICA DE GERIATRIA FIPMOC - IVCF20 : UMA NOVA FERRAMENTA ALIADA A TRIAGEM E ABORDAGEM DA FRAGILIDADE EM IDOSOS .....	226
LIGA ACADÊMICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - RECONSTRUÇÃO DOS LIGAMENTOS CRUZADO ANTERIOR E ANTEROLATERAL DO JOELHO: RELATO DE CASO .....	226
LIGA ACADÊMICA DE PEDIATRIA - DOENÇA DE KAWASAKI: RELATO DE CASO .....	227
LIGA ACADÊMICA DE REUMATOLOGIA - DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DAS ARTRITES EM REUMATOLOGIA.....	228
LIGA ACADÊMICA DE SEMIOLOGIA MÉDICA - INFLUÊNCIA DA SAZONALIDADE NA INCIDÊNCIA DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM CRIANÇAS.....	229
LIGA ACADÊMICA NORTE MINEIRA DE MEDICINA PALIATIVA – LAMP: USO DE OPIODES EM PACIENTES SOB CUIDADOS PALIATIVOS COM ENFOQUE EM ENFERMOS ONCOLÓGICOS .....	229
LIGA ACADÊMICA NORTE-MINEIRA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ASSOCIAÇÃO DA SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO COM SÍNDROME METABÓLICA .....	230
LIGA DE OFTALMOLOGIA - PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS UTILIZADOS EM CATARATA.....	231
LIMITES FUNDAMENTAIS DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO .....	231
LINFOMA DE HODGKIN: ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS EM MINAS GERAIS.....	232
LIXEIRA ECOLÓGICA INTELIGENTE: RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO .....	232
LOMBALGIA EM GRÁVIDAS: UM SINAL DE ALERTA .....	233
MAPA MENTAL: APLICAÇÃO DO MÉTODO EM ÁREAS DISTINTAS DO CENTRO DE MONTES CLAROS E SUAS CONSTATAÇÕES.....	234
MAUS TRATOS A ANIMAIS E AS LEIS QUE OS GARANTEM PROTEÇÃO .....	235
MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA.....	235
MEDIAÇÃO PENAL: NOVO MODELO DE JUSTIÇA .....	236
MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....	237
MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA .....	237
MEIOS DE ACESSO À JUSTIÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DE MONTES CLAROS .....	238
MIDIATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DIREITO PENAL EMERGENCIAL: O ESPETÁCULO DO POPULISMO PUNITIVO.....	238
MODALIDADES ALTERNATIVAS COMO SUPERAÇÃO DOS OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA .....	239
MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO .....	240
MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO .....	240
MORBIDADE NO PRIMEIRO ANO DE VIDA DE RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMOS EGRESSOS DE UTI NEONATAL .....	241
MORBIDADE POR SEQUELAS DE HANSENÍASE NO BRASIL: PREJUÍZOS RELACIONADOS À LOCOMOÇÃO .....	242

MORBIMORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	243
MORTALIDADE DAS MPES: EDUCAÇÃO É A SOLUÇÃO.....	243
MORTALIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCALIZADAS.....	244
EM MONTES CLAROS – MG.....	244
MULHERES PRESIDÁRIAS NA CADEIA PÚBLICA DE MONTES CLAROS.....	245
NARRATIVAS MUDIÁTICAS E FORMAÇÃO SÓCIO-EDUCACIONAL NO CINEMA: CRÍTICA SOCIAL NA SAGA HARRY POTTER (2001-2011).....	245
NOTAS SOBRE A RELAÇÃO “CRIME-CIÊNCIA” NA OBRA “THE STRANGE CASE OF DR. JEKYLL AND MR. HYDE” DE ROBERT LOUIS STEVENSON.....	246
O (DES)ACESSO À JUSTIÇA PROMOVIDO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	247
O ACESSO À JUSTIÇA AOS HIPOSSUFICIENTES.....	248
O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.....	248
O ACESSO À JUSTIÇA DIANTE DA RELAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA E A ARBITRAGEM.....	249
O ACESSO À JUSTIÇA E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NA UNIMONTES.....	250
O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL.....	250
O ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL.....	251
O ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	251
O ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	252
O ACESSO À JUSTIÇA PARA O INFRATOR CARENTE.....	252
O ACESSO À JUSTIÇA PENAL PELO INFRATOR CARENTE.....	253
O ACESSO À JUSTIÇA: UMA GARANTIA CONSTITUCIONAL.....	254
O ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA PENAL.....	254
O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	255
O AFETO COMO VALOR SÓCIO-JURÍDICO NO BRASIL.....	255
O ÂMBITO CIRCUNSTANCIAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CRISE.....	256
O BEM ESTAR DAS CIDADES: SOLUÇÕES VIÁVEIS PARA AS PATOLOGIAS DA MALHA URBANA ATUAL.....	256
O CRIME DE REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO.....	257
O CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO E AS PENALIDADES DOS AGENTES.....	258
O CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA E A DE ESCRAVO E AS PENALIDADES AOS AGENTES.....	258
O DIREITO DE IMAGEM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SOB A ÓPTICA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	259
O EFEITO NEUROPROTETOR DA HIPOTERMIA TERAPIA EM RECÉM-NASCIDOS COM.....	259
ENCEFALOPATIA HIPÓXICO-ISQUÊMICA.....	259
O ENCARCERAMENTO DE MULHERES E OS IMPACTOS NOS LAÇOS SOCIAIS E FAMILIARES.....	260
O ERRO MÉDICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS.....	261
O NOVO CRIME DE ESTUPRO.....	261
O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC NO ATENDIMENTO AOS CASOS DE FAMÍLIAS EM MONTES CLAROS-MG.....	262
O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO FRENTE À (IN)EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA.....	263

<b>O PERFIL CRIMINOLÓGICO DO CRIMINOSO VIRTUAL .....</b>	<b>263</b>
<b>O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A PRISÃO PREVENTIVA .....</b>	<b>264</b>
<b>O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA PERSPECTIVA DOS ADVOGADOS DA COMARCA DE MONTES CLAROS, MG.....</b>	<b>265</b>
<b>O RACISMO FRENTE AO PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA .....</b>	<b>265</b>
<b>O REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS FIP-MOC .....</b>	<b>266</b>
<b>O S.A.J E A QUARTA ONDA RENOVATÓRIA .....</b>	<b>266</b>
<b>O STF E A UNIÃO HOMOAFETIVA.....</b>	<b>267</b>
<b>O SURGIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E SUA VIOLAÇÃO NA ATUALIDADE .....</b>	<b>268</b>
<b>O TRATAMENTO HUMANIZADO E O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA OPORTUNIZADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO .....</b>	<b>268</b>
<b>O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>269</b>
<b>O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMO SOLUÇÃO PARA PROBLEMAS MUNDIAIS....</b>	<b>270</b>
<b>O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONALE O ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>270</b>
<b>O URBANO COMO TERRITÓRIO DO IMAGINÁRIO PÚBLICO: ESPAÇOS DE VIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL.....</b>	<b>271</b>
<b>O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE CÁLCULO .....</b>	<b>272</b>
<b>O USO DO CIMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL.....</b>	<b>272</b>
<b>O USO DO PARAFUSO AUTO BROCANTE - FALHAS NA VEDAÇÃO:.....</b>	<b>273</b>
<b>ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>273</b>
<b>O VALOR DO AFETO NA FILIAÇÃO .....</b>	<b>273</b>
<b>O VALOR JURÍDICO DO AFETO NAS RELAÇÕES SOCIOAFETIVAS.....</b>	<b>274</b>
<b>ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS EM CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS .....</b>	<b>274</b>
<b>OS DIREITOS DO NASCITURO DE MÃES ENCARCERADAS .....</b>	<b>275</b>
<b>OS DIREITOS DOS NASCITUROS DE MÃES ENCARCERADAS.....</b>	<b>275</b>
<b>OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR .....</b>	<b>276</b>
<b>OS EFEITOS DA CRISE BRASILEIRA NO ESTADO DEMOCRATICO DE DIREITO .....</b>	<b>276</b>
<b>OS EFEITOS DA MENINGITE BACTERIANA NEONATAL NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR.....</b>	<b>277</b>
<b>OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....</b>	<b>278</b>
<b>OTIMIZAÇÃO DE ENERGIA DOS AR CONDICIONADOS .....</b>	<b>278</b>
<b>OTIMIZAÇÃO: DISPOSITIVO MECÂNICO PARA DESVIO DE MONOVIA EM UM PROCESSO DE RECAPAGEM DE PNEUS .....</b>	<b>279</b>
<b>PAPEL DA MÍDIA NAS AÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>279</b>
<b>PAPEL DO ADVOGADO DIANTE DA REFORMA TRABALHISTA .....</b>	<b>280</b>
<b>PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NÃO EXIME DE RESPONSABILIDADE O PAI.....</b>	<b>280</b>
<b>PENA DE MULTA E SUA EFICÁCIA .....</b>	<b>281</b>
<b>PERCEPÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ACERCA DO CÂNCER DE PELE: UM ESTUDO PILOTO.....</b>	<b>282</b>
<b>PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE TUTORIA QUANTO AO USO E APLICAÇÃO DOS TIPOS DE AVALIAÇÕES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)/UNIMONTES.....</b>	<b>282</b>

<b>PERFIL CLÍNICO DOS PACIENTES COM SÍNDROME DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO DE UM SERVIÇO DE POLISSONOGRRAFIA.....</b>	<b>283</b>
<b>PERFIL DAS PUÉRPERAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, BRASIL .....</b>	<b>285</b>
<b>PERFIL DE CRIANÇAS COM QUEIXA ESCOLAR EM UM SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA .....</b>	<b>285</b>
<b>PERFIL DOS HOMICÍDIOS NO NORTE DE MINAS GERAIS EM 2017 .....</b>	<b>286</b>
<b>PERFIL DOS PACIENTES DO SEXO MASCULINO INTERNADOS POR APENDICITE AGUDA NO NORTE DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>287</b>
<b>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA LEISHMANIOSE VISCERAL NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>287</b>
<b>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM CÂNCER DE ESÔFAGO NO NORTE DE MINAS GERAIS (MG).....</b>	<b>288</b>
<b>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO EM MINAS GERAIS.....</b>	<b>288</b>
<b>PLANO DE MARKETING PANIFICADORA SABOR VIVO .....</b>	<b>289</b>
<b>PLANO DE MARKETING REDE SAÚDE.....</b>	<b>289</b>
<b>PLANO DE MARKETING: MOTO CIDADE .....</b>	<b>290</b>
<b>PREMATURIDADE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA).....</b>	<b>290</b>
<b>PRESA HIDRÁULICA COMPACTA PARA RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO .....</b>	<b>291</b>
<b>PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E EXECUÇÃO DA PENA APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA: EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STF .....</b>	<b>292</b>
<b>PREVALÊNCIA DA DOR LOMBAR EM FEIRANTES .....</b>	<b>292</b>
<b>PREVALÊNCIA DE ATIVIDADE FÍSICA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA.....</b>	<b>293</b>
<b>PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS ENDÓCRINO-METABÓLICOS UTILIZADOS COMO CRITÉRIOS PARA O DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME METABÓLICA EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE MONTES CLAROS-MG .....</b>	<b>294</b>
<b>PREVALÊNCIA DE INTERNAÇÕES POR PROLAPSO GENITAL FEMININO NO NORTE DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>295</b>
<b>PREVALÊNCIA DE SINTOMAS ASTENÓPICOS EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>295</b>
<b>PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA .....</b>	<b>296</b>
<b>PREVALÊNCIA DO USO DE PROTETOR SOLAR PELOS FEIRANTES.....</b>	<b>297</b>
<b>PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO REFERENTE AOS INSTITUTOS DA JORNADA DE TRABALHO E DA TERCEIRIZAÇÃO.....</b>	<b>297</b>
<b>PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NOS INSTITUTOS DA JORNADA DE TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO .....</b>	<b>298</b>
<b>PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE: INCONGRUÊNCIA COM OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS .....</b>	<b>298</b>
<b>PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA PERSPECTIVA DOS ADVOGADOS DE MONTES CLAROS.....</b>	<b>299</b>
<b>PROFILAXIA DE ÚLCERA DE CUSHING EM PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE TCE.....</b>	<b>300</b>
<b>PROJETO DE REBITADEIRA PNEUMÁTICA PARA LONAS DE FREIO CONFORME A NR-12 ..</b>	<b>300</b>
<b>PROJETO DE UM DISPOSITIVO DE MEDIÇÃO DE PARTICULADO DOS GASES DE EXAUSTÃO DE VEÍCULOS DE COMBUSTÃO INTERNA.....</b>	<b>301</b>
<b>PROJETO DE UMA ENVOLVEDORA DE FILME STRETCH PARA EMBALAGEM DE BLOCOS DE CONCRETO PALETIZADOS .....</b>	<b>301</b>
<b>PROJETO DE UMA ESTUFA PARA ARMAZENAGEM DE ELETRODOS REVESTIDOS .....</b>	<b>302</b>

<b>PROJETO EXECUTIVO: TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO APLICADAS NO SHOPPING CIDADE JARDIM – SÃO PAULO SP</b> .....	303
<b>PROJETO PARA UM DISPOSITIVO DE TREINO DELTOIDE</b> .....	303
<b>PROPOSTAS TERAPÊUTICAS NO CAMPO DAS TOXICOMANIAS: COMO TRABALHAM AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS?</b> .....	304
<b>QUALIDADE ALIMENTAR DE PACIENTES DIABÉTICOS</b> .....	305
<b>QUALIDADE DE VIDA E PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DO PACIENTE ONCOLÓGICO DURANTE O TRATAMENTO</b> .....	306
<b>QUESTÕES ÉTICAS QUE ENVOLVEM O ABORTO</b> .....	307
<b>QUESTÕES ÉTICAS QUE ENVOLVEM O ABORTO</b> .....	307
<b>REAPROVEITAMENTO DA ÁGUA PROVENIENTE DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO</b> .....	308
<b>REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA PROVENIENTE DE LAVA-JATOS</b> .....	308
<b>RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA MEDIANTE AVERBAÇÃO DIRETAMENTE NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA PESSOA NATURAL</b> .....	309
<b>RECUPERAÇÃO DE UM EIXO VIRABREQUIM COM SOLDAGEM</b> .....	309
<b>RECYCLABLE CAN COMPACTOR (RCC): COMPACTADOR DE LATAS DE ALUMÍNIO</b> .....	310
<b>REDUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO ATRAVES DA QUALIDADE DE ENERGIA</b> .....	310
<b>REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL</b> .....	311
<b>REFLEXÕES SOBRE AS SOLUÇÕES PARA OBSTÁCULO ECONÔMICO AO ACESSO À JUSTIÇA</b> .....	312
<b>REFLEXOS DO IMPEACHMENT NO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES</b> .....	312
<b>REFORMA TRABALHISTA E A MODERNIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL</b> .....	313
<b>REFORMA TRABALHISTA E O DANO EXTRAPATRIMONIAL</b> .....	314
<b>REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL</b> .....	315
<b>REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL</b> .....	315
<b>REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b> .....	316
<b>REFORMA TRABALHISTA NOS CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO REFERENTE AOS INSTITUTOS DA JORNADA DE TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO</b> .....	316
<b>RELAÇÃO BIDIRECIONAL ENTRE DIABETES MELLITUS E DEPRESSÃO</b> .....	317
<b>RELAÇÃO DA FORÇA ABDOMINAL COM HIPERLORDOSE LOMBAR</b> .....	318
<b>RELAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO</b> .....	318
<b>RELAÇÃO ENTRE ASPECTOS BIOLÓGICOS E EFEITOS PSICOLÓGICOS NA MENOPAUSA</b> ..	319
<b>RELAÇÃO ENTRE DEMÊNCIA E DEFICIÊNCIA DE VITAMINA B12</b> .....	320
<b>RELAÇÃO ENTRE DIABETES MELLITUS TIPO 2 E ATIVIDADE FÍSICA REGULAR</b> .....	320
<b>RELAÇÃO ENTRE UTILIZAÇÃO DO FOTOPROTETOR E O CÂNCER DE PELE</b> .....	322
<b>RELAÇÃO POSTURAL DA COLUNA CERVICAL COM O DESENVOLVIMENTO DE DISFUNÇÕES TEMPOROMANDIBULARES</b> .....	322
<b>REPERCUSSÕES DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL</b> .....	323
<b>RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO</b> .....	324
<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS NAS CONDUTAS REPROVÁVEIS PRATICADAS POR ADVOGADAS NO AMBITO JURÍDICO</b> .....	324
<b>SANÇÕES APROPRIADAS ÀS INFRAÇÕES DISCIPLINARES COMETIDAS POR ADVOGADOS (AS)</b> .....	325

<b>SAÚDE BUCAL DA GESTANTE: DOENÇAS MAIS SUSCEPTÍVEIS A SEREM DESENCADEADAS NA CAVIDADE ORAL DURANTE PERÍODO GESTACIONAL</b> .....	325
<b>SAÚDE BUCAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 19 ANOS DE IDADE DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS</b> .....	326
<b>SEPSE EM REGIME INTRA-HOSPITALAR EM PACIENTES COM TCE</b> .....	327
<b>SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA ITINERANTE (S.A.J. ITINERANTE), À APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR DA PSICOLOGIA E O TRATAMENTO ADEQUADO AO CONFLITO</b> .....	328
<b>SÍNDROME DE BURNOUT EM ADOLESCENTES ESCOLARES</b> .....	328
<b>SISTEMA CARDIOVASCULAR</b> .....	329
<b>SISTEMA CARDIOVASCULAR, ANATOMIA INTERNA E EXTERNA E SUAS PATOLOGIAS</b> .....	329
<b>SISTEMA DE DRENAGEM, ARMAZENAMENTO E UTILIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS</b> .....	330
<b>SISTEMA DE MONITORAMENTO DE PARTICULADO NO AR</b> .....	330
<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA MOTORES DIESEL: SEGURANÇA E ECONOMIA</b> .....	331
<b>SOLDAGEM A ÁGUA COMO ALTERNATIVA AO USO DE OXI-ACETILENO</b> .....	331
<b>SOLUÇÃO DA EQUAÇÃO DE UMA PLACA PARA CONDUÇÃO TÉRMICA DE SISTEMAS BIDIMENSIONAIS ATRAVÉS DE SIMULAÇÕES</b> .....	332
<b>SOLUÇÕES PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b> .....	332
<b>SUCESSÃO LEGÍTIMA DOS ASCENDENTES E A CONCORRÊNCIA COM O CÔNJUGE</b> .....	333
<b>SUCESSÃO NOS CASOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM</b> .....	334
<b>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL APROVA CASO DE ADOÇÃO À BRASILEIRA</b> .....	334
<b>TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO APLICADAS AO NÚCLEO DE ATENÇÃO À SAÚDE E PRÁTICAS PROFISSIONALIZANTES- NASPP</b> .....	335
<b>TELEMEDIATIZAÇÃO DA JUSTIÇA: OPERAÇÃO LAVA JATO E O POPULISMO PENAL DISRUPTIVO</b> .....	336
<b>TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR E SEUS ASPECTOS</b> .....	337
<b>TRATAMENTO DA EPILEPSIA ATRAVÉS DO NERVO VAGO</b> .....	337
<b>TRATAMENTO DA OSTEOARTROSE</b> .....	338
<b>TRATAMENTOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA DIABETES E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES</b> .....	339
<b>TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO: MANEJO CLÍNICO E REABILITAÇÃO</b> .....	341
<b>TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO: VISÃO EPIDEMIOLÓGICA EM MONTES CLAROS</b> ..	341
<b>TRIBUNAL DO JÚRI: UM ESTUDO DA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA IMPARCIALIDADE DOS JURADOS E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA ATRAVÉS DA INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b> .....	342
<b>TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA E O PARADOXO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA</b> .....	342
<b>UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DA FAMÍLIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE INFRATOR</b> .....	344
<b>UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DAS DERIVADAS E SUAS APLICAÇÕES</b> .....	344
<b>USO DE ANTIDEPRESSIVOS EM ACADÊMICOS DE MEDICINA EM INSTITUIÇÃO PRIVADA</b> .....	345
<b>USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL</b> .....	346
<b>USO DE PÍLULAS ANTICONCEPCIONAIS COMO FATOR DE RISCO PARA TROMBOSE</b> .....	346
<b>UTILIZAÇÃO DO CIMENTO PORTLAND NA CONSTRUÇÃO CIVIL</b> .....	347
<b>VACINA CONTRA HPV NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO</b> .....	348

<b>VALIDADE DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEXUAIS .....</b>	<b>348</b>
<b>VIABILIDADE DO USO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E EDIFICAÇÕES .....</b>	<b>349</b>
<b>VÍNCULOS OBRIGACIONAIS E FORMAS DE ADIMPLENTO NO ÂMBITO DA REFORMA TRABALHISTA.....</b>	<b>349</b>
<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER .....</b>	<b>350</b>
<b>VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE A MEDICINA E O DIREITO.....</b>	<b>351</b>
<b>VOCÊ TEM FOME DE QUE? SALÁRIO MÍNIMO E NECESSIDADES VITAIS BÁSICAS .....</b>	<b>351</b>

## “MINHA CASA, MINHA VIDA”: INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO A MORADIA

SILVA, Maicom Macio Cardoso<sup>1</sup>; FERREIRA, Pablo Moura<sup>2</sup>; TORRES, Vânia<sup>3</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Discente da Fasa – Santo Agostinho <sup>3</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O direito à moradia, está previsto no rol dos direitos sociais, definidos nos artigos 6º à 9º da Constituição da República Federal de 1988(CRFB/88). Direitos estes que visam garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, para que tenham uma vida digna por meio da proteção e garantias dadas pelo Estado de Direito. **Objetivo:** A pesquisa busca analisar o Programa “Minha Casa, Minha Vida” como instrumento de efetivação do Direito à moradia. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** O Programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal. Esse Programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até 7 mil. O programa tem cinco modalidades para a Faixa 1 de renda (famílias com renda de até 1,8 mil reais): Empresas, entidades, FGTS, Municípios com até 50 mil habitantes e rural. Cada modalidade atende um público específico. Os recursos desse Programa são do orçamento do Ministério das Cidades repassados para a Caixa Econômica Federal. O Governo pode custear até 90% do total do imóvel, ficando, assim, 10% do valor para o beneficiante arcar, em 120 parcelas de R\$ 80,00 a R\$ 270,00 mensais. Como pontos positivos do Programa, destacam-se a redução do *déficit* habitacional; o tamanho do investimento feito pelo Governo; a velocidade na entrega dos imóveis; o subsídio, concedido pelo Governo Federal, que pode chegar até 90% do valor do imóvel; e a Sustentabilidade Social, que visa melhorar a qualidade de vida da população, diminuir as desigualdades sociais. Entre os pontos negativos, citam-se: localização periférica dos imóveis; padronização das construções, o que dificulta o atendimento das famílias mais numerosas; ausência de transparência nos cadastros, o que facilita a ação do tráfico. Apesar de o programa garantir o acesso ao financiamento e a posse da moradia, os beneficiários de baixa renda têm dificuldades em pagar as parcelas, sem atraso, para não serem desapropriados do imóvel, bem como têm dificuldade para se sustentar depois da mudança para o imóvel próprio. **Conclusão:** O programa “Minha Casa, Minha Vida” exige muitos desafios para atender a demanda, mas faz-se necessário reconhecer sua importância como política pública de efetivação do direito à moradia, uma vez que estimula o mercado imobiliário, reduz o *déficit* habitacional, facilitando o acesso à moradia às famílias de baixa renda.

**Palavras-chave:** Direitos Sociais. Direito Moradia. Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

## “NORDESTE, NORDESTE, NÃO TESTE”: IDENTIDADE CULTURAL NORDESTINA E CONTROLE NARRATIVO NA CANÇÃO SULICÍDIO (2016) DE BACO EXU DO BLUES E DIOMEDES CHINASKI

SANTOS, Jackson Onilson Leite<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes

**Introdução:** Na contemporaneidade, a dimensão da identidade dos sujeitos tem sido objeto de investigações ampliadas, como em Hall (2006) e Castells (2018). A formação identitária pode se caracterizar como instrumento de navegação social, construção política e insurgência. Instrumento esse que, aliado às tessituras do objeto artístico e midiático, difunde narrativas contundentes sobre o tecido e as narrativas centrais da sociedade. **Objetivo:** Analisar a canção *Sulicídio* (2016), colaboração do rapper Baco Exu do Blues e Diomedes Chinaski, considerando suas representações sobre identidade cultural e regional. **Método:** O estudo se caracteriza como do tipo descritivo, de natureza qualitativa e com abordagem documental, examinando como fonte de dados a canção *Sulicídio* (2016), interpretada pelos rappers brasileiros Baco Exu do Blues e Diomedes Chinaski. Para a análise do material, considerou-se o conteúdo lírico das canções por meio das técnicas de análise do conteúdo (BARDIN, 2007) e do discurso (MAINGUENEAU, 2004). As temáticas e discursos foram levantados por agrupamento e categorização, a partir de sua narrativa, interlocução, sintaxe e linguagem sobre identidade regional em Castells (2018), Hall (2006) e Ribeiro (2006). **Resultados:** “Sem amor pelos rappers do Rio, nem paixão por vocês de São Paulo”, a canção *Sulicídio* é a projeção insurgente de raiva e indignação com os modos e meios de difusão

e distribuição da produção de rap em âmbito nacional. O cenário musical do rap nacional nos anos 2000 se fez exclusivamente no eixo fluminense-paulista, um espaço onde músicos fora dessa centralização não se viam representados. Os rappers Baco Exu do Blues e Diomedes Chinaski compuseram e vocalizaram um confronto direto a esse sistema de centralização cultural. A letra aborda, além do panteão de MCs nacionais, um diálogo direto com o público ouvinte acerca de seu consumo cultural acomodado e idolatria a intérpretes e obras do eixo cultural nacional centralizador. *Sulicídio*, factualmente, tornou-se instrumento de revolução cultural para o rap nacional, ao estimular destaque e contato com músicos de outras regiões do país como Djonga (Belo Horizonte/MG) e Froid (Brasília/DF). A pulsão dos afetos, naturalmente presente no gênero, e a temática inflamada tornam a canção um projétil de identidade de resistência aos sistemas hegemônicos de cultura, e de identidade de projeto ao reclamar representatividade nacional e regional plurais (CASTELLS, 2018; HALL, 2006). Os reflexos líricos e a discussão política levantados com a produção tornaram-se flexões mercadológicas, ao descentralizar os holofotes midiáticos sobre a cena musical do rap nacional e tornar-se um projeto de insurgência pela regionalidade e pluralidade, naturalmente brasileiros (RIBEIRO, 2006). **Conclusão:** *Sulicídio* (2016) é um construto lírico e político que critica os sistemas hierarquizados e hegemônicos de produção e distribuição cultural. Traz ainda em seu escopo o projeto de visibilidade pelo gênero rap no cenário nacional e a representação de sua pluralidade regional. A canção é uma peça de identidade cultural regional e política, tornando-se formadora do indivíduo, suas aspirações, projetos e resistências.

**Palavras-chave:** Identidade cultural. Regionalidade. Música.

#### REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolo, 2006.

#### “SIT DOWN, BE HUMBLE”: KENDRICK LAMAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO NO ÁLBUM DAMN (2017)

MENDES, Sergio Siqueira<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** Hall (2006) e Castells (2018) têm discutido as dinâmicas, facetas e processos nos quais os sujeitos têm construído ou formado sua identidade na contemporaneidade. Essa formação do sujeito compreende a formação de novas narrativas do eu, calcada na gestão e manufatura dos afetos dissolvidos na experiência cotidiana. Mídia e música constituem-se observatórios privilegiados dessas transformações, já que aliam a expressão subjetiva em narrativas artísticas e culturais de alta adesão e alcance. **Objetivo:** Analisar o álbum *Damn* (2017) do rapper americano Kendrick Lamar, considerando a construção da narrativa sobre a política de afetos na formação da identidade do sujeito contemporâneo em Hall (2006) e Castells (2018). **Método:** O estudo se caracteriza como do tipo descritivo, de natureza qualitativa e com abordagem documental, examinando como fonte de dados o álbum *Damn* (2017), composto por 14 faixas, do rapper Kendrick Lamar. Para a análise do material, considerou-se o conteúdo lírico das canções por meio das técnicas de análise do conteúdo (BARDIN, 2007) e do discurso (MAINGUENEAU, 2004). As temáticas e discursos foram levantados por agrupamento e categorização, a partir de sua narrativa, interlocução, sintaxe e linguagem sobre identidade contemporânea face aos teóricos de base (HALL, 2006; CASTELLS, 2018). **Resultados:** Lamar desenvolve uma obra marcada por plásticas sonoras e textuais, a partir de oposições como LOVE/LUST, onde a contradição de afetos é abordada; e em PRIDE/HUMBLE, onde o exercício de si é posicionado. Em DUCKWORTH, XXX e BLOOD, o rapper discute a indissociabilidade do meio sócio-político como constituinte de sua identidade e pulsão de seu exercício. Em FEEL, FEAR, GOD e LOYALTY, a política de afetos dialéticos é evocada, complexificando os modos de sentir na atualidade, sem molduras moralizantes. DNA, ELEMENT e YAH versam sobre a formação da

identidade cultural do rapper e do homem negro comum, perpassando sobre as violências simbólicas e factuais como componentes identitárias. Em *Damn* (2017), Kendrick Lamar desenvolve uma hipernarrativa de seu tempo, abarcando as vivências e ambiências de ser afro-americano na atualidade. Sua obra declara uma identidade de engajamento, disposta a incidir sobre o tecido social a partir de sua realidade, tornando sua intersubjetividade e sua subjetividade instrumentos e indumentárias de ação. O conteúdo lírico do álbum evoca identidades de resistência e identidades de projeto, como postula Castells (2018), em um constructo integrado de formação pessoal, na gestão de afetos e no exercício da subjetividade como vetor de ação, denotando políticas identitárias reticuladas, como sustenta Hall (2006). **Conclusão:** *Damn* (2017) de Kendrick Lamar é uma produção complexa, na medida em que seu significado é decomposto: como álbum musical pela sonoridade narrativa e documental; como peça política ao evocar questões raciais; como plataforma identitária em sua política de afetos; como produção literária, sendo condecorado pelo Pulitzer no ano de 2018; e como produto midiático, transformador em sua concepção e difusão. Em suma, o álbum remonta a identidades contemporâneas, engajadas e conscientes, onde sua subjetividade se integra à objetividade da realidade a se transformar.

**Palavras-chave:** Identidade cultural. Pós-modernidade. Música.

#### REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

### A (DES) CRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS NO BRASIL

FONSECA, Matheus de Souza<sup>1</sup>; VIERA, Vânia Ereni Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc, <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** As drogas representam um grave problema de saúde pública no Brasil, razão pela qual se demonstra necessário repensar a questão da descriminalização como possível forma de minimizar as consequências negativas advindas da sua tipificação legal. **Objetivo:** O objetivo desse trabalho foi analisar a discussão doutrinária e jurisprudencial em torno da (des) criminalização do uso de drogas, buscando apresentar os apontamentos diversos existentes. **Metodologia:** Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e o procedimento monográfico, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Pelos resultados obtidos, verificou-se que a Lei n.º 11.343/06, denominada Lei de Drogas, foi promulgada com a finalidade de criar um sistema nacional de políticas sobre as drogas, além de tipificar as condutas criminosas envolvendo as drogas e dispor sobre o procedimento relativo aos crimes previstos na lei. Conforme se analisou, o artigo 28, da Lei de Drogas, estabelece como crime a conduta do uso de drogas, em que pese o tipo legal ter sido despenalizado. **Conclusão:** A conclusão a que se chegou foi que a descriminalização do uso de drogas estaria em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, haja vista a tipificação do uso de entorpecentes violar princípios constitucionais como a liberdade, a intimidade e a vida privada, porém diante da análise jurisprudencial, infere-se que persiste divergências entre os tribunais acerca do tema.

**Palavras-chave:** Descriminalização. Drogas. Lei n.º 11.343/06. Uso.

## A (IM)POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

RODRIGUES, Erick Samuel Araújo<sup>1</sup>; ARLETTAZ, Eloá Patrícia <sup>1</sup>; FREIRE, Bruno Bernardo Guimaraes<sup>1</sup>; GOMES, Paulo Victor Pereira<sup>1</sup>; MARTINS, Wesley Ramos<sup>1</sup>; CARVALHO, Fagner Campos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMOC; <sup>2</sup>Docente das FIPMOC

**Introdução:** Neste trabalho buscamos elucidar os vínculos obrigacionais decorrentes das relações de trabalho, bem como suas possíveis formas de adimplemento à luz da reforma trabalhista. Posteriormente, serão analisadas as mudanças no que tange à indenização civil decorrente da relação de emprego, tal como a regra de sucumbência proposta na reforma trabalhista. **Objetivo:** Identificar as principais mudanças da reforma trabalhista no que tange a indenização civil decorrente das relações de emprego após a Reforma Trabalhista. **Metodologia:** Quanto a relação dos procedimentos que foram adotados na pesquisa será do tipo bibliográfica, incluindo artigos da internet por se tratar de tema novo e baseia-se também em análise de produções doutrinárias sobre o tema Reforma Trabalhista apontando-se os resultados obtidos da relação e confronto entre as obras pesquisadas, para aplicação ao caso concreto. A pesquisa documental foi realizada através de textos, doutrinas e artigos. **Resultados:** Ante ao exposto foi constatado que o inadimplemento das obrigações é causa de responsabilidade civil. A reforma trabalhista tratou de regulamentar as indenizações decorrentes da relação de emprego, substituindo a expressão dano moral por dano extrapatrimonial. Esta mudança traz um amplo sentido na aplicação do que é dano para a CLT. Foi averiguado, também, que a reforma alterou o valor das indenizações, tendo como base o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Desse modo, deduziu-se a importância das penas de honorários sucumbenciais, novidade no processo trabalhista advinda com a reforma, recaindo sobre os litigantes de má-fé a responsabilidade de arcar com as custas processuais. **Conclusão:** Conclui-se que os vínculos obrigacionais decorrentes da relação de trabalho são as obrigações de dar dinheiro (pecuniária), por parte do empregador, e a obrigação de fazer, por parte do empregado. Além disso, inferiu-se que a forma de adimplemento decorrente da relação trabalhista é o pagamento e suas espécies de extinção de obrigações. São elas, a consignação em pagamento, a sub-rogação, a novação, a transação e o compromisso (arbitragem).

**Palavras-chave:** Reforma trabalhista. Relações de trabalho. Indenização.

## A (IM) POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

ARAÚJO, Dalila Aparecida Teixeira de<sup>1</sup>; CARVALHO, Vitória Francini Pereira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Alexandre Silva<sup>1</sup>; RIBEIRO, Maria Paula Oliveira<sup>1</sup>; CARVALHO, Fagner Campos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Consolidação das Leis Trabalhistas vivenciou alterações com a Reforma Trabalhista, com o advento da Lei nº 13.467/2017, que proporcionou não só impactos nas relações de emprego, como também flexibilização das relações trabalhistas. **Objetivo:** A pesquisa tem como objetivo identificar as principais mudanças da Reforma Trabalhista no que tange à indenização Civil decorrente das relações laborais após o encerramento do contrato de trabalho. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrina e legislação pertinente. **Resultados:** Com o advento da Reforma trabalhista pode-se observar a imposição de barreiras, ou seja, uma série de critérios que devem ser levados em conta pelo juiz ao apreciar o pedido de dano moral, como também notou-se impedimentos na liberação de indenizações que visassem a reparação de danos decorrentes das relações de emprego. Além disso, excluiu-se a coletividade como sujeito de direito, pois afirmou que a pessoa física e jurídica, são titulares exclusivas do direito à reparação, desta feita atenuou-se a representação dos sindicatos na representação dos direitos dos trabalhadores. **Conclusão:** No contexto que envolve a reforma trabalhista, é possível afirmar que as alterações acrescidas pela Lei 13.467/17 à CLT, vieram impor barreiras na concessão de indenizações decorrentes das relações de emprego, ao impor séries de medidas que o juiz deve levar em consideração, como também, a exclusão da coletividade como sujeito de direitos.

**Palavras-chave:** Reforma trabalhistas. Alterações. Lei.

## A ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

FERREIRA, Rebeca Rohlfs Peres<sup>1</sup>, Melissa Alves Maia<sup>1</sup>; PEREIRA, Edson<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc. 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O mundo moderno passa por várias transformações. A partir dessas mudanças, a entidade familiar, que encontra respaldo legal no artigo 226 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, também se modifica. O divórcio é assegurado pela Lei Maior supracitada que permite a dissolução da sociedade conjugal, remodelando-a. A partir da dissolução do casamento podem vir a surgir problemas, entre eles, a guarda dos filhos menores e a alienação parental. A alienação também pode ocorrer também em lares em que as pessoas não são casadas. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo analisar o conceito de alienação parental e suas consequências na vida dos filhos menores, sem, contudo, esgotar o assunto. **Método:** Realizou-se pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica com coleta de dados nas bases Scielo, Âmbito Jurídico e Google Acadêmico. **Resultados:** Entende-se a alienação parental como atitudes "(...) onde um dos genitores instiga a criança a sentir ódio e repulsa de outro genitor" (TRINDADE, 2004), e que tem início na disputa da guarda pelos genitores que, na maioria das vezes, acabam de sair de um relacionamento conturbado. O alienador, além dos pais da criança podem ser os avós, familiares, amigos, que manipulam o pai ou a mãe contra o outro para envolver a prole menor na rejeição ao outro genitor. A Lei nº 12.318/2010, no art. 2º, traz um rol exemplificativo de atitudes que são caracterizadas como alienação parental, tal atitude pode ser arguida a qualquer tempo, desde que seja provada. Com a incidência da alienação parental, ficam as sequelas emocionais e comportamentais para o menor. Essas sequelas são a síndrome da alienação parental (SAP), que permanece na estrutura psicológica do menor e molda sua personalidade contra a figura de um dos pais, passam a serem implantadas nos filhos, falsas memórias, diferentes daquela que conheceu por toda vida, tendo agora forçadamente um dos pais quase como inimigo. **Conclusão:** Perante a lei a alienação parental não é considerada crime devido à ausência de punição criminal específica para tal conduta. Entretanto, após a comprovação pelo juiz, o mesmo poderá determinar inúmeras medidas por se tratar de ações que afetam diretamente a vida psicológica do filho, e entre elas a *suspensão* da autoridade parental em relação ao alienador, visto que a contínua incidência pode agravar ainda mais a vida da criança.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Genitor. Filhos.

### REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 12.318, DE 26 de Agosto de 2010, Disponível em:**  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm). Acesso em: 29 de mai. de 2018.

TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito** – Porto Alegre: Livraria do Advogado, editora, 2004, p.160.

## A ANÁLISE DE SWOT EM UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE PANIFICAÇÃO EM MONTES CLAROS-MG

EVANGELISTA, Rodolfo Lima<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gabriel Alves de<sup>1</sup>; PASSOS, Camila Mendes<sup>1</sup>; PIRES, Rafael Santos<sup>1</sup>; SENA, Ramon Gustavo Rodrigues<sup>1</sup>; MARQUES, Heráclides Veloso<sup>2</sup>  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A Análise de *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (SWOT) é uma ferramenta imprescindível que diagnostica o ambiente interno e externo na qual a empresa está inserida, apontando as suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, auxiliando o gestor na tomada de decisões e na criação de estratégias. **Objetivo:** A pesquisa objetivou identificar e analisar os fatores que integram no ambiente interno e externo em uma empresa de panificação na cidade de Montes Claros-MG. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, definida como uma entrevista com o gestor e uma observação sistemática do cenário atual de uma empresa. **Resultados:** Com a presente pesquisa, notou-se que os fatores que integram no ambiente interno na identificação de suas forças foram à qualidade de seus produtos ofertados, a fidelização de seus clientes e o fornecimento dos produtos para outras empresas, representando assim, os seus pontos fortes que ajuda a manter-se no mercado. Contudo, fatores como a pouca divulgação da empresa, a falta de estacionamento para os clientes e os preços acima dos concorrentes,

apresentou aspectos que precisam ser melhorados na identificação dos pontos fracos considerados como fatores de fraquezas da empresa. No ambiente externo, observou-se que as oportunidades identificadas para a empresa se posicionar e inovar-se melhor no mercado foi aderir ao modelo *delivery* para trazer uma maior comodidade aos clientes, a criação de produtos na linha *Fitness* para os clientes que procuram ter uma vida mais saudável e desenvolver estratégias de divulgação da panificadora, nas ameaças, certificou-se o aumento do número de empresas do segmento de panificação, as constantes mudanças do comportamento dos consumidores e a variação dos preços dos insumos, ocasionando assim, prejuízos para a empresa. **Conclusão:** Concluiu-se, portanto, que os fatores que integram o ambiente interno podem ser controlados pelos gestores que compreendem as forças e as fraquezas, pois relacionam-se com os bens pertencentes da empresa. No ambiente externo, notou-se que a empresa não controla os seus fatores identificados nas ameaças e nas oportunidades, porém o gestor pode aproveitar as possíveis oportunidades para um melhor resultado na empresa, minimizando e evitando os riscos propostos nas ameaças.

**Palavras-chave:** Análise de SWOT. Força. Ameaça. Fraqueza. Oportunidade.

### **A ARBITRAGEM COMO FORMA ALTERNATIVA DE ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE DA AUTONOMIA PRIVADA**

FERNANDES, Carlos Henrique Silveira<sup>1</sup>; CAXITO, Erick Leão Batista<sup>1</sup>; VIEIRA, Guilherme Ribeiro<sup>1</sup>; BRAGA, Marcus Alexandre da Silva<sup>1</sup>; CUNHA, Pedro Henrique Leobas<sup>1</sup>; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMOC; <sup>2</sup>Docente das FIPMOC

**Introdução:** O direito ao acesso à justiça é assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) em seu artigo 5º, XXXV e também pelo artigo 8º, I da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - São José da Costa Rica. Uma vez que o acesso à justiça é um direito humano e essencial ao completo exercício da cidadania, ele se refere ao direito que todos os indivíduos têm de ter acesso ao Judiciário, mas não a ele somente, alcança também o acesso a aconselhamentos, consultorias e meios alternativos de solução de conflitos, em especial, a arbitragem. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a moderna concepção da autonomia privada e a consequência dessa na arbitragem. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** Falar em acesso à ordem jurídica justa é também falar em justiça eficaz, que é um dos maiores problemas do sistema jurídico brasileiro nos tempos hodiernos, dadas as circunstâncias que fazem com que o judiciário se torne cada vez mais difícil de ser acessado, uma vez que se encontra em meio a um grande acúmulo de processos, desde os mais simples até os mais complexos, que contribuem com a morosidade do judiciário. Em busca de agilizar os processos judiciais brasileiros e dar uma maior tranquilidade ao Poder Judiciário, existem as formas alternativas de resolução de conflitos, sendo elas a mediação, conciliação, negociação e arbitragem. Esta última visa resolver o conflito existente de forma extrajudicial, contando com a ajuda de um terceiro que funcionará como árbitro e decidirá a respeito do conflito em questão. Existe também nas relações humanas conflituosas, a autonomia privada, que significa o poder de autorregulação e autodeterminação que as partes envolvidas em um conflito possuem. Esta autonomia por sua vez, gera algumas consequências na arbitragem, o que pode ser observado na lei nº 9.307 de 23 de Setembro de 1996. **Conclusão:** Conclui-se que, muitas são as consequências que a moderna concepção de autonomia privada traz para a arbitragem, sendo elas, o poder que as partes terão de livremente escolher as regras que serão aplicadas na resolução do conflito, observando sempre os bons costumes e o seguimento da lei, além disso, é importante que sempre haja a manifestação das partes, ou de pelo menos uma delas, para que seja iniciada a arbitragem e para que se mantenha uma relação pautada na autorregulação.

**Palavras-chave:** Autonomia privada, Arbitragem, Acesso à justiça, Direitos humanos

## A ATUAÇÃO DO DIREITO PENAL PARA PREVENÇÃO E REPROVAÇÃO DOS CRIMES CONTRA A IMAGEM

BORGES, Maria Clara Veloso<sup>1</sup>; QUINTILIANO, Mariana Cavalcante<sup>1</sup>; VIANA, Rodrigo Gomes Rodrigues<sup>1</sup>; Ó, Thayná Dias Ferreira do<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre de<sup>2</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A tutela do direito de imagem pelo Código Penal se dá de forma indireta, não há uma tipificação específica pra violações desse direito, contudo, nota-se sua proteção através dos artigos que versam sobre os crimes contra a honra. **Objetivo:** Analisar a prevenção e reprovação dos crimes contra a imagem do cidadão pelo Código Penal. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em doutrinas jurídicas, legislações e jurisprudências brasileiras, e artigos disponibilizados em meio eletrônico. **Resultado:** O direito de imagem encontra proteção no Código Penal nos artigos que tratam dos crimes contra a honra, sendo eles os artigos 138, 139 e 140/CP. O objetivo dessa tipificação é proteger a honra, tanto em seu aspecto subjetivo (os valores que a pessoa atribui a si mesma, voltada para sua dignidade) quanto objetivo (diz respeito à forma como a pessoa é vista pela sociedade, sua reputação), e implicitamente a imagem do cidadão. Como forma de prevenir e reprovar a violação aos direitos de honra e imagem, o Código Penal prevê punições específicas para os crimes de calúnia, difamação e injúria. A calúnia se trata da falsa imputação criminosa a outrem, sendo atribuída pena de detenção de 6 meses a 2 anos e multa. A difamação consiste em atribuir a alguém fato ofensivo a sua reputação, a pena prevista é de 2 meses a 1 ano de detenção e multa. Por fim, a injúria é quando o agente expõe outrem de forma negativa, ofendendo sua honra subjetiva, a pena aplicada é de 1 a 6 meses de detenção ou multa. **Conclusão:** Conclui-se que apesar de não haver uma tipificação específica no Código Penal para crimes que atentam contra o direito de imagem, o mesmo está amparado de forma indireta pelos artigos 138, 139 e 140 que versam sobre os crimes contra a honra. Como forma de prevenção e reprovação das violações a esse direito, são aplicadas penas de caráter restritivo e também de multa, cumulativamente ou não, quando se constatar que houve calúnia, difamação ou injúria.

**Palavras-chave:** Crimes contra a honra. Direito de Imagem. Código Penal.

## A AUTONOMIA PRIVADA E A ARBITRAGEM

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de<sup>1</sup>; ALMEIDA, Sara Pereira de<sup>1</sup>; BORBOREMA, Marina Rego<sup>1</sup>; MOL, Layanne Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Silveira<sup>1</sup>; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc ; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O acesso à justiça, apesar de eficaz, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º inciso XXXV, não pode ser considerado eficiente, uma vez que o mesmo enfrenta obstáculos que impedem a sua ação de forma justa e igualitária entre todos. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a moderna concepção da autonomia privada e a consequência desta na arbitragem. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental. **Resultados:** Verificou-se que, devido aos obstáculos enfrentados no acesso à justiça através da jurisdição como principal meio de resolução de conflitos, vem sendo cada vez mais utilizados meios alternativos a isso, como, entre outros, a arbitragem. Essa se caracteriza por ser uma forma na qual as partes opostas buscam uma solução à lide através da intervenção de um árbitro que irá proferir decisão obrigatória sobre a mesma. Ademais, apesar de estar fora do meio judicial, existem premissas que a regulam, tornando válidos os processos arbitrários. A autonomia privada, por sua vez, é a capacidade das partes de se autorregular e autodeterminarem, ultrapassando a autonomia da vontade (poder cedido pelo estado de se autorregular). **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a autonomia privada, caracterizada por ser a vontade que provoca efeitos jurídicos e ainda representar a liberdade de atuar juridicamente, pode ser relacionada à arbitragem, haja visto que essa tem como objetivo promover o acesso à justiça de forma eficiente, garantido, dessa forma, a liberdade, assim como na autonomia privada, de solucionar conflitos formalmente.

**Palavras-chave:** Autorregulamentação. Autodeterminação. Arbitragem.

## A COMPATIBILIDADE DA TESE FIRMADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO TEMA 692 COM A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

MENDES, Juliana Rielli Silveira D'Angeles<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente da UNIMONTES; <sup>2</sup> Doutora em Direito Processual pela PUCMinas, Mestre em Ciências Jurídicas-políticas pela UFSC. Professora do Curso de Direito da UNIMONTES, FAVAG e FIPMoc.

**Introdução:** O presente trabalho tem como tema a compatibilidade da tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no tema 692 acerca da obrigação de devolução dos benefícios previdenciários recebidos em tutela provisória reformada com a dignidade da pessoa humana. **Objetivo:** Assim, busca-se analisar a compatibilidade do posicionamento do STJ sobre a repetibilidade das verbas recebidas de boa-fé em tutela provisória posteriormente revogada com o princípio da dignidade da pessoa humana. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Ainda, utilizou-se o método de abordagem dedutivo. **Resultados:** Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), o princípio da dignidade da pessoa humana estabeleceu-se como fundamento do Estado Democrático de Direito, denotando uma nova ordem constitucional voltada ao ser humano de forma a garantir seu pleno desenvolvimento. Constitui-se, dessa forma, como princípio norteador de interpretação das normas que compõem o ordenamento jurídico brasileiro, agindo como limite ao poder estatal. Primariamente, entendia-se que as parcelas previdenciárias possuíam caráter alimentar e, por conta disso, o Tribunal posicionava-se no sentido da irrepitibilidade das parcelas de benefício previdenciário percebidas de boa-fé em sede de tutela provisória de urgência posteriormente revogada. Contudo, modificou-se tal posicionamento em 2014 quando o STJ julgou como repercussão geral o tema 692, firmando a tese de que a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos. Essa tese firmada fundamenta-se na instabilidade do instituto da tutela provisória e na vedação legal ao enriquecimento sem causa, estabelecendo a incidência do princípio da dignidade da pessoa humana como limite no momento de efetivo ressarcimento ao erário. **Conclusão:** Denota-se, desse modo, a tensão existente entre o princípio que veda o enriquecimento sem causa e o princípio da irrepitibilidade dos alimentos, fundado na dignidade da pessoa humana, quando da determinação da devolução das parcelas de benefício previdenciário percebidas em sede de tutela provisória de urgência posteriormente revogada. Nesse sentido, o posicionamento do STJ no tema 692 prioriza a análise processual acerca da instabilidade do instituto da tutela provisória e da vedação legal ao enriquecimento sem causa em detrimento da natureza alimentar das verbas previdenciárias como constitutivo da dignidade da humana, deslocando o princípio da dignidade da pessoa humana como diretriz da forma de ressarcimento, devendo incidir no caso concreto.

**Palavras-chave:** Irrepitibilidade. Benefício Previdenciário. Tutela Provisória. Dignidade da Pessoa Humana. Direito Processual Civil.

## A COMPOSIÇÃO DO STF E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO

HONÓRIO, Mário Sérgio Librelon<sup>1</sup>; VIEIRA, Vânia Ereni Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A composição do Supremo Tribunal Federal no ordenamento jurídico brasileiro é questão de extrema relevância, haja vista o grau de subjetividade que permeia o artigo 101 da Constituição Federal do Brasil (CRFB/88) e proporciona indicações políticas ao quadro de ministros desta corte, o que leva ao aparente conflito com o princípio da separação das funções do Estado, que se encontra no artigo 2º do mesmo diploma e que estabelece os Poderes independentes e harmônicos entre si. **Objetivo:** O presente estudo objetivou analisar a composição do STF sob a perspectiva do princípio da separação das funções do Estado. **Método:** Para realização do trabalho, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, sob o método de exploração dedutivo. **Resultados:** Verificou-se que a CRFB/88 como alicerce do Estado Democrático de Direito estabelece o princípio fundamental da separação das funções do Estado, assim tal princípio, garante a independência e autonomia dos três Poderes. Constatou-se também que o Poder Judiciário, como um dos três Poderes do Estado é essencial para garantir a harmonia e independência entre os poderes, possuindo como função típica a composição das lides nos casos levados à sua apreciação e atípica de administrar e legislar quando a Constituição lhe permite. Desse modo o Judiciário, possui órgãos autônomos e independentes com prerrogativas e sujeições constitucionais para que este não sofra interferência política dos demais Poderes. Observou-se, igualmente que o Poder Judiciário, possui um órgão de cúpula, o Supremo Tribunal Federal (STF), com função precípua, de guarda da Constituição. No

que concerne à composição deste órgão, CRFB/88, é de escolha direta e livre do Presidente da República. Por derradeiro, aferiu-se o modo de composição dos ministros do STF fazendo uma comparação do atual texto normativo com a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, que assegura, aparentemente, mais independência ao Judiciário, afastando-o assim de influências políticas na composição de ministros da Corte Suprema brasileira. **Conclusão:** Concluiu-se que o texto normativo do artigo 101 CRFB/88, não traz diretrizes objetivas para a composição de ministros do STF, deixando à livre escolha do Presidente da República que pode trabalhar as suas indicações conforme aspirações políticas, desse modo invoca-se a PEC para que a forma de composição dos ministros do STF se torne mais jurídica e menos política.

**Palavras-chave:** Separação das Funções do Estado. CRFB/88. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. PEC 35/2015.

## A CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DO DIREITO DENTRO PRÁTICAS JURÍDICAS

FRANÇA, Alexia Castro<sup>1</sup>; MOREIRA, Renan Almeida<sup>1</sup>; MOEBUS, Marcelo Nilo Narciso<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Teoria Tridimensional do Direito compreende essa realidade jurídica como: elementos de fato ordenados valorativamente em um processo normativo (REALE, 2002). **Objetivo:** A presente pesquisa propôs verificar o uso da Teoria Tridimensional do Direito na prática jurídica. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. O procedimento utilizado para a coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo-se um estudo entre os conhecimentos adquiridos e a literatura. **Resultados:** A Teoria Tridimensional do Direito foi criada com o intuito de superar as abordagens meramente normativas, por consequência, integrou e deu sentido às partes da Filosofia do Direito, uma vez que essa é dividida em duas partes: parte geral; partes especiais. Essa ciência social se divide em três dimensões (fática, valorativa e normativa). A teoria afirma que o Direito não deve ser interpretado apenas no âmbito normativo, mas sim no conjunto das três dimensões, caracterizando-o como tridimensional. Ademais, as partes especiais da Filosofia do Direito aparecem da seguinte maneira: a culturologia jurídica, que estuda os pressupostos sócio-históricos da dimensão fática dentro da realidade jurídica; a deontologia jurídica, que analisa os fundamentos axiológicos do âmbito valorativo dentro da prática jurídica; a epistemologia jurídica, que está designada a entender os princípios lógicos do aspecto normativo dentro da experiência jurídica. Eis que a atividade judiciária não deve ser puramente técnica e exterior aos fatos sociais, já que a lei feita pelos representantes do povo deve ser a expressão da legitimidade e, portanto, não se desprende das influências axiológicas. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que a Teoria Tridimensional do Direito é utilizada no âmbito jurídico a fim de alcançar o exímio objetivo do Direito, a justiça.

**Palavras-chave:** Teoria Tridimensional do Direito. Fato. Valor. Norma. Justiça.

### REFERÊNCIA:

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito:** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

## A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

AGAPITO, Dhara<sup>1</sup>; CARDOSO, Gabriel<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Luana<sup>1</sup>; VIEIRA, Maria Carolina<sup>1</sup>; BARRETO, Vitória<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça não envolve somente o acesso ao poder judiciário, mas também a garantia de resultados eficazes e justos. Em vista disso, devido aos obstáculos jurisdicionais para com a alcançabilidade jurídica, esta acaba se tornando de difícil acesso, fazendo assim necessário meios alternativos de entrada a justiça, tais como a conciliação e mediação. **Objetivo:** Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar se a mediação e a conciliação são formas eficazes de acesso a justiça. **Métodos:** Para tanto, a pesquisa foi realizada de forma exploratória, qualitativa, bibliográfica e documental. Os dados foram coletados nas bases de dados online: Âmbito Jurídico, Jus Brasil, e em doutrinas e legislação pertinente ao tema. Para localização dos textos foram utilizadas as seguintes

palavra-chave: Acesso a Justiça; Consensuais; Conciliação; Mediação. **Resultados:** Verificou-se que os obstáculos vigentes para a efetivação do acesso a justiça, esta cercado por problemas como a estrutura precária do ensino jurídico, práticas jurídicas, hábitos profissionais, pesquisa e teorias jurídicas e prestação de serviços legais, que não tem dado o devido valor ao tema 'Acesso à Justiça', além disso, podemos citar a morosidade da decisão judicial e o alto custo da prestação jurisdicional. Dessa forma, são considerados como principais obstáculos para alcançar o eficaz acesso a justiça, os elementos de natureza temporal, econômica e psicológica. Os meios adequados de resolução de conflitos apresentam um novo tipo de cultura na solução destes, são totalmente centrados nas tentativas para negociar harmoniosamente a solução desses conflitos, em um sentido direcionado à pacificação social, além disso prezam pelos princípios da economia de gastos no processo, pela praticidade e rapidez, tendo como exemplo a mediação e a conciliação. A mediação representa um procedimento destinado a solucionar o conflito sem a intervenção do Poder Judiciário, por meio de um terceiro que irá utilizar técnicas dentro de um procedimento estruturado de forma a facilitar a comunicação entre as partes. A conciliação é um processo voluntário e pacífico que cria um ambiente propício para as partes se concentrarem na procura de soluções tendo como objetivo proporcionar as partes uma ótima solução ao problema, havendo ganho para ambos envolvidos. Com base nisso, é importante ressaltar que para se alcançar um acesso à justiça justo e eficaz é necessário que ocorra a organização dos serviços processuais e de cidadania que irão estimular a resolução de conflitos por meios alternativos, tais como a mediação e a conciliação. **Conclusão:** Conclui-se que os métodos da conciliação e da mediação são formas mais céleres e acessíveis ao cidadão na busca da resolução de um conflito, haja vista que são formas mais céleres e acessíveis em âmbitos de praticidade e economia ao cidadão na busca da resolução de um conflito, caracterizando assim o acesso a ordem jurídica justa.

**Palavras-chave:** Acesso a Justiça. Consensuais. Conciliação. Mediação.

### A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

BARBOSA, Maria Clara Batista<sup>1</sup>; BOTELHO, Paulo Cesar Barbosa<sup>1</sup>; LEAL, Lucas Horta<sup>1</sup>; MEIRELES, Ildenir Emanuel Cruz<sup>1</sup>; ROSA, Lucas Vinicius Rodrigues<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do Curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente do Curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** A conciliação e a mediação são considerados métodos alternativos de solução de conflitos, visto que não requerem presença do judiciário, facilitando assim todo o processo, de forma justa para ambas partes interessadas, sem que haja tanta morosidade como no caso da Jurisdição. **Objetivo:** O presente estudo propõe analisar os métodos alternativos como instrumentos de alcance à justiça e a sua efetividade. **Metodologia:** Foi realizada uma análise qualitativa de cunho exploratório, utilizando de uma pesquisa bibliográfica elaborada com base em matérias já publicadas. **Resultados:** A Mediação e Conciliação são alternativas eficazes em grande parte dos casos, uma vez que são métodos práticos e viáveis, com um fácil acesso á todos que precisam resolver seus conflitos, sem que haja necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. Sendo assim, na mediação, que ocorre quando há vínculo anterior entre as partes, o terceiro que é denominado de mediador, tem como função apenas auxiliar as partes, facilitando assim o diálogo entre as mesmas, sem ter nenhum poder de decisão. Enquanto na conciliação, o terceiro em questão é o conciliador que tem o dever de orientar e impor soluções ás partes. **Conclusão:** Com isso, pode-se concluir que, os instrumentos alternativos de acesso à justiça já mencionados, deveriam ser mais adotados pela sociedade, visto que os mesmo garantem tamanha efetividade, de forma mais rápida, e justa para os dois lados conflitantes, pois permite que de certa forma, as próprias partes construam suas respostas de forma consensual, para atingir a paz social, fazendo assim com que descongestione o Poder Judiciário, evitando então que ocorra a morosidade para se resolver os litígios.

**Palavras-chave:** Conciliação. Efetivação. Justiça. Mediação.

## A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

ANDRADE, Milena Barbosa<sup>1</sup>; CORREA, Bruna Thais Cardoso<sup>1</sup>; FONSECA, Iara Leite<sup>1</sup>; LIMA, Bruna de Sá Ferreira<sup>1</sup>; LOIOLA, Marcine Vieira<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é uma garantia constitucional, que visa promover a efetiva tutela dos direitos fundamentais, todavia, tendo em vista que o poder judiciário enfrenta obstáculos para atender toda a demanda, tornou-se necessário a utilização de meios alternativos, como a conciliação e a mediação, para efetivar o acesso à justiça para toda a população. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar a conciliação e a mediação como formas consensuais de resolução de conflitos a fim de promover o acesso à justiça. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** O poder judiciário atual não dispõe da estrutura necessária para que o acesso à justiça seja eficaz e justo, isso se dá, devido a obstáculos como o grande número de processos acumulados que ocasionam a morosidade. Nesse sentido, os meios autocompositivos são utilizados como formas de promover um acesso à justiça célere e justo. Assim, a conciliação é usada em relacionamentos casuais, onde não existe relação continuada e conta com a participação de um terceiro que decide o conflito, já na mediação, existe um vínculo entre as partes e o terceiro apenas facilita o diálogo, analisando o conflito de forma mais aprofundada, a fim de satisfazer os reais interesses de cada um. Observou-se então que, os meios autocompositivos possibilitam que as próprias partes resolvam seus conflitos de maneira consensual através do diálogo, assim, além do fácil acesso, os meios alternativos se mostram mais eficazes por tratar o litígio de forma ampla e justa. **Conclusão:** Dessa maneira, as formas consensuais de resolução de conflitos, ou seja, a conciliação e a mediação se tornam mais eficazes em determinadas situações, visto que buscam a solução do conflito de forma mais célere e eficaz, com o objetivo de analisar o caso como um todo, considerando os interesses e peculiaridades de cada parte, reestabelecendo relações e por fim efetivando o acesso à justiça.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Conciliação. Mediação. Meios autocompositivos. Resolução de conflitos.

## A CONTRADIÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DO GOVERNO E O CRESCIMENTO DO DÉFICIT DE MORADIAS

LOPES, Jéssica de Cerqueira<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Mariana Fernandes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** As condições para avaliar o índice de déficit habitacional no país giram em torno da condição de ocupação dos domicílios, quantidade de cômodos e pessoas por domicílio, acesso aos serviços públicos e porcentagem de bens de consumo duráveis. Entende-se que há o déficit habitacional quando a quantidade de pessoas é maior que a quantidade de casas. Porém, a questão é: realmente faltam moradias para a população ou os incentivos para solucionar o problema das pessoas que não possuem onde morar são propostos de forma errônea? O governo surgiu com o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) objetivando reduzir o índice de déficit de moradia, entretanto de acordo com Sindicato da Construção do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), em 2017 o déficit habitacional brasileiro atingiu a marca de 7,7 milhões de domicílios, o terceiro pior índice da história, segundo um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Objetivo:** Contrastar a realidade brasileira no tocante à falta de moradias com o tipo de incentivo proposto pelo governo para solução desse problema. **Método:** Trata-se de estudo bibliográfico, qualitativo, de caráter exploratório. **Resultados:** Ao investigar os dados fornecidos pelo IBGE, entre os anos de 2009 e 2015 o déficit geral teve um aumento de 5,9%, tendo como componentes mais evidentes a habitação precária e o alto gasto com aluguel. Entretanto, exatamente no ano de 2009 é que o programa MCMV foi criado pelo governo como principal solução para questão de falta de moradia. Também através do IBGE colheu-se o dado de que, em 2010, haviam mais casas vazias em São Paulo do que pessoas sem moradia. **Conclusão:** Constata-se, então, que o problema da falta de moradia no Brasil gira em torno do tipo de incentivo proposto pelo governo. O estímulo que o brasileiro recebe, inclusive através do MCMV, é de

construir e buscar a todo custo a casa própria, excluindo a possibilidade de obter uma moradia através do aluguel. Uma boa solução para diminuir esse índice se dá justamente propondo programas que sirvam de auxílio para diminuir para o cidadão o alto gasto do aluguel, tendo em vista que, de acordo com os dados, esse, juntamente com as habitações precárias, é o principal fator para tornar ainda maior o índice do déficit geral.

**Palavras-chave:** Deficit. Moradia. Política Habitacional.

#### REFERÊNCIAS:

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. CARÊNCIA HABITACIONAL E DÉFICIT DE MORADIAS: QUESTÕES METODOLÓGICAS. São Paulo em Perspectiva, [s.l.], v. 15, n. 1, p.73-84, jan. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392001000100009>.

BERTOLINI, Enzo. Piora o déficit habitacional nacional, segundo o SindusCon-SP: Regiões Sudeste e Nordeste são as mais atingidas, sendo o estado de São Paulo o que possui a maior carência. 2017. Disponível em: <<https://www.sindusconsp.com.br/piora-o-deficit-habitacional-nacional-segundo-o-sindusconsp/>>. Acesso em: 24 maio 2018.

### A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO POR MEIO DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

DIAS, Beatriz Ferreira<sup>1</sup>; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; LIMA, Paula Pinheiro<sup>1</sup>; SANTOS, SkarlathyLorrany Adriano dos<sup>1</sup>; MOEBUS, Thereza Christina Narciso<sup>2</sup>.  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A psicologia jurídica surgiu na segunda metade do século XIX com o intuito de analisar as particularidades psicológicas dos indivíduos e, a princípio, mitigava-se a psicologia do testemunho, já que a partir das provas periciais e dos exames criminológicos buscavam-se recursos quantitativos para avaliar a sanidade mental do indivíduo. **Objetivo:** Objetivou-se analisar a contribuição da psicologia jurídica frente ao sistema prisional brasileiro por meio de uma visão interdisciplinar. **Método:** Utilizou-se o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrinas, bem como em materiais disponibilizados em sala de aula. **Resultados:** A psicologia jurídica sofreu um grande avanço ao buscar compreender, interpretar e auxiliar as situações jurídicas, em especial, referentes ao sistema prisional, em que o Direito, por si só, não possuía crivo suficiente para lidar e, por meio da interdisciplinaridade, vem trazendo contribuições para a esfera jurídica, não somente nas ações da direito de família. Em relação à atuação do psicólogo, este assessora, direta ou indiretamente, à justiça e, no que diz respeito ao sistema prisional, possui um significativo papel ao auxiliar e amparar os encarcerados e seus familiares, além de analisar a capacidade de sua reintegração na sociedade após o cumprimento da pena. O psicólogo frente àqueles que estão em cárcere busca compreender os motivos, a personalidade e a conduta do criminoso, a fim de que se entenda o que se passa e o que se passou no cometimento do delito, uma vez que por trás de cada detento que compõe o sistema carcerário brasileiro, possuem histórias de mazelas e necessidades que foram silenciadas pelo sistema. Diante disso, é visto no psicólogo a oportunidade de amenizar as consequências decorrentes da privação de liberdade e direitos, uma vez que o profissional possui compromisso com seu modo de viver ao transpor a responsabilidade do indivíduo para com ele mesmo. Entretanto, com a crise no sistema prisional, o psicólogo necessitaria de um maior amparo e, principalmente, de regulamentações específicas, uma vez que não há normas direcionadas para tanto, já que as leis brasileiras estão acima do código de ética do profissional em questão, desse modo, percebe-se uma omissão. **Considerações finais:** Diante do exposto, foi possível concluir que a psicologia jurídica robusteceu o âmbito jurídico referente ao sistema prisional brasileiro ao trazer uma nova interpretação dos fatos por meio de uma perspectiva interdisciplinar, em que o psicólogo assumirá sua própria função, isto é, não atuará como um operador do Direito. Sendo assim, é estabelecido um diálogo entre as formalidades do Direito e o altruísmo da psicologia, permitindo, portanto, um aprimoramento na reintegração do indivíduo dentro do sistema prisional brasileiro.

**Palavras-chave:** Psicologia. Direito. Sistema Prisional. Interdisciplinaridade

#### REFERÊNCIAS:

GONÇALVES, Marcus Vinicius. **A importância da psicologia para o direito**. 2017. Disponível em: <<https://markullino1987.jusbrasil.com.br/artigos/435817157/a-importancia-da-psicologia-para-o-direito>> Acesso em: 09 abr. 2018.

MATTOS Adriane Ellwein de. **A atuação do psicólogo jurídico no sistema prisional**. 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-atuacao-do-psicologo-juridico-no-sistema-prisional>> Acesso em: 09 abr. 2018.

TEBALDI, Eduardo. **A psicologia, suas implicações no direito e a importância das duas áreas trabalhando em conjunto**. 2015. Disponível em: <https://eduardotebaldi7.jusbrasil.com.br/artigos/199954612/a-psicologia-suas-implicacoes-no-direito-e-a-importancia-das-duas-areas-trabalhando-em-conjunto> Acesso em: 09 abr. 2018.

## A COOPERAÇÃO DA ACEITAÇÃO POPULAR DO JEITINHO BRASILEIRO PARA A OBSCENIDADE DA CIDADANIA

BITTENCOURT, Afrânio Henrique Pimenta<sup>1</sup>; SOARES, Giovana dos Santos<sup>1</sup>; PARDIM, Rebecca Almeida Guimarães<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FipMoc. <sup>2</sup>Docente das FipMoc.

**Introdução:** A prática do jeitinho brasileiro, uma modalidade oblíqua de descumprimento da lei e de corrupção, segundo Habib (1994), já estaria institucionalizada no Brasil, como forma de se contornar a intransigência e a impessoalidade de algumas normas, inclusive da própria lei, quando há a presença de interesse. **Objetivo:** Analisar como a aceitação popular perante o jeitinho brasileiro coopera para a obscenidade da cidadania. **Método:** Pesquisa qualitativa com procedimento bibliográfico. Os dados obtidos advêm de livros nos formatos físico e eletrônico. **Resultados:** Com vistas ao bem da coletividade e do indivíduo, os direitos e os deveres do cidadão devem ser observados, preservando, assim, a cidadania. Infelizmente, enraizado em nossa cultura está o jeitinho brasileiro, uma nomenclatura popular e amenizadora, dada a um costume corrupto que paira sobre as nossas relações interpessoais. Esse enraizamento se faz tão profundo em nossa sociedade, que é, por vezes, aceito, mesmo sendo daninho. Disso decorre a obscenidade da cidadania. Quando um político obtém vantagens ilegais, para si ou para outrem, em virtude de seu mandato e é popularmente perdoado sob a sentença do “roubou, mas fez”, fica evidente a contribuição da aceitação popular perante o jeitinho brasileiro para que a cidadania se torne obscena. Na política, a obscenidade da cidadania é mais evidente, dada a sua dimensão. No entanto, o jeitinho brasileiro engloba diversos âmbitos da sociedade - desde a redistribuição irregular de energia elétrica e de água até os escândalos do Mensalão e da Lava Jato, deflagrados durante a governança do Partido dos Trabalhadores. A aceitação popular possibilitada que o jeitinho brasileiro se propague e lese, cada vez mais, a coesão da sociedade brasileira, pois nos condena a salvaguarda da impunidade. **Conclusão:** Conclui-se que o “jeitinho brasileiro” acha-se diretamente ligado à corrupção, estando conseqüentemente relacionado à obscenidade da cidadania, uma vez que, trata-se da amenização ou camuflagem de um ato ilícito não apenas em meio político e econômico, como também em âmbito moral já que são explícitas diversas atitudes corruptas típicas nos brasileiros, desde o “furar a fila” até às grandes corrupções cometidas por políticos. Sendo assim, não raro deparamos todos os dias com uma cidadania repleta de obscenidade.

**Palavras-chave:** Cidadania. Jeitinho brasileiro. Corrupção.

### REFERÊNCIA:

HABIB, Sérgio. Brasil: quinhentos anos de corrupção. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. Editor, 1994, p.111.

## A CRIMINALIDADE FEMININA E FATORES QUE A INFLUENCIAM

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O estudo do tema abordado se faz de grande importância, uma vez que o constante aumento da criminalidade feminina no Brasil e no mundo está relacionado a diversos fatores sociais, culturais e econômicos, sendo necessária a análise e compreensão destes. Ademais, o estudo demonstra a transição acerca da ideia de formação do criminoso e as estatísticas sobre o perfil da mulher encarcerada no Brasil.

**Objetivo:** O presente estudo buscou demonstrar e analisar os dados e as estatísticas acerca das mulheres encarceradas no Brasil e no mundo. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar o tema. É qualitativa, pois se preocupou com o nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** Durante muito tempo a criminalidade foi vista como uma anomalia genética ou moral, pois se acreditava que o indivíduo nascia com a característica de ser criminoso. Atualmente, sabe-se que existem diversos fatores que influenciam o surgimento da criminalidade, dentre eles destacam-se os fatores sociais e econômicos. No que se refere à criminalidade feminina, seu aumento é constante no Brasil e em outros países, tomando proporções alarmantes. Há de se falar na relação deste aumento com a conquista da independência da mulher, que deu a esta a possibilidade de ocupar posições antes majoritariamente masculinas, assim como inserir-se no mundo do crime. No Brasil as mulheres encarceradas são, em sua maioria, jovens, negras, de pouca escolaridade e nível econômico baixo. **Conclusão:** Em vista dos fatos apresentados, conclui-se que houve uma grande mudança no que se refere à ideia de formação do criminoso, que passou de uma característica patológica a um conjunto de fatores externos. Em relação à mulher, sua inserção no crime se dá, em sua maioria, por questões sociais e econômicas. O Brasil segue a tendência de muitos países no que tange o aumento da criminalidade feminina, estando isto relacionado à conquista da independência da mulher.

**Palavras-chave:** Brasil. Criminalidade Feminina. Fatores Socioeconômicos.

## A CRIMINALIDADE FEMININA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO FAMILIAR

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; MOEBUS, Marcelo Nilo Narciso<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A criminalidade feminina é um tema ainda pouco estudado, tal fato ocorre devido a associação da prática criminal, em grande parte, somente à figura masculina. Entretanto, o índice de crimes cometidos por mulheres vem crescendo muito nos últimos anos. Tal crescimento ocasiona inúmeras consequências na sociedade, entre estes efeitos pode se destacar a do âmbito familiar, uma vez que, em muitos casos, a própria família discrimina e abandona a mulher que cometeu algum crime. Há de se falar também nas mulheres criminosas que são mães, pois a prisão não permite que esta tenha contato e acompanhe o crescimento do seu filho. **Objetivo:** O presente estudo buscou investigar e discutir os impactos na família resultante do encarceramento de mulheres/mães. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** O perfil da mulher criminosa é jovem, de baixo nível de escolaridade, de baixa renda e solteira. Grande parte das presas alegam terem se envolvido com o crime por influência do parceiro. Com o novo modelo de família muitas mulheres se tornaram responsáveis pelo sustento dos seus filhos e cônjuge, se envolvendo, por muitas vezes, com o crime para garantir o próprio sustento e o de sua família. Quando presa, em alguns casos, esta mesma família a abandona por vergonha. As mulheres encarceradas que são mães são privadas do convívio com seus filhos, devido a falta de estrutura nos presídios. Os filhos que são retirados da convivência com a mãe acabam, em alguns casos, também se envolvendo com o crime. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a estrutura oferecida nos presídios femininos é precária e gera consequências além da privação de liberdade da mulher delinvente, como também efeitos em toda sua família. Portanto, evidencia-se a necessidade de haver maiores pesquisas acerca da criminalidade feminina e reformas no atual modelo de prisão, a fim de garantir que a mulher encarcerada tenha convivência com seus filhos e com sua família.

**Palavras-chave:** Encarcerada. Família. Mães. Mulher Criminosa.

## A CRIMINALIDADE FEMININA NA CIDADE DE MONTES CLAROS- MG

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Stefáni Santos<sup>1</sup>; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo<sup>1</sup>; ROCHA, Jessica Millene Alves Martins<sup>1</sup>; SANTANA, Maria Luiza Ribeiro<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre De<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Apesar de ainda ser pouco o número de mulheres encarceradas é notório que a criminalidade feminina está aumentando consideravelmente nos últimos anos no Brasil, e consequentemente em Montes Claros. Isso se deve a diversos fatores sendo eles econômicos, emocionais, culturais e também a maior participação delas na sociedade, e mercado de trabalho. **Objetivo:** O estudo buscou analisar os crimes praticados pelas mulheres encarceradas em Montes Claros. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas localizadas na biblioteca das FIPMoc, e em dados eletrônicos online. **Resultados:** A maioria das mulheres que entram na criminalidade em Montes Claros pertencem às classes mais baixas, com pouca escolarização e qualificação profissional, e em geral são mais jovens. Importante salientar que as mulheres na juventude se encontram mais sujeitas à criminalidade, seja como sujeito ativo ou passivo. O tráfico de drogas, na cidade de Montes Claros, assim como no Brasil, é o crime mais cometidos por elas, seguido de pequenos furtos. Os fatores mais influenciáveis a prática dos crimes pelas mulheres são a busca pelo sustento da família, o vício em drogas, influência dos companheiros, e a proteção dos entes amados, ou seja, fatores emocionais, afetivos, econômicos e materiais. **Conclusão:** São diversos os fatores que levam as mulheres a se inserirem na criminalidade, podendo variar desde motivações materiais, econômicas, sociais, culturais ou mesmo afetivas e emocionais. A maior participação das mulheres na sociedade também é um fator que fez com que ocorresse o aumento da população carcerária de mulheres nas instituições prisionais do Brasil, e em Montes Claros, pois com a maior participação no mercado de trabalho surgiram maiores oportunidades para praticarem desvios e crimes. O crime mais cometido pelas mulheres em Montes Claros é o tráfico de drogas, pode-se dizer que no tráfico, as mulheres desempenham atividades frequentemente relacionadas a trabalhos domésticos ou são usadas quando há maior necessidade de discrição e o alto índice desse tipo de crime se deve ao fato de que muitas mulheres encontram no tráfico de drogas um meio de fácil acesso para buscar a ascensão econômica, para sua família e seus companheiros assim como almejam. Ou seja, o aumento da criminalidade feminina, se deve ao fato de que muitas mulheres encontram maiores oportunidades de crescimento econômico no crime, do que nas condições e direitos que deviam ser oferecidas pelo Estado mas muitas vezes o mesmo não cumpre.

**Palavras-chave:** Criminalidade Feminina. Tráfico de drogas. Fatores. Crimes. Mulheres.

## A CRISE BRASILEIRA E OS DIREITOS DO CIDADÃO

BALBINO, Dayanne VívianCardoso<sup>1</sup>; BRITO, RaíssaStéfany Alves de<sup>1</sup>; JÚNIOR, Petrônio Braz de Carvalho<sup>1</sup>; MENEZES, Victor Eduardo Amorim<sup>1</sup>; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas<sup>2</sup>; SOUSA, Maria Luiza Silva de<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A Constituição Federal de 1988 estabelece a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito e busca assegurar aos cidadãos o cumprimento dos seus direitos e deveres através de parâmetros legais. Tendo por escopo a dignidade da pessoa humana, algumas das garantias fundamentais asseguradas aos cidadãos são: saúde, educação, moradia e lazer. É sabido que as crises afetam, diretamente, vários setores sociais. **Objetivos:** Averiguar se a crise social, política e econômica vivida na atualidade brasileira viola os direitos fundamentais dos cidadãos. **Métodos:** Para realizar o presente estudo, utilizou-se da técnica de pesquisas bibliográficas e consultas em produções doutrinárias de respeitados direitos fundamentais, da democracia, da cidadania, do Estado Democrático de Direito e da realidade social brasileira. **Resultados:** Ao analisar a realidade social dos brasileiros, nota-se que, embora assegurados por parâmetros legais, os direitos e deveres, não são efetivados na vida de muitos dos cidadãos. A saúde, a educação, a moradia e várias outras garantias fundamentais são sucateadas e dessa maneira, muitos brasileiros vivem em situação de miséria. O distanciamento entre a vontade do povo e as decisões políticas, gera, no cidadão, um profundo descontentamento social. A corrupção é um fator que corrobora sobremaneira para a desfiguração do ideal democrático projetado para a República Federativa do Brasil.

Assim sendo, os cidadãos brasileiros passaram a desacreditar na legitimidade de seus direitos políticos e, dessa forma, a soberania popular através do exercício cidadania não se efetiva concretamente. De fato, a crise social, política e econômica brasileira não só viola os direitos fundamentais dos cidadãos, como também agrava problemas já existentes. **Conclusão:** Com base nos estudos realizados, conclui-se que, a crise social, política e econômica brasileira viola os direitos fundamentais dos cidadãos. Além disso, seus efeitos acarretam na fragilização do exercício da cidadania e, conseqüentemente, revela a democracia do país como ilegítima.

**Palavras-chave:** Violação de direitos. Crise. Cidadania.

## A CRISE POLÍTICA NO BRASIL VIOLA OS PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO?

BALBINO, Giovana Beserra<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Yuri Nogueira<sup>1</sup>; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Um governo democrático é aquele que busca dar a força ao povo, permitindo que ele faça as escolhas e participe do governo de diversas maneiras. Hoje em dia entretanto, é extremamente comum que os políticos que supostamente representam os interesses daqueles que os elegeram busquem satisfazer apenas interesses pessoais, cometendo assim diversas condutas nocivas, com o intuito de obter privilégios ou vantagens, que lesam o patrimônio público e ferem os princípios da Administração Pública e do Estado Democrático de Direito. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo mostrar como o problema da corrupção já afeta o cenário político brasileiro há vários séculos, porque essa conduta é considerada danosa ao patrimônio público e a sociedade em geral e como ela fere os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. **Método:** Para isso, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e utilizou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico de coleta de dados. **Resultados:** Os resultados evidenciam que, ao voltar na história política brasileira, é possível notar que a corrupção é algo constante no passado do país, ainda que na atualidade esse problema tenha maior visibilidade na mídia e seja mais amplamente discutido pela sociedade, e esse problema, além de ofender a administração pública e afrontar o equilíbrio econômico e democrático do país acaba causando prejuízos ao seu desenvolvimento e provocando um sentimento de desgosto com o governo cada vez maior entre a população, o que acaba causando descrédito e falta de comprometimento da mesma para com o seu governo. **Conclusão:** Portanto, pode-se concluir que a crise da legitimidade da representação política apresenta um grande empecilho ao propósito principal da democracia representativa e o fato dos eleitos comumente representarem interesses pessoais no lugar dos interesses das pessoas que os elegeram é uma degeneração do sistema, pois não permite que o povo tenha sua vontade representada no governo.

**Palavras-chave:** Democracia. Sociedade. Governo. Corrupção.

## A CRISE POLÍTICA VIOLA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO?

ARLETTAZ, Eloá Patrícia<sup>1</sup>; BRITO, Julliany Fagundes<sup>2</sup>; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas<sup>3</sup>

<sup>1-2</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>3</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Constituição Federal de 1988, foi instaurada com a finalidade de regular o Estado e organizar o seu funcionamento. Estado este que visa o bem-estar social junto com a Constituição que, em seus primeiros artigos, estatuem os direitos fundamentais aos seres humanos. Porém, há uma falha na efetivação desses direitos, transcorrendo-se uma degeneração do papel dos representantes políticos, como também uma desordem na convivência social, corroborando uma crise político-econômica e social.

**Objetivo:** O presente estudo buscou analisar se a crise política atual viola o Estado Democrático de Direito. Verificando os princípios deste Estado e entendendo como a crise se desenvolve neste contexto.

**Métodos:** Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória, e o procedimento técnico de coleta de dados utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Ressalta-se ainda que foram utilizados artigos de sites eletrônicos pertinentes ao tema.

**Resultados:** A Constituição Federal Brasileira, em seu 1º artigo, diz que a República Federativa do Brasil se funde em um Estado Democrático de Direito, cujos diversos itens determinam que o Estado deve percorrer o caminho do bem-estar público, seguindo uma docente social que infere os direitos fundamentais.

A democracia é um dos grandes pilares do Estado, pois esta é um processo que segue o modo de vida do povo, regressando-se sempre para o bem-comum. Assim a doutrina democrática é um processo histórico que permite uma larga democratização do que é democrático. Contudo, mesmo com tal idealização iluminista de que a democracia é um governo inteiramente do povo, há uma grande falha na “democracia representativa”, enfrentando dramáticos problemas de legitimidade. Logo encerra-se uma contradição, é um governo do povo, em que o mesmo não participa do processo de decisões. Fato existente no Brasil, notando-se inúmeros exemplos de corrupção. Os governantes têm se distanciado da verdadeira finalidade da política, afetando a área político-econômica e ferindo a democracia, por conseguinte, partidos das mais variadas naturezas tornam-se os atores dominantes da vida política, deixando de lado o cidadão, possessor dos direitos.

**Conclusão:** Pode-se concluir que a crise política viola o Estado Democrático de Direito. Com a presente corrupção no país, fica claro que os direitos fundamentais são extremamente ultrajados. A Constituição nos confere os direitos humanos, relatando que todos temos direito à uma vida digna, é indiscutível o fato que a corrupção impede que os direitos se efetuem com plenitude. Os direitos fundamentais são prescritos na Constituição como forma de democracia, com o desvio de recursos, impede o cumprimento pleno dos direitos.

**Palavras-chave:** Crise. Estado. Constituição.

#### REFERÊNCIAS:

PRADO, Cleber Freitas do; BRAGHIROLI, Fernanda. A fragilização da democracia na contemporaneidade e as Possibilidades de resgate do projeto democrático. **Direito e Democracia**, v.9, n.2, p.317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/view/2534/1765>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

RECHE, Cauana Perim Franco. Princípios fundamentais do estado democrático social de direito. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 163, ago. 2017. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=19385](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19385)>. Acesso em: 09 abr. 2018.

VASCONCELOS, Yasmim França. **A deterioração do estado democrático de direito: corrupção pública**. 2016. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Centro Universitário Tabosa de Almeida, Asces/Unita, Caruaru, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.asces.edu.br/bitstream/123456789/592/1/A%20DETERIORA%C3%87%C3%83O%20DO%20ESTADO%20DEMOCR%C3%81TICO%20DE%20DIREITO%20CORRUP%C3%87%C3%83O%20P%C3%9ABLICA.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

### A CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

ANTUNES, Adailton Sabino<sup>1</sup>; ALVES, Ian Emanuel Silva<sup>1</sup>; PARDIM, Rebecca Almeida<sup>1</sup>; RODRIGUES, João Victor Silva<sup>1</sup>; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Estado Democrático de Direito tem como objetivo garantir oportunidades aos cidadãos, infelizmente a crise política, econômica e social que instaurou-se no país nos últimos anos, viola esse Estado de Direito. **Objetivos:** Compreender quais são os principais direitos violados pela crise política, econômica e social e quais são as consequências dessa violação, para população brasileira. **Metodologia:** Esse resumo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e exploratória em artigos sobre os fundamentos do estado democrático de direito, a fragilização da democracia e a corrupção pública. **Resultados:** O Estado Democrático de Direito deve garantir os direitos fundamentais a população, ou seja, direito à liberdade, a vida, a igualdade, a educação, a saúde entre outros, no entanto devido à crise grande parte da população tem esses direitos violados, isso é reflexo do alto índice desemprego, impossibilitando o indivíduo de ser autossustentável, além disso as leis trabalhistas favorecem o empregador em relação ao empregado, o sistema público de saúde está defasado, as escolas não tem a estrutura necessária para receber da melhor forma, assim como as cidades não estão preparadas para receber a quantidade de habitantes que existem nelas, a corrupção pública agrava ainda mais essa situação, verbas que deveriam ser para ser para a estruturação do país, muitas vezes são desviadas e as obras acabam sendo mal feitas, diante disso a

qualidade de vida dos brasileiros só diminui e a desigualdade só aumenta e nos últimos anos a segurança da população é cada vez mais precária. **Conclusão:** Diante dessa situação devemos buscar uma ideologia mais coletiva e igualitária, respeitando a democracia e incentivando a sociedade a participar de políticas públicas que visem melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, além disso o Estado deve utilizar de forma mais eficaz as verbas públicas, investindo na Educação, no sistema de saúde público, na geração de novos empregos, aumentar a segurança da população e estruturar as cidades, mas para que isso seja possível e preciso diminuir a corrupção e a desonestidade que existe no nosso país.

**Palavras-chave:** Estado. Corrupção. Sociedade.

### **A CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL E CIDADANIA: OS DIREITOS VIOLADOS PELA CRISE NO DIREITO BRASILEIRO**

MAGALHAES, Geovana Correa de Deus<sup>1</sup>; FIGUEREDO, Maria Ester<sup>1</sup>; NOGUEIRA, Rayra<sup>1</sup>; SILVA, Thielen<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A crise política, econômica e social vivida no Brasil tem feito com que a eficácia do direito seja questionada. Os direitos humanos são o conjunto de direitos políticos, social, econômico e individual que têm o intuito de manter a igualdade entre os povos, buscando melhorar as condições de vida e trabalho. Tais direitos são cedidos pelo Estado e amparados pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo compreender e analisar direitos e deveres do cidadão tal qual o Estado diante desta crise. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. O conhecimento adquirido partiu-se da leitura de textos, legislações e doutrinas que abordam o tema. Ademais, foi encontrado artigos na base de dados online. **Resultados:** Os resultados evidenciam que apesar de o Direito manter a ordem e a paz em sociedade, através de leis que tutelam os direitos e tornam obrigatórios os deveres, a situação caótica de desordem, principalmente no que diz respeito à ética e moral do povo brasileiro, faz com que os direitos sejam violados facilmente com a desculpa de sobrevivência em meio ao caos. Tem-se percebido também, a omissão do Estado nas questões política, econômica e social, deixando os interesses do povo em segundo plano, fazendo-nos desacreditar cada vez mais em um projeto restaurador da política brasileira. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que a manutenção do Estado Democrático de Direito através da participação popular por meio do voto consciente, debates e reuniões político-administrativas do povo em conjunto com o Estado e plebiscitos, por exemplo, são essenciais para a permanência e eficiência dos direitos individuais e sociais como forma de garantia da dignidade humana para, assim, não haver nenhuma violação de direitos. Órgãos como a ONU e tratados como a Declaração Universal dos Direitos Humanos como norteadores da conduta política e humanitária na relação entre povo e Estado devem fazer-se presente na vida de todo cidadão, sem contar com o apoio primordial da Carta Magna, que tutela os interesses de todos.

**Palavras-Chave:** Crise Política. Crise Econômica. Crise Social. Cidadania

### **A DESCONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO**

CRUZ FILHO, Herbert Otaviano<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Com a atual crise vivida no Brasil, mister se faz entender como os Direitos Sociais e fundamentais estão sendo violados, tendo em vista que o dever que é atribuído ao Estado não está sendo devidamente cumprido, deixando a desejar garantias a população, até mesmo quanto ao básico para a dignidade da pessoa humana. **Objetivo:** Analisar como os direitos no âmbito político, social e econômico, estão sendo desgastados, de tal forma que o Estado não consiga cumprir o que está postulado na Carta Magna, deixando a vida do cidadão a mercê, demonstrando o descaso, que algumas vezes ocorre, dos direitos do cidadão em relação ao Estado. **Método:** Para isso, necessário se faz o método de pesquisa qualitativa bem como a revisão bibliográfica, com o intuito de entender, por meio de pensadores, como está ocorrendo dada violação aos direitos básicos na população brasileira, analisando os surgimentos dos direitos sociais na história brasileira, na Carta Magna, bem como de informações atuais, estatísticos, que possibilitará a notória violação dos direitos sociais pela crise. **Resultado:** Tendo em vista os fatos

apresentados, é notório que a garantia dos direitos sociais sofre de uma incapacidade governamental que impede até mesmo a garantia basilar, a dignidade humana, que é o alicerce para uma vida no mínimo digna, demonstrando assim, que a ineficiência que possibilita o surgimento das crises sociais, políticas e econômicas, impactam diretamente os direitos basilares e sociais. **Conclusão:** Destarte, é notório que a discussão acerca da violação dos direitos basilares e sociais no Brasil ainda é atual e pouco questionada, contudo, conceituando-se os direitos sociais e fundamentais por escritores, que analisam o século XVIII e XIX, é notória a importância da presença deste na Constituição Federal de 1988 no Brasil. Sendo assim, é notório que os direitos do cidadão encontraram um ápice, e, infelizmente, se encontram em um estado de queda, que apresenta risco para a própria população brasileira, motivada principalmente por descrença no Governo, na falta de unidade, e pela própria desigualdade econômica, fatos simples que estão inseridos nas crises políticas, sociais e econômicas, respectivamente.

**Palavras-Chave:** Direitos Sociais. Dignidade Humana. Crise Brasileira. Violação Social.

### A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

SILVA, Annyelle Fernanda Rosa<sup>1</sup>; BARRETO, Karolina Duarte<sup>1</sup>; BASTOS, Frederico<sup>2</sup>.  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A cada ano, milhões de abortos são induzidos por todo mundo, sendo que cerca da metade é realizado sem segurança e de forma clandestina. Efetivamente, o assunto "aborto" desperta polêmica e divergência de opiniões que abrangem não somente as questões da saúde, como também questões éticas, sociais e jurídicas, tangendo o poder legislativo, a mídia e a opinião pública. A grande questão a ser estudada em torno desse assunto tão polêmico é se a legalização da prática do aborto tem real relação com a redução da criminalidade. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a descriminalização do aborto e a redução da criminalidade. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica. **Resultado:** No Brasil, a delicada discussão sobre o aborto, apresentada numa dissertação de mestrado aprovada na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), o economista Gabriel Hartung sugere que a legalização do aborto seria uma alternativa para reduzir os altos índices de criminalidade no Brasil. Inspirado no economista Steven Levitt, o aborto seria, segundo Levitt, responsável por 25% da queda na criminalidade. De acordo com ele, a legalização da prática teria servido, indiretamente, para evitar o nascimento de crianças pobres, fadadas a viver uma infância de abandono e candidatas a entrar para o mundo do crime. O trabalho de Hartung sugere o aborto, como um recurso capaz de diminuir o número de potenciais criminosos na sociedade. Três fatores, em seus testes, manifestaram uma relação consistente com as taxas de criminalidade: 1) a alta taxa de fecundidade, 2) o número de crianças que vivem com apenas um dos pais e 3) o número de mães adolescentes. Segundo esse estudo, nos lugares onde havia mais filhos indesejados, nascidos de mães solteiras, de mães adolescentes ou abandonados por um dos pais, a criminalidade era maior". São justamente mulheres nessas situações que costumam optar pelo aborto. Hartung conclui em sua tese que a fecundidade desse tipo de mãe afeta a criminalidade. Uma política pública que consiga reduzir a fecundidade delas, como o aborto, reduziria a criminalidade. **Conclusão:** Com base na posição apresentada e o aborto sendo ilegal no Brasil, é evidente o desafio de abordar a questão a partir de uma percepção humanística, que tem como princípio o respeito aos direitos humanos tanto da mulher quanto do nascituro (ser concebido e ainda não nascido, de vida intrauterina). Conclui-se, ainda que há uma necessidade de se aprofundar mais quanto aos estudos direcionados à relação do aborto e a redução da criminalidade, tendo em vista que o tema aborto ainda é um tabu em nossa coletividade social que tem carência de uma reflexão mais intensa e ética.

**Palavras-chave:** Aborto. Descriminalização. Redução da Criminalidade.

### A DIFERENÇA ENTRE LICENCIAMENTO DE MARCA X CONTRATO DE FRANCHISING

COSTA, Gabriel Silva da<sup>1</sup>; CRUZ, Lucas Milton Prates<sup>2</sup>; BORGES, Lucas Santana<sup>3</sup>.  
1Discente das FIPMoc, 2Discente das FIPMoc, 3Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O contrato de franquia (franchising) consiste em uma espécie de licenciamento de direitos, não obstante não se confunde com o licenciamento de marca, apesar de ambos padrões de qualidades da marca. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi verificar as diferenças entre os contratos de licenciamento de marca e contrato de franchising no mercado brasileiro. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória

com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Âmbito Jurídico, bem como consulta ao ordenamento jurídico brasileiro. **Resultados:** A franquia empresarial consiste numa modalidade de licenciamento de direitos, mas não se confunde com uma licença de marcas. A franquia é o uso dos principais aspectos do negócio em um formato padrão, já o licenciamento da marca não é necessário uma padronização e o licenciado pode procurar seus próprios fornecedores de maneira independente desde que se mantenha o nível de qualidade esperado pela marca; dessa forma, é possível observar que o contrato de franchising, via de regra, detém menor liberdade negocial do que o de licenciamento. **Conclusão:** Ante o exposto, verifica-se que o contrato de franquia empresarial apresenta pouca característica negocial, sendo análogo a um contrato de adesão, haja visto que aquele que vier a aderir a este não terá muita liberdade para decidir sobre a empresa que será aberta, já que praticamente todos os pontos já estão previstos em contrato; a modalidade de licenciamento, por sua vez, garante maior liberdade contratual e de atuação, uma vez que o contrato garante a possibilidade de o contratante obter fornecedores e características próprias, além de, no futuro, poder alterar as características de sua empresa de maneira mais ampla, necessitando de menor aprovação de quem promoveu o licenciamento.

**Palavras-chave:** Licenciamento e Franchising. Franquias. Liberdade Contratual. Contratos.

## A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

BARBOSA, ThayanaSthefany Pereira<sup>1</sup>; NUNES, Jéssica Caroline Araújo<sup>1</sup>; PEDROGA, Fernanda Rocha Gomes<sup>1</sup>; ROSÁRIO, Jonathan David Dias do<sup>1</sup>; SANTOS, Igor Francisco dos<sup>1</sup>; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente do curso de Direito das FIPMoc.

**Introdução:** A positivação dos direitos que são alcunhados de fundamentais e que correspondem, de mais a mais, às gerações de direitos humanos deu-se, nas variadas Cartas Fundamentais, em correspondência ao transcurso da história da humanidade (NUNES, 2010). Neste sentido, os direitos de terceira geração compreendem os direitos individuais somados aos direitos sociais e, por último, os direitos de fraternidade ou solidariedade. **Objetivo:** O estudo propôs analisar a efetivação dos direitos de terceira geração no Estado Democrático de Direito. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, sendo os dados coletados mediante pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Com a presente pesquisa, foi possível compreender que os direitos de terceira geração são produtos da aplicabilidade dos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade na sociedade, conforme expressava o lema da Revolução Francesa de 1789. Ademais, notou-se que esses direitos são básicos, inerentes ao ser humano, possibilitado afirmar que não precisam de positivação pelo Estado para ter efetividade, expressando a marca da autonomia individual do sujeito ante a intervenção estatal. Assim, propicia o compromisso dos indivíduos para efetivação dos direitos fundamentais, não mais sendo responsabilidade primária do Estado. Entretanto, na balança das responsabilidades, identificou-se que o Estado Brasileiro não detém a devida preocupação em assegurar esses direitos, causando tensões estruturais na sociedade, por exemplo, na educação, saúde, moradia, isto é, os direitos sociais. **Conclusão:** Constatou-se, portanto, que o Estado Democrático de Direito resulta de um processo gradual de mudança na concepção dos direitos, não tutelando mais os direitos individuais e coletivos, mas dando autonomia aos indivíduos e permitindo que tenham participação ativa na proteção dos direitos fundamentais inerentes a eles, dando-lhes dignidade humana na vivência da realidade social, principalmente por meio da escolha de representantes no Executivo e no Legislativo, mediante voto direto e secreto.

**Palavras-chave:** Direitos Fundamentais. Efetivação. Direitos de Terceira Geração. Estado Democrático de Direito.

### REFERÊNCIA:

NUNES, DymaimaKyzzy. **As gerações de direitos humanos e o Estado democrático de direito.** Âmbito Jurídico, Rio Grande, ed. 13, n. 77, 2010. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7897](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7897)>. Acesso em: 20 maio 2018.

## A EFICÁCIA DO CIMENTO NO TRAÇO DE CONCRETO

BRITO, Angélica Cardoso<sup>1</sup>; BAHIA, Geórgia Nathany Lopes<sup>1</sup>; COSTA, Claudio Manuel Tavares<sup>1</sup>;  
GONCALVEZ, Giovani Araujo<sup>1</sup>; SOUZA, João Victor Santos De<sup>1</sup>; QUEIROZ, Erica<sup>2</sup>  
1Discente do curso de Engenharia Civil FIPMoc; 2Docente da FIPMoc

**Introdução:** O cimento é um dos produtos mais utilizados ao redor do mundo. Ele está presente em quase todo tipo de construção, desde a mais simples até a mais complexa. **Objetivo:** Analisar as características, resistência, viscosidade, fluidez do cimento Portland e explicar suas aplicações e trabalhabilidade. **Metodologia:** De caráter explicativa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e laboratorial. **Resultado:** Através de testes, por meio de prensas com cargas simulando as cargas sofridas por vigas na construção civil, foi utilizado 2 corpos de prova de 2 vigas, uma com ferragem e outra sem, foram analisados, características, resistência, deformidade e elasticidade do cimento Portland. **Conclusão:** A análise dos testes dos corpos de prova e das vigas possibilitou cálculos exatos de qual carga cada estrutura suporte de modo a evitar acidentes e patologias na construção civil.

**Palavra-chave:** Cimento. Resistencia. Construção civil.

## A ERA DIGITAL: CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES

OLIVEIRA, Paulo Henrique<sup>1</sup>; ALKIMIM, Renata Wanderley<sup>1</sup>; SOARES, Solange de Fátima<sup>1</sup>;  
MOEBUS, Marcelo Nilo Narciso<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 4Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A era digital é o termo frequentemente utilizado para designar os avanços tecnológicos advindos da Terceira Revolução Industrial e que reverberaram na difusão de um *ciberespaço*, um meio de comunicação instrumentalizado pela informática e pela internet. Essa expressão também é uma forma de observar os avanços das técnicas atuais que trouxeram significativas transformações para o meio social. **Objetivo:** Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva identificar os principais caracterizadores da era digital bem como verificar quais as implicações éticas da divisão das fronteiras públicas e privadas no ciberespaço. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, sendo os dados coletados através de uma pesquisa bibliográfica. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da “análise de conteúdos”. **Resultados:** A particularidade mais notória que caracteriza a era digital é, sem dúvidas, a ampliação da capacidade de armazenamento e memorização de informações, dados e formas de conhecimentos. A integração mundial é outra marca, haja vista que, via internet, pessoas do mundo inteiro estão interligadas, compartilhando informações, divulgando impressões e difundindo formas de cultura e saberes. No entanto, o uso exacerbado dos recursos tecnológicos e o compartilhamento de dados tem tornado débil as implicações éticas do que é público e do que é privado. O termo público e privado possui alguns significados. De acordo com o dicionário Houaiss (2004, p.606), ao público pode-se atribuir o sentido de algo que pertence ao governo, ao estado, a uma coletividade, a algo que todos podem ver ou participar. O privado, Houaiss (2004, p.596), podemos definir como algo pertencente a um indivíduo particular, íntimo, pessoal, de caráter restrito e confidencial. Na atual conjuntura, percebe-se que essas definições não têm aplicabilidade prática no espaço público bem como no ciberespaço, pois todo o limite do privado é destituído de valor. Uma vez que as relações entre as pessoas são mediadas pelo computador, é possível constatar que a mostra de detalhes da vida e personalidade é o caminho para se abrir o canal da comunicação e estabelecer vínculos de amizade. Os sujeitos expõem sua privacidade, e também participam detalhadamente da intimidade alheia como forma de estabelecerem entre si relações de confiança, que se reestruturam por meio de afinidades. Percebe-se também que a valoração ética do público e privado depende do contexto sócio-cultural de cada sociedade. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a era digital é caracterizada principalmente por integrar a sociedade de forma comunicativa e por permitir a ampliação do armazenamento de dados, formas e conhecimentos. Contudo, a era digital tornou frágil o limite entre as concepções do espaço público e o espaço privado exigindo assim que o ser esteja preparado e capacitado para usufruir de maneira ética e responsável a internet.

**Palavras-chave:** Era digital. Características. Espaço Público. Espaço Privado. Ética

**REFERÊNCIAS:**

BARRETO, Ângela Maria. **Informação e conhecimento na era digital**. Transformação, vol.17,nº2.Campinas: Maio/Agosto de 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-37862005000200002> Acessado 13 de maio de 2016.

SOUZA, Luciano Dias de. **O comportamento social entre o público e privado na era digital**. Revista Ícone, vol.12. São Luis de Montes Belos: Agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume12/OCOMPORTAMENTOSOCIALENTREOPUBLICOEPRIVADONAERADIGITAL>>. Acesso em: 28 de outubro de 2017.

### **A EVOLUÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA EM BUSCA DE UMA ORDEM JURÍDICA EFICIENTE**

Pesquisa realizada no âmbito do Projeto S.A.J. da UNIMONTES e o tratamento adequado do conflito

MARCONDES, Fernando Tolentino<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente Direito UNIMONTES; <sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES.

**Introdução:** O acesso à Justiça passou por grandes alterações desde o sistema *laissez-faire* até a concepção que vigora na contemporaneidade. Inicialmente o Estado buscava assegurar apenas o acesso formal à justiça, ignorando as desigualdades existentes entre as partes. Essa noção foi alterada durante o *welfare state*, onde se pretendeu garantir, a toda população, o direito ao acesso efetivo a justiça. No entanto, no Estado Moderno, devido ao grande número de ações existentes nos tribunais, o conceito desse direito foi alterado, consistindo agora, conforme Roberto Portugal Barcellar, na busca de um tratamento adequado do conflito, garantindo às pessoas o direito de entrar e sair da Justiça. **Objetivo:** O presente estudo objetiva evidenciar como a ordem jurídica se relaciona com a 1ª e a 5ª onda renovatória do acesso à Justiça **Método:** Trata-se de estudo exploratório com emprego de pesquisa bibliográfica, tendo por referência a doutrina especializada, com destaque para as obras: de Mauro Cappelletti e Bryan Garth, intitulada Acesso à Justiça, com publicação original em italiano em 1978, e publicação no Brasil em 1988, com tradução de Ellem Gracie Northfleet, publicada pela Editora Sérgio Antônio Fabris; e de Roberto Portugal Bacellar, denominada Mediação e Arbitragem, publicada em 2012, pela Editora Saraiva. **Resultados:** De acordo com Capelletti e Garth (1988), o acesso efetivo à Justiça consiste na garantia de que o resultado do conflito dependa apenas dos méritos jurídicos relativos às partes antagônicas, no entanto, o próprio autor entente que existem obstáculos, como as custas judiciais, o tempo e os recursos financeiros, que a tornam utópica. Perante o exposto, segundo Roberto Portugal (2012), as ondas renovatórias do acesso à Justiça trouxeram soluções práticas para combater esses problemas, dentre elas cabe destacar a primeira, que se preocupa em oferecer serviços de assistência judiciária aos menos favorecidos, e a quinta que busca assegurar o tratamento adequado do conflito, garantindo a entrada e a saída da Justiça. Analisando a primeira onda, pode-se perceber que a Defensoria Pública e os Cursos de Direito, através de seus núcleos de prática jurídica, facilitam o acesso à Justiça ao oferecer assistência judiciária a quem precisa. Nesse sentido, salienta-se o pioneirismo exercido pelo programa S.A.J Itinerante, que visa promover a inclusão social e facilitar o acesso à justiça, levando informação a bairros periféricos de Montes Claros e à cidades vizinhas. Ainda é importante destacar a quinta onda renovatória que, a partir das diretrizes do CNJ e do sistema multiportas de resolução de conflitos, busca eliminar o estoque de casos antigos que congestionam o judiciário e empoderar o cidadão para que ele possa resolver os seus conflitos utilizando métodos extrajudiciais lícitos, diminuindo os problemas advindos com o excesso da judicialização. **Conclusão:** Pode-se inferir que, apesar de ainda existirem muitos desafios para ampliar os serviços de assistência judiciária e para garantir o tratamento adequado do conflito, possibilitando a população não só o acesso à justiça, mas também a saída dela, a 1ª e a 5ª onda renovatória vêm contribuindo com a construção de uma ordem jurídica mais eficiente no país.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Ondas Renovatórias. Ordem jurídica eficiente. Núcleo de Prática Jurídica. S.A.J. Itinerante.

**REFERÊNCIAS:**

BARCELLAR, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.

CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. (Tradução) tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre (RS): Editora Sérgio Antônio Fabris, 1988.

## A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS NA UNIÃO ESTÁVEL

BARROSO, Ian Bernar Santos<sup>1</sup>. ALKIMIM, Clara Ferreira<sup>2</sup>. OLIVEIRA, Julia Malone Alencar<sup>3</sup>. BRITO, Samuel Wairan Teixeira Silva<sup>4</sup>. SILVA, Raquel Nascimento<sup>5</sup>. DIAS, Rodrigo Dantas<sup>6</sup>. 1Discente da UNIMONTES. 2Discente da UNIMONTES. 3Discente da UNIMONTES. 4 Discente da UNIMONTES. 5Discente da UNIMONTES. 6Docente da UNIMONTES e das FIPMoc.

**Introdução:** A união estável é um instituto definido pelo próprio Código Civil de 2002 (CC/2002), em seu art. 1.723, como “[...] a convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Ocorre que, embora tenha apresentado alguma evolução quanto ao disposto no Código Civil de 1916, o CC/2002 ainda faz, na letra pura da lei, distinções quanto aos cônjuges e companheiros. Dessa forma, a doutrina e a jurisprudência buscou ponderar os efeitos destas distinções. No âmbito do direito sucessório não é diferente, tendo o Supremo Tribunal Federal (STF) pacificado o tema em 2017. **Objetivo:** Esse trabalho tem como objetivo analisar a evolução do entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre os direitos sucessórios conferidos aos companheiros sobreviventes. **Método:** Optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo como método de abordagem o dedutivo. **Resultados:** O art. 1.790 do CC/2002 estabelece uma ordem diferenciada, e por vezes, menos favorável, para os companheiros sobreviventes em relação àquilo que fora adquirido na constância da união estável. Estabelece que o companheiro participará da sucessão quanto aos bens adquiridos na constância da união estável, recebendo quota igual a dos filhos comuns, se concorrer com estes, metade daquilo que couber aos descendentes exclusivos do autor, um terço dos bens, caso concorra com outros parentes sucessíveis e somente no caso de não haver nenhum parente sucessível, terá direito à totalidade dos bens. O art. 1829, III do CC/2002, por sua vez, coloca o cônjuge como o terceiro na ordem de vocação hereditária, além de concorrer com os ascendentes e descendentes. Logo, é nítida a diferenciação realizada pela letra seca do CC/2002. Tal diferenciação era fonte de intensos debates na doutrina, existindo corrente que defendia que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) não havia igualado os cônjuges e companheiros, na medida em que o art. 226, §3º possui comando normativo para facilitar a sua conversão em casamento. Contudo, não foi este o entendimento do STF. Em 2017, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 646.721, o STF decidiu, com repercussão geral, pela inconstitucionalidade da diferenciação sucessória no sistema constitucional vigente, devendo ser aplicado ao cônjuge e ao companheiro o regime estabelecido no art. 1829 do CC/2002. Dessa forma, a decisão tendente a igualar os cônjuges e companheiros na ordem de vocação hereditária reflete em uma outra discussão doutrinária: a existência ou não do direito real de habitação do companheiro. Isso porque, embora o CC/2002 afirme que há o direito real de habitação independente do regime de bens, este não o estabeleceu expressamente para o companheiro. Nesse ínterim, a doutrina já vinha defendendo a existência de tal direito, como assevera Pereira (2017). **Conclusão:** Embora tenha a lei civil estabelecido uma diferenciação na sucessão de cônjuges e companheiros, a doutrina e jurisprudência, em obediência aos princípios constitucionais buscou igualar tais direitos, principalmente no que concerne à ordem de vocação hereditária e ao direito real de habitação, fortalecendo o instituto da união estável e tornando efetivo o princípio constitucional da igualdade.

**Palavras-chave:** União Estável. Sucessão. Evolução.

### REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 06/06/2018.
- \_\_\_\_\_. **Código Civil de 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm) Acesso em: 06/06/2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei 9.278, de 10 de maio de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9278.htm) Acesso em: 06/06/2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil – Vol. V/ Atual.** Tânia da Silva Pereira. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

STF. **RE 646721 RG.** Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 10/11/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-232 DIVULG 06-12-2011 PUBLIC 07-12-2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2kTvYis>>. Acesso em: 06/06/2018.

## **A FORÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A FRAGILIDADE DO GOVERNO BRASILEIRO.**

SILVA, Maicom Macio Cardoso<sup>1</sup>; FERREIRA, Pablo Moura<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>1</sup>Discente da Fasa – Santo Agostinho; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, Doutora em Educação / Políticas públicas de emprego

**Introdução:** De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 9º: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender". Vale ressaltar que o direito de greve é um direito social, inscrito no capítulo dos direitos fundamentais que compõem a Constituição Federal. **Objetivo:** A pesquisa busca analisar a força dos movimentos sociais e o caos gerado pela greve dos caminhoneiros. **Metodologia:** O presente resumo trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, por intermédio da análise das diversas posições acerca do problema discutido nesse estudo. **Resultados:** A Constituição impõe limites a esse direito, tendo em vista que, antes de tudo, a nossa Lei Maior assegura o direito à vida, à liberdade e à segurança (art. 5º CRFB/88). Nessa seara, fica evidentemente claro o caos vivenciado pela sociedade brasileira, devido à paralisação dos "caminhoneiros nas Rodovias Estaduais e Federais. Uma vez que esta greve vem gerando grandes polêmicas; de um lado o Governo buscando amenizar a situação; de outro lado os caminhoneiros reivindicando seus direitos e por outro lado a sociedade passando momentos de aflição e revolta. Representantes do movimento Sindicalista apoiam os caminhoneiros e lutam juntos por melhorias. Ademais, sabe-se que, como mencionado acima, a GREVE é um direito do cidadão, mas deste que ela não fere os princípios básicos. Uma vez que pode-se perceber que estes direitos estão sendo feridos pelos caminhoneiros, de modo que estes estão barrando a saída de combustíveis para os postos de abastecimento ao consumidor e esta falta de abastecimento vem ferindo a dignidade da pessoa humana, que já vem sentindo falta de materiais básicos para sobrevivência do dia a dia, tais como alimentos, materiais de insumos para hospitais, muitos agricultores perdendo suas safras devido estarem impossibilitados de despachar o produto ou chegar a seu destino final. A população em si apoia os caminhoneiros, mas o Governo vem travando algumas medidas informando, que o Brasil está num momento de retomada da economia. O Governo, juntamente com seus órgãos competentes, vem buscando garantir aos caminhoneiros as suas reivindicações, e já validou algumas Medidas Provisórias para garantir, é certo que estas medidas já estão validas, mas faz-se necessário saber que estas medidas precisam ser votadas em até 120 dias pelo Senado. **Conclusão:** Fica evidente que há o apoio da "maioria da população brasileira". A greve é um recurso legítimo a que o sindicato pode recorrer, sempre que houver impasse nas negociações coletivas. Porém, mesmo que legal, não poderá ser indefinida, mas temporária, posto que não é um fim em si mesma, mas uma forma de pressão. Apesar de a análise ser realizada em tempo real, guardada as devidas ponderações, acredita-se que muitas mudanças podem surgir ao longo do percurso. "Não vemos mais objetivo de o movimento continuar. Recebemos a informação de que existem caminhoneiros com vontade de terminar a greve, mas não estão conseguindo deixar os locais de manifestação", disse: Diumar Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA).

**Palavras-Chave:** Constituição Federal. Greve dos Caminhoneiros. Direitos Sociais.

## **A FRAGILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA COMO CONSEQUÊNCIA DA CRISE BRASILEIRA**

<sup>1</sup>STABILE, Caroline Rocha; <sup>1</sup>PINHEIRO, Gabryel David; <sup>1</sup>BRITO, Raissa Stéfany Alves; <sup>2</sup>PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas  
<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Estado Democrático de Direito visa manter os direitos fundamentais de cada cidadão e garantir a dignidade da pessoa, buscando sempre o bem estar social. Por ser Democrático de Direito nasce de valores essenciais à convivência humana, pois é o poder que repousa na vontade do povo e decorre de grandes conquistas históricas. Outrossim, apesar da legitimidade do modelo democrático, o cenário atual

mostra a fragilização da democracia. **Objetivos:** Objetivou-se com esse trabalho compreender o enfraquecimento do regime democrático mediante a crise atual e identificar as possíveis soluções para essa problemática. **Metodologia:** Para compreender o problema em questão e atingir os objetivos realizou-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória, por meio de uma consulta a textos previamente trabalhados em sala e revisados em grupo para alcançar os resultados subsequentes. **Resultados** O Estado, assumindo papel de ente soberano, tem por escopo fazer com que sua população tenha uma vida digna e tenham todos seus direitos garantidos, por sua vez, a população, enquanto cidadã tem o direito-dever de acompanhar e cobrar as ações desse governo. No entanto, no Brasil, deparamos com uma sociedade estagnada e um regime político cada vez mais desestruturado, com uma indiscutível crise de moralidade, na qual seus representantes agem egocentricamente prejudicando a economia e a confiabilidade do poder governamental do Estado. Diante desse cenário encontra-se uma sociedade passiva, governada pela elite que goza de privilégios concedidos pelo povo, independente do seu conhecimento e aceitação. Por estar na posição de representante da população, o governante toma as decisões que influenciam todo o país, porém, atualmente, não há sentimento de aceitação popular. Por essa causa o sistema governamental revela falhas no regime democrático. **Conclusão:** Apesar de legitimado, o Estado Democrático não consegue garantir os direitos inerentes à democracia. Em virtude dos fatos mencionados, fica evidente a fragilização da democracia e a incapacidade do Estado de mantê-la em sua plenitude, destarte é primordial uma sociedade ativa politicamente, que consiga conquistar democraticamente a concretização dos seus Direitos individuais.

**Palavras-chave:** Democracia. Estado Democrático de Direito. Crise brasileira.

### A IMPORTÂNCIA DA AREIA COMO AGREGADO MINERAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL

SANTOS, Marta Francisca dos <sup>1</sup>, REIS, Glaydson Olegário Expedito dos <sup>1</sup>, SICUPIRA, Mariana Rodrigues<sup>1</sup>; LACERDA, Frederico Melo<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes <sup>2</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** O avanço e o crescimento da sociedade estão ligados com a utilização de produtos provindos da natureza, entretanto, muitos destes insumos minerais necessitam de um tratamento específico para atender as exigências do mercado e eliminação de impurezas que venham interferir na qualidade do produto final. Os agregados minerais utilizados nas construções civis como a areia, que é considerado um agregado miúdo podendo ser originado tanto de fontes naturais por processos de intemperismos, como artificiais no processo de britagem, influência na solidez, durabilidade, custo, acabamento da obra, minimização de falências, qualidade e segurança. Embora, à primeira vista, pareça desnecessário quantificar a importância desde elemento no conjunto, a areia representa 40 % do volume total do concreto e 70 % das argamassas, desta forma, impurezas contidas neste insumo mineral pode comprometer a qualidade das obras civis. **Objetivo:** Por conseguinte, a presente pesquisa tem como intuito caracterizar algumas características presentes na exploração de areia proveniente do Arenito Urucuia, formação geológica predominante no norte de Minas Gerais, como o teor de argila e torrões, impurezas orgânicas e húmicas, classificação granulométrica e materiais pulverulentos. **Método:** A pesquisa foi baseada na coleta de amostra da região de Montes Claros, Bocaiúva e Coração de Jesus, por base de revisões bibliográficas e ensaios em laboratório. Todo o trabalho será realizado com as exigências técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **Conclusão:** Tem-se como resultado um produto heterogêneo com quantidade significativa de material pulverulento, argila e vasta faixa granulométrica, uma vez que a areia de barranco além de possuir menor custo contém impurezas que necessitam de um tratamento adequado como a lavagem para que possa ser utilizada em obras desde as mais simples como as mais complexas, sendo que estas podem originar reações químicas expansivas no cimento, enfraquecimento da estrutura do material hidratado, expansões e contrações excessivas, interferência na pega e endurecimento do cimento. Portanto, a caracterização deste insumo é de suma importância para fornecer qualidade e segurança nas obras civis, exigindo assim um produto que promova adequada resistência a forças, propriedades térmicas, propriedades químicas do ligante e isenção de substâncias e partículas prejudiciais, cabendo um profissional capacitado analisar, interpretar e avaliar as características que este insumo irá apresentar por meio de experimentos em laboratório, uma vez que, a má utilização deste insumo poderá acarretar aumento dos custos, deterioração do concreto, fissuras, expansão e deslocamento dos revestimentos.

**Palavras-Chave:** Recurso mineral. Areia. Caracterização. Qualidade.

## A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO ACADÊMICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO ACADÊMICO DE MEDICINA DR HERMES DE PAULA

VIEIRA, Débora Ribeiro<sup>1</sup>; ALCÂNTARA, Cecília Barbosa<sup>2</sup>; GOMES, Alana Andrade<sup>2</sup>; TOLENTINO, Ana Ester Nobre e<sup>2</sup>; MADUREIRA, Bernardo Soares<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Lanuza Borges<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente do curso de Medicina e Presidente da Gestão 2015/2016 do Centro Acadêmico de Medicina Dr Hermes de Paula das FIP-Moc; <sup>2</sup> Discente do curso de Medicina das FIP-Moc; <sup>3</sup> Docente do curso de Medicina das FIP-Moc, Doutoranda em Ciências da Saúde da Unimontes

**Introdução:** O movimento estudantil é definido como uma organização de estudantes com objetivo de identificar situações-problema durante sua formação e elaborar propostas e planos de ação para a melhoria da educação. Os diretórios e centros acadêmicos são associações civis de discentes, sem fins lucrativos, apartidários, sem ideologia de religião, sexo ou etnia que visam representar os interesses acadêmicos diante de sua instituição de ensino. São associados a esses movimentos todos os estudantes regularmente matriculados no curso referente ao diretório desde sua matrícula até sua graduação. Diversas pautas são discutidas e defendidas por essas associações como grade e diretrizes curriculares, critérios de avaliação disciplinares, valores de mensalidade, apoio e financiamento estudantil, qualidade de materiais oferecidos na biblioteca, higiene, ambientação, infraestrutura e bem-estar do campus universitário. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência da participação acadêmica no Movimento Estudantil durante a Gestão 2015/2016 do Centro Acadêmico de Medicina Dr Hermes de Paula das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros –FIP-Moc (CAMHP). **Resultados:** Durante a Gestão 2015/2016 do CAMHP ocorreram diversos diálogos entre a coordenação do Curso de Medicina, foram firmadas diversas parcerias e realizadas diversas atividades com objetivo de construir um currículo de qualidade e garantir uma maior preparação dos acadêmicos para o mercado de trabalho. Assuntos como aumento da carga horária das Disciplinas de Fisiologia, Semiologia, Farmacologia e Neurologia, que resultaram no acréscimo de um novo módulo de Fisiologia, incentivo ao aprendizado da Semiologia com a abertura de um edital de monitoria específico para a disciplina, reestruturação da ementa da Farmacologia e acréscimo de um preceptor na disciplina de Semiologia Neurológica com aumento da carga horária dos ambulatórios de Neurologia. Foram padronizados critérios de avaliações das tutorias e atualizado o acervo bibliográfico da Biblioteca. Uma das maiores realizações foi a parceria entre o CAMHP e as Ligas Acadêmicas no Conselho das Ligas Acadêmicas de Medicina (COLAM), realizando a padronização dos projetos, estatutos e documentos referentes às Ligas. Durante a Gestão, houve maior aproximação entre os Centros Acadêmicos das demais faculdades e universidades de Medicina do país resultando na participação da organização do Simpósio de Saúde Pública em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros; do Congresso Médico de Urgência e Emergência promovido pelo Hospital Santa Casa de Montes Claros; do VI Congresso Mineiro de Educação Médica (COMEM) em Uberaba – MG; e participação do Seminário do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Saúde (CENEPES) da Diretiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) em Ouro Preto - MG, com apresentação de trabalhos científicos. **Conclusão:** Com um bom diálogo, respeito e organização, as reivindicações são recebidas e atendidas, resultando na melhoria do currículo e da formação profissional do estudante. É de suma importância a participação acadêmica no movimento estudantil, uma vez que, esses grupos são organizações de representatividade de toda uma classe de estudantes e são reconhecidos e respeitados pelos gestores educacionais que respaldam o movimento, recebendo os problemas identificados, discutindo soluções e facilitando acordos entre os alunos e a instituição, negociando assim, os interesses entre eles.

**Palavras-chave:** Educação. Movimento Estudantil. Participação Acadêmica.

## A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DAS PINTURAS RUPESTRES E DO MUSEU DE CORAÇÃO DE JESUS COMO PATRIMÔNIOS DO NORTE MINEIRO

ROCHA, Rebeca Rodrigues<sup>1</sup>; RAMOS, Isabela de Souza<sup>1</sup>; CARVALHO, Daniela Lobato de<sup>1</sup>; CARVALHO JR, Álvaro Barbosa de<sup>2</sup>; MACEDO, Ubirajara Alves da<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. <sup>2</sup> Docente do curso Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. <sup>3</sup> Livre docente de notório saber, Museu de Ciências Naturais de Coração de Jesus

**Introdução:** O Núcleo de Preservação do Patrimônio Arquitetônico do Norte Mineiro (NPPANM), vem trabalhando na divulgação com o intuito de preservar os sítios arqueológicos que apresentam grafismos rupestres para fins de estudos, pesquisas e como preservação da memória de nossas culturas antepassadas. Na cidade de Coração de Jesus, por exemplo, muitos sítios arqueológicos apresentam pinturas rupestres

danificadas por pichações ou escamações decorrentes das intempéries nas rochas. As pinturas rupestres do norte mineiro têm grande importância arqueológica, tendo em vista que a possibilidade de datação por termoluminescência pode trazer informações sobre os primeiros habitantes do Brasil. O NPPANM também divulga a importância de conservar e restaurar um casarão de 1870, onde funciona atualmente o museu da cidade. No casarão podem ser encontrados diversos registros de pinturas rupestres, que estão nos paredões das grutas da região, além de abrigar artefatos históricos, documentos e fotografias antigas que contam a história da cidade fundada em 1912. **Objetivo:** Diante do exposto acima, esse trabalho tem como objetivo divulgar a importância de preservação das pinturas rupestres da cidade de Coração de Jesus e de um antigo casarão onde funciona o museu da cidade, tendo em vista a constatação desses objetos de estudo como riquezas do patrimônio cultural local. **Método:** Em visita técnica ao antigo casarão foi possível investigar os diversos registros fotográficos dos grafismos rupestres da região, analisando, sobretudo, as técnicas empregadas nas pinturas, a cor e as diferenças existentes entre as pinturas rupestres da cidade de Coração de Jesus e as pinturas encontradas em outras regiões do norte de Minas. Além disso, também foi possível realizar um levantamento sobre a história da cidade, por meio da manipulação de documentos antigos, artefatos históricos e outros dados relacionados com a história do casarão. **Resultados:** Como resultado foi possível observar o comprometimento dos sítios arqueológicos pela ação de vândalos e por influência do intemperismo, que provoca a degradação dos maciços rochosos em arenito e calcário. Também se constatou o péssimo estado de conservação do casarão e a extrema necessidade de restauro da fachada, bem como a substituição de vigas e pilares de madeira. No local foram observados diversos objetos de importância histórica, tais como grilhões da época da escravidão, documentos da câmara municipal e da inconfidência, ambos datados do século passado, além de esqueletos de animais pré-históricos que viveram na região. **Conclusão:** Os resultados obtidos nesse trabalho permitiram concluir que paredões contendo pinturas rupestres, predominantemente na cor branca, são raros e seus desenhos podem esclarecer significados de rituais religiosos, de caça, determinação territorial, sendo registros deixados pelo homem primitivo que habitava a região. Também foi possível concluir que o museu da cidade de Coração de Jesus abriga riquezas culturais, que correm risco de desaparecer pelo descaso da população e pela falta de empenho dos órgãos competentes ligados à preservação do patrimônio cultural. As visitas técnicas e os trabalhos realizados pelos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Pitágoras (FIP-Moc), tem sido um dos principais meios de conscientização da comunidade acadêmica sobre o tema.

**Palavras-chave:** arqueologia, patrimônio, preservação, cultura

## A IMPORTÂNCIA DA SINESTESIA NO PROCESSO PUBLICITÁRIO E SUA APLICAÇÃO ATRAVÉS DO DISPLAY AROMÁTICO

SILVA, Isabella Rayane Pereira<sup>1</sup>; MENDES, Júlio Bastos Boaventura da Silva<sup>1</sup>; DURÃES, Túlio Gustavo Lopes<sup>1</sup> SIQUEIRA, Vinícius Montes<sup>1</sup>; FIGUEIREDO, Wilson Alves<sup>1</sup>; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmicos do Curso Superior de Publicidade e Propaganda das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente do Curso de Publicidade e Propaganda das FIPMoc.

**Introdução:** Com o processo de apropriação das tecnologias no convívio social, através da feroz evolução, temos por consequência, sua estruturação nas vertentes tecnológicas aplicadas em diversos meios, seja na saúde, educação, segurança, comunicação, publicidade, dentre outros. O homem contemporâneo social, maioritariamente ocidental, em grande maioria tratada aqui, se vê incumbido em uma sociedade que tende à liquidez, que se dá pela sua incapacidade de tomar forma fixa. Tomando como base o equívoco na interpretação da realidade, sofreremos diversas limitações para com ela, interpretação esta, segmentada apenas por cinco sentidos promovidos pelo nosso corpo, que por um processo químico cerebral modulamos a realidade através da catabolização mental regida pela vontade. Apropriar destes conceitos e explorar os meios influenciadores da sinestesia humana como forma de convencimento e indução, desenvolve um processo eficiente no controle do subconsciente humano, impondo-o a uma vontade do publicitário, por exemplo, que através do controle indireto e manipulação das circunstâncias, modula sua liberdade de escolha e o convence a aderir à escolha desejada não por ele, mas pelo indivíduo gerador das circunstâncias. **Objetivo:** Identificar os benefícios de uma experiência sensorial como fator indutor ao consumo de determinado produto. **Método:** A estratégia metodológica adotada nesse projeto, além da pesquisa aplicada, baseou-se em ações de marketing sensorial, que promovem a interação do público com o produto em exposição. Foi realizado o uso de uma tecnologia que emite um aroma que, por meio de um monitor, que expõe imagens promocionais dos produtos desperta o desejo no consumidor, resultando no ato de compra. **Resultados:** A partir das pesquisas realizadas para o desenvolvimento do

trabalho, fica evidente que o ser humano se comunica constantemente através de todos os seus sentidos e não apenas da visão. Portanto, os cinco sentidos também são úteis na comunicação dos valores de uma marca e formação de sua identidade. Apropriar-se do direito de escolha de alguém é também apropriar-se do sujeito; o caminho para isto escolhido aqui é o mais puro contato do homem com a natureza, os sentidos, controle este que será promovido pelas tecnologias à disposição da sociedade, na junção de conceitos e desenvolvimento de mecanismos sociais, psicológicos e neurológicos que, aplicados na publicidade, denotam sua eficiência no processo de convencimento do consumidor. No mercado Publicitário, a experiência tecnológica por meio destes preceitos se mostra promissora e tem revolucionado as novas ações de marketing, além de gerar uma experiência mais interessante ao consumidor, possibilita mensurar a eficácia das ações em diversas aplicabilidades. **Conclusão:** Em uma sociedade extremamente focada no visual e com uma grande saturação de informação, enxerga-se na audição, tato, paladar e olfato, uma possibilidade de uma marca se destacar em relação à concorrência, além de uma oportunidade de oferecer uma melhor experiência de marca ao consumidor. Pesquisas ainda relatam que o olfato tem uma poderosa capacidade de armazenamento de cheiros em nosso cérebro, por meio disso, então podemos confirmar com propriedades teóricas que ações de *marketing* instigando instintos olfativos criam curiosidade por meio dos receptores que acabam levados pelo desejo do consumo.

**Palavras-chave:** Sinestesia. *Display* Aromático. Sentidos. Publicidade. Tecnologias.

### A IMPORTÂNCIA DO CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS E OS DESAFIOS ANALISADOS EM UMA EMPRESA DE PANIFICAÇÃO EM MONTES CLAROS

PASSOS, Camila Mendes<sup>1</sup>; MARQUES, Heráclides Veloso.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A durabilidade do ciclo de vida dos produtos tornou-se um tema bastante importante no mercado já que um dos seus principais fatores está relacionado com a aceitação do consumidor ao produto/serviço ofertado e o estágio da lucratividade por intermédio das vendas. O Ciclo de vida dos produtos se representa em quatro fases: Introdução, Crescimento, Maturidade e Declínio. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs identificar e analisar no ciclo de vida dos produtos (CVP) as melhores estratégias de venda dos produtos diante dos desafios no ramo de panificação. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa descritiva com características qualitativa, definida como uma entrevista com o gestor da empresa de panificação. **Resultados:** Percebeu-se que em cada fase do ciclo de vida dos produtos há um desafio a ser enfrentado no segmento de panificação. No estágio da introdução, os produtos novos lançados no mercado como “bolo de frutas cristalizadas” e “rosca de banana e coco” são produtos com baixa venda e lucratividade devido serem produtos inovadores na empresa, contudo, existe pouca concorrência e venda do produto. Na fase de crescimento, o produto traz avanços na lucratividade e uma aceitação positiva dos consumidores em relação aos produtos da panificadora, nesta fase começa a aparecer às concorrências com ofertas de preços similares ou inferiores. No estágio da maturidade, notou-se a estabilidade de lucro perante determinados produtos que têm a venda constante e uma forte concorrência, observou-se, ainda, que o “pão francês” foi o produto que teve uma venda contínua, mas que sofreu com a forte concorrência, afetando na lucratividade da empresa. Por fim, na fase do declínio mostrou-se a perda da participação do mercado por razões como a substituição do produto e a falta de necessidade dos mesmo, fazendo com que a “torrada” e “pão de hambúrguer” diminuíssem a venda na empresa. **Conclusão:** Concluiu-se, que a técnica da avaliação do ciclo de vida dos produtos auxilia os proprietários na gestão dos produtos, tornando possível a identificação do momento certo para o lançamento de produtos e a retirada dos produtos antigos. Ademais, constatou-se que os principais desafios enfrentados no ciclo de vida dos produtos na panificadora relacionou-se com o comportamento do consumidor e do mercado, contudo, notou-se que a baixa venda dos produtos na fase de introdução e a forte concorrência do mercado relacionada as outras fases são os fatores primordiais que definem a situação rentável da empresa.

**Palavras-chave:** Ciclo de Vida dos Produtos. Desafios. Gestão de Produtos.

## A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR<sup>1</sup>

COSTA, Gabriel Silva da<sup>1</sup>; MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>2</sup>; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira<sup>3</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>4</sup>  
1, 2, 3Discente das FIPMoc; 4Docente das FIPMoc

**Introdução:** As relações de consumo inicialmente se davam através da permuta e de contratos meramente verbais. Com o decorrer do tempo foi inserida a forma escrita e, por meio das tecnologias, tornou-se possível adquirir um produto que não está ao seu alcance no momento da fixação do acordo entre as partes. Junto à evolução das formas de consumo a legislação, no ano de 1990, fixou os direitos do consumidor, necessário devido à hipossuficiência do cliente. Contudo, há um déficit na grande maioria dos adquirentes, não tendo o conhecimento de quais são os direitos assegurados. **Objetivo:** Verificar quais são os principais direitos pertencentes ao consumidor. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica a partir de artigos científicos e legislação pertinente ao tema. **Resultados:** Ao estabelecer uma relação entre o consumidor, aquele que adquire o produto ou a prestação de serviço, e o fornecedor há uma relação na qual o adquirente é protegido pela normatização brasileira, uma vez que esse é considerado como parte mais frágil da relação. Dessa forma, é de suma importância a ciência de seus direitos para poder chamá-los se necessário. Têm-se como os principais direitos do consumidor a devida prestação de atendimento quanto aos produtos adquiridos, ter sua saúde e dignidade resguardados e a clareza no que tange os ensejos do fornecedor, alcançando também as propagandas. **Conclusão:** O consumidor é protegido pela normatização brasileira, uma vez que esse é considerado como parte mais frágil da relação, portanto é de suma importância a ciência de seus direitos, o que não ocorre de fato, para que então os reivindique.

**Palavras-chave:** Relação de consumo. Proteção ao consumidor. Consumidor como hipossuficiente.

## A IMPORTÂNCIA DOS PERÍMETROS DE PROTEÇÃO DE POÇOS PARA A SUSTENTABILIDADE DE AQUÍFEROS

ALVES, Pedro Henrique<sup>1</sup>; SIQUEIRA, Thiago Ribeiro<sup>1</sup>; SOUZA-SILVA, Herbert<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** Segundo Ingo Wahnfried & Ricardo Hirata (2005), perímetros de proteção de poços (PPP) são definidos para impedir que o manancial de abastecimento de água subterrânea (poço ou fonte) seja contaminado por interferência humana. As extensões e formatos dos perímetros de proteção de poços variam de acordo com o movimento, volume, distribuição e qualidade das águas subterrâneas locais, porém normalmente tem influência de interesses e restrições econômicas. **Objetivo:** O objetivo do presente trabalho é abordar de forma sucinta a importância da aplicação desta técnica visando extinguir a precipitação de contaminação de uma fonte de água potável, e destacando a desvantagem da não implantação do método. **Metodologia:** Buscando analisar a temática proposta, o presente trabalho foi pautado na investigação a respeito do tema proposto de forma a alcançar maior veracidade no processo de compreensão da problemática a ser estudada, o trabalho coletou os dados por meio de pesquisa bibliográfica em publicações científicas. A partir desses trabalhos foram selecionadas informações que se aplicam ao tema proposto afim de aprofundar o conhecimento sobre o tema acerca das estratégias e métodos de proteção de poços e riscos de não usar essa técnica. **Resultados:** Para que se tenha total eficiência deste método sem contaminação do manancial toda e qualquer tipo de ação potencialmente contaminante necessitam ser impedidas no interior da área de compreensão, algo que comumente se torna difícil ou economicamente inviável sobretudo por conta da população para o desenvolvimento de uma dada região. Assim as maiores limitações de uso do solo se restringem aos locais mais próximos dos aquíferos, ocasionando uma subdivisão das áreas de recarga mais importantes em, (I) área total de captura do poço a qual abrange toda extensão no qual a água de recarga será captada pela fonte, (II) área de proteção microbiológica usada vastamente para resguardar a captação de atividades que sejam possíveis fontes de parasitas, bactérias e vírus, e (III) zona operacional do poço que se trata de uma área menor que circunda o poço propriamente dito, com o intuito de proteger o solo das próprias ações de manutenção do poço e outras ações, como de vândalos e animais. A forma mais simples de entender os benefícios do uso de perímetros de proteção é comparando resultados de não aplicá-lo com os gastos que isto pode gerar. **Conclusão:**

<sup>1</sup> Texto resultado de ações do Projeto de Extensão Cidadania e Saúde em desenvolvimento no âmbito do Curso de Direito, de Medicina e de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras–FIPMoc. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme nº. CAAE – 8081827.3.000.5109– Parecer nº 2.475.741.

Concluimos que considerando o custo de implementação do projeto, não usá-lo pode acarretar uma série de gastos ao empreendimento e maiores impactos ambientais, esses custos se dividem em dois grupos: o primeiro grupo engloba custos de tratamento da água, retificação de espaços contaminados, além dos custos indiretos que são gerados, como monitoramento inflexível das propriedades e distribuição da água potável, os custos do segundo grupo (quantificação de maior dificuldade) giram em torno de problemas na saúde pública, confiabilidade do empreendimento de abastecimento hídrico e a manutenção dos recursos.

**Palavras-chave:** Perímetro de proteção. Manancial. Contaminação. Poços.

#### REFERÊNCIA:

WAHNFRIED, Ingo; HIRATA Ricardo. Perímetros de proteção de poços: uma importante ferramenta para a sustentabilidade de mananciais públicos. IN: SIMPÓSIO DE HIDROGEOLOGIA DO SUDESTE, 2., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Revista águas subterrâneas, 2005. p. 12

### A IMPUTABILIDADE DO PSICOPATA E O SISTEMA PENAL BRASILEIRO

OLIVEIRA, Nathália Stefanie Alves de<sup>1</sup>; VIEIRA, Vânia Ereni Lima<sup>2</sup>  
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** O psicopata é aquele que possui um transtorno da personalidade antissocial acentuado, não sendo considerado um doente mental, pois possui discernimento de seus atos. Suas principais características são frieza, falta de remorso e impulsividade. No que se referem aos elementos estudados no direito penal, tais como a imputabilidade, e as sanções aplicáveis, em decorrência da imprecisão do modo de atuação daqueles diagnosticados como psicopatas, ainda não se tem uma concepção única para a sua imputabilidade e conseqüentemente a sanção quando praticam crime. **Objetivo:** O presente trabalho monográfico teve como objetivo analisar as sanções adotadas pelo sistema penal brasileiro, para melhor aplicabilidade ao psicopata considerado criminoso, tendo como base a sua imputabilidade. **Método:** Foi utilizado o método de abordagem dedutivo, e o procedimento monográfico, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e exploratória. **Resultados:** Em se tratando de resultados, os psicopatas apresentam-se em diversos tipos e níveis, e no que se refere à relação com a criminalidade, não se exclui sua imputabilidade, em razão de seu discernimento. Na análise de elementos presentes no direito penal, constatou-se que para o melhor entendimento da conduta dos indivíduos que cometem crimes, é necessário o estudo da culpabilidade, imputabilidade e as sanções presentes no sistema penal brasileiro. Em relação à melhor forma de sanção e às decisões jurisprudenciais, demonstrou-se a aplicabilidade do princípio da individualização da pena, analisando cada indivíduo e suas particularidades, principalmente o discernimento no momento do fato. **Conclusão:** Concluiu-se que para a melhor aplicação das sanções adotadas pelo sistema penal brasileiro, diante do psicopata criminoso, é necessário que se tenha como base o princípio da individualização da pena, observando cada caso concreto, principalmente no que se refere ao discernimento do agente, pois ele pode ser considerado imputável ou semi-imputável em razão de seu discernimento, e em casos excepcionais como inimputável, pela sua particularidade de portador de psicopatia.

**Palavras-chave:** Psicopatia. Imputabilidade. Sistema Penal Brasileiro. Princípio da individualização da pena. Crime.

### A INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa<sup>1</sup>; NOBRE, Débora Gonçalves<sup>1</sup>; CHAMONE, Izabella Araujo<sup>1</sup>;  
OLIVEIRA, Maria Isabella Santos<sup>1</sup>; SANTOS, Thaís Julliany Rodrigues dos<sup>1</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>  
1Estudante de graduação de Direito das FIPMoc; 2Mestre do curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** A relação de emprego é composta por dois sujeitos, empregado e empregador. Devido a forma que esta relação se estabelece, é possível o surgimento de instabilidades entre as partes, podendo aquele que se sentir lesado, tanto material quanto moralmente, recorrer à uma ação cível indenizatória. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi analisar a possibilidade de indenização civil decorrente da relação de emprego após a reforma trabalhista. **Metodologia:** Para que esse objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa. Os dados foram coletados nas bases de dados online, como *SciELO*

e Google Acadêmico, bem como em doutrinas e leis pertinentes ao tema. **Resultado:** Como a relação entre patrão e empregado envolve convívio diário e pressões intensas devido a própria prestação de serviço, a indenização veio como um mecanismo de compensar os efeitos dos conflitos inerentes à relação empregatícia. Esta está diretamente relacionada com a ocorrência de um dano, podendo ser material, o qual está relacionado ao patrimônio, ou moral, quando há ofensa ao outro como ser humano. Antes da nova legislação trabalhista, a CLT não especificava critérios para a apuração do valor da indenização, cabendo ao juiz analisar a subjetividade do dano. A partir da implementação da reforma, criou-se parâmetros para que a Justiça do trabalho estabeleça o valor da indenização, sendo o valor máximo 50 vezes o salário da vítima. O valor da indenização será baseado no salário do trabalhador, mediante classificação em umas das quatro categorias de ofensa, que são elas: a) de natureza leve, com que o valor da indenização pode ser de até três vezes o último salário do ofendido; b) de natureza média, até cinco vezes o último salário; c) de natureza grave, até vinte vezes o último salário, e d) de natureza gravíssima, cujo valor será equivalente a cinquenta vezes o último salário. Porém, o texto não estabelece os tipos de ofensas e onde elas se encaixam, logo, caberá ao juiz decidir a que melhor se adapta ao dano. **Conclusão:** A partir do momento que se instala o valor a indenização de acordo com o salário do trabalhador, há maior proporcionalidade de direitos. Além disso, ao se atribuir o grau de ofensa juntamente com o entendimento jurisprudencial, há de se perceber melhor maleabilidade e segurança às partes, colaborando para maior eficiência processual.

**Palavras-chave:** Indenização civil. Relação de emprego. Reforma trabalhista.

### A INDENIZAÇÃO CIVIL, VÍNCULO OBRIGACIONAL E ADIMPLEMENTO DECORRENTES DA RELAÇÃO TRABALHISTA E SUAS ALTERAÇÕES

BATISTA, Lucas Emanuel<sup>1</sup>; MARQUES, Roberto Carlos<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Luan Victor de<sup>1</sup>; RODRIGUES, Camila Pereira<sup>1</sup>; VELOSO, Mayara<sup>1</sup>; DIAS, Rodrigo Dantas<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes do curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**INTRODUÇÃO:** Com o advento da Reforma Trabalhista (Lei 13.647/2017), inúmeras modificações foram feitas com a finalidade de regulamentar situações e procedimentos referentes às ações judiciais trabalhistas. **OBJETIVO:** O presente estudo tem como objetivo geral analisar a indenização civil, vínculo obrigacional e adimplemento na perspectiva da relação trabalhista, tendo em vista suas alterações. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo baseado em pesquisa qualitativa com abordagem exploratória. **RESULTADOS:** É observável que em virtude da Reforma Trabalhista, a indenização civil deverá ser calculada levando em consideração o salário do empregado. Quanto maior a natureza do dano, maior o número de salários o qual o empregado terá direito, caso ganhe a ação trabalhista. Para que seja constatado o vínculo obrigacional faz-se necessário um contrato de trabalho, que, consequentemente, emana obrigações das partes envolvidas, mediante contraprestação (salário), e prestação de serviço não eventual e subordinado em proveito de outrem. No que diz respeito às formas de adimplemento da obrigação, este pode ser realizado através da consignação em pagamento; da sub-rogação; da imputação do pagamento; da dação em pagamento; da novação; da compensação e por fim da remissão da dívida. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, conclui-se que a reforma trabalhista aproximou-se do Direito Civil no que diz respeito às indenizações, ao vínculo obrigacional entre empregador e empregado e ao adimplemento das obrigações. Ademais, pode-se observar que o Direito do Trabalho visa estabelecer critérios objetivos com a finalidade de regulamentar as relações trabalhistas.

**Palavras-chave:** Indenizações. Vínculo obrigacional. Relação trabalhista.

### A INFLUÊNCIA CULTURAL DA COMUNIDADE INDÍGENA NO TIPO DE PARTO

FERNANDES, Gabriela Carvalho<sup>1</sup>; FERNANDES, Silmara Gonçalves de C.1; PIRES, Higor Pereira<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes <sup>2</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** A mulher sendo um ser biopsicossocial sofre as influências sócio culturais de seu meio, principalmente, no que diz respeito ao ritual do nascimento que vem cercado de uma simbologia, por determinantes culturais e outros. No Brasil, o parto normal está associado à figura de dor e sofrimento. Na comunidade indígena o papel das mulheres mais experientes da família é fundamental, elas são vistas como

detentores da sabedoria da comunidade e dos costumes. Nas índias, mesmo que também relatem dor durante o parto, elas encaram esta vivência como algo natural e inevitável, entendendo que a dor esteja intrínseca ao parto, elas relatam a utilização de “remédio do mato” que auxiliam no momento da expulsão. **Objetivo Geral:** Analisar os tipos de parto na comunidade indígena Brasileira no ano de 2016. **Metodologia:** Foi realizado um estudo de investigação retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como Scielo e base disponibilizados pelo DATASUS empregando termos como “índigenas” e “tipo de parto”. **Resultados:** No ano de 2016, foram registrados um total de 2.857.800 partos, sendo que 1.582.953 foram do tipo cesariana, 1.272.411 vaginal e 2.436 ignorados, entre eles, nas mulheres indígenas foram 18.632 vaginais e 4.592 do tipo cesariana. **Conclusão:** Mesmo que o Brasil seja um dos países líderes em cesarianas, entre as indígenas a taxa de parto normal ainda é relevantemente maior do que o parto cesárea, esta taxa elevada está associada aos aspectos culturais envolvidos no processo de gravidez e parto das índias.

**Palavras-chave:** Indígenas, tipo de parto.

#### REFERÊNCIAS:

CECHIN, P.L.; Reflexões sobre o resgate do parto natural na era da tecnologia, *Rev. Bras. Enferm*, Brasília, v. 55, n. 4, p. 444-448, jul./ago. 2002

MOLITERNO, A.C.M.; et al.; Processo de gestar e parir entre as mulheres kaingang, *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, 2013 Abr-Jun, 293-301

PEREIRA, R.R.; FRANCO, S.C.; BALDIN, N.; A Dor e o Protagonismo da Mulher na Parturição, *Rev Bras Anestesiol*, Vol. 61, No 3, Maio-Junho, 2011

#### A INFLUÊNCIA DA IDADE DA MÃE SOBRE O APGAR DO RECÉM NASCIDO NO 1º MINUTO

MELO, Thamires costa de<sup>1</sup>; ANDRADE, Camila Caroline Ruas<sup>1</sup>; MOREIRA, Lucas Felipe dos Santos<sup>1</sup>; FARIAS, Karen Felix da Silva<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMOC; 2 Docente da FIPMOC

**Introdução:** O Apgar é uma maneira frequente de avaliar o recém nascido imediato ao nascimento, classificando suas condições de vitalidade no 1º e 5º minuto. Essa avaliação consiste em verificar os aspectos como: frequência cardíaca, esforço respiratório, tônus muscular, irritabilidade reflexa e cor. É atribuído uma nota de 0 a 2 para cada um dos 5 itens. Para obter a nota total, somam-se os valores atribuídos a cada elemento, podendo variar de 0 a 10. Apresentando uma nota acima de 7 é considerado que o bebê nasceu em ótimas condições. Uma nota 7 sugere que o recém nascido teve uma dificuldade leve. De 4 a 6 representa uma dificuldade de grau moderado, e de 0 a 3 uma dificuldade grave. **Objetivo:** Relacionar a idade materna com ao apgar 8 a 10 do recém nato no 1º minuto, na cidade de Montes Claros – MG. **Método:** O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória com base no banco de dados do datasus referente ao ano de 2013 a 2016. **Resultados:** Obteve-se um total de 20.518 crianças nascidas vivas verificando o seu apgar e a idade materna, em mães com idade de 10 a 19 anos influenciou de maneira negativa no apgar do recém nato, sendo somente 13,4% (2.754 dos nascidos), já na gravidez tardia a partir dos 35 a 59 anos tendo 14,1 % (2.909 dos nascidos), em comparação com mães que deram a luz com 20 a 34 anos sendo 72,5% (14.855). **Conclusão:** Concluiu-se nesse estudo que as melhores notas de apgar foram alcançados por mães com idade materna de 20 a 34 anos. Mostrando que mulheres com idade fértil e boas condições, tem a capacidade de gerar filhos mais saudáveis.

**Palavras-chave:** Apgar. Datasus. Recém nascido. Idade materna.

## A INFLUÊNCIA DA MARCA NO PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA: UM ESTUDO POR MEIO DO TESTE CEGO

COUTINHO, Nilson Lopes<sup>1</sup>; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira<sup>2</sup>

1 Discente das FIPMoc do Curso de Publicidade e Propaganda ; 2 Docente do Curso de Publicidade e Propaganda das FIPMoc.

**Introdução:** Atualmente há uma associação forte entre marca e consumidor, normalmente ela tem uma forte influência no processo de decisão de compra. Ademais, promove um efeito psicológico de demonstração de estilo de vida e *status* social. A marca é fonte de uma vantagem competitiva e retornos financeiros para a empresa. Mas para o consumidor a marca representa um produto ou serviço procurado, um padrão de desempenho esperado onde possa haver um pacto entre empresa e consumidor, reduzindo, assim, riscos, custos e tempo de compra. **Objetivo:** Verificar, por meio de um experimento, se os elementos (sabor, aroma, coloração e gás) contribuem para o desenvolvimento da marca de refrigerantes consumidos por estudantes de uma Instituição de Ensino Superior de Montes Claros-MG. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. Quanto aos meios, é uma pesquisa bibliográfica, de campo e experimental. A pesquisa foi feita por meio de um teste cego que avaliou a importância do produto independente da marca que o mesmo possui. Tendo como resultado a influência dos elementos sabor, aroma, coloração e gás no desenvolvimento de uma marca. Durante a fase quantitativa e descritiva / quase-experimental foi realizado um teste cego incluindo três marcas de refrigerantes evocadas durante a fase qualitativa. O levantamento dos dados quantitativos contou com a participação de 95 estudantes universitários. O questionário quantitativo aplicado foi composto de duas partes: a primeira respondida antes da realização do teste cego e a segunda após a experimentação dos refrigerantes. **Resultados:** Observou-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados a partir da análise das respostas referente ao teste cego. Ficou evidente que a preferência dos entrevistados se dá pelo sabor do refrigerante. A marca de refrigerante denominada nesta pesquisa de marca número 1 foi a que mais agradou os entrevistados. No teste cego foi identificado a preferência dos participantes com relação ao sabor, aroma, coloração e gás dos refrigerantes das três principais marcas consumidas pelos estudantes. Verificou-se que a maioria dos entrevistados preferiram a marca 1 (57%); a amostra de refrigerante denominada de número 2 obteve uma preferência de 33% dos participantes e, a de número 3, (10%). **Conclusão:** Percebeu-se que os atributos da marca e produto são fatores de grande influência no processo decisório de compra, porém a decisão se processa de formas diferentes, ou seja, pela aceitação de cada indivíduo perante novos entrantes. Com isso, tem-se então que os elementos sabor, aroma, coloração e gás são influentes no processo estratégico para desenvolvimento da marca de refrigerantes.

**Palavras-chave:** Comportamento do Consumidor, Teste Cego, Pode da Marca.

## A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR DA CRIANÇA

MOTA, Gabrielly Alves<sup>1</sup>; FERNANDES, Lara Vívian Paixão<sup>2</sup>; COSTA, João César Barbosa<sup>3</sup>;  
RIBEIRO, Renata Danielle<sup>4</sup>; MENDES, Vitor Lucas Bonfim<sup>5</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>6</sup>

1, 2, 3, 4, 5 Discentes das FIPMoc; 6 Docente das FIPMoc

**Introdução:** O desenvolvimento neuropsicomotor da criança envolve, principalmente, a aquisição de competências e o refinamento de habilidades que propiciarão ao indivíduo uma maior autonomia para realizar atividades diárias (LEÃO, 2013). Nessa vertente, a música atua como fator impulsionador de diversas esferas do desenvolvimento infantil (HALLAM, 2010). **Objetivo:** Analisar os efeitos exercidos pela música no desenvolvimento neuropsicomotor da criança. **Método:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, utilizando 65 artigos em inglês e português, publicados nas bases de dados Lilacs, Pubmed, Scielo e Google Acadêmico, a partir do ano de 1990. Foram descartados 15 artigos, os quais abordavam o aprendizado da música como processo de desenvolvimento. **Resultados:** A música influencia no desenvolvimento auditivo do feto durante o período gestacional. Sons internos e externos transformam o útero em um ambiente acusticamente estimulante para o feto, que pode reagir aumentando ou diminuindo sua frequência cardíaca, frente a diferentes tipos de sons. Além disso, o feto pode apresentar uma redução

simultânea da respiração e um aumento dos movimentos quando as mães ouvem um tipo preferido de música. Crianças em ambientes sensorialmente enriquecedores apresentam maior atividade das áreas associativas cerebrais, maior grau de neurogênese e diminuição da perda neuronal. A exposição musical pré-natal pode estimular a sucção no período neonatal e acalmar o recém-nascido ao sono, visto que o feto é capaz de discriminar sons. Além disso, a criança exposta à música no período intrauterino, pode desenvolver habilidades motoras mais cedo que outras crianças. Após o nascimento, os bebês preferem músicas ouvidas na gestação a músicas desconhecidas. Durante o parto, a música minimiza desconfortos do trabalho de parto e facilita a adaptação do bebê nos primeiros meses de vida. Na infância, a música tem efeito positivo na alfabetização, visto que crianças receptoras de estímulos musicais aprendem a escrever mais facilmente e tem maior capacidade de concentração, interpretação e fixação de dados. Além disso, a música impulsiona habilidades literárias, da fala e do conhecimento lógico-matemático. Crianças que são expostas a estímulos musicais em grupo, ademais, tornam-se mais comunicativas, além de apresentar um aumento da autoestima, criatividade e do convívio social. **Conclusão:** A música têm efeitos positivos no desenvolvimento neuropsicomotor da criança nos períodos pré, peri e pós-natal. Isso porque a exposição ao estímulo musical auxilia no desenvolvimento auditivo, social, lógico-matemático, motor, da linguagem e da fala, além de exercer efeitos fisiológicos nas crianças. Desse modo, os benefícios trazidos pela música deveriam ser divulgados com maior frequência pelos profissionais de saúde, além de oferecidos a uma parcela maior de crianças, por meio da conscientização aos pais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento neuropsicomotor. Criança. Música.

#### REFERÊNCIAS:

HALLAM, Susan. The power of music: Its impact on the intellectual, social and personal development of children and young people. *International Journal of Music Education*, v. 28, n. 3, p. 269-289, 2010.

LEÃO, Ennio; CORRÊA, Edison José; MOTA, Joaquim Antônio César; VIANNA, Marcos Borato; VASCONCELLOS, Marcos Carvalho de. *Pediatria Ambulatorial*. 5ª Ed.. Belo Horizonte: Coopmed, 2013, p. 1448.

#### A INFLUÊNCIA DA SATURAÇÃO DE FILTROS DE AR EM MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA DE TRATORES PARA COLHEITA FLORESTAL

SILVA, Everton Adriano<sup>1</sup>; JÚNIOR, José Maurício da Fonseca<sup>1</sup>; PIMENTEL, Michéle Santos<sup>2</sup>.  
1Discentes do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC, 2Docente do Curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC.

**Introdução:** O presente trabalho é um estudo de caso sobre a influência dos filtros de ar, usados em motores de combustão interna para máquinas de grande porte utilizadas no processo de colheita florestal, refletida no desempenho destes equipamentos. **Objetivo:** Comprovar a influência que a contaminação do filtro de ar exerce sobre o rendimento do motor de equipamentos florestais, alterando seu consumo e reduzindo seu desempenho. **Método:** Os equipamentos acompanhados foram um Skider e uma Garra ambos John Deere. A manutenção preventiva nos ativos é feita a cada 500h trabalhadas. Foi realizado um levantamento de dados pertinentes ao caso, para serem analisados segundo a literatura sobre o comportamento dos motores de combustão interna do ciclo Diesel. Como se trata de um estudo de caso realizado por meio de coleta de dados, foram elaboradas tabelas para melhor alocação dos dados, que permitiram o acompanhamento periódico, durante um período de 90 dias. **Resultados:** Com auxílio dos gráficos gerados pelas tabelas, foi possível visualizar de maneira quantitativa o nível de saturação dos filtros, que, com cerca de 250h já influenciavam negativamente no rendimento do motor, e, conseqüentemente, no aumento do consumo e na emissão dos gases nocivos. **Conclusão:** Com base nos resultados, constatou-se que o rendimento dos motores decai a partir das 250h de trabalho, devido ao acúmulo de material particulado retido pelo elemento filtrante. As condições em que ocorrem os trabalhos e o clima seco da região norte-mineira foram fatores decisivos para a acelerada saturação do filtro.

**Palavras-chave:** Filtros de ar. Motores de Combustão. Saturação

## A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL

ALENCAR, Maria Clara Alves <sup>1</sup>; ALVES, Vívian Pereira Rodrigues <sup>1</sup>; CANGUSSU, João Gabriel Alves<sup>1</sup>; FERREIRA, Maria Izabel de Azevedo <sup>1</sup>; MENDES, Caio Rodrigues Coelho<sup>1</sup>; SANTOS, Rodrigo Satoshi Oda<sup>1</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmith<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O desenvolvimento neuropsicomotor acontece de forma paulatina, pois, ao nascimento, a criança ainda não está com seu SNC completamente desenvolvido e o contato com pessoas e com o meio em que vive se faz fundamental neste amadurecimento, contribuindo para o aprendizado de acordo com o limite de cada faixa etária. Sabendo que a tecnologia está imersa na realidade mundial e que as crianças participam ativamente desse contexto, torna-se importante analisar as consequências desse contato com os mais variados meios tecnológicos, uma vez que eles podem exercer tanto consequências imediatas já abordadas nessa revisão quanto consequências em longo prazo. **Objetivo:** Investigar a influência dos aparelhos tecnológicos no desenvolvimento neuropsicomotor infantil. **Método:** O presente artigo é uma revisão de literatura através de uma busca detalhada em vinte e oito artigos disponíveis na Scientific Electronic Library (SciELO) e Google Acadêmico, realizada no período de tempo entre os meses de abril e maio de 2018, utilizando-se como principais descritores: Neurodesenvolvimento infantil, Influências do desenvolvimento infantil, Uso da tecnologia na infância. **Resultados:** Nos trabalhos selecionados, observamos fatores tanto positivos quanto negativos relativos à inserção da tecnologia na vida das crianças. As crianças da atual geração – que tiveram contato com tecnologia desde a infância – são consideradas melhores escritoras que as da geração passada devido ao maior acesso a diferentes estruturas textuais que aumentam a complexidade do seu vocabulário, além de terem a oportunidade de desenvolverem suas habilidades frente à facilidade de acesso as informações. Contudo, a incapacidade de armazenar informações de forma eficaz devido à utilização das memórias virtuais, a diminuição do rendimento escolar do aluno – em função das expectativas e desejos atribuídos aos recursos eletrônicos de forma não discriminada – e o isolamento social são malefícios influenciados desses aparatos tecnológicos para esse grupo. **Conclusão:** A tecnologia apresenta grande influência ao desenvolvimento infantil. Os artigos pesquisados, em sua maioria, abordam variada gama de aspectos negativos, embora haja comprovações da influência positiva ao desenvolvimento no caso de uso correto e supervisionado. É notória, entretanto, a falta de pesquisas com aspecto mais longitudinal e abordagem biológica mais aprofundada. Visto isso, torna-se evidente a necessidade de maiores pesquisas acerca das reais consequências do uso de tecnologias na infância.

**Palavras-chave:** Tecnologia. Desenvolvimento neuropsicomotor. Infância.

## A INFLUÊNCIA DAS CRIANÇAS NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA FAMILIAR

VELOSO, Daniel Ramos<sup>1</sup>; AQUINO, Jobert Jamis Alves de <sup>1</sup>; JESUS, Marcelo Rodrigues de<sup>1</sup> ; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira<sup>2</sup>  
1 Discente de Publicidade e Propaganda ; 2 Docente Publicidade e Propaganda das FIPMoc.

**Introdução:** O mercado infantil tem chamado a atenção de profissionais de marketing de todo o mundo em razão dos crescentes volumes de recursos financeiros que as crianças gastam em produtos bem como da grande influência que elas exercem sobre o processo de compra familiar. **Objetivo:** verificar a influência do comportamento do consumidor infantil, de idade entre 4 a 6 anos, no comportamento de compra de seus pais. **Método:** A estratégia metodológica adotada nesse projeto, além da pesquisa aplicada, baseou-se em estudo exploratório e entrevistas com crianças de idades entre 4 a 6 anos, que frequentam escolas particulares na cidade de Montes Claros-MG. **Resultados:** Os resultados apresentados apontam que, apesar da faixa etária, as crianças influenciam fortemente a compra como iniciadores e influenciadores do processo, apesar da compra ser efetuada pelos pais. Na pesquisa ficou evidenciado que as crianças demonstram o desejo de compra em casa e nas lojas. São influenciadas pela TV e propagandas, apesar de não terem preferência por marca. **Conclusão:** Os resultados obtidos no estudo demonstraram que, de um modo geral, as crianças influenciam a decisão de compras de produtos voltados para consumo próprio. Quando se trata de produtos voltados para toda a família, a participação das crianças fica restringida apenas a opinar em atributos como a cor, marca e modelo do produto.

**Palavras-chave:** Comportamento do Consumidor, Consumidor Infantil, Processo de decisão de compra.

## A INFLUÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA CRIMINALIDADE

ABREU, Anne Caroline Ribeiro<sup>1</sup>; BATISTA, Neylon Gabriel Melo<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A partir da expansão do modelo econômico capitalista no século XIX, surgem as desigualdades sociais. Segundo as teorias do conflito, que possuem elementos do pensamento marxista, o comportamento desviante advém das desigualdades instauradas pelo sistema capitalista, influenciando o aumento nos índices de criminalidade (GIDDENS, 2014). As teorias conflitivas mostram a relação do direito penal com interesses de grupos, pois grupos sociais procuram a cooperação do Estado para proteger valores ameaçados por outros grupos, através de leis incriminadoras (BARATTA, 2011). “O certo é que toda sociedade apresenta uma estrutura de poder, com grupos que dominam e grupos que são dominados, com setores mais próximos ou mais afastados dos centros de decisão.” (PIERANGELI; ZAFFARONI, 2002, p.60). **Objetivo:** Analisar as desigualdades sociais como causa da criminalidade presente na sociedade. **Método:** A pesquisa realizada foi caracterizada como exploratória de natureza qualitativa, utilizando como procedimento técnico de coleta de dados a revisão bibliográfica. **Resultados:** Através do surgimento das desigualdades sociais, advindas da expansão do sistema capitalista, o comportamento desviante torna-se frequente entre os indivíduos, uma vez que, diante da estrutura social, há a relação entre dominantes e dominados, na qual os dominantes criam ordenamentos jurídicos que os beneficie, reduzindo as oportunidades para os dominados, aumentando as desigualdades sociais e conseqüentemente os índices de criminalidade. Dessa forma surge, então, um modelo sociológico de conflito que é o resultado de uma relação de domínio, presente na estrutura social que se pauta em relações materiais de propriedade, de produção e de distribuição. **Conclusão:** Conclui-se que as desigualdades sociais influenciam de forma direta na criminalidade, sendo uma das principais causas, pois a partir do modelo econômico capitalista, uma classe, denominada dominante, cria e aplica legislações penais para se privilegiar e essas normas se tornam um importante instrumento para manter a ordem, no entanto, a classe dominada, é prejudicada, pois a aplicação dessas ordens recai, de forma significativa sobre ela, influenciando assim ao comportamento criminoso.

**Palavras-chave:** Desigualdades sociais. Classes sociais. Criminalidade.

### REFERÊNCIAS:

- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. 6.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p.13.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.179-180.
- PIERANGELI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. 4.ed. São Paulo, 2002. p.60-61.

## A INFLUÊNCIA DO PESO DA CRIANÇA SOBRE O APGAR NO 1º MINUTO

MOREIRA, Lucas Felipe dos Santos<sup>1</sup>; ANDRADE, Camila Caroline Ruas<sup>1</sup>; MELO, Thamires Costa de<sup>1</sup>;  
 FARIAS, Karen Félix da Silva<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMOC; <sup>2</sup>Docente das FIPMOC

**Introdução:** O Apgar é um teste simples e rápido, indicador da vitalidade do recém nascido no 1º e 5º minuto de vida. A avaliação consiste em 5 aspectos: frequência cardíaca, esforço respiratório, tônus muscular, irritabilidade reflexa e cor da pele. Para cada um desses itens é atribuída uma nota de 0 a 2, onde serão somadas, obtendo o total, podendo variar de 0 a 10. O peso também é um parâmetro para se avaliar as condições do recém nato, onde o peso normal varia de 2500g a 3800g. **Objetivo:** Relacionar o peso do recém nato com a nota 8 a 10 do apgar do 1º minuto de vida. **Método:** Realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória no levantamento do banco de dados do Datasus, relativo ao ano de 2015 e 2016 referente a cidade de Montes Claros-MG. **Resultados:** Obteve-se um total de 10.362 nascidos vivos. Recém nascidos com o peso ideal foram 88,15%(9135) do total e os 7,57%(785) nasceram com baixo peso. **Conclusão:** Concluiu-se nesse estudo que as melhores notas do apgar foram adquiridas pelos recém

nascidos que obtiveram o peso dentro da normalidade, mostrando mais uma vez que o peso ao nascer é um fator determinante para a qualificação do apgar.

**Palavras-chave:** Apgar. Peso. Recém Nascido. Nascidos Vivos

## A INFLUÊNCIA SENSORIAL DA ARQUITETURA NO CINEMA

SOUTO, Bhárbara Andrade Rezende<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Mariana Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Analisar a relação entre arquitetura e cinema é o que faz com que as duas formas de expressão de arte sejam entregues e se façam significativas. A conceituação de grandes obras do cinema não só depende mas também conversa diretamente com a arquitetura e toda a questão estética da obra o que levo o espectador às mais diversas reações. **Objetivo:** Com a coleta de informações e estudos sobre arquitetura e cinema, o objetivo geral deste estudo é mostrar como o cinema trabalha lado a lado à arquitetura para obter um resultado visual e sensorial do público. Os dois pontos de pesquisa serviram para que pudessem ser avaliadas semelhanças que levam à novas áreas de trabalho, novas técnicas e simbologias. **Método:** Para melhores resultados acerca da pesquisa, foram realizadas análises visuais e consultas bibliográficas sobre cinema e suas técnicas além de consultas em diversos artigos científicos entorno da relação entre o cinema e a noção espacial, arquitetura e trabalho de câmera. Alguns sites com os temas propostos também foram fontes de dados. Sendo assim foram colhidos os dados necessários para o embasamento desta pesquisa para que o resultado fosse encontrado. **Resultados:** Foi observado que a arquitetura dentro do cinema funciona diretamente relacionada a tempo, espaço e movimento. As duas expressões artísticas funcionam como formas práticas para a construção do espaço. Assim, o cinema se trata de uma prática arquitetônica e urbana, afetando até mesmo os aspectos políticos, reinventando espaços frequentemente. O cinema recria os espaços urbanos, monta interiores e analisa a melhor forma de retratar o futuro. O trabalho é aliado às câmeras, criando ângulos de visão para o espectador. Isso faz com que os espaços de vivência e as narrativas se tornem mais pessoais e identificáveis. **Conclusão:** Com os resultados dos estudos, conclui-se que assim como na Arquitetura, no Cinema também são utilizadas pesquisas relacionadas a construção, resistência de materiais, normas de segurança e ambientação. O trabalho é aliado às câmeras, criando ângulos de visão para o espectador. Isso faz com que os espaços de vivência e as narrativas se tornem mais pessoais e identificáveis tocando diretamente o observador. Assim, o observador de ambas expressões artísticas tem a mesma experiência, elevando aspectos perceptuais visuais que geram uma linha tênue entre a imagem real e a imagem fílmica. O observador na arquitetura une a experiência de estar no espaço, reconhecer suas formas e sentir conexão com o lugar assim como o espectador de cinema o faz.

**Palavras-chave:** Arquitetura, cinema, resposta sensorial.

## A LIGA ACADÊMICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DA FIP-MOC: RELATO DE EXPERIÊNCIA

VIEIRA, Débora Ribeiro<sup>1</sup>; ALCÂNTARA, Cecília Barbosa<sup>2</sup>; GOMES, Alana Andrade<sup>2</sup>; TOLENTINO, Ana Ester Nobre e<sup>2</sup>; MADUREIRA, Bernardo Soares<sup>2</sup>MENDES, Romero Iago Freitas<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, Minas Gerais, membro da Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia – LOT FIP-Moc

<sup>2</sup> Graduanda no curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, Minas Gerais

<sup>3</sup> Médico Ortopedista, especialista em artroscopia e joelho, orientador da Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia – LOT FIP-Moc

**Introdução:** Liga Acadêmica é uma modalidade de extensão universitária em que um grupo de estudantes, com afinidade por determinada especialidade médica, se associa visando o aprofundamento dos conhecimentos a partir do tripé universitário, com a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia da FIP-Moc (LOT-FIP-Moc) foi reativada no ano de 2016, quando um grupo de estudantes interessados na área de Ortopedia e Traumatologia resolveram dar continuidade às suas atividades. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo relatar as atividades relacionadas à Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia das FIP-Moc e a experiência dos acadêmicos durante o ano da gestão 2016/2017. **Resultados:** Durante o ano de atuação e participação da LOT FIP-Moc

diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão foram realizadas. Os membros da Liga puderam participar das aulas teóricas do Programa de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia do Hospital Universitário Clemente de Faria – HUCF em parceria com a Liga Acadêmica Norte-Mineira de Ortopedia e Traumatologia – LANOT da Universidade Estadual de Montes Claros, em que foram abordados diversos temas importantes para a prática do ortopedista. Em parceria entre as Ligas foi executado o Projeto de Extensão Maio Amarelo, um mês temático para prevenção de acidentes no trânsito; foi realizado o I Simpósio Norte-Mineiro de Ortopedia e Traumatologia, o I Simpósio Norte-Mineiro de Prevenção do Trauma e a Semana do Trauma, que contou com o apoio de diversas organizações como o SAMU, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. Em relação aos estágios, a Liga teve a oportunidade de acompanhar os ortopedistas nos blocos cirúrgicos do Hospital Aroldo Tourinho e do Hospital Dilson Godinho, acompanhando cirurgias de alta complexidade, auxiliando os ortopedistas e residentes, além dos estágios ambulatoriais no Núcleo de Assistência à Saúde e Práticas Profissionalizantes – NASPP. A Liga também desenvolveu atividades de ensino para a comunidade acadêmica, oferecendo palestras intituladas Temas da Ortopedia que Todo Clínico Precisa Saber, em que os membros discutiram os principais temas da Ortopedia importantes para a prática clínica do médico generalista. **Conclusão:** O objetivo de participar de uma liga acadêmica é o aprofundamento na temática escolhida, fazendo com que o aluno tenha um conhecimento mais completo sobre aquele assunto/especialidade, além da realização de atividades que beneficiem a sociedade. A gestão 2016-2017 da LOT-FIP-Moc alcançou sua finalidade de beneficiar a comunidade externa com suas atividades de extensão e os acadêmicos, através da ampliação dos conhecimentos médicos em Ortopedia. Espera-se que as atividades da Liga continuem ativas com as próximas gestões, mantendo o incentivo para o aprofundamento no estudo dessa especialidade.

**Palavras-chave:** Liga Acadêmica. Extensão Universitária. Ortopedia e Traumatologia.

## A MEDIAÇÃO COMO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO ALIENAÇÃO PARENTAL

SILVEIRA, Maria Luiza Alves<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Bolsista de ICV/Unimontes e Discente da Unimontes; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc, Unimontes e Favag

**Introdução:** A mediação é uma forma de resolução de conflitos introduzida pelo CPC/15, através da Lei nº 13.140/2015 e tem se tornado relevante na resolução de litígios em que exista vínculo emocional entre as partes, bem como na prevenção dos mesmos. Em alguns casos, o término do vínculo conjugal acarreta disputas de custódia entre os pais da criança ou adolescente, que buscam na via jurisdicional resolver o conflito, sendo que em determinados casos não se mostra como a técnica de resolução mais adequada. Dentro deste contexto surgem casos de Alienação Parental, caracterizada como uma espécie de interferência de um dos pais em seus filhos, criança ou adolescente, com o intuito de fazer com que estes repudiem e odeiem o outro genitor sem justificativas. **Objetivo:** Esse trabalho tem por escopo estudar a mediação como mecanismo de resolução de conflitos envolvendo alienação parental. **Método:** No decorrer da pesquisa foi utilizada a técnica bibliográfica, tendo como fontes para sua fundamentação doutrinas, artigos científicos e legislações pertinentes, visando dessa maneira compreender o tema posto em questão. Além disso, foi usada a pesquisa documental por meio da análise de Lei de Mediação (Lei n. 13.140/2015), do CPC/2015 e da Lei de Alienação Parental (Lei 12.318/2010). Ademais, foi experimentado o método comparativo, confrontando o método da mediação com a jurisdição para resolver conflitos que envolva Alienação Parental, partindo de uma análise dedutiva, do geral para casos particulares. **Resultados:** A Jurisdição Brasileira não tem se mostrado eficiente em casos envolvendo litígios de separação conjugal. Isso por que, nos mais variados tribunais, nossa jurisdição tem sido lenta, bem como a utilização da mesma não tem se mostrado o método adequado para a resolução da espécie de conflito em questão. Tal situação ocorre, pelo fato de que a Jurisdição é um método adversarial, em que nem sempre o juiz tem conhecimento sobre o real problema subentendido, já que o mesmo só tem acesso à lide processual e questões afetivas e psicológicas das quais derivam o problema e impedem sua resolução não são possíveis de serem questionadas e analisadas. **Conclusão:** Diante do exposto, a mediação torna-se o meio mais eficiente na resolução de lides em que as partes tenham vínculo emocional, como em casos envolvendo Alienação Parental, devido à celeridade na resolução do processo e à oportunidade de resolver tanto a lide processual como a sociológica. A mediação é um método autocompositivo, ou seja, as próprias partes chegam a um consenso guiados pelo mediador, que terá o papel de facilitar a comunicação.

**Palavras-chave:** Mediação. Alienação Parental. Conflitos.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Código de Processo Civil. **VadeMecum Saraiva**. 22. ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2016. (p. 359 a 486).

BRASIL. Lei de Alienação Parental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm). Acessado em 01 de novembro de 2017, às 14:39.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e Arbitragem**. 2. ed. São Paulo (SP): Editora Saraiva Jurídica, 2016.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Mediação familiar em casos de alienação parental**. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10856](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10856). Acessado em 01 de novembro de 2017, às 15:00.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, Direito de Família**. 3. ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2013.

SELONK, Rafael. **Síndrome da alienação parental e a mediação como caminho possível**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20756/sindrome-da-alienacao-parental-e-a-mediacao-como-caminho-possivel>. Acesso em: 31 out. 2017, às 14:29.

## A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

MACHADO, Rafael Simões<sup>1</sup>; MAIA, Afonso Spyer Brant<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Izabela Gomes<sup>1</sup>; RUFINO, Letícia Barbosa<sup>1</sup>; SOUZA, Maria Clara Pereira<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>;  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental que dispõe acerca da garantia de tutela e tratamento do conflito pelo Estado e por vias extrajudiciais. **Objetivo:** O presente trabalho analisará os meios consensuais de solução de conflitos (conciliação e mediação) e sua atuação como instrumentos de efetivação do acesso à justiça. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante os estudos em bibliografias sobre o assunto analisado. Os dados foram coletados em doutrinas, artigos científicos e legislação. As bibliografias usadas para o desenvolvimento da pesquisa foram de autores conceituados acerca do assunto. **Resultados:** Verificou-se que o mais meio adequado de resolução de conflitos é aquele que vise a obtenção da “paz social” através das diversas formas de acesso a justiça, destacam-se elas a mediação e conciliação. Essas tem como o objetivo a resolução do conflito pelas próprias partes através do diálogo. Diferenciam pelo fato que na mediação, deve haver vínculo anterior entre as partes, as relações devem ser não eventuais e autônomas, dotada de emoções entre os envolvidos e o direito material apenas como consequência disso, e o mediador facilitará o diálogo. Enquanto que, na conciliação, não há vínculo anterior entre as partes e esse conflito não vai gerar vínculo entre eles, sendo assim, se foca em relações comerciais e que tem o direito material como centro da discussão, ademais o conciliador propõe meios de solucionar os conflitos. **Conclusão:** Conclui-se então que a conciliação e mediação visam uma vida social harmônica, propondo a resolução de litígios através do diálogo entre as partes, diminuindo a morosidade do Judiciário e objetivando proporcionar o acesso à justiça a todos e dessa forma, permitindo um adequado tratamento do conflito a aqueles que necessitarem.

**Palavras-chave:** Conciliação. Mediação. Resolução. Conflito.

## A MITIGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL

DIAS, Beatriz Ferreira; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; LIMA, Paula Pinheiro<sup>1</sup> SANTOS, Skarlathy Lorrany Adriano dos<sup>1</sup>.  
GABRICH, Lara Maia Silva.<sup>2</sup>

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O contraditório e a ampla defesa são princípios constitucionais indispensáveis para o andamento e validade do procedimento processual penal, sob pena de nulidade. O inquérito policial é um procedimento administrativo realizado na fase pré-processual, de caráter investigativo e preparatório para a ação penal. **Metodologia:** Utilizou-se o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrinas e na legislação pertinente ao tema. **Objetivo Geral:** O presente estudo buscou analisar o inquérito policial à luz dos princípios da ampla defesa e do contraditório. **Resultado:** O contraditório e a ampla defesa garante aos acusados o direito de se defender em paridade de armas das acusações que lhe são imputadas desfrutando de todos os meios legais ou não prescritos em lei para realização da defesa para influenciar no convencimento do juiz, isso ocorre a fim de garantir um procedimento justo e igualitário. O inquérito policial não atende a esses princípios, se caracterizando por ser um procedimento escrito, inquisitivo, sigiloso, indisponível, discricionário, dentre outros aspectos, com o objetivo de investigar e esclarecer os fatos que subsidiarão uma futura ação penal, sendo conduzido pelo delegado da melhor forma que lhe aprouver. Se encontrados indícios suficientes de autoria e materialidade servirá de base para propositura de uma ação penal, no entanto, as provas produzidas deverão ser submetidas, na fase processual, ao contraditório e ampla defesa para que sejam válidas e possam embasar uma possível decisão e/ou sentença condenatória. Todavia, há exceções, as provas de caráter eminentemente técnico, tais como laudos, perícias e documentos, podem ser utilizadas normalmente em todas as fases com o mesmo valor; no que tange às provas não-repetíveis, estas deverão ter o contraditório antecipado para que possam ter validade na fase processual. Caso não encontre indícios suficientes de autoria e materialidade, isto é, justa causa, o inquérito pode ser arquivado, no entanto. **Conclusão:** Conclui-se que o inquérito policial é um procedimento administrativo e que, em regra, dispensa o contraditório e a ampla defesa. Caso seja encontrado justa causa para propositura de uma ação penal, as provas produzidas no inquérito, que não sejam repetíveis e eminentemente técnicas, terão que ser submetidas ao contraditório e à ampla defesa, sob pena de invalidade.

**Palavras-chave:** Inquérito Policial. Contraditório. Ampla defesa.

## A MODERNA CONCEPÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA E SUA RELAÇÃO COM A ARBITRAGEM

GONÇALVES, Fabiano Pereira<sup>1</sup>; GUEDES, João Vitor Campolina Silva<sup>2</sup>; MURTA, Matheus Felipe<sup>3</sup>;  
RAMOS, Diego Muniz<sup>4</sup>; SOARES, Matheus Zuba<sup>5</sup>; LOYOLA, Ana Flávia<sup>6</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc;  
5Discente das FIPMoc; 6Docente das FIPMoc

**Introdução:** A partir do incremento capitalista na metade do século XX, observou-se uma preocupação legislativa na proteção dos vulneráveis nas relações negociais, como trabalhadores, consumidores e hipossuficientes em geral. Concomitantemente, houve a consolidação da arbitragem como mecanismo fundamental para o pleno desenvolvimento do comércio internacional e da economia. Pode-se dizer inicialmente que os contratos, de maneira geral, têm 4 (quatro) requisitos básicos para existirem e serem válidos. Eles precisam ter: agente capaz e legítimo; objeto lícito, possível e determinado ou ao menos determinável; forma prescrita ou não defesa em lei; e manifestação de vontade livre e consciente. Em resumo, o princípio da autonomia privada assegura que, para um contrato existir, é preciso que estes requisitos sejam considerados e, ao menor sinal de descumprimento de qualquer um deles é aceso um sinal amarelo, que informa que pode haver um vício na vontade, capaz de tornar o contrato nulo. **Objetivo:** Analisar a moderna concepção da autonomia privada e a consequência desta na arbitragem. **Método:** A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como exploratória. Em relação à natureza e o estudo do problema, será efetuada uma abordagem qualitativa. E quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, utilizar-se-á uma consulta bibliográfica. **Resultados:** O princípio da autonomia passou por uma

importante transformação, guiada pelo fenômeno jurídico da constitucionalização do Direito Civil. Esta transformação deve-se à percepção de que existem outros valores a serem tutelados, como o fato do ser humano fazer parte de um corpo social, devendo os direitos, inclusive os privados, serem exercidos sob a óptica de interesse social da ordem pública e constitucional. Este processo evolutivo passa pela autonomia da vontade, calcada no individualismo e na liberdade absoluta de contratar, deixando de ser uma liberdade irrestrita, e a partir daí, com o propósito de demonstrar essa concepção moderna, adotou-se a expressão autonomia privada, fundamentada nos princípios da solidariedade e justiça social. Essa nova fase, dá-se importância não só à intenção das partes (boa-fé), mas também aos limites sociais à autonomia das partes, que atribui um perfil mais igualitário, mais solidário aos negócios jurídicos. Isso não significa perder a liberdade, significa que esta liberdade não é simplesmente analisada individualmente, mas com um fim social. **Conclusão:** Conclui-se que a busca constante pela justiça e a crise que assola o Poder Judiciário, em face das exigências sociais atuais, faz surgir mecanismos alternativos de solução de conflitos, tal como a arbitragem. A arbitragem, ao se consolidar como mecanismo fundamental para o pleno desenvolvimento do comércio internacional e da economia, ajudou a compreender o fato de que a submissão ao processo arbitral deveria ter por base a expressa e livre manifestação de vontade dos contratantes. Entretanto, a liberdade das partes não poderá ultrapassar certos limites determinados por lei, ou seja, a liberdade não é ilimitada, ela sofre algumas restrições, quanto à lei, à ordem pública e aos bons costumes. E a autonomia privada surge como o princípio portador deste poder, que os particulares têm de regular, pelo exercício de sua própria vontade, as relações de que participam, designando a respectiva disciplina jurídica.

**Palavras-chave:** Autonomia Privada. Arbitragem. Direito Civil. Boa-Fé. Poder Judiciário.

#### A MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO

ALBUQUERQUE, Ana Victória Gonçalves<sup>1</sup>; SILVA, Annyelle Fernanda Rosa<sup>1</sup>; FERNANDES, Gláucia Rejanny Teixeira<sup>1</sup>; BARRETO, Karolina Duarte<sup>1</sup>; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc <sup>2</sup> Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A Lei nº 13.467 de 2017, conhecida como reforma trabalhista, alterou, significativamente, diversos dispositivos da CLT e introduziu outros, causando assim uma afronta aos Direitos Fundamentais. **Objetivo:** Identificar e relacionar a modernização trabalhista com os Direitos Fundamentais do trabalho. **Métodos:** Empregou-se pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica na coleta de dados. **Resultados:** Na Constituição Federal de 1988, o trabalho é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, IV), um direito fundamental a prestações (art. 6º), um fundamento da ordem econômica (art. 170, caput) e base da ordem social (art. 193). Os direitos fundamentais e direito do trabalho são intrinsecamente ligados, devendo as relações trabalhistas, juntamente com os dispositivos legais, estarem em acordo com os direitos e garantias fundamentais previstos na CF. A reforma trabalhista alterou diversos dispositivos da CLT, causando consequências para os operadores do direito do trabalho e na sociedade em geral, que ainda desconhece os efeitos que a dita reforma poderá causar. A Lei nº 13.467 de 2017 nada mais fez do que liberar o trabalhador da proteção da lei, do patamar mínimo civilizatório que havia alcançado. **Conclusão:** Com a reforma trabalhista, lei nº 13.467/2017, ficou perceptível às violações do direito do trabalho e do direito constitucional, são críticas as violações sofridas pelos trabalhadores, naturalmente mais vulneráveis e que deveriam receber um tratamento prioritário de defesa pelo direito, não o contrário, como se averiguou nessa reforma impopular. Entretanto o modo controverso da tramitação do projeto de lei e as medidas impopulares e viciosas que representam visíveis retrocessos sociais, certamente, é mais adequado revogar os pontos obscuros e inconstitucionais de modo a proteger os trabalhadores brasileiros e garantir o real cumprimento da ordem constitucional.

**Palavras-chave:** Direitos fundamentais. Modernização Trabalhista. Constituição Federal.

## A MULTIFATORIEDADE DA RETRAÇÃO GENGIVAL

NUNES, Flávio Marconiedson<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Isabela de Sá<sup>2</sup>; CANGUSSU, Lara Santos<sup>3</sup>; NORONHA, Fernanda Santos<sup>4</sup>; RODRIGUES, Adriana Barbosa<sup>5</sup>; OLIVEIRA, Gabriella de Sá<sup>6</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>7</sup>

1Discente das FIP-Moc; 2,3,4,5Discentes da UNIMONTES; 6Psicóloga pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela UNIMONTES; 7Docente das FIP-Moc

**Introdução:** Retração gengival é definida como a exposição das raízes dentárias na cavidade bucal, onde ocorre a diminuição da quantidade de gengiva que cobre o dente, deixando-o aparentemente mais longo. Existem inúmeros fatores que podem ocasionar a retração gengival, além de poder ocorrer em qualquer idade e sexo, inclusive em bocas saudáveis. **Objetivo:** Explorar a temática retração gengival e discutir as causas multifatoriais desse processo. **Método:** Foi feita uma revisão de literatura, tendo como base de dados a *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2004 à 2016, sendo todos em português. O critério de inclusão utilizado foi artigos que retratavam a etiologia da retração gengival e o critério de exclusão foi para artigos que retratavam apenas características histopatológicas e biológicas do processo. No total foram utilizados 6 artigos. **Resultados:** Foram identificadas as seguintes causas da retração gengival: acúmulo de placa bacteriana, má oclusão, trauma por escovação vigorosa, uso de *piercings* na boca e alteração do freio labial. Quando não é feita a correta higienização bucal, ocorre acúmulo de placa bacteriana e desse modo inicia-se um processo de inflamação local, fazendo com que a gengiva se retraia. A má oclusão também está relacionada com esse processo, uma vez que os dentes mal posicionados dificultam a higienização, favorecendo o surgimento da placa. Outra causa bastante comum é a escovação agressiva, visto que a frequência desse movimento vigoroso gera trauma na gengiva, com posterior inflamação crônica local, tendo como consequência a retração. O uso de *piercing* também contribui para a ocorrência desse processo. O atrito gerado pelo metal com a gengiva também constitui causa de irritação e inflamação. Por último, destaca-se a alteração do freio labial, onde, devido à sua inserção anormal, pode-se ocasionar o tracionamento da gengiva e fazer com que acumule placa bacteriana, levando a retração gengival posteriormente. **Conclusão:** A retração gengival não possui uma causa isolada, sendo consequência de inúmeros fatores. Desse modo, é necessário analisar cuidadosamente os hábitos do paciente para descobrir a causa desse processo, fazendo-se necessário uma visão multifatorial do profissional de saúde.

**Palavras-chave:** Doenças gengivais. Gengiva. Fisiopatologia.

## A NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO DO DIREITO PENAL NA ADOÇÃO À BRASILEIRA

FONSECA, Rayke Luiz<sup>1</sup>; GONÇALVES, Josefa Prado Faria<sup>1</sup>; PEREIRA FILHO, Ryan Brwnner Lima<sup>1</sup>; SANTOS, Igor Luiz Azevedo<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** “A filiação afetiva é aquela na qual o amor e o carinho recíprocos entre os membros suplantam qualquer grau genético, biológico ou social” (VENOSA, 2014). Com a facilitação da averbação de registro civil em cartório, a concessão da paternidade para homens e mulheres, que através de um vínculo afetivo, desejavam registrar uma criança como seu filho tornou-se mais fácil e prático com essa nova medida. No entanto, através dessa facilitação em alguns casos, ocorre à adoção a brasileira, que consiste no registro de crianças que não são seus filhos biológicos sem se preocupar com os meios legais, fazendo uso, muitas vezes de documentos de maternidade falsos. A falta da não observação dos meios legais ocasiona a tipificação de alguns crimes contidos no Código Penal, gerando uma discordância entre diversos doutrinadores entre a necessidade de utilizar o direito penal ou não nos casos de adoção a brasileira. **Objetivo:** A pesquisa propôs verificar a necessidade da intervenção do direito penal nos casos de adoção à brasileira. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa bibliográfica. **Resultados:** A necessidade da intervenção do Direito Penal na adoção a brasileira, pode se julgar ou não necessária, pois, através do princípio da *última ratio*, ocorre à divisão de ideias entre os doutrinadores do Direito. Os que defendem a utilização do Direito Penal garantem que a prática da adoção à brasileira infringe alguns artigos do Código penal sendo a violação destes de suma importância para a vida das crianças envolvidas, pois deve se tratar da vida e da integridade física e moral da criança como prioridade, e, sim, enquadra no princípio da *última ratio*, ou seja, é de extrema relevância, atingindo um bem relevante, a integridade da criança. Já os que defendem a não utilização do direito penal nos casos da adoção à brasileira afirmam que a adoção ocorre por diversos fatores sendo um deles o fato das adoções normalmente

serem muito burocráticas e terem um longo tempo de duração, afirmando que as pessoas que fazem esse tipo de adoção fazem por amor e afeto. Além de afirmar que o Direito Penal e o seu princípio da *última ratio* devem ser usados em último caso em que os outros meios de intervenção não consigam resolver o problema, o uso do direito penal pode ser também prejudicial para a criança, podendo ela sofrer mais do que o necessário, podendo o não uso de tais medidas preservar a vida da criança. **Conclusão:** A utilização do direito penal nos caso da adoção à brasileira, gera muitas discussões e possui diversas ideias entre os doutrinadores. Portanto, pode-se concluir que o uso do direito penal não se faz necessário, pois a preservação da criança e dos envolvidos que agem na maioria das vezes, por amor e carinho. Caso haja algum problema, as demais áreas do Direito conseguem resolver infrações que ocorrem nas adoções.

**Palavras-chave:** Adoção. Direito Penal. Afetividade.

#### REFERÊNCIA:

VENOSA, Silva de Salvo. Direito Civil: direito de família. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016.

### A OBRIGATORIEDADE DA REVISÃO GERAL ANUAL PREVISTA NO ART. 37, INCISO X DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAMPOS, Sandd Lopes Oliveira<sup>1</sup>; PEREIRA, Roberto César <sup>1</sup> VELOSO, Wandirene Saraiva<sup>1</sup>; VIEIRA, Vânia Ereni Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Revisão Geral anual da Remuneração do Servidor Público e Subsídio de Agente Político estabelecido na CRFB/88, que trata o art. 37, inciso X, é norma de eficácia limitada, cuja regulamentação, está adstrita ao regulamento do legislador, porém, ocorrendo à omissão, e considerando que o texto constitucional não tem letras mortas, a inconstitucionalidade por omissão é medida que se impõe, tornando obrigatória por determinação judicial. **Objetivo:** Analisar a obrigatoriedade em proceder à revisão geral anual pelo legislativo. **Metodologia:** A pesquisa será qualitativa com abordagem exploratória. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica. **Resultado:** Diante da inércia do legislador em não editar norma regulamentadora para tornar eficaz o texto constitucional, cabe ao Poder Judiciário, por meio da via processual própria ADI por Omissão, determinar sua regulamentação e proporcionar aplicabilidade do texto constitucional. **Conclusão:** Insta salientar, que mesmo com a garantia constitucional do direito à revisão anual, e que a posteriori, a lei secundária (responsabilidade fiscal), obedeceu ao comando constitucional, este direito está vinculado à edição de lei específica, pois, trata-se de norma de eficácia limitada, pois para haver sua concretização, necessário se faz que o ente federado proceda à edição de lei própria. Ocorrendo omissão na edição da referida lei, a categoria econômica interessada, deve se valer da via processual pertinente, que possui sua especificidade no regulamento próprio. Ademais a CRFB/88, impõe ao poder executivo, legislativo e judiciário, uma obrigação no cumprimento do texto constitucional, pois ocorrendo omissão, cabe ao poder judiciário supri-la, pela via do controle concentrado de constitucionalidade, qual seja, ADI por omissão, e determinando por consequência a eficácia da norma constitucional, sob pena de desprestigiar o Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Servidores, Revisão, anual, constitucional.

### A POSSIBILIDADE DE COBRAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS DIANTE VIOLAÇÃO AO DIREITO DE IMAGEM

BORGES, Maria Clara Veloso<sup>1</sup>; QUINTILIANO, Mariana Cavalcante<sup>1</sup>; VIANA, Rodrigo Gomes Rodrigues<sup>1</sup>; Ó, Thayná Dias Ferreira do<sup>1</sup>; CARVALHO, Fagner Campos<sup>2</sup>; TORRES, Vania<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** A evolução da tecnologia e das mídias colocou a imagem do cidadão em uma situação preocupante, uma vez que proporcionam maior espaço para violações. Sendo assim, é necessário compreender a tutela do direito de imagem pelo direito brasileiro e a possibilidade de indenização por danos morais e matérias em razão de sua violação. **Objetivo:** A pesquisa objetivou analisar até que ponto a violação do direito de imagem gera obrigação de indenizar. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa

qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram obtidos em doutrinas jurídicas, legislações e jurisprudências brasileiras, e artigos disponibilizados em meio eletrônico. **Resultados:** O direito de imagem se enquadra no rol dos direitos da personalidade, sendo dotado de características como intransmissibilidade, indisponibilidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade. Sua previsão legal se dá nos artigos 5º, inciso X da Constituição brasileira (CRFB/88) e 20 do Código Civil brasileiro (CC/02), e por meio dessa tipificação é proporcionado ao cidadão titular do direito o arbítrio de poder decidir sobre a veiculação e forma como sua imagem será utilizada, sendo constatado que diante dessa possibilidade do indivíduo consentir com o uso de sua imagem que algumas violações ocorrem, como o uso não autorizado ou diverso do que foi permitido. Em face desta situação é previsto a indenização por danos morais e materiais, que são de cunho compensatório, já que fere a dignidade da pessoa humana, não sendo possível retornar ao estado anterior. Por fim, a obrigação de indenizar não é absoluta em razão da imagem, pois quando a utilização desta for de interesse público ou acrescentar informações necessárias para a população, não caberá indenização. **Conclusão:** Conclui-se que os avanços tecnológicos, apesar de proporcionarem benefícios para a sociedade, acarretaram na possibilidade de utilização da imagem de forma bastante perigosa, desprovida do respeito ao consentimento e em uma capacidade de divulgação e propagação com maiores facilidades. Nesses casos a indenização por danos morais e materiais é a saída apresentada pelo direito brasileiro com o intuito de minorar as consequências da violação a imagem do cidadão, devendo-se atentar, contudo, aos limites de quando a violação gera a obrigação de indenizar, como nos casos de uso para interesse público e informações de extrema necessidade para todos, não sendo cabível a indenização em tais situações.

**Palavras-chave:** Direito de Imagem. Indenização. Danos Materiais. Danos Morais. Direitos da Personalidade.

#### **A PRIMEIRA ONDA REFORMATÓRIA DA JUSTIÇA E O PROGRAMA SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA ITINERANTE (S.A.J. ITINERANTE)**

REIS, Celson Victor Cavalcante dos<sup>1</sup>; SOUZA, Ionete de Magalhães<sup>2</sup>

1Discente do 2º Período do Curso de Direito da Unimontes; 2Mestre e Doutora em Direito. Docente da Unimontes

**Introdução:** O norte de Minas, assim como o Brasil, é marcado por contrastes socioeconômicos. A baixa renda de uma parcela da população é fator marcante como empecilho ao efetivo acesso à justiça a todos. O Programa Serviço de Assistência Jurídica Gratuita Itinerante (S.A.J. Itinerante) tem agido de maneira eficaz contra tal mazela no âmbito do norte de Minas Gerais. **Objetivo:** A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a importância do S.A.J. Itinerante como legado da Primeira Onda Renovatória da Justiça, cuja pretensão é garantir acesso à justiça, especialmente, aos menos favorecidos economicamente. **Método:** A pesquisa será quantitativa de cunho descritivo, realizada através de pesquisas bibliográficas. **Resultados:** O S.A.J. Itinerante trabalha com três vertentes, que são interligadas: o atendimento jurídico *in loco*; as palestras educativas; os seminários e congressos acadêmicos. Através do atendimento *in loco*, os voluntários do Programa vão até as comunidades ouvir e orientar a população sobre os seus direitos e deveres, auxiliando também em conflitos jurídicos. Segundo dados de Relatórios Internos do Programa, devidamente encaminhados à Pró-Reitoria de Extensão (Arquivo Unimontes), dos anos de 2002 a 2017 foram realizados cerca de 150 atendimentos, com mais de 50.000 (cinquenta mil) pessoas beneficiadas diretamente. Durante esses atendimentos podem ocorrer agendamentos, para uma futura tentativa de conciliação extrajudicial, assim como sessões de mediação. Quando os conflitos não podem ser resolvidos, os cidadãos são encaminhados para os órgãos competentes. Os atendimentos extrapolam o âmbito da cidade de Montes Claros e seus bairros, vez que incluem a zona rural, além de já terem realizado atendimento em diversas cidades do Norte de Minas, como: Bocaiuva, Brasília de Minas, Bonito de Minas, São Francisco, Francisco Sá, Jequitaiá, Mirabela, Montalvânia, Salinas, entre outras. **Conclusão:** Tais informações demonstram a relevância do Programa S.A.J. Itinerante no auxílio à propagação do acesso à justiça gratuita, que foi o principal foco da Primeira Onda reformatória, que veio influenciando o ocidente desde 1965. O Programa leva, assim, com excelência, assistência jurídica a todos, gerando empoderamento das comunidades, e propagando a cidadania entre aqueles que, por vezes, são marginalizados pela sociedade.

**Palavras-chave:** S.A.J. Itinerante. Primeira Onda. Acesso à Justiça.

## A REFORMA TRABALHISTA E AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

MOREIRA, Milena Barbosa<sup>1</sup>; LOPES, Luis Roberto<sup>2</sup>;  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Direito do Trabalho pode ser compreendido em seus princípios e regras atinentes que constam a relação de trabalho subordinado, que visa assegurar melhores condições ao trabalhador. A Constituição Federal de 1988 do Brasil possui um Estado Democrático de direito que visa o direito dos cidadãos e sua inserção em decisões políticas, direito à vida, à saúde, a liberdade e outras segundo o art. 5º e 7º da CRFB/1988. O Direito do Trabalho possui como normas a Consolidação da Lei Trabalhista (CLT). A CLT surgiu pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1993, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, que tem por fim regulamentar as relações entre empregado e empregador. Porém, diante das necessidades de mudanças, houve a Reforma Trabalhista Lei nº 13.467, 13 de julho de 2017, sendo esta complexa, possuindo várias reflexões e debates. **Objetivo:** Após considerar as diversas opiniões, este trabalho tem como objetivo analisar o que mudou na Reforma Trabalhista. **Método:** Para que o objetivo fosse atingindo, foram realizadas pesquisas bibliográficas através de doutrinas relacionadas ao tema, por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória. **Resultado:** Na análise da pesquisa, percebeu-se que a Reforma Trabalhista é fruto de debates entre as classes dos trabalhadores. A CLT, como a norma do Direito do Trabalho, trouxe diversos artigos novos e outros editados que dizem respeito às férias do empregado, que antes eram de 30 dias e poderiam ser fracionadas em até 2 períodos, sendo que um deles não poderia ser inferior a 10 dias com possibilidade de 1/3 do período ser pago em forma de abono, e atualmente, poderão ser fracionadas em até três períodos, mediante negociação, contanto que um dos períodos seja de pelo menos 15 dias corridos. A jornada diária poderá ser agora de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais, a homologação da rescisão do contrato de trabalho pode ser feita na empresa, na presença dos advogados do empregador e do funcionário, que pode ter assistência do sindicato. Assim, como o trabalho intermitente, que seu tipo de contrato permitirá a prestação de serviços com interrupções, em dias alternados ou apenas por algumas horas na semana. Houve também a mudança entre as horas *in itinere*, que atualmente não se computam horas entre o percurso que o trabalhador chegava à empresa como tempo na jornada e sim a partir que este esteja à disposição do empregador. A Reforma Trabalhista, dentre as suas modificações, tem como uma das mais importantes a terceirização que agora passa a contratar trabalhadores sem qualificação ou poucos qualificados para operações de curto tempo, que chama trabalho temporário, que considera a atividade-fim e atividade-meio, assim como outras mudanças. **Conclusão:** Diante do que foi explicitado acima, conclui-se que o tema da Reforma Trabalhista necessita de boa interpretação à luz de mudanças que podem proporcionar acordos vantajosos para as partes.

**Palavras-chave:** Reforma. Empregador. Hipossuficiente. Terceirização.

### A REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL

ALENCAR, Victor Soares<sup>1</sup>; GOMES, Ana Paula Vieira<sup>1</sup>; HONORATO, Sheila Moreira<sup>1</sup>; SANTOS, Victor Ricardo Bulhões<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano da <sup>2</sup>;  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A Lei de número 13.467/2017, que instituiu e implementou a Reforma Trabalhista, alterou vários itens da Consolidação das Leis de Trabalho, modificando as relações jurídicas entre empregado e empregador e sendo bastante restritiva em relação aos direitos dos trabalhadores. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo relacionar a Reforma Trabalhista com o Direitos fundamentais do trabalho. **Metodologia:** A pesquisa será qualitativa com abordagem exploratória. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica. **Resultado:** O direito do trabalho é um direito social fundamental aos cidadãos, assegurados pela Constituição Federal e em seus princípios constitucionais. Os princípios constitucionais trabalhistas são preceitos jurídicos de caráter geral, esses princípios vêm para disciplinar as relações de trabalho subordinado e determina os seus sujeitos e as organizações determinadas à proteção do trabalho. Há duas correntes distintas sobre os prós e os contras a Reforma Trabalhista. Os que defendem alegam que tal Reforma está a favor da criação de empregos e da modernização das relações de trabalho, já os que são contra alegam que a Reforma não moderniza e não cria empregos, ressaltam ainda que ao criar o trabalho intermitente, possibilitam a terceirização na atividade fim da empresa e possibilita e ou permite a redução de direitos via negociação coletiva, especialmente ao que se refere a ampliação da jornada de trabalho. Discorrem ainda que ela representa uma afronta à Constituição Federal e aos compromissos assumidos com relação a efetivação de uma política que assegure

os Direitos Humanos. **Conclusão:** Conclui-se que, a Lei de número 13.467/2017 ainda que vista por muitos como uma reforma onde há uma maior redução de direitos, trouxe mudanças significativas e benéficas aos trabalhadores, criou leis que garantem os direitos e regulariza trabalhos que antes não tinha nenhum respaldo na lei.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista. Constituição Federal. Direito do trabalho

### A RELAÇÃO DA ARBITRAGEM COM A AUTONOMIA PRIVADA

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro<sup>1</sup>, Maria Luiza Ribeiro<sup>1</sup>; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo<sup>1</sup>; SOUZA, Ana Flavia Loyola Antunes Pereira<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A arbitragem é um meio extrajudicial de forma de resolução de conflito que busca garantir o acesso à justiça. Na arbitragem existe a presença de um árbitro escolhido pelas partes conforme as determinações da lei, caracterizando-se assim a presença da autonomia privada que é o poder de autorregulação e autodeterminação conforme a vontade em uma relação jurídica. **Objetivo:** O estudo buscou analisar a moderna concepção de autonomia privada e a consequência desta na arbitragem. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas, em dados eletrônicos online, legislações e doutrinas que abordam o tema. **Resultados:** Verificou-se que a arbitragem é uma forma alternativa de resolução de conflito que busca garantir o acesso à justiça, previsto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. A arbitragem é um meio de solução de conflitos que pode ser utilizado por qualquer pessoa para resolver litígios relativos a direitos patrimoniais, este litígio será julgado por um ou mais árbitros, escolhidos pelas partes e que tenha confiança de ambas, que sem intervenção Estatal irão proferir uma sentença arbitral com a mesma eficácia da sentença judicial. Sendo assim nota-se a presença da autonomia privada na possibilidade de escolha do árbitro pelas partes, uma vez que a autonomia privada é o poder que os particulares têm de regular através de sua própria vontade as relações de que participam, estabelecendo-lhes o conteúdo e a respectiva disciplina jurídica. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a autonomia privada tem suma importância na arbitragem, uma vez que ela, assegura o direito fundamental que garante ao indivíduo o funcionamento de sua vontade, ou seja, ela irá garantir às partes o poder de contratar quem elas desejarem, respeitando assim a liberdade de expressão que estará sempre em conformidade com o ordenamento jurídico.

**Palavras-chave:** Arbitragem. Árbitro. Autonomia Privada. Litígios.

### A RELAÇÃO DE EMPREGO E O TRABALHO INTERMITENTE

PINTO, Ludmila Souza<sup>1</sup>; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A reforma trabalhista, instrumentalizada pela Lei 13.467/2017, apresentou significativa mudança na relação tradicional de emprego, consubstanciada no artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ao possibilitar a contratação de prestação de serviços de forma não-contínua. Deste modo, determina-se, conforme redação do artigo 443 da CLT, que poderá o contrato individual de trabalho ser acordado na modalidade intermitente, caracterizada pela alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador. **Objetivo:** Objetiva, portanto, a presente pesquisa analisar as principais mudanças advindas do contrato de trabalho intermitente na tradicional relação de emprego. **Método:** Empregou-se no desenvolvimento desta análise o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico e documental. **Resultados:** Verificou-se que, na modalidade intermitente, a contratação se faz mediante convocação de antecedência mínima de três dias, devendo o empregado, após o recebimento da convocação, responder ao chamado no prazo de um dia útil, sendo que a recusa não caracteriza insubordinação. Ademais, deve ser elaborado por escrito, contendo especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não. Ademais, aceita a convocação para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de cinquenta por cento da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo. Destaca-se, ainda, que o período em que o empregado não presta

serviços ao empregador não será considerado tempo à disposição, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes e, ao final de cada serviço, o empregado deverá receber remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo-terceiro salário proporcional, repouso semanal remunerado e adicionais legais. **Conclusão:** Conclui-se, pois, serem significativas as mudanças advindas dessa nova modalidade, ao flexibilizar os pressupostos essenciais à relação de emprego. Entretanto, necessário se faz observar se a modalidade contratual intermitente está em consonância com a principiologia protetiva e indisponível trabalhista, sendo fundamental verificar se tal flexibilização não confronta pressupostos essenciais da relação de emprego, ao apresentar uma feição puramente contratual.

**Palavras-chave:** Reforma trabalhista. Lei 13.467/2017. Trabalho intermitente. Flexibilização. Relação de Emprego.

## A RELAÇÃO DO TDAH COM A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA

BORGES, Dianne da Mata Emereciana<sup>1</sup>; FONSECA, Enzo Pacelli<sup>1</sup>; LOPES, Estela Silva<sup>1</sup>; MAIA, João Vitor Costa<sup>1</sup>; SANTOS, Maria Vitória Cordeiro<sup>1</sup>; FRANÇA, Dorotheia Schmidh<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) esteve por muito tempo subdiagnosticado em decorrência dos estereótipos arraigados culturalmente acerca do comportamento inquieto das crianças. No entanto, muitos estudos têm demonstrado o impacto da tríade sintomatológica - hiperatividade, desatenção e impulsividade -, na capacidade de cumprir tarefas e obrigações, fato que sugere um desempenho escolar insatisfatório. Atualmente, busca-se um tratamento multidisciplinar, o qual envolve intervenções psicossociais e psicológicas. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo é relacionar a dificuldade de aprendizagem com o TDAH. **Métodos:** Trata-se de um estudo de caráter descritivo-narrativo, cuja busca de dados foi efetuada nas seguintes bases eletrônicas: SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão foram a leitura dos títulos e resumos dos artigos com o intuito de verificar a relação com o tema proposto e materiais publicados por instituições conceituadas. **Resultados:** Segundo Oliveira e Dias (2015), os impactos do TDAH na aprendizagem durante a infância estão relacionados com a incapacidade das crianças acometidas de cumprir tarefas rotineiras e de manterem a atenção nas obrigações, contribuindo para um desempenho escolar insatisfatório. Nesse ínterim, Reis e Camargo (2008) ainda descrevem dificuldade de leitura, escrita, disciplina, análise e síntese textual, os quais são exacerbados pela falta de dinamismo e monotonia das aulas, contribuindo assim, para a diminuição do interesse de alunos com TDAH. O mau desempenho escolar pode desencadear transtornos de autoestima, manifestações antissociais e atitudes introvertidas, desfavorecendo a construção de relações importantes para se adquirir habilidades sociais e a sensação de bem-estar e proteção decorrentes da vivência em grupo, sendo que essa dificuldade de interação social, de acordo com Sena e Souza (2010), pode afetar ainda mais o desenvolvimento cognitivo da criança. As repercussões psicossociais do são explicadas biologicamente pelo desequilíbrio da produção de neurotransmissores dopaminérgicos nas regiões cerebrais: área frontal; regiões subcorticais (estriado, tálamo médio dorsal) e a região límbica cerebral, as quais são responsáveis pelo controle da atenção e emoção. Com o descontrole dopaminérgico, o sistema nervoso sofre alterações que refletem de maneira direta nas atitudes comportamentais do indivíduo. (COUTO; JUNIOR; GOMES, 2010). **Conclusão:** Verificou-se a necessidade de uma abordagem terapêutica que envolva intervenções psicossociais de modo a integrar e aprimorar o desenvolvimento da criança com TDAH. Assim, é fundamental, no âmbito escolar, primar-se pela capacitação dos professores de modo a tornar as aulas mais dinâmicas e com menor quantidade de alunos. Além disso, os profissionais de saúde devem orientar os pais a lidarem com os sintomas dos filhos, evidenciando a necessidade de ambientes calmos. Só assim, por meio de um diagnóstico precoce e de intervenções e estímulos que favoreçam o desenvolvimento adequado dessas crianças em tempo oportuno, será possível melhorar a qualidade de vida das gerações vindouras.

**Palavras-chave:** TDAH. Infância. Dificuldade de aprendizagem.

### REFERÊNCIAS:

COUTO, T.S.; JUNIOR, M.R.M.; GOMES, C.R.A. Aspectos neurobiológicos do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão. *Ciências & Cognição*, v. 15, n. 1, p. 241-251, 2010.

OLIVEIRA, C.T.; DIAS, A.C.G. Repercussões do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) na Experiência Universitária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 2, p. 613-629, 2015.

REIS, M.G.F.; CAMARGO, D.M.P. Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12, n. 1, p. 89-100, janeiro-junho 2008.

SENA, S.S.; SOUZA, L.K. Amizade, infância e TDAH. **Contextos Clínicos**, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 18-28, janeiro-junho 2010.

## A RELAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E DIABETES TIPO II

SANTOS, André Samuel de Souza<sup>1</sup>; ROCHA, Isabella Alquimim Costa<sup>2</sup>; COSTA, João César Barbosa<sup>3</sup>; NASSAU; Laís Veloso<sup>4</sup>; RIBEIRO, Leander de Almeida<sup>5</sup>; NORONHA, Késsya Ludmyla Santos<sup>6</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>7</sup>  
1,2,3,4,5 Discentes das FIPMoc; 6 Discente da Funorte; 7 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A diabetes mellitus é uma síndrome metabólica causada pela diminuição na produção da insulina ou pelo aumento da resistência celular a este hormônio, acarretando a hiperglicemia. A obesidade caracteriza-se como um distúrbio metabólico que eleva a porção circulante de lipídios, bem como o seu acúmulo. Essa dislipidemia causa a resistência à insulina, o que torna fator de risco para a diabetes tipo 2. Além disso, estima-se que 80 e 90% dos casos de obesidade estão associados à diabetes tipo 2. **Objetivo:** Analisar a relação entre diabetes tipo II com a obesidade. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo de pesquisa exploratória do tipo revisão de literatura. Utilizou-se fontes de dados e informações eletrônicas ou bibliográficas para obter resultados de pesquisas nas bases de dados do Google acadêmico e plataforma do SciELO, entre os anos 2000 a 2017. O estudo é caracterizado como um tipo de publicação ampla, em que se é apropriado descrever e discutir o desenvolvimento do assunto que foi delimitado. Constitui-se da análise de literaturas publicadas em livros, artigos de revistas impressas ou eletrônicas e na interpretação e análise crítica do autor. **Resultados:** Mediante a leitura de 30 artigos nas bases de dados do Google acadêmico e plataforma do SciELO foram selecionados 16, que possuíam como foco de escrita a discussão da relação entre diabetes mellitus tipo 2 e obesidade, bem como foram desconsiderados artigos de ampla abrangência, que destoavam do objetivo central. A leitura da pesquisa exploratória e análise dos dados obtidos permitiram extrair estatísticas e argumentos científicos relevantes que reforçam a hipótese da relação entre as duas enfermidades. **Conclusão:** O estudo aponta para risco eminente à saúde, relacionando a obesidade e desenvolvimento da diabetes mellitus tipo II. Dados estatísticos revelam que há uma relação concreta entre a obesidade e a evolução da doença. As evidências científicas mostram que distúrbios metabólicos provocados pelo aumento da gordura corporal contribuem para várias alterações fisiopatológicas dentre elas, a diabetes mellitus tipo II.

**Palavras-chave:** Diabetes Mellitus. Obesidade. Saúde. Insulina.

## A RELAÇÃO ENTRE A AUTONOMIA PRIVADA E O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DA ARBITRAGEM

CAROBA, Hellen Eduarda Alves<sup>1</sup>; COSTA, Mayra Mayrink<sup>1</sup>; DELFINO, Gabriela Machado<sup>1</sup>; FERNANDES, Géssica Teixeira<sup>1</sup>; GOMES, Ian Dias<sup>1</sup>; LOYOLA, Ana Flávia<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental do indivíduo, tendo a arbitragem como uma das modalidades alternativas de acesso a mesma, e que possui relação com o princípio da autonomia privada, sendo este um princípio jurídico que garante às partes o poder de manifestar a própria vontade, estabelecendo o conteúdo e a disciplina das relações jurídicas de que participam. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a relação da autonomia privada e o acesso à justiça através da arbitragem. **Metodologia:** Empregou-se uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** A autonomia privada consiste no direito de liberdade da manifestação da vontade, fazendo com que ela seja respeitada, além de possuir relação intrínseca com a arbitragem, que é uma forma extrajudicial de resolução de conflitos e que é caracterizada pela presença de um terceiro imparcial, que decide a situação por meio da imposição da sua vontade. Ademais, a relação da autonomia privada com a arbitragem advém do fato de depender da vontade das partes a escolha da interferência do

árbitro, tendo em vista que são elas que oferecem ao árbitro a autoridade e o poder para decidir o conflito dentro dos limites da lei. **Conclusão:** Conclui-se que a forma como se dá o processo de um determinado conflito está sob a esfera da autonomia privada das partes envolvidas no acordo. Cabe ao árbitro, ao realizar os procedimentos arbitrais e proferir sua decisão, fazer o controle e verificar se o referido princípio está sendo seguido no caso concreto, sob pena de causar sua invalidade.

**Palavras-chave:** Arbitragem. Justiça. Vontade. Relação.

## **A REPERCUSSÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA**

DIAS, Beatriz Ferreira; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; LIMA, Paula Pinheiro<sup>1</sup> SANTOS, Skarlathy Lorrany Adriano dos<sup>1</sup>.  
LOPES, Luís Roberto.<sup>2</sup>

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ressalva a legalidade da contribuição sindical prevista em lei, em seu artigo 8º, IV, ao cuidar da receita sindical, estabelecida pela assembleia geral do sindicato. A reforma trabalhista altera o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do desconto da contribuição sindical. **Metodologia:** Nesse estudo empregou-se o procedimento qualitativo, exploratório. Os dados foram coletados por meio de pesquisas bibliográficas, com embasamento na Constituição Federal de 1988, na Consolidação das Leis Trabalhistas e artigos científicos. **Objetivo Geral:** O presente estudo buscou verificar a repercussão sobre a exigência prévia dos participantes de determinada categoria para o desconto da contribuição sindical de natureza tributária. **Resultado:** Aunicidade sindical, como resquício do corporativismo no Brasil, torna a contribuição sindical como uma de suas consequências, prevista pelo artigo 579 da CLT, e, atualmente, modificada pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017. Anteriormente à reforma trabalhista, era descontado da folha de pagamento dos empregados a contribuição sindical, ou seja, esta era devida por todos aqueles que participassem de uma determinada categoria profissional ou econômica, ou profissão liberal, em favor do sindicato respectivo. Com a modificação, o desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo, isto é, não se trata mais de uma contribuição compulsiva e sim opcional. Vale ressaltar que, o mesmo ocorreu com relação à contribuição sindical patronal. Logo, o entendimento dos tribunais é de acordo com a reforma, em que o participante de categoria profissional deve se manifestar individualmente sobre o desconto da contribuição, mesmo se houver acordo ou convenção coletiva de trabalho, levando em conta o artigo 611-B, inciso XXVI da CLT. **Conclusão:** A reforma trabalhista alterou diversos artigos da CLT, implementando novos direitos e deveres para empregados e empregadores, como o artigo 579 que trata da liberdade de manifestação expressa do empregado em autorizar o desconto da contribuição sindical. Dessa forma, o empregado não é obrigado a contribuir. Conforme o artigo 611-B, qualquer desconto salarial sem prévia anuência constitui objeto ilícito de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**Palavras-chave:** Contribuição sindical. Reforma Trabalhista. Desconto Sindical.

## **A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO**

SILVEIRA, Letícia Gabrielle Barbosa; PERES, Anna Paula Lemos Santos

**INTRODUÇÃO:** A obrigação de indenizar decorrente da responsabilização civil depende da caracterização de determinados elementos no caso concreto para se configurar, sendo eles a conduta humana, o dano e o nexo de causalidade. O assédio moral, consistente na conduta humilhante, constrangedora e reiterada por parte de um indivíduo em detrimento de outro, pode ocorrer nas relações de emprego, todavia, não há legislação federal específica a tutelar as vítimas desta circunstância. **OBJETIVO:** O objetivo desta pesquisa é investigar a possibilidade de responsabilizar civilmente o causador do dano por assédio moral decorrente das relações de emprego. **METODOLOGIA:** A pesquisa utiliza o método dedutivo, a partir de uma análise bibliográfica e documental. **RESULTADOS:** Como resultado, verifica-se que para haver responsabilização civil nas relações de emprego, deverá existir conduta voluntária do

agente, dano e nexo de causalidade. O assédio moral advém do sofrimento e humilhação constantes ocasionados pelo indivíduo perverso. Nas relações de emprego, pode ocorrer assédio moral de forma vertical descendente, praticado pelo superior hierárquico contra o subordinado, e ascendente, quando o subordinado o pratica contra seu superior. É possível, ainda, o assédio moral horizontal. Neste caso, ocorrerá entre colegas do mesmo nível hierárquico. Compreendeu-se que a responsabilidade civil por assédio moral nas relações de emprego decorre da conduta danosa do empregado ou preposto em face da vítima. Nesse sentido, o empregador responderá objetivamente, ou seja, independente de culpa, pelo ato ilícito dos seus empregados ou prepostos no exercício de suas funções. Essa reparação visa recompensar a vítima pelo dano sofrido e responsabilizar o agente responsável pela conduta ilícita, considerando o caráter pedagógico da medida. A aplicação de tal medida é possível de acordo com o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Espírito Santo acerca da caracterização do assédio moral nas relações de emprego. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que haverá responsabilidade civil decorrente do assédio moral nas relações de emprego uma vez caracterizados os elementos conduta humana, dano e nexo de causalidade, sendo que o empregador responderá objetivamente pela conduta ilícita dos seus empregados e prepostos no exercício de suas funções ou em razão delas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Assédio Moral. Relações de Emprego.

### A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO

MEDEIROS, Viviane Fernandes<sup>1</sup>; COSTA, Eduarda Vieira<sup>2</sup>; SANTOS, Jéssica Karoline dos<sup>3</sup>.

1 Docente das FIPMOC. 2 Discente do Curso de Direito das FIPMoc. 3 Discente do Curso de Direito das FIPMOC.

**Introdução:** O Código Civil de 2002 que tutela a responsabilidade civil dos profissionais liberais trás em seu rol a responsabilidade dos médicos em seus atendimentos, pondo a salvo os direitos dos pacientes que sofrerem algum tipo de dano. **Objetivo:** O presente trabalho tem por objetivo estudar a responsabilidade civil do médico no direito brasileiro frente aos seus pacientes em havendo negligência, imprudência ou imperícia durante os atendimentos. **Método:** O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o de abordagem dedutivo a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Os resultados obtidos no referido estudo foram no sentido de que, no Código Civil a responsabilidade dos profissionais liberais é pautada através da confirmação de culpa, sendo ela, subjetiva. Nesse sentido, a culpa do profissional deve ser analisada se houve negligência que é o ato omissivo; a imprudência que há culpa comissiva quando este age sem a cautela necessária; e a imperícia que é a falta de observância das normas, ou seja, a falta de técnica, devendo ser provada por aquele que sofreu o dano material, moral, patrimonial ou não patrimonial. **Conclusão:** No presente trabalho concluiu-se que, a relação entre médico e paciente deve ser de transparência, devendo o profissional expor todos os procedimentos e riscos a se submeter. Desse modo, os médicos devem de responsabilizar-se pelos atendimentos e procedimentos feitos em seus pacientes uma vez que trata-se de uma relação contratual entre as partes, e constatado qualquer tipo de lesão ou dano a estes, o médico tem o dever de indenizá-los dando a total reparação pelos prejuízos sofridos e ainda responder pela devida sanção legal.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Profissionais Liberais. Médico. Paciente

### A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS PELA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

CAMPOLINA, Pedro Soares Barbosa<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc. <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A improbidade administrativa está prevista no artigo 37, § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) bem como na Lei 8.429/92 que dispõe de maneira específica sobre as sanções aplicáveis aqueles que cometerem os atos previstos na mesma. Ocorre que a aplicação da referida lei aos agentes políticos não ficou de maneira expressa, surgindo assim, teorias sobre a aplicação da lei e a concomitância da mesma com a Lei 1.079/50. **Objetivo:** O presente trabalho teve como objetivo analisar a aplicabilidade da Lei 8.429/92 aos agentes políticos pela prática de atos de improbidade administrativa. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa com abordagem exploratória de método

dedutivo. Para a coleta de dados utilizou-se doutrinas, artigos científicos, bem como à legislação e jurisprudência brasileira. **Resultados:** Verificou-se, primeiramente, que a Administração Pública é pautada na aplicação harmoniosa de 3 modelos (patrimonialista, burocrático e gerencial) e que a mesma pelos princípios constitucionais previstos no artigo 37 da CRFB/88. Observou-se que os agentes públicos são todos aqueles que exerçam serviço ao Estado, configurando-se em quatro categorias: agentes políticos, servidores públicos, militares e particulares em colaboração com o Poder Público. Notou-se que a improbidade administrativa consiste na ação ou omissão de atos que importem em enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação dos princípios da Administração Pública. Constatou-se também, que os atos de improbidade administrativa são de natureza cível, sendo que os mesmos podem ser sancionados concomitantemente nas esferas cíveis, administrativa e penal, sem que haja nenhum prejuízo. Percebeu-se que os sujeitos passivos da ação de improbidade administrativa estão previstos no art. 1º da Lei 8.429/92 e os sujeitos ativos podem ser identificados como os agentes públicos e terceiros, incluídos nesse rol os agentes políticos. Nota-se que os agentes políticos poderão ser sancionados pela Lei 8.429/92 pelas suas condutas ímprobas, no entanto, somente as sanções de natureza política poderão ser previstas pela Lei 1.079/50. **Conclusão:** Conclui-se que o entendimento doutrinário e jurisprudencial é o de que, salvo os agentes que possuem prerrogativa de foro, ou seja, o Presidente da República e os agentes políticos previstos no artigo 102, I da CRFB/88, os agentes políticos serão responsabilizados pela prática de atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/92, sendo possível a concomitância de ações sem que ocorra *bis in idem*.

**Palavras-chave:** Improbidade administrativa. Lei 8.429/92. Agentes políticos. Direito administrativo.

#### A SAÚDE BUCAL DA POPULAÇÃO COM 35 A 44 ANOS DE IDADE EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

ANTUNES, Frederico<sup>1</sup>; SILVA, Gabriella Neri<sup>1</sup>; OLIVA, Igor<sup>1</sup>; NUNES, João Victor Martins<sup>1</sup>; RIBEIRO, Maria Clara Marques<sup>1</sup>; SARMENTO, Nathan Porto<sup>1</sup>; GONÇALVES, Vitoria Rodrigues<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Fernanda Piana Santos Lima<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A cidade de Montes Claros está localizada ao norte do estado de Minas Gerais, apresentando um pouco mais de 360 mil habitantes, segundo dados do Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O levantamento epidemiológico do município é indispensável para subsidiar os programas voltados a saúde bucal, que buscam identificar e minimizar os problemas de saúde da população. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico da saúde bucal da população com 35 a 44 anos de idade, no município de Montes Claros. **Métodos:** Estudo transversal, descritivo com a utilização de dados secundários, por meio de consulta ao SB Brasil (2010), SB Minas (2013) e dados do município apresentados no estudo de Haikal *et al.* (2012). Foram utilizados, também, livros da Biblioteca Guglielmo Turano, disponibilizados pela Faculdades Integradas Pitágoras, e consultas às bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico. **Resultados:** A população nessa faixa etária, no estudo realizado no município, foi em sua grande maioria do sexo feminino (53,9%), casada ou com união estável (74,6%), autodeclarada parda (51,1%), com 45,1% dos participantes tendo utilizado os serviços odontológicos há menos de um ano, sendo essa utilização na sua grande maioria (62,4%) serviço privado liberal/convênio. Com relação à condição da coroa dentária, 41,2% dos adultos examinados possuíam coroas hígidas. Para a condição periodontal, 33,0% dos adultos, apresentavam o periodonto sadio sendo a prevalência da presença de cálculo de 38,9%. A grande maioria dos adultos (91,4%), não apresentava necessidade de tratamento dentário. Quanto a utilização de prótese, 31,2% utilizam a prótese superior, e 12,1% a inferior. **Conclusão:** Os resultados descritos no município foram semelhantes aos encontrados no Estado de Minas Gerais, região Sudeste e Brasil para necessidade de tratamento dentário. Na questão relacionada à utilização de prótese superior e inferior, os resultados foram semelhantes ao da região Sudeste e ao país. A condição da coroa dentária foi melhor no município quando comparados ao Estado, região Sudeste e país. Já quanto a presença de cálculo, o Estado apresentou melhores resultados. A utilização de serviços privados/convênios foi quase o dobro da utilização de serviços público no município.

**Palavras-chave:** Saúde Bucal. Epidemiologia. Cárie Dentária. Doenças Periodontais.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. **SB Brasil Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010: resultados principais**. Brasília: DF, 2011.

HAIKAL, D.S.; Martins, A. M. E. B. L.; DE-PAULA, A. M. B.; GUIMARÃES, A. L. S.; SANTA-ROSA, T. T. A.; OLIVEIRA, P. E. A.; SILVA, C. A. D.; SALES, L. O. S.; PEREIRA, S. M.; FERREIRA, E. F. Saúde bucal de adultos do município de Montes Claros. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.14, n.1, p.111-126, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE cidades@. [online]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>> Acesso em: 04 de maio de 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal **SB Minas Gerais: pesquisa das condições de saúde bucal da população mineira: resultados principais**/ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal. - Belo Horizonte: SES-MG, 2013.

### A SAÚDE BUCAL DA POPULAÇÃO DE 65 A 74 ANOS EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

SILVA, Bruna Naiara de Oliveira<sup>1</sup>; ALMEIDA, Débora Tôrres Lafetá<sup>1</sup>; AGUIAR, Emily Maia Nobre<sup>1</sup>; FREITAS, Luane Lorena Ferreira<sup>1</sup>; BORGES, Marcelo<sup>1</sup>; SILVA, Renato Calais Lisboa<sup>1</sup>; JÚNIOR, Rogério Queiroz de Carvalho<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Fernanda Piana Santos Lima<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A população idosa e as crianças são os que mais sofrem de problemas bucais pela falta do acompanhamento profissional e familiar (SANTOS *et al.*, 2012). Acredita-se que fatores socioeconômicos interferem no acesso a melhores informações relacionadas a educação bucal, contribuindo para o surgimento de problemas como a cárie, gengivite, placa, periodontite e fluorose (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007). Ao se conhecer a situação de saúde bucal, nessa faixa etária, poderá ser realizado planejamentos e avaliações de ações junto ao município. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico da saúde bucal da população entre 65 e 74 anos de Montes Claros. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal descritivo. Como procedimentos técnicos de coleta de dados foram utilizados o estudo de Santos *et al.* (2012), para os dados de saúde bucal referentes ao município, e os inquéritos epidemiológicos em saúde bucal SB Minas (2013) e SB Brasil (2010). Também foram realizadas consultas em livros, bases de dados eletrônicos como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e dados oficiais publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). **Resultados:** Com relação à distribuição dos idosos segundo condições sócio-demográficas, 56,5% eram do sexo feminino, com companheiro (64,5%), possuindo um a quatro anos de estudo (47,3%) e renda *per capita* de até um salário mínimo (86,7%). Quase a totalidade era residente na zona urbana (99,2%), de raça autodeclarada não-branca (67,4%). Para a condição das coroas dentárias, 85,65% dos idosos apresentavam perdas devido à cárie dentária, somente 8,63% possuíam a condição hígida (CPOD=0) e 61,90% eram edentados, ou seja, possuíam pelo menos um dente remanescente na boca. Quanto à condição da raiz presente, 91,08% apresentaram raízes hígdas. Na questão relacionada a distribuição dos dentes presentes, 15,27% necessitavam de tratamento, sendo essa necessidade relacionada a restauração de duas ou mais superfícies (33,99%) e extração (39,23%). Na análise dos idosos, 79,30% usavam e 66,10% necessitavam de próteses. **Conclusão:** O perfil sócio-demográfico do idosos do município de Montes Claros se assemelha ao do idoso brasileiro. A alta prevalência de edentulismo também é observada no Estados de Minas Gerais e no país. Com relação aos dentes com necessidade de tratamento, o município apresentou melhores resultados que os encontrados no país. A necessidade de prótese ainda é grande no município.

**Palavras-chave:** Saúde Bucal. Idosos. Assistência Odontológica. Perfil de Saúde.

**REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. **SB Brasil Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010: resultados principais**. Brasília: DF, 2011.

BUSS, P.M; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, Apr. 2007.

SANTOS *et al.* Saúde bucal dos idosos de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Revista Unimontes Científica (RUC)**, v.14, n.1, p.111-126, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal **SB Minas Gerais: pesquisa das condições de saúde bucal da população mineira: resultados principais**/ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal. - Belo Horizonte: SES-MG, 2013.

### **A SAÚDE BUCAL DAS CRIANÇAS DE 5 ANOS DE IDADE DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS**

BATISTA, Carlos Maurício Leite<sup>1</sup>; LIMA, Fábio Gomes<sup>1</sup>; AZEVEDO, Jéssica Magalhães Viveiros<sup>1</sup>; AZEVEDO, João Sander Nascimento<sup>1</sup>; SILVA, Mariana Martins<sup>1</sup>; SOUZA, Luma Talita<sup>1</sup>; MALVEIRA, Sabrina Gomes<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Fernanda Piana Santos Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O conhecimento do perfil epidemiológico das crianças de cinco anos de idade, no município, contribuirá, futuramente, para o planejamento, organização e monitoramento dos serviços de saúde. Essa é uma idade importante devido à presença da dentição decídua e início da dentição permanente, sendo a cárie na dentição decídua, um indicador para a cárie na dentição permanente (PALMA *et al.* 2012). **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico da saúde bucal da população com cinco anos de idade do município de Montes Claros, relacionando-o com os dados de Minas Gerais, região Sudeste e Brasil. **Método:** Estudo transversal descritivo, com abordagem quantitativa, de caráter bibliográfico. Para a exposição dos resultados foram consultados os levantamentos epidemiológicos de saúde bucal SB Brasil (2010) e SB Minas (2013), além do estudo de Palma *et al.* (2012) para os dados referente ao município de Montes Claros. Ainda foram consultadas atualizações e análises de bibliografias especializadas para a discussão, referente ao tema de pesquisa. **Resultados:** Os dados epidemiológicos levantados no município de Montes Claros mostraram que 90,5% das coroas dentárias se apresentavam hígidas (CPOD=0), nos casos de CPOD $\geq$ 1, 7,4% estavam relacionados ao componente cariado. Para a má-oclusão foi revelado que 4,8% apresentavam a condição moderada/severa. Com relação a condição periodontal a maioria (71,8%) das crianças não apresentava presença de placa bacteriana, o mesmo se observou com relação a ausência de alterações nos tecidos moles (98,7%). Finalmente, a maioria das crianças não apresentou necessidade de tratamento odontológico (57,3%), das que apresentaram necessidade, 33,5% necessitavam de restauração de apenas uma superfície. **Conclusão:** Os principais problemas bucais observados nas crianças de 5 anos de idade, no município, são a má-oclusão e a cárie dentária. Ainda assim, a situação de saúde bucal, nessa idade, em Montes Claros, se apresenta melhor que a do Estado de Minas Gerais, região Sudeste e Brasil. Contudo, é necessária a criação de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, para os pais dessas crianças, com o intuito de promover o acesso ao tratamento da cárie e ao tratamento ortodôntico, evitando maiores custos em tratamentos corretivos futuros.

**Palavras-chave:** Saúde Bucal. Perfil de Saúde. Cárie dentária. Crianças Pré-escolares.

**REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. **SB Brasil Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010: resultados principais**. Brasília: DF, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal **SB Minas Gerais: pesquisa das condições de saúde bucal da população mineira: resultados principais**/ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal. - Belo Horizonte: SES-MG, 2013.

PALMA, ABO *et al.* Saúde bucal de crianças de 5 anos de idade no município de Montes Claros, Brasil. **Revista Unimontes Científica (RUC)**, v.14, n.1, 2012.

## A SAÚDE BUCAL DOS ESCOLARES DE 12 ANOS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

FERREIRA, Nathália Lucas da Cruz<sup>1</sup>; MARQUES, Isabella Maria Rocha<sup>1</sup>; MOREIRA, Felipe David<sup>1</sup>;  
RODRIGUES, Carla Emanuely de Freitas<sup>1</sup>; VIEIRA, Mariana Borges<sup>1</sup>; GOMES, Luana Oliveira<sup>1</sup>;  
OLIVEIRA, Fernanda Piana Santos Lima<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A qualidade de vida relacionada à saúde é um componente auxiliar aos indicadores clínicos na avaliação do paciente. A qualidade de vida em saúde bucal está na capacidade de viver sem doenças ou superá-las, evitando desconfortos e minimizando as consequências dos agravos bucais (MINAYO *et al.* 2000). Tendo em vista a importância do tema qualidade de vida, associado à condição de saúde bucal dos indivíduos, houve a necessidade de se conhecer a saúde bucal dos escolares do município. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico da saúde bucal dos escolares na faixa etária de 12 anos, no município de Montes Claros. **Método:** Trata-se de um estudo transversal descritivo, com utilização de dados secundários referente ao levantamento epidemiológico realizado no município de Montes Claros, apresentados no estudo de Oliveira *et al.* (2012). Para a discussão foram consultadas bases de dados eletrônicas e levantamentos epidemiológicos de saúde bucal SB BRASIL (2010) e SB MINAS (2013). **Resultados:** No município, 71,85% dos escolares, nessa faixa etária, possuíam CPOD=0, 22,49% apresentavam coroas dentárias não erupcionadas e somente 2,08% foram diagnosticados com cárie dentária. A fluorose esteve presente em 49% dos escolares. Com relação à condição periodontal, 83,90% apresentaram periodonto sadio, com 63,05% dos escolares sem placa bacteriana. Segundo a necessidade normativa de tratamento dentário, 96,61% não tiveram a necessidade; dos que apresentaram necessidade (3,39%), 63,25% precisavam de restauração de uma superfície. Neste estudo, pôde-se observar que, do número de indivíduos examinados, 33,5% necessitavam de tratamento ortodôntico. **Conclusão:** O município apresentou menor frequência de coroas dentárias cariadas quando comparados aos dados de Minas Gerais e do Brasil, mas a necessidade de tratamento dentário foi semelhante. A presença de fluorose foi superior a encontrada no Estado e no país. Os escolares de 12 anos de idade, do município, apresentaram uma boa condição de saúde bucal, sendo que atenção especial deve ser direcionada para a frequência de fluorose, que pode ser considerada alta.

**Palavras-chave:** Saúde bucal. Inquéritos Epidemiológicos. Promoção da Saúde dos Estudantes.

### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. **SB Brasil Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010: resultados principais**. Brasília: DF, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal **SB Minas Gerais: pesquisa das condições de saúde bucal da população mineira: resultados principais**/ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal. - Belo Horizonte: SES-MG, 2013.

MINAYO, M.C.S. *et al.* Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde e Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2000.

OLIVEIRA, L.F.B. *et al.* Levantamento das condições de saúde bucal em escolares de 12 anos no município de Montes Claros, MG. **Revista Unimontes Científica (RUF)**, v.14, n.1, 2012.

## A SITUAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PELO INFRATOR CARENTE

DANTAS, Thielly Patrícia Fernandes<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Stéfani Santos<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Laura Vitória Fernandes de<sup>3</sup>; SARMENTO, Ana Paula Martins<sup>4</sup>; ALEXANDRE, Robson<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça está previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal que diz: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”, porém este não se restringe ao acesso ao judiciário, e abrange princípios como contraditório, ampla defesa, igualdade e devido processo legal. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o acesso à justiça penal pelo infrator carente. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Os dados foram coletados em fonte documental, juntamente com a análise de legislações. **Resultado:** Verificou-se que de acordo com a lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA) a criança/adolescente tem suas garantias processuais positivadas, na qual também veda que tais indivíduos tenham sua liberdade ceifada, somente utilizando de medidas socioeducativas para reparar o dano causado pela conduta dos penalmente imputáveis e também os reinserindo ao convívio social. Também de resguarda o direito a equidade na relação processual, possui o direito de ser defendido por um advogado, assistência judiciária gratuita aos necessitados, direito de ser ouvido, possui o direito de postular a presença dos pais/responsáveis. Porém mesmo diante de tantas garantias legais aos menores, é sabido que a ineficiência de tais medidas, traz graves prejuízos ao direito constitucional de acesso à justiça, principalmente aos jovens hipossuficientes, que costumam conhecer tal princípio somente quando cometem algum tipo de ato infracional, e passam a entender as contrariedades do sistema jurídico logo cedo, quando são submetidos a centros de internação, sem estrutura para recebê-los assim como falta de assistência educacional e a saúde. As garantias processuais expressas no ECA não estão em consonância com a realidade e tal fato vem reafirmar a ineficácia do acesso à justiça e também a ordem jurídica justa, e um tratamento adequado ao conflito que muitas vezes é também de esfera sociológica. **Conclusão:** O acesso à justiça analisado pela situação do infrator carente ainda se encontra em disparidade com o que é positivado em lei, devido à falta de ciência sobre seus direitos e uma vez que não desfrutam de bons recursos financeiros esses indivíduos são cada vez mais colocados de lado ocasionando assim uma morosidade e um abarrotamento processual, e como resultado o constrangimento e a violação de sua dignidade.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Infrator. Hipossuficiente. Assistência judiciária gratuita.

## A SOCIEDADE DE CONSUMO SOB A ÓTICA NILISTA PRESENTE NO FILME CLUBE DA LUTA (1999)

CARVALHO, Lucas Ribeiro<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pelas FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** A sociedade de consumo é característica da modernidade, onde os conceitos de economia e cultura se entrelaçam e moldam a vida dos indivíduos nela inseridos e que, de acordo com Lipovetsky (2007), criou um modo de vida centrado nos valores materialistas. Neste sentido a sociedade moderna ocidental passou a gerir suas regras a respeito da identidade marcada pela posse (GIGLIO, 2003) onde o homem é posto em questão quanto a sua função entre consumir para viver ou viver para consumir. Nietzsche foi um grande crítico da sociedade moderna e em seus estudos afirmou a morte de Deus, o que deixou um vazio na sociedade contemporânea, que passa a ser preenchido por valores de consumo que norteiam a vida do homem para a apreciação laicizados do sistema capitalista. O consumo transformou-se na moral do mundo contemporâneo (BAUDRILLARD, 1995) e regente da indústria cultural. *Clube da Luta* (1999) apresenta o personagem inominado de Edward Norton, um autodeclarado comprador compulsivo que procurava preencher seu vazio existencial por meio do consumo, até conhecer Tyler Durden (Brad Pitt), um sujeito subversivo que questiona os padrões atuais da sociedade formando ambos o Clube da Luta. **Objetivo:** Relacionar sociedade de consumo e a concepção niilista de Nietzsche presentes no filme *Clube da Luta* (1999) de David Fincher. **Metodologia:** O estudo possui natureza descritiva, qualitativa e documental, tendo por *corpus* o filme em questão. Para a estudo do filme, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2007), examinou-se a obra quanto recursos narrativos audiovisuais e verbais, em associação, uma revisão das obras de Nietzsche (1999; 2001) e da sociedade de consumo

(BAUDRILLARD, 2007). **Resultados:** A narrativa da obra de Fincher conduz à trajetória proposta por Nietzsche (1999; 2001) acerca do niilismo, em que o homem primeiro nega a realidade vislumbrando o vazio, neste caso, a natureza consumista, passando pelo abandono desses valores até o chamado niilismo de êxtase, onde propõe a desestruturação dos preceitos modernos resultando na afirmação do homem e de seu potencial. Ao considerar as relações dos indivíduos na sociedade moderna face ao filme, observa-se a necessidade de uma maior reflexão para compreender a forma como é moldada a partir de seus membros que, segundo Bauman (1999), “é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor”. **Conclusão:** Conclui-se que o discurso presente no filme possui relações com a teoria niilista de Nietzsche, apontando uma crítica à sociedade contemporânea que se fundamenta nas relações de consumo e nas formações da identidade dos indivíduos que passam a basear seus valores em bens materiais e no fetichismo cultural utilizando recursos narrativos e visuais no longa-metragem.

**Palavras-chave:** Sociedade de consumo. Niilismo. Clube da Luta.

#### REFERÊNCIAS:

BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CLUBE da Luta. Direção: David Fincher. Produção: Art Linson *et al.* 20th Century Fox, 1999: 139 min, DVD.

GIGLIO, E. M. **O comportamento do Consumidor**. São Paulo: Thomson, 2003.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri: Manole, 2005.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

### A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR E SUA APLICABILIDADE NOS TRIBUNAIS

COSTA, Gabriel Silva da<sup>1</sup>; CRUZ, Lucas Milton Prates<sup>2</sup>; BORGES, Lucas Santana<sup>3</sup>.  
1Discente das FIPMoc, 2Discente das FIPMoc, 3Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A Teoria do Desvio Produtivo diz que todo o tempo perdido pelo consumidor para a solução de problemas gerados por maus fornecedores constitui danos indenizáveis. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi verificar a aplicabilidade da Teoria do Desvio Produtivo nos tribunais superiores. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Âmbito Jurídico, bem como consulta à jurisprudências e decisões recentes do STJ e STF. **Resultados:** A teoria do Desvio Produtivo do Consumidor trata-se de uma teoria recente do advogado Marcos Dessaune o qual a define que todo o tempo gasto pelo consumidor para solucionar seus problemas devido a má prestação de serviço deve se converter em dano indenizável, trata-se de um desvio danoso produzido pelo fornecedor a qual é feita de modo abusivo. O Ministro Marco Aurélio Bellizze do STJ, adotou em suas últimas decisões favoráveis pautadas nessa teoria, seu entendimento afirma que o tempo é um bem jurídico tangível e expresso na Constituição, devendo ser englobado em danos morais devido o tempo ser escasso e as horas irrecuperáveis. **Conclusão:** Conclui-se que apesar de recente, a teoria vem trazendo novas reflexões nos tribunais brasileiros, devido a abusos corriqueiros diante do consumidor o qual gasta seu tempo escasso para solucionar transtornos que não deveriam ocorrer, tais entendimentos constantes no STJ, nos renomados tribunais como o TJ-SP e TJ-RJ caracteriza uma corrente sólida diante desse assunto.

**Palavras-chave:** Consumidor. STJ. Horas Irreparáveis.

### A TIPIFICAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: AVANÇO LEGAL E SOCIAL?

MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>1</sup>; PERES; Anna Paula Lemos Santos<sup>2</sup>  
1Discente FIPMoc e Bolsista da Iniciação Científica FAPEMIG; 2Docente FIPMoc e Mestra em  
Desenvolvimento Social

**Introdução:** A alteração trazida pela Lei 13.641/2018 que tipificou o descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas entre os artigos 18 e 24 da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha - veio intensificar as disposições legais que visam combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma a fortalecer a proteção às vítimas de violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial no ambiente doméstico, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto. **Objetivo:** A pesquisa analisa a alteração trazida pela Lei 13.641/2018 à luz da discussão a respeito do artigo 41 da Lei 11.340/2006. **Método:** Para tanto, realiza uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica a partir do estudo da literatura jurídica disponível, inclusive artigos científicos, legislação e jurisprudência. **Resultados:** A Lei Maria da Penha é alvo de debates desde o início de sua vigência. Um dos pontos discutidos diz respeito à aplicabilidade de seu artigo 41, que veda o julgamento, pelos Juizados Especiais Criminais, dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher considerados de menor potencial ofensivo, o que levou o Supremo Tribunal Federal decidir pela constitucionalidade do artigo a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4424. A corrente contrária à medida que veda a aplicação defende que a atitude corroborou para a sobrecarga do Judiciário Brasileiro, sendo a solução a apreciação dos casos mediante as medidas alternativas de resolução de conflitos, como a conciliação e a mediação. A questão que envolve a atual tipificação promovida pela Lei 13.641/2018 diz respeito a essa sobrecarga processual já existente, o que leva à discussão quanto aos seus efeitos futuros, tendo em vista que a atual acumulação de processos, e a que pode surgir a partir desta nova criminalização, tornar-se-á um obstáculo ao atendimento à mulher. **Conclusão:** Por se tratar de um tema recente, poucas críticas foram feitas a respeito desse tema, no entanto pode-se aferir que, embora essa proteção reste prejudicada pela sobrecarga do Judiciário Brasileiro – a qual pode ainda ser agravada -, a tipificação tem o intuito de proteger as vítimas dos crimes de violência doméstica e familiar.

**Palavras-chave:** Lei 11.340/2006. Violência Doméstica e Familiar. Lei 13. 641/20018. Descumprimento das medidas protetivas de urgência.

### A TRAJETÓRIA VISUAL DA MARCA GOOGLE COMO REFERÊNCIA VISUAL: A SIMPLIFICAÇÃO COMO TENDÊNCIA

MOURA JÚNIOR, Alcino Franco de<sup>1</sup>; MENDES, Júlio Bastos Boaventura da Silva<sup>2</sup>  
1 Docente das FIPMoc, mestre em Tecnologia da Informação pela Faculdade Promove e doutorando em  
Administração pela UnB; 2 Graduada em Publicidade e Propaganda pelas FIPMoc

**Introdução:** A trajetória visual de uma marca permite avaliar seus avanços estéticos e, com isso, propor conceitos que podem ser adotados em novas concepções de logotipos. **Objetivo:** O presente artigo analisa, a partir dos logotipos que relatam a evolução da Google, a trajetória visual da marca desde sua criação até os dias atuais, além de mapear um trajeto evolutivo para auxílio no desenvolvimento de novos logotipos, levando em consideração as tendências visuais abordadas pela empresa. **Método:** É um estudo de caso, de natureza qualitativa, com levantamento documental e análise de conteúdo. Foram analisados fundamentos do *design* gráfico, a concepção visual da marca e os princípios da Gestalt nos sete logotipos utilizados pela empresa, do seu início até o presente momento. **Resultados:** A simplificação foi o principal ponto chave da tendência estética percebida nos logotipos da Google. Já no segundo logotipo percebe-se um esforço no processo de minimalização dos traços, com melhorias significativas na pregnância da forma. Mas foi no quarto logotipo que o processo de simplificação ganhou destaque, culminando, no redesign da marca, em 2010, em sua quinta versão. Em seu último e sétimo logotipo, teve-se a maior simplificação, com maior adaptabilidade a várias plataformas digitais. **Conclusão:** Infere-se que o logotipo da Google passou por um forte processo de simplificação da primeira à sétima versão. Durante esse período, outras marcas também passaram pelo mesmo processo, demonstrando uma tendência de grandes empresas a adotarem a

simplificação visual. Percebe-se uma tendência estética nesse processo, levando a maior adaptação visual às plataformas digitais.

**Palavras-chave:** *Design*. Logotipo. Google. Tendência estética. Composição visual.

## A UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO UBER E O RETORNO FINANCEIRO PARA OS MOTORISTAS

LAGE, Bárbara<sup>1</sup>; TRINDADE, João Pedro<sup>2</sup>; SANTOS, Júnia<sup>3</sup>; FERNANDES, Matheus<sup>4</sup>; QUINTINO, Georgino<sup>5</sup>;

<sup>1</sup> Discente das FIPMOC; <sup>2</sup>Discente das FIPMOC; <sup>3</sup>Discente das FIPMOC; <sup>4</sup>Discente das FIPMOC; <sup>5</sup>Docente das FIPMOC

**Introdução:** Viabilidade para trabalhar de motorista aliado ao aplicativo Uber. **Objetivo:** Análise do custo-benefício de trabalhar como motorista da UBER na região sudeste no município de Montes Claros-MG. **Método:** Coleta de dados (pesquisa de campo, tendo como instrumento um questionário), Estudo dos métodos de custo e sobre o modelo de negócio da Uber (pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica e entrevista), Análise do (método de pagamento, despesas e custos trabalhando pela plataforma do aplicativo). **Resultados:** Com base na coleta de dados e estudos, o método exposto não fornece retorno requerido para embasamento para viabilidade da proposta. **Conclusão:** O Desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise de custeio de um motorista de Uber através de pesquisa bibliográfica, e entrevista quantitativa que pode melhorar a apuração de resultados

**Palavras-chave:** Utilização. Aplicativo. Uber.

## ABLEED VALVE E O SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOL DE COMPRESSOR NO MOTOR SAFRAN ARRIEL 2D NO HELICÓPTERO AIRBUS H125

NOVAIS JÚNIOR, Elton Gomes<sup>1</sup>; SILVA, Vinícius Samuel Pereira<sup>2</sup>; BAETA, J.G.C<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Mecânico Aeronáutico-Safran Helicopter Engines Academy, Discente da Pós-graduação em Engenharia de Manutenção Aeronáutica-PUC Minas;<sup>2</sup>Mecânico Aeronáutico-Safran Helicopter Engines Academy, Discente do Mestrado em Engenharia Mecânica-UFMG; <sup>3</sup>Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação de Engenharia Mecânica, UFMG.

**Introdução:** O funcionamento do motor a reação *Arriel 2D*, Turbina a Gás (TAG), leva em consideração os fenômenos termodinâmicos dos gases com o acúmulo de energia isentrópica para a sua transformação em energia mecânica. No presente estudo, foram avaliados dados diretamente proporcionais de pressão e temperatura, aplicados em uma TAG, e as razões de suas pressões de funcionamento, com baixo peso de seus componentes e limitação da pressão interna do conjunto devido à sua aplicação e metalurgia. Para analisar o ciclo de *Brayton* sobre a TAG estudada, é necessário ressaltar sua concepção modular que é formada por uma unidade de compressão inicial, uma unidade de alta pressão e combustão e a turbina, que recebe a expansão isentrópica dos gases e produz o trabalho para o eixo e suas derivações no helicóptero H125; além dos compressores do motor *Arriel 2D* estarem dimensionados para fornecer aproximadamente 2,71kg/s de fluxo de ar em 100% de funcionamento a 52.110rpm. Na diminuição de potência durante determinadas condições de voo, a redução de velocidade do fluxo da massa de ar e um aumento da pressão no compressor centrífugo, seriam capazes de provocar uma instabilidade causada pelo descolamento da camada de ar em suas palhetas, acarretando um retorno da unidade de alta pressão para a seção anterior, um *Estol* de Compressor e até o apagamento do motor em voo. Para controlar o problema, foi incorporado recurso da *Bleed Valve* (BV), com objetivo de reduzir a pressão no compressor e aumentar a velocidade de massa de ar, ativada pela relação entre a pressão da saída dos compressores (P3) e a pressão externa (P0). Outro recurso empregado no helicóptero H125, é o *Engine Electronic Control Unit* (EECU), responsável pelo controle e dosagem de combustível no motor, monitorando P3/P0, também atuando em caso de falha da BV e a possibilidade de *Estol* de compressor. **Objetivos:** Relatar os recursos de prevenção e controle de *estol* de compressor no motor *Arriel 2D* instalado no helicóptero *Airbus H125*. **Métodos:** Trata-se de uma análise dos parâmetros de funcionamento do motor *Arriel 2D*, baseada em uma revisão bibliográfica e manuais do fabricante. **Resultados:** O motor detém dois mecanismos, a BV que através de uma cápsula de detecção, recebe as informações de P3/P0 e realiza o trabalho de sangria da massa de ar excedente nos regimes específicos, mantendo o fluxo de ar estável nas lâminas do compressor centrífugo e colaborando

para harmonia do fluxo linear das pressões do motor, sendo o segundo, o EECU, que além de controlar o funcionamento do motor, numa condição remota de falha da BV, entraria em ação e controlaria a potência do motor. **Conclusão:** Dos vários métodos de controle do *Estol* de Compressor, foi empregado a BV no motor *Arriel 2D* por ser eficiente e não aumentar o peso e suas dimensões, e o EECU, que controla todo o seu funcionamento e assegura o controle do *Estol* em condições remotas, propiciando a garantia do funcionamento da turbina.

**Palavras-chave:** *Bleed Valve*. *Estol* de Compressor. Compressor Centrífugo. *Arriel 2D*. Airbus H125.

## ACESSO À JUSTIÇA

ANDRADE, Milena Barbosa; CORREA, Bruna Thais Cardoso<sup>1</sup>; FONSECA, Iara Leite<sup>1</sup>; LIMA, Bruna de Sá Ferreira; LOIOLA, Marcine Vieira<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** O princípio da inafastabilidade, expresso no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CRFB/88), cujo texto estabelece que “não se excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou a ameaça de direito”, assegura a todos o acesso à justiça. **Objetivo:** Nesse sentido, a presente pesquisa propôs identificar as formas de acesso à justiça nos juizados especiais e na justiça comum. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa, bibliográfica e documental. **Resultados:** Foi realizada uma visita orientada à Vara de Família e Juizados Especiais de Montes Claros onde foi assistida uma audiência em que foi utilizado um método alternativo de resolução de conflito. Por se tratar de relação de consumo, em que há uma relação não continuada, houve a tentativa de conciliação, a fim de solucionar o conflito de forma rápida e eficaz, porém, não houve acordo entre as partes. Observou-se então, que como forma de acesso à justiça foi utilizada a conciliação, que consiste na tentativa das partes de compor seus conflitos, com a presença de um terceiro imparcial, o conciliador, que orienta e aponta soluções. **Conclusão:** Conclui-se que para obter acesso à justiça pode ser utilizado as formas de autocomposição e heterocomposição. Ademais, na Vara de Família e Juizados Especiais de Montes Claros o conflito é tratado através da forma autocompositiva, a conciliação, em que as partes buscam o acordo e a solução do litígio com a colaboração de um terceiro.

**Palavras- chave:** Acesso à justiça. Conciliação. Resolução de conflito. Juizados Especiais.

## ACESSO À JUSTIÇA

SILVEIRA, Andréia Aparecida Antunes<sup>1</sup>; MESQUITA, Cynara Silde<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é considerado uma garantia fundamental, o mais básico dos direitos humanos e considerado também de grande relevância, pois é através deste Direito que se pode exercer os demais direitos. A pesquisa visa estudar as formas de acesso à justiça, bem como a desconstrução da cultura do judiciário, apresentando outras formas efetivas de acesso a ordem jurídica justa. **Objetivo:** Neste sentido o presente trabalho tem como objetivo estudar as formas de acesso à justiça nos juizados especiais e na justiça comum em Montes Claros. **Método:** Para alcançar os resultados almejados, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa com abordagens exploratória, a coleta de dados foi desenvolvida por pesquisa bibliográfica e de campo. **Resultados:** A partir dos resultados obtidos, verificou-se que o acesso à justiça é um direito fundamental, consignado no art. 5º da constituição federal, também chamado de princípio da inafastabilidade da apreciação judicial, que garante que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Entretanto, observou-se que existem alguns empecilhos para o acesso à justiça, sendo eles empecilhos econômicos, psicológicos, judiciais e socioculturais. Há ainda os obstáculos relacionados com: a morosidade, a inadequação de leis e institutos jurídicos; a carência de recursos humanos (juízes e servidores); o constante crescimento do número de demandas; a imagem negativa do Poder Judiciário; a deficiência de infraestrutura e a inadequação de rotinas e procedimentos. Nesta análise, pode-se alegar que o poder Judiciário está sobrecarregado de processos que podem ser resolvidos por meios extrajudiciais, bem como a mediação, conciliação e arbitragem, facilitando assim o acesso à ordem jurídica justa. Se constatou também que a conciliação e a mediação são formas de acesso à justiça efetivas em montes claros. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que a mediação e a conciliação são formas efetivas de resolução de litígios nos juizados especiais e na justiça comum de Montes Claros, facilitando o acesso à justiça e diminuindo a superlotação do poder judiciário.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Resolução de conflitos. Mediação. Conciliação. Arbitragem.

### ACESSO À JUSTIÇA

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de<sup>1</sup>; ALMEIDA, Sara Pereira de<sup>1</sup>; BORBOREMA, Marina Rego<sup>1</sup>; MOL, Layanne Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Silveira<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc ; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O acesso à justiça, embora hoje desgastado esteve presente em consonância com as mudanças na sociedades, tendo em sincronia conceitos alterados de acordo com sua complexidade e deficiência. Devido a isso, doutrinadores criaram o conceito de ondas renovatórias de acesso à justiça que buscam garantir o acesso à justiça, previsto no artigo 5º da Constituição da República federativa do Brasil de acordo com as necessidades de cada comunidade. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a moderna concepção de acesso à justiça, suas ondas renovatórias, além de diferenciar o acesso à justiça do acesso à jurisdição. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental. **Resultados:** O acesso à justiça tem como mecanismos entre outros, a jurisdição, arbitragem, mediação e conciliação como meios de efetivação das funções do Direito. Uma vez que a jurisdição, forma estatal de resolução da lide, encontra-se com uma superlotação de processos, os meios alternativos de solução de conflitos promovem um enxugamento do judiciário. As ondas renovatórias possibilitam o novo meio de acesso à justiça e são divididas em 5, a primeira busca proporcionar advogados a quem não tem condições, a segunda voltada a proteção de interesses difusos, a terceira às formas alternativas de solução do conflito, a quarta pretende expor às dimensões éticas dos profissionais do direito e, por fim, a quinta onda que diz respeito a justiça e a globalização. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que o acesso à justiça em sua forma estatal, hoje, está desgastado, não se qualificando em um todo, como a melhor maneira para promover o direito básico e primário do cidadão de ter direitos, entretanto em determinados momentos ainda é uma das melhores formas para a resolução da lide, devido a força da jurisdição imposta sobre a sociedade. As formas alternativas de resolução de conflito, por serem menos burocráticas, terem um orçamento processual menor, e promoverem o acordo além possibilitar a reconstrução das relações sociais das partes, se mostram como maneiras mais eficientes para a resolução da lide a longo prazo.

**Palavras-chave:** Conciliação. Arbitragem. Jurisdição Mediação. Ondas.

### ACESSO À JUSTIÇA E AS FORMAS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM MONTES CLAROS

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88). Devido à crise no sistema judiciário ocasionada pela cultura da sentença, são apresentadas formas alternativas de resolução de conflitos, sendo a conciliação e a mediação as tratadas neste estudo. Para tanto, essas maneiras de resolução se dão pela agilidade e praticidade no litígio, o que ajuda no descongestionamento dos determinados processos que poderiam ser gerados. **Objetivo:** A presente pesquisa buscou estudar as formas de acesso à justiça nos Juizados especiais e na Justiça Comum em Montes Claros. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** A maioria dos processos levados ao Judiciário envolvem conflitos básicos relacionados aos direitos individuais ou dos grupos. Concerne às partes envolvidas na procura pela tutela jurisdicional efetivá-la de forma eficiente, solucionando os conflitos de modo a diminuir a duração do processo, assegurando o acesso à justiça justo e equilibrado. O acesso à justiça não pode se restringir unicamente ao acesso ao Poder judiciário, visto que o ordenamento jurídico brasileiro possui inúmeras outras maneiras de solucionar o conflito, denominadas

de formas extrajudiciais de resolução de conflito. Tais métodos estão sendo cada vez mais implantados no sistema jurídico brasileiro, de modo que complemente o conteúdo do acesso à justiça previsto na Constituição de 1988. Os principais procedimentos extrajudiciais de resolução de conflitos são a arbitragem, a mediação, a conciliação e a negociação. Foi instalado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) na cidade de Montes Claros, cuja criação foi estabelecida pela resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a mediação e a conciliação, ainda que pouco utilizadas como formas de resolução de conflitos, são meios alternativos de acesso à justiça que tendem a ganhar cada vez mais destaque, otimizando o funcionamento do sistema judiciário. Em relação à cidade de Montes Claros, destacam-se dois órgãos fundamentais ao exercício destas formas alternativas de resolução, sendo eles o CEJUS e o NPJ. Constatou-se através de visita técnica que, em determinadas situações, não é possível a utilização de formas alternativas, sendo necessária a atuação da forma estatal de resolução.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Formas Alternativas de Resolução. Poder Judiciário.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p.

## ACESSO À JUSTIÇA E MEIOS DE ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um princípio exposto no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Devido à crise no sistema judiciário ocasionada pela cultura da sentença, são apresentadas formas alternativas de resolução de conflitos. Essas maneiras de resolução se dão pela agilidade e praticidade no litígio, o que ajuda no descongestionamento dos determinados processos. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar os meios alternativos de conflito – mediação e conciliação – como formas de acesso à justiça. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** A partir de 1965 surgiram três posicionamentos básicos definidos como “ondas” renovatórias do acesso à justiça. A primeira “onda” possuía o objetivo de propiciar serviços jurídicos aos pobres, por intermédio da Assistência Judiciária. A segunda “onda” enfrentou a questão da representação dos interesses difusos, que dizia respeito aos interesses coletivos grupais. A terceira “onda”, por sua vez, diz respeito às mudanças que estão ocorrendo nesses últimos vinte anos, tanto no Direito como no Poder Judiciário, buscando vias alternativas e informais para a solução dos conflitos. O acesso à justiça foi transformado em um direito garantidor dos demais direitos e não deve ser confundido com o acesso ao Judiciário. O conceito de acesso à justiça estaria ligado ao acesso à ordem jurídica justa e esta seria a real efetividade das prestações do Judiciário, com todas as garantias do processo, assim como a proteção ao indivíduo. O ordenamento jurídico brasileiro possui inúmeras maneiras de solucionar o conflito, denominadas de formas extrajudiciais de resolução de conflito, sendo elas a arbitragem, a mediação, a conciliação e a negociação. A conciliação e mediação são formas alternativas de resolução de conflitos que se dão pela agilidade e praticidade, o que torna possível a solução do mesmo sem necessidade de judicialização. A mediação consiste em uma conduta pela qual um terceiro aproxima as partes conflituosas, auxiliando o diálogo para que as próprias partes cheguem à solução. Na conciliação o terceiro age de forma incisiva, propondo soluções, como forma de orientar as partes, para que estas cheguem a um acordo. Suas divergências se dão principalmente na forma de atuação do terceiro, visto que a conciliação resolve o litígio dando opções, já na mediação o terceiro apenas encaminha as partes para a solução. A conciliação é mais adequada para casos de situações circunstanciais e mediação é mais apropriada para relações com múltiplos vínculos. A finalidade e o foco demonstram que a conciliação busca a resolução da lide e a busca do acordo, e a mediação busca mostrar o real interesse das partes para que, naturalmente, forme um acordo. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que as formas extrajudiciais de resolução de litígios são apresentadas como um meio

de democratização do acesso à justiça, e representam uma alternativa que visa diminuir a judicialização de conflitos básicos. A mediação e a conciliação surgem como formas extrajudiciais de solução de conflitos, que buscam oferecer resoluções justas e rápidas. Estas possibilitam o acesso à ordem jurídica justa, uma vez que, fornecem uma resolução para o conflito que se dá de uma forma menos burocrática e mais eficaz.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Formas Extrajudiciais de Resolução. Ordem Jurídica Justa. Poder Judiciário.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p.

### ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

DELFINO, Gabriela Machado<sup>1</sup>; FERNANDES, Géssica Teixeira<sup>1</sup>; CAROBA, Hellen Eduarda Alves<sup>1</sup>; GOMES, Ian Dias<sup>1</sup>; COSTA, Mayra Mayrink<sup>1</sup>; AMARAL, Rodrigo<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O Estatuto do Tribunal Penal Internacional veio em resposta às violações dos direitos humanos, representando um grande avanço no Direito Internacional e no Direito Penal. A criação do Tribunal Penal Internacional detém um foro permanente para julgar os mais graves crimes internacionais, na omissão dos judiciários de cada país, visando à busca da paz global e o reconhecimento dos direitos humanos na esfera internacional. **Objetivo:** Analisar o acesso à justiça no Tribunal Penal Internacional. **Método:** Empregou-se, no desenvolvimento desta análise, o método dedutivo mediante procedimento exploratório tratando-se de uma pesquisa bibliográfica. **Resultados:** O TPI tem por objetivo promover o Direito internacional, e seu mandato é de julgar os indivíduos e não os Estados (tarefa do Tribunal Internacional de Justiça). É competente somente para os crimes mais graves cometidos por indivíduos: genocídios, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e os crimes de agressão. O nascimento de uma jurisdição permanente universal é um grande passo em direção da universalidade dos Direitos. O Tribunal é uma instituição independente, embora não faça parte das Nações Unidas, ele mantém uma relação de cooperação com a ONU. **Conclusão:** O TPI é um exemplo de transformação do direito internacional: garantias penais, previsão legal da responsabilização dos superiores hierárquicos e/ou líderes, rejeição das imunidades, proibição da pena de morte e o caráter excepcional da prisão perpétua. Caracteriza-se por ser uma corte penal imparcial e independente representando um grande avanço na luta contra a impunidade pelos mais graves crimes no âmbito internacional.

**Palavras-chave:** Direito Internacional. Tribunal Penal. Justiça.

### ACESSO À JUSTIÇA: CONCILIAÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

ALVES, Raphael Soares<sup>1</sup>; DIAS, William Fabiano<sup>1</sup>; FAGUNDES, Antônio Luiz Ferreira<sup>1</sup>; SANTOS, Jonathas Henrique<sup>1</sup>; RAFAEL, Roberta Vívian Silva; MESQUITA, CynaraSilde<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental do homem garantido na Constituição Federal, e visa garantir soluções de litígios a todos da melhor forma. A fim de que todas as pessoas consigam acessar o judiciário, as formas alternativas de solução de conflitos estão sendo mais usadas. Uma delas é a conciliação, uma conversa que conta com a participação de uma pessoa imparcial para favorecer o diálogo e, se necessário, apresentar ideias para a solução do conflito. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar audiência de conciliação na Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da comarca de Montes Claros. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, de caráter exploratório. **Resultados:** A pesquisa apontou que a conciliação é designada uma das melhores formas de resolução de conflito no sistema processual por ser célere, mais acessível, eficaz e gratuito, assim evita o desgaste emocional, otimiza o tempo e faz com que menos processos sejam encaminhados ao Poder Judiciário. As partes

confiam a uma terceira pessoa, neutra, chamada de conciliadora, que possui treinamento específico para tentar aproximar as partes e orientá-las para obtenção de um acordo. Tem como objetivo principal promover pacificação de conflitos. Os juizados especiais cíveis servem para conciliar, executar e julgar as causas de menor complexidade, que não exceda quarenta salários mínimos. Não necessita da presença de um advogado se não ultrapassar vinte salários mínimos. **Conclusão:** Diante do exposto, conclui-se que a conciliação é o método mais importante de resolução de conflito, pois as próprias partes buscam um acordo que as satisfazem, todas as partes saem ganhando, com a ajuda de uma terceira pessoa, conciliador, que tem como função mediar a discussão entre as partes. É um meio eficiente e rápido que contribui a reduzir as demandas do judiciário.

**Palavras-chave:** Conciliação. Conflito. Juizado.

## ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A VERTENTE JURÍDICA, SOCIAL E ECONÔMICA

Pesquisa realizada no âmbito do projeto S.A.J. da Unimontes e o tratamento adequado do conflito.

RAMOS, Kessy Poliany Borges<sup>1</sup>; FERNANDES, Ludmilla Ribeiro<sup>1</sup>; VIEIRA, Maria Isadora Silva<sup>1</sup>;  
FREITAS, Telma Lúcia Santos<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros; <sup>2</sup>Docente da Universidade Estadual de Montes Claros, FIPMoc e FAVAG.

**Introdução:** A concepção do acesso à justiça passou por transfigurações no decorrer dos anos. Visto que, a justiça, conforme os demais mecanismos do “*laissez-faire*”, somente poderia ser alcançada por aqueles que tolerassem defrontar seus custos; aqueles que não pudessem suportá-lo eram considerados os únicos responsáveis por seu fado. **Objetivo:** Tendo em vista esta perspectiva, objetiva-se dissertar acerca dos dilemas que abrangem a primeira onda do acesso à justiça e as melhorias advindas do Serviço de Assistência Jurídica (S.A.J.) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). **Método:** A presente pesquisa utilizou-se da pesquisa exploratória e avaliativa e como técnica de pesquisa a pesquisa bibliográfica realizada em livros e artigos e documental realizadas nos relatórios do S.A.J.. **Resultados:** O acesso à justiça consubstancia-se em direito fundamental, cujo desígnio é garantir diversos direitos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A igualdade quanto à acessibilidade e a produção de resultados individual e socialmente equânimes devem ser inerentes ao sistema judiciário. Dentre os inúmeros fatores que obstam o acesso à justiça, pode-se elencar os de caráter temporal, psicológico e, principalmente, o econômico, como objetivo preponderante do atual estudo. Os serviços jurídicos engendram inúmeras expensas, facilmente visualizados, frente aos honorários advocatícios e custas processuais, que aliada à morosidade, comina em patrocínio processual sobrejuntamente oneroso, tornando inacessível a justiça às pessoas que dispõem de escassos recursos econômicos. Tal aspecto é responsável por descaracterizar o Estado Democrático de Direito, transformando-o em um Estado Liberal. A análise da problemática da inafastabilidade da justiça aos mais necessitados é vetusta, sendo objeto de análise de Mauro Cappelletti e Bryan Garth na obra intitulada “Acesso à Justiça”. O autor ressalta que diversos fatores externos ao direito influem na seara jurídica impedindo que as partes possam litigar com paridade de armas, de forma que o sucesso processual dependa apenas da tese jurídica adotada. Nesse diapasão, a UNIMONTES desenvolve o S.A.J., cuja função precípua é difundir o conhecimento jurídico e viabilizar o acesso à justiça aos mais necessitados, por intermédio de consultorias jurídicas gratuitas efetivadas pelos acadêmicos com assistência dos professores, a fim de garantir o tratamento adequado do conflito e realização de palestras relativas à seara jurídica. **Conclusão:** Porquanto, com o escopo de amenizar os infortúnios decorrentes da inacessibilidade à justiça, oriunda em parte da insuficiência de recursos econômicos, deve-se primar pelas soluções alternativas de conflitos, métodos consensuais, como a mediação e conciliação, caracterizados por serem menos dispendiosos, formais e mais céleres, bem como pelo desenvolvimento de programas de assistência jurídica gratuita, a exemplo do S.A.J., instituído no âmbito da UNIMONTES.

**Palavras-chave:** Inafastabilidade do Poder Judiciário. Mediação e Conciliação. Igualdade Material.

## ADIPOSIDADE ABDOMINAL ASSOCIADA ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS EM FEIRANTES

OLIVEIRA, Júlia Soares<sup>1</sup>; NARCISO, Igor Antonio Tolentino<sup>1</sup>; VELOSO, Émerson Patrick Alves<sup>1</sup>; DA SILVA, Lúcia Nogueira<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Rafaela Borges<sup>1</sup>; VIEIRA, Alexandre dos Reis<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Brant<sup>2</sup>.

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc.

**Introdução:** As mudanças nas condições socioculturais e o processo de envelhecimento causam alterações funcionais como redução da massa magra e aumento de tecido adiposo, sofrendo também influência do sedentarismo e da ausência de hábitos alimentares saudáveis, características pertinentes de uma sociedade mais modernizada e industrializada. O demasiado acúmulo de gordura na região ventral tem afetado uma grande parcela da população, uma vez que a distribuição dessa gordura exerce maior predisposição a doenças cardiovasculares do que a massa corporal total (DA SILVA *et al.*, 2016). Há diversos registros que indicam que a Circunferência Abdominal (CA) elevada está associada à ocorrência de doenças cardiovasculares, aumento de complicações metabólicas e outros problemas de saúde (BARROSO *et al.*, 2017), uma vez que o depósito de gordura na região abdominal, mesmo em estágios de menor gravidade, é considerado um fator agravante para a saúde das pessoas. **Objetivos:** Associar a adiposidade Abdominal com as condições clínicas em feirantes. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes na faixa etária entre 40 e 75 anos, de ambos os gêneros, que foram selecionados por conveniência na Central de Abastecimento do Norte de Minas – CEANORTE. Após os feirantes assinarem os termos de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados, aplicaram questionário de auto relato sobre condições clínicas. A presença de problemas cardiovasculares foi realizada através da pergunta: *você possui problema de coração/Infarto/Angina?* A CA foi medida em centímetros, utilizando fita métrica inextensível e milimetrada com precisão de 1mm, posicionada no ponto médio entre a última costela e a crista ilíaca, considerado como ponto de corte  $CC \geq 88\text{cm}$  em mulheres e  $\geq 102\text{cm}$  em homens: com obesidade abdominal (WHO, 2008). O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultados:** A amostra foi composta por 150 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos. Por meio do teste do qui-quadrado, os resultados evidenciaram que não houve associação entre adiposidade visceral e doenças cardiovasculares ( $p=0,205$ ). **Conclusão:** Os feirantes com adiposidade visceral alterada não apresentaram associação com problemas cardiovasculares. Os resultados não contribuem para a compreensão das associações com as condições clínicas, uma vez que o método de auto relato não é o escore mais preciso para esse tipo de avaliação. Dessa maneira, há necessidade de novos estudos para melhor análise.

**Palavras-chave:** Obesidade Abdominal. Doenças Cardiovasculares. Circunferência abdominal.

### REFERÊNCIAS:

BARROSO, Taianah Almeida; MARINS, Lucas Braga; ALVES, Renata; GONÇALVES, Ana Caroline Souza; BARROSO, Sérgio Girão; ROCHA, Gabrielle de Souza. Associação Entre a Obesidade Central e a Incidência de Doenças e Fatores de Risco Cardiovascular. **International Journal of Cardiovascular Sciences**, Niterói, RJ, v. 30, n.5, p. 416-424, 2017.

DA SILVA, Rodrigo Marcel Valentim; BASILIO, Franciane Batista; NÓBREGA, Mariana Gurgel; DE MEDEIROS, Clarissa Raquel Beserra. Efeitos da Eletrolipólise na Adiposidade Abdominal: revisão. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**. v. 6, n. 1, p. 65-72, 2016.

World Health Organization. **Waist circumference and waist-hip ratio**. Geneva: World Health Organization; 2008.

## ADMINISTRAÇÃO RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FRUTICULTORA DO NORTE DE MINAS GERAIS

KIRYU, Sara Yumi<sup>1</sup>; BARBOSA, Natália Ferreira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O planejamento estratégico engloba o planejamento de metas de longo prazo da empresa e os recursos disponíveis para que tais objetivos sejam realizados. Na esfera das empresas de fruticultura é comum existirem pequenas empresas familiares, que ainda não possuem departamentos estruturados e metas definidas. Visando esse cenário, foi pesquisado o processo de desenvolvimento do planejamento estratégico e a viabilidade de sua implantação em uma pequena empresa de fruticultura do Norte de Minas Gerais. As metas definidas no planejamento direcionarão o rumo da empresa, considerando a situação atual do negócio e a situação futura desejada, para isso o modelo de gestão aplicado atualmente na empresa será analisado. **Objetivo:** Analisar o processo de implementação de planejamento estratégico em uma empresa de fruticultura no Norte de Minas Gerais. **Método:** Realização de um estudo de caso e a coleta de dados desse por meio da técnica de observação, análise documental e realização de entrevistas com os colaboradores da empresa. **Resultados:** A empresa se estende por 4 propriedades pertencentes ao município de Pirapora/MG. Tais áreas totalizam 110 hectares, dos quais 36 hectares são destinados à produção de uva e outros 50 hectares à produção de banana. Existem 43 funcionários fixos e três gestores. Os processos produtivos da empresa estão intrinsecamente ligados aos processos administrativos, e por isso foram considerados durante todo o estudo. Na gestão de custos foi identificada a falta de estruturação das atividades, sem padrão e validade das informações. Por ser um ponto extremamente crítico, esta foi apontada como uma área de melhoria, através da organização do fluxo de caixa e melhoria das informações contábeis. Na área de gestão de pessoas, foi construído o organograma da empresa e o fluxograma de contratação já existente. A partir do fluxograma, foi possível identificar a necessidade de melhoria nos processos de contratação. Foi identificada a necessidade de estabelecimento de treinamentos. Também foi identificado que a empresa possui uma marca, porém está se apresenta desatualizada e não estruturada, o que demanda estruturação e renovação da imagem da marca. **Conclusão:** A pesquisa contribui por trazer a análise do cenário administrativo da empresa analisada, visando a implementação do planejamento estratégico na entidade. Visto que a implementação da gestão estratégica se apresenta atualmente como fator decisivo no sucesso das empresas. O estabelecimento de um cenário futuro desejado e o desenvolvimento do plano de ações para alcançar tal cenário são vitais para a sobrevivência e desenvolvimento da organização, que está inserida em um cenário do extremamente competitivo, o agronegócio brasileiro.

**Palavras-chave:** Fruticultura. Planejamento estratégico. Agronegócio.

### ADOÇÃO À BRASILEIRA

FILHO, Ryan Brwnner Lima Pereira; FONSECA, Luiz Rayke; PRADO, Josefa Faria Gonçalves; SANTOS, Igor Luiz Azevedo

**Introdução:** A adoção socioafetiva é um assunto que deve ser discutido no Direito Penal. Levando em consideração o vínculo entre o homem e a criança que advém do afeto, o amor é um sentimento que não possui obrigação, o seu desenvolvimento se dá por livre espontânea vontade (CARDIN; WYSOSKI, 2009). No Brasil existem casos de adoção em que os pais biológicos entregam seus filhos para outras pessoas, sem seguir as exigências judiciais. Esse tipo de ação é chamado de “adoção à brasileira”. **Objetivo:** Nessa pesquisa vai relacionar o crime do Art. 242 do Código Penal com o princípio da *ultimaratio*, enfatizando se a “adoção à brasileira” pode ou não ser considerado crime. **Método:** Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e bibliográfica em que dados foram coletados em artigos, julgamentos que buscam explicar sobre o tema, a ‘adoção à brasileira’. **Resultados:** No ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF), permitiu que um casal adotasse, irmãos gêmeos aos nove meses de idade, de forma à brasileira. O pai alegava que os filhos eram frutos de um relacionamento extraconjugal e que sua esposa estava disposta a adotá-los, porém na realização do exame de DNA foi constatado que o adotante no caso o pai, não era de fato o pai biológico. Segundo a mãe biológica dos filhos, ela concordou com a adoção, pois na família de origem dos gêmeos, o avô e o pai abusavam das crianças mais velhas e diante dessa situação o ministro defendeu a permanência dos gêmeos com os pais adotivos alegando que os pais biológicos das crianças não possuíam condições de fazer companhia. A adoção à brasileira, é primeiramente ilegal no Direito brasileiro, pois se encontra no Art. 242 do Código Penal, o princípio da *ultimaratio* é cabível como garantia da dignidade humana ao nascituro, ou seja, direito a nascer com vida mesmo que mãe não tenha capacidade

de mantê-lo e é competência do Estado auxiliar as mulheres que possuem dificuldades, para que não recorram ao aborto ou abandono. **Conclusão:** No caso dos gêmeos o ministro permitiu adoção à brasileira. Pode ser colocado em pauta que as ações dos responsáveis de acordo com o Código Penal agiram de forma ilegal, porém com análise profunda do caso, a mãe estava salvando seus filhos de um futuro abuso que era pertinente na família de origem dos gêmeos. Outra vertente que poderia colocar em destaque relacionando com o caso dos gêmeos é o princípio da *ultimaratio* em que quando acionada pelo fato de uma grave ameaça ou ofensa as crianças, o Direito Penal deve intervir com sua consequência jurídica juntamente com a pena criminal.

**Palavras-chave:** Penal. Adoção. Gêmeos.

#### REFÊRENCIA:

CARDIN, Valéria Silva Galdino; WYSOSKI, Andreza Minamisawa. Da filiação socioafetiva. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 579-591, jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/1242/829>>. Acesso em: 15 maio 2018.

#### ADOÇÃO: ETAPAS E DIFICULDADES PARA ADOTANTES E ADOTADOS

ALVES, Daniela Pereira<sup>1</sup>; GONÇALVES, Karine Santos<sup>1</sup>; MARTINS, Quézia Mascarenhas<sup>1</sup>; ROSA, Lidyanne de Souza<sup>1</sup>; SILVA, Clarice Pereira da<sup>1</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** A adoção consiste no ato de registrar o filho de outrem como se seu fosse, dentro dos moldes da lei, garantindo a esse filho os direitos a ele inerentes, além de estrutura familiar que lhe permita seu pleno desenvolvimento moral, social, psíquico e emocional. Diante dos casos de adoção irregular, como a adoção do *Intuito personae* ou pronta e direta, o STJ criou, no ano de 2008, o Cadastro Nacional de Adoção. **Objetivos:** Descrever as etapas do processo de adoção e as dificuldades encontradas pelos adotantes e adotados. **Método:** trata-se de pesquisa qualitativa em que os dados foram obtidos mediante pesquisa bibliográfica. **Resultados:** constatou-se que o primeiro passo a ser dado no processo de adoção é procurar o fórum da comarca e agendar uma entrevista com o serviço social e ode psicologia, momento em que será explicado o procedimento a ser seguido, explicitado os documentos necessários, e traçado o perfil do filho desejado. Providenciada a documentação, deve-se procurar a contadoria para que haja a protocolização e o encaminhamento ao juiz(a) ou promotor(a) juntamente com pedido de estudo psicossocial. Após apreciação, o juiz(a) dará a sentença de habilitação. Posteriormente, os adotantes serão submetidos ao curso psicossocial, e, ao final, será entregue o certificado assinado pelo técnico judiciário responsável e pelo juiz(a), que será anexado aos autos como prova de habilitação. Após sentença de habilitação, lança-se o nome dos pretendentes no sistema, arquiva-se o processo, e faz a busca ativa do filho desejado. Quando o filho é encontrado, ele é vinculado ao casal e dá-se início ao processo de adoção. O juiz(a) determina o estágio de convivência de um a três meses, podendo este ser prorrogado, sendo expedido um termo de guarda provisória ao casal, sob o acompanhamento da assistente social. Esta, fará um relatório e entregará ao juiz(a). Caso o relatório seja favorável, a juíza ou juiz dará a sentença e encaminhará ao cartório um ofício, solicitando um novo registro da criança. Em relação às principais dificuldades encontradas no processo de adoção, verificou-se a situação financeira dos adotantes, a desistência perante o ato da adoção depois de já estabelecido o vínculo afetivo com a criança, a resistência em adotar crianças que possuam alguma deficiência ou que sejam portadoras do vírus HIV, e a dificuldade de adaptação tanto das crianças como dos adotantes, o que gera frustração e abalo emocional nos envolvidos no processo. **Conclusão:** conclui-se que o processo de adoção é dirigido com rigor e cautela mediante acompanhamento psicológico, judicial e pelo serviço social, com o intuito de se evitar riscos à criança. As dificuldades apontam que o tema adoção, necessita de maiores discussões para que assim as pessoas possam ser mais incentivadas e preparadas para o processo adotivo.

**Palavras-chave:** Adoção. Adotantes. Crianças. Etapas. Dificuldades.

## AFETO: UM PRINCÍPIO QUE NÃO SE IMPÕE, UM VALOR QUE NÃO TEM PREÇO

ALVES, Daniela Pereira<sup>1</sup>; GONÇALVES, Karine Santos<sup>1</sup>; MARTINS, Quézia Mascarenhas<sup>1</sup>; ROSA, Lidyane de Souza<sup>1</sup> SILVA, Clarice Pereira da<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Diante de mudanças ocorridas nos Direitos de família e na própria contemporaneidade, no que tange ao ramo judicial, surge o valor jurídico do afeto, uma vez que a procura pelos tribunais, onde filhos exigem a indenização por parte dos pais como meio de sanar os prejuízos psíquicos, morais e emocionais gerados pelo abandono, tem aumentado de forma significativa. **Objetivos:** A presente pesquisa propôs analisar o princípio da afetividade na esfera familiar e o seu grau de importância diante das decisões judiciais. **Método:** trata-se de pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, a coleta de dados deu-se mediante a pesquisa bibliográfica. **Resultados:** a constituição familiar deixou de abranger apenas uma definição, sendo assim abarcada por várias composições, Diante de tais transformações o fator biológico deixou de ser característica determinante no processo de filiação, sendo assim, vínculos criados nas relações paterno filial, como o amor, o cuidado, e o afeto, tornaram-se pontos relevantes nas decisões judiciais, onde o principal interesse deve ser voltado a criança. Mediante situações onde filhos recorrem à justiça em busca de indenizações, verificou-se que há divergências de opiniões entre os doutrinadores, uma vez que embora para alguns a indenização pecuniária como forma de compensar o apelante pelo dano sofrido, seja algo viável, para outros, tal conduta é equivocada, pois o afeto é um princípio, não pode ser valorado como algo material e tangível, nem ser imposto ao apelado, pois obrigar alguém a dispor de sentimentos como o afeto, para com outro, também consiste em ferir seus direitos à dignidade humana, pois tais sentimentos são recíprocos nascem da espontaneidade. **Conclusão:** a partir do presente estudo, pode-se chegar à conclusão que, embora muitos filhos recorram à justiça em busca de indenização por danos sofridos em decorrência do abandono paterno e/ou materno, o número de pedidos julgados como improcedentes são significativamente maiores do que aqueles julgados procedentes, uma vez que para a maioria dos doutrinadores, a simples obrigação com prestação de alimentos, isentaria a obrigação do pai para com o filho em se tratando de relações e sentimentos oriundos do convívio, quando não existe nenhuma intenção de aproximação ou contato do genitor para com o seu descendente.

**Palavras-chave:** Afeto. Filiação. Princípio. Valor jurídico.

## AGRONEGÓCIO: A INFLUÊNCIA DE MONTES CLAROS NA REGIÃO NORTE MINEIRA

LOPES, Jéssica de Cerqueira<sup>1</sup>; COIMBRA, Cristiano Mendes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os processos que estão relacionados à agricultura e à pecuária são chamados de agronegócio e a cidade de Montes Claros possui o incentivo necessário para manter nela atividades que envolvem tal modalidade econômica. O cultivo e criação de gado, que parecem ser as únicas atividades do agronegócio, não são tão fortes em Montes Claros, porém é nesta cidade que ocorrem transações finais (comércio) e também os investimentos que as cidades ao redor necessitam. Na prática, o que acontece é que os empréstimos e indústrias movimentam essa modalidade econômica, não só na cidade, mas em toda região semiárida de Minas. **Objetivo:** Averiguar o papel do agronegócio no município de Montes Claros e a importância do município para a região do norte de Minas. **Método:** Trata-se de estudo bibliográfico, qualitativo, de caráter exploratório, onde foi feito uso, também, de entrevista. **Resultados:** Apurou-se, portanto que o agronegócio é uma atividade não só presente, mas predominante no Norte de Minas, contudo especificamente na cidade de Montes Claros o setor de destaque é o terciário, onde a cidade domina com dinamismo os vários serviços que tem a oferecer para diversas cidades que compõem a região. (PEREIRA, 2007). **Conclusão:** Conclui-se, portanto, através de discussões e pesquisas bibliográficas, que a cidade de Montes Claros, apesar de não possuir com intensidade a prática do plantio e pecuária, se comporta como exportadora de materiais que envolvem o agronegócio (tratores, rações, sementes, etc.) para cidades não só da região norte, mas também do sul do estado. Além disso, o incentivo financeiro que os produtores necessitam é também fornecido pela denominada 'Capital do Norte Mineiro'. Entretanto, a modalidade de maior potência em Montes Claros é o comércio e a cidade ganha cada vez mais visibilidade com os serviços fornecidos, como o tratamento na área de saúde que atrai diariamente milhares de habitantes de cidades vizinhas, até mesmo do Estado da Bahia e também com a educação superior, que já atribui à cidade, características de uma cidade-universitária.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Montes Claros. Economia. Política.

**REFERÊNCIA:**

PEREIRA, Anete Marília. CIDADE MÉDIA E REGIÃO: O SIGNIFICADO DE MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS GERAIS. 2007. 351 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: . Acesso em: 07 nov. 2017

## ALTERAÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS A PARTIR DO USO DE SMARTPHONES E SIMILAMARES

NOGUEIRA, Sanny Evelyn Alves<sup>1</sup>; ROCHA, Túlio Brandão Xavier<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A partir dos anos 90 houve um crescente desenvolvimento das tecnologias em comunicação, principalmente nos dispositivos móveis e com o passar dos anos, pode-se observar um tempo cada vez mais frequente de uso. As mudanças posturais ocasionadas pela utilização desses dispositivos são visíveis, e até mesmo palpáveis, pois demanda repetitividade de movimentos e adesão de um padrão postural por longos períodos. Dessa maneira a ocorrência de distúrbios musculoesqueléticos e desequilíbrios posturais vêm tornando-se constante entre a população. **Objetivo:** Examinar as publicações relativas aos efeitos musculoesqueléticos da utilização de smartphones e similares. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, na qual foram analisados 6 artigos científicos encontrados nos bancos de dados PUBMED e LILACS, procurando artigos que incluíssem as palavras-chave: "smartphones", "membro superior", "pescoço", "dispositivos moveis", "dor " e "cervical". Esses estudos são correspondentes ao intervalo do ano de 2012 a 2017, no idioma inglês. **Resultados:** Os artigos analisados mostram que os sintomas musculoesqueléticos associados ao uso de smartphones e similares incluíram dor e desconforto, percebidos no pescoço/ombro, costas e membros superiores, o que pode ocorrer em função de uma flexão cervical acentuada quando se olha para o celular. A flexão cervical aumenta ou diminui dependendo de alguns fatores como o tipo de dispositivo usado, ou seja, quanto maior for o telefone, mais acentuada será a flexão, além de ser influenciada também pela posição em que o sujeito está quanto manuseia o aparelho. No estudo de Guan *et al.* (2015) foi comparado o ângulo da cervical ao realizar três tarefas: navegar na internet, escrever mensagens de texto e assistir a vídeos, obtendo-se como resultado a maior flexão é realizada quando se escreve. Esta acentuada flexão cervical leva a um aumento na atividade do músculo trapézio superior bem como dos músculos extensores da coluna, a fim de estabilizar a postura da cabeça. Segundo Eapen *et al.* (2014) existe uma relação direta com o tamanho do dispositivo, ritmo de digitação e o desenvolvimento de várias patologias tais como tendinite do extensor longo do polegar, síndrome da dor miofascial e, em alguns casos, síndrome do desfiladeiro torácico além da síndrome De Quervain. As diferenças entre homens e mulheres também foram analisados sendo que os primeiros adotam uma postura mais flexionada em relação às mulheres, portanto esse grupo se torna mais susceptível a alterações biomecânicas (GUSTAFSSON *et al.*, 2017). **Conclusão:** O uso de smartphones e similares provocam aumento da flexão cervical, o que é um fator de risco para o surgimento de distúrbios musculoesqueléticos, aos quais os homens são mais propícios por apresentarem aumento na carga sustentada. Os movimentos repetitivos com os polegares é outro fator de risco para os membros superiores.

**Palavras-chave:** Smartphone. Biomecânica. Alterações Musculoesqueléticas

**REFERÊNCIAS:**

EAPEN, Charu et al. Extensor pollicis longus injury in addition to De Quervain's with text messaging on mobile phones. **Journal of clinical and diagnostic research: JCDR**, v. 8, n. 11, p. LC01, 2014.

GUAN, Xiaofei et al. Photographic measurement of head and cervical posture when viewing mobile phone: a pilot study. **European Spine Journal**, v. 24, n. 12, p. 2892-2898, 2015.

GUSTAFSSON, Ewa et al. Texting on mobile phones and musculoskeletal disorders in young adults: a five-year cohort study. **Applied ergonomics**, v. 58, p. 208-214, 2017.

## AMASSADOR DE LATAS DE ALUMÍNIO COM CILINDRO PNEUMÁTICO

ALMEIDA, Rogério<sup>1</sup>; ARAGÃO, Bruno<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Frederico<sup>1</sup>; CHAVES, Yuri<sup>1</sup>; Frederico<sup>1</sup>; PACUDINO, Pedro Alberto<sup>1</sup>; RIBEIRO, Ana Gabriela Gonçalves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Ao longo dos últimos anos, o mundo tem se deparado com a questão da reciclagem. Especificamente, em relação ao alumínio, sabe-se que o custo de produção de uma latinha através da reciclagem fica em torno de 50 % mais barato do que o processo feito com o uso da matéria-prima bruta. Porém, o processo de descarte de latinhas no ambiente doméstico é feito, muitas vezes, de maneira errada e com pouca precisão. **Objetivo:** Por isso, o propósito deste projeto é desenvolver um amassador de latas de alumínio, que promova benefícios ambientais e sociais no processo de reciclagem, e gere o engajamento do público envolvido, como cidadãos, associações, governos e empresas. **Método:** A pesquisa realizada foi de caráter experimental e documental, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Desenvolveu-se o protótipo de um amassador de latas de alumínio, com a capacidade não só de compactar, mas também de armazenar as latas de forma mais prática e funcional. E para desempenhar as duas funções, o produto é formado por um cilindro pneumático, que realiza a força necessária para amassar as latas, usando o ar comprimido e; por um recipiente inserido embaixo do equipamento, que ampara as latas amassadas. Com apenas um comando manual, as latas são, ao mesmo tempo, amassadas e armazenadas. **Conclusão:** Verificou-se que o uso do ar comprimido no cilindro pneumático realmente promove uma compactação necessária, de forma rápida, sem exigir muito esforço do usuário. Também percebeu-se que a dupla função de amassar e armazenar ajuda a fazer com que o amassador seja bem aceito tanto por usuários comuns, quanto por catadores e empresas que queiram adquiri-lo, de forma a promover uma maior conscientização e, conseqüentemente, uma mudança no hábito das pessoas em relação à reciclagem e à coleta seletiva.

**Palavras-chave:** Reciclagem. Amassador. Processo pneumático.

## AMASSADOR DE LATAS DE ALUMÍNIO PORTÁTIL, EM FORMA DE BRAÇO, COM O SISTEMA MANUAL POR ALAVANCA

MORARIA, Bruna Macielle Borges<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Caio Machado de<sup>1</sup>; SANTOS, Andréia Alves de Paula Barbosa<sup>1</sup>; SILVA, Joycielle Lopes<sup>1</sup>; SOUZA, Erika Mariana da Cruz<sup>1</sup>; RIBEIRO, Ana Gabriela Gonçalves.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes de Engenharia de Produção das Faculdades Integradas Pitágoras. <sup>2</sup>Docente das Faculdades Integradas Pitágoras.

**Introdução:** Um dos problemas mais discutidos na atualidade é a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de métodos que possibilitem tal ação. Dentro desse tema, um dos pontos que chama mais atenção na busca por soluções é o reaproveitamento e o descarte adequado de produtos recicláveis. Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Latinhas de Alumínio (ABAL), em 2016, o Brasil reciclou aproximadamente 98% das latinhas colocadas à venda durante o ano – um feito incrível e que coloca o país entre os primeiros lugares neste quesito. Mesmo assim, ainda é pequena a conscientização e o conhecimento das pessoas, de empresas e governos sobre os benefícios ambientais, sociais e econômicos que a reciclagem pode proporcionar. **Objetivo:** Desenvolver um amassador de latas de alumínio, que promova benefícios ambientais e sociais no processo de reciclagem, e gere o engajamento dos públicos envolvidos (cidadãos, associações, empresas). **Método:** Foi realizada uma pesquisa documental e experimental, de abordagem qualitativa. **Resultados:** Nesta pesquisa foi idealizado e produzido o protótipo de um amassador de latas de alumínio portátil, com sistema manual por alavanca, em forma de braço, aliado a elementos visuais que remetem ao personagem “Homem de Ferro”, sob os conceitos de economia criativa e identidade visual, a fim de facilitar a transmissão das ideias propostas, despertando a curiosidade do público-alvo para o uso do equipamento. **Conclusão:** Conclui-se que o desenvolvimento de um amassador de latas de alumínio portátil, aliado a um *design* diferenciado e criativo, e que remete a um personagem popular dos quadrinhos e do cinema, pode atrair a atenção da população e gerar engajamento, sem desfocar do tema principal, que é a conscientização da sustentabilidade, da preservação dos recursos naturais do planeta, e do impacto que isso traz ao mundo de uma forma geral.

**Palavra-chave:** Amassador. Elementos visuais. Preservação ambiental.

## ANÁLISE ARQUITETÔNICA REGRESSIVA DO CEPEAGE - DO EMPREENDIMENTO AO CROQUI

LOUREIRO, Antônio<sup>1</sup>; BRITO, Bárbara Diovanna Souza<sup>1</sup>; CARVALHO, Ingrid Stéfany de Almeida<sup>1</sup>; MATOS, Louise Ortiga e<sup>1</sup>; ROCHA, Márcia Brandão Xavier<sup>1</sup>; CÉSAR, Vera Lúcia Veloso Maciel<sup>1</sup>; BICALHO, Elisa Pereira Santana<sup>2</sup>.

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A comunicação é essencial aos projetos arquitetônicos; desenhos de apresentação descrevem graficamente uma proposta de projeto, com a intenção de persuadir um público (cliente, comitê, órgão público competente) sobre seu valor. O anteprojeto é uma fase intermediária, entre o *briefing* com o cliente e o projeto definitivo; depois que o programa de necessidades é explanado, o arquiteto deve conhecer o terreno, seu entorno, zoneamento, e a partir de então, através de croquis (desenhos a mão livre), expor suas ideias do que será a construção quando finalizada. **Objetivo:** Contemplar as técnicas de apresentação que podem ser utilizadas em um anteprojeto arquitetônico. E, demonstrar através de uma dessas técnicas o que fora o anteprojeto do Centro de Práticas em Engenharia, Arquitetura e Gestão – CEPEAGE; partindo de uma análise regressiva do empreendimento. **Método:** Trata-se de um estudo desenvolvido através de pesquisas bibliográfica, exploratória e análise documental. **Resultados:** A partir da coleta de dados e do questionário semiestruturado aplicado à arquiteta responsável pela obra do CEPEAGE, foi possível chegar ao esboço das plantas, cortes, elevações e volumetrias que teriam integrado o seu anteprojeto. Os autores da presente pesquisa elaboraram uma representação, através de croqui, de um desses esboços. **Conclusão:** Dentro da construção civil, o melhor veículo de comunicação é o visual, gráfico; é parte da habilitação profissional do arquiteto e urbanista a correta representação não verbal de um projeto em suas diferentes etapas.

**Palavras-chave:** Representação. Apresentação. Anteprojeto. Comunicação.

## ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROCESSOS DE SOLDAGEM GTAW E SMAW EM TUBULAÇÃO DE ÁGUA

SILVA, Gleysson Rodrigo Alves da<sup>1</sup>; NUNES, Junio Cesar Missaia<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>2</sup>.

1. Alunos do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC; 2. Professor orientador.

**Introdução:** O processo de soldagem é utilizado para obter a junção de materiais metálicos e não metálicos, por meio da elevação de temperatura do material até se fundir em um ponto adequado. No processo de soldagem TIG a união dos materiais acontece pelo aquecimento e fusão no local em que se deseja unir os materiais, por um eletrodo de tungstênio não consumível e a peça. A poça de fusão e o eletrodo são protegidos por um gás de proteção (FRAGA et al., 2007). Segundo Wainer; Brandi; Mello (1992), o processo de soldagem por eletrodo revestido é o mais utilizado dentre todos os processos, não que seja o mais eficiente, mas em questão de custo e aplicabilidade, tem uma grande demanda no mercado. A variedade de serviços que se aplica o processo de soldagem por eletrodo revestido é tão grande, que é aplicado desde o mais simples ponto de solda da peça, até o mais rígido processo de soldagem de vasos de pressão nucleares. **Objetivo:** Na indústria a presença da soldagem é indispensável, sendo assim, o seguinte trabalho tem como objetivo mostrar como alcançar melhores resultados na união de peças por meio de processos de soldagem. Serão analisados dois processos de soldagem utilizados para unir tubulações de água. Os processos que serão analisados pelos autores são GTAW e SMAW. **Método:** O resultado da análise será obtido com auxílio de ensaios não destrutíveis e ensaios destrutíveis. Os ensaios não destrutíveis serão o visual e com uso de líquido penetrante, o ensaio destrutível ocorrerá por meio da máquina de usinagem eletroerosão a fio, que corta o tubo no meio da região soldada. **Resultados:** No final de todas as análises, foi visualizada a presença de poros nos tubos soldados, pelo processo de soldagem SMAW; já nos tubos soldados pelo processo GTAW, não houve irregularidades conforme os critérios de aceitação do cordão de solda. **Conclusão:** Por fim, foi concluído que o processo mais indicado para soldar as tubulações de água é o processo de soldagem GTAW, pelo fato de não apresentar porosidades, ao contrário do processo SMAW, e melhor acabamento superficial da solda.

**Palavras-chave:** Soldagem. GTAW. SMAW. Tubos. Ensaios não destrutivos.

## REFERENCIAS:

FRAGA, Alexandre Félix et al. **Estudo comparativo de juntas soldadas a TIG e laser empregando-se Ti com pureza comercial em prótese sobre implantes**. Araraquara: UNESP, 2007.

WAINER, Emílio; BRANDI, Sérgio Duarte; MELLO, Fábio Décourt Homem de. **Soldagem: Processos e metalurgia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1992.

## ANÁLISE DA JURISDIÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA

ALMEIDA, Maria Eduarda Ramalho Viana de <sup>1</sup>; LIMA, João Pedro Alves <sup>1</sup>MEDEIROS, Jenifer de Arruda <sup>1</sup>; NEVES, Maria Eduarda Meira <sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc; <sup>2</sup>Docentes das Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc

**Introdução:** Inscrito no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, o acesso à justiça efetiva os demais direitos e garante sua tutela jurisdicional. A Jurisdição, forma estatal de resolução de conflitos constitui-se em um dos meios de alcance ao acesso à justiça. **Objetivo:** Analisar o acesso à justiça nos Juizados Cíveis e na Justiça comum de Montes Claros com enfoque na Audiência de Instrução e Julgamento na Área Criminal. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com utilização de um procedimento bibliográfico, documental e de pesquisa de campo, de amostragem qualitativa. **Resultados:** Em síntese, após a realização da visita na Audiência de Instrução e Julgamento na Área Criminal, executada na 1ª Vara Criminal de Montes Claros, verifica-se a aplicação da Jurisdição como forma de resolução de conflitos. Frise-se, que a Jurisdição é a forma estatal de resolução de conflitos caracterizada por apresentar decisões tomadas por um juiz, mediante análise dos autos do processo e fundamentação legal. Referente à visita realizada, até o presente momento não se pode afirmar a garantia do acesso à justiça, visto que, a visita realizada foi apenas de uma Audiência de Instrução e Julgamento. **Conclusão:** Através da análise dos fatos apresentados conclui-se que, a Jurisdição, forma estatal de resolução de conflitos, percebida durante a visita à 1ª Vara Criminal de Montes Claros, integra-se aos meios de se ter o acesso à justiça e tem como característica principal a presença de um terceiro, o juiz, que resolverá o conflito através dos autos do processo e fundamentação legal.

**Palavras-chave:** Jurisdição. Audiência. Conflitos.

## ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DO APGAR EM RELAÇÃO AO TIPO DE PARTO EM MONTES CLAROS/MG

PIRES, Ana Beatriz de Oliveira <sup>1</sup>; SÁ, Erick dos Santos <sup>2</sup>; AZEVEDO, Cristiane Nascimento <sup>3</sup>; SANTOS, Emily Gabrielly Domingos Soares <sup>4</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares <sup>5</sup>  
1,2,3,4 Discentes das FIPMoc; 5 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Organização Mundial da Saúde (OMS), recomenda que 15% dos partos sejam vaginais, pois, traz vantagens para a mãe, tanto quanto para o bebê, incluindo recuperação mais rápida, ausência de dor no período pós-parto, menor risco de infecção e de hemorragia. Porém, se vê um aumento nas das taxas de cesáreas mundialmente, sobretudo no Brasil a partir da década de 1970. [1] **Objetivo:** Relacionar o APGAR do primeiro minuto com o tipo de parto na cidade de Montes Claros. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de investigação retrospectiva, transversal, descritiva e quantitativa. O levantamento de dados foi feito através da base de dados Informações de Saúde (TABNET), disponibilizados pelo Sistema de Informação do SUS (Datusus), no endereço eletrônico <http://www2.datusus.gov.br> acessado em 22 de Maio de 2018, referente ao índice apgar no primeiro minuto e partos cesariano e vaginais, dentre os quais com idade gestacional de 37 a 41 semanas, na cidade de Montes Claros/MG, no ano de 2016. Considerando apgar baixo, nascidos vivos com nota menor ou igual a 5, médio de 6 a 7 e normais os de 8 a 10. **Resultado:** Em Montes Claros, no ano de 2016 houve o total de 4.968 nascidos vivos, sendo 2213 (44,54%) procedentes de parto cesária e 2732 (54,60%) de parto vaginal, 23 (0,46%) ignorados. Dentre os partos vaginais, 116 (4,20%) estavam com apgar baixo (0 a 5); 277 (10,13%) com apgar médio (6 a 7); 2335 (85,46%) o apgar normal (8 a 10); 5 (0,18%) foram ignorados. Já nos partos cesarianos, 56 (2,53%) tinham nota apgar baixa (0 a 5); 189 (6,28%) o apgar era médio (6 a 7); 1962 (88,65%) o apgar normal (8 a 10); 6 (0,27%) foram

ignorados. **Conclusão:** Conclui-se que no ano de 2016, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais os recém-natos provenientes de parto cesariano realizados em gestantes com idade gestacional de 39 a 41 semanas tiveram resultados melhores no apgar do primeiro minuto se comparado aos nascidos de parto normal com a mesma idade gestacional.

**Palavras-chave:** Apgar; Parto; Idade Gestacional.

#### REFERÊNCIA:

LEGUIZAMON JUNIOR, Teodoro; STEFFANI, Jovani Antônio; BONAMIGO, Elcio Luiz. Escolha da via de parto: expectativa de gestantes e obstetras. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 509-517, dez. 2013.

### ANÁLISE DA PREVALÊNCIA E IMPLICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE DOENÇA CELÍACA E DIABETES MELLITUS TIPO 1

BRITO, Sara Gomes de<sup>1</sup>;PESSOA FILHO, Fernando José da Costa<sup>2</sup>;OLIVEIRA, Vinicius Flávio Almeida<sup>3</sup>; GRANGEIRO, Caroline Sampaio<sup>4</sup>;GALDINO, Vinicius de Almeida Cavalcante<sup>5</sup>; SOARES, Igor Ramos<sup>6</sup>;VALIAS, Carlos Alberto Leal<sup>7</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc; 5Discente das FIPMoc; 6Discente das FIPMoc; 7Docente das FIPMoc

**Introdução:** A doença celíaca (DC) é definida como enteropatia imune-mediada que afeta o intestino delgado de indivíduos geneticamente predispostos, desencadeada pela ingestão de glúten<sup>1</sup>. O diabetes mellitus tipo 1 (DM1) é uma doença crônica autoimune na qual ocorre destruição parcial ou total das células-beta das ilhotas de Langerhans pancreáticas, o que gera a incapacidade de produção de insulina<sup>2</sup>. Ambas as patologias descritas estão geneticamente relacionadas devido presença do antígeno de histocompatibilidade humana (HLA) -DQ, codificada pelos genes DQ2 e DQ8 do cromossomo 6, o que justifica o risco aumentado de portadores de DM1 de desenvolver DC e outras doenças autoimunes<sup>2</sup>. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é analisar a prevalência e implicações da associação de Doença Celíaca e DM1. **Métodos:** Trata-se de um estudo epidemiológico de caráter exploratório em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e Pubmed. Baseando-se nisso, foram selecionados e analisados três artigos publicados nos últimos 6 anos. **Resultados:** Observou-se que a prevalência média da DC entre os pacientes diabéticos é de 4,1% variando de 2,2% a 13,8% nos países europeus, significativamente maior que a prevalência da DC na população geral, que varia de 0,5% a 1%. No Brasil, um estudo realizado no Serviço de Endocrinologia Pediátrica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, encontrou a prevalência de 2,6% da DC em crianças e adolescentes com DM1; porém são escassas pesquisas do gênero no país<sup>3</sup>. Em um número menor de casos (10% -25%) o diagnóstico de DC precede o de diabetes, e mais comumente, em 70% a 80%, a descoberta ocorre no rastreamento inicial dos pacientes recém-diagnosticados com DM1<sup>3</sup>. Os pacientes que possuem as duas patologias geralmente não manifestam os sintomas gastrointestinais clássicos da DC, mas podem apresentar fenômenos extra-intestinais, como baixa estatura e atraso púbere em aproximadamente 30% dos casos. Pesquisas têm evidenciado que complicações do DM1, como retinopatia e nefropatia, ocorrem mais precocemente em pacientes que também possuem DC. Além disso, quando a DC é recém-diagnosticada, os pacientes com DM1 possuem pior controle glicêmico e perfil lipídico e maior prevalência de complicações microvasculares. A associação DC-DM1 parece aumentar a taxa de aterosclerose subclínica<sup>2</sup>. **Conclusão:** Diante da insuficiência de estudos analisando a relação entre as duas condições supracitadas e a alta prevalência, conclui-se que estudar essa associação e realizar investigação de rotina de DC em pacientes com DM1 é importante para instituição precoce do tratamento adequado, diminuindo com isso possíveis complicações.

**Palavras-chave:** Doença celíaca. Diabetes Mellitus tipo 1. Prevalência.

#### REFERÊNCIAS:

1- BAI, Julio C. et al. Doença celíaca. **World Gastroenterology Organisation Global Guidelines**, p. 4, 2013.

2- DAMASCENO, Jesus Augusto; DOMINGUETI, Caroline Pereira. Associação entre doença celíaca e complicações do diabetes em pacientes com diabetes mellitus tipo 1: revisão sistemática. **Rev. Soc. Bras. Clín. Méd.**, v. 15, n. 3, p. 206-213, 2017.

3-GONCALVES, C. B. et al. Estudo da prevalência da doença celíaca em crianças e adolescentes com diabetes melito tipo 1: resultado de 10 anos de acompanhamento. **ArqBrasEndocrinolMetabol**, v. 57, n. 5, p. 375-80, 2013.

## ANALISE DA SAÚDE URBANA APLICADA EM LOTEAMENTO SUSTENTAVEL

AGUILAR, Mayara<sup>1</sup>; ARIELLY, Ketley<sup>1</sup>; COUTINHO, Pedro Henrique<sup>1</sup>; MENDES, Hiago<sup>1</sup>; NOGUEIRA, Christiana<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A saúde urbana está diretamente relacionada às pessoas que vivem nas cidades. Com o passar dos anos, observa-se que o número de habitantes por metro quadrado elevou-se nas áreas urbanas. (IBGE,2016) Esse aumento considerável de indivíduos nas áreas urbanas, afeta as taxas de densidade demográfica e o crescimento desordenado das cidades, provocando problemas como: poluição, produção de resíduos e segregação, afetando assim a saúde urbana. A importância do planejamento sustentável está na essência de possibilidade de chegar à diminuição ou fim desses problemas que ocorrem por consequência da urbanização (GARBUIO, 2016). Neste contexto, surge a necessidade do planejamento de um bairro, cuja indigências sejam voltadas à população carente do entorno, criando diretrizes e estratégias que possam sanar os problemas recorrentes do meio. **Objetivo:** Analisar e propor soluções arquitetônicas sustentáveis para uma edificação institucional educacional. **Metodologia:** O método de pesquisa utilizado é exploratório, com investigação do tema proposto e qualitativo na coleta de dados. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa in loco: entrevistas realizadas com os moradores do entorno do terreno estudado e análises de projetos da formação e aprovação dos bairros do entorno, realizado na mapoteca da Prefeitura de Montes Claros, que é caracterizada como pesquisa documental. **Resultado:** Foi proposta uma praça com o conceito “movimento”, referente à movimentação da natureza presente no local, como: as árvores e o rio. Foi sugerida uma área de lazer para os moradores da região, levando em consideração que se tratava de área periférica, na qual os residentes dispõem de baixa infraestrutura e falta de serviços básicos, como: transportes público; instituições de ensino nas proximidades; ausência de pavimentação atrelados a qualidade de vida e moradia das pessoas em volta e principalmente a falta de postos de saúde e de hospitais com qualidade que possa suprir as necessidade desta região, que se caracteriza de maneira precária. Nesse sentido, foi verificado que os moradores estavam incomodados pela falta de segurança e privacidade, dando margem para o surgimento de conflitos internos e a criminalidade. Para cessar alguns desses problemas e garantir qualidade de vida aos moradores, a praça planejada terá espaço para contemplação, compondo uma área verde extensa, com bancos de descansos, bebedouros, passeio para animais domésticos, oferecendo oportunidade para melhorias no bem estar da saúde. A praça será localizada em uma área elevada, obtendo maior ventilação e conseqüentemente valorizando o local entorno. **Conclusão:** O Projeto de Arquitetura proposto atingiu seu propósito, sugerindo soluções arquitetônicas sustentáveis para uma edificação institucional educacional, ao qual levaria a causar um menor impacto ambiental, que não condizem com as questões de destruição da natureza. Além disso, levantou propostas e estratégias voltadas para a sustentabilidade, com valorização da Iluminação natural, contando ainda com a flexibilidade e funcionalidade, e energias alternativas, melhorando a qualidade do ar interior e exterior com a combinação edificação, vegetação e paisagismo.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Saúde Urbana. Instituição Educacional.

## ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE COGERAÇÃO EM UM LATICÍNIO EM MONTES CLAROS – MG

MAURÍCIO, Anderson Corrêa Baliza<sup>1</sup>; SILVA, Jonas Sena<sup>1</sup>; SILVA, Cláudio Messias da<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A cogeração é o uso sequencial de uma fonte de energia primária para produzir energia e calor. Esta energia pode ser elétrica, mecânica, ou ambas. Um sistema de cogeração aumenta significativamente sua eficiência e o faz economicamente atrativo, principalmente para a indústria e o comércio. O presente trabalho visa utilizar a cogeração em busca de melhorar o aproveitamento energético, recuperando a energia térmica dispensada para realizar trabalho em um sistema de refrigeração, por absorção de vapor. No sistema de refrigeração por absorção de vapor, a energia fornecida para a realização do trabalho é a energia térmica, que aquece a solução de fluido refrigerante. **Objetivo:** Analisar a viabilidade do desenvolvimento de um sistema de cogeração, reaproveitando o calor presente nos gases de exaustão da chaminé de uma caldeira em um sistema de refrigeração por absorção de vapor, utilizando brometo de lítio (LiBr). **Método:** O trabalho foi dividido em três etapas, sendo elas: referencial bibliográfico, coleta de dados e elaboração do projeto. Foi realizada uma pesquisa de campo para coletar os dados fidedignos, que apoiam o memorial de cálculo. Os cálculos realizados foram divididos em: de carga térmica da câmara fria, cálculo do trocador de calor utilizado na saída de gases da caldeira e dimensionamento dos equipamentos, como chiller, torre de resfriamento e trocador de calor. **Resultados:** Obteve-se como resultado, o valor da potência frigorífica de 9,18 TR. Foram realizadas consultas a catálogos e sites de fabricantes, e selecionado o chiller modelo Cogenie LT-01, da Thermax com capacidade de 10 TR. O trocador de calor escolhido foi o tipo casco e tubo, modelo TA 120-5-1, do fabricante Apema. A torre de resfriamento selecionada foi a T50F-F80, da Shinguen. A implantação deste sistema de cogeração pode reduzir até 51% do total gasto com energia ao final de cada mês, observando-se, o potencial deste sistema. **Conclusão:** Concluiu-se que, para o ambiente no qual foi feito o estudo, é possível implantar um sistema de cogeração utilizando a energia térmica dos gases de exaustão da caldeira disponível na empresa. Assim, com base na economia gerada por este sistema, sua viabilidade foi comprovada.

Palavras-chave: Cogeração. Absorção de vapor. Brometo de Lítio.

## ANÁLISE DA VIABILIDADE DO CIMENTO PORTLAND CP IV PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

COSTA, Luís Eduardo Freitas Almeida<sup>1</sup>; GAMA, Marcelo Henrique Porto Silva Ribeiro<sup>1</sup>;  
 MENDES, Tatiane Ferreira; SENA, Caio Rocha<sup>1</sup>; SILVA, Emanuel Marcelo Mello<sup>1</sup>; SOUZA, Lohanna Santos<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica Karine Ramos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc e tutora dessa pesquisa.

**Introdução:** O cimento serviu como revolucionário para o setor da Construção Civil, transformando o modo como às construções foram estruturadas. Atualmente no mercado encontra-se diversos tipos de cimento, cabendo ao engenheiro escolher qual o ideal para cada construção. Considerado o principal material encontrado em obra, deve-se levar em consideração para a escolha a sua viabilidade de aplicação, econômica, e suas propriedades mecânicas. **Objetivo:** Analisar e comparar as características do Cimento Portland CP-IV em relação aos demais cimentos mais usuais. **Método:** Esse estudo apresenta abordagem quali-quantitativa, objetivos metodológicos exploratórios e explicativos, pesquisa bibliográfica, de campo realizada na indústria cimenteira local, pesquisas laboratoriais através de teste de tensão e compressão, realizados no CEPEAGE (Centro de Práticas de Engenharia, Arquitetura e Gestão). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram, os registros fotográficos feitos na pesquisa de campo e os procedimentos realizados em laboratório, como também entrevistas com os responsáveis técnicos da empresa Lafarge. **Resultados:** Os principais resultados obtidos nos testes seguindo as normas vigentes NBR 5738 e NBR 12142 para sua realização, pode-se constatar que o cimento CP-IV possui uma grande resistência, como também na presença de água permanece com a mesma dureza. Para obtenção dos resultados, foram feitos dois corpos de prova, sendo um com ferragem de aço e o outro utilizando apenas o cimento CP IV, constatou-se que a flexão sofrida no corpo de prova com ferragem foi o dobro que a flexão sofrida no corpo de prova apenas com concreto. Outros testes de tração e compressão realizados com cimento CP IV mostram que após 32 dias obteve resistência a compressão de 36,2 Mpa e de tração de 2,1 MPa. **Conclusão** Devido as propriedades encontradas nos resultados, pode-se concluir que o cimento CP-IV é viável para grandes construções, principalmente para obras expostas a ação de água corrente, ambientes agressivos e

obras pré-moldadas. Por possuir grande resistência inicial, pode-se desenformar antes dos demais, otimizando tempo, prazo e valor da obra.

**Palavras-chave:** Cimento Portland. Viabilidade. Concreto.

### ANÁLISE DAS PROPRIEDADES DO CIMENTO CP IV ARI

PEREIRA, Raquel Gomes<sup>1</sup>; GONÇALVES, Danielle Silva<sup>1</sup>; RESENDE, Dayana Campos<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Débora W. Mendes<sup>1</sup>; SOUZA, Ian Viana<sup>1</sup>; NEVES, Lucas Viana<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica Karine Ramos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes do 5º período do curso de Engenharia Civil das FIP-MOC, <sup>2</sup>Docente do Curso de Engenharia Civil das FIPMOC e tutora dessa pesquisa.

**Introdução:** O cimento é definido atualmente pela Associação Brasileira de Cimento Portland (2002) como sendo um pó fino com propriedades aglomerantes, aglutinantes ou ligantes que endurecem sob a ação da água. Atualmente é utilizado na construção civil como ligante no preparo da massa de concreto. Neste sentido, existem diversos tipos e derivações do mesmo, específicas para determinadas utilizações, sendo essencial entender suas propriedades afim de melhor adequar a sua aplicação, auxiliando assim num melhor entendimento de suas reações com outros elementos aos quais este possa estar exposto e as ações por forças de tração e compressão sofridas. **Objetivo:** Analisar as propriedades do cimento CPV ARI através de ensaios de resistência a compressão, flexão e tração utilizando modelos de vigas com ferragem e sem ferragem e corpos de provas cilíndricos para entender seus fatores de alteração. **Metodologia:** Esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa exploratória, qualitativa-quantitativa, sendo utilizado como procedimentos, a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa laboratorial e ainda a pesquisa documental. **Resultados:** A partir dos ensaios feitos em laboratório, encontrou-se uma resistência de 4,4 Mpa para a viga sem ferragem e uma resistência de 5,6 Mpa para a viga com ferragem, ambos com idade de cura de 28 dias. Com relação aos corpos de prova, também rompidos aos 28 dias de cura, encontrou-se uma resistência de 22,8 Mpa para o CP1 e 26,7 Mpa para o CP2, sendo que o primeiro atingiu 91,2% da resistência esperada, enquanto o segundo atingiu 106,8% do valor esperado. **Conclusão:** A viga com ferragem se comportou de maneira esperada, já que o concreto armado tende a alcançar uma resistência maior do que quando sem o uso da ferragem, comprovando assim utilização desse para suportar cargas maiores. Com relação aos corpos de provas, conclui-se que houve uma diferença significativa entre os dois CP's, onde o primeiro não atingiu o valor esperado, enquanto que o segundo ultrapassou o mesmo, o que pode ter sido causado por falhas de adensamento no momento da concretagem.

**Palavras-chave:** Cimento Portland. Resistência. ARI CP IV. Concreto.

### REFERÊNCIA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Guia básico de utilização do cimento Portland.** 7 ed. São Paulo, 2002. 28p.

### ANÁLISE DAS TAXAS DE MORTALIDADE POR NEOPLASIAS MALIGNAS DO LÁBIO, CAVIDADE ORAL E FARINGE NO ESTADO DE MINAS GERAIS DO ANO DE 2010 A 2015

NUNES, Flávio Marconiedson<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Isabela de Sá<sup>2</sup>; CANGUSSU, Lara Santos<sup>3</sup>; NORONHA, Fernanda Santos<sup>4</sup>; RODRIGUES, Adriana Barbosa<sup>5</sup>; OLIVEIRA, Gabriella de Sá<sup>6</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIP-Moc; <sup>2,3,4,5</sup>Discentes da UNIMONTES; <sup>6</sup>Psicóloga pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela UNIMONTES; <sup>7</sup>Docente das FIP-Moc

**Introdução:** Neoplasia pode ser entendida como uma lesão constituída por proliferação celular anormal, descontrolada e autônoma (FILHO, 2011). Segundo Robbins (1984), essa proliferação anormal do tecido foge parcial ou totalmente ao controle do organismo e tende à autonomia e à perpetuação, com efeitos agressivos sobre o hospedeiro, podendo causar a morte. **Objetivo:** Analisar a evolução da mortalidade por neoplasias malignas do lábio, cavidade oral e faringe no estado de Minas Gerais a fim de possibilitar a diminuição desses óbitos e direcionar os métodos de organização das futuras intervenções. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo e de corte transversal, cuja fonte foi o *Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS)*. As taxas de óbitos foram pesquisadas conforme a Lista de Tabulação CID-BR-10 do Grupo CID-10, do período de 2010 a 2015, por local de internação no Estado de Minas

Gerai. Para diminuir a instabilidade dos dados coletados, o Estado de Minas Gerais foi dividido em Norte; Sul; Leste; Oeste e Centro. O presente estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em virtude da caracterização aberta dos dados que impossibilita qualquer forma de identificação das pessoas envolvidas, conforme a Portaria 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados:** Foram registradas 4.492 mortes no período estudado. No triênio 2010 a 2012, observou-se crescimento do número de óbitos de 11,53%. Em seguida, em 2013, observou-se uma queda de aproximadamente 7,16%; e de 2013 a 2015, foi demonstrado uma elevação importante de aproximadamente 23,85%. Após calcular a média de cada região, ficou evidenciado que a região com maior número de mortes foi o Centro, com aproximadamente 266,5 por ano, seguido das Regiões Sul com 213,5; Oeste com 107,83; Norte com 101,5 e Leste com 57,6. **Conclusão:** Os resultados obtidos com este estudo expõem que ainda há um elevado número de óbitos por neoplasias malignas do lábio, cavidade oral e faringe no estado de Minas Gerais, visto que houve elevação significativa de 28,25% entre 2010 e 2015. Isso reforça a necessidade de promover alterações de promoção de saúde, diagnóstico precoce e tratamento eficaz, a fim de minimizar as taxas de mortalidade no estado e melhorar a qualidade de vida da população.

**Palavras-chave:** Mortalidade. Neoplasias bucais. Câncer da cavidade oral.

#### REFERÊNCIAS:

FILHO, G. B. Bogliolo. **Patologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ROBBINS, S. L.; COTRAN, R. S. **Patologia: Bases Patológicas das Doenças**. 8. ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

#### ANÁLISE DE ALTERAÇÕES NA LORDOSE LOMBAR EM ADOLESCENTES

SOUZA, Thaísa Mendes de<sup>1</sup>; COSTA, Gleisy Santos<sup>1</sup>; RODRIGUES, Ana Maria Ferreira<sup>1</sup>; SILVA, Eliane Pereira da<sup>1</sup>; FARIAS, Karen Félix da Silva<sup>1</sup>; SÁ, Erick dos Santos<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** Desvios de postura podem influenciar adversamente a eficiência muscular e predispor indivíduos a condições musculoesqueléticas patológicas como a lombalgia. Entre os fatores de risco para lombalgias, encontram-se a falta de condicionamento físico, a fraqueza muscular, a obesidade e a má postura, o permanecer sentado por um longo período, e cada vez mais frequente, o sedentarismo. **Objetivo:** Avaliar a curvatura lombar de adolescentes estudantes do ensino fundamental para análise de alteração da lordose lombar e desequilíbrios de mobilidade lombossacral que podem desencadear dores lombares. **Método:** Foram feitos testes para verificação da coluna lombar: teste com a régua flexível, inspeção estática da pelve no plano sagital, ângulo coxo-femoral também no plano sagital, e teste de Schober em 18 adolescentes com faixa etária de 13 a 14 anos, sendo 9 do sexo feminino e 9 do sexo masculino, alunos do 8º ano do ensino fundamental, como parte das práticas da disciplina de Cinesioterapia do curso de Fisioterapia. **Resultados:** Como resultado referente à mensuração da lordose lombar com régua flexível, 66,67% dos adolescentes de ambos os sexos apresentaram lordose fisiológica e 33,33% retificação lombar. Dentre os alunos que apresentaram retificação lombar 55,56% eram do sexo masculino e 11,11% do feminino. Os demais de ambos os sexos apresentaram lordose fisiológica (44,44% masculino e 88,88% feminino) e nenhum caso de hiperlordose foi encontrado. Para a inspeção da pelve no plano sagital, 66,67% tanto das meninas quanto dos meninos apresentaram inclinação posterior da pelve. Quanto ao ângulo coxo-femoral todos os adolescentes encontravam-se dentro da normalidade, com angulação variando entre 180º a 185º. O teste de Schober evidenciou mobilidade fisiológica em 83,33% dos adolescentes. Hiper mobilidade foi constatada em 11,11% dos adolescentes, um de cada sexo, e em apenas 5,56%, do sexo masculino, foi constatado hipomobilidade lombossacral. Nos 18 adolescentes foram encontrados 12 lordoses fisiológicas (66,67%), 6 retificações da lombar (33,33%), e nenhum caso de hiperlordose lombar. **Conclusão:** Conclui-se que menos da metade do grupo estudado apresentou dois dos três parâmetros para retificação, sendo um dado significativo, para isso deve ser trabalhado a musculatura envolto à região para evitar que os mesmos apresentem lombalgias futuras visto que esse padrão postural tende a sobrecarregar a coluna lombar devido a fraqueza dos músculos que a estabilizam, neste caso, músculos paravertebrais e flexores do quadril.

**Palavras-chave:** Alterações posturais. Coluna lombar. Adolescentes. Lombalgia.

**REFERÊNCIA:**

ROSÁRIO, J. L. R.; MARQUES, A.; MALUF, A. S.; Aspectos clínicos do alongamento: uma revisão de literatura. **Rev. Bras. Fisio.** v. 8, N. 1, 2004.

**ANÁLISE DE DIFERENCIAIS PARA PROTÓTIPOS FORMULA SAE**

ANJOS, Igor Higino Rocha<sup>1</sup>; MALVEIRA, Bruno Maia<sup>2</sup>; LACERDA, Frederico Melo<sup>2</sup>  
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** Diferenciais convencionais exercem a sua função adequadamente no dia-a-dia no trânsito, porém em situações mais extremas, como são as pistas de corrida, se tem a necessidade de utilizar diferenciais ou outros métodos para manter o máximo de desempenho. **Objetivo:** Analisar o melhor tipo de diferencial para protótipos Formula SAE. **Método:** Estudo teórico das obras de Milliken e Milliken (1995) e Smith (1978) e analisar as vantagens dos três principais modelos de utilizados no mercado. **Resultados:** Em sua obra, Smith (1978) explica que diferenciais simples em situação de uso comum nas ruas, são efetivos quanto a sua função de distribuir o torque o motor de forma diferente entre as rodas motoras, fazendo com que girem em velocidades diferentes, característica chave para o veículo manter o traçado durante uma curva. Porém, existem situações onde o diferencial simples possui mais desvantagens do que vantagens, por exemplo, em caso de gelo na pista ou qualquer outra anormalidade que resulte em perda de aderência em uma das rodas motoras, o diferencial transferirá mais torque para a roda que está deslizando, agravando a condição de deslizamento do pneu afetado. Esta condição ocorre constantemente em uma pista de corrida, pois durante uma curva, por conta da transferência de carga lateral do veículo, a roda motora situada na parte interna da curva sofre descarregamento do peso do veículo, ficando suscetível a perda de aderência com a pista, criando a necessidade da utilização de diferenciais de deslizamento limitado (LSD). **Conclusão:** Em um cenário de competição onde o desempenho máximo e controle do veículo são prioridade, o uso de diferenciais de deslizamento limitado é o mais recomendado. Existe a possibilidade da utilização da aerodinâmica do veículo como alternativa, pois a força gerada pelos aerofólios auxiliam o contato de todas as rodas com a pista.

**Palavras-chave:** Fórmula SAE. Formula FIP. Diferencial. Desempenho.

**REFERÊNCIAS:**

MILIKEN W. F., MILIKEN D. F. **Race Car Vehicle Dynamics**. Publicado pela Sociedade dos Engenheiros Automotivos (SAE), 1995. 879p.;

SMITH, C. **Tune to win**. Editora Aero Publishers, 1978. 169p.

**ANÁLISE DE GRANULOMETRIA DE FARINHAS DE MILHO FLOCADA A PARTIR DA ASSIMETRIA**

SILVA, Luciana da Costa<sup>1</sup>; ALVES, Josemara Fagundes<sup>2</sup>; ANDRADE, Isabelle Santos<sup>2</sup>; ANDRADE, Pedro Henrique Fonseca<sup>2</sup>; FERNANDES, João Paulo Silva<sup>2</sup>; SOARES, Vitor<sup>2</sup>.

1 Docente do IFNMG – *Campus* Montes Claros; 2 Discente do IFNMG – *Campus* Montes Claros

**Introdução:** A análise estatística da distribuição do tamanho das partículas, conhecida por análise granulométrica, pode ser feita utilizando o processo de peneiramento. Luz e Carvalho (2005) conceituam o peneiramento como o processo de separação de um material granular não coeso em duas ou mais diferentes classes de tamanho de partículas, mediante uma ou mais superfícies vazadas com aberturas de dimensões definidas. As partículas com diâmetro maior que o diâmetro da peneira são classificadas como grossos e as de diâmetro menor são classificadas como finos. O peneiramento pode ser utilizado para adequar um produto às especificações, como é o caso da farinha de flocos de milho, em que é desejável que o produto tenha uma maior quantidade de grossos, como dito em Almeida *et al.* (2017). **Objetivo:** Avaliar a proporção da quantidade de finos por quantidade de grossos através da medida da assimetria da curva da análise granulométrica. **Metodologia:** A assimetria da curva fornece o enriquecimento da população granulométrica em finos ou em grosseiros, que provocam desvios relativamente à curva normal. Os cálculos

de assimetria usados aqui são provenientes da equação descrita por Folk & Ward, em 1975, como citado em Dias (2004). Folk propõe os limites e designações para os valores da assimetria expressos na tabela. **Resultados:** Os dados de análise granulométrica usados são de Almeida *et. al.*, 2017, que analisou amostras de farinha de milho de cinco fabricantes diferentes, utilizando quatro peneiras, seguindo as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): #8 (2,38mm), #10 (2,00mm), #12 (1,70mm) e #30 (0,60mm). Com base nos valores da tabela 2, utilizados na equação 1, os valores de assimetria encontrados para as amostras 1, 2, 3, 4 e 5, foram, respectivamente, 1,000; 1,000; 1,000; 0,915 e 1,000. Dessa forma, segundo a classificação de Folk, a amostra 4 é a que apresenta menos assimetria no sentido dos finos. **Conclusão:** A maior quantidade de finos nas amostras analisadas pode ser devido à procedimentos incorretos de armazenamento e transporte do flocos de milho, que provocaram o degradamento dos mesmos. Dessa forma, a análise da assimetria pode ser o primeiro passo para diagnóstico de pontos de melhoria no processo de produção dos flocos de milho.

**Palavras-Chave:** Distribuição Granulométrica. Flocos de Milho. Controle de Qualidade.

#### REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, R. L. J.; SANTOS, N. C.; QUEIROGA, A. P. R.; FLORÊNCIO, I. M. **Análise de Granulometria e Umidade de Farinhas de Milho Flocada Comercializadas na Cidade de Campina Grande – Pb.** Revista Brasileira de Agrotecnologia, Brasil, 2017, V. 7, N. 2, Páginas 185 – 189.

DIAS, J. A. **A Análise Sedimentar e o Conhecimentos dos Sistemas Marinhos.** Uma Introdução à Oceanografia Geológica, Ed. Faro / Universidade do Algarve, Portugal, 2004, Páginas 28 – 42.

LUZ, J. A. M.; CARVALHO, S. C. **Modelamento matemático de peneiramento vibratório (Parte 1): dimensionamento clássico.** Rev. Esc. Minas vol.58 no.1 Ouro Preto Jan./Mar. 200

### ANÁLISE DE HARMÔNICOS SOBRE O FATOR DE POTÊNCIA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INDUSTRIAIS

ALMEIDA, Cleverton Oliveira<sup>1</sup>; DIAS, Reinaldo Xavier<sup>1</sup>; VERSIANI, Andréa Maria Oliveira<sup>2</sup>  
1 Discente do curso de Engenharia Elétrica das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** Fator de potência expressa o quanto de energia da fonte está sendo aproveitada pela carga, sendo o valor unitário ideal. Além das características reativas da carga, os harmônicos também podem influenciar o fator de potência. Desprezando-as no processo de determinação da correção do fator de potência pode representar instabilidade e falta de segurança para a operação do sistema. É importante considerar o fator de potência real e não o convencional quando se trabalha com cargas não lineares devido às influências dos harmônicos. **Objetivo:** Analisar os efeitos dos harmônicos sobre o fator de potência em instalações elétricas industriais. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, visando a análise dos harmônicos sobre o fator de potência. **Resultados:** Anteriormente as cargas lineares eram abundantes nas instalações industriais. As partidas de motores, tais como partidas diretas, estrela-triângulo e chave-compensadora, eram eletromecânicas. Com o avanço da utilização de componentes eletrônicos em larga escala, as cargas passaram a se comportar de forma não linear, ou seja, somente uma parcela de energia da fonte é transferida para a carga. Este comportamento das cargas intensificou o surgimento de distorções harmônicas, em que, a corrente varia de forma desproporcional em relação à tensão. As distorções harmônicas são derivadas da onda fundamental de 60 Hz. A utilização dos bancos de capacitores em sistemas elétricos para correção do baixo fator de potência favorece o aparecimento de distorções. A ocorrência de ressonâncias pode levar a queima dos bancos de capacitores por sobrecorrente e sobretensão, de maneira que a implementação de filtros harmônicos seria uma das alternativas de solução. **Conclusão:** Fica evidente a contribuição direta das distorções harmônicas no baixo fator de potência, e suas consequências para as indústrias. Afeta também a qualidade, aumenta as perdas de energia devido ao aquecimento excessivo de condutores; pode causar fadiga do material dielétrico do banco de capacitores, ocasionando queima. Fica também evidenciado a não eficácia da instalação convencional de capacitores na correção do fator de potência, podendo em muitos casos, ocorrer ressonância com a indutância e comprometer a correção do mesmo. O fator de potência é um importante indicador de qualidade da energia elétrica em uma instalação industrial. Além da relação de fase entre tensão e corrente, deve-se considerar também as distorções harmônicas.

**Palavras-chave:** Harmônico. Fator de Potência. Não-Linear.

## ANÁLISE DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS RURAIS

Autores: LIMA, Leonardo Nascimento<sup>1</sup>; LIMA, Michael Eduardo Bicalho<sup>1</sup>

Credenciais: Me. ANDRÉA M. O. VERSIANI<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes em Engenharia Elétrica, Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros <sup>2</sup> Mestre, Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros

**INTRODUÇÃO:** Para a eletricidade ser utilizada, são necessárias estruturas ou instalações elétricas para recebê-la, seguindo normas técnicas estabelecidas por entidades reguladoras, como as da concessionária local de distribuição de energia elétrica e normas mais abrangentes como a Norma Regulamentadora 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade, do ministério do trabalho e a Norma 31, Item 31.22 – Instalações Rurais. **OBJETIVO:** Analisar as instalações elétricas rurais, conferindo se estão seguindo as normas estabelecidas por entidades reguladoras. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada para o presente trabalho, consiste em pesquisa de campo e levantamento de dados para análise referente as instalações elétricas rurais. A pesquisa bibliográfica também foi adotada para o tratamento das informações adquiridas, consultando a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), a CEMIG e outras entidades reguladoras para comparar as características gerais das instalações elétricas analisadas em campo, com o esperado pelas normas técnicas das entidades reguladoras. **RESULTADOS:** Foram encontradas irregularidades nas instalações elétricas rurais que comprometem a segurança de seus usuários bem como a própria integridade da instalação. Não somente, foi detectado o uso incorreto de dispositivos de segurança, como os disjuntores, sendo aplicados como dispositivos de manobras elétricas e também foi encontrado cabeamentos energizados e danificados por curto circuito, além de estarem expostos. **CONCLUSÃO:** Apesar das normas técnicas estabelecidas por entidades reguladoras ditarem parâmetros a serem seguidos nas instalações elétricas rurais, na prática, existem diversas irregularidades que podem colocar em risco a integridade do usuário e da própria instalação.

**Palavras-chave:** Análise. Instalações elétricas e rurais. Engenharia. Normas

## ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ESTRUTURAS E ESTUDO DO CONCRETO

BARROSO, Ágata Cristien G.1; SOARES, Aline Santos1; BENVINDO, Caroline Leite1; VAZ, Thaynara.1; JEAN, Thaíssa.1; BECHELENI, Yasmim Soledade.1; QUEIROZ, Érica Karine R.2.

1Discente do curso de Engenharia Civil das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O vasto uso do concreto deve-se as suas diferentes propriedades, onde em seu estado fresco apresenta consistência e trabalhabilidade, sendo capaz de adequar-se aos mais diversos formatos. Em seu estado endurecido, apresenta resistência mecânica, resistência à ação da água, das intempéries e durabilidade. Para verificar a qualidade do concreto utilizado em uma estrutura existente, comumente são utilizados ensaios que envolvem a extração de testemunhos de concreto. Pelo fato deste método causar danos na estrutura, o mesmo só deve ser utilizado quando os ensaios não destrutivos não forem apropriados. **Objetivo:** Analisar as estruturas trabalhadas levando em conta a sua resistência e o seu rompimento, analisar a fluidez e a viscosidade do concreto do corpo de provas, explicar cada tipo de cimento e as matérias-primas do concreto. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e laboratorial. Os materiais usados serão uma fôrma de madeira com 15 cm de altura e 50 cm de largura, 4 vergalhões com 8 mm de diâmetro e 47 cm de comprimento, 4 estribos com 5 mm de diâmetro, para o concreto será utilizado o cimento CP 5. Em laboratório serão feitas duas vigas, uma com a ferragem montada e a outra apenas com o concreto. **Resultados:** Feitos os testes devidos aplicados nas duas vigas e corpos de provas, analisa-se a resistência dessas ao rompimento e deformação. **Conclusão:** A partir dos testes, pôde-se calcular as cargas suportadas por elas, assim, evitando sobrecargas e patologias nas vigas.

**Palavras-chave:** Cimento. Resistência. Viga

## ANÁLISE DO CONTO “DUELO” À LUZ DO DIREITO PENAL BRASILEIRO

SILVA, Débora<sup>1</sup>; NERES, Vicente de Paula<sup>2</sup>  
 1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O conto “*Duelo*” faz parte da obra “*Sagarana*” de João Guimarães Rosa, logo no início percebe-se que se trata de um conto marcado por ações intempestivas e pelo sentimento de vingança. **Objetivo:** Analisar o referido conto à luz do Direito Penal Brasileiro. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, como dados obtidos em artigos científicos e legislação pertinente. **Resultados:** A narrativa se passa no espaço sertanejo, época que o Poder Judiciário não era exercido de maneira significativa. A Justiça era realizada por outros meios, principalmente, pela autotutela, pois o homem usava da própria força para solucionar suas lides. Tal fato pode ser constatado na narrativa quando acontece os dois crimes de homicídio. O primeiro, cometido por Turíbrio Todo, ao executar Levindo Gomes, neste caso ocorre *aberratio personae*, pois houve erro quanto à pessoa ao atingir pessoa diversa da que pretendia, já que o objetivo era matar Cassiano Gomes, mas acaba matando seu irmão. Remetendo a Lei de Talião, que consiste na reciprocidade entre crime e pena, acontece o segundo homicídio quando Antônio mata Turíbrio, conforme prometera a Cassiano. **Conclusão:** Considerando o Estado como detentor do direito de punir, Antônio e Turíbrio, mesmo que este último tenha errado seu alvo, percorreram todas as fases do *inter criminis*, ou seja, ambos consumaram os crimes, ficando sujeitos a responderem penalmente, posto que agiram com consciência e vontade de matar. Turíbrio, pelo crime de homicídio simples (art. 121, caput, CP/1940) e Antônio, homicídio duplamente qualificado (art. 121, §2º, I e IV, CP/1940).

**Palavras-chave:** João Guimarães Rosa. Conto Duelo. Código Penal Brasileiro.

### REFERÊNCIA:

BRASIL. Código Penal, de 1940. In: Saraiva. **VadeMecum Saraiva**. 22. ed. atual. eampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

## ANÁLISE DOS SUICÍDIOS NO NORTE DE MINAS GERAIS EM 2017

MURTA, Inah Araújo de Almeida<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>  
 1Discente do curso de medicina das FIPMoc; 2Docente do curso de medicina das FIPMoc

**Introdução:** O suicídio é uma das causas de morte que mais cresce nos últimos anos. No Brasil, essa premissa também é verdadeira apesar de, ainda, possuir taxas inferiores à média mundial. O município de Montes Claros, situado no Norte de Minas Gerais, conta com um Posto Médico-Legal (PML) que recebe a demanda da maior parte da região norte mineira, sendo responsável pela grande maioria da contabilização dos suicídios incidentes nessa área geográfica. **Objetivo:** Realizar uma análise epidemiológica dos índices de suicídio registrados entre janeiro de 2017 e dezembro de 2017. **Metodologia:** Foi realizado um estudo de caráter transversal, quantitativo e descritivo que teve como base de coleta de dados relatórios de necropsia e declarações de óbito do período de janeiro a dezembro de 2017, colhidas no PML de Montes Claros, sendo um estudo aprovado pelo comitê de ética da instituição de ensino das Faculdades Integradas Pitágoras (FIPMOC). **Resultados e Discussão:** No ano de 2017, o suicídio foi a quarta causa de morte constatadas pelo PML de Montes Claros, ficando atrás apenas de mortes por acidentes de trânsito, homicídios e mortes de causa indeterminada. Apresentou número absoluto de 37 óbitos, sendo 32 (86,48%) do sexo masculino e 5 (13,51%) do sexo feminino. A faixa etária predominante foi entre 30 a 60 anos com pico entre 41 e 50 anos, faixa em que ocorreram 9 suicídios. Em relação ao instrumento que causou a morte, 27 (72,9%) foram por asfixia em decorrência de constrição externa do pescoço (enforcamento), 4 (10,81%) foi por objeto perfuro-contundente (projétil de arma de fogo), 2 (5,4%) em decorrência intoxicação exógena, 2 (5,4%) por causa indeterminada, 1 (2,7%) por elemento contundente e 1 (2,7%) por degolamento. Tendo em vista os resultados que foram evidenciados através dessa pesquisa observou-se que os dados obtidos condizem com dados nacionais em se tratando de faixa etária predominante, sexo e instrumento que levou ao óbito. **Conclusão:** a partir dos resultados dos estudos, conclui-se que apesar de, atualmente, debater-se tanto em relação ao suicídio em adultos jovens (menores de 25 anos), os índices de suicídios ainda encontram-se predominantemente elevados em adultos com idades mais expressivas por fatores desencadeantes ainda não tão bem elucidados.

**Palavras-chave:** Suicídio. Medicina Legal. Epidemiologia.

## ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS TRAUMAS DE ÓRBITA E GLOBO OCULAR EM MINAS GERAIS

NASCIMENTO, Rubens Henrique Ferreira<sup>1</sup>; PUJONI, Camilla Frascaroli<sup>2</sup>; ANDRADE, Karina Prince<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Discente do curso de medicina, Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros.

<sup>2</sup> Discente do curso de medicina, Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros.

<sup>3</sup> Docente do curso de Graduação em medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros.

**Introdução:** O trauma ocular é a causa mais importante de perda da visão unilateralmente e é responsável por ocasionar consequências socioeconômicas importantes, uma vez que a faixa etária com maior acometimento é a produtiva. No âmbito mundial, até 750.000 pessoas acometidas por trauma ocular necessitam de hospitalização, cerca de 1,6 milhões ficaram cegas por acidente ocular e 2,3 milhões desenvolveram baixa acuidade visual bilateral. As causas desses traumatismos são vastas e incluem quedas, agressões faciais genéricas e acidentes automotivos (FERREIRA *et al.*, 2016). **Objetivo:** Analisar os dados epidemiológicos dos traumas de órbita e globo ocular em Minas Gerais no período de 2008 a 2017. **Método:** Foi realizado um estudo de investigação de caráter descritivo, retrospectivo e de delineamento quantitativo. A população do estudo foi constituída por pacientes internados por traumatismo de olho e órbita ocular no estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2017. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://www.datasus.gov.br>). As variáveis estudadas foram: as sociodemográficas (faixa etária e etnia) e clínicas (número de internações, regime de atendimento). Por se tratar de um banco de dados de domínio público, não foi necessário submeter o trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** Nesse período foram hospitalizados 3099 pacientes devido traumatismo de olho e órbita ocular, sendo a região Central com a maior prevalência (62% das internações). No geral, houve aumento do número de internações com o passar dos anos, de modo que a menor frequência foi vista em 2008 (5%) e a maior em 2015 (15%). O baixo número de casos em faixas etárias extremas está diretamente relacionado às principais etiologias traumáticas, pois se trata de uma população com menor exposição aos fatores de risco. Além disso, o sexo mais acometido é o masculino, todavia, a incidência feminina vem aumentando devido realização de atividades que antes eram mais realizadas por homens. **Conclusão:** Como demonstrado nessa pesquisa houve grande variação em todos os dados epidemiológicos no que tange as diferentes regiões do Estado de Minas Gerais. Assim, entende-se que haja diferenças quanto as medidas preventivas e a abordagem desse trauma especificamente, bem como influência sociodemográfica, justificando a ampla diferença percebida. Dessa forma, infere-se a necessidade de desenvolver e programar políticas públicas voltadas à saúde da população como um todo, principalmente nas regiões mais acometidas, com o objetivo de evitar e minimizar possíveis fatores de risco para desencadeamento de traumas com tamanha repercussão socioeconômica e na saúde pública.

**Palavras-chave:** Traumatismo do Nervo Óptico. Diplopia. Traumatismos Oculares.

### REFERÊNCIA:

FERREIRA, F. Q. T. *et al.* Trauma ocular na Faculdade de Medicina de Botucatu. **Brasileira de**, v. 75, n. 3, p. 185, 2016.

## ANÁLISE TRANSVERSAL DOS CASOS DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM CLÍNICA ESCOLA PARTICULAR DE MONTES CLAROS – MG

FERREIRA, Bianca Andrade<sup>1</sup>; COSTA, David Silveira<sup>1</sup>; GUSMÃO, Kléria Nayara<sup>1</sup>; LUCENA, Lorena Maria Cruz<sup>1</sup>; COTRIM, Matheus Mendes<sup>1</sup>; PEREIRA, Virna Borém Vale<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Infecção do Trato Urinário (ITU) ocorre em todas as idades e sexos, sendo mais incidente no sexo feminino. A cistite é uma manifestação frequente, devido à proliferação de *Escherichia coli*, resultando em sintomas urinários e algicos. Além disso, fatores mecânicos e hormonais, predis põem sua ocorrência em gestantes. Já os fatores inflamatórios resultam em um imunocomprometimento nos pacientes portadores de Diabetes *Mellitus* levando-os a desenvolver o quadro. **Objetivo:** Elucidar estatísticas clínicas sobre a ITU a partir de uma metanálise de informações preexistentes na literatura e dados coletados em uma instituição privada. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, do tipo transversal,

com delineamento descritivo e abordagem retrospectiva. Os dados foram coletados no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP), clínica escola particular situada em Montes Claros – MG, a partir de prontuários eletrônicos entre o período de abril de 2017 a maio de 2018, com os termos ITU e CID 10 N39, envolvendo várias especialidades médicas. Como base teórica foram usados 8 artigos e 1 obra literária. **Resultados:** Obteve-se que no período coletado, de abril de 2017 ao mês de maio de 2018, foram atendidas 83 pessoas com diagnóstico de ITU, sendo 66 mulheres e 17 homens. As pacientes apresentaram idades entre 2 e 79 anos, com uma média de 37,29 anos. As especialidades mais frequentes foram a nefrologia, a ginecologia e a clínica médica, com 27, 15 e 13 casos, respectivamente. **Conclusão:** Conclui-se que a prevalência de casos é maior nos meses de maio, junho e novembro de 2017 e no mês de março de 2018, sobretudo em mulheres na menacme. Por ser uma patologia com sintomas de outras infecções em demais sistemas, cabe ao profissional ter o conhecimento a fim de diagnosticar e tratar, além de referenciar o paciente quando necessário.

**Palavras-chave:** Mulheres. Infecção. Sistema Urinário. Ginecologia. Nefrologia.

#### REFERÊNCIAS:

TAVARES, Verônica Barreto; MEDEIROS, Caroline Sanuzi. Infecção de trato urinário na gravidez: uma revisão de literatura. Cadernos de Graduação: periodicos.set.edu.br. **Ciências biológicas e da saúde**, Recife, v. 2, n. 3, p. 67-74, Julho 2016.

### ANEMIA FERROPRIVA NA INFÂNCIA E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR

BORGES, Joyce Queiroz<sup>1</sup>; SANTOS, Brenda Alves dos<sup>1</sup>; CANGUSSU, Lucas Gedeon Mendes Soares Dantas<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Luiza Carneiro Souza<sup>1</sup>; COSTA, Maria Alice Aires<sup>1</sup>; SANTOS, Rogério Manna Candido dos<sup>1</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>2</sup>.  
1.Discente das FIPMoc; 2.Docente das FIPMoc

**Introdução:** A deficiência de ferro é uma das deficiências de micronutrientes mais prevalentes, sendo um dos principais fatores para a anemia ferropriva, que é consequentemente a doença mais comum no mundo. Ela acomete crianças em fase de desenvolvimento – na idade entre 6 meses e 3 anos, sendo responsável por desenvolvimento mental e motor inadequados. **Objetivo:** Compreender a importância dos cuidados e boa alimentação na infância, como forma de prevenção da anemia ferropriva em crianças, assim como, entender as consequências psicomotoras dessa patologia. **Método:** O estudo baseia-se em uma revisão de literatura, de caráter descritivo e qualitativo, em que se realizou uma coleta de dados seletiva através de 27 bibliografias publicadas no período de 2001 a 2016, disponíveis em português, inglês e espanhol, gratuitamente e de acordo com o tema e as propostas do estudo. Elas foram acessadas no período compreendido entre março e maio de 2016, e se encontravam disponíveis nas seguintes bases de dados: PubMed, Scielo, Redalyc e Lilacs, além do Ministério da Saúde, Sociedade Brasileira de Pediatria e do livro Clínica Médica, volume 3: doenças hematológicas, oncologia, doenças renais. **Resultados:** A criança, de 6 meses a 2 anos, encontra-se em período de intenso crescimento e desenvolvimento, sendo o ferro mais requisitado nesse momento e muitas vezes não encontrado. Essa deficiência de ferro pode levar a formação inadequada da mielinização dos neurônios, alteração na regulação de neurotransmissores – consequentemente comprometimento cognitivo, comportamental e afetivo da criança. Além disso o ferro participa da formação de hemoglobina, quando ele é deficiente a produção dela torna-se baixa, o que acarreta baixa oxigenação do cérebro, sendo muito notado a apatia, dificuldade de aprendizado e rendimento escolar insatisfatório nas crianças com anemia ferropriva. Devido esse déficit no desenvolvimento intelectual essas crianças, comumente, apresentam baixo desempenho em testes de Q.I. e em escores de avaliação do desenvolvimento. **Conclusão:** Foram constatadas diversas repercussões negativas oriundas da carência de ferro na infância, como o retardo do desenvolvimento cognitivo com possíveis danos irreversíveis. Logo, viu-se como imprescindível a realização precoce do diagnóstico e do tratamento dessa afecção para que haja nos indivíduos um desenvolvimento saudável com ausência de sequelas cognitivas.

**Palavras-chave:** Deficiência de ferro. Anemia Ferropriva. Desenvolvimento psicomotor.

## ANOMALIAS CONGÊNITAS IDENTIFICADAS AO NASCIMENTO EM MINAS GERAIS NO ANO DE 2013-2016.

SILVA, Eliane Pereira da<sup>1</sup>; RODRIGUES, Ana Maria Ferreira <sup>1</sup>; COSTA, Gleisy Santos<sup>1</sup>; FARIAS, Karen Félix da Silva<sup>1</sup>; SOUZA, Thaísa Mendes de<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A definição para o termo Malformação Congênita (MC), segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) compreende qualquer defeito na constituição de algum órgão ou conjunto de órgãos que determine uma anomalia morfológica estrutural ou funcional, presente ao nascimento ou não, causado por fatores genéticos, ambientais ou mistos<sup>2</sup>. As anomalias congênicas são distúrbios de desenvolvimento de origem embrionária presentes ao nascimento, com alto índice de morbidade, e representam uma das principais causas de mortalidade infantil. A sua etiologia associa-se a fatores ambientais como físicos, químicos, biológicos ou genéticos. Cerca de 60% das anomalias congênicas possuem origem desconhecida. As anomalias congênicas genéticas contam com maior número de estudos, como as cromossomopatias, e as de etiologia ambiental, causadas por teratógenos, são as menos investigadas. Entre os fatores causais das anomalias congênicas, destacam-se agentes infecciosos, agentes ambientais, como radiação, fatores mecânicos e compostos químicos, assim como doenças maternas. Alguns fatores maternos como idade, estilo de vida, tipo de gestação e saúde materna, entre outros, têm sido pesquisados e relacionados à ocorrência de anomalias congênicas<sup>1</sup>. **Objetivo:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar os casos de nascidos vivos com má formação congênita no estado de Minas Gerais durante os anos de 2013-2016. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados disponibilizados pelos departamentos de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no endereço eletrônico: <http://tabnet.datasus.gov.br>. A população de estudo foi constituída pelos nascidos vivos em Minas Gerais nos anos de 2013 a 2016, um total de 1.047.590 nascimentos. **Resultados:** Foram notificados 1.047.590 nascidos vivos no estado de Minas Gerais no período, sendo 7.019 nascimentos apresentando algum tipo de anomalia congênita. Destes, 30,85% (2.275 casos) são malformações congênicas do tipo osteomusculares, em segundo 11,6% (818 casos) com deformações congênicas dos pés, 10,99% (772) outras malformações congênicas não definida e com 10,9% (771 casos) relacionadas com o sistema nervoso. **Conclusão:** Conclui-se que a malformação congênita do tipo osteomusculares apresentou alta prevalência em comparação com as outras malformações apresentadas na pesquisa.

**Palavras-Chave:** Anomalia Congênita. Malformação. Nascidos Vivos.

### REFERÊNCIAS:

COSME, Henrique Willian; LIMA, Laura Silva; BARBOSA, Lene Garcia. Prevalência de Anomalias Congênicas e Fatores Associados em Recém-nascidos do Município de São Paulo no Período de 2010 a 2014. *Rev. paul. pediatr.*, São Paulo, mar. 2017.

FONTOURA, Fabíola Chaves; CARDOSO, Maria Vera Lúcia Moreira Leitão; Associação das Malformações Congênicas com Variáveis Neonatais e Maternas em Unidades Neonatais Numa Cidade do Nordeste Brasileiro. *Florianópolis Oct./Dec.* 2014.

## ANOMALIAS CONGÊNITAS SEGUNDO O TIPO DA GESTAÇÃO

FARIAS, Karen Félix da Silva<sup>1</sup>; ANDRADE, Camila Caroline Ruas<sup>1</sup>; MELO, Thamires Costa de<sup>1</sup>; MOREIRA, Lucas Felipe dos Santos<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMOC; 2 Docente da FIPMOC

**Introdução:** Malformação Congênita (MC), segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), compreende qualquer defeito na constituição de algum órgão ou conjunto de órgãos que determine uma anomalia morfológica estrutural ou funcional, presente ao nascimento ou não, causado por fatores genéticos, ambientais ou mistos. Podem ser classificadas como isoladas ou associadas, físicas ou mentais, simples ou múltiplas e de maior ou menor importância clínica<sup>1</sup>. Cerca de 60% das anomalias congênicas possuem origem desconhecida. As anomalias congênicas genéticas contam com maior número de estudos, como as cromossomopatias, e as de etiologia ambiental, causadas por teratógenos, são as menos

investigadas. Entre os fatores causais das anomalias congênitas, destacam-se agentes infecciosos, agentes ambientais, como radiação, fatores mecânicos e compostos químicos, assim como doenças maternas. Alguns fatores maternos como idade, estilo de vida, tipo de gestação e saúde materna, entre outros, têm sido pesquisados e relacionados à ocorrência de anomalias congênitas<sup>2</sup>. **Objetivo:** Relacionar a duração e tipo da gravidez com os casos de anomalias congênitas. **Metodologia:** Estudo realizado por meio de pesquisa descritiva e exploratória com base no banco de dados do DATASUS relativo ao ano de 2012 a 2016 na cidade de Montes Claros- MG, havendo um total de 30.140 nascimentos entre os anos acima referidos. **Resultado:** A pesquisa evidenciou que em relação ao tipo de gravidez, dos 30.140 nascimentos analisados houveram, 174 casos de bebês nascidos com anomalia congênita em mulheres que tiveram gestação única; 3 casos em gestações do tipo dupla, e nenhum caso na gestação do tipo tripla ou mais; totalizando 177 bebês nascidos com malformação congênita. Enquanto 29.623 bebês não apresentaram deformação, e 340 avaliações foram tidas como ignoradas. **Conclusão:** Conclui-se que o número de anomalias congênitas foi pequeno, porém a maior prevalência aconteceu em gravidez do tipo única quando comparados com a do tipo dupla, tripla ou mais.

**Palavras-chave:** Anomalia congênita. Gestação. Malformação.

#### REFERÊNCIAS:

COSME, Henrique Willian; LIMA, Laura Silva Lima; BARBOSA; Lene Garcia. **Prevalência de Anomalias Congênitas e Fatores Associados em Recém-nascidos do Município de São Paulo no Período de 2010 a 2014.** São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.bce.unb.br/wp-content/uploads/2014/07/NBR-10520-e-6023.pdf> . Acesso em: 23 de Maio 2018.

FONTOURA, Fabíola Chaves; CARDOSO, Maria Vera Lúcia Moreira Leitão. **Associação da Malformações Congênitas com Variáveis Neonatais e Maternas em Unidades Neonatais numa Cidade do Nordeste Brasileiro.** Florianópolis, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt\\_0104-0707-tce-23-04-00907.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-00907.pdf) . Acesso em: 23 de Maio.2018.

#### APLICAÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS E GESTÃO PESSOAS NO DESENVOLVIMENTO DE UM VEÍCULO FÓRMULA SAE

DIAS, Gabriella<sup>1</sup>; NUNES, Gustavo<sup>1</sup>; PIMENTEL, Michéle S.<sup>2</sup>; NASCIMENTO FILHO, Pedro Cândido<sup>2</sup>  
1Discente das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

**Introdução:** O uso da Gestão de Projeto no desenvolvimento de veículos tem como objetivo detalhar as etapas do processo a partir de circuitos de informação, definindo custos, visando diminuir a quantidade de insumos para a construção do veículo e utilizando-se da Gestão de Pessoas. **Objetivo:** Aplicar as ferramentas de gestão para o desenvolvimento da equipe na construção do veículo para a Fórmula SAE, de forma que todos os membros trabalhem com eficiência, harmonia e produtividade. **Método:** Para a realização da gestão, foram utilizadas ferramentas como fluxograma, organograma funcional, ordem de serviço, 5w2h e gerenciamento visual. **Resultados:** Para que não ocorra nenhum problema gerencial dentro do grupo, foi estabelecida uma hierarquia com divisão de trabalho funcional, na qual a função é fixada para cada integrante, de forma que os colaboradores tenham suas tarefas bem estabelecidas. Assim, cada participante do projeto tem contato com conhecimentos mais específicos dentro de cada operação ou etapa do processo. Por meio do fluxograma, foi possível esclarecer a sequência de cada processo. A O.S. permitiu a melhor divulgação de informações entre todos da equipe sobre os serviços realizados, facilitando, dessa forma, a gestão da produção. Com o 5w2h, foi possível estratificar de maneira mais simples todos os passos referente ao projeto, tornando-o mais visível, eficiente, e economizando tempo e dinheiro. Pelo gerenciamento visual pôde-se apontar metas de cada processo, explicitando operações a serem realizadas, sequências de produção, e tarefas na ordem do dia. **Conclusão:** Concluiu-se que o gerenciamento de projeto pôde ser replicado com sucesso na situação em andamento, desde que dentro de uma estrutura organizada que lhe dê apoio logístico e financeiro. A implantação de uma cultura profissional administrativa, alinhada a uma gestão organizacional, proporcionou à equipe uma maior qualidade no processo de desenvolvimento do produto final, garantindo um melhor nível de competitividade.

**Palavras-chave:** Gestão de Projeto. Gestão de Pessoas. Fórmula SAE.

## APLICAÇÃO DO MÉTODO DOS ELEMENTOS FINITOS NA ANÁLISE ESTRUTURAL DE UMA PRENSA HIDRÁULICA

OLIVEIRA, Aparecida Daniela<sup>1</sup>; VELOSO, Douglas Emanuel Souza<sup>1</sup>; MALVEIRA, Eduardo Eugênio Cardoso<sup>1</sup>; HENRICH, Marcos Weuller Barbosa<sup>1</sup>; BARUFFI, Murilo Corradini<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Método de elementos finitos (MEF) é uma técnica numérica confiável para estudo de projetos de engenharia. A aplicação deste método consiste em discretizar o contínuo, que por sua vez se resume em dividir uma geometria complexa em muitas outras geometrias menores de menor complexidade. **Objetivo:** Analisar, a partir de um modelo estrutural, os levantamentos internos e externos de uma prensa hidráulica perante as condições impostas em *software* de simulação. **Metodologia:** O estudo decorreu-se no programa *SolidWorks*<sup>®</sup>, por meio do recurso SimulationXpress presente no mesmo, no qual a estrutura a ser analisada, após projetada, foi discretizada em pequenos elementos e então submetida a carregamentos em pontos específicos. **Resultados:** A partir dos dados retratados pelo *software*, atestou-se que a estrutura foi capaz de suportar os esforços aplicados, apresentando resultados satisfatórios nos testes de tensão, deslocamento e segurança. **Conclusão:** A observação do comportamento da estrutura perante os esforços aos quais a mesma foi submetida por meio dessa simulação foram de suma importância para certificar a viabilidade de construção do protótipo almejado. Ademais, no decorrer desse estudo foi possível ampliar a compreensão a respeito do método de elementos finitos além de aprimorar a capacidade de utilização das ferramentas supracitadas.

**Palavras-chave:** Elementos Finitos. Prensa Hidráulica. Análise Estrutural.

## APLICATIVO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

<sup>1</sup>MONTEIRO, Camila Macedo. <sup>1</sup>RICARDO, Debora Santos. <sup>1</sup>MEDEIROS, Larissa Ramos. <sup>1</sup>RIBEIRO, Lucas Guimarães. <sup>1</sup>COUTINHO, Marcella Vitoria Fagundes. <sup>2</sup>PINHEIRO, C. E. F.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Fácil, prático e útil. Essas foram as bases de criação do aplicativo de consultoria de gestão comercial. Através de uma análise geral das micro e pequenas empresas o app oferece um suporte para essas iniciativas quando se fala em melhoria de gestão. Através da publicação de conteúdos de fácil entendimento e desenvolvimento, dicas de gestão financeira e administrativa bem elaboradas, planilha de precificação de fácil acesso. Tudo pensado para a oferecer comodidade e praticidade aos usuários do aplicativo. **Objetivo:** O aplicativo foi pensando especialmente para micro e pequenos empresários que muitas vezes tem a falsa percepção de que o conhecimento a respeito do mercado em que atua se restringe ao serviço oferecido em si, e precisam de auxílio na área de gestão organizacional, seja através de dicas cotidianas e/ou assessoria personalizada no modelo específico de negócio. Dada a importância das MPE para a economia nacional, e a taxa de mortalidade com base na insuficiência de gestão administrativa e financeira que chega a 80% antes do primeiro ano de atuação no mercado. Seguindo a tendência global, com uma população cada vez mais conectada espera-se que a ferramenta possa sanar grandes entraves para o desenvolvimento das MPE, com soluções simples e sempre ao alcance das mãos. **Método:** A criação deste aplicativo contou com a coleta de dados através de questionários respondidos por gestores de pequenas empresas de ramo alimentício ao redor da Faculdade Pitágoras. Com a orientação dos professores e acadêmicos de administração. **Resultados:** Como produto ofertado, o aplicativo leva praticidade no auxílio da gestão organizacional como um todo para os pequenos e microempresários. Englobando todas as questões da área de gestão, leva ao usuário informações essenciais para um bom modelo de gestão, com informações que vão desde a gestão de pessoas à um guia de precificação onde o usuário pode mensurar sua margem de lucro por produto, realizar o controle de estoque, entrada e saída de mercadorias. Tudo isso sem compartilhar informações do seu modelo de negócio. O download é gratuito e o aplicativo é simples e completo, existe ainda ao usuário a opção de assessoria personalizada baseada no modelo de negócio específico. **Conclusão:** Com praticidade, eficiência e sem custo, iremos, através do aplicativo apresentar informações essenciais sobre gestão administrativa e financeira voltada para este tipo de entidades (MPE), a importância do planejamento estratégico, diagnósticos organizacionais, análise de processos, desenvolvimento de trabalhos a fim de propor alternativas e soluções. A consultoria virtual é a nova forma encontrada por empresas para se destacar frente os serviços ditos convencionais. Exploramos um mercado considerado promissor, pois seu canal realizador de negócio, a internet, está em franco crescimento e

expansão e conquista a cada dia uma parcela mais significativa de público. A consultoria virtual realiza todos os serviços de uma empresa presencial, com um diferencial, pode te atender a qualquer hora em qualquer lugar, além de disponibilizar as informações de forma constante e atualizada.

**Palavras-chave:** Gestão Organizacional. MPE. Aplicativo.

### **APROVEITAMENTO DA ÁGUA DE BEBEDOUROS PARA O USO EM DESCARGAS E JARDINAGEM**

RODRIGUES, Fellype; SANTOS, Lucas Gabriel; RODRIGUES, Matheus dos Reis; COSTA, Neijakson; FLORENTINO, Samuel.  
Discentes das FIPMoc

**Introdução:** A água é um recurso natural limitado e imprescindível à vida; questões sobre a conservação e preservação dos recursos hídricos tem sido o foco de estudos por órgãos conservacionistas que buscam alternativas para uma melhor utilização dos recursos naturais. Mas a maioria dos seres humanos ainda tem insistido em fazer uso da água de forma desenfreada, muitas vezes nem a usam, apenas desperdiçam. Estudos comprovam que se houver continuação ou crescimento do desperdício chegaremos a uma situação insustentável em um futuro próximo, onde haverá escassez de água em todo o mundo. No entanto, têm sido desenvolvidas diversas maneiras de reciclar e reutilizar água, e que precisam ser amplamente difundidas e implantadas o mais rápido possível em tudo e por todos, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. **Objetivo:** O objetivo dessa pesquisa foi encontrar uma forma de reutilizar água que é desperdiçada dos bebedouros das Faculdades Integradas Pitágoras, fazendo a filtragem necessária para que seja reaproveitada nas descargas dos banheiros da instituição e em outras atividades simples, como jardinagem, com o propósito de evitar ao máximo o desperdício de água portátil. **Método:** Este projeto foi desenvolvido nas dependências da faculdade, onde os dados foram coletados por meio de pesquisas bibliográficas em livros, revistas especializadas no tema, dados coletados por pesquisas de campo e auxílio dos professores quanto a tema dentro das suas disciplinas que ajudariam no projeto. A partir desses dados, foram buscadas as soluções mais adequadas para o problema. **Resultados:** Identificou-se um enorme desperdício de água nos bebedouros da faculdade, e, em vista disso, foi calculada a vazão de água desperdiçada com um hidrômetro, utilizando a média de pessoas que usam os bebedouros no intervalo de uma hora. Com isso, chegou-se a uma solução mais viável para o problema. **Conclusão:** Sabe-se que em 2017, a população de Montes Claros enfrentou sérios problemas com a falta de água. Analisando tais questões resolveu-se ter uma atitude sustentável para evitar que as próximas gerações sofram com o mesmo problema. Levando isso em conta, teve-se a iniciativa de desenvolver um projeto que permita fazer a reutilização da mesma, na instituição de ensino superior em análise.

**Palavras-chave:** água, desperdício, filtro, bebedouro.

### **APTIDÃO FÍSICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR**

FERREIRA, Marina<sup>1</sup>; MELO, Thamiros costa de<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMOC; 2 Docente da FIPMOC

**Introdução:** A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano marcado por um período de grandes mudanças biopsicossociais, ou seja, durante o processo de desenvolvimento ocorre uma série de mudanças físicas, mecânicas e psicossomáticas. Aptidão física é a capacidade do indivíduo de realizar atividades físicas com vigor e disposição. A aptidão física está relacionada ao desempenho atlético levando em consideração a especificidade de cada modalidade desempenhada. **Objetivo:** Verificar os componentes da aptidão física voltados para a saúde e as modalidades esportivas individuais e coletivas em crianças e adolescentes em ambiente escolar. **Método:** O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica com base em artigos científicos do ano de 2016 á 2018, e em principais bancos de dados Scielo, Pubmed e Lilaci. **Resultados:** Foi realizado um estudo na cidade de Londrina-Paraná em que participaram do estudo 401 crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 8 e 16 anos, todos praticantes de esportes individuais e coletivos a pelo menos um ano. Os testes utilizados para avaliação da aptidão física foram: flexibilidade, força de resistência abdominal, força de membros superiores e inferiores e resistência aeróbia. Nesse presente estudo obteve um total de 58,5% foram representados pelos meninos e 41,5% pelas meninas. Do total da amostra (401 crianças e adolescentes) 34,9% praticavam esportes individuais e 65,1%

esportes coletivos. Houve diferença significativa entre os sexos para flexibilidade, força de membros superiores e inferiores e resistência aeróbia. Os meninos mesmo apontando média de idade inferior às meninas, obteve superioridade em quase todas as variáveis, com exceção apenas na flexibilidade. Os esportes individuais mostraram valores médios superiores em flexibilidade, força de resistência abdominal e resistência aeróbia, já os esportes coletivos obtiveram maiores médias nas demais variáveis. **Conclusão:** Conclui-se que a prática de esportes tanto individuais quanto coletivos são eficazes para uma melhor qualidade de vida de crianças e adolescentes, tendo em mente que a escola, não é o único lugar onde as crianças adquirem prática da cultura corporal, é indispensável as atividades realizadas fora do contexto escolar sendo exercícios individuais ou coletivos.

**Palavras-chave:** Aptidão física. Adolescente. Crianças.

### ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ARQUITETURA E URBANISMO

SANTOS, Bianca Ramos dos; OLIVEIRA, Júlia Lobo; LIMA, Rayane Cristine Carlos; RODRIGUES, Pedro Henrique Maia; DURÃES, Thalyta Freitas; CARVALHO, Wellison Pereira de <sup>1</sup> NOGUEIRA, Christiana; QUEIROZ, Érica K. R. <sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; <sup>2</sup>Docentes das FIPMoc

**Introdução:** a arquitetura oferece ao profissional diversas atribuições e une a criatividade com a funcionalidade, representando o espaço onde relações sociais acontecem. **Objetivo:** explicar a relação entre as possíveis áreas de atuação da Arquitetura e Urbanismo e analisar como as disciplinas da matriz curricular do curso influenciam neste âmbito. **Método:** pesquisa bibliográfica e um estudo de campo, através de fontes atuais publicadas sobre o assunto e questionários aplicados à arquitetos, possibilitando a elaboração de argumentos que confirmam ou refutam as hipóteses levantadas. Como abordagem metodológica, este estudo constitui-se de uma pesquisa qualitativa, pois interpreta os dados de diversas fontes. **Resultado:** a área da Arquitetura e Urbanismo é um campo bastante diversificado, sendo assim, oferece um leque de opções para atuação. No que se refere à influência das disciplinas nestas áreas, conclui-se que o campo de exatas auxilia na análise estrutural de uma edificação e o desenho e a geometria promovem uma maior visualização de formas e conceitos propostos pelos profissionais. **Conclusão:** pode-se afirmar que todas as disciplinas promovem uma inter-relação com as áreas de atuação, o que proporciona uma simbiose entre a vida cotidiana e a arquitetura no meio social, estabelecendo uma significância quanto à transmissão de sensações e à necessidade do arquiteto de atender a uma função e um uso social. Dessa forma, o arquiteto/discente pode aliar os conhecimentos que foram obtidos na sala de aula e aplicá-los em ações práticas.

**Palavras-chave:** Pesquisa. Atuação. Disciplinas. Conhecimentos.

### ÁREAS DE ATUAÇÃO DE UM ARQUITETO E URBANISTA

SANABRIA<sup>1</sup>, André Marcelo; RIBEIRO<sup>1</sup>, Ester Fonseca; PEREIRA<sup>1</sup>, Marcos Henrique Ramos; PIRES<sup>1</sup>, Maria Fernanda Castro; LOPES<sup>1</sup>, Thayná Costa; QUEIROZ<sup>2</sup>, Erica; NOGUEIRA<sup>2</sup>, Christiana.  
<sup>1</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMOC. <sup>2</sup> Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMOC.

**Introdução:** Essa pesquisa discute as possíveis áreas de atuação do arquiteto e urbanista, e a relevância das disciplinas iniciais de formação do ofício tratado. **Objetivo:** Analisar as áreas de atuação do arquiteto com foco específico para a comunicação visual, sendo esta uma de suas atribuições deste profissional. **Método:** Trata-se de um estudo bibliográfico, contendo abordagem qualitativa e pesquisa de campo, feita através de entrevistas com arquitetos. **Resultados:** Ao fazer a análise das revisões bibliográficas nota-se a relevância de cada disciplina na arquitetura. Definiu-se o conceito de arquitetura, sua importância na vida social, cenário do mercado de trabalho em Montes Claros, como ao conceito influencia na forma arquitetônica e vice-versa, a aplicação prática do cálculo e da geometria descritiva, além da análise da importância da representação gráfica tanto manual quanto digital. Através das entrevistas pode-se também concluir que, como há uma aglomeração de arquitetos em uma só área de atuação, possivelmente o mercado de trabalho esteja prejudicado. **Conclusão:** É importante que o discente se forme entendendo completamente quais são suas possíveis áreas de atuação e o objetivo pelo qual se estuda cada disciplina. Toma-se conhecimento a respeito das onze áreas de atuação de um arquiteto e urbanista perante a legislação do CAU (Conselho de arquitetura e urbanismo), situado na LEI N° 12.378.

**Palavras-chave:** Áreas de Atuação. Arquiteto e Urbanista. Comunicação Visual

### ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO

BERTOLINO, Ana Cecília<sup>1</sup>; ATHAYDE, Anne Karollyne Santos<sup>1</sup>; ALVES, Bruna Emanuely<sup>1</sup>; CORDEIRO, Ester Santos<sup>1</sup>; BARBOSA, Evely Gabrielly<sup>1</sup>; LOPES, Laren Rafaela<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica<sup>2</sup>.  
NOGUEIRA, Christiana<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo Fipmoc. <sup>2</sup>Docentes Fipmoc

**Introdução:** A arquitetura, inevitavelmente, faz parte do cotidiano das pessoas, além de ser uma forma de expressão cultural perpassada de conteúdo histórico, agregando valores morais, e diversas sensações no meio em que se encontra. **Objetivo:** Analisar as áreas de atuação do arquiteto e urbanista estabelecidos pela Lei nº 12.378/2010. **Método:** Para tanto, utilizou-se diversas fontes bibliográficas, eletrônicas e impressas, que evidenciaram a relação existente entre as disciplinas do curso de arquitetura e a prática no mercado de trabalho, abordando desde a busca pela definição de arquitetura e a importância do desenho como tradução dos pensamentos criativos do arquiteto, até às operações matemáticas e físicas que consolidam e possibilitam tornar esses projetos reais. **Resultado:** É possível afirmar que o arquiteto, em suas onze possibilidades de atuação, utiliza dessa amplitude para usufruir da multidisciplinaridade e destacar-se. **Conclusão:** Assinala-se que a relação entre as disciplinas do curso e a prática no mercado de trabalho que o arquiteto irá adentrar-se em seus respectivos campos de atuação, deve optar por especializar-se em áreas pouco exploradas, ou ainda, usar a sua criatividade para destacar-se em relação aos demais profissionais das áreas mais concorridas como arquitetura de interiores, urbanismo, concepção e execução de projetos e, assim, ser empreendedor em cenários de crise econômica brasileira.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Atuação. Mercado.

### ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

MAIA, Gleicy Kelly O.<sup>1</sup>; COELHO, Clara Vieira<sup>1</sup>; MEDEIROS, Karen Roberta de O<sup>1</sup>; REIS, Lucas Oliveira<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica<sup>2</sup>; NOGUEIRA, Christiane<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da FipMoc, <sup>2</sup>Docentes da FipMoc.

**Introdução:** O presente projeto de pesquisa visa analisar as áreas de atuação do arquiteto e urbanista, e a relevância de algumas disciplinas na grade curricular do curso. **Objetivo:** Analisar as diversas áreas de atuação do arquiteto e urbanista, com foco na área de Arquitetura de Interiores. Além da importância de algumas disciplinas da grade curricular do curso, como por exemplo: o desenho artístico, a geometria descritiva e o cálculo. **Método:** Foi realizado estudo bibliográfico, de campo, através de entrevistas com enquetes. A abordagem dos dados foi qualitativa. Para o embasamento teórico se utilizou de livros e artigos de diversos autores, como Colin (2000), Lemos (1994) e Niemeyer (2005). **Resultado:** A pesquisa comprovou a amplitude do mercado de trabalho disponível para o arquiteto e urbanista, tendo em vista as onze áreas de atuação: Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura de Interiores, Arquitetura Paisagística, Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, Planejamento Urbano e Regional, Topografia, Tecnologia e Resistência de Materiais, Sistemas Construtivos e Estruturais, Instalações de Equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo, Conforto Ambiental, Meio ambiente. **Conclusão:** Foi possível concluir que, no mercado de trabalho da cidade de Montes Claros, a arquitetura de interiores se encontra saturada. Logo, para que o arquiteto seja bem-sucedido, é imprescindível que ele procure formas de se destacar na área ou busque outra área de atuação.

**Palavras-chave:** Áreas de atuação. Arquitetura e urbanismo. Interiores.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

COIMBRA, Lucas Ferreira<sup>1</sup>; PINHEIRO, Júlia Victória Souza<sup>1</sup>; VILASBOAS, Victória Gabriella Alves de Azevedo Cardoso<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Luana Jéssica Sousa<sup>1</sup>; BUIST, Larissa Pedrollo<sup>1</sup>; EVANGELISTA, Maria Fernanda Figueiredo<sup>1</sup>; MENDES, Nathália Carolyne Souza<sup>1</sup>; NASCIMENTO, Paulo César Santos<sup>1</sup>; NOGUEIRA, Christiana<sup>2</sup>; QUEIROZ, Érica K. R.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** A arquitetura é uma arte presente em todos os lugares e influencia diretamente a humanidade de várias maneiras. E as vastas áreas de atuação do profissional formado contribuem para este processo. **Objetivo:** Explicar as possíveis áreas de atuação do arquiteto e urbanista, com enfoque na área de patrimônio histórico cultural e artístico, ressaltando também, valor social que a arquitetura tem na vida das pessoas. **Método:** Esse estudo integrou-se de pesquisa qualitativa, dos tipos revisão bibliográfica e pesquisa de campo para a coleta de dados. Utilizou-se de fontes fundamentadas em livros disponíveis na biblioteca Guglielmo Turano/FIPMOC, publicações eletrônicas e entrevista indireta. **Resultados:** De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o profissional tem a possibilidade atuar em onze áreas, contudo, ainda existem esferas não listadas pelo CAU em que o arquiteto pode exercer a profissão. No ramo de patrimônio histórico cultural e artístico nota-se o poder, a influência e o valor que a arquitetura tem no meio social, e estes pontos, quando ignorados, podem contribuir, até mesmo, para o início de uma conflagração. **Conclusão:** Compreendeu-se que o arquiteto pode atuar em várias áreas e com os crescentes avanços tecnológicos há caminhos ainda mais amplos a serem seguidos. Entendeu-se também que a arquitetura pode ser a causadora de conflitos ou um modo de desenvolver uma sociedade, como é o caso indagado pela arquiteta e PhD Marwa Al-Sabouni, que baseia-se no sentimento de pertencimento e na identidade que se tem com o seu local de moradia, estes fatores que estão amplamente ligados à área de patrimônio histórico e cultural.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Áreas de atuação. Patrimônio Histórico Cultural e Artístico.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

CAETANO, Bruna Maria<sup>1</sup>; COLEN, Luca<sup>1</sup>; ROCHA, Rayssa Damaris<sup>1</sup>; SAMPAIO, Brenda<sup>1</sup>; SOUZA, Gabriella<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica<sup>2</sup>; NOGUEIRA, Christiana<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo <sup>2</sup> Docentes das FipMoc

**Introdução:** Essa pesquisa aborda a relação da matriz curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo e sua aplicação na prática. **Objetivo:** Objetiva-se nessa investigação compreender quais as áreas de atuação do arquiteto considerando a função de cada uma destas, sua importância e o contexto social e histórico. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. **Resultados:** Observa-se que o meio criativo é de supra importância para o processo de criação assim como o desenho artístico e técnico, que ainda que atualmente se encontre um pouco desvalorizado, possui grande valor na profissão. A forma na arquitetura também é uma ferramenta indispensável na elaboração de qualquer projeto arquitetônico e se relaciona diretamente ao processo de elaboração de projetos. Ainda se ressalta que são de grande importância as disciplinas referentes às áreas da arquitetura que tratam das ciências exatas e humanas, já que a junção de todas estas partes compõe o todo da arquitetura e urbanismo, profissão extremamente abrangente. **Conclusão:** A partir disso, concluiu-se então que nenhuma ferramenta de aprendizado ou de trabalho disponíveis ao arquiteto se torna inviável ou desnecessária perante o imenso leque de possibilidades e consequentemente desafios que a profissão de arquitetura e urbanismo possibilitam, já que ao abranger diversas áreas como: arquitetura de interiores, paisagismo, urbanismo, patrimônio histórico e cultural, meio ambiente, conforto ambiental, sistemas construtivos, instalações, tecnologia e resistência dos materiais, planejamento urbano e regional e topografia, requer, além do conhecimento acerca das disciplinas ministradas no curso, imensa responsabilidade por parte dos arquitetos, pois a arquitetura lida, principalmente com o bem-estar social e a interação das pessoas com o espaço.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Influência. Forma. Desenho. Atuação.

## ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 54: REFLEXÕES EM TORNO DO ABORTO DO FETO ANENCEFÁLICO

MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>1</sup>; PEREIRA, Nathália Pádua<sup>2</sup>; TEIXEIRA, Luis Gustavo Soares Neves<sup>3</sup>; CAIXETA, Walker Leonardo Martins<sup>4</sup>

1, 2, 3 Discentes FIPMoc; 4 Docente da Liga Acadêmica de Medicina Legal (LADMEL)

**Introdução:** O aborto pode ser espontâneo ou provocado, sendo este último vedado pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, contudo, permite-se o aborto necessário, no qual a vida da gestante encontra-se em perigo, e mediante o procedimento é possível salvá-la; assim como o aborto de gravidez derivada de estupro, o qual também é autorizado. Entretanto, quanto ao aborto do feto anencefálico, o Código Penal Brasileiro se abstém, o que resultou na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54 que reivindicou a sua legalização, atingindo, em 2012, seu objetivo. **Objetivo:** Analisar o aborto do feto anencefálico a partir das teorias acerca do início da vida. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, tendo sido coletadas informações em artigos científicos, doutrinas e legislação. **Resultados:** A anencefalia refere-se a problemas que podem ocorrer durante a fusão das pregas neurais que culmina na sobrevida quase nula do feto. Esse foi um dos argumentos a favor da interrupção da vida do feto anencefálico proferidos durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal, a partir do qual tornou-se possível o procedimento em tela. Todavia, ainda observa-se a discussão relativa aos direitos desse feto visto que o debate acerca do início da vida ainda encontra-se presente. A corrente contrária defende o direito à vida com base nas teorias genética e concepcionista, pois estas afirmam que a vida apresenta-se desde a concepção. Por outro lado, há a corrente favorável, pois coaduna com as teorias ecológica e natalista, uma vez que, para elas, a vida é observada somente a partir do nascimento, dispondo o nascituro de expectativa de direitos; não havendo essa expectativa, como o caso em tela, não haveria que se falar em direito à vida. Assim também profere a teoria neurológica, para a qual a vida inicia-se com a atividade cerebral, aspecto que falta ao feto anencefálico e impossibilita a sua expectativa de vida. Logo, nestes casos, o direito à integridade física e psicológica, bem como a dignidade da mulher também deveriam prevalecer, assim como nos casos já previstos em Lei. **Conclusão:** O aborto do feto anencefálico passou a ser permitido em 2012 a partir do julgamento da ADPF nº 54, porém ainda observa-se a discussão relativa aos direitos deste nascituro em detrimento dos direitos da mulher, devido, principalmente, à discussão acerca do início da vida que ainda encontra-se presente tanto na seara biológica quanto no campo das ciências sociais.

**Palavras-chave:** Aborto Eugênico. Anencefalia. Aborto Legal. Direito de não nascer.

## ARQUITETURA DE INTERIORES E ETAPAS: TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO

ABADE, Camilla Rodrigues<sup>1</sup>; SANTOS, Elza Maria Bastista<sup>2</sup>; OLIVA, Kaio Yago Santos de<sup>3</sup>; SANTOS, Lucas Ferreira<sup>4</sup>; LEANDRO, Natália Oliveira<sup>5</sup>; BICALHO, Elisa Pereira Santana<sup>6</sup>

1, 2, 3, 4, 5 Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMOC; <sup>6</sup> Docente das FIPMOC

**Introdução:** De acordo com Ferreira, desenho é a “arte e a técnica de representar, com lápis, pincel, etc., um tema real ou imaginário, expressando a forma” (FERREIRA, ANO, p.). Ainda nesse sentido, em conformidade com Barthes (1991, p. 228 *apud* BALTAZAR, 2012) o vocábulo representação compreenderia dois significados: “Representação designa uma cópia, uma ilusão, uma figura análoga, um produto-semelhança; mas no sentido etimológico, representação é meramente o retorno do que já foi apresentado”. Dessa forma, representação pode ser lida, em sua concepção mista, como da apresentação do objeto através de outro meio e não meramente como uma reapresentação deste. À vista disso, os desenhos em arquitetura podem ser classificados como de sua reprodução, assim como a fotografia, o vídeo. Dessa forma, “tudo que guarde uma relação de aparência com o objeto, mas que não faça ver o objeto enquanto fenômeno, senão representação do fenômeno” (HEIDEGGER, 1990 *apud* BALTAZAR, 2012). Logo, para Ortega (2013), toda forma de desenho utiliza códigos gráficos específicos. Na arquitetura, especificadamente no projeto de interiores, o objetivo fundamental desses códigos é a capacidade de representar o espaço, como também, facilitar a sua interpretação nas diferentes etapas que o compõe, uma vez que sem as técnicas de representação não seria possível traduzir a concepção arquitetônica em algo concreto e assim transmiti-la para outrem. **Objetivo:** Analisar as diferentes técnicas de representação de projetos de arquitetura de interiores. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa, com abordagem qualitativa que utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Verificou-se as características dos meios de representação de espaços internos, sendo estes: Planta baixa, uma vista superior, bidimensional (2D), de uma altura aproximada de 150 cm do piso, estando paralela a esse; Corte,

representação bidimensional (2D) que apresenta as alturas de peitoris de janelas, forros, balcões, portas, etc.; Vista, apresenta o mesmo tipo de representação do corte, entretanto não possui nenhuma espessura de parede, piso ou teto; Perspectiva, representação tridimensional (3D) de um objeto, nela são vistos as suas 3 dimensões, profundidade, largura (comprimento) e altura. Assim como, os meios possíveis para a sua execução, como a utilização de softwares tipo CAD (*Computer-Aided Design*), BIM (*Building Information Modeling*), tal qual programas de modelagem 3D e rascunho manual. **Conclusão:** Conclui-se que para as diferentes etapas, como também, os diversos destinatários de um projeto, há uma técnica adequada para a sua apresentação, bem como, para o que se quer representar.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Interiores. Representação.

#### REFERÊNCIAS:

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

BALTAZAR, A. P. Além da Representação: Possibilidades das Novas Mídias na Arquitetura. **V!rus**, São Carlos, n. 8, p.1-4, Dezembro 2012. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus08/?sec=4&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ORTEGA, A. R. **O Desenho:** Possibilidades e impossibilidades do diálogo entre professor e aluno no processo de alfabetização do projeto arquitetônico: o caso da UFPR. 2013. 411 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/d2013/d2013\\_Artur Renato Ortega.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/d2013/d2013_Artur%20Renato%20Ortega.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2018.

### ARQUITETURA E URBANISMO DENTRE OS AGENTES DE INTERVENÇÃO NA SAÚDE URBANA DA REGIÃO DO CÓRREGO DAS MELANCIAS EM MONTES CLAROS-MG

CAVALCANTI, Maria Peixoto; PEREIRA, André Luís Rodrigues; RAMOS, Karla de Moraes; RODRIGUES, George Teixeira; SANTANA, Felipe; SOUSA, Alex Junio<sup>1</sup>; BICALHO, Elisa Santana<sup>2</sup>.  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** Estudos de Saúde Urbana tem, dentre seus objetivos, desenvolver formas naturais e funcionais, visando diminuir os impactos gerados pela mesma em prol de toda população. A arquitetura e planejamento do desenvolvimento das cidades também influenciam na saúde pública, conseguindo resolver possíveis transtornos gerados por falhas na gestão. Nesse sentido, são comuns doenças relacionadas à falta de infraestrutura do lugar, que podem ser evitadas a partir de soluções e necessidades básicas da sociedade, uma vez em estas áreas costumeiramente são periferias e não recebem tanta atenção e investimento quanto as áreas nobres. **Objetivo:** A pesquisa teve como objetivo geral a análise da viabilidade de uma intervenção na região do Córrego das Melancias em Montes Claros-MG, com o intuito de contribuir para a sua requalificação e desenvolvimento saudável. **Método:** O estudo utilizou como instrumento a pesquisa de campo realizada nos bairros Carmelo, Monte Carmelo, Santa Lúcia e Esplanada, localizados na região norte de Montes Claros, utilizou também da pesquisa bibliográfica, feita com fontes impressas e eletrônicas disponibilizadas pelos professores do curso e pesquisadas pelos alunos, além da pesquisa documental que explora das normas e regras para a elaboração do relatório final do projeto. **Resultado:** A partir dos estudos realizados sobre a saúde urbana em relação a área de intervenção, foi possível a elaboração do projeto de um parque urbano que se estende às margens do Córrego das Melancias, a partir da Lagoa Curuay, ao norte da cidade de Montes Claros. Projeto esse que conta com técnicas sustentáveis, manutenção de espécies nativas do Cerrado, ações que visam garantir a absorção das águas pluviais, e desenvolvimento de uma clínica de especialidades médicas de baixa complexidade na qual, além dos moradores do bairro, os pacientes e visitantes possam desfrutar do espaço. **Conclusão:** A viabilização dos projetos propostos reflete nos aspectos sociais, ambientais e na qualidade de vida da população da região e adjacências, podendo acarretar numa intervenção de maior extensão. As pessoas informalmente entrevistadas mostraram-se muito interessadas em ações que contribuam para a melhoria da região como um todo, alegando ainda que há carência de projetos voltados ao bem estar dos moradores e preservação do meio ambiente. Assim sendo, conclui-se que os projetos de arquitetura e urbanismo influenciam diretamente na saúde urbana das cidades e possuem grande aceitação da comunidade.

**Palavras-chave:** Saúde Urbana. Paisagismo. Desenvolvimento Saudável. Sustentabilidade.

## AS ALTERAÇÕES DA MARCHA COMO FATOR DE RISCO PARA QUEDAS NA POPULAÇÃO IDOSA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

DIAS, Larissa Santos Amorim<sup>1</sup>; DOS SANTOS, Eduardo Viniccus Ramos<sup>1</sup>; DE SOUZA, Pedro Antonio Gusmão<sup>1</sup>; NOBRE, Nicolle Cardoso<sup>1</sup>; NOVAIS, Silveira Thalita<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Natália Oliveira<sup>1</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O envelhecimento provoca elevação de doenças que muitas vezes resultam em quedas, um sério problema de saúde pública devido a frequência, morbidade e elevado custo social e econômico. O aumento do risco de quedas na população idosa é multifatorial e envolve alterações fisiológicas típicas da senilidade, comorbidades, sedentarismo e uso concomitante de vários medicamentos, todos aspectos comuns a esta faixa etária. Nesse sentido, compreensão deste tema pode auxiliar os profissionais da área da saúde na elaboração de programas voltados para a prevenção de quedas, ampliando e qualificando a abordagem do atendimento ao idoso. **Objetivo:** Analisar sistematicamente a influência que os distúrbios de marcha exercem no envelhecimento e suas relações com a queda na população idosa. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e quantitativa do tipo revisão de literatura sistematizada nas bases de dados SciELO, LILACS, NCBI. Incluíram-se 22 artigos, dos quais 12 são internacionais e 10 nacionais, publicados a partir de 2004, e disponíveis entre maio e abril de 2018. Excluíram-se artigos que não apresentavam os critérios descritos, que possuíam baixa qualidade metodológica ou informações repetidas ou disponíveis em outros artigos. **Resultados:** Foram contabilizados e classificados em duas tabelas, 12 estudos de caráter bibliográfico e 10 artigos de estudo metodológico e a partir deles foi elaborada a discussão relacionando os riscos de queda com a marcha, que nesse sentido pode ser considerada um importante critério na avaliação física, já que envolve diversos aspectos de força e potência musculoesqueléticas. Percebeu-se então, uma maior predisposição a quedas, em indivíduos do sexo feminino na faixa etária média de 72,3 anos e que dentre as modificações típicas do envelhecimento que propiciam comprometimento da postura e marcha predispondo quedas e alterando diretamente a capacidade funcional dos idosos, é notado as alterações ósseas, caracterizada principalmente pela osteoporose. Somado a elas, os estudos apontaram alta prevalência de doenças reumáticas em idosos que estão intimamente ligadas à aspectos biopsicossociais como osteoartrite e a própria senilidade associada a relativa perda cognitiva que torna os movimentos lentificados ao reduzirem a automaticidade do caminhar. **Conclusão:** É fundamental a compreensão sobre as principais alterações na marcha que podem resultar em quedas que levam à graves consequências, por causar tanto traumas físicos quanto psicológicos, pois mediante a disseminação do conhecimento aos cuidadores de idosos e agentes de saúde, medidas preventivas poderão ser tomadas a fim de minimizar esses eventos e seus impactos tanto para o idoso quanto para o governo.

**Palavras-chave:** Idoso. Acidente por Quedas. Marcha. Fatores de Risco.

## AS FORMAS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro<sup>1</sup>; SANTANA, Maria Luiza Ribreiro<sup>1</sup>; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental previsto na Constituição Brasileira de 1988 que tem como objetivo atender a toda a cidadania de maneira mais ampla e adequada gerando maior facilidade para que as pessoas possam entrar em juízo e reivindicar seus direitos. **Objetivo:** O estudo buscou estudar as formas de acesso à justiça nos Juizados Especiais e na Justiça Comum em Montes Claros/MG. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas localizadas na biblioteca das FIPMoc, em dados eletrônicos online, legislações e doutrinas que abordam o tema. **Resultados:** Por estar previsto na Constituição, é dever do Estado fornecer o acesso à justiça a todas as pessoas sem distinções ou favorecimentos. Para garantir o acesso à justiça a todos existem além da jurisdição outras formas de acesso à Justiça, sendo elas o acesso à Justiça gratuita, a Defensoria Pública, a nomeação de advogados dativos e os Juizados Especiais. Um dos problemas encontrados no acesso à justiça seria o judiciário estar superlotado de processos, devido à cultura da sentença onde muitas pessoas confundem o acesso à justiça com o acesso à jurisdição, utilizando a mesma como forma única de resolução de conflitos. As formas extrajudiciais de resolução de conflitos garantem, assim como a jurisdição, uma resolução de conflitos de forma justa, mas por estas contribuírem para sanar

o problema do abarrotamento do judiciário e por resolver os litígios de forma pacífica ágil e rápida e também por satisfazer parcialmente ambas as partes envolvidas no conflito, as formas alternativas de resolução de conflitos ganharam força e foram aceitas pelo ordenamento jurídico brasileiro. São elas a mediação, a conciliação, negociação e arbitragem. **Conclusão:** Através de uma visita ao CEJUSC, localizado no Fórum Gonçalves Chaves em Montes Claros concluiu-se que as formas alternativas de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação, são utilizadas e que estas quando conseguem efetivar um acordo entre as partes envolvidas no conflito, contribuem para a pacificação social e garantem uma justiça justa para todas as partes envolvidas no conflito, evitando que este seja levado para ser resolvido através da jurisdição e consequentemente contribuindo para a diminuição do abarrotamento do judiciário.

**Palavras-chave:** Direito. Acesso à Justiça. Conflito. Cultura da Sentença. Judiciário.

## AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa<sup>1</sup>; NOBRE, Débora Gonçalves<sup>1</sup>; CHAMONE, Izabella Araujo<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria Isabella Santos<sup>1</sup>; SANTOS, Thaís Julliany Rodrigues dos<sup>1</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

1 Estudante de graduação de Direito das FIPMoc; 2 Mestre do curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** O menor aprendiz é enquadrado, pelo Direito do Trabalho, como uma classificação especial de trabalhador. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece distinção entre criança e adolescente, sendo criança aquela pessoa de zero a doze anos incompletos e adolescentes aquelas entre doze e dezoito anos incompletos. Isso implica no entendimento de que apenas os adolescentes podem exercer atividade laboral, sendo justificado a restrição do tema às implicações da reforma trabalhista apenas no aspecto do adolescente. Devido ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o menor é vedado de trabalhar no período noturno, locais insalubres, perigosos ou prejudiciais a sua moralidade, em praças ou locais públicos, salvo mediante prévia autorização do Juiz de Menores. **Objetivo:** O objetivo desse estudo é verificar as implicações da Reforma Trabalhista no que diz respeito à profissionalização dos adolescentes. **Metodologia:** Para que esse objetivo fosse atingido foram realizadas pesquisas bibliográficas e documental, empregando-se doutrinas especializadas e institutos normativos referentes ao tema, como a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do aprendiz 10.097/2000, Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei 13.467/17. **Resultado:** A Lei 10.097/2000 afirma que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. Com a implementação da Reforma Trabalhista o contrato de trabalho do aprendiz passou a ser estendido até 24 anos, sendo que antes da alteração a idade máxima permitida era de 18 anos. Devido à essa mudança, houve o crescimento significativo de oportunidades de emprego para as pessoas nessa faixa etária, facilitando conseguir o primeiro emprego. Apesar disso a idade mínima não mudou, sendo que somente a partir dos 14 anos os adolescentes poderão trabalhar, de maneira protegida, com carga horária adequada, mantendo frequência escolar e matriculados em curso de capacitação. A jornada de trabalho do aprendiz é de no máximo 6 horas diárias, sendo proibido a prorrogação e a compensação de jornada, podendo chegar ao limite de 8 horas diárias desde que o aprendiz tenha completado o ensino fundamental, e se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. **Conclusão:** Conclui-se então que a única alteração que a Reforma trabalhista trouxe na lei do menor aprendiz foi a extensão da idade máxima que passou para 24 anos. Tal mudança vem para privilegiar os adolescentes e os jovens-adultos de 14 a 24 anos que precisam de uma renda precoce, mas a mesma ressalta a proteção desses indivíduos para que não haja exploração, e sim que traga resultados positivos para o menor em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Criança e adolescente. Menor aprendiz. Trabalho. Reforma trabalhista.

## AS SANÇÕES DISCIPLINARES CABÍVEIS NAS INFRAÇÕES PRATICADAS POR ADVOGADAS

AGAPITO, Dhara<sup>1</sup>; BARRETO, Vitória<sup>1</sup>; CARDOSO, Gabriel<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Luana<sup>1</sup>; VIEIRA, Maria Carolina<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** As infrações praticadas por advogadas ainda representam um assunto pouco relevante devido às estatísticas de tais atos se encontrarem baixas. Contudo, apesar dos números quase insignificantes, essas

infrações têm sido mais recorrentes. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar as sanções disciplinares cabíveis nas infrações praticadas por advogadas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. As informações foram coletadas a partir de uma visita à subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais, localizada em Montes Claros, onde ocorreu uma entrevista com o presidente da subseção André Crisóstomo, que respondeu alguns questionamentos acerca do tema. As informações, após coletadas, foram analisadas e interpretadas, relacionando-as com literaturas previamente estudadas. **Resultados:** As análises resultaram nas seguintes informações: os advogados e as advogadas cometem crimes na mesma proporção, não existindo uma infração mais cometida pelas advogadas. Porém, foi apresentada como infração mais recorrente no exercício da advocacia a retenção de autos de processo e a apropriação indébita. Quando ocorrem sanções, há uma predominância das censuras e suspensões sobre as exclusões, uma vez que essas últimas são mais restritivas, e quando tais sanções resultam em condenação, a sociedade não é informada, pois os processos disciplinares ficam em sigilo. **Conclusão:** Conclui-se através desta pesquisa que as sanções disciplinares são aplicadas proporcionalmente à infração e que a mais severa (exclusão) é raramente aplicada.

**Palavras-chave:** Sanções disciplinares. Infrações. Advogadas.

### ASFIXIA PERINATAL E AS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR PEDIÁTRICO

TEIXEIRA, Maria Eduarda Rezende Fraga<sup>1</sup>; DONATO, Larissa Silveira<sup>1</sup>; SANTOS, Breno Luiz dos<sup>1</sup>; FERNADES, Luana Ramos<sup>1</sup>; NETO, José Miguel Fernandes Soares<sup>1</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmithdt<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A asfixia é uma patologia que além de contribuir para a morbimortalidade perinatal é responsável por graves sequelas neurológicas, que acarretam danos para o desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) da criança, fato que representa um evento indesejável e com um ônus significativo para a família e sociedade. **Objetivo:** Elucidar as principais patologias e desvios do DNPM ocasionados pela asfixia neonatal. **Método:** O presente artigo é uma revisão de literatura baseada em treze artigos disponíveis na Scientific Electronic Library (SciELO) e Google Acadêmico, realizada no período de tempo entre os meses de março e maio de 2018. **Resultados:** A asfixia perinatal é o fator de risco mais prevalente para encefalopatia e lesão cerebral permanente em crianças, responsável pelas alterações de neurodesenvolvimento nos recém-nascidos (RNs) asfixiados, afetando seletivamente áreas vulneráveis do sistema nervoso central. Embora a asfixia ocorra mais frequentemente em recém-nascidos com menor idade gestacional e peso, a injúria hipóxico-isquêmica é a causa mais importante de morbidade a longo prazo em RNs a termo afetando, prioritariamente, o DNPM dessas crianças. **Conclusão:** Foi evidenciada a importância da assistência médica no período gestacional, durante e após o parto na identificação do quadro de asfixia e de consequências ao DNPM do acometido, e, por meio desta, traçar possíveis objetivos e técnicas para minimizar danos através dos tratamentos mais adequados.

**Palavras-chave:** Asfixia perinatal. Desenvolvimento neuropsicomotor. Morbimortalidade perinatal.

### ASPECTOS SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO FEMININO

MOL, Layanne Oliveira<sup>1</sup>; ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de<sup>1</sup>; BORBOREMA, Marina Rego<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Silveira e<sup>1</sup>; ALMEIDA, Sara Pereira de<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Apesar da crescente taxa de crimes praticados por mulheres, ainda há poucos e em parte desatualizados estudos e pesquisas a respeito desse tema. No entanto, a realização de um projeto acerca de tal possui suma importância, uma vez que, entre outras razões, as práticas criminosas por mulheres e o encarceramento dessas afeta não somente elas, mas todos aqueles que convivem com elas. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar os aspectos sociais do encarceramento feminino. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** As teorias de conflito analisam o crime e o desvio em termos de estrutura da sociedade, dos interesses concorrentes existentes entre os grupos sociais e da preservação do poder entre as elites. Em especial, a teoria do conflito social, desenvolvida por Karl Marx, estabelece que a razão para o conflito é a divisão quase atemporal da sociedade

pela riqueza e poder, fazendo com que a classe dominante, que possui o poder concentrado para si, explore a classe trabalhadora, levando muitos, inclusive mulheres, a escolherem as ações criminosas como forma de conseguir melhor sustento para sua família e eles mesmos. **Conclusão:** Se faz claro, portanto a necessidade da interdisciplinaridade no uso do Direito, uma vez que através da criminologia é possível obter dados e estatísticas a respeito da criminalidade feminina, como também por meio da sociologia obtém-se o conceito de direito como um fato social, coercitivo, exterior e universal, que tem a função, segundo Sérgio Cavalieri Filho (2014), de além de compor conflitos, isso é, solucioná-los, de ainda agir como forma de prevenção de conflitos, adaptando normas que abrangem de uma melhor forma esse novo contexto social.

**Palavras-chave:** Criminalidade. Encarceramento. Mulheres.

#### REFERÊNCIA:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Sociologia Jurídica. 13. ed. Rio de Janeiro, Forense: 2013. Disponível em: <<http://jusiniciante.blogspot.com/2015/06/sociologia-juridica-funcao-social-do.html>>. Acesso: out 2017.

#### ASSOCIAÇÃO DA ADIPOSIDADE VISCERAL COM FATORES SÓCIODEMOGRÁFICOS EM FEIRANTES

DAMASCENO, Ana Isabel Martins Cordeiro<sup>1</sup>; FAGUNDES, Bruna Medeiros<sup>1</sup>; ANTUNES, Heitor de Barros<sup>1</sup>; COSTA, Lucas Linhares<sup>1</sup>; BARBALHO, Maria Teresa Mota<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>.  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A obesidade é uma doença crônica, resultado do acúmulo excessivo de gordura corporal (SILVA *et al.*, 2017). Dentre essas gorduras, o acúmulo excessivo de adiposidade intra-abdominal (visceral) está associado a um considerável risco de doença metabólica e doenças cardiovasculares. (KOVESDY *et al.*, 2017). **Objetivos:** Associar a adiposidade central com fatores sócio demográficos em feirantes. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Central De Abastecimento do Norte de Minas Gerais- CEANORTE, em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados, aplicaram questionário sócio demográfico, contendo estado conjugal, onde reside, cor e sexo. A adiposidade central foi avaliada por meio da Relação Cintura Estatura (RCE), com ponto de corte de  $\leq 0,52$  para o sexo masculino e  $\leq 0,53$  para o sexo feminino. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência, porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p > 0,05$ . **Resultados:** A amostra foi composta por 150 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos, dos quais 80,7% eram do sexo masculino, 60,0% eram pardos. Por meio do teste do qui-quadrado, os resultados evidenciaram alterações significativas da adiposidade central em relação ao estado conjugal ( $p=0,013$ ), sendo os indivíduos casados os que mais se destacaram. As demais variáveis investigadas não apresentaram resultados significativos. **Conclusão:** Os feirantes casados apresentaram maiores índices da adiposidade visceral. Os resultados contribuem para a compreensão das associações da adiposidade central com as variáveis investigadas, apontando indicadores para o planejamento de ações de promoção da saúde para essa população, por meio de campanhas que estimulem a prática de exercícios físicos e mudança de hábitos alimentares entre casais.

**Palavras-chave:** Obesidade. Feirantes. Estado conjugal.

#### REFERÊNCIAS:

SILVA, Hanna Caroline Feitosa; SOUZA, Amanda carvalho Silva; SANTOS, Daynielle Sobral; DOS

SANTOS, Cynthia Barbosa Albuquerque; DOS SANTOS, Alaide Guilherme. Excesso de peso e gordura abdominal em adultos atendidos em um ambulatório de nutrição na cidade de Aracaju (SE). In: 3º

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ATIVIDADE FÍSICA, NUTRIÇÃO E SAÚDE, n. 1, 2017, Aracaju. **Anais**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2017.

CSABA, P. Kovesdy; SUSAN, L. Furth; CARMINE, Zoccali. Obesidade e doença renal: consequências ocultas da epidemia. *J Bras Nefrol*, p. 1-10, v. 39, 2017.

### ASSOCIAÇÃO DE OBESIDADE COM PROBLEMAS DE COLUNA EM FEIRANTES

BARBOSA, Ruth Costa<sup>1</sup>; SANTOS, Bruna Mendes<sup>1</sup>; DE OLIVEIRA, Lara Caroline Pereira<sup>1</sup>; VIANA, Vitor Santos<sup>1</sup>; FILHO, Anderson do Couto<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>  
1Discente da sFipMoc; 2Docente das FipMoc

**Introdução:** Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) a obesidade - acumulação de gordura anormal ou excessiva - é um dos principais problemas de saúde pública mundiais, sendo o Índice de Massa Corporal (IMC) o parâmetro utilizado para mensurá-la. (DE FREITAS; MARTINHO, 2016). A obesidade pode desencadear alterações na coluna vertebral e gerar quadros de dor lombar (VARGAS; HAMU, 2016). Entretanto, essa relação não está bem estabelecida (DE OLIVEIRA; SALGUEIRO; ALFIERI, 2015).

**Objetivo:** Associar obesidade com problema crônico de coluna em feirantes da Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE). **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da CEANORTE em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados, aplicaram questionário sócio demográfico, contendo idade, sexo, raça e formulário funcional, que envolveu variáveis referentes à dor na coluna em associação com a possibilidade do indivíduo conseguir ou não realizar atividades básicas tais como: calçar meias, subir escadas, inclinar-se para frente, levantar-se de uma cadeira, dormir, caminhar, ajoelhar-se e realizar o seu trabalho, também foi questionado sobre quando esses sintomas apareceram. A avaliação clínica do IMC, foi realizada seguindo as recomendações da OMS e os pontos de corte do IMC são assim classificados em adultos: baixo peso (<18,5), peso normal (18,5 a 24,9), sobrepeso (≥25), pré-obeso (25 a 29,9), obeso I (30 a 34,9), obeso II (35 a 39,9) e obeso III (≥40) (ABESO, 2016). O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultados:** Foram avaliados 150 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos, dos quais 80,7% eram homens, 51,7% relataram problema crônico de coluna, 43,3% estavam com sobrepeso e 35,3% eram obesos e não houve associação significativa entre o IMC e problemas crônicos de coluna ( $p = 0,946$ ). **Conclusão:** Não encontrou-se associação significativa entre obesidade, determinada por níveis elevados de IMC, e problemas crônicos na coluna nos feirantes da CEANORTE, portanto, mais pesquisas são necessárias para averiguar essa associação e determinar mais precisamente as ligações entre os níveis obesidade e condições espinhais específicas. Além disso, as altas prevalências e os possíveis impactos nas condições de vida dos feirantes sugerem que a promoção de saúde e a prevenção de problema crônico de coluna e excesso de peso devem ser intensificadas nessa população, visando garantir melhores condições de saúde e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Índice de Massa Corporal. Feirantes. Dor Lombar.

#### REFERÊNCIAS:

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Diretrizes brasileiras de obesidade. AC Farmacêutica, Itapevi-SP, 4ª edição, p.16, 2016.

DE FREITAS, Léo Marques Soares; MARTINHO, Karina Oliveira. Avaliação da força muscular e índice de massa corporal em participantes do projeto Uninasf no município de Viçosa-MG. **Revista Científica Univiçosa**, v.8, n.1, p.150-156, 2016.

DE OLIVEIRA, Janaina Gonçalves; SALGUEIRO, Marcia Maria Hernandes de Abreu de Oliveira; ALFIERI, Fábio Marcon. Lombalgia e Estilo de Vida. **Journal of Health Sciences**, v.16, n.4, 2015.

Organização Mundial da Saúde: Obesidade e sobrepeso. n.311, agosto 2016.

VARGAS, Pâmela Abreu; HAMU, Tânia Cristina Dias Da Silva. Dor lombar e excesso de peso no programa de promoção e atenção à saúde de pessoas obesas- esfregaço em forma. **Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG**, v.3, 2017.

### ASSOCIAÇÃO DO SOBREPESO E OBESIDADE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL EM FEIRANTES

GUIMARÃES, Ana Laura Oliveira Santos Dias<sup>1</sup>; SILVA, Tarma Keullin<sup>1</sup>; GUIMARÃES, ÊnataLuisa Oliveira<sup>1</sup>; ANTUNES, Gabriela Lopes<sup>1</sup>; GORAYEB, João Paulo Drumond Pires<sup>1</sup>; PRATES, João Cláudio<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Brant<sup>2</sup>  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A aglomeração e o arranjo do panículo adiposo abdominal, no espaço subcutâneo e visceral, estão profundamente associados com enfermidades cardiovasculares, resistência à insulina, diabetes mellitus, apneia do sono, hipertensão arterial, dislipidemias e algumas variedades de cancro, além de se instituir como ameaça incontestável para o risco metabólico como descrito em estudo realizado por Carvalho *et al.*, (2014). O acúmulo de adiposidade condiciona o aumento da atividade do Sistema Nervoso Autônomo Simpático que, por sua vez, eleva a reabsorção de sódio. Assim, há um aumento da resistência vascular periférica e da pressão arterial. **Objetivo:** Associar o excesso de peso à hipertensão arterial. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Central De Abastecimento do Norte de Minas Gerais- CEANORTE, em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termos de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados, aplicaram questionário sócio demográfico, contendo idade, sexo, raça. A pressão arterial, que foi obtida através da pergunta: você tem pressão alta? e a avaliação clínica do índice de massa corpórea (IMC), foi realizada seguindo as recomendações e classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS). O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (StatisticalPackage for the Social Sciences), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultados:** A amostra foi composta por 150 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos, dos quais 80,7% eram do sexo masculino, 76,4% relataram não ter pressão alta, 43,3% estavam com sobrepeso e 35,3% eram obesos. Por meio do teste do qui-quadrado, os resultados evidenciaram que houve associação da alteração do IMC com pressão alta ( $p = 0,049$ ). **Conclusão:** Através do estudo, concluiu-se que os feirantes que possuíam hipertensão arterial evidenciaram maiores índices de sobrepeso e obesidade. Tendo em vista a relação entre sobrepeso e obesidade com a variável indicada, são primordiais atitudes voltadas para prevenção e promoção de saúde, bem como programas instrutivos relacionados à prática de exercícios físicos e uma alimentação saudável, modificando, assim, algumas causas dessa patologia.

**Palavras-chave:** Obesidade. Sobrepeso. Feirantes.

#### REFERÊNCIA:

CARVALHO MALTA, Deborah *et al.* Prevalência e fatores associados com hipertensão arterial autorreferida em adultos brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017.

### ASSOCIAÇÃO ENTRE A DOENÇA PERIODONTAL E ATEROSCLEROSE

CASTRO, Ana Paula de Freitas<sup>1</sup>; RAMOS, Guilherme Veloso<sup>1</sup>; VIEIRA, Lanna Pinheiro<sup>2</sup>; SERPA, Pedro Henrique Ribeiro<sup>3</sup>; SANTOS, Stephany Gabrielle Chaves<sup>1</sup> e MÓL, Victor Comini<sup>4</sup>.  
1. Discente de Odontologia da Unimontes. 2. Discente de Medicina da Unimontes. 3. Discente de Medicina das FIPMoc. 4. Docente de Odontologia da Unimontes.

**Introdução:** A aterosclerose representa uma afecção das artérias mediante a deposição de placas constituídas, principalmente, de lipídios, bem como tecido conjuntivo em superfícies endoteliais, contribuindo para o índice de 73% de óbitos no Brasil, decorrentes de doenças crônicas não transmissíveis<sup>1</sup>. As artérias ateroscleróticas podem resultar de processos multifatoriais, como: dislipidemias, hipertensão

arterial sistêmica, diabetes, tabagismo e doença periodontal (DP). Desse modo, estudos epidemiológicos evidenciam a elevada prevalência de gengivite ou de periodontite na população brasileira, manifestações presentes em cerca 90% dos indivíduos avaliados, condição que ampliam as possibilidades de incidência da aterosclerose<sup>2</sup>. **Objetivo:** Analisar a influência da doença periodontal para o desenvolvimento de aterosclerose. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura por meio da seleção de artigos científicos relacionados ao tema, publicados em periódicos indexados em bases de dados: SciELO, LILACS, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde, no período de 1998 a 2018. **Resultados:** A DP consiste em uma reação inflamatória resultante de um processo infeccioso, provocada, especialmente, por microrganismos gram-negativos e anaeróbios. Essa enfermidade acomete os tecidos de proteção: gengiva livre e gengiva inserida, assim como os tecidos de suporte do dente - cimento, osso alveolar e ligamento periodontal<sup>3</sup>. Um estudo realizado com base em dados da terceira Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição dos Estados Unidos da América (NHANES III) investigou a associação entre a doença periodontal e doença coronariana, foi identificada que a chance de ataque cardíaco aumentou progressivamente de acordo com o grau de perda de inserção periodontal<sup>4</sup>. Além disso, diversos estudos que relacionam a doença periodontal com a aterosclerose demonstraram a presença de agentes de fase inflamatória aguda que representam uma resposta reacional mais precoce dada pelo organismo contra infecções, sendo sua síntese regulada por citocinas pró-inflamatórias. Durante o quadro clínico de periodontite essas moléculas, que estimulam o sistema imune, promovem o recrutamento de linfócitos T, macrófagos e monócitos, o que pode contribuir para o desenvolvimento da aterosclerose. Nessa perspectiva, alguns estudos relatam a interação positiva entre níveis aumentados de proteína C reativa (PCR) e periodontite, sendo a PCR um forte marcador para doenças vasculares futuras<sup>5</sup>. Em estudo realizado com pacientes portando as duas enfermidades discutidas, foi possível perceber um aumento significativo de proteína amiloide A e pentraxinas, marcadores de aterosclerose, assim como importantes agentes de fase inflamatória aguda. Foi constatada correlação entre essas proteínas e a área de superfície periodontal inflamada, apresentando-se em níveis elevados com a presença de região de periodontite mais alargada, reafirmando a relação entre as duas afecções<sup>6</sup>. **Conclusão:** Considerando a possibilidade de a DP resultar em aterosclerose é indispensável, portanto, a valorização de ações preventivas em saúde bucal, bem como o projeto terapêutico personalizado em consonância da abordagem holística multiprofissional, a fim de proporcionar mais qualidade no acompanhamento de pacientes.

**Palavras-chave:** Doença periodontal. Aterosclerose

#### REFERÊNCIAS:

1. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Noncommunicable Diseases Progress Monitor, 2017**. Geneva: World Health Organization; 2017.
2. CHAMBRONE, L.; LIMA, L. A. P. A.; CHAMBRONE, L. A. Prevalência das Doenças Periodontais no Brasil. Parte II. 1993-200. **Revista Odonto**, São Paulo, v.16, n.31, jan./jun. 2008.
3. BECK, J. D.; OFFENBACHER, S.; WILLIAMS, R.; GIBBS, P.; GARCIA, R. Periodontitis: A Risk Factor for Coronary Heart Disease? **Annals Of Periodontology**, Chicago, v. 03, n. 01, p.127-141, jul. 1998.
4. ARBES, S. J. J.; SLADE, G. D.; BECK, J. D. Association between extent of periodontal attachment loss and self-reported history of heart attack: an analysis of NHANES III data. **Journal Of Dental Research**, Carolina do Norte, p.1777-1782, dez. 1999.
5. PEREIRA, R. B.; DIAS, L. Z. S. Conhecimento atual sobre a influência da doença periodontal na aterosclerose. **Ufes Rev. Odontol.**, Vitória, v. 9, n. 2, p.41-45, ago. 2007.
6. TEMELLI, B.; YETKIN, Z. A. Y.; SAVAS, H. B.; AKSOY, F.; KUMBUL, D.; DOGUC, D. K.; USKUN, E.; VAROL, E. Circulation levels of acute phase proteins pentraxin 3 and serum amyloid A in atherosclerosis have correlations with periodontal inflamed surface area. **J. Appl. Oral Sci.**, Bauru, v. 26, e20170322, 2018.

## ASSOCIAÇÃO ENTRE ADIPOSIDADE ABDOMINAL E ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA EM FEIRANTES DE MONTES CLAROS – MG

LEITE, Matheus Costa<sup>1</sup>; VIEIRA, Bárbara de Myra<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria Luisa Cardoso<sup>1</sup>; ALENCAR, Gabriela Simões<sup>1</sup>; OLEGÁRIO, Laíze Félix<sup>1</sup>; ANTUNES, Lavínia Alves de Oliveira; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>.

1Discente das FIPMoc; 2Docente da FIPMoc

**Introdução:** A deposição de grande quantidade de gordura na região abdominal relaciona-se diretamente ao acúmulo de tecido adiposo nas vísceras, aspecto fortemente ligado aos fatores de risco cardiovasculares (LINHARES *et al.*, 2012), como exemplo, a obesidade, fator de risco modificável, sendo uma doença multifatorial, resultado da interação de genes, ambiente, estilos de vida e fatores emocionais (ABESO, 2016). As doenças associadas à obesidade passam a determinar a maioria das causas de mortalidade e incapacidade prematura (MELLO *et al.*, 2017). **Objetivos:** Associar a adiposidade com o Índice de Massa Corpórea em feirantes de Montes Claros – MG. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em março de 2018, com uma população de 458 feirantes cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Central De Abastecimento do Norte de Minas Gerais- CEANORTE, em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados, realizaram a avaliação clínica do índice de massa corpórea (IMC) e da circunferência da cintura (CC) seguindo as recomendações e classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS). O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (StatisticalPackage for the Social Sciences), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultados:** A amostra foi composta por 150 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos, dos quais 80,7% eram do sexo masculino, 43,3% estavam com sobrepeso e 35,3% eram obesos. Por meio do teste do qui-quadrado, os resultados evidenciaram que houve associação da alteração da circunferência da cintura elevada com o IMC ( $p = 0,00$ ). **Conclusão:** Os feirantes com maior adiposidade abdominal apresentaram maiores índices de sobrepeso e obesidade. Os resultados contribuem para a compreensão das associações da CC com o sobrepeso e obesidade, apontando indicadores para o planejamento de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde para essa população.

**Palavras-chave:** Adiposidade abdominal. Sobrepeso. Obesidade. Feirantes.

### REFERÊNCIAS:

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO). **Diretrizes Brasileiras de Obesidade (2016)**. 3. ed. São Paulo: AC Farmacêutica. 2016. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/92/57fcc403e5da.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018

LINHARES, Rogério da Silva; HORTA, Bernardo Lessa, DA COSTA, GIGANTE, Denise Petrucci; Gigante, Juvenal Soares Dias e OLINTO, Maria Teresa Anselmo. Distribuição de obesidade geral e abdominal em adultos em uma cidade no Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 438-447, 2012.

MELLO, José Marcel; BORGES, Pollyanna Kássia de Oliveira; MULLER, Erildo Vicente; GRDEN, Clóris Regina Blanski; PINHEIRO, Fabiane Karine e BORGES, Wesley Sousa. Internações por doenças crônicas não transmissíveis do sistema circulatório, sensíveis à atenção primária à saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 1, p. 1-11, 2017.

## ATAXIA DE FRIEDREICH: RELATO DE CASO

OLIVEIRA, Rayane Ruas<sup>1</sup>; DE CARVALHO, Mariana Miranda<sup>1</sup>; SANTOS, Ana Cláudia Freitas<sup>1</sup>; PEREIRA, Luciane Gonçalves<sup>1</sup>; DE ANDRADE, Matheus Oliveira Nobre<sup>1</sup>; MENDES, Bárbara Samira<sup>1</sup>; SCHMIDT, Dorothéa<sup>2</sup>.

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Ataxia de Friedreich (AF) é uma doença rara, autossômica recessiva, que tem início antes da segunda década de vida, relacionada com uma mutação no gene FTX, gerando extinção dos reflexos tendinosos, perda da sensibilidade vibratória e propriocepção (FERREIRA, 2011). **Objetivo:** Relatar o caso de um paciente portador de AF, correlacionando achados e conduta clínica com dados da literatura. **Método:** Trata-se de um relato de caso de um portador da AF, 19 anos, onde os dados clínicos e laboratoriais foram obtidos, após autorização por escrito do mesmo, por meio de revisão do prontuário e relacionados com a literatura. **Resultados:** Os exames realizados revelaram que ele é portador de alelos com expansão GAA e níveis diminuídos da proteína frataxina, cuja função é a regulação do metabolismo energético, e sua deficiência interfere no fluxo e na distribuição intracelular do ferro, favorecendo o estresse oxidativo, decorrente da produção de radicais livres produzidos pelo acúmulo de ferro mitocondrial. A eletro-neuromiografia demonstrou a presença de polineuropatia sensitiva pura axonal simétrica nos quatro membros e o ecocardiograma transtorácico (Ecott) revelou uma hipertrofia de ventrículo esquerdo concêntrica com padrão hiperrefrigente difuso nas paredes, sugerindo uma miocardiopatia hipertrófica, sendo estes prevalentes em portadores da AF. O paciente apresenta disartria, caracterizada por discurso lento, articulação lenta e imprecisa, além de sinal de Babinski bilateral. Estas condições estão relacionadas com degeneração espinocerebelar e lesão do trato corticoespinhal, respectivamente. O paciente faz uso de Coenzima Q10, 200mg, que evidenciou uma melhora considerável da função cardíaca, mas os benefícios musculoesqueléticos da ataxia foram pouco significativos. O paciente faz acompanhamento com fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional. **Conclusão:** O caso relatado e publicações levantadas trazem à luz a discussão do diagnóstico, sinais e sintomas de uma situação complexa que é a AF. Ficou evidente que o tratamento está relacionado apenas ao alívio sintomático e melhoria da qualidade de vida, sendo que a conduta terapêutica deve ser individualizada e deve ser multidisciplinar.

**Palavras-chave:** Ataxia de Friedreich. Fisiopatologia. Diagnóstico. Tratamento.

### REFERÊNCIA:

FERREIRA, Diana Raquel Martins Fernandes Rompante. **Ataxia de Friedreich: Revisão Bibliográfica e Caso Clínico.** Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, 2011, 32 p. Dissertação (Mestrado) – Medicina, Porto, 2011.

## ATIVISMO JUDICIAL: FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA OU AVANÇO DA DEMOCRACIA?

FERREIRA FILHO, Hélio Fernandes<sup>1</sup>; SALGADO, Antônio Luiz Nunes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Direito FUNORTE. <sup>2</sup>Professor; Pós-graduado FUNORTE Apoio Financeiro: Programa de Iniciação Científica (PROIC) - FUNORTE

**Introdução:** De acordo com o artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito onde todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Assim, sob uma perspectiva tradicional, é a política majoritária conduzida pelos poderes legislativo e executivo um componente vital para a democracia. Entretanto, nos últimos anos pôde-se observar um amplo crescimento do Poder Judiciário dentro das configurações do Estado, na forma do assim denominado ativismo judicial. **Objetivo:** Diante desta conjuntura tornou-se necessário entender se essa atuação criativa, em especial por parte do Supremo Tribunal Federal, representa um risco à democracia brasileira ou o seu aprofundamento. **Método:** Utilizou-se nesta pesquisa o método científico dialético. Tomando a revisão de literatura como procedimento técnico para realizar uma abordagem qualitativa dos dados analisados. As informações foram obtidas através de uma pesquisa de artigos publicados em revistas científicas, relacionados à temática proposta. Além disso, a legislação constitucional e infraconstitucional também serviu como base para a pesquisa feita. **Resultados:** No Brasil, a adoção de uma Constituição Democrática, o crescimento da jurisdição constitucional, e a previsão de um amplo catálogo de direitos fundamentais que passaram a ser parâmetro para o controle de constitucionalidade das leis infraconstitucionais, implicaram em um significativo

aumento da atividade do Poder Judiciário. Destarte, seus órgãos passaram a ser mais demandados para resolver conflitos que envolvem desde questões relacionadas aos direitos de liberdade, até as questões relacionadas a políticas públicas, educação, meio ambiente, processo eleitoral, união homoafetiva, etc. Este fenômeno passou a ser chamado de Ativismo Judicial, estando associado a uma participação mais abrangente e acentuada do Poder Judiciário na efetivação de valores e fins constitucionais, com maior interferência na atuação dos outros poderes. Ocorre que, numa abordagem clássica da teoria da tripartição dos poderes, os órgãos do judiciário não são considerados como entes próprios do sistema de governo, tão pouco teriam papel representativo. Contudo, em virtude de uma crise de legitimidade vivenciada pelos Poderes Executivo e Legislativo, o STF passou a atender aos anseios da sociedade. Assim, sob a perspectiva liberal, onde a democracia prevê as regras para estabelecer quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos, o fenômeno da atuação criativa por parte do judiciário iria à contramão do princípio democrático. No entanto, deve-se considerar que a democracia é muito mais do que a mera expressão numérica da maior quantidade de votos. Para além desse aspecto puramente formal, ela possui uma dimensão substantiva, que abrange a preservação de valores e direitos fundamentais. Soma-se a isto uma dimensão deliberativa, feita através do debate público, argumentos e persuasão. Dessa forma, sendo o STF responsável por preservar as regras do jogo democrático e diante de uma evidente insuficiência da democracia representativa, percebe-se que a democracia contemporânea exige além dos votos, direitos e razões. **Conclusão:** Por fim, é possível chegar ao entendimento de que o ativismo judicial pode ser muito mais uma garantia para a democracia do que um risco.

**Palavras-chave:** Ativismo judicial. Democracia. Risco. Avanço.

## ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO CRIMINAL NO ÂMBITO PENAL

CALIXTO, Bárbara; ANDRADE, João Carlos; AMARAL, Tatiane.  
Discentes das FIPMoc

**INTRODUÇÃO:** Um psicólogo criminal atua em um processo penal de diversas formas, dentre elas na avaliação de suspeitos, na compreensão das motivações de um crime e na detecção de comportamentos desviantes. Para alcançar tais objetivos, o psicólogo utiliza estudos psicológicos de personalidade, da estrutura mental e de outras características que podem vir a ser psicopatológicas por meio de um prévio estudo das partes do processo, entrevistas psicológicas, avaliações das funções cognitivas, avaliações de personalidade e a relação dos resultados obtidos com o direito penal. **OBJETIVO:** O resumo tem como objetivo analisar a atuação de um psicólogo em uma investigação criminal, para que seja possível entender a contribuição desse profissional no processo judicial. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, com dados coletados em doutrinas e textos já publicados. **RESULTADO:** Seguindo o disposto no art. 4º da lei 4.119 de 27 de agosto de 1962, uma das funções do psicólogo é realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de psicologia. Dessa forma, o disposto nesse artigo torna-se inexoravelmente atinente ao modo de atuação do psicólogo no âmbito do direito penal, vez que caberá a ele agir a serviço da justiça de forma investigativa, quanto ao universo psíquico, produzindo e levando conhecimento técnico ao juiz, para auxiliá-lo em seu livre convencimento acerca dos fatos. Na esfera criminal, o psicólogo costuma atuar em casos de incidência de insanidade mental, incidente de farmacodependência e solicitação de progressão de pena, analisando a capacidade de imputação, o grau de periculosidade, a possibilidade de reinserção social e reincidência, além de estabelecer uma linha de compreensão profunda sobre a conduta do indivíduo. Ademais, para que haja o êxito do trabalho realizado, cabe ao psicólogo possuir domínio quanto aos instrumentos de avaliação bem como um vasto conhecimento acerca da psicopatologia. **CONCLUSÃO:** Ante o exposto, é possível compreender com maior clareza a conduta do psicólogo criminal, e a contribuição e importância da mesma, para o processo penal, pois a elucidação do funcionamento mental do indivíduo possibilita uma punição adequada, promovendo verdadeiramente a justiça.

**Palavras-chave:** Psicologia. Direito. Criminal. Psicólogo.

### REFERÊNCIAS:

SANTOS, Cintia; SILVA, Vera Lúcia Cristina da. Perícia Psicológica Forense: contextualização e métodos. Publicado em 11/2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/61689/pericia-psicologica-forense-contextualizacao-e-metodos>> Acesso em: 31 maio 2018.

SERAFIM, Antônio de Pádua; SAFFI, Fabiana. Psicologia e Práticas Forenses. Manole, 2012. ISBN 9788520434086. Disponível em: <https://biblioteca.fip-moc.edu.br/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

ORTIZ, Maria Cecília Meirelles. A perícia psicológica. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 6, n.1, p. 26-30, 1986. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414\\_98931986000100009&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414_98931986000100009&Ing=en&nrm=iso). Acesso em 31 maio 2018

## AUTOMAÇÃO DA SALA DE INFORMÁTICA DO CEPEAGE

BERALDO, Bárbara Oliveira<sup>1</sup>; FLORES, Vinícius Barros<sup>1</sup>; MENDES, Vitor Jader Marques<sup>1</sup>; NERI, Glaycon Soares<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Helder Lopes<sup>2</sup>; PEREIRA, Luiz Philippe<sup>1</sup>; SOUZA, Pedro Henrique Batista De<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Discentes em Engenharia Mecatrônica das FIPMoc. <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Em consequência do advento da domótica, termo utilizado para automação residencial, o uso da robótica para gerir e conectar equipamentos, além da substituição de antigos dispositivos elétricos e mecânicos, tendo como exemplo lâmpadas e fechaduras, por eletrônicos “inteligentes” têm crescido amplamente. Reduzindo o desperdício de energia, tempo e, conseqüentemente, facilitando a vivência nos ambientes, a modernização desses aparelhos se faz necessária não somente no ambiente doméstico, mas também no industrial e comercial. Assim, a automatização do laboratório de informática do CEPEAGE trará comodidade e praticidade para as rotinas do ambiente, agilizando processos e economizando tempo de professores e servidores. **Objetivos:** Projetar um sistema autônomo para a sala de informática utilizando os conceitos de automação residencial. **Método:** Realizou-se a projeção da sala a receber os implementos de automação, utilizando o software SketchUp, partindo da medição do ambiente e definição de quais aperfeiçoamentos seriam efetuados, com base nos conhecimentos adquiridos sobre o tema, porém, atentando-se a elaborar um projeto específico que atendesse as demandas dos espaços do prédio, fundamentando-se na sala de informática. **Resultados:** Esboçou-se uma simulação da estrutura arquitetônica do recinto com as alterações que objetivam proporcionar a praticidade e comodidade através da automação. Os elementos introduzidos constituem-se em: tela de projeção elétrica, persiana que será acoplada a um motor, dimmer para controle das lâmpadas, emissor infravermelho para comando ao ar condicionado e fechadura elétrica para a porta, tudo controlado através de um Raspberry PI 3 Model 3 com interface em um display próprio para a plataforma. **Conclusões:** As transformações propostas no projeto triunfam em fornecer a simplicidade e agilidade dos processos executados em uma sala de informática/aula, facilitando o dia a dia daqueles que a utilizam.

**Palavras-chave:** Automação. CEPEAGE. SketchUp. Projeção. Domótica.

## AUTONOMIA PRIVADA NA ARBITRAGEM

MACHADO, Rafael Simões<sup>1</sup>; MAIA, Afonso Spyer Brant<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Izabela Gomes<sup>1</sup>; RUFINO, Letícia Barbosa<sup>1</sup>; SOUZA, Maria Clara Pereira<sup>1</sup>; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A arbitragem, método alternativo de resolução de conflitos, caracteriza-se quando um terceiro imparcial, ao receber poderes por convenção privada, soluciona o conflito a respeito de direitos patrimoniais, sem intervenção estatal, baseando-se nos dados apresentados pelas partes. Tal instituto é regulamentado pela Lei 9.307/96 e pelo Decreto 4.311/02 e apresenta íntima ligação com o princípio da autonomia privada. **Objetivo:** Neste aspecto, objetiva a presente pesquisa analisar a moderna concepção da autonomia privada e a consequência desta na arbitragem. **Método:** Empregou-se no desenvolvimento desta análise, o método dedutivo mediante procedimento exploratório bibliográfico documental. **Resultados:** Verificou-se que o método confere grande liberdade as partes de regularem as consequências jurídicas presentes na convenção arbitral. Observa-se, pois, que é através do princípio da autonomia privada que se faz possível aos agentes definirem os efeitos, resultados e limites do negócio jurídico que pretendem realizar, inclusive a forma de resolução deste, na eventualidade do surgimento de eventuais conflitos. **Conclusão:** Conclui-se, assim, haver ligação essencial entre os institutos da autonomia privada e da arbitragem, já que esta é ponto fundamental da arbitragem, garantindo que as partes possam escolher as

consequências legais a que estarão submetidas e de que modo ocorrerá a resolução de conflito que possa vir a existir.

**Palavras-chave:** Autonomia Privada. Arbitragem. Solução de conflitos. Lei 9.307/96. Liberdade contratual.

## AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL E EQUILÍBRIO DE PORTADORES DA DOENÇA DE PARKINSON

MARQUES, Felipe Murta<sup>1</sup>; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A doença de Parkinson (DP) é uma desordem neurodegenerativa classificada como a segunda maior, afetando 0,03% da população em geral. É uma afecção crônica e progressiva do sistema nervoso que corresponde ao parkinsonismo primário. A instabilidade postural e quedas são comuns na DP, principalmente na fase avançada da doença. **Objetivo:** Avaliar a capacidade funcional e o equilíbrio de pacientes com DP, antes e após tratamento fisioterápico. **Método:** Foi recrutado dois pacientes portadores da DP, que após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi realizada a avaliação do estado geral da DP, através da escala de Hoehn and Yahr, da capacidade funcional, utilizando Índice de Barthel (IB), e do equilíbrio, por meio da Escala Equilíbrio de Berg (EEB). Os pacientes foram submetidos a um protocolo de tratamento que está dividido em três grupos de exercícios, durante dez sessões. Após o tempo de intervenção, o IB e a EEB foram novamente aplicadas. **Resultados:** Antes do protocolo de tratamento fisioterápico, os participantes obtiveram um escore, em média de  $95 \pm 0$  pontos no IB e,  $50 \pm 1,41$  pontos no EEB, classificando-os como independentes em ambos testes. Após as sessões, os mesmos obtiveram um novo escore, em média de  $100 \pm 0$  pontos no IB e,  $52 \pm 1,41$  pontos no EEB, mantendo-os na mesma classificação inicial, independentes. De acordo com esses dados, ocorreu aumento dos escores, cerca de 5,26% do IB e 4% do EEB. **Conclusão:** O presente estudo permitiu avaliar a capacidade funcional e o equilíbrio de dois pacientes com DP, no qual o protocolo proposto se mostrou eficiente na manutenção/reabilitação dessas habilidades, evidenciado pelo aumento dos escores das escalas de avaliação.

**Palavras-chave:** Doença de Parkinson. Capacidade Funcional. Equilíbrio. Fisioterapia.

## AVALIAÇÃO DA DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE EM POPULAÇÃO ENCARCERADA

BOTELHO, Matheus Cardoso Murta<sup>1</sup>; FERREIRA, Thiago Vinícius dos Santos<sup>1</sup>; ALKMIM, Alice Silva<sup>1</sup>; BATISTA, Brunna Barros<sup>1</sup>; MÁXIMO, Keomas<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** As prisões brasileiras possuem um conjunto de carências de natureza estrutural e processual que afetam de forma direta os resultados produzidos em relação à pretendida ressocialização e saúde dos reclusos. Aspectos como ócio, superlotação, pouca quantidade de profissionais dedicados à saúde, ao serviço social e à educação, além de estrutura precária e ambiente insalubre, incorporam o estigma e atuam como fomentadores de diferentes enfermidades (CONSTANTINO et al., 2016). **Objetivo:** Verificar a prevalência de depressão, ansiedade e estresse em presidiários. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal e quantitativo, realizado no período de 20 de agosto de 2017 a 10 de maio de 2018, com uma população de 119 detentos. A amostragem foi por conveniência durante o banho de sol dos presidiários. A coleta de dados foi realizada nas dependências do Presídio Regional de Montes Claros, em sala reservada. Após os detentos assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados e acompanhados por um agente penitenciário, aplicaram questionário sociodemográfico, contendo idade, raça e uso de drogas ilícitas e um questionário validado para a língua portuguesa: o EADS-21, para avaliar níveis de depressão, ansiedade e estresse. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.002.394. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 20.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultados:** A amostra foi composta por 119 presidiários do sexo masculino, onde 50,8% tinham idade menor que 28 anos, 55,1% eram pardos e 68,7% relataram uso prévio de drogas ilícitas. Através do teste qui-quadrado,

evidenciou-se que os detentos que já fizeram uso de drogas ilícitas têm maior prevalência de ansiedade severa/extremamente severa ( $p= 0,000$ ). **Conclusão:** Os detentos que fizeram uso de drogas ilícitas previamente possuem maior prevalência de ansiedade severa/extremamente severa. Os resultados contribuem para a compreensão da associação da ocorrência de ansiedade com as variáveis investigadas, apontando indicadores para o planejamento de ações de adequação no sistema prisional, objetivando ampliar e qualificar a atenção à saúde mental dessa população e fornecer aos detentos um tratamento adequado.

**Palavras-chave:** Depressão. Ansiedade. Estresse. Encarcerados.

#### REFERÊNCIA:

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana Wernersbach. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 2089-2100, 2016.

### AValiação da Qualidade do Sono e Sonolência Diurna Excessiva em Acadêmicos de Medicina de uma Faculdade Particular de Montes Claros-MG

ANDRADE, Ingrid Aguiar Carvalho<sup>1</sup>; VERSIANI, Rodrigo Santos<sup>1</sup>; RABELO, Tarcísio Veloso<sup>1</sup>; RIBEIRO, Ana Clara Mendes<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Dormir é essencial para consolidação da memória, regulação da temperatura corporal e de funções endócrinas (FONSECA et al. 2015). Devido a essas funções, as perturbações do sono podem gerar alterações físicas, ocupacionais, cognitivas e sociais no indivíduo, comprometendo significativamente sua qualidade de vida (CALDAS et al. 2009). Estudantes de Medicina formam um grupo altamente susceptível a sofrer de transtornos do sono, por realizarem um curso de horário integral e exercerem atividades extracurriculares diversas, formando um grupo com padrão irregular de sono-vigília (MESQUITA; REIMÃO, 2010). **Objetivo:** Avaliar a qualidade do sono em acadêmicos de Medicina de uma faculdade particular no município de Montes Claros-MG. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado no período de 15 de agosto de 2017 a 20 de maio de 2018, com uma população de 600 estudantes de Medicina. A amostragem foi por sorteio aleatório pelos números das listas de chamada de cada turma. A coleta de dados foi realizada nas dependências das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc, em sala de aula. Após os acadêmicos assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados, aplicaram questionário sociodemográfico, contendo idade, sexo, cor/raça e período atual do curso, e um questionário autoaplicável e validado para a língua portuguesa: o *Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh* (PSQI), para avaliar a qualidade do sono. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.521.433. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 20.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultados:** A amostra foi composta por 248 estudantes de Medicina com média de idade de 22,9 anos (DP=3,77), dos quais 56,9% eram do sexo feminino, 49,6,0% eram brancos e na divisão da amostra em dois grupos, regime regular (1º ao 8º períodos) e internato (9º ao 12º períodos), 67,3% estavam no regime regular. Através do teste qui-quadrado, evidenciou-se que os estudantes do internato têm menor duração do sono se comparado aos acadêmicos do regime regular ( $p= 0,004$ ). **Conclusão:** Os acadêmicos do internato possuem sono com menor duração. Os resultados contribuem para a compreensão da associação da qualidade do sono com as variáveis investigadas, apontando indicadores para o planejamento de ações de adequação no planejamento das atividades acadêmicas e promoção da saúde para essa população, visando auxiliar em suas necessidades durante o período de graduação e assim aprimorar sua formação profissional e pessoal.

**Palavras-chave:** Sono. Educação de graduação em medicina. Inquéritos e questionários.

#### REFERÊNCIAS:

CALDAS, S. G. F. R.; RIBEIRO, A. A.; SANTOS-PINTO, L. A. M. D.; MARTINS, L. P.; MATOSO, R. M. Efetividade dos aparelhos intrabucais de avanço mandibular no tratamento do ronco e da síndrome da

apneia e hipopneia obstrutiva do sono (SAHOS): revisão sistemática. **Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial**, p. 74-82, 2009.

FONSECA, A. L. P.; ZENI, L. B.; FLÜGEL, N. T.; SAKAE, T. M.; REMOR, K. V. T. Estudo comparativo sobre qualidade do sono entre universitários de uma instituição de ensino do sul catarinense. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 44, n. 4, p. 21-33, 2015.

MESQUITA, G.; REIMÃO, R. Quality of sleep among university students: effects of nighttime computer and television use. **Arquivos de neuro-psiquiatria**, v. 68, n. 5, p. 720-725, 2010.

## AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO COMPREENDIDA ENTRE A NUTRIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

OLIVEIRA, Amanda Teixeira Duque de<sup>1</sup>; SANTOS, André Samuel de Souza<sup>2</sup>; RODRIGUES, João Víctor Cordeiro<sup>3</sup>; RIBEIRO, Leander de Almeida<sup>4</sup>; PARAÍSO, Rosa Maria Ruas<sup>5</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>6</sup>

1,2,3,4,5 Discentes das FIPMoc; 6 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A nutrição infantil assume importante papel na vida da criança desde o nascimento até os primeiros anos de vida e se realizada adequadamente é um dos principais fatores para o crescimento, maturação e manutenção de funções corporais, além da prevenção de doenças (FRAGA e VARELA, 2012). Fatores como o aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida de um lactente associado à alimentação complementar após esse período possibilitam um aporte nutricional para o perfeito desenvolvimento neuropsicomotor (BRASIL, 2012). **Objetivo:** Analisar a influência da nutrição no desenvolvimento infantil, considerando o período compreendido desde o nascimento até os dois anos da criança. **Métodos:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, utilizando artigos publicados, a partir do ano de 1990, nas bases de dados Scielo, Pubmed, Lilacs e em cartilhas do Ministério da Saúde. **Resultados** A nutrição, se realizada de forma adequada, é um dos principais fatores para o crescimento, maturação e manutenção de funções corporais e, também, prevenção de doenças. No primeiro ano de vida infantil a nutrição se revela como um fator primordial para o desenvolvimento, sendo a promoção do crescimento somático um dos aspectos que garantem o desenvolvimento cerebral apropriado. O aleitamento materno, sobretudo nos primeiros seis meses de vida de um lactente, por ser rico em nutrientes e proteínas essenciais, é fundamental para o crescimento infantil, além de que a amamentação potencializa a inteligência, proteção contra infecções infantis e má oclusão, e possível redução da ocorrência de sobrepeso e diabetes, além de prevenir a morbidade infantil por infecções respiratórias, otite média e diarreia. E, por fim, no período posterior aos 6 meses da criança, a alimentação complementar atua de forma a garantir o aporte nutricional para o perfeito desenvolvimento neuropsicomotor, já que após esse período, o leite materno não é o suficiente. **Conclusão:** A relação entre a nutrição e o desenvolvimento neuropsicomotor infantil é evidente. Desse modo, a alimentação saudável deve contribuir para o crescimento e desenvolvimento adequados, fortalecer o funcionamento de órgãos, e do organismo, atuando na prevenção de doenças em curto e longo prazo, como a anemia e as doenças crônicas, garantindo o bom desenvolvimento neuropsicomotor infantil.

**Palavras-Chave:** Aleitamento. Desenvolvimento Neuropsicomotor. Nutrição.

### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2ª ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

FRAGA, Jeovane Alberto Alves; VARELA, Danielle Santiago da Silva. A relação entre a desnutrição e o desenvolvimento infantil. *Revista da Associação Brasileira de Nutrição*. 4, 5, 2012.

## AValiação de Satisfação Seguidores da Igreja Católica, Igreja Batista e Igreja Universal em Montes Claros – MG

Marcelo Vieira LOPES, Marcelo Vieira<sup>1</sup>; LOPES, Vânia Silva Vilas Boas Vieira<sup>2</sup>; FIGUEIRA, Larissa.<sup>3</sup>

1 Docente da Unimontes; 2 Docente do Curso de Administração das FIPMoc; 3 Analista de Sistemas.

**Introdução:** A intensa disputa pelos fieis entre as Igrejas torna-se inerente também a formulação de estratégias de marketing para conquistar novos seguidores como a fidelização dos fieis. A importância de analisar a satisfação e os elementos que inibem e incentivam os seguidores das Igrejas se deve ao fato da necessidade das Igrejas recorrerem ao marketing para a satisfação e fidelização dos fieis. A escolha das Igrejas pesquisadas foi feita em função das mesmas serem significativas em termos de seguidores no contexto da cidade escolhida. **Objetivo:** O presente estudo busca analisar as atitudes de satisfação dos seguidores da Igreja Católica, Igreja Batista e Igreja Universal. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de compreender o comportamento das pessoas em relação à permanência, ingresso e saída das Igrejas consideradas. A fundamentação teórica considerou campo religioso e *marketing* religioso com a adequação da Teoria do Comportamento do Consumidor e Satisfação do Consumidor na perspectiva mercadológica. **Método:** A pesquisa é do tipo descritiva. A unidade de análise compreende os seguidores da Igreja Católica, Igreja Batista e Igreja Universal e a unidade de observação as Igrejas. Utilizou-se a análise multivariada e testes paramétricos para análise dos resultados da pesquisa. **Resultados:** Os resultados para a avaliação de satisfação indicam a existência de diferenças significativas de satisfação entre os públicos considerados da Igreja Católica (Média de satisfação = 4,64), Igreja Batista (Média de satisfação = 4,31) e Igreja Universal (Média de satisfação = 3,98). Conforme Oliver (1997), satisfação é a resposta da realização do consumidor, através dos benefícios que um bem ou serviço proporcionam, ou estão proporcionando, ao atender às suas necessidades. Churchill e Suprenant (1982) afirmam que as expectativas de satisfação são: confirmadas (quando o desempenho do bem ou serviço está de acordo com o esperado); negativamente desconfirmada (quando o desempenho do bem ou serviço está abaixo do esperado, o que significa insatisfação); positivamente desconfirmado (quando o desempenho do bem ou serviço está acima do esperado). **Conclusão:** A satisfação tende a ser confirmada para a Igreja Católica e para a Igreja Batista e negativamente desconfirmada para a Igreja Universal.

**Palavras-chave:** Igreja. *Marketing*. Comportamento do consumidor.

## AValiação do Risco Cardiovascular em Mulheres Climatéricas

COELHO, Wanessa do Nascimento<sup>1</sup>; LOPES, João Marcos de Paula<sup>1</sup>; MACEDO, Mônica Thaís Soares<sup>1</sup>; BARBOSA, Bruna Gabrielle Soares<sup>1</sup>; GUIMARÃES, Mariana Soares<sup>1</sup>; SANTAROSSA, Geovana<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>

1Discente da Unimontes; 2Docente daUnimontes/FIPMoc

**Introdução:** As doenças cardiovasculares constituem um grave problema de saúde pública, visto que apresentam altos índices de prevalência, alta mortalidade e um aumento significativo com o envelhecimento da população, atingindo especialmente o sexo feminino (MEIRELLES, 2014). Silva *et al.*, (2016) relata que a passagem pelas fases do climatério às coloca como um grupo vulnerável a doenças cardiovasculares, visto que as alterações metabólicas e a aproximação da senilidade aumentam os fatores de risco associados a essa patologia. **Objetivo:** Avaliar o risco cardiovascular em mulheres climatéricas assistidas na atenção primária na cidade de Montes Claros/Minas Gerais. **Método:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado na zona rural e urbana do município da cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Foi efetivado entre agosto de 2014 e janeiro de 2015, com uma amostra de 874 mulheres climatéricas com idades entre 40 e 65 anos atendidas pelas Estratégias da Saúde da família do município. Para seleção da amostra foi feito um plano amostral em dois estágios: Primeiro, foi realizado um sorteio por conglomerado para seleção das Estratégia da Saúde da Família (ESFs), em seguida foi feita um sorteio aleatório simples considerando o período do climatério (pré, peri e pós menopausa) entre as mulheres cadastradas dentro do respectivo ESF sorteado. Logo após foi agendado o dia para as mulheres selecionadas comparecerem a ESF. Os dados foram coletados por meio do Escore de Risco Global de Framingham (ERF). O tratamento dos dados foi realizado com o programa estatístico SPSS, versão 20.0, através de uma análise descritiva da amostra para estimar prevalência do risco cardiovascular. Por se tratar de um estudo envolvendo humanos, foi submetido ao Comitê de Ética das Faculdades Integradas Pitágoras, cujo parecer remete ao número

817.166.**Resultados:** Foi possível observar que 44,1% das mulheres climatéricas apresentam baixo risco cardiovascular, 48,4% apresentavam risco intermediário e 7,5% das mulheres apresentam risco alto. Ao analisar a prevalência de risco cardiovascular considerando o estado menopausal, foi possível observar que a frequência do alto risco cardiovascular foi mais evidente nas mulheres que estavam na peri-menopausa (40%) e pós menopausa (53,4). **Conclusão:** Pode-se concluir que o avançar do período menopausal sugere o acometimento para o desenvolvimento do alto risco cardiovascular. Identificar as fases do climatério, bem como diagnósticos do risco cardiovascular, pode contribuir para que estratégias sejam incorporadas aos serviços de atenção primária, diminuindo o índice de acometimentos dessa patologia em mulheres climatéricas.

**Palavras-chave:** Risco cardiovascular. Mulheres climatéricas. Menopausa.

#### REFERÊNCIAS:

MEIRELLES R. M. R. Menopausa e síndrome metabólica. *ArqBrasEndocrinolMetab*, v.58(2), 91-96, 2014.

SILVA, Júnia.; DANTAS, Isa.; FARIA, Cleide.; CÂNDIDO, Rianne.; *Revista Perquirere*.2016;13(2): 173-188.

#### AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE RUÍDO DE UM TRATOR AGRÍCOLA EM FUNÇÃO DO RAIOS DE AFASTAMENTO E ROTAÇÃO DO MOTOR

FERNANDES, Victor Lucas<sup>1</sup>; SOUZA, Luiz Henrique de<sup>4</sup>; SOUTO, Marcelo Pereira<sup>2</sup>; MEDEIROS, Pablo Rafael Lopes de<sup>3</sup>; SOUZA, Igor Sinval de Pinho Veloso e<sup>3</sup>; LIMA, Paula Macelly da Silva<sup>3</sup>; FILHO, João Evandro da Fonseca<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc; <sup>3</sup>Discentes da UFMG; <sup>4</sup>Docente da UFMG

**Introdução:** Os ruídos emitidos por máquinas agrícolas podem causar danos aos trabalhadores quando submetidos a longos períodos de exposição. Um exemplo dessas máquinas são os tratores agrícolas, que tracionam diversos tipos de implementos. **Objetivo:** O trabalho teve como finalidade, avaliar o nível de ruído emitido por um trator agrícola em função do raio de afastamento e da rotação do motor. **Método:** O experimento foi realizado em local plano, sem obstáculos e declives, na Universidade Federal de Minas Gerais, campus regional de Montes Claros. A fonte de ruído foi um trator agrícola TL.75E-New Holland, e foram utilizadas três diferentes rotações: 750, 1900 e 2400 rpm. O ruído foi determinado através de um decibelímetro marca Skill-Tec modelo Skdec-01, e o raio de afastamento foi definido por dez pontos espaçados igualmente de um metro, sendo o primeiro ponto medido próximo ao operador do trator agrícola. **Resultados:** O nível de ruído foi maior quando o trator agrícola trabalhou com a rotação alta (2400rpm), no primeiro ponto foi medido 90,5 dB e no último ponto mediu-se 75,6 dB. Na rotação média (1900rpm) o primeiro e último ponto foi medido 86,4 e 71,4 dB respectivamente. Na rotação mais baixa (750rpm), o nível de ruído máximo foi 65,6 dB. **Conclusão:** Com base nos resultados, verifica-se que na rotação alta e média os ruídos ficaram acima do limite estabelecido pela NR-15, de 85 dB para oito horas de exposição diária.

**Palavras-chave:** Mecanização Agrícola. Ruído. Ergonomia.

#### REFERÊNCIAS:

FERNANDES, H.C. Avaliação do nível de ruído emitido por um conjunto trator pulverizador com e sem assistência de ar. *Engenharia na Agricultura*, v.16, n.4, p.400-407, 2008.

PIMENTA JUNIOR, C.G.; DELMOND, J.G.; CUNHA, J.P.B.; COUTO, R.F.; LEONÍDIO, D.M.; REIS, E.F. Análise espacial do nível de ruído emitido por trator agrícola. *Revista Brasileira de Ciências Agrárias*, 2012, v.7, n.3, p.514-520.

## AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS SONOROS DE UM TRATOR AGRÍCOLA DURANTE O PREPARO DE SOLO

FERNANDES, Victor Lucas<sup>1</sup>; SOUZA, Luiz Henrique de<sup>4</sup>; SOUTO, Marcelo Pereira<sup>2</sup>; MEDEIROS, Pablo Rafael Lopes de<sup>3</sup>; SOUZA, Igor Sinval de Pinho Veloso e<sup>3</sup>; LIMA, Paula Macelly da Silva<sup>3</sup>; FILHO, João Evandro da Fonseca<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc; <sup>3</sup>Discentes da UFMG; <sup>4</sup>Docente da UFMG

**Introdução:** O preparo do solo visa à melhoria das condições físicas e químicas para garantir o melhor desenvolvimento da cultura. Essa atividade é realizada com o auxílio de tratores e implementos agrícolas. Ao desenvolver esta operação, entretanto, os operadores se expõem durante a atividade a níveis de ruídos que podem causar riscos à saúde. **Objetivo:** O trabalho teve como finalidade, avaliar o nível de ruído emitido por um trator agrícola tracionando uma grade aradora durante a atividade de preparo de solo. **Método:** O experimento foi realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, campus regional de Montes Claros. A fonte de ruído foi um trator agrícola TL.75E-New Holland, com uma grade aradora da marca Tatu que foi utilizada na posição aberta e fechada. O ruído foi determinado através de um decibelímetro marca Skill-Tec modelo Skdec-01, instalado próximo ao ouvido do operador. **Resultados:** O nível de ruído foi maior quando o trator agrícola trabalhou com a grade aradora aberta, variando de 91 a 94 dB, possivelmente devido ao fato da maior força de tração demandada, exigindo maior esforço do trator e maior vibração da grade nesta posição. Já com a grade aradora fechada os valores variaram de 88 a 92 dB. **Conclusão:** Com base nos resultados, verifica-se que em ambos os casos (grade fechada e aberta), os ruídos ficaram acima do limite estabelecido pela NR-15, de 85 dB para oito horas de exposição diária. Recomenda-se neste caso o uso do protetor auricular.

**Palavras-chave:** Preparação de solo. Ruído. Ergonomia.

## AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE PRÓTESES TRANSTIBIAIS

ORNELLA, Daniela Oliveira<sup>1</sup>; LIMA, Erica Costa<sup>1</sup>; CHAGAS, Gabriella Ramos<sup>1</sup>; MARINHO, Helga Molinari<sup>1</sup>; BOTELHO, Lucas Roberto de Souza<sup>1</sup>; MARTINS, Mariana Matos<sup>1</sup>; SERPA, Pedro Henrique Ribeiro<sup>1</sup> e RODRIGUES, Humberto Gabriel<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A amputação transtibial ocorre entre a articulação tibiotársica e o joelho, representando o tipo de remoção mais comum, classificada em três níveis: proximal, médio e distal. Considerando-se estatísticas de um estudo de análise quantitativa de pacientes amputados de membros inferiores, 64,1% são usuários de prótese, fator que evidencia a representatividade dessa modalidade terapêutica (GUARINO et al., 2007). **Objetivo:** Avaliar as características estruturais de próteses transtibiais. **Método:** Trata-se de uma revisão sistemática, com natureza qualitativa. A busca bibliográfica foi desenvolvida nas bases de dados científicos: SciELO, LILACS e CAPES. Na pesquisa foram examinados, de forma a avaliar a qualidade das estruturas das próteses transtibiais, 35 artigos e duas dissertações de mestrado publicados nos últimos 20 anos. Após a análise, 16 artigos e duas dissertações de mestrado publicados nos últimos 19 anos foram classificados como relevantes, bem como selecionados para esse estudo. **Resultados:** As próteses são compostas por diferentes materiais, sendo que se busca encontrar matérias-primas cada vez mais leves e resistentes, que proporcionam o maior grau de conforto possível para os pacientes. Para complementar o aparato das próteses ortopédicas transtibiais, se houver um bom nível de amputação, é possível utilizar diferentes componentes, além de vários encaixes, acessórios de suspensão e pés. Sendo assim, cada um desses componentes tem função importante na qualidade da prótese. Existem dois tipos de próteses: as exoesqueléticas e endoesqueléticas, que possuem em sua estrutura vários encaixes, acessórios de suspensão e pés, que se diferenciam pelo grau de conforto e praticidade que proporcionam. **Conclusão:** Considerando a diversidade de características estruturais de próteses transtibiais, evidencia-se, portanto, que a composição endoesquelética, com encaixe *Total Surface Bearing* (TSB), joelho policêntrico e pé de resposta dinâmica é representada como a escolha mais vantajosa. Assim, essa opção proporcionará maior facilidade de alinhamento biomecânico, dispersão de forças sobre o coto, maior resistência, movimentos no joelho em vários eixos, além de menor gasto energético, maior estabilidade e segurança, com uma estética favorável, fatores que contribuem para o processo de reabilitação do paciente.

**Palavras-chave:** Amputação. Locomoção. Marcha. Prótese articular.

**REFERENCIA:**

GUARINO, P.; CHAMLIAN, T. R.; MASIERO, D. Retorno ao trabalho em amputados dos membros inferiores. *Acta Fisiátr.*, São Paulo, v.14, n.2, p.100-103, maio 2007.

**BAIXO PESO AO NASCER, RELAÇÃO COM O APGAR DO 5º MINUTO NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – 2014 A 2016**

LIMA, Adriana Ramos de; SILVA, Iany Mikaelle da; SANTOS, Luan Silva; MOURA, Paula Maria Silveira Soares

**Introdução:** A escala de Apgar permite verificar o estado clínico do recém-nascido e identificar aqueles que necessitam de assistência, avaliando os riscos de uma asfixia perinatal. Ela consta de cinco critérios: frequência cardíaca, respiração, tônus muscular, irritabilidade reflexa e coloração da pele. Cada item recebe valores que variam de 0 a 2, sendo que, quanto maior a pontuação, melhores são as condições ao nascimento. **Objetivo:** Teve como objetivo realizar uma análise dos dados do DATASUS, sobre a nota do apgar do 5º minuto em relação com o peso ao nascer. **Metodologia:** O presente estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica de 1 artigo do banco de dados scielo no idioma português, e análise de dados do (DATASUS) onde foram extraídos dados de 2014 a 2016 do município de Montes Claros, MG. **Resultados:** Foram analisados 1711 crianças com peso inferior a 2500g. 30 lactentes tiveram peso menor que 500g, 8 deles tiveram apgar de 0 a 2, 4 tiveram apgar 3 a 5, 2 tiveram apgar de 6 a 8 e 16 tiveram apgar de 8 a 10. 121 lactentes nasceram com peso de 500 a 999g, 15 deles tiveram apgar de 0 a 2, 13 tiveram apgar de 3 a 5, 33 tiveram apgar de 6 a 7 e 60 tiveram apgar de 8 a 10. 176 lactentes tiveram peso de 1000 a 1499g, 3 deles tiveram apgar de 0 a 2, 5 tiveram apgar de 3 a 5, 25 tiveram apgar de 6 a 7 e 139 tiveram apgar de 8 a 10, 4 foram ignorados. 1384 lactentes nasceram com peso de 1500 a 2499g, 7 deles tiveram apgar de 0 a 2, 14 tiveram apgar de 3 a 5, 47 tiveram apgar de 6 a 7, e 1305 tiveram apgar de 8 a 10, 11 foram ignorados. **Conclusão:** Conclui-se que dos 1711 lactentes analisados, apenas 69 deles tiveram apgar <6, que é considerado muito baixo e é preocupante pois o baixo índice do apgar no 5º minuto representa um risco elevado de morte prematura, apesar do baixo peso o restante dos lactentes estão com nota satisfatória e não apresentam risco nestes requisitos.

**Palavras-chave:** Apgar do 5º minuto. Peso ao nascer.

**REFERÊNCIAS:**

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvmg.def>

CORRÊA, RR, SALGE; AK, RIBEIRO, GA; FERRAZ, ML; REIS, MA, CASTRO, EC. Anatomic and pathological placenta alterations and Apgar score variations. *Rev Bras Saude Mater Infant* 2006;6:239-43.

STOLL, BJ. **Panorama da morbidade e mortalidade.** In: Kligman RM, Behrman RE, Jenson HB, Stanton BF, editors. *Tratado de Pediatria.* 18th ed. São Paulo: Elsevier; 2009. p. 679.

**BARRIGA DE ALUGUEL**

SILVA, Dallila Pâmela; MARTINS, Maria Fernanda Matos<sup>1</sup>; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes<sup>2</sup>; Discente das FIPMoc<sup>1</sup>; Docente das FIPMoc<sup>2</sup>

**Introdução:** Atualmente, cada vez mais comuns são os procedimentos de reprodução assistida, como, por exemplo, a denominada ‘barriga de aluguel’, procedimento artificial, que possui a fertilização *in vitro* como a técnica mais utilizada e consiste na utilização do material genético do casal pretendente no útero que irá gerir. Neste aspecto, percebe-se surgir um novo paradigma referente à paternidade e maternidade e, especialmente, ao instituto da filiação. **Objetivo:** A presente pesquisa objetiva apresentar as noções básicas que permeiam gravidez por substituição possibilitando o esclarecimento de suas características primárias. **Método:** Empregou-se no desenvolvimento desta análise, o método dedutivo mediante procedimento exploratório bibliográfico documental. **Resultados:** O Direito brasileiro não possui lei específica acerca da gravidez por substituição, apesar da Resolução 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina determinar a proibição da doação temporária do útero com pretensão pecuniária e do Provimento 52 do Conselho

Nacional de Justiça assegurar direitos ao casal sobre o filho nascido por reprodução assistida. **Conclusão:** Conclui-se haver ausência de regulamentação acerca do tema e de suas definições, o que faz surgir incógnitas quanto a sua aplicação.

**Palavras-chave:** Barriga de aluguel. Gravidez. Doação temporária do útero. Resolução 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina. Provimento 52 do Conselho Nacional de Justiça.

## BENEFICIAMENTO DO OURO ASSOCIADO AO ARSÊNIO

SIQUEIRA, Thiago Ribeiro<sup>1</sup>; ALVES, Pedro Henrique Alves<sup>1</sup>; SOUZA-SILVA, Herbert<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc:

**Introdução:** O estado de Minas Gerais lidera a produção de ouro no país, a produção do estado em 2015 atingiu 52.296.730t de *run of mine* (ROM), chegando a 31.349kg de ouro contido que apresenta teor médio de 0,60g/t, podendo chegar a 100% de recuperação após o beneficiamento (DNPM, 2016). Desta forma, a etapa de beneficiamento se torna indispensável para a produção de minerais auríferos, devido aos baixíssimos teores apresentados, necessitando de uma alta produção com um baixo custo operacional. A associação do ouro (Au) junto ao arsênio (As), que na lista de classificação de substâncias nocivas à saúde humana se encontra no Grupo 1 (ASTDR, 2007), ocorre quando minério de ouro se encontra em rochas ricas em arsenopiritas (FeAsS), como acontecem em Paracatu (MG), no Quadrilátero ferrífero (MG), em Crixás (GO), e na Fazenda Brasileiro (BA) (Costa, 2016). **Objetivo:** Objetivo geral da pesquisa é analisar o método de beneficiamento do ouro associado ao arsênio, buscando levantar os processos de beneficiamento do ouro, focando na separação da arsenopirita do ouro e as medidas de controle de poluentes. **Método:** Para a execução do presente trabalho, realizou-se uma pesquisa descritiva, tomando-se uma abordagem qualitativa. A unidade de análise foi-se de caráter bibliográfica por meio de artigos científicos. **Resultados:** Como resultado observou-se que o beneficiamento do ouro se divide em diversas operações até que se atinja as especificações exigidas, referindo-se de forma global: O minério aurífero quando sulfetado tende a ter uma maior associação com a arsenopirita do que o minério oxidado, após a cominuição. Dificultando a separação pela diferença de densidade na concentração densitária, etapa na qual se separa grande partes dos minerais indesejáveis. Na flotação há uma diferenciação dos minerais pelas propriedades superficiais naturais ou induzidas por surfactantes, através de misturas heterogêneas de partículas suspensas em meio aquoso, baseando-se pelos graus de hidrofobicidade. A arsenopirita é principalmente separada no processo de flotação, na qual o processo será acometido pelo grau de oxidação do material. Contudo, impedindo uma flotação mais eficiente, aumentando a necessidade de uma extração hidrometalúrgica mais laboriosa. Na etapa de extração hidrometalúrgica obtém-se um pré-concentrado na extração do ouro por dissolução, utilizado o cianeto para o processo de lixiviação. Por último, faz-se o uso da adsorção em carvão ativado nas soluções cianetadas para extração do metal através da eletrolise com zinco. Antes de ser incorporado a barragem de rejeitos, os resíduos com arsênio e outros elementos são dispostos em tanques específicos impermeabilizados, para degradação desses poluentes pelo sol e os resíduos são gerenciados para a barragem, seguindo as normas de disposição dos drenos. **Conclusão:** Conclui-se que é custoso o beneficiamento desde específico mineral aurífero, pela dificuldade de liberação do ouro ligado à arsenopirita na cominuição e conseqüentemente nos processos desitários e flotação, visto que grande parte do ouro permanece disseminado na arsenopirita. Conclui-se igualmente que o arsênio não recebe nenhum tratamento específico além da simples degradação do sol antes de ser lançado à barragem de rejeito. Acarretando por fim, discussões na comunidade científica sobre os possíveis impacto gerados.

**Palavras-chave:** Arsênio. Ouro. Beneficiamento.

### REFERÊNCIAS:

ASTDR. **Toxicological Profile for Arsenic.** Agency for Toxic Substances and Disease Registry. Atlanta, p. 500. 2007.

COSTA, F. R. **Caracterização tecnológica do minério de ouro da Mina Morro do Ouro - Paracatu, MG.** Escola Politécnica da USP. São Paulo, p. 148. 2016.

DNPM. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais substâncias metálicas 2016.** Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília, p. 36. 2016.

## BENEFÍCIOS DO LÚDICO NA PSICOTERAPIA INFANTIL

OLIVEIRA, Gabriella de Sá<sup>1</sup>; NUNES, Flávio Marconiedson<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Isabela de Sá<sup>3</sup>; CANGUSSU, Lara Santos<sup>4</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>5</sup>

1Psicóloga pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino- UNIMONTES; 2Discente das FIPMoc; 3-4Discentes da UNIMONTES; 5Docente das FIP-Moc

**Introdução:** A ludoterapia é uma técnica de investigação clínica por meio dos brinquedos. Através do brincar, a criança expressa o seu pensar e sentir, criando símbolos lúdicos que funcionam como linguagem interior. **Objetivo:** O estudo objetivou compreender o lúdico na psicologia infantil e os benefícios da sua aplicabilidade no processo de investigação clínica e psicoterapêutica. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa constituída pelo levantamento de artigos científicos, dos últimos dez anos, indexados nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde), PePSIC (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). Foram utilizados como descritores de busca os termos psicologia da criança, psicologia do desenvolvimento, ludoterapia e psicanálise infantil. Os artigos selecionados possuíam, como critérios de inclusão, a exposição de benefícios implicados à utilização da ludoterapia. **Resultados:** A técnica lúdica pode ser utilizada em tratamentos psicoterapêuticos de orientação, prevenção ou intervenção em distúrbios de aprendizagem, psicossomáticos e de socialização, além de permitir a avaliação e diagnóstico da estrutura mental com a expressão da brincadeira simbólica. O brincar oferece experiências inovadoras que favorecem a redução da ansiedade, estabilidade de humor, desenvolvimento psicomotor e aquisição de novas habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento integral. Gastaud, *et al.*, (2011) estimam que 10 a 20% das crianças brasileiras sofrem de problemas psicológicos e, dentre estas, poucas recebem atendimento especializado. As crianças mostram que existe uma intimidade entre o lúdico e o processo de compreensão do mundo, buscam experimentar a tensão que é questionar o mundo exterior através do faz-de-conta. Através do brincar forma-se o vínculo com o psicoterapeuta e a brincadeira começa a expressar o mundo interno infantil. A ludoterapia se dá em diferentes etapas que vão desde a entrevista inicial até às sessões direcionadas ao infante e de orientação aos pais, o que favorece a transferência positiva com a criança e o treinamento da plasticidade psíquica. O psicoterapeuta observa e interpreta as projeções infantis que podem denunciar a problemática central do pequeno cliente. **Conclusão:** O lúdico apresenta-se como uma necessidade do ser humano e a sua aplicabilidade na psicoterapia infantil facilita o processo de desenvolvimento da aprendizagem, socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento, colaborando para a saúde mental.

**Palavras-chave:** Psicologia. Psicologia da criança. Psicologia do desenvolvimento.

### REFERÊNCIAS:

GASTAUD, M. B.; BASSO, F.; SOARES, J. P. G.; EIZIRIK, C. L.; NUNES, M. L.T. Preditores de não aderência ao tratamento na psicoterapia psicanalítica de crianças. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v.33, n.2, p.109-115, 2011. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v33n2/1328.pdf>

## BIOCOMBUSTÍVEIS NA AVIAÇÃO-UMA ALTERNATIVA BIODIVERSIFICADA

NOVAIS JÚNIOR, Elton Gomes<sup>1</sup>; SILVA, Vinicius Samuel Pereira<sup>2</sup>; MOREIRA, Bárbara de Paula<sup>3</sup>Mecânico Aeronáutico-Safran Helicopter Engines Academy, Discente da Pós-graduação em Engenharia de Manutenção Aeronáutica-PUC Minas; <sup>2</sup>Mecânico Aeronáutico-Safran Helicopter Engines Academy, Discente do Mestrado em Engenharia Mecânica- UFMG;<sup>3</sup>Discente do Curso de Engenharia Aeronáutica-FUMEC

**Introdução:** A emissão de poluentes atmosféricos provenientes da queima de combustíveis fósseis pelas aeronaves tem aumentado nos últimos anos. O setor é hoje responsável por 5% da emissão de dióxido de carbono, óxidos de hidrogênio, sulfatos e outras partículas poluentes na atmosfera devido ao uso do Querosene de aviação – QAV pelas aeronaves comerciais. Embora existam esforços para produção de turbinas aeronáuticas mais eficientes, a crescente demanda de voos e aeronaves tem chamado a atenção dos órgãos de preservação do meio ambiente que fazem um alerta aos fabricantes sobre a necessidade de desenvolvimento de turbinas aeronáuticas que utilizem combustíveis menos nocivos à atmosfera.

Os novos tipos de combustíveis, como o biocombustível, também conhecido como bio-óleo, é uma esperança na redução de poluentes pela característica de não conter enxofre, possuir baixo índice de hidrocarbonetos poliaromáticos, alto teor de oxigênio, ser parcialmente solúvel em meio aquoso, baixo pH, alto peso molecular e poder calorífico inferior se comparado aos derivados de petróleo (ROSILLO-CALLE; BAJAY; ROTHMAN, 2005). **Objetivo:** Verificar a aplicação de biocombustíveis em substituição ou adição aos atuais derivados de petróleo, cuja reação química de combustão seja capaz de serem absorvidos no meio ambiente pelas plantas através da fotossíntese, diminuindo a emissão de gases que contribuem para o efeito estufa e por não conterem metais pesados e aditivos químicos, preservando o meio ambiente. **Métodos:** Trata-se de uma análise qualitativa do uso de biocombustível em motores de aeronaves baseada em uma revisão bibliográfica e normas reguladoras de combustíveis. **Resultado:** A produção de biocombustíveis no Brasil em grande escala, vista a abundância de plantações de cana-de-açúcar, matéria-prima principal do biocombustível juntamente com óleos vegetais. Em uma pesquisa feita por graduandos do curso de Engenharia Química, onde produziram biodiesel a partir do óleo de cocolinha, percebeu-se que se trata de uma matéria-prima de boa qualidade para produção de biocombustíveis, com suas características e composição de ácidos graxos presentes. Utilizando o rotametanoica (como a rota de produção do biodiesel) e a colina metilica, utilizou-se metanol na proporção estequiométrica de 6:1, seis mols de metanol para cada mol de óleo de palma, ou seja, metanol em 100% de excesso e hidróxido de sódio como catalisador. Através dos processos de purificação dos produtos obtidos com a retirada de impurezas presentes, foi possível determinar os principais parâmetros de qualidade definidos pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), como a massa específica, viscosidade, ponto de congelamento e ponto de fulgor, além de determinar a quantidade de ésteres produzidos, através da utilização de um aparelho de Ressonância Magnética Nuclear (RMN), que indicou pureza acima de 98,5%. **Conclusão:** Atualmente, o principal desafio enfrentado na aviação para uso do biocombustível é o seu alto custo, visto que ainda estão sendo realizados pesquisas e testes específicos para analisar o seu desempenho. Por fim, se comprovado que de fato o biocombustível é sustentável, limpo e flexível para uso nos diversos modelos de aeronaves, será uma grande aposta para um futuro com menos degradação ambiental.

**Palavras-chave:** Aviação. Biocombustível. Meio Ambiente. Poluição.

#### REFERÊNCIA:

ROSILLO-CALLE, Frank; BAJAY, Sérgio V.; ROTHMAN, Harry. **Uso da Biomassa para Produção de Energia na Indústria Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2005.

#### BREVE ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

CALDEIRA, Marco Thulio Gomes<sup>1</sup>; DANTAS, Rodrigo Dias<sup>2</sup>; NASCIMENTO, Vinícius Amarante<sup>1</sup>; RAMOS, Elaine Cristina Cardoso<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Acadêmicos de Direito da UNIMONTES; <sup>2</sup> Professor do Curso de Direito das FIPMOC.

**Introdução:** Advindo o Código Civil de 2002, no tocante à sucessão *abintestato*, a Ordem da Vocação Hereditária sofreu mudanças significativas. O legislador civil optou pela retirada da Fazenda Pública do rol daqueles legitimados a suceder – “vez que não adquire, *mortis causa* e pelo princípio da *saisine*, os bens da herança, somente recolhendo os mesmos após verificado o estado de jacência da herança e sua conversão em patrimônio vago” (GONÇALVES, 2017) –; bem como conferiu ao cônjuge posição mais estimada em relação àquela conferida pelo Código Civil de 1916 – cite-se, a título de exemplo, o elenco do cônjuge no rol dos herdeiros necessários, além da possibilidade de concorrência com classes de herdeiros legítimos, chamados, por lei, a suceder antes dele. (BRASIL, 2002). **Objetivo:** Analisar as mudanças na Ordem da Vocação Hereditária provenientes da vigência do Código Civil de 2002. **Método:** revisão bibliográfica de doutrina de Direito Sucessório Brasileiro, bem como da Lei Civil Brasileira. **Resultado:** Tem-se como mudança expressa: a retirada da figura da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal do rol de deferimento da sucessão legítima, considerado, ao tempo de vigência do Código Civil de 1916, um rol taxativo; e a valorização do cônjuge supérstite, podendo esse agora concorrer diretamente com os descendentes, desde que não fosse casado com o falecido pelo regime da comunhão universal de bens, pelo regime da separação obrigatória de bens ou se, pelo regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares. É permitida também a concorrência do cônjuge com os ascendentes, sem prejuízo do direito de herdar a totalidade da herança nos casos de sucessão *ab intestato*, na falta de

descendentes e ascendentes ou com a renúncia desses. Há que se ressaltar que o rol de deferimento da sucessão legítima previsto no Código Civil de 2002 é exemplificativo, dado que não comporta a figura do companheiro. **Conclusão:** Uma vez que a abertura da sucessão é regulada pela lei vigente ao tempo desta, é incontestável a pertinência do estudo da legislação atualmente em vigor, bem como da legislação que vigorava anteriormente ao Código Civil de 2002. Além disso, as mudanças efetuadas pelo legislador contemporâneo demonstram a adequação à realidade hodierna: o cônjuge supérstite contribui com a formação do patrimônio do *de cujus* e, por conseguinte, deve auferir uma quota-parte, mesmo havendo a figura de ascendentes e descendentes. Também merece destaque a retirada da Fazenda Pública do rol de herdeiros legítimos. O rol do art. 1.829 do Código Civil de 2002 foi redigido buscando atingir a vontade presumida do falecido que não teve ou não se valeu da oportunidade de testar, sendo considerado anômalo aquele que pretende deixar seu patrimônio constituído em vida para o Estado. Não é plausível considerar este um herdeiro legítimo, vez que não adquire, em razão da morte e pelo princípio da *saisine*, o direito de suceder.

**Palavras-chave:** Ordem da Vocação Hereditária. Código Civil.

#### REFERÊNCIA:

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.  
GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**. vol.7. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### BREVE ANÁLISE DOS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA ANTE O BENEFÍCIO JUSTIÇA GRATUITA À LUZ DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA

SILVEIRA, Maria Rafaela Evangelista Silveira<sup>1</sup>; TERENCE, AnaluCaribé Gonçalves<sup>2</sup>; MÓL, Ana Lúcia Ribeiro<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discente da UNIMONTES; <sup>2</sup>Discente da UNIMONTES; <sup>3</sup> Docente da UNIMONTES.

**Introdução:** A Lei n. 13.467, que instituiu a Reforma Trabalhista, foi sancionada no dia 13 de julho de 2017, e trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro fortes alterações. Uma das mais notáveis inovações se refere ao benefício da justiça gratuita, que sofreu novas limitações, conforme dita a nova redação dos § 3º e § 4º do artigo 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este artigo trata da cobrança das custas concernentes ao processo trabalhista, de modo que foram alterados os parâmetros para concessão do benefício da gratuidade da justiça. Concomitantemente, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) assegura o direito de acesso à justiça, mas este só se mostra realmente efetivo quando se oferece condições reais para que seja invocado, inclusive, com a assistência judiciária gratuita aos pobres (CAPPELLETTI, 1988). **Objetivo:** O presente estudo busca compreender de que forma a alteração trazida pela Lei da Reforma Trabalhista em relação ao benefício da justiça gratuita impacta o direito de acesso à justiça, constitucionalmente previsto. **Método:** O método de abordagem utilizado foi o indutivo. Quanto à técnica de pesquisa, foi utilizada a revisão bibliográfica e pesquisa documental, com análise da legislação e doutrina reitora da matéria. **Resultados:** Com o advento da Lei n. 13.467/2017, foi modificada a redação do §3º do artigo 790 da CLT, além da inserção do §4º parágrafo, “de maneira a alterar a regência normativa do instituto da justiça gratuita e sua concessão no Direito Processual do Trabalho” (GODINHO, 2017, p. 323). A redação agora vigente deste artigo divide opiniões, uma vez que foi alterado o parâmetro numérico para presunção da hipossuficiência econômico-financeira do trabalhador (GODINHO, 2017, p. 325) no §3º, substituindo o critério econômico e objetivo de “perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal” (redação anterior à reforma trabalhista) pelo novo patamar de 40% do teto do Regime Geral da Previdência Social. A nova configuração dessa norma atrai críticas, Cassar e Borges (2017), apontam que o legislador foi à contramão do processo do trabalho, visto que foi desconsiderado o objetivo de proteção da parte hipossuficiente do processo trabalhista, isto é, o trabalhador, ao passo que apontam que o legislativo, de acordo com os novos critérios, passou a condicionar o deferimento da gratuidade da justiça à prova de miserabilidade. A CRFB/88, por sua vez, em seu artigo 5º, XXXV, dita que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito” (BRASIL, 1988), assegurando, assim, o direito de acesso à justiça. Por sua relevância, este direito transcende a conotação meramente formal, sendo intrinsecamente ligado aos direitos humanos, visto que para os social e economicamente vulneráveis, o amplo acesso à jurisdição só é viabilizado caso seja garantida a gratuidade da justiça. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que os novos parâmetros para concessão do benefício da justiça gratuita podem constituir como um óbice ao acesso à justiça, indo à contramão dos anseios da CRFB/88, posto que se nota limitação das condições de invocação da jurisdição pelo trabalhador, parte hipossuficiente do processo trabalhista.

**Palavras-chave:** Processo trabalhista. Gratuidade da justiça. Inafastabilidade da jurisdição.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei. 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em <<https://goo.gl/ht75Pd>>.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <<https://goo.gl/FVJf5L>>.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen GracieNorthfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES; Leonardo Dias. **Comentários à reforma trabalhista**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

GODINHO, Maurício Delgado. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

## BYTES, AFETOS E DADOS: NARRATIVAS SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO FILME EX MACHINA (2014)

SANTOS, Edrey Queiroz<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Engenharia Integrada pelas FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** A tecnologia tem sido objeto de estudos de diversos campos do conhecimento que lançam lume não apenas sobre sua dimensão técnica, mas ainda sobre sua dimensão social. Seus avanços, produtos e impactos transformam o cotidiano gerando alterações de natureza social, técnica e cultural. Discutir essas dimensões em perspectiva torna-se uma tarefa relevante na atualidade, tarefa que com o aporte da narrativa cinematográfica ganha contornos significativos em uma dimensão simbólica. **Objetivo:** Analisar as representações sobre inteligência artificial e as transformações sobre as práticas relacionais, a partir do filme *Ex Machina* (2014). **Método:** O estudo se caracteriza como do tipo descritivo, de natureza qualitativa e com abordagem documental, tendo por *corpus* o filme *Ex Machina* (2014). O procedimento de análise compreendeu a decupagem de cenas considerando trama, enredo, ambientação e personagens em confronto com a teoria de representações sociais (JODELET, 2002; DUARTE, 2003) e inteligência artificial (LÉVY, 1998) a partir de produtos de mídia, subsidiados ainda pelas técnicas de análise do discurso e do conteúdo em Maingueneau (2004) e Bardin (2007). **Resultados:** Dirigida por Alex Garland, a obra evoca a aproximação sócio-técnica entre sujeitos humanos e sujeitos e/ou objetos dotados de inteligência artificial, não se restringindo a componentes neurais, mas ainda à corporificação robótica dessa modalidade tecnológica de software inteligente. A dualidade humana no tocante a julgamentos morais, éticos e de percepção são projetados no espelho-máquina, contrastando a complexidade das interações e reações humanas ao mesmo grau de complexidade em andróides avançados. A narrativa ficcional estabelece um recurso narrativo de suspense ao tornar soturna e imprevisível a conduta do robô que faz parte do filme. Na interação com essa conduta, estão as emoções e relações dos sujeitos que representam as iniciativas criativas e mercadológicas da discussão tecnológica. Embora a acepção comum de robôs, softwares e inteligência artificial seja marcada pelo controle humano ou pelo utilitarismo industrial ou doméstico, o filme revela por meio da hipernarrativa, os contrastes (in)consequentes das interações humano-humano, humano-máquina e máquina-máquina (LÉVY, 1998). Nos objetos hiper-reais e ficcionais, a narrativa se torna um vetor da realidade, por meio da representação, seja do imaginário popular, seja da construção patente da sociedade (JODELET, 2002; DUARTE, 2013), como nas relações entre tecnologia e vida social em questão no filme. O contraste e o suspense como elementos narrativos tecem discussões não moralizantes sobre a dimensão sócio-técnica da relação entre sujeitos e tecnologia na contemporaneidade, deixando lacunas a serem preenchidas democraticamente pela via pública e privada pela via mercadológica. **Conclusão:** O filme destaca o futuro assistido da progressão técnica da inteligência artificial, alcançando novas camadas de complexidade lógica e de engenharia e, ainda, camadas de complexidade humana em meio ao exercício de linguagem, julgamento e conduta. *Ex Machina* (2013) revela a dimensão da faceta social da tecnologia e das engenharias como elemento imprescindível para discutir sua práxis e fundamentar seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Inteligência artificial. Cinema. Cibercultura.

**REFERÊNCIAS:**

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

DUARTE, R. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In \_\_\_\_\_. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris: PUF, 2002.

LÉVY, P. **Becoming virtual: reality in the digital era**. New York: Plenum Trade, 1998.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

**CÂNCER DE MAMA: A REPERCUSSÃO ECONÔMICA DA ABORDAGEM TERAPÊUTICA NA ÚLTIMA DÉCADA NO BRASIL**

SOUZA, Brenda Mendes<sup>1</sup>; MALVEIRA, Heitor Maia Henriques<sup>1</sup>; DE SOUZA Késia Lorrany Porto<sup>1</sup>;  
PAGANI, Luiz Filipe Lima Laranjeira<sup>1</sup>; MARTINS, Rayme Maia<sup>1</sup>; BARRAL, Ana Beatriz Cezar  
Rodrigues<sup>2</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do curso de Medicina, FIP-MOC. <sup>2</sup>Docente no curso de Medicina e Fisioterapia nas FIPMoc;

<sup>3</sup>Docente nas FIPMoc

**Introdução:** O câncer de mama, desconsiderando os tumores de pele não melanoma, representa a manifestação oncológica mais frequente e mortal entre mulheres, gerando um impacto na economia brasileira e na qualidade de vida dos pacientes afetados. **Objetivo:** Descrever a repercussão econômica do tratamento do câncer de mama na última década no Brasil. **Métodos:** Realizou-se um estudo epidemiológico descritivo, feito a partir de coleta de dados obtidos por meio da plataforma digital do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, entre o período de janeiro de 2008 a janeiro de 2018. Além disso, foram utilizados documentos bibliográficos de 2013 a 2018 relevantes ao tema abordado. **Resultados:** Em relação ao rastreamento do câncer de mama, foram realizadas 33.266.337 mamografias bilaterais, demonstrando um gasto de R\$ 1,50 bilhões. Considerando os tratamentos quimioterápicos, foram realizadas 2.181.648 sessões nesse período, sendo que, de acordo com os estágios clínicos, descrevem-se 126.440 (5,7%), 457.779 (20,9%), 816.990 (37,4%) e 780.439 (35,7%) procedimentos para os estágios I, II, III e IV, respectivamente. Ademais disso, despendeu-se R\$2,72 bilhões nesta opção terapêutica e que, desse total, despende-se que foram gastos R\$ 1,57 bilhões (56,4%), R\$ 878 milhões (31,5%), R\$ 279 milhões (10,1%) e R\$ 56 milhões (2%) nas respectivas etapas IV, III, II e I. Também nessa década, consta-se 10.121.696 procedimentos hormonioterápicos, subdividido em 2.453.708 (24,2%), 3.509.865 (34,7%), 2.157.542 (21,3%) e 1.941.819 (19,2%) sessões para os estadiamentos I, II, III e IV, respectivamente. Estima-se a terapia hormonal culminou em R\$1,06 bilhões gastos, fracionados em R\$ 404 milhões (38,1%), R\$ 288 milhões (27,2%), R\$ 195,6 milhões (18,5%) e R\$ 172 milhões (16,2%) para os estádios IV, II, I e III. Já com relação aos procedimentos invasivos, a quadrantectomia teve um gasto de R\$88 milhões para 47.850 operações, a mastectomia simples teve uma despesa de R\$17 milhões para 10.164 ressecções e a mastectomia radical demandou R\$152 milhões para 75.372 exéreses. **Conclusões:** O rastreio no câncer de mama é de grande relevância para a diminuição de gastos públicos uma vez que possibilita a detecção dessa neoplasia em estágios mais precoces cuja abordagem terapêutica possui maior poder curativo, além de ser mais econômica visto que diminui o número de pacientes que evoluem para estágios mais avançados. Nestes, há uma associação de abordagens terapêuticas cujo valor individual tende a ser maior e a eficácia, antiteticamente, menor.

**Palavras-chave:** Câncer de Mama. Tratamento. Rastreamento.

**REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no Brasil. 2014. Disponível em:

<[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/31e01e8045c5a619bacefedad9df0b60/%27201410091145\\_](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/31e01e8045c5a619bacefedad9df0b60/%27201410091145_)

Diretrizes\_Mama\_Brasil\_10\_2014.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=31e01e8045c5a619bacefedad9df0b60>. Acesso em: 29 mai. 2018.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS – DATASUS. Informações de saúde, Epidemiológicas e Morbidade: banco de dados. Disponível em:<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Câncer de mama. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

## CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA PARA FINS NÃO POTÁVEIS

LOPES, Francisco Daniel<sup>1</sup>; ISAAC, Hadji Daguer<sup>1</sup>; SOARES, Jheibson Mendes<sup>1</sup>; DIAS, Matheus Moreira<sup>1</sup>; SILVA, Rodolfo Fonseca<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gilze<sup>2</sup>.  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Este projeto tem a finalidade de desenvolver um sistema residencial para captação, armazenamento e o uso da água da chuva para fins não potáveis visando a reduzir o consumo de água abastecida pela companhia de saneamento, preservar os recursos hídricos e diminuir gastos em relação a conta de água. **Objetivos:** Analisar a viabilidade de captação da água da chuva por meio de cálculos de análise de investimentos; gerir o processo produtivo do projeto com embasamento na metodologia de organizações, sistemas e métodos, visando a aplicações futuras em construções civis; realizar cálculos para dimensionamento da tubulação (recalque e aspiração), e mediante os resultados encontrados, especificar uma motobomba; fazer análise e cálculos de perda de eficiência através da transferência de calor; e preservar os recursos hídricos com a redução do consumo da água abastecida pelas companhias de saneamento. **Método:** Este projeto de pesquisa científica e de campo consistiu em: coleta de dados em instituições especializadas em estudo e distribuição de água; cálculo de instalação e sistema de bombeamento; estudo de filtragem e tratamento da água da chuva; e viabilidade da obrigatoriedade de instalação do sistema de captação em construções residenciais futuras. **Resultados:** Por meio dos dados coletados e estudos relacionados ao sistema de captação, realizou-se o projeto em *software* 3D (*SketchUp*<sup>®</sup>). **Conclusão:** Com os dados de estatística, probabilidade e chuva em mãos, concluiu-se que a instalação do sistema proposto resultará em uma economia significativa no consumo de água, e preservação dos recursos hídricos.

**Palavras-chave:** Água. Captação. Chuva.

## CARACTERIZAÇÃO DO ESTILO DE VIDA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

SANTOS, Anna Karoline Ribeiro<sup>1</sup>; MINEIRO, Henrique Gonçalves<sup>1</sup>; CRUZ, Lucas Caldeira Ribeiro<sup>1</sup>; SANTOS, Luiz Gustavo Rocha<sup>1</sup>; BRITO, Alexandre Botelho<sup>2</sup>; SILVEIRA, Marise Fagundes<sup>3</sup>; PINHO, Lucinea de<sup>3,4</sup>.

1Discentes das FIPMoc; 2Discente da Unimontes; 3Docentes Unimontes; 4Docente da FIPMoc

**Introdução:** O estilo de vida é definido como uma série de fatores modificáveis que tem efeito profundo na saúde dos indivíduos. É estabelecida a importância do estilo de vida na saúde das pessoas, e este assunto tem se constituído uma constante preocupação, uma vez que baixos níveis de saúde e bem-estar podem provocar consequências negativas, especialmente entre jovens do ensino médio, que constituem um grupo vulnerável, pois esse é um período de grande dúvida, já que ao final muitos terão de escolher entre seguir uma carreira profissional ou escolher um curso para ingressar em uma universidade. Além disso, é uma fase de mudanças e descobertas. Nesse período importantes hábitos ou vícios podem ser sedimentados, influenciando no estilo de vida do indivíduo, por conseguinte, em sua saúde. **Objetivo:** Caracterizar o estilo de vida dos estudantes do ensino médio da cidade de Montes Claros, Minas Gerais. **Método:** Tratou-se de estudo de caráter quantitativo, transversal e descritivo. A população foi constituída de estudantes de ensino médio, regularmente matriculados em escolas públicas e particulares de Montes Claros, Minas Gerais. A amostra foi definida por meio de cálculo para populações finitas, considerando prevalência do evento de 50%, nível de confiança de 95%, erro padrão de 5%. A partir de dados do censo escolar 2012/2014. Foi

adotada a correção para o efeito de delineamento ( $Deff=2,0$ ) e estabeleceu-se também um acréscimo de 20% para compensar as possíveis não respostas e perdas. Utilizou-se como critério de inclusão ser estudante regularmente matriculado na instituição e na turma selecionada. Como critério de exclusão, considerou-se o fato de o estudante não estar presente no dia agendado para a coleta de dados. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se os questionários Estilo de Vida Fantástico que considera o comportamento dos indivíduos nos últimos meses. O instrumento compreende 23 em escala de *likert* de zero a quatro pontos e duas questões dicotômicas (não; zero e sim; quatro pontos). Para análise dos dados, foi utilizado o software estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 20.0, os resultados referentes à amostra estudada foram obtidos por meio de estatística descritiva. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob protocolo nº 1.520.173/2016. **Resultados:** Na análise do estilo de vida dos estudantes verificou-se que 102 (10,6%) foram classificados com estilo de vida excelente, 432 (44,7%) muito bom, 332 (34,4%) bom, 61 (6,3%) regular e 5 (0,5%) necessita melhorar. Entre os estudantes investigados, 46,2% dos apresentaram inadequação para atividade física. Na sequência, o domínio mais prevalente foi o Tipo de Comportamento, em que 24,0% dos estudantes estavam inadequados neste hábito de vida. Ainda, 20,3% e 18,9% dos estudantes relataram hábito de vida inadequado para nutrição e família e amigos, respectivamente. **Conclusão:** O estilo de vida dos jovens é adequando em grande parte dos indivíduos. Porém, existe uma preocupante tendência dos indivíduos apresentarem sedentarismo e nutrição. Além disso, foi possível identificar um crescente isolamento dos estudantes, diminuindo o número de amigos, refletindo também uma tendência moderna.

**Palavras-chave:** Estilo de Vida. Adolescente. Estudantes.

## CASAS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MG<sup>2</sup>

CARMO, Denise Camilo<sup>2</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>3</sup>.

<sup>2</sup>Discente Direito UNIMONTES; <sup>3</sup>Docente Direito UNIMONTES e FIPMoc.

**Introdução:** No Brasil, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por abandono ou em situação de risco, são encaminhados às instituições como abrigos ou casas de acolhimento. Permanecem nos abrigos e casas de acolhimento, podendo logo após cessarem todos os riscos, ocorrer três situações: retornam para suas famílias; serem adotadas ou permanecerem nos abrigos até completarem 18 anos. **Objetivos:** Identificar o perfil das casas de acolhimento de jovens em situação de vulnerabilidade do Município de Montes Claros/MG. **Metodologia:** Trata-se de estudo exploratório, realizado junto às unidades de acolhimento Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Dona Eunice Rocha e Dona Joana Campos; além da pesquisa em banco de dados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Montes Claros. **Resultados:** Foram identificadas cinco instituições, das quais: duas abrigam crianças, duas abrigam adolescente e uma acolhe jovens e adultos com necessidade de proteção social especial. Entre as que abrigam crianças está o Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que abriga crianças do sexo feminino com idade de 2-12 anos, e a unidade de acolhimento Dona Joana Campos, que acolhe crianças de 0-11 anos e 11 meses de ambos os sexos. As unidades de acolhimento Dona Eunice Rocha e Betânia acolhem adolescentes de 12-17 anos e 11 meses, sendo a primeira para adolescentes do sexo feminino e a segunda para adolescentes do sexo masculino. Por fim, a unidade de acolhimento Residência Inclusiva oferta acolhimento para jovens e adultos de 18 a 59 anos com deficiência física ou intelectual, em situação de dependência e que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar. **Conclusão:** Verificou-se que a unidades de acolhimento na cidade de Montes Claros passou por uma reestruturação em 2015, e timidamente caminha para uma estruturação de uma rede de Proteção Social Especial, organizada de acordo com a faixa etária e situação de risco social. Percebeu-se uma melhor estrutura de classificação e acolhimento para atender crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar. Entretanto, há a carência de instituições que realize o acolhimento de jovens maiores de 18 anos egressos das instituições de acolhimento e que não tiveram oportunidade de se reinserir no convívio familiar. Neste estudo, constatou-se apenas uma unidade de acolhimento para adultos de 18 a 59 anos de idade e com finalidade de acolhimento a adultos que necessite de proteção social especial. Tal fato nos leva a questionar qual tem sido o destino desses jovens que atingem a maioridade e são desligados das casas de acolhimento sem políticas de (re)inserção social e qual será o seu futuro fora dessas instituições.

---

<sup>2</sup> Resultados parciais do projeto de pesquisa *ONDE VOCÊ MORA?: o destino dos jovens desinstitucionalizados das Casas de Acolhimento de Montes Claros, MG* em desenvolvimento no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional. Adolescentes. Desinstitucionalização.

### CASO “BRUNINHO” - CONCESSÃO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO POR PARTE DO ESTADO – DA 1ª INSTÂNCIA AO STF

GUEDES, Igor Rafael de Matos Teixeira; SANTOS, André Luiz Antunes; SANTOS, Daniel Ferreira dos; SOUZA, Andrezza Cecília Procópio; RODRIGUES, Admilson Pereira; REZENDE, Anderson Martins de Souza; PRATES, Cláudia Letícia Moura  
Orientadores do Estágio Supervisionado das FIPMoc

**Introdução:** Sendo a saúde direito de todos e dever do Estado, preconizado pela CRFB/88, cabe ao indivíduo, no desespero para os cuidados da saúde, por vezes urgentes, como no caso em análise, buscar o Estado para atender seus anseios. **Objetivos:** Nesse sentido, o presente trabalho analisa como se posicionou o judiciário no caso específico do menor “Bruninho”, quando buscou a justiça para tratamento de saúde. **Método:** O método de procedimento utilizado foi o dedutivo, através da análise do caso prático e da consulta a bibliografia e jurisprudência. Quanto às técnicas de pesquisa foram utilizadas a bibliográfica, jurisprudencial e documental. **Resultado:** A saúde, direito descrito na Constituição Federal de 1988, e assegurado como direito fundamental, apresenta-se como cerne da questão quando conflitada entre a necessidade individual e o benefício coletivo. Diretamente falando sobre o caso Bruninho, este carece de cuidados especiais em função de ser portador da doença conhecida como Atrofia Muscular Espinhal Tipo 1 (AME). Em razão disso, foi descoberto tratamento especial através de medicamento denominado SPINRANZA, único para esta doença, rara. Em razão do alto custo do medicamento, a família não possuindo condições para a aquisição, buscou o plano de saúde o qual possuíam na tentativa do tratamento. Entretanto, fora negado de forma administrativa. Judicializada a situação, o juiz de primeira instância determinou o fornecimento pelo plano, no entanto, a 2ª instância, TJMG, acolheu recurso do plano para desobrigá-lo, em razão de que o alto custo inviabilizaria a continuidade da sociedade empresária plano de saúde. Com isso, foi ajuizada ação em face do Estado de Minas Gerais e Município de Montes Claros, sendo o pedido negado pelo juiz de primeira instância mas concedido pela segunda, TJMG. Dada esta decisão, o município de Montes Claros recorreu ao próprio TJMG, ao STJ e ao STF, tendo todos estes mantido a decisão para fornecimento do medicamento, sob argumento de que deve ser respeitada a CRFB/88 quando esta determina que a saúde é dever do Estado e, no caso específico, estando o menor com iminente risco de morte, primordial sua manutenção. Ademais, asseverou a presidente do STF, Ministra Cármen Lúcia, que a não concessão do tratamento caracterizaria dano irreparável, pois o direito a vida é princípio fundamental e deve, sempre que possível, ser preservado. **Conclusão:** Após acompanhamento do processo e análise do direito ao recebimento do tratamento, tem-se que os magistrados tem, na maioria das vezes, decido por preservar a saúde, mesmo que em detrimento da coletividade, haja visto que as decisões em contrário, podem acarretar prejuízos irreversíveis, como o óbito dos postulantes.

**Palavra-chave:** Medicamento alto custo. Saúde. Indivíduo. Coletividade. Estado.

### CICLO DE DEBATES NPPANM

BARBOSA, Micaela C.1<sup>1</sup>; SALVADOR, Clara M.2<sup>1</sup>; GLÓRIA, Letícia B.3<sup>1</sup>; MARTINS, Régis E.2<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O “Ciclo de Debates” é um evento criado pelo Núcleo de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Norte Mineiro (NPPANM) em 2016, baseado em encontros dirigidos, em que se discutem aspectos relevantes sobre o patrimônio cultural da região. Até o momento foram realizados quatro encontros, três em 2016 e um em 2017, nos quais tratou-se de temas como: a atuação do NPPANM e o perfil de seus integrantes, os museus norte-mineiros, o patrimônio imaterial da região e, no mais recente, o tombamento e o direito de propriedade. **Objetivo:** Propor aos acadêmicos um contexto de reflexão sobre a causa do patrimônio e sua preservação. Ainda, dentre os objetivos específicos, buscar a compreensão da perspectiva da manutenção das referências culturais e propor ao participante possibilidades de envolvimento na proteção do acervo de bens culturais do Norte de Minas Gerais. **Metodologia:** O Ciclo de Debates é um projeto anual, realizado a partir de encontros que abordaram temas que envolvem o patrimônio cultural norte mineiro. As palestras realizadas tiveram temáticas pré-definida, visando a discussão e análise dos contextos de preservação patrimonial na região e envolveram os professores

coordenadores do NPPANM, os acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo das FiPMoc e convidados externos que, de acordo com o perfil de atuação, foram introduzidos nos debates. **Resultados:** As etapas do Ciclo de Debates contaram com participantes que, em sua maioria, eram estudantes ou egressos do curso de Arquitetura e Urbanismo das FiPMoc. Além desses, participaram acadêmicos de engenharia da FASA, egressos de cursos da Unimontes, profissionais do direito e arquitetos atuantes na cidade. A maioria do público participante, cerca de 80%, obteve as informações do evento por meio de divulgação interna na FiPMoc e através de colegas. Os outros 20% tiveram conhecimento por meio das redes sociais ou pelos professores envolvidos. **Conclusão:** O evento criado pelo NPPANM atingiu seu objetivo inicial de proporcionar a discussão sobre o patrimônio fora do cotidiano das salas de aulas e das disciplinas, oferecendo uma contribuição para a comunidade acadêmica das FiPMoc e de outros que porventura tiveram interesse em participar. Sob a perspectiva das contribuições obtidas, de acordo com as justificativas oferecidas pelos participantes no momento da inscrição, identificou-se que o público-alvo tem demonstrado interesse em aprofundamentos nos temas que envolvem o patrimônio cultural, e valorizaram os Ciclos de Debates como meio para aprimoramento e conhecimento sobre o tema. Diante desses fatores, percebeu-se que esse tipo de evento, baseado na dinâmica “palestra e discussão”, permitiu uma interação maior entre o assunto e os destinatários, contribuindo assim para a ampliação da visibilidade do tema “patrimônio” no curso de arquitetura e urbanismo e de forma geral. A presença de convidados externos contribuiu para a apresentação de outras realidades, enfrentadas pelos diversos agentes desse campo aos participantes do Ciclo de Debates, o que é um fator importante para àquele, que após formado, venha a buscar essa área como mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Arquitetura e Urbanismo. NPPANM.

### **CIDADANIA E SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PREVENÇÃO DO CÂNCER**

FIGUEIREDO, Leonardo Lins<sup>1</sup>; MURTA, Inah Araújo de Almeida<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Luis Gustavo Soares Neves<sup>1</sup>; RABELO, Tarcísio Veloso<sup>1</sup>; VIEIRA, Débora Ribeiro; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>1,2</sup>.

<sup>1</sup>Bacharelados em Medicina das FIPMOC; <sup>2</sup>Professor Mestre do curso de Engenharia das FIPMOC

**Introdução:** O projeto de extensão Cidadania e Saúde surgiu como uma forma de viabilizar o aconselhamento e auxiliar comunidades carentes nas suas necessidades e dúvidas mais básicas relacionadas à Medicina de Família e Comunidade, Direito da Família e do Trabalhador bem como demais questões relacionadas à infraestrutura. Nesse sentido em diversas ocasiões estudantes dos cursos de Direito, Medicina, Psicologia e Engenharia se reúnem com a comunidade para debater temas com relevância local. Neste relato específico o tema abordado foi saúde da mulher, voltado para os cânceres de mama e colo de útero. O câncer de mama é uma das doenças mais preocupantes no âmbito da saúde básica, uma vez que pode ser prevenido e, caso essa prevenção não ocorra, pode implicar em graves consequências para a mulher acometida. **Objetivos:** Relatar a experiência universitária durante ações de extensão e sua importância para o estabelecimento de uma relação universidade-comunidade a fim de levar conhecimento sobre a importância dos cuidados de saúde do público feminino acerca dos cânceres mais prevalentes nessa população. **Metodologia:** Foi realizado um relato de experiência baseado na vivência dos acadêmicos integrantes do projeto com a comunidade que recebeu as palestras da ação preventiva ao câncer de mama e colo de útero. Para serem ministradas as palestras os acadêmicos estudaram e se basearam em artigos acerca da temática pesquisados nas bases do Scielo e Pubmed. O Projeto de Extensão Cidadania e Saúde foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras com o parecer número 2.475.741 de 27/01/2018. **Resultados e Discussão:** A ação de promoção da saúde e conscientização para prevenção do câncer de mama e de colo uterino ocorreu através da parceria firmada entre os acadêmicos das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros com a Associação Paula Elizabete. Foi realizada uma ação educativa ao público feminino de bairros do município de Montes Claros, reunindo 30 mulheres estrategicamente selecionadas, no mês de outubro de 2017, mês de ampla exposição da necessidade de cuidados, prevenção e rastreamento dos cânceres de mama e colo do útero pela campanha mundial Outubro Rosa. A finalidade foi contemplar temas acerca da saúde da mulher, especialmente as características clínicas dos cânceres mais prevalentes nas mulheres, abordando de forma contextualizada e adaptada a realidade local. A preparação dos acadêmicos ocorreu por meio de pesquisas nas bases bibliográficas e científicas, sendo expostas ao público por meio de apresentação oral auxiliada por projeção visual. Foi possível contar, também, com o esclarecimento de dúvidas comuns descritas na literatura e propostas pelas mulheres presentes. **Conclusão:** A experiência desse estudo funcionou como importante ferramenta de disseminação de conhecimentos à população atendida acerca do tema principal, sendo

observada grande apreciação das mulheres presentes ao final, ademais, contribuindo também de maneira extracurricular aos acadêmicos que, por meio dessa vivência, tiveram a oportunidade de buscar conhecimento sobre o tema central, presenciar e interagir com a realidade de uma comunidade.

**Palavras-chave:** Relato de Experiência. Extensão Universitária. Prevenção do câncer.

### CIMENTO PORTLAND

NONATO, André<sup>1</sup>; FELÍCIO, Christian<sup>1</sup>; RIBEIRO, Iago<sup>1</sup>; LACERDO, Iasmim<sup>1</sup>; FREITAS, Marcus Vinícius de<sup>1</sup>; FAGUNDES, Walber<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica Karine Ramos<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes do curso de Engenharia Civil das FIPMOC, <sup>2</sup>Docente e tutora da pesquisa do projeto interdisciplinar das FIPMOC

**Introdução:** O ramo da construção civil atua como um dos principais propulsores do desenvolvimento das civilizações desde o início dos tempos e a engenharia civil tem o objetivo de garantir a melhoria contínua dos processos construtivos através da aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos. **Objetivo:** Nessa perspectiva, o objetivo desse estudo é analisar as propriedades físicas e mecânicas do cimento composto (CP-II) e suas ramificações, descrever a origem das matérias primas que constituem o cimento e analisar o processamento dos constituintes e aditivos do mesmo. **Método:** Caracteriza-se um estudo qualitativo de cunho bibliográfico, documental e laboratorial, uma vez que foram feitos testes em laboratório para descrever o comportamento do concreto feito a partir do cimento Portland composto, assim como suas propriedades mecânicas com respaldo de revisão teórica e documental. **Resultados:** A coleta dos dados feita em laboratório, permite analisar a relação entre o comportamento das estruturas de concreto e as propriedades de cada tipo de cimento. **Conclusão:** Portanto, é possível concluir que não apenas o tipo de cimento influencia na resistência de uma estrutura, mas também a fidelidade quanto aos procedimentos previstos nas normas técnicas, além de logística e integridade dos corpos de provas.

**Palavras-chave:** Cimento composto. Resistência. Propriedades Mecânicas.

### COLABORAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

FLORES, Victória Ribeiro Flores<sup>1</sup>; VIEIRA, Vânia Ereni Lima Vieira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A colaboração premiada é um meio de obtenção de prova utilizado especialmente na investigação do crime organizado, promovendo a apuração de crimes de difícil comprovação, revelando elementos importantes da atividade delituosa. Esse instituto atua de modo a conceder ao colaborador benefícios, caso ele coopere com a investigação ou com o processo, de forma efetiva e voluntária, podendo alcançar o perdão judicial, a redução de até 2/3 [dois terços] da pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa foi a análise da colaboração premiada como meio de auxiliar a persecução. **Método:** Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, por meio do método dedutivo. **Resultados:** Como resultados, verificou-se que, com o advento da Lei nº 12.850, de 2013, passou-se a utilizar a nomenclatura “colaboração premiada”, que tratou de disciplinar o instituto de forma específica, dispondo todos os seus requisitos e se inovando ao possibilitar a utilização da colaboração premiada a qualquer momento da persecução penal. Constatou-se, também, quanto à constitucionalidade da colaboração premiada, que não há violação dos princípios constitucionais estudados, como o princípio da dignidade da pessoa humana, da individualização da pena, do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa, averiguando-se, ainda, quanto ao questionamento de seu valor probatório, que a colaboração premiada de forma isolada não possui valor probante, devendo ser associada a outros meios de prova. Verificou-se, também, que o crime de organização criminosa, por conter uma dificuldade probatória, requer a utilização de meios de investigação que possam facilitar a sua apuração, como o da colaboração premiada. **Conclusão:** Concluiu-se que a colaboração premiada contribui para as persecuções criminais, no sentido de auxiliar na elucidação os crimes praticados pelas organizações criminosas.

**Palavras-chave:** Prova. Colaboração Premiada. Organização Criminosa. Persecução Penal.

## COMO A ATEROSCLEROSE AFETA NA HIPERTENSÃO ARTERIAL

SANTOS<sup>1</sup>,E.D.;SENA<sup>1</sup>,L.O.;SILVA<sup>1</sup>,M.C.H.;PINHEIRO<sup>1</sup>,M.S; GOULART<sup>2</sup>,Erica V.F.S;  
QUEIROZ<sup>3</sup>,Erica K.R.

1Discentes do curso de Fisioterapia das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc;3 Docente das FIPMoc;

**Introdução:** A aterosclerose é um quadro clínico no qual depósitos irregulares de material gorduroso (ateromas ou placas ateroscleróticas) se desenvolvem nas paredes das artérias de médio e grande porte, levando a um fluxo sanguíneo reduzido ou bloqueado. Muitos fatores contribuem para essa lesão, incluindo hipertensão arterial, tabagismo, diabetes e níveis elevados de colesterol no sangue. **Objetivo:** descrever como a hipertensão arterial interfere no desenvolvimento da aterosclerose e a consequência desse efeito na saúde do indivíduo portador. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. **Resultados:** A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é considerada o principal fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. A HAS é um dos fatores que auxiliam na formação de placas aterogênicas, aumentando o risco de eventos cardiovasculares em duas a três vezes. **Resultados:** quase a metade dos pacientes estudados (41%) não soube definir o que é hipertensão arterial. Mencionaram como principal sintoma dor de cabeça e na nuca (18%), sendo as possíveis consequências o derrame e o infarto (39%). Os fatores emocionais foram os mais referidos como os que dificultam o controle da pressão alta. Para este controle, 40% indicaram mudanças de hábitos alimentares e de vida. Dentro deste total, a caminhada e a ginástica foram os mais referidos. Quanto ao comportamento adotado pelos pacientes, os mais mencionados foram o uso de medicamentos e tratamento por profissional de saúde. **Conclusões:** os aspectos psicossociais e as crenças de saúde parecem interferir diretamente no conhecimento que o paciente tem sobre a doença hipertensiva e nas práticas de saúde adotadas. Considera-se importante propor novas formas de orientação aos pacientes com hipertensão arterial.

**Palavras-chave:** Aterosclerose. Hipertensão arterial. Doenças cardiovasculares.

## COMO COMPROVAR A EFICIENCIA E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DO BLOQUEADOR DE AR NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA?

DIAS, Wemerson<sup>1</sup>; EDUARDO, Carlos<sup>1</sup>; GOMES, Thiago<sup>1</sup>; NUNES, Nathan<sup>1</sup>; SIQUEIRA,  
Lucas<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gilze<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Hoje, a crise hídrica se faz presente na cidade de Montes Claros, resultando na falta de água, sendo necessário racionamentos diários de água. Durante o racionamento não passa água na tubulação, mas passa ar que também é contabilizado pelo hidrômetro e vai direto para sua fatura no fim do mês, ou seja, você está pagando por ar e esse acarreta cobranças significativas na fatura. Com esse problema a busca por equipamentos que tem como exigência diminuir o consumo da fatura pela retirada do ar da tubulação tem aumentado. Está sendo falado e já muito utilizado o bloqueador de ar ou retentor de ar. Nosso objetivo é analisar o bloqueador de ar, comprovar se é eficiente, se cumpre suas exigências ou não, e divulgar tais resultados. A pesquisa tem abordagem quantitativa e caráter exploratório afim de familiarizar e divulgar os resultados obtidos para o público. O estudo, tem dados recolhidos e comprovados, utilizando diferentes técnicas de estatísticas e comprovações para determinar tal objetivo, em que serão colocados testes de pressão de ar e da água junto aos meios de coleta de dados, a fim de buscar a viabilidade dos bloqueadores de ar existentes no mercado. O bloqueador de ar é muito eficiente, exceto em residências com mais de dois andares pois a pressão é menor e a água não chegaria com tal força para abastecer a residência, em média a redução na sua conta de água seria de 30% até 50%, ou seja, uma mudança significativa. Através desse estudo conclui se que apesar de algumas limitações o bloqueador de ar é eficiente e corresponde a maioria de suas exigências, tendo uma mudança significativa na conta de água.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bloqueador de ar. Hidrômetro. Retentor de ar.

## COMO IDOSOS LIDAM COM A SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE

COSTA, Adene Ferreira<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente Fipmoc,<sup>2</sup>Docente Fipmoc

**Introdução:** Velhice é definida como a última fase do ciclo vital, delimitada por eventos de natureza múltipla (NERI, 2008). Para Cachioni e Falcão (2009) a velhice bem-sucedida é associada à boa saúde física e mental, atividade e envolvimento com a vida. Nessa perspectiva, são reconhecidos os efeitos potencializadores das vivências sexuais, uma vez que a sexualidade pode ser compreendida como uma atividade que contribui positivamente para a qualidade de vida da pessoa idosa. Em relação à sexualidade, ainda nos dias atuais, verificam-se dois problemas na abordagem dessa temática no momento do atendimento aos idosos. Por um lado, muitas vezes, o profissional de saúde sente-se envergonhado em fazer perguntas de âmbito sexual para os idosos, considerando falta de respeito tal indagação; e por outro, é comum o idoso ficar envergonhado e não ter coragem de fazer perguntas ao profissional, porque teme ser mal interpretado (VIEIRA, 2012). **Objetivo:** Analisar o perfil comportamental dos idosos em relação a sexualidade. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que utilizou uma amostra do tipo não probabilística de conveniência, composta por 30 idosos, frequentadores de um grupo de convivência do município de João Pessoa (PB). Foi utilizada a técnica de entrevista em profundidade, também denominada de entrevista aberta, entendida como aquela em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Durante a entrevista, os participantes foram convidados a falar de forma livre e aberta sobre o significado da sexualidade. **Resultados** Participaram da pesquisa 30 idosos, sendo a maioria do sexo feminino (80%). Em relação à idade, observou que 33,3% dos idosos encontravam-se na faixa etária de 60-64 anos; 46,7% na faixa etária de 65-69 anos, e 20% dos idosos apresentaram idades iguais ou superiores a 70 anos. Descreveram a sexualidade como uma atividade prazerosa, e podendo ser exemplificada também pelo Companheirismo no discurso dos participantes, representando 6,9% das unidades temáticas. A sexualidade, para os participantes, representa algo que vai além do físico, envolvendo aspectos emocionais, sendo de extrema importância as relações de amizade e companheirismo entre o casal. As falas dos participantes ressaltam a importância das vivências amorosas para a pessoa idosa. **Conclusão:** A sexualidade do idoso é uma temática ainda carente de pesquisas. As vivências sexuais na velhice são de suma importância, pois possibilitam a compreensão dos sentimentos e emoções existentes na vida cotidiana dos idosos.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Idosos; Atividade.

### REFERÊNCIAS:

CACHIONI, M.; FALCÃO, D.V.S. Velhice e Educação: possibilidades e benefícios para a qualidade de vida. Em D.V.S. Falcão, & L.F.Araújo (Eds.), *Psicologia do envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados* (pp. 175-194). Campinas: Alínea. 2009

NERI, A. L. *Palavras-chave em gerontologia*. Campinas, SP: Alínea. 2008

VIEIRA, K. F. L. (2012). *Sexualidade e qualidade de vida do Idoso: desafios contemporâneos e repercussões sociais*. (Tese de Doutorado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

## COMO OS AUTORES EM QUESTÃO PODEM NOS AJUDAR A ENTENDER A CRISE POLÍTICA, SOCIAL E DEMOCRÁTICA BRASILEIRA.

PINHEIRO, Gabryel. SILVA, Julia Munis; FERNANDES, Regina Célia.

Alunos do curso de Direito das FIPMoc. Professora orientadora.

**Introdução:** Os autores Sergio Cortela e Marcelo Tas, Maria de Lourdes Covre, e José Murilo de Carvalho ao escreverem a respeito da cidadania revelam a necessidade de recupera-la e valorizam a sua importância para compreender a crise em que o Brasil se encontra. **Objetivos:** Pretende-se encontrar maneiras de entender, por meio da análise dos trabalhos de escritores contemporâneos, a crise atual e dessa forma analisar o que nos levou a tal crise. **Métodos:** Foi realizada uma revisão bibliográfica, qualitativa e

exploratória, utilizando-se como fontes os livros *O Que é Cidadania* de Maria de Lourdes Covre, *Basta de Cidadania Obscena* de Sérgio Cortela e Marcelo Tas e *A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho* de José M. de Carvalho. **Resultados:** O Estado Democrático de Direito desde que estabelecido sofreu diversas mudanças e períodos de exceção, que moldaram a relação dos cidadãos com a democracia, fazendo com que o papel da cidadania fosse se deturpando criando de fato uma cidadania obscena. Tal fato desencadeou numa crise que além de política é moral, onde os maus hábitos da população contrastam com escândalos de corrupção em todas as camadas do governo. Desse modo, entende-se a partir dessa pesquisa, que a decadência da cidadania tem esse potencial de levar o país ao colapso e se recuperada e exercida de maneira correta pode salvar o país da crise. **Conclusões:** Sintetizando as ideias dos autores e analisando o conceito defendido por eles de que cidadania é um direito de reivindicar direitos, ou ainda, uma relação de direitos e deveres que consiste inevitavelmente na atuação política, compreende porque a sua decadência foi fator fundamental para o desencadeamento da crise. Além disso, os autores nos revelam que assim como outros, a cidadania é um direito em construção, que para se concretizar depende do estabelecimento de um Estado plenamente democrático e de direitos.

**Palavras-chave:** Crise Política Social e Democrática brasileira. Cidadania. Estado Democrático de Direito.

#### REFERÊNCIAS:

CARVALHO, José Murilo De. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**, 2001.

CORTELA, Mario Sérgio; TAS, Marcelo. **Basta de Cidadania Obscena**, 2017.

COVRE, Maria De Lourdes Manzini. **O que é cidadania**, 1991.

#### COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA DOS NANOCRISTAIS DE ÓXIDO DE ZINCO UTILIZANDO COMO BIOTEMPLATE MEMBRANA DE CASCAS DE OVOS DE GALINHA E DE PATO

ANDRADE, Pedro Henrique Fonseca<sup>1</sup>; FERNANDES, João Paulo Silva Fernandes<sup>1</sup>; ALVES, Josemara Fagundes<sup>1</sup>; ANDRADE, Isabelle Santos<sup>1</sup>; SOARES, Vitor<sup>1</sup>; MENEZES, Fernanda Lima de<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes do IFNMG; <sup>2</sup>Docente do IFNMG

**Introdução:** As membranas da casca do ovo são um material semipermeável de alta área superficial e com uma estrutura composta por fibras interconectadas e entrelaçadas. Estas fibras de material orgânico contêm grupos funcionais do tipo amina, amida e carboxílico em sua superfície. Estes grupos podem interagir com íons de uma solução precursora, ancorando as moléculas desta à superfície da fibra da membrana, servindo assim como biotemplate. **Objetivo:** A comparação e caracterização dos cristais obtidos a partir de membranas de ovos de galinha e de pato, que envolve o estudo de sua morfologia, tamanho e domínio de fibras. **Método:** A metodologia empregada neste trabalho foi dividida em três etapas, sendo estas realizadas em ovos de galinha e de pato para fins comparativos. A primeira etapa consiste na obtenção da membrana: O ovo deve ser mergulhado em solução ácida (ácido clorídrico 10%) por cerca de 48 horas até que ocorra a completa dissociação da camada de CaCO<sub>3</sub>; a segunda na obtenção dos nanocristais: Utilizou-se como solução precursora o nitrato de zinco (Zn(NO<sub>3</sub>)<sub>2</sub>) 0.25M, conforme orientação da literatura (CAMARATTA, 2003; DONQ, Q. et al., 2006). A obtenção dos cristais de óxido de zinco (ZnO) se deu por meio da calcinação em diferentes temperaturas (600,700, 800°C) da membrana impregnada e seca; e a terceira em sua caracterização: Envolve o estudo da morfologia, tamanho e domínio de fibras, área superficial e dimensões, fazendo uso de MEV. **Resultados:** Nas imagens obtidas pela caracterização via MEV com uma ampliação de 10kx pode se observar a morfologia dos nanocristais. Com o auxílio do software Image J pode-se obter o diâmetro médio dos nanocristais, sendo 862.35nm para os obtidos a partir das membranas dos ovos de galinha e 422.44nm para os obtidos a partir das membranas dos ovos de pato. Os nanocristais obtidos de membranas diferentes também se diferenciaram quanto ao formato. **Conclusão:** Após as análises de MEV confirmaram-se as diferenças entre a membrana do ovo de galinha e do ovo de pato. Houve distinção tanto no tamanho das fibras das membranas quanto no tamanho dos cristais produzidos, o que implica numa diferença quanto às propriedades cristalinas. Um novo estudo se faz necessário para a investigação da eficiência destes cristais em células fotovoltaicas.

**Palavras-chave:** Óxido de Zinco. Ovos. Biotemplate. Nanocristalização.

## REFERÊNCIAS:

CAMARATTA, R. **Síntese de ZnO por biomimetização de membrana de cascas de ovos, e sua comparação com o TiO<sub>2</sub>, para aplicação como ânodo em células fotovoltaicas sensibilizadas por corante.** Tese (Doutorado) do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

DONG, Q.; HUILAN, SU.; JIAQIANG, XU.; ZHANG D.; WANG, R. Synthesis of biomorphic ZnO interwoven microfibers using eggshell membrane as the biotemplate. **Shanghai Jiaotong University**, 2006.

## COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS

COSTA, Ellen Cristine Machado<sup>1</sup> ; QUEIROZ, Érica Karine Ramos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O projeto é primeira etapa para a construção de um empreendimento, realizada por profissionais diferentes, fazendo necessário evitar interferência entre os projetos hidrossanitário, arquitetônico, elétrico e estrutural. **Objetivo:** A presente pesquisa apresenta a importância da compatibilização dos projetos antes da etapa de execução. **Método:** Trata-se de um estudo bibliográfico e de cunho qualitativo para a coleta de informações em artigos que abordam o tema. **Resultados:** Cada vez mais os profissionais procuram se especializar nas diferentes áreas de projetos, muitas vezes são empresas diferentes e em locais diferentes que realizam os projetos específicos, dificultando o alinhamento entre os projetos, que são inúmeros, desde projetos estruturais, hidrossanitários, elétricos, de telecomunicação, segurança, climatização, preventivo de incêndio, e outros que variam de acordo a demanda da edificação. O projetista deve pensar em soluções funcionais e com o mínimo de recursos, mas é através da compatibilização que proporciona soluções integradas e torna um empreendimento exequível. Para a compatibilização de projetos são utilizados o CAD 2D, com sobreposição de projetos, assim como era feito antes com os projetos impressos, mas é um processo desgastante e limitado, já com a utilização do BIM (*Building Information Model*) é possível avaliar os projetos em 3D e com dados paramétricos, unindo o desenho aos dados necessários para avaliar interferências, antecipando problemas e garantindo a eficiência do projeto. **Conclusão:** A compatibilização e um planejamento correto contribui para a racionalização, melhor produtividade, economia, reduz os prazos de execução e evita retrabalho.

**Palavras-chave:** Compatibilização. Projeto. Planejamento.

## CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

SILVA, Nathália Rodrigues<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**INTRODUÇÃO:** O acesso à justiça é um direito fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dentro do Estado Democrático de Direito, e através dele o cidadão possui a prerrogativa de ter seus direitos assegurados, não apenas pelo acesso ao Poder Judiciário. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a mediação e a conciliação como formas de democratização do acesso à justiça. **MÉTODO:** Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizou-se o método de abordagem dedutivo e o procedimento monográfico. **RESULTADOS:** Verificou-se que são vários os obstáculos ao acesso à justiça dentre eles destacam-se os de ordem econômica, social, cultural, educacional e psicológica, além da morosidade. Nesse sentido, o Poder Judiciário brasileiro apresenta grande demanda o que impossibilita maior eficácia para a resolução dos conflitos. Assim, os métodos autocompositivos de solução de controvérsias surgem como solução para amenizar a ineficiência do Judiciário e pôr fim ao litígio de maneira mais célere, sendo este incentivado principalmente, pela Política Nacional de Tratamento Adequado do Conflito, a partir da Resolução 125/2010 do CNJ. A mediação é um processo e o mediador não tem poder de decisão. As partes que decidirão todos os aspectos do problema, mantendo a autonomia e o controle das decisões relacionadas ao conflito. O mediador facilita a comunicação, estimula o diálogo, auxilia na resolução de conflitos, porém não intervém no processo. Já a conciliação, um terceiro após ouvir ambas as partes, estimula o acordo com perguntas, propostas e

sugestões que atendam seus interesses. **CONCLUSÃO:** Concluiu-se que a mediação e a conciliação são meios que possibilitam aos cidadãos efetivo acesso à justiça, vez que tratam o conflito adequadamente e asseguram todos os princípios inerentes ao processo, o que representa acesso à ordem jurídica justa, interpretação ampliada da garantia constitucional. Dessa maneira, os métodos autocompositivos, mediação e conciliação, fornecem para a sociedade uma solução pacífica ao conflito e, por essa razão, efetiva e justa.

**Palavras-chave:** Conciliação. Mediação. Acesso à justiça. Conflito.

## **CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: MEIOS ALTERNATIVOS PARA ALCANÇAR O ACESSO À JUSTIÇA**

ALMEIDA, Maria Eduarda Ramalho Viana de<sup>1</sup>; LIMA, João Pedro Alves<sup>1</sup>; MEDEIROS, Jenifer de Arruda<sup>1</sup>; NEVES, Maria Eduarda Meira<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental, assegurado no artigo 5º, XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil, uma vez que efetiva os demais direitos, garantindo a tutela jurisdicional. **Objetivo:** Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a Conciliação e Mediação como formas de efetivar o acesso à justiça. **Método:** Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram obtidos em artigos científicos, bem como em doutrinas e legislações pertinentes ao tema. As publicações foram na língua portuguesa, sem limitações de data. Após a seleção, cada um dos estudos foi analisado criticamente à luz da literatura acerca do tema. **Resultados:** Verificou-se que o acesso à justiça é de suma importância, por meio deste, os indivíduos têm seus direitos efetivados. Este acesso, nos séculos XVIII e XIX era um direito natural, em que não necessitavam do Estado para a sua proteção. Com as evoluções da sociedade, este direito deixou de ter uma visão individualista e passou a visar o coletivo, com isso transmitiu os direitos e deveres do Estado e dos indivíduos. Atualmente, este acesso é considerado fundamental para garantir os direitos, já que é o mais básico dos direitos do ser humano. Há várias formas de obter este acesso, sendo elas jurisdição, mediação, conciliação, negociação e arbitragem. Todavia, fundamental se faz especificar a Conciliação e Mediação, sendo estes objetos da presente pesquisa. A Conciliação e a Mediação são maneiras autocompositivas de solucionar o conflito, a solução está com as partes, mesmo apresentando um terceiro imparcial, pois a decisão é dos interessados. Na Mediação, o terceiro apenas facilita o diálogo, já na Conciliação, ele pode opinar, dar sugestões, permanecendo imparcial. Frisa-se que as pessoas buscam apenas à jurisdição para solucionar os conflitos, deixam as formas alternativas preteridas e causam uma morosidade, devido ao abarrotamento de processos no judiciário, ocasionando a cultura da sentença. Ademais, a jurisdição não é autossuficiente para alcançar o acesso à ordem jurídica justa, visto que muitas vezes, esta forma não trata o conflito. Vale ressaltar que a Conciliação e a Mediação além de garantir o direito ao indivíduo, tratam o conflito, permitindo não só um acesso à justiça, mas um acesso à ordem jurídica justa. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que o acesso à justiça é imprescindível para que o sujeito possa pleitear seus direitos. Este acesso não se reduz somente à jurisdição, uma vez que há meios alternativos de solução de conflito, que permitem alcançar à justiça. Especificamente, a Conciliação e a Mediação efetivam os direitos e tratam de maneira apropriada o conflito. Fundamental se faz uma maior divulgação dessas maneiras alternativas de resolução de conflito, para que torne este acesso mais amplo e alcançável a todos, reduzindo também, a morosidade dos processos.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Conciliação. Mediação.

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: REVISÃO DE LITERATURA**

SOUSA, Rafael Artur Lopes<sup>1</sup>; MATOS, Rafael Rocha Lima<sup>2</sup>; PINHO, Lucinéia de<sup>3</sup>

1 Discente das FIPMoc; Bolsista de IC FAPEMIG; 2 Discente das FIPMoc; 3 Docente das FIPMoc

**Introdução:** Nos últimos anos tem se observado uma expansão da Estratégia de Saúde da Família no Brasil, com um aumento considerável no número de agentes comunitários de saúde (ACS). Estes profissionais são figuras importantes na relação entre a comunidade e os serviços de saúde. A sua função laboral é ampla e complexa e, em algumas condições, pode comprometer a sua saúde geral e mental. **Objetivo:** Analisar a produção científica sobre as condições de trabalho e saúde dos agentes comunitários de saúde. **Método:**

Trata-se de uma revisão de literatura. Foram analisados os artigos científicos disponíveis nas bases de dados PubMed, SciELO, Lilacs e Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde, no período temporal de 2013 a 2017. As palavras-chave utilizadas foram: “agente comunitário de saúde”, “saúde do trabalhador” e “riscos ocupacionais”. Foram excluídos do estudo artigos que não versavam sobre as condições de trabalho e saúde dos ACS. **Resultados:** No cotidiano laboral os ACS defrontam com diversas situações de risco, pois atuam em áreas de grande vulnerabilidade social, marcadas por miséria, ignorância e hostilidade. Por isso, em muitas ocasiões estão sujeitos a tensões cotidianas, como represálias dos usuários, muitas vezes envolvidos com o crime e com drogas, descontentes com os serviços. Entre os fatores sociais e administrativos que afetam o trabalho dos ACS, estão as condições precárias de trabalho, evidenciadas na falta de formação técnica adequada, na baixa remuneração financeira, no desvio de suas funções, na sua vinculação institucional e na pouca valorização do seu papel, que levam a um desgaste social e funcional do profissional. Já entre os fatores físicos, destacam-se os riscos ocupacionais como os constantes deslocamentos a pé; às condições precárias de higiene das áreas e exposição intermitente a doenças, como tuberculose, AIDS, hepatite C e dengue. A exposição solar excessiva em horários críticos representa risco para a saúde, e a falta de uma legislação rigorosa que obrigue as instituições a fornecerem filtro solar para os ACS contribuem para o risco de câncer de pele, devido à exposição aos raios ultravioleta. A realidade de trabalho do ACS ainda pode desencadear sentimentos de insatisfação com o trabalho e, muitas vezes, também estão associados ao pouco reconhecimento dispensado às atividades por eles desempenhadas. Outros fatores que acabam somando a esta insatisfação são a falta de materiais básicos para o desempenho de suas funções, exposição a risco que interferem em sua saúde, as demandas impostas pela comunidade que, vinculadas às diversas atribuições diárias causam desgaste tanto físico quanto mental, acarretando efeitos negativos sobre sua saúde mental e geral. **Conclusão:** Diante da problemática apresentada e da relevância do trabalho no ACS no contexto da Atenção Primária a Saúde, são necessários maiores estudos para subsidiar intervenções para promoção da saúde do trabalhador ACS.

**Palavras-chave:** Agente Comunitário de Saúde. Saúde do Trabalhador. Riscos ocupacionais.

### **CONFORTO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE INTERVENÇÃO URBANA NA REGIÃO DO CÓRREGO DAS MELANCIAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG**

FRANCO, Solange Ferreira Lima<sup>1</sup>; LOPES, João Pedro  
Costa<sup>1</sup>; MOTA, Lília Dias<sup>1</sup>; QUEIROZ, Frederico Mendes<sup>1</sup>; RIBEIRO, Marcelo Costa<sup>1</sup>; SANTOS,  
Regiane Cardoso dos<sup>1</sup>; BICALHO, Elisa Santana<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMOC

**Introdução:** Mediante a necessidade de analisar a viabilidade de uma intervenção na região do Córrego das Melancias, com o intuito de contribuir com o seu desenvolvimento saudável e obviamente pensando no conforto ambiental, a intervenção urbana juntamente com a clínica proposta no entorno da avenida supracitada é de suma importância devido possibilitar aos moradores da cidade um local mais agradável a suas caminhadas, passeios e até mesmo um ambiente confortável em termos de temperatura, além de gerar o pertencimento das pessoas com a sua região, as intervenções paisagísticas e urbanísticas também possibilitará a preservação das árvores do local de estudo além de propor sua manutenção e melhor organização e aproveitamento do espaço. Gouvêa (2008) salienta que a vegetação, em particular a arbórea, tem papel fundamental na melhoria da performance dos espaços urbanos em climas tropicais, mais do que isso, se constitui, na maioria das regiões do planeta, num dos poucos conceitos humanos universais em termos de qualidade urbana. Vale ressaltar que segundo o Arquiteto Urbanista, FARR (2013) em seu livro intitulado Urbanismo Sustentável, a arborização é necessária para a manutenção de uma cidade, segundo este, os ambientes verdes são convidativos e auxiliam no bem estar da população, Farr salienta também que em cidades onde as construções não buscam esse conforto ambiental, as pessoas tendem a ser mais sedentárias, gerando complicações em sua saúde, tal conhecimento auxilia a intervenção na região do Córrego das Melancias. **Objetivo:** Analisar a viabilidade de uma intervenção na região do Córrego das Melancias, com o intuito de contribuir com o seu desenvolvimento saudável. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa que tem uma abordagem qualitativa exploratória, pois se levará em conta o estudo histórico/sociológico e a análise argumentativa dos dados, sendo utilizados para a coleta das informações, artigos, livros e sites, infere-se também que é uma pesquisa documental visto ter colhido informações sobre a temática na Prefeitura da supracitada cidade, destaca-se ainda o estudo de campo, sendo necessário para a identificação do local e de seu estado. **Resultado:** Após o estudo observou-se que a temática proposta auxiliaria no processo de conforto urbano da cidade, levando os moradores a uma vida mais saudável e ativa, soma-se a esse fato a recuperação da região, a introdução das pessoas com seu meio, ou seja, o

sentimento de pertencimento ao lugar, destaca-se ainda que se utilizado este projeto como base em diversas partes de Montes Claros e até mesmo em outras, ter-se-ia cidades com mais locais agradáveis ao convívio humano. **Conclusão:** O presente estudo possibilitou agregar conhecimento sobre a arquitetura como auxiliadora em conforto urbano, tema pouco explorado, além de permitir um diálogo acerca da qualidade de vida na cidade supracitada e como melhorá-la, seja preservando, recuperando e tomando as devidas medidas quanto a sua manutenção.

**Palavras-chave:** Intervenção Urbana. Conforto Ambiental. Parque Linear.

#### REFERÊNCIAS:

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Cidadevida: curso de desenho ambiental urbano.** São Paulo: Nobel, 2008.

LYNCH, Kevin. **A boa forma das cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VILLAÇA, F. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2º ed. São Paulo: FAPESP, 2001.

### CONHECER PARA ENGAJAR: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PÚBLICO INTERNO ACERCA DAS MÍDIAS SOCIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

MOURA JÚNIOR, Alcino Franco de<sup>1</sup>; MOREIRA, Thayane Bezerra Costa<sup>2</sup>

1 Docente das FIPMoc, mestre em Tecnologia da Informação pela Faculdade Promove e doutorando em Administração pela UnB; 2 Graduada em Publicidade e Propaganda pelas FIPMoc

**Introdução:** Na era digital, as mídias sociais contribuem com relevância no *marketing* de relacionamento. Pessoas socializam, compartilham ideias e são atualizadas constantemente, em tempo real, por meio de postagens e conteúdos compartilhados. **Objetivo:** O presente artigo analisa a percepção das mídias sociais que vêm ganhando espaço no quesito interação, sejam elas para indicar, elogiar, criticar ou questionar atos de pessoas ou empresas. **Método:** Através de uma pesquisa de campo qualitativa aplicada, foi possível identificar a preferência e percepção do público interno: acadêmicos, professores e funcionários das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc), em relação às estratégias adotadas nas mídias sociais. O público interno das FIPMoc é composto por 5,5 mil pessoas. A amostra aplicada foi de 360, dentro de um nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%. **Resultados:** O WhatsApp teve a preferência de 81,3% dos entrevistados, seguido do Facebook e Instagram, com 62,2% e 61,8%, respectivamente. As fotos, textos e *stories* ficaram entre os recursos preferidos do público interno, sendo, 65,1, 46,7% e 40,1%, respectivamente. Em relação ao interesse nas propagandas relacionadas às FIPMoc, 77,06% dos acadêmicos, professores e funcionários possuem interesse nelas. Para elogios, o Instagram tem a preferência do público interno com 55,3%. Sugestões pelo Instagram tiveram a preferência de 57,2% deles. Já para reclamações o Facebook é o mais utilizado para 49% das pessoas. **Conclusão:** Os dados demonstraram que o WhatsApp, até então não utilizado na comunicação da instituição, necessita de ser contemplado com maior brevidade possível face à preferência demonstrada pelos dados. Por mais que a teoria defenda que, de uma forma geral, há pouco interesse por propagandas e que as pessoas as evitam ao máximo, a pesquisa demonstrou que o público interno gosta e acompanha as informações institucionais, comprovando a eficácia da publicidade feita até então.

**Palavras-chave:** *Marketing* Digital. Mídias Sociais. Instituição de Ensino Superior (IES).

## CONHECIMENTO DAS GESTANTES ATENDIDAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DE MONTE AZUL-MG, ACERCA DOS TIPOS DE PARTO

OLIVEIRA, Mariana Gonçalves<sup>1</sup>; LIMA, Thaisa Silva <sup>1</sup>; SILVEIRA; Maria Fernanda Cruz<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Durães Souto <sup>1</sup>; CARDOSO, Anamaria de Souza<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** As expectativas da mulher quanto à via de parto dependem de como as informações estão disponíveis ou são acessíveis a ela. É importante conhecer os riscos e benefícios sobre a saúde materna e fetal de cada via de parto. Desde as últimas décadas, tem-se observado um aumento exponencial da incidência de cesáreas no Brasil e no mundo, muitas delas sem indicação estrita, sendo que, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já considera epidêmicas as taxas de cesáreas aqui realizadas, com valores que superam os 15% preconizados. **Objetivo:** Analisar o conhecimento de gestantes atendidas no serviço público da cidade de Monte Azul, Minas Gerais acerca das vias de parto. **Método:** Estudo descritivo, transversal, com abordagem quantitativa. Aplicou-se questionário estruturado, versando sobre questões para caracterização da amostra quanto à indicação para cesárea, satisfação pré-natal, tipo de parto que será realizado. Foram selecionadas de forma aleatória mulheres de todas as idades, que aderiram por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Critérios de inclusão: gestantes acompanhadas em ambulatório de pré-natal nas Unidades Básicas de Saúde. Foram excluídas do estudo gestantes com incapacidade para responder o questionário. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIP-Moc) com parecer nº 2.449.548. **Resultados:** Foram entrevistadas 44 gestantes, com idade média de  $28,93 \pm 5,89$  anos. Em relação ao conhecimento das gestantes acerca das vias de parto, é possível observar que a maioria das gestantes (72,73%) acredita que a principal indicação para a cesárea seria o risco para o recém-nascido e que a principal fonte de informação a respeito da gestação e do tipo de parto é o profissional médico. No que se refere à satisfação com o pré-natal, 97,73% responderam positivamente. A grande maioria das gestantes (70,46%) ainda não sabe o tipo de parto que será realizado e dentre as 13 mulheres que possuem essa informação, a maioria (61,54%) realizará parto cesariano, sendo que destas, 5 gestantes (11,37% do total de gestantes entrevistadas) o realizarão por escolha própria, sem que tenha havido indicação médica. Das gestantes pesquisadas 72,73% já tiveram parto anterior. **Conclusão:** A orientação pré-natal tem alto potencial educativo, pois a gestante passa a conhecer alternativas de assistência em situações de trabalho de parto sem alterações e ou no caso de surgirem complicações. Como observado no estudo, as orientações do médico são importantes para a decisão sobre a via de parto, o que estreita a relação médico-paciente e contribui para criar um ambiente seguro para que a mulher se sinta confiante ao longo da gestação. Conclui-se que a maioria das gestantes não sabe que tipo de parto será realizado e algumas tiveram preferência pessoal pelo parto cesáreo, evidenciando o desconhecimento das complicações do procedimento cirúrgico sem a indicação adequada. Políticas públicas voltadas para a conscientização sobre cada via de parto são de extrema importância, para a saúde reprodutiva da mulher e tornam a assistência à saúde mais humanizada.

**Palavras-chave:** Conhecimento. Parto. Assistência pré-natal.

## CONSCIENTIZAÇÃO E RACIONAMENTO COM MELHOR CONTROLE PARA OS MORADORES

MOREIRA JÚNIOR, Daniel S.<sup>1</sup>; MIRANDA, Hiago F.<sup>1</sup>; FERREIRA, Márcio C. S.<sup>1</sup>; BOAVENTURA, Gabriel L.<sup>1</sup>; BARBOSA, João<sup>1</sup>; SANTOS, Rennê F. L.<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O presente projeto pretende oferecer às residências um controle do consumo de água domiciliar, para a economia, conscientização e promoção de uma inovação futura para a população. Será desenvolvido um delimitador de água, cuja função é informar e controlar a quantidade de água gasta pela pessoa, por meio de um aplicativo móvel. **Objetivo:** Desenvolver um dispositivo para controlar o consumo de água no ambiente residencial. **Método:** O uso do *Water Control* poderia reduzir o consumo e conscientizar a pessoa para fazer sua própria economia e contribuiria para um melhor racionamento de água. Isso tudo por meio de um arduino, micro controlador capaz de se comunicar com uma CPU. O display é capaz de registrar todas as informações entregues pelo arduino. Ele registraria o volume de água no reservatório, que é medido por um sensor de nível, e registraria a quantidade de água que a pessoa está gastando naquele exato momento, isso é possível por causa de um medidor de vazão, que é colocado na

tubulação, capaz de medir o volume através da passagem de água pelo tubo. Esse medidor é ligado no arduino, que entrega todas essas informações para o display (placa oled). Será desenvolvido um aplicativo para se comunicar com o arduino. Esse aplicativo seria capaz de elaborar estatísticas da quantidade de água necessária para realizar tal atividade, determinando o volume de água necessário. Caso excedesse o volume, uma válvula solenoide seria fechada cortando a vazão de água, impossibilitando o gasto excessivo.

**Resultado:** O sistema viabiliza o maior controle do gasto da água, pois avisa sempre que passa dos limites de consumo da mesma. Essa quebra de limite ocasiona o fechamento da válvula solenoide que impede que o gasto seja excessivo. **Conclusão:** Conclui-se, através deste projeto, que o racionamento e a conscientização podem ser mais eficientes com a ajuda do *Water Control*, com todas as suas medidas e habilidades, ele torna mais fácil o racionamento.

**Palavras-chave:** Economia. Conscientização. Água.

#### REFERÊNCIA:

MARANHÃO, F. **É possível viver com 110 litros de água por dia? Veja como seria sua vida.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/02/05/e-possivel-viver-com-110-litros-de-agua-por-dia-veja-como-seria-a-sua-vida.htm>> Acesso em: 12 maio. 2018.

### CONSIDERAÇÕES DA PSICANÁLISE SOBRE A OBESIDADE

OLIVEIRA, Gabriella de Sá<sup>1</sup>; NUNES, Flávio Marconiedson<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Isabela de Sá<sup>3</sup>; CANGUSSU, Lara Santos<sup>4</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>5</sup>

1Psicóloga pós-graduada Didática e Metodologia do Ensino- UNIMONTES; 2Discente das FIPMoc; 3-4Discentes da UNIMONTES;5Docente das FIP-Moc

**Introdução:** A obesidade envolve aspectos fisiológicos, sociais e psíquicos. Aqui, busca-se compreendê-la pela óptica da psicanálise, construindo a articulação entre o corpo que se apresenta e a constituição do eu. Para a teoria psicanalítica, o sujeito que come exageradamente tenta preencher e circunscrever um nada, um vazio que insiste em retornar para o sujeito sem mediação significativa ou simbólica. **Objetivo:** Analisar e compreender, a partir da psicanálise, a relação existente entre a obesidade e o psiquismo. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Foram utilizados, como base bibliográfica, os textos referentes aos conceitos fundamentais da psicanálise descritos por Freud (1920), além da literatura psicanalítica com foco na obesidade publicadas em periódicos localizados nas bases Scielo e Google Acadêmico. **Resultados:** A obesidade revela desordens físicas e psíquicas que se mantêm através do corpo. A psicanálise, ao contrário da medicina, possui uma escuta sensível ao inconsciente e classifica o corpo como pulsional investigando o sentido da compulsão. As pulsões, descritas por Freud (1920), tidas como o limite entre o psíquico e o somático, são estímulo ininterrupto proveniente do corpo e que, para manter o equilíbrio, cria destinos. Na obesidade, o destino é falho retornando para o sujeito. Desta maneira, o consumo excessivo do alimento se apresenta como estratégia diante de uma frustração intolerável da falta e uma tentativa de satisfação. Segundo Valera (2006), o sujeito sente suas dores emocionais, mas só consegue dar significado no corpo, o que descreve uma falha da inscrição da pulsão no psiquismo. O comportamento de comer compulsivamente estaria substituindo uma atividade mental de assimilação. As questões subjetivas e angustiantes se apresentam no corpo em vez de serem representadas de maneira simbólica. **Conclusão:** A obesidade demonstra a desordem no desenvolvimento psíquico mediante a falta de simbolização. A psicanálise oferece a possibilidade de subjetivação que permite a emergência da angústia não somente referida ao corpo e seus excessos, possibilitando, assim, a construção de recursos simbólicos necessários à elaboração da pulsão real.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Obesidade. Corpo.

#### REFERÊNCIAS:

FREUD, S. **Além do princípio do prazer.** Ed. Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: vol. XVIII, Imago, 1996.

VARELA, AP. Você tem fome de que? **Psic. Cien. Prof.**, Brasília, v.26, n.1, p. 82-93, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/SciELO.php?pid=S1414-98932006000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/SciELO.php?pid=S1414-98932006000100008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 de maio de 2018.

## CONSTELAÇÕES FAMILIARES NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS CONSOANTE A JURISDIÇÃO BRASILEIRA

LOPES, Ingrid Leite<sup>1</sup>; MOURA, Camila Câmara de<sup>2</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>3</sup>  
<sup>1</sup>Discente da Universidade Estadual de Montes Claros; <sup>2</sup>Discente da Universidade Estadual de Montes Claros; <sup>3</sup>Docente das FipMoc.

**Introdução:** Constelação Familiar é um método psicoterapêutico, criado pelo alemão Bert Hellinger, no qual se criam “esculturas vivas” com a finalidade de permitir localizar e remover bloqueios sentimentais. A terapia é comandada por um constelador, em regra, profissional terapeuta, alguns estados do Brasil já utilizam a técnica criada por Hellinger para solucionar conflitos na Justiça. A Resolução CNJ n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estimula práticas que proporcionam tratamento adequado dos conflitos de interesse do Poder Judiciário. A técnica vem sendo utilizada antes das tentativas de conciliação em vários estados, levando a resultados, em locais, 100% efetivos nos casos em que ambas as partes participam da sessão. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é apresentar o método alemão e suas formas de adequar-se ao ordenamento jurídico brasileiro, posto que este preza pelos métodos extrajudiciais de solução de conflitos, enquanto Hellinger traz uma dinâmica comprovadamente eficaz para resolução de problemas tratados como potenciais litígios, sendo uma possível forma de auxiliar o judiciário brasileiro. **Método:** O método de abordagem utilizado para o trabalho foi o dedutivo, partindo da análise de livros e artigos. O método de procedimento utilizado foi o hermenêutico para melhor compreensão e análise principiológica. Como técnica de pesquisa foi feita a pesquisa bibliográfica, sendo analisada a obra “A prática das Constelações Familiares”, de Jakob Robert Schneider. **Resultados:** A proposta trazida pelo alemão Bert Hellinger é de mais valia para o judiciário brasileiro. A resolução 125/2010 do CNJ busca métodos extrajudiciais de solução de conflito, contudo, a vasta maioria conhece apenas a arbitragem, conciliação e mediação, que são métodos efetivos, contudo, não tão humanizados quanto a Constelação Familiar. Os conflitos levados para uma sessão de constelação, em geral, versam sobre questões de origem familiar, como violência doméstica, endividamento, guarda de filhos, divórcios litigiosos, inventário, adoção e abandono. Jakob trata em sua obra como algo genético, por mais que não seja transmitido biologicamente, é passado de geração em geração até que seja solucionado por inteiro. Na sessão de Constelação, as pessoas trazem ao presente a vida de seus personagens, mesmo que falecidos ou não presentes naquele momento, de forma que seus gestos, completamente espontâneos, desvendam nuances do passado do cliente, ocasionando muitas vezes em surpresa e choro. Desta forma, ambas as partes vislumbram a causa de seus problemas, passando a tratar a potencial lide com mais humanidade e solidariedade ao conflito interno do próximo. **Conclusão:** Trazer as partes para uma esfera mais humanizada, por meio das constelações, é uma das formas extrajudiciais de solucionar conflitos antes mesmo que se tornem uma lide e adentrem ao núcleo do Poder Judiciário. Neste diapasão, tem-se um desabarroamento de processos, sendo as Constelações fundamentais para o alcance de uma sociedade mais harmoniosa, além da solução de problemas pessoais com potencial para futuras lides.

**Palavras-chave:** Constelações; Hellinger; Judiciário.

## CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM MPES

ALVES, Ana Clara Santos<sup>1</sup> ; SILVA, Alisson Cruz<sup>1</sup> ; FILHO, Fábio Luiz de Queiroz<sup>1</sup> ; SILVA, Frank Marlon<sup>1</sup>; PINHEIRO, Cristh Ellen Ferreira<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Acadêmico do curso de Administração FIPMOC; <sup>2</sup> Docente FIPMOC

**Introdução:** Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que 70% das empresas de até 5 anos encerravam suas atividades, este dado provém da falta de conhecimento dos microempresários. A partir desta análise, é possível perceber a importância do administrador para a gestão das MPES. **Objetivo:** Elaborar uma proposta para redução dos problemas enfrentados pelas MPES. Especificamente, buscou elaborar um plano de negócio de uma empresa de consultoria especializada em micro e pequenas empresas. **Método:** A metodologia utilizada compreendeu a pesquisa-ação, realizada a partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e, a partir das informações coletadas nestas, a solução proposta foi elaborada. **Resultados:** A pesquisa de campo demonstrou que as maiores dificuldades

enfrentadas pelos gestores compreendem: falta de conhecimento de gestão; falta de padronização dos processos e rotinas administrativas; e falta da capacitação dos funcionários. A partir das informações citadas, foi realizado um plano de negócios de uma empresa de consultoria especializada em gestão de MPES, a qual dispõe de um processo de prestação de serviço pautado na customização, ou seja, as MPES terão o atendimento especificamente voltado para seus problemas de gestão. Além disso, foi elaborado um site institucional da empresa com todas as informações pertinentes ao serviço de consultoria prestado por esta. **Conclusão:** A partir do contexto exposto infere-se a importância deste modelo de consultoria para melhoria da gestão das MPES visando manter estas empresas no mercado e, com isso, diminuir o índice de mortalidade das mesmas.

**Palavras-chave:** Mortalidade. Gestão. Consultoria

### CONTRADIÇÕES DECORRENTES DA LEI DO DESARMAMENTO<sup>3</sup>

SOUTO, Verônica Dias<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente Direito UNIMONTES; <sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES. Direito FIPMoc.

**Introdução:** Em 22 de dezembro de 2003 passou a vigorar no Brasil a Lei 10.826, conhecida como Estatuto do Desarmamento, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm. O principal objetivo seria reduzir a violência com armas de fogo. A partir de então, ano de 2003, o porte de armas de fogo pelos cidadãos passou a ser expressamente proibido em todo o território nacional. **Objetivo:** O objetivo do presente trabalho é identificar se o Estatuto do Desarmamento contribuiu efetivamente para adiminuição do número de violência com armas de fogo, ideia suscitada através do Projeto de Lei 3.722/2012. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por referência a doutrina especializada e institutos normativos específicos, como a Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Os dados foram obtidos a partir do Mapa da Violência 2016, publicação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais FLCSSO- Brasil, organismo internacional e intergovernamental que desenvolve atividades de pesquisa e de formação nas áreas de educação, direitos humanos, saúde, juventude, violência. O Mapa da Violência 2016, tem autoria atribuída à Julio Jacobo Waiselfisz, e os dados foram obtidos a partir da análise do Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), com base em certidões de óbito (CO). **Resultados:** Percebe-se diante o estudo realizado, que existem opiniões contrárias sobre a efetividade do estatuto do desarmamento, cada qual com sua devida pertinência. Segundo os estudos, no primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento houve queda de 15,4% no número de mortes por armas de fogo no país. Contudo, depois deste período não se pode dizer que houve uma redução eficaz, pois os dados se apresentam inconstantes, já que a taxa de homicídios é crescente. Os críticos afirmam que o Estatuto do desarmamento sozinho não é capaz de diminuir a criminalidade, justificam que seria preciso o desenvolvimento de outras reformas, como a reforma do Código Penal, das instituições policiais, do sistema prisional, bem como o enfrentamento da impunidade. **Conclusão:** O autor do livro “Mapa da violência” afirma que é preciso levar em conta o aumento da população, que consequentemente influencia o aumento da criminalidade, e que é preciso realizar outras políticas de segurança pública. Já os que se demonstram mais favoráveis a revogação do Estatuto afirmam que o aparelho policial não consegue prestar o auxílio suficiente a população por causa da crescente criminalidade. Diante do estudo realizado, conclui-se que o enfrentamento sobre a eficácia do estatuto do desarmamento faz-se urgente, bem como do aumento dos estudos sobre as políticas de segurança pública, para que seja respeitado o direito fundamental do cidadão de locomover-se com segurança, em respeito à sua integridade física e moral.

**Palavras-chave:** Desarmamento. Eficácia. Porte de arma.

#### REFERÊNCIA:

CERQUEIRA. Daniel. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro, Ipea, junho de 2017.  
 WAISELFSZ. Julio Jacobo. Mapa da violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil. FLACSO/ Brasil, 2016.

---

<sup>3</sup> Resultados parciais do projeto de pesquisa Liberdade e Segurança: contradições decorrentes da aplicação da lei do desarmamento, em desenvolvimento no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa da UNIMONTES.

## CONTRIBUIÇÕES DO CEJUSC DE JANAÚBA/MG

Pesquisa realizada no âmbito do Projeto Mediar e Conciliar do Vale do Gorutuba.

VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>1</sup>; RIBEIRO, Bruna Soares<sup>2</sup>; FIGUEIREDO, Jaqueline Gomes<sup>3</sup>; XAVIER, Felipe Oliveira<sup>4</sup>; AGUIAR, Isabela Mesquita Veloso<sup>5</sup>; SOARES, Cristina Jhulli<sup>6</sup>; JESUS, Marcos Paulo de Oliveira<sup>7</sup>.

1Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG. 2Discente da FAVAG. 3Discente da FAVAG.

4Discente da FAVAG. 5Discente das FIPMoc. 6Discente da FAVAG. 7Docente da FAVAG.

**Introdução:** A morosidade na prestação jurisdicional é uma das maiores reclamações do cidadão. Em 2016, ingressaram 29,4 milhões de processos na justiça brasileira, tendo o Poder Judiciário finalizado o ano com 79,7 milhões de processos em tramitação. Nesse ano, na fase de cognição (ajuizamento até a sentença), a tramitação do processo durou em torno de 1 ano e 4 meses, e 4 anos e 6 meses na fase de execução, ou seja, o quádruplo do tempo, conforme Relatório Justiça em Número do Conselho Nacional de Justiça (2017). Com o intuito de aprimorar os mecanismos de solucionar os conflitos e dar maior celeridade à prestação jurisdicional, o Conselho Nacional de Justiça (C.N.J.) editou a Resolução n. 125 de 29 de novembro de 2010, que estabeleceu a Política Judiciária Nacional de tratamento de conflitos de interesse. Por sua vez, a Resolução n. 661/2010 instituiu em todas as comarcas de Minas Gerais os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), unidade do Poder Judiciário que realizará audiências e sessões de conciliação e mediação processuais e pré-processuais, bem como o serviço de atendimento e orientação ao cidadão. **Objetivos:** Desse modo, o objetivo geral da presente pesquisa é examinar as contribuições do CEJUSC de Janaúba para a resolução de conflitos e duração razoável do processo. **Método:** Para consecução dos objetivos propostos realizou-se uma pesquisa exploratória por meio análise da legislação reitora da matéria, em especial, da Resolução 125/2010 do C.N.J., da Lei n.º 13.140/2015 (Lei da Mediação) e do CPC/2015. Ainda, foi realizada pesquisa documental nos relatórios do CEJUSC de Janaúba. **Resultados:** O presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada no CEJUSC de Janaúba pelo Projeto Mediar e Conciliar do Vale do Gorutuba. O Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução n.º 125/2010 e o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) têm incentivado a resolução consensual de conflitos. Em Janaúba, no dia 03 de outubro de 2017, foi instalado o CEJUSC que têm por escopo dar maior celeridade, economicidade e efetividade na resolução dos conflitos e prevenção das demandas judiciais por meio da mediação e da conciliação. A mediação e a conciliação vêm sendo realizadas no CEJUSC de Janaúba e constituem-se em formas consensuais de resolução de conflito com a colaboração de um terceiro com o intuito de pacificar os conflitos, de diminuir a reincidência e de evitar a judicialização de novos conflitos. O índice de conciliações homologadas pelo Judiciário em 2016, de acordo com o Relatório Justiça em número (2017) foi de 11,9% das sentenças e das decisões do Judiciário e a tendência é aumentar com o CPC/2015 e com a instalação do CEJUSC. Em Janaúba, conforme relatório da secretaria, no mês de abril de 2018 foram encaminhados para o CEJUSC 81 processos, sendo 67 envolvendo conflitos de família e 14 de natureza cível, para tentativa de conciliação e de mediação. Compareceram à audiência de conciliação as partes de 48 processos de família e de 07 cíveis, sendo que desse total 30 processos de família (62,5%) e dois processos cíveis (28,55%) foram solucionados pela conciliação e mediação. **Conclusão:** Com base na pesquisa realizada constatou-se que os métodos consensuais utilizados no CEJUSC de Janaúba têm superado as conciliações realizadas pelo Judiciário em nível nacional com um alto nível de acordo, em especial, nas causas de família. Em especial, a mediação resolve não apenas a lide processual (pedido da petição inicial), mas a lide sociológica (interesses e necessidades das partes), pacificando e prevenindo novos conflitos. Por outro lado, o CEJUSC desestimula a litigiosidade entre as partes, propaga uma cultura voltada para a paz social e o diálogo entre as partes. Assim, conclui-se que o CEJUSC de Janaúba poderá contribuir para amenizar a crise de operacionalidade do Judiciário com a diminuição de processos e maior celeridade daqueles em tramitação, viabilizando maior acesso à Justiça.

**Palavras-chave:** Duração razoável do processo. Mediação. Conciliação.

### REFERÊNCIA:

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em número 2017:** ano base 2016. Brasília: CNJ, 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

## CONTRIBUIÇÕES DO S.A.J PARA O ACESSO A JUSTIÇA

MENDES, Karoline de Sales<sup>1</sup>; VELOSO, CynaraSilde Mesquita<sup>2</sup>  
 1 Discente UNIMONTES; 2 Docente FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG

**Introdução:** O acesso à justiça está previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988 (CRFB/1988) que diz: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito.”. O acesso à justiça é também denominado de princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou princípio do direito de ação. Ou seja, o acesso à justiça é um direito fundamental e todos independente de sua condição econômica ou social devem ter um acesso efetivo e de qualidade à justiça. Capelletti (1978, p. 11) explica que “o acesso à justiça pode ser encarado como requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas enumerar direitos”. Para que ocorra um acesso efetivo à justiça deve se garantir “uma igualdade de armas” entre os litigantes. Para tanto, faz-se necessário superar o obstáculo econômico do acesso à justiça, uma vez que as partes devem suportar as custas processuais e os honorários advocatícios. Para Capelletti, “os primeiros esforços para incrementar a justiça nos países ocidentais concentram-se, muito adequadamente em proporcionar serviços jurídicos para os pobres”. **Objetivo:** Essa pesquisa tem como objetivo estudar as contribuições do Serviço de Assistência Jurídica (S.A.J) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) para superação do obstáculo econômico do acesso à justiça. **Método:** Para realização da pesquisa utilizou-se a pesquisa exploratória por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica realizadas em livros e artigos bem como por meio da pesquisa documental realizada na CRFB/1988, no Código de Processo Civil (CPC/2015), na Lei n.º 13.140/2015 e nos relatórios do Serviço de Assistência Jurídica da UNIMONTES. **Resultados:** O trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada no S.A.J. da UNIMONTES. O S.A.J possibilita superar os problemas do acesso à justiça, uma vez que disponibiliza um acesso à justiça aos hipossuficientes totalmente gratuito, além de orientar o cidadão acerca de seus direitos. No ano de 2014, o S.A.J realizou 2.584 atendimentos e ajuizou 325 ações. Cerca de 80% das causas atendidas no S.A.J são na área de família e envolve questões de divórcio, guarda de filhos, alimentos e investigação de paternidade. **Conclusão:** A partir dos estudos realizados, conclui-se que, o S.A.J viabiliza um acesso à justiça aos hipossuficientes e superação dos obstáculos econômicos.

**Palavras-chave:** Justiça. Acessibilidade. Direitos.

## CONTROLE PARENTAL E DIMENSÃO SÓCIO-TÉCNICA DOS LAÇOS AFETIVOS CONTEMPORÂNEOS NO EPISÓDIO ARKANGEL (2017) DA SÉRIE BLACK MIRROR

FERREIRA, Brenda de Souza<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Psicologia pelas FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** A tecnologia é um objeto multidimensional de análise. Diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sobre o objeto tecnológico para compreender suas tessituras sobre a vida social. Entre elas, a Psicologia tem tocado sua dinâmica relacional e comportamental. A narrativa audiovisual fornece subsídio de leitura para os fenômenos instaurados no hodierno em uma combinação artística, midiática e discursiva. **Objetivo:** Analisar o episódio *Arkangel* (2017) da série *Black Mirror*, considerando a narrativa sobre controle parental e sua dimensão sócio-técnica na contemporaneidade, a partir de Lévy (2000). **Método:** Desenvolveu-se uma pesquisa do tipo descritiva, de natureza qualitativa e com abordagem documental, cuja fonte de dados compreendeu o episódio *Arkangel* (2017) da quarta temporada da série *Black Mirror*. Procedeu-se com a decupagem de cenas considerando trama, enredo, ambientação e personagens em confronto com a teoria de representações sociais (JODELET, 2002; DUARTE, 2003) e da cibercultura (LÉVY, 2000), por meio das técnicas de análise do discurso e do conteúdo em Mainueneau (2004) e Bardin (2007). **Resultados:** A trama da série destaca que a interação entre sujeitos e tecnologia tem assumido dinâmicas distintas, desde novas práticas de sociabilidade a relações de supercontrole e dependência. Em busca de precautelar possíveis conflitos e proteger seus filhos, pais são suscetíveis a recorrer a dispositivos de hipervigilância para controle parental absoluto, desde aspectos de segurança a variáveis de saúde e integridade física, como demonstra *Arkangel* (2017). O caso acompanhado causa consequências negativas, principalmente no que diz respeito à composição psicossocial do indivíduo, pois tem o seu comportamento alterado devido a estímulos externos, além de prejudicar a sua evolução pessoal.

Lévy (2000) discorre que a utopia transformadora dos dispositivos pode criar rupturas de sociabilidade, se estes não são suficientemente integrados à quotidianidade. **Conclusão:** O uso abusivo e inconsciente de recursos tecnológicos pode modificar as ações e comportamentos humanos. A carência de vivências necessárias para a formação de crianças e adolescentes implica na dificuldade de lidar com fenômenos sócio-psicos. Torna-se necessário promover uma maior discussão sobre o controle parental e a dimensão sócio-técnica dos laços afetivos. O episódio narra os percalços da inconsistência da dimensão sócio-técnica da vida em tempos de cibercultura.

**Palavras-chave:** Black Mirror. Comportamento. Controle parental.

#### REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

DUARTE, R. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris: PUF, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

#### CONTROLE SOCIAL E COERÇÃO SÓCIO-TÉCNICA NO EPISÓDIO MEN AGAINST FIRE (2017) DA SÉRIE BLACK MIRROR

BRITO, Ezekhyel Chrystthopher Cruz Barros de<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pelas FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** Os impactos sociais da tecnologia têm sido objeto de investigação das ciências desde longa data, reconhecida a dimensão sócio-técnica das práticas, sistemas e cenários evocados pelo fenômeno tecnológico. Entre os impactos investigados está a instrumentalização tecnológica para o controle e a coerção social. Para a compreensão desses cenários, produções audiovisuais e suas narrativas podem fornecer lume a esta condição. **Objetivo:** Analisar o episódio *Men against fire* (2017) da série *Black Mirror*, considerando a narrativa sobre controle social e coerção sócio-técnica na contemporaneidade, a partir de Lévy (2000). **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa e com abordagem documental, tendo por *corpus* o episódio *Men against fire* (2017) da quarta temporada da série *Black Mirror*. Desenvolveu-se, para tanto, a decupagem de cenas considerando trama, enredo, ambientação e personagens em confronto com a teoria de representações sociais (JODELET, 2002; DUARTE, 2003) e da cibercultura (LÉVY, 2000), por meio das técnicas de análise do discurso e do conteúdo em Maingueneau (2004) e Bardin (2007). **Resultados:** Em *Men against fire* (2017), protótipos de otimização física e estratégica são aplicados em soldados de infantarias privadas para atividades coercitivas e contratuais, conforme a trama. Com foco sobre a empresa militar privada de vanguarda tecnológica, o espectador é levado a compreender seus objetivos, alvos e protocolos. Revela-se, porém, que os inimigos públicos são populações oprimidas e que configuram objeto de interesse político para higienização social. Os soldados dispostos às missões beta são treinados e programados a eliminar os alvos por meio de ilusões e controladores dos protótipos techno-biológicos. O enredo remonta ao usufruto da tecnologia como poder tecnocrático, de controle social e coerção sócio-técnica. O episódio de *Black Mirror* acena para hibridização das instâncias da vida social pública e privada com processos e dispositivos tecnológicos. Essa dinâmica de simbiose disposta a objetivos globais de organização e controle da vida integram a narrativa de uma utopia de unidade biológico-tecnológica cada vez mais frequente nos discursos industrial e políticos (LÉVY, 2000). Tendo realizado os estudos, foi constatado que a tecnologia no mundo contemporâneo tem se entranhado de forma significativa em todos os ambientes sociais, no intento de tornar-se facilitador de funções. A nova forma comunicacional tem se cambiado conforme as atitudes e os valores sociais no universo digital e evolucionado. Tais aspectos são reforçados nas narrativas sujeito-sujeito e sujeito-tecnologia, ora hibridizados ora postos em oposição (JODELET, 2002; DUARTE, 2003). **Conclusão:** *Men against fire* (2017) denota que o desenvolvimento das tecnologias digitais favorece um movimento social, que em sua pluralidade, é manipulado e oprimido em detrimento do individualismo humano e interesse

comercial. Com objetivos mercadológicos, industriais e de agendas público-políticas, coerção e controle sociais assumem uma dimensão técnica, inaugurando conflitos, dilemas morais e discussões que interpelam a democracia.

**Palavras-chave:** Black Mirror. Comportamento. Controle parental.

#### REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

DUARTE, R. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In \_\_\_\_\_. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris: PUF, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

### CRIME DE REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVIDÃO E SUAS PENALIDADES

ARAÚJO, Ingrid Fernanda Mota Gontijo Ataíde <sup>1</sup>; FERREIRA, Paulo Emanuel Marques <sup>1</sup>; MACEDO, Leandro Felipe Peixoto <sup>1</sup>; OLIVEIRA, Jéssica Revert de Souza <sup>1</sup>; PEREIRA, Lorena Izabel Rodrigues <sup>1</sup>.  
SOUZA, Robson Alexandre de <sup>2</sup>.  
Discentes das FIPMoc <sup>1</sup>. Docente das FIPMoc <sup>2</sup>.

**Introdução:** A Constituição Federal de 1988 estabelece como fundamento do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, bem como a valorização do trabalho. Além disso, menciona serem invioláveis os direitos à liberdade, à vida e à igualdade. O trabalho em condição análoga à de escravo, também conhecido como Crime de Plágio, caracteriza-se por uma pessoa ao domínio de outra, na ocorrência do trabalho forçado ou pelas condições degradantes de trabalho. A definição jurídica moderna de trabalho escravo não se limita apenas à restrição da liberdade de locomoção e da liberdade física e mental, pois o trabalho escravo pode ocorrer também, quando o trabalhador é submetido a condições degradantes, que possibilitem a afetação da dignidade do ser humano. Daí se dá a importância dos estudos que dizem respeito ao crime de redução a condição análoga à de escravo, descrito no Código Penal brasileiro. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar o trabalho escravo estritamente sob o enfoque jurídico, com realce dos avanços na lei e dos aspectos penais em relação aos seus agentes. **Método:** A pesquisa será qualitativa com abordagem exploratória. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Estudos foram feitos baseados principalmente no artigo 149 do Código Penal, que anteriormente à Lei 10.803/03 dizia basicamente que reduzir alguém a condição análoga à de escravo seria considerado crime com pena de reclusão de dois a oito anos. Após a modificação, a Lei dispunha de um sentido mais detalhado de como se é considerado o crime análogo à de escravo, que se deve falar em consumação, quando a vítima é reduzida, inteiramente, a essa condição. O fator tempo é necessário, de modo que a redução deve ser por tempo juridicamente relevante, a fim de que a vítima se torne totalmente submissa ao poder do agente. Se a redução for rápida, instantânea ou momentânea, não haverá a consumação do delito, podendo-se, assim, falar em tentativa. Outro caso de tentativa é aquele em que o empregador já começou a realizar os atos de execução, conduzindo os trabalhadores para sua propriedade, no entanto, acaba sendo preso em flagrante. As penas previstas para os agentes do plágio, após a Lei nº 10.803/03 são de reclusão, de dois a oito anos, cumulada com a pena de multa, além da pena correspondente à violência, mediante ação pública incondicionada, que independe da representação do ofendido ou de seu representante legal. Existem também os casos de aumento de pena, que são: metade, se o crime é praticado contra criança ou adolescente; e/ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. **Conclusão:** Com o advento da Lei 10.803/2003, conclui-se que não só o tipo penal está mais detalhado, como favoreceu a definição da competência da Justiça Federal para processar e julgar os infratores. São avanços que não poderiam ser desprezados do ponto de vista técnico, já que esta se mostra o primeiro passo na eliminação da impunidade.

**Palavras-chave:** Escravidão. Crime contra a dignidade humana. Submissão a condições degradantes.

## CRIMES COMUMENTE PRATICADOS POR MULHERES

ALVES, Raphael Soares<sup>1</sup>; DIAS, William Fabiano<sup>1</sup>; FERREIRA, Antônio Luíz Fagundes<sup>1</sup>; RAFAEL, Roberta Vívian Silva<sup>1</sup>; SANTOS, Jonathas Henrique<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Ao longo da história a mulher foi vista como ser frágil e delicado, no entanto no último século este estereótipo foi sendo modificado e surgiu a figura da mulher independente e determinada. Dentre estas transformações, pode-se notar, de forma negativa, um aumento nos índices de mulheres envolvidas na criminalidade nas últimas décadas. **Objetivo:** Nesta acepção, o presente estudo visa identificar os crimes comumente praticados por mulheres. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, sendo os dados coletados através de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Até meados do século XX os crimes praticados por mulheres eram basicamente o aborto, infanticídio e o homicídio passional. Atualmente, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, as mulheres começaram a praticar outros crimes, sendo os relacionados ao tráfico de entorpecentes os delitos mais comuns. A mulher pode estar, nos crimes de tráfico de entorpecentes, ligada diretamente com a venda de drogas, transporte para o ambiente prisional masculino com o intuito de ajudar seu companheiro ou membro da família preso, em participações indiretas, como o consentimento e convivência de familiares que usam sua residência para a guarda ou venda de drogas. As mulheres também matam. Uma em cada dez mulheres brasileiras presas cumpre pena por homicídio. É comum encontrar atrás das grades mulheres que mataram por desprezo e por ímpeto, num momento de tensão provocado pelo descontrole hormonal. Salienta-se que em épocas de tensão pré-menstrual, em quadros patológicos, geralmente, há uma alteração do nível de consciência. **Conclusão:** Destarte, o aumento da criminalidade feminina está ligado à maior participação da mulher nos diversos setores da sociedade, assim como a busca por maior aceitação social, a mudança de valores, além de a mesma possuir certa independência. Importante salientar também, que os crimes cometidos pelas mulheres ainda são consideravelmente inferiores quando comparados aos crimes praticados por homens e isto se deve às próprias características femininas. Verifica-se a prevalência de crimes não violentos praticados pelas mulheres, sendo o tráfico de entorpecentes o mais comum.

**Palavras-chave:** Mulher. Criminalidade feminina. Tráfico de entorpecentes.

## CRIMES PRATICADOS PELAS DETENTAS EM MONTES CLAROS

MENDES, Ana Lívica Macedo<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre de<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Em meio a um contexto social fortemente inspirado no patriarcalismo, verifica-se um crescimento desvairado da população carcerária feminina no Brasil. Nesse contexto, Ridão *et. al* (2010) ratifica que a menor incidência de mulheres no mundo do crime é entendida como estritamente relacionada a um contexto social. Vale ressaltar que mediante a construção social dos sexos e gêneros, a criminalidade sempre esteve conexas à figura masculina. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar os crimes praticados pelas mulheres encarceradas em Montes Claros. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** Acerca das circunstâncias que direcionam a mulher a se inserir na prática criminal, é notória uma forte influência do sexo masculino, no entanto, em menores casos, essa inserção ocorre por vontade da própria mulher movida pelo seu vício ou pela procura de um sustento familiar. A respeito das estatísticas dos crimes mais praticados pelas mulheres, o envolvimento com tráfico de drogas configura 58% das prisões. A segunda posição de crimes mais frequentes fica para o roubo e o furto. O estelionato, homicídio, lesão corporal e outros também são praticados, mas com uma porcentagem baixa. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que, durante muitos anos, o cometimento de crimes esteve relacionado somente ao sexo masculino, o que explica os poucos estudos realizados acerca da criminalidade feminina. Quanto à inserção da mulher no crime, destaca-se a influência do companheiro, o que demonstra que ainda há uma

dependência da mulher em relação ao homem. Consta-se que mais de 50% das prisões femininas são decorrentes do tráfico de drogas.

**Palavras-chave:** Cárcere feminino. Mundo do crime. Tráfico de drogas.

#### REFERÊNCIAS:

RIDÃO, Adriana et. al. **Mulheres no crime:** análise psicossocial dos contextos de vulnerabilidade de adolescentes do sexo feminino de classes populares no cometimento de atos ilícitos. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1..AdrianaCia.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

### CRIMINALIDADE FEMININA: A REALIDADE DE UMA GERAÇÃO INVISÍVEL

ANDRADE, Martina Rosa<sup>1</sup>; BRITO, Bianca da Silva<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes FIPMoc; <sup>2</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** O Brasil possui um sistema prisional distante do ideal de ressocialização e discutir as questões relacionadas a criminalidade feminina é imprescindível no contexto hodierno, de modo a poder analisar a possível efetivação dos direitos das mulheres encarceradas. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar os direitos da mulher apenada e os direitos de seus filhos menores durante a execução penal. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica. Os dados foram coletados na base de dados online, Google Acadêmico, em doutrinas e legislação pertinente ao tema. **Resultados:** Verificou-se que houve aumento considerável no cárcere feminino, entre 2000 à 2006, período em que a taxa de criminalidade feminina cresceu em torno de 135, 37% (BRASIL, 2012), índice muito maior que o encarceramento masculino. É imprescindível salientar que o encarceramento feminino gera mais prejuízos ao meio social, posto que, carregam consigo a condição de mães, sendo chefes de família, muitas vezes, monoparental, sendo a única referência de poder familiar à criança ou adolescente. Destarte, o encarceramento dessas mulheres afeta de modo direto seus filhos, que sofrem pela separação da mãe, estresse pós-traumático e cuidados inadequados persistentes, deixando essa população invisível ainda mais vulnerável à criminalidade. Some-se a isso o fato que as mulheres enfrentam um risco maior de sofrerem tortura, menos acesso à assistência médica, condições ruins e insalubres de vivência e falta de recursos para limpeza e higiene pessoal. Aquelas que desenvolvem o período de maternidade ainda quando estão reclusas, deparam-se com uma série de dificuldades ainda maiores, já que o ambiente não se mostra adequado para uma criança, tendo a última que se separar de sua mãe de forma precoce. Nessas circunstâncias, verifica-se a falha no sistema carcerário, vez que o mesmo afronta, não só os direitos fundamentais das apenadas, mas também foge dos princípios garantidos pelo Estado Democrático de Direito, visto que essas mulheres sofrem lesão na efetivação dos direitos fundamentais, direitos humanos e até mesmo, quando se analisa a vivência insalubre do ambiente prisional, este demonstra o desrespeito a dignidade da pessoa humana. **Conclusão:** Conclui-se que existe divergência entre o as garantias positivadas e o tratamento recebido no cárcere, isto é, a Lei n. 11.942 (Lei de Execução Penal), que estabelece que os sistemas prisionais femininos sejam dotados de espaço para gestantes, parturientes, creches para os menores cuja responsável esteja presa, garantia de acompanhamento médico, tanto à mulher quanto aos filhos, a necessidade dos estabelecimentos serem dotados de berçários, de modo a abrigar as crianças, não deixando as mesmas desamparadas. Posto isso, a efetivação desses direitos é fundamental, pois, alicerça as mulheres, ajudando-as na ressocialização, facilitando a reiteração do laço social e familiar, mitigando o prejuízo causado a seus filhos.

**Palavras- chaves:** Criminalidade Feminina. Filhos de encarcerados. Presídio.

#### REFERÊNCIA:

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Dados Consolidados do Sistema Penitenciário Nacional.** 2012. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen/>> Acesso em: 22 maio de 2017.

## CRIMINALIDADE FEMININA: INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES RELACIONADAS ÀS ADVOGADAS EM MONTES CLAROS

ALVES, Raphael Soares<sup>1</sup>; DIAS, William Fabiano<sup>1</sup>; FERREIRA, Antônio Luíz Fagundes<sup>1</sup>; RAFAEL, Roberta Vívian Silva<sup>1</sup>; SANTOS, Jonathas Henrique<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** Nos últimos anos, a criminalidade feminina tem apresentado elevadas taxas de crescimento. A conquista de espaço da mulher na sociedade resultou em inúmeras transformações na estrutura social, alcançando o mercado de trabalho, mas também, o sistema jurídico-penal. Desta forma, há infrações praticadas pelas mulheres em diversas profissões, como a advocacia, desrespeitando preceitos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), do Código de Ética e Disciplina da OAB e outras normas reguladoras. **Objetivo:** O presente estudo propôs analisar as infrações cometidas pelas advogadas em Montes Claros, assim como as sanções disciplinares aplicadas a elas. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, através de visita técnica à 11ª subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais (OAB/MG), em Montes Claros, onde foi entrevistado o presidente da subseção supracitada, Sr. André Crisóstomo Fernandes. **Resultados:** A pesquisa apontou que não há uma infração mais cometida pelas advogadas, havendo um equilíbrio entre homens e mulheres na advocacia. No âmbito advocatício não existem infrações específicas para cada gênero. De forma geral, a infração mais cometida é a retenção de autos de processo além do prazo legal, normalmente de 5 a 15 dias, entrando assim na estatística da existência de um processo contra o advogado ou advogada, mesmo que o cliente, como credor, esteja satisfeito com o profissional e não haja prejuízo para ele. Semelhante às infrações, há uma indiferença em relação às sanções disciplinares aplicadas contra advogados e advogadas. As censuras, que podem ser convertidas em advertências, e as suspensões (entre 30 dias e 12 meses) representam as sanções disciplinares mais aplicadas, enquanto que as exclusões são raras. Essas sanções são impostas através de um processo disciplinar sigiloso. **Conclusão:** Diante do exposto, conclui-se que há uma mesma proporção de incidência de crimes e infrações praticados por advogados e advogadas, assim como sanções disciplinares aplicadas sem diferença de gênero àqueles que contrariam os preceitos citados inicialmente. A retenção de autos de processo além do prazo legal se apresenta como a infração mais praticada pelos advogados em Montes Claros, sendo aplicadas censuras e multas, e raramente exclusões.

**Palavras-chave:** Criminalidade feminina. Advogadas. Infrações. Sanções disciplinares.

## CRIMINALIDADE FEMININA: OS DIREITOS DO NASCITURO DE MÃES ENCARCERADAS

ALVES, Raphael Soares<sup>1</sup>; DIAS, William Fabiano<sup>1</sup>; FERREIRA, Antônio Luíz Fagundes<sup>1</sup>; RAFAEL, Roberta Vívian Silva<sup>1</sup>; SANTOS, Jonathas Henrique<sup>1</sup>; LOYOLA, Ana Flávia<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** No Brasil, os crimes cometidos por mulheres têm aumentado sistematicamente, nos últimos anos. Durante décadas a mulher viveu submissa ao homem, era na maioria das vezes, responsável apenas por cuidar da casa e do marido, desta forma, a mulher ficava bem menos suscetível à prática de delitos, pois seu tempo era quase todo dedicado à família. A conquista de espaço da mulher na sociedade resultou em inúmeras transformações na estrutura social, alcançando o mercado de trabalho, mas também, o sistema jurídico-penal. Majoritariamente, as mulheres eram presas devido à prática de crimes como: contravenções penais, prostituição, desordem e vadiagem, porém com o passar dos anos, ocorreu mudanças significativas no perfil das mulheres encarceradas. **Objetivo:** O presente estudo propôs analisar a criminalidade feminina, especialmente no que diz respeito, aos direitos do nascituro de mães encarceradas. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. **Resultados:** A pesquisa apontou a evolução e aumento da criminalidade feminina, no Brasil, além da ineficiência do sistema carcerário feminino, que na maioria, das vezes não garante às presas gestantes e ao nascituro, seus direitos básicos, evidenciando um flagrante desrespeito, por parte do Estado, ao ordenamento jurídico brasileiro. O encarceramento feminino causa impactos, irreversíveis, em todo o grupo familiar, especialmente, das gestantes encarceradas, uma vez que, as mulheres que passam pela gestação e parto na prisão são mais vulneráveis. Os direitos do nascituro não podem cessar, no momento, em que o judiciário impõe sanções à mãe infratora, especialmente em relação ao cárcere. Nesse sentido, é imprescindível a efetivação, no sistema prisional feminino, do princípio constitucional da intranscendência, assegurando que as penas impostas à mãe não recaiam sobre o nascituro. O direito à vida é considerado o primeiro direito atribuído

ao nascituro. Visando garantir este, e outros direitos do nascituro, legislações federais, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Decreto-Lei nº 2.848 (Código Penal); Decreto-Lei nº 3.698 (Código de Processo Penal); Lei nº 10.406 (Código Civil) e, Lei 8.069, (Estatuto da Criança e do Adolescente), contemplam direitos para as mães presas. A Lei de Execuções Penais (art. 14 § 3º) assegura acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido. Porém, este direito, na maioria das vezes, não se concretiza, devido à falta de estrutura adequada nas penitenciárias brasileiras. **Conclusão:** Diante do exposto, conclui-se que o sistema prisional brasileiro não se adaptou à nova realidade da criminalidade, em que se constata o aumento dos crimes praticados por mulheres. Estas, quando presas, vivem em condições sub-humanas em sistema prisional precário e ineficiente. Apesar de existir leis que garantem os direitos das gestantes encarceradas e do nascituro, não há uma efetivação, devido à ineficiência do sistema prisional brasileiro.

**Palavras-chave:** Criminalidade feminina. Mães encarceradas. Nascituro. Direitos. Sistema prisional.

### CRISE POLÍTICA NO BRASIL: PERCEPÇÕES BASEADAS EM JESSÉ DE SOUZA

NEVES, Ana Flávia <sup>1</sup>; DIAS, Gabriella Cangussú<sup>1</sup>; MENDES, Luanna Souza <sup>1</sup>; SOUTO, Maria Fernanda Feitas <sup>1</sup>; SANTOS, Mayla Nunes dos<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente do curso de Direito das; <sup>2</sup>Docente do curso de Direito das FIPMoc.

**Introdução:** A crise política é a fonte para a deterioração do Estado Democrático do Direito e a sociologia é um grande meio para que haja um melhor desenvolvimento no país. **Objetivo:** Analisar como a sociologia pode desencadear uma reflexão acerca do melhoramento do aspecto político de cada cidadão. **Método:** Pesquisa qualitativa com procedimento bibliográfico. Os dados foram extraídos online em palestras de Jessé de Souza no Youtube, bem como suas doutrinas pertinentes ao tema. **Resultados:** A crise é um reflexo de corrupção e da classe dominante explorando os menos favorecidos que possuem pouco esclarecimento para reivindicar tal situação, portanto, a crise política é também uma crise de ideias. **Conclusão:** O olhar sociológico torna-se fundamental para a eliminação da crise política, pois é ele que poderá questionar todos os acontecimentos e cobrar um melhoramento político para que a elite não seja manipuladora, além disto, para entender o que está acontecendo agora, deve-se compreender que isto não se explica pelo instante atual, vem de uma história muito mais ampla, sendo necessário que todos os seres humanos possuam ideias, pois sem estas não é possível chegar a lugar algum, Por fim, pode-se concluir que o Estado brasileiro seria uma extensão do “homem cordial” que não vê distinção entre o público e o privado, sendo este para legitimar interesses econômicos de uma elite que domina o mercado, tornando uma fonte de corrupção e poder.

**Palavras-chave:** Crise política. Olhar sociológico. Deterioração. Ideias. Aspecto Político.

### CULTURA DO LITÍGIO

RODRIGUES, Danielle Silva<sup>1</sup>, ALMEIDA, Jéssica Camila Ferreira<sup>1</sup>, PINTO, Ludmilla Souza<sup>1</sup>, GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes FIPMoc; <sup>2</sup> Docente FIPMoc.

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental, abstraído do artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), que garante ao cidadão proteção a direitos fundamentais, não se excluindo da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, sob a perspectiva da igualdade. Ocorre que seu exercício encontra diversos obstáculos, dentre os quais, a cultura do litígio, que impede os indivíduos estabelecerem diálogo, bloqueando a solução dos conflitos. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a cultura do litígio como obstáculo ao acesso à justiça e a mediação e conciliação como instrumento de superação. **Resultados:** Verificou-se que, o Conselho Nacional de Justiça, atento às necessidades de aprimoramento do processo judicial e do acesso à Justiça, instituiu a Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010. Essa resolução implementou a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos. Mediação e a Conciliação – como o próprio nome sugere, são instrumentos de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Neste âmbito, resta esclarecer que, algumas questões muitas vezes não se baseiam em matérias de direito, onde serão utilizadas apenas dispositivos da lei, mais sim, em matérias de fato, ou seja, situações reais e acontecimentos anteriores que geraram danos a uma das partes, e levaram aquela lide ao judiciário, sendo cabível nesta esfera, estabelecer um diálogo favorável, objetivado corromper qualquer desentendimento ou falha de comunicação, e como

consequência, extinguir qualquer questão que possa vir a ser sentenciada por um magistrado de forma insatisfatória para uma das partes ou até mesmo para ambas. A lógica dessas formas alternativas de resolução de conflitos é democratizar o acesso à ordem jurídica, por meio da garantia da solução do conflito, de maneira justa e eficaz, além de tornar mais ágeis e econômicas as soluções para os conflitos jurídicos, que se dão mediante acordo amigável e/ou pacificação social. Sendo assim, a conciliação e mediação atuam como forma de complemento à jurisdição, e diante disso vale acrescentar ainda que, os conciliadores e mediadores deverão ter uma capacitação mínima para o desempenho de suas atividades por meio de curso realizado por entidade credenciada, conforme parâmetro curricular definido pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça, para poder requerer sua inscrição no cadastro nacional e no cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal. **Conclusão:** Conclui-se portanto que, a busca por um sistema judicial célere e eficaz conta com a contribuição dos institutos da Mediação e Conciliação, que são instrumentos de pacificação pessoal e social, com finalidade de fomentar e/ou facilitar o diálogo, levando as partes a entenderem a origem do conflito para resolvê-lo, sem a necessidade de enfrentar longas e custosas demandas jurídicas, visando especificamente a conquista da celeridade judicial, bem como seu potencial de irradiar benefícios por toda lide social.

**Palavras-chave:** Litígio. Mediação. Conciliação. Conflitos. Justiça.

## DA (I)LEGALIDADE DAS “PAUTAS FISCAIS” ADOTADAS NO LANÇAMENTO POR ARBITRAMENTO

SOUZA, Ingrid Tahiane Queiroz<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das UNIMONTES e Unip; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG.

**Introdução:** Existem no sistema tributário nacional três tipos de lançamento: de ofício, por declaração e por homologação, sendo que estes são formas de constituição do crédito tributário. O lançamento por arbitramento, tema do presente texto, é um tipo de lançamento de ofício, em que a administração tributária realiza todo procedimento sem ou como mínima participação do sujeito passivo. Esta forma de lançamento está prevista e disciplinada no art. 148 do Código Tributário Nacional (CTN). **Objetivo:** Este resumo tem por escopo analisar a legalidade da forma de arbitramento chamada “pauta fiscal”. **Método:** Afim desenvolver os estudos foi utilizado o método dedutivo, o procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica nas vertentes – doutrina, e jurisprudência e a documental realizada na legislação tributária. **Resultados:** No lançamento por arbitramento há a adoção de base de cálculo que não corresponde a um valor comprovadamente exato ou preciso de determinado bem ou serviço, assim essa quantia adotado pela administração tributária deve ser orientada pela razoabilidade, baseada em estatísticas, pesquisas ou outros procedimentos que tenham como fim apuração de dados. Esses preços padrões utilizados pelo fisco recebem o nome de “pautas fiscais”, que a princípio não apresentam nenhum grau de ilicitude. Todavia, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é ilegal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria submetido ao regime de pauta fiscal” (Súmula 431), isto é, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não pode ser calculado sobre valor de mercadoria ou serviço arbitrado. A priori, o entendimento do STJ está correto, segundo Alexandre (2017), pois muitos entes tributantes estabelecem de forma geral e absoluta “pautas fiscais” a serem seguidas pelo sujeito passivo da obrigação tributária sem qualquer possibilidade de discordância. Seguindo o raciocínio do STJ, este arbitramento com presunção absoluta deve ser combatido, porém, a Súmula generalizou demasiadamente o entendimento de ilegalidade, pois o art. 148 do CTN que prevê o lançamento por arbitramento por “pauta fiscal” deixa claro que esta forma de lançamento só pode ser utilizada depois que a administração tributária analisar os valores declarados pelo próprio sujeito passivo e houver constatação de omissões ou não merecerem fé. Após todo esse trâmite demonstrado deve ser garantido, o direito ao contraditório, seja na esfera administrativa ou judicial. **Conclusão:** Após a realização do estudo, depreende-se que as “pautas fiscais” são uma das formas do lançamento por arbitramento. Em um contexto específico não são ilegais, pois o art. 148, que as prevê estabelece todo um trâmite a ser seguido, porém quando este procedimento não é levado em consideração e o ente tributante arbitra valores de forma absoluta surge ilegalidade. Tal ilicitude está disciplinada genericamente em entendimento do STJ.

**Palavras-chave:** Lançamento por arbitramento 1. Pauta fiscal 2. Ilegalidade 3.

### REFERÊNCIAS:

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

BRASIL. **Código tributário Nacional**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm). Acesso em: 04 de jun. de 2018 às 17h26min.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 431. É ilegal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria submetido ao regime de pauta fiscal. In: **Vade Mecum Saraiva Compacto**. 19. ed. São Paulo (SP): Saraiva Educação, 2018. p. 1989.

## DEFENSORIA PÚBLICA NA SUPERAÇÃO DOS OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA

CAROBA, Hellen Eduarda Alves<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça consta-se como um direito fundamental, expresso no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), que garante ao indivíduo a resolução de seus conflitos por meio do Judiciário. A Defensoria Pública é um dos órgãos de representação dos menos favorecidos economicamente, surgindo sob o enfoque do caráter falho que os processos judiciais detêm no que diz respeito ao indivíduo carente. **Objetivo:** A presente pesquisa teve como objetivo analisar a Defensoria Pública como formas de superação do obstáculo econômico no acesso à justiça. **Metodologia:** Empregou-se o método dedutivo, mediante procedimento exploratório, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. **Resultados:** O acesso à justiça é direito de todo cidadão, mas para plena efetividade de tal direito é necessário que se ultrapasse os obstáculos que cercam o mesmo, dentre os quais evidenciam-se altas custas processuais às partes e a hipossuficiência financeira do indivíduo. Neste contexto surge a Defensoria Pública, sendo esta uma instituição indispensável à sociedade, constando-se como a ponte que leva os anseios da população carente ao Estado. É, ainda, responsável pela transformação social e por aproximar estas pessoas de seus direitos, tendo por finalidade alcançar a justiça de modo acessível e igualitário. Ademais, a Defensoria Pública atua de maneira gratuita em todo o país, desta forma, todos aqueles que comprovem sua incapacidade financeira poderão recorrer a este órgão para terem acesso a uma assistência jurídica e, conseqüentemente, pleitear em juízo seus direitos. Entretanto, não estão presentes em todas as comarcas, fato este que caracteriza-se como mais um obstáculo no pleno acesso à justiça. **Conclusão:** Diante dos fatos expostos, constata-se que, a criação da Defensoria Pública tem como intuito permitir a superação dos obstáculos econômicos. Ainda concernente aos obstáculos, consta-se a ausência da implantação da Defensoria Pública na maioria das comarcas brasileiras, sendo um fator que influencia a eficácia do acesso à justiça aos que detêm menor poder aquisitivo. Isso se deve ao fato de que os litígios devem ser levados às comarcas de cidades maiores, muitas vezes inviabilizando o processo tornando-o algo estático. O direito de defesa é algo positivado, devendo então ser efetivo para que todo e qualquer cidadão se beneficie deste. Por fim, percebe-se que a Defensoria Pública é uma das formas de assistência judiciária apresentada na primeira onda renovatória, que se trata da assistência judiciária aos pobres, ideia pertencente à obra de Garth e Capelleth.

**Palavras-chave:** Defensoria. Gratuita. Obstáculos.

## DEMOCRACIA CULTURAL E O MARKETING DE EVENTOS: A SINTONIA ESTRATÉGICA ENTRE A FESTA PUSH! E A MARCA NEPHEW

MOURA JÚNIOR, Alcino Franco de<sup>1</sup>; CARDOSO, Larissa Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Docente das FIPMoc, mestre em Tecnologia da Informação pela Faculdade Promove e doutorando em Administração pela UnB; <sup>2</sup> Graduada em Publicidade e Propaganda pelas FIPMoc

**Introdução:** Eventos passam a ter um papel mercadológico, gerando valores à marca associados com entretenimento ao público. Tornou-se um recurso de promoção de vendas capaz de conduzir um envolvimento coletivo, a fim de condicionar positivamente o participante, diferentemente de outros recursos. Transforma-se em um acontecimento, fato ou uma notícia que gera sensações e atitudes. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é analisar a contribuição de um evento com base na democracia cultural para a vantagem competitiva de uma marca. **Método:** A festa *Push!* é o objeto de estudo junto à marca

Nephew. Para responder ao objetivo desta análise, foi realizada uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa. O procedimento utilizado foi o estudo de caso único, com o método *survey*. A coleta de dados resultou em 92 respondentes entre várias edições da festa, com foco na edição realizada, em setembro de 2017. **Resultados:** A maioria dos entrevistados (72,8%) reside em Belo Horizonte (MG). 17,4% é do interior de Minas Gerais. O restante dos entrevistados é de São Paulo e Rio de Janeiro. A faixa etária de 67,4% do público é dos 16 a 25 anos. A maioria também (51,1%) está matriculada em algum curso superior. Desse público frequentador da Festa Push!, 40% lembra da marca Nephew, 22% da marca Jack Daniels e 20% da marca Red. Perguntados sobre o estilo de roupa que os respondentes preferiam, casual, *street*, despojado e alternativo foram as mais citadas. Democracia cultural foi, de uma forma geral, classificada pelos entrevistados como respeito à diversidade e liberdade de expressão. **Conclusão:** Infere-se que com a democracia cultural o público de um evento se transforma, diversifica-se e traz consigo maior visibilidade a uma marca. Esta por sua vez, deve gerenciar as estratégias do *marketing* de evento de maneira correta, trazer sensações e deixar sua essência gravada no público, para que alcance vantagens em relação a seus concorrentes e obtenha resultados satisfatórios em vendas. No caso da marca Nephew com a Festa *Push!*, alcançou-se um público superior ao evento e se espalha pelo Brasil, tanto nas lojas físicas quanto no online.

**Palavras-chave:** *Marketing* de eventos. Marca. Democracia cultural.

## DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA DO LITÍGIO PELO PROJETO MEDIAR E CONCILIAR

Pesquisa realizada no âmbito do Projeto Mediar e Conciliar do Vale do Gorutuba.

VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>1</sup>; RIBEIRO, Bruna Soares<sup>2</sup>; FIGUEIREDO, Jaqueline Gomes<sup>3</sup>; XAVIER, Felipe Oliveira<sup>4</sup>; AGUIAR, Isabela Mesquita Veloso<sup>5</sup>; SOARES, Jhulli Xavier<sup>6</sup>; SANTOS, Edilene Silva<sup>7</sup>.

1Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG. 2Discente da FAVAG. 3Discente da FAVAG. Discente das FAVAG. 5Discente das FIPMoc. 6Discente da FAVAG. Docente da FAVAG.

**Introdução:** O ensino jurídico no Brasil, baseado na dialética, forma profissionais treinados para o combate jurídico. Essa é a cultura do litígio, baseada nos métodos adversariais. Todavia, a partir da Resolução n.º 125/2010, da Lei n.º 13.140/2015 e do CPC/2015, o estudo dos métodos consensuais de resolução de conflitos ganhou destaque no ensino jurídico (BACELLAR, 2016). Para que a cultura da pacificação produza resultados faz-se necessário não apenas mudar as leis, mas desconstruir a cultura da sentença e do litígio. **Objetivos:** Em decorrência disso, o objetivo geral do presente trabalho é descrever as atividades que estão sendo desenvolvidas pelo Projeto Mediar e Conciliar do Vale do Gorutuba em Janaúba para desconstruir a cultura do litígio. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa descritiva das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Mediar e Conciliar do Vale do Gorutuba, por meio da pesquisa documental realizada nos relatórios do projeto, da pesquisa bibliográfica em livros e artigos que estudam o tratamento adequado do conflito e o ensino jurídico e da pesquisa de campo realizada por meio da observação direta das atividades desenvolvidas pelo projeto. **Resultados:** O presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada na Faculdade do Vale do Gorutuba – FAVAG. O Projeto Mediar e Conciliar foi criado em fevereiro de 2018 e faz parte da política da FAVAG de consolidar e fomentar o tratamento adequado dos conflitos. O Projeto é integrado por acadêmicos e professores dos diversos Cursos da FAVAG como Direito, Administração, Pedagogia e Enfermagem. Os encontros presenciais são mensais e os estudos realizados estão possibilitando conhecer não apenas a forma adjudicada de solução de conflitos, mas também os métodos consensuais de resolução de conflitos, a política de tratamento adequado do conflito e a moderna teoria do conflito. Além dos estudos realizados, o projeto tem instigado os acadêmicos dos diversos cursos da FAVAG a produzirem artigos em revistas especializadas, participarem de seminários, congressos, elaborarem monografias e projetos de iniciação científica sobre os métodos consensuais, contribuindo para a discussão e reflexão dessa temática. Outra atividade desenvolvida pelo projeto, no mês de junho de 2018 será a capacitação dos professores, orientadores e acadêmicos da FAVAG para atuarem como mediadores e conciliadores por meio de oficina a ser ministrada por Mediadora certificada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Além de fomentar a criação da Central de Mediação e de Conciliação do N.P.J. da FAVAG e da Delegacia da Mulher. Ainda, na última reunião do Projeto ficou deliberado que seria encaminhado Ofício para a Diretoria da FAVAG solicitando a inclusão da disciplina Métodos autocompositivos, na matriz curricular da FAVAG. Outra estratégia é fomentar a consolidação do CEJUSC, no âmbito do N.P.J da FAVAG, porque apesar de já existir o Convênio entre o Tribunal de Justiça e o N.P.J. da FAVAG, na prática as conciliações e mediações ainda não estão acontecendo na sua integralidade no

N.P.J, sendo necessário para tanto capacitar os orientadores e acadêmicos e equipar o N.P.J com a estrutura adequada para realização das sessões de conciliação e mediação no N.P.J da FAVAG. **Conclusão:** As atividades desenvolvidas pelo Projeto Mediar e Conciliar, apesar de pouco tempo de sua criação, têm possibilitado mudar a mentalidade dos acadêmicos e professores da FAVAG, viabilizando um conhecimento teórico e prático dos métodos consensuais de resolução de conflito para superação da cultura do litígio pela cultura da pacificação social.

**Palavras-chave:** Cultura da pacificação. Mediação. Conciliação.

#### REFERÊNCIA:

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

### DESEMPENADEIRA SEMI AUTOMÁTICA PARA NIVELAMENTO DE PAREDES

CARNEIRO, André<sup>1</sup>; SOARES, Daniele<sup>1</sup>; SOUZA, Edielle de<sup>1</sup>; FERREIRA, João Victor<sup>1</sup>; LIBRELON, João Paulo<sup>1</sup>; FERNANDO, Renato<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gilze<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Este projeto foi desenvolvido após diversas discussões apontando problemas e escolhendo suas soluções para criar e aprimorar os equipamentos utilizados numa Construção Civil. **Objetivo:** Desenvolver uma Desempenadeira Semi Automática para nivelamento de paredes na Construção Civil. **Método:** Após análises sobre o tema proposto e pensar na melhoria dos equipamentos no processo de construção civil, foi decidida a montagem do equipamento visando como principal meta a redução da fadiga humana, a fim de facilitar e reduzir o tempo necessário para a realização do serviço de nivelamento, através da rotação de um motor. **Resultados:** Por possuir bateria, além de nivelar a parede de maneira mais eficiente, a Desempenadeira Semi Automática oferece mais segurança para o usuário, diminuindo riscos de curto circuito, pois não será necessária conexão elétrica para ser utilizada. **Conclusão:** O estudo satisfaz as expectativas da equipe, sendo concluído com simplicidade e inovação.

**Palavras-Chave:** Construção Civil. Desempenadeira. Fadiga.

### DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE MOLDE PERMANENTE EM AÇO PARA FUNDIÇÃO DE PANEIS DE ALUMÍNIO POR GRAVIDADE

SILVA, Luciano Marques<sup>1</sup>; SILVA, Maick Anderson<sup>1</sup>; SOUZA, Alfeu Vinicius Aires<sup>1</sup>; SOUTO, Marcelo Pereira<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O processo de fabricação por fundição consiste em um dos métodos mais antigos e versáteis para obtenção de peças em todos os tipos de metais, principalmente quando a peça a ser abrigada possui uma geometria complexa. Não se limitando apenas a ligas de aço, mas a vários tipos de ligas metálicas, desde que apresentem temperatura de fusão e fluidez adequada, a fundição pode ser realizada por inúmeros processos, a maioria dos quais tendo como ponto de partida o metal líquido, que é derramado no interior de uma fôrma, cuja cavidade é feita de acordo com a peça que se deseja produzir. Essa fôrma é chamada de molde. **Objetivo:** Este trabalho consiste no desenvolvimentodo projeto de um molde permanente em aço para fundição de painéis de alumínio por gravidade, solicitado por uma empresa localizada na cidade de Montes Claros. **Método:** Foi realizada uma pesquisa exploratória para entender o funcionamento dos processos de fundição e seus métodos de injeção. *Softwares* como o Solidworks, Ansys e Moldflow foram utilizados para modelamento e simulações 3D. **Resultados:** Baseando-se em medidas estimadas do produto de acordo com o que foi informado pela empresa, foi realizado o desenvolvimento do projeto tridimensional em plataforma computacional CAD (*Computer Aided Design*), para construção, auxílio e análise do comportamento do produto. Considerando fenômenos da solidificação dos materiais, um aumento de 6,5% nas dimensões do produto conforme tabela de contração do alumínio foi adicionado, para que ao final do processo as dimensões correspondam ao valor real do produto. Com estas medidas tornou-se possível o início da análise do sentido e direção das executáveis formas de extração do produto, que foi definida como na vertical para cima, o que implicaria na abertura do molde na horizontal. Um sistema de extração por ar comprimido foi elaborado, onde um dispositivo foi adicionado ao centro do molde com a função de remover

o vácuo gerado pelo processo, facilitando assim a sua extração manual. Foi elaborada também uma forma automatizada de abertura do molde, onde dois atuadores pneumáticos foram colocados nas extremidades, com a função de realizar o avanço e recuo das peças que possuem o “negativo” da parte externa do produto, realizando assim a abertura para a extração e concluindo o dimensionamento do mesmo. **Conclusão:** Com este trabalho foi possível averiguar a importância do auxílio de softwares no desenvolvimento de um projeto mecânico, tanto no dimensionamento quanto nas simulações realizadas no mesmo e que com seu detalhamento e orçamento em mãos, torna simples e efetiva a produção do mesmo.

**Palavras-chave:** Molde Permanente. Fundição. Alumínio. Modelamento 3D.

#### REFERÊNCIA:

CHIAVERINI, Vicente. **Tecnologia mecânica: Processos de Fabricação e Tratamento**. v. II. 1986.

### DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E HARDWARE PARA CONTROLE DE PROCESSO DE FERMENTAÇÃO EM BIORREATORES CSTR E SEMI-SÓLIDO ROTATIVO

ROCHA, Olliver Christopher Soares<sup>1</sup>; FERREIRA, Antônio Ivo<sup>1</sup>; SICUPIRA, Ismael Pinheiro<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Adriane Nunes de<sup>1</sup>; GUEDES, José Eduardo Sousa<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Helder Lopes<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente do curso de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Este projeto de inovação trata do desenvolvimento de software e hardware para controle de biorreatores. Biorreatores são sistemas nos quais ocorrem conversões biológicas em vasos mecânicos onde organismos são cultivados de maneira controlada e/ou materiais são convertidos ou transformados via biorreações específicas. O uso mais difundido dos biorreatores é o cultivo de microrganismos, que vem sendo empregados para a produção industrial de uma diversidade de produtos, tais como enzimas, antibióticos, vitaminas, ácidos orgânicos, solventes, no tratamento de resíduos orgânicos industriais ou domésticos, ou produção de alimentos e bebidas fermentadas. **Objetivo:** O objetivo deste projeto é desenvolver software e hardware para controle de processos de fermentação em biorreator CSTR e Semi-sólido Rotativo. **Método:** Elaborar projeto básico, baseado nos critérios primários de projeto. Itens mecânicos e elétricos necessários ao projeto lançados em escala e com sua localização no desenho. Diagrama das tubulações e instrumentação elaborado, contendo as linhas de processo, válvulas, dimensões, bitolas, materiais de construção, características, etc. O cronograma para a realização deste projeto é para um prazo de 3 anos. **Resultados:** Alcançado o objetivo deste projeto, com o desenvolvimento do software de controle de processos fermentativos, processos industriais biotecnológicos, tais como produção de etanol, produção de biodiesel, fabricação de bebidas fermentadas, produção de produtos derivados de fermentação como enzimas, antibióticos e proteínas, bem como, fármacos e produtos recombinantes, poderão ser controlado, garantindo a segurança de atingir as especificações dos produtos finais. Ao término do projeto espera-se ter um protótipo de um biorreator de bancada autoclavável para cultivo de microrganismos. Com o sistema de controle de processo desenvolvido. Essa tecnologia permitirá a fabricação de biorreatores a preços menores que o custo de importação de produtos estrangeiros. Os produtos intelectuais a seguir serão obtidos ao final desse projeto de inovação: 1 – Desenvolvimento de software de controle de processo para bioreatores de bancada CSTR; 2 - Projeto de biorreatores para cultivo de culturas puras microbianas multipropósito; 2 – Construção de um protótipo de biorreatores para cultivo de culturas puras microbianas multipropósito; 3 – Projeto e construção de sistema de amostragem e análises de substratos acoplados ao biorreator para cultivo de culturas puras microbianas multipropósito; 4 – Estruturar e incentivar o estabelecimento de um centro de pesquisas e desenvolvimento - P&D - para integração com empresas; 5 – Capacitar recursos humanos em projetos de sistemas de automação e controle para aplicações em biotecnologia; 6 – Capacitar recursos humanos em Engenharia Química para projetos de equipamentos para aplicações em biotecnologia. **Conclusão:** Esse projeto é viabilizar a produção de bioreatores de bancada utilizando fornecedores de materiais nacionais, de forma que seja garantida a viabilidade de um projeto nacional, substituindo importações de equipamentos.

**Palavras-chave:** Biorreatores. Sistema de controle. Fermentação.

## DESENVOLVIMENTO DE UM ESTAMPADOR PNEUMÁTICO PARA CANETAS

SANTANA, João Victor Rodrigues<sup>1</sup>; SOARES, Merick Weiller Rocha<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Baleeiro<sup>2</sup>.  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O estampador pneumático para canetas é um equipamento com sistema de estampagem que utiliza um carimbo para realizar as marcações nas canetas e outros produtos de pequeno porte de material plástico feito de poliestireno, como brindes, brinquedos e outros artigos. Esse dispositivo deve ter mobilidade para se adequar a variados tipos de ambiente. Deste modo, houve a necessidade da inserção da pneumática a fim de atender tal demanda. **Objetivo:** Desenvolver um estampador pneumático para canetas com baixo custo de produção e proporcionar maior eficiência na produtividade do sistema de estampagem. **Método:** Desenvolveu-se uma pesquisa experimental, utilizando-se a simulação no software *FluidSim*<sup>®</sup> e a modelagem no software *SolidWorks*<sup>®</sup>. Também foi utilizada a ferramenta do ciclo *Plan-Do-Check-Act* (PDCA), que visa priorizar o planejamento e avaliação criteriosa dos processos, tendo como foco a solução de problemas, para então chegar a conclusões e executar ações de melhoria, que auxilia de maneira simples e eficaz (ABRANTES, 2009). **Resultados:** Foi desenvolvido um estampador pneumático para canetas contendo rodas que foram acopladas nas pernas da banda para fácil mobilidade do protótipo, além de um cilindro pneumático de dupla ação. Foram desenvolvidos cálculos para encontrar a força de avanço e recuo do dito cilindro, sendo utilizada a medida do diâmetro do êmbolo, diâmetro da haste e pressão do sistema para alcançar os resultados. A partir dos resultados obtidos, foram realizados testes do funcionamento do estampador pneumático para canetas. **Conclusão:** Este trabalho analisou o ganho do controle proporcional da estampadora pneumática. Com isso foi possível demonstrar a viabilidade desta de ser instalada em pequenas indústrias com serviços de estampagem em canetas e em diversos materiais plásticos de pequeno porte. Em termos de segurança, essa estampadora atende os requisitos necessários para produção industrial, tipografando nos produtos as identificações de logomarca da empresa, e proporcionando alta qualidade de imagem.

**Palavras-chave:** Máquina. Tampografia. Acionamento. Pneumática. Custo.

### REFERÊNCIA:

ABRANTES, José. **Gestão da Qualidade**. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

## DESENVOLVIMENTO DE UMA CADEIRA ERGONÔMICA PARA USO ACADÊMICO

SANTOS, Joailton Ferreira<sup>1</sup>; CRISPIM, João Guilherme Soier<sup>1</sup>; FORTES, Délcio<sup>2</sup>.  
1. Alunos do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2. Professor orientador

**Introdução:** Fundamentando-se em requisitos da norma NR17, entende-se que nos ambientes de quaisquer atividades de postos de trabalhos e estudos é relevante a observação das condições físicas do indivíduo e postura correta de assento, devendo estar o mobiliário adaptado às condições físicas do usuário. Isso contribuirá para o melhor desempenho das atividades a fim de evitar danos físicos, psicológicos e outros, como situação de estresse, dores musculares, etc. A ergonomia trata desses requisitos, visando sempre à saúde física do indivíduo. A norma NR 17 determina a adaptação do trabalho ao homem de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança e desempenho. **Objetivo:** Projetar uma cadeira para uso em salas de aulas que atenda às necessidades dos alunos do ensino superior. Foram observados problemas com relação ao conforto e à dificuldade em acomodar os objetos como calculadora, garrafinha com água, capacete e mochila, dificultando assim o surgimento de uma atmosfera agradável e confortável para os alunos se dedicarem aos estudos. **Método:** Com o intuito de desenvolver o projeto de uma cadeira ergonômica, várias modificações foram feitas em relação ao mobiliário comum, todas relacionadas às necessidades dos alunos do ensino superior, obedecendo aos requisitos da norma NR 17. Para que fosse efetivado o projeto, realizou-se primeiramente um estudo bibliográfico e posteriormente o projeto do mobiliário utilizando-se o programa *Software Solidworks*<sup>®</sup>. **Resultados:** A intenção foi seguir as normas de mobiliários disponibilizadas pela ABNT, acrescida de ideias referentes ao melhor aproveitamento do espaço da cadeira, destinando lugares para que sejam guardados objetos e disponibilizando opções de adequação do mobiliário à altura do acadêmico. **Conclusão:** Por fim, percebe-se que há necessidade de adequação dos mobiliários acadêmicos a fim de proporcionar melhor comodidade aos alunos. Essa adequação torna-se possível e o projeto foi elaborado no intuito de sanar alguns incômodos proporcionados pelo mobiliário atual.

**Palavras-chave:** Ergonomia. Mobiliário. NR17.

## DESENVOLVIMENTO DE UMA MÁQUINA PARA HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO MODELOS SPLIT E JANELA

ALMEIDA, João Victor Soares<sup>1</sup>; RAIMUNDO, Rodrigo Pereira<sup>1</sup>; PIMENTEL, Michéle Santos<sup>2</sup>.

1. Alunos do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2. Professor orientador

**Introdução:** O aquecimento global ocasionou um aumento significativo na aquisição de aparelhos de ar condicionado. Porém, se não higienizados da forma correta, a exposição a ambientes climatizados pode comprometer a saúde, pois existe a possibilidade de proliferação de doenças respiratórias, infecciosas, e alérgicas. Considerando esse alarmante, foi criada a portaria do Ministério da Saúde número 3523, de 1998, que elabora um plano de manutenção com procedimentos para a higienização desses aparelhos. Para atender a esses procedimentos, foram desenvolvidos diversos higienizadores de ar condicionado que hoje estão disponíveis no mercado. Contudo, o custo desses equipamentos é relativamente alto, o que inviabiliza sua popularização. **Objetivo:** Desenvolver um higienizador de ar condicionado que realize a limpeza dos modelos *Split* e *Janela*, com menor custo do que os existentes no mercado. **Método:** Para confecção do higienizador projetado neste trabalho, foram escolhidos componentes de baixo custo; foi realizada uma representação 3D do aparelho, a construção do protótipo, e o orçamento geral do produto. A validação do higienizador foi feita mediante comparação da pressão e vazão calculadas e, depois, medidas no aparelho. **Resultados:** Os resultados obtidos foram pressão máxima de trabalho de 206,82kPa, vazão volumétrica de  $2,94 \times 10^{-5} \text{m}^3/\text{s}$ , e, em relação ao preço, uma economia em média de 84% em relação a dois equipamentos já existentes. **Conclusão:** Os resultados obtidos foram satisfatórios, visto que os objetivos foram alcançados, o protótipo realizou a correta limpeza dos aparelhos de ar condicionado *Split* e *Janela*, e com menor custo de fabricação do que os existentes no mercado.

**Palavras-chave:** Higienizador. Ar condicionado. Baixo custo.

## DESIGUALDADE BRASILEIRA NA CRISE ATUAL

SANTANA, Igor<sup>1</sup>; MENDES, Maria Luísa<sup>1</sup>; GOMES, Marcella<sup>1</sup>; SILVA, Yan<sup>1</sup>; MARQUES, Yara<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes <sup>2</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** A crise atual é decorrida da desigualdade que está enraizada na cultura brasileira desde seus primórdios de descobrimento. **Objetivo:** Assim, essa temática visa analisar o que causa o desequilíbrio na contemporaneidade brasileira. Foram abordados os temas: desigualdade, elite e ódio aos pobres, nos quais tomam como significado que de acordo com o autor trabalhado, Jessé de Souza, a crise vivenciada ocorre porque quem tem Poder, domina seus subordinados desencadeando uma cultura de inferioridade, sobretudo por causa de efeitos econômicos, visto que os ricos detém poder da educação, da política e da mídia manipulando e dominando espaços democráticos, esse comportamento massificante vem tendo espaço desde a escravidão brasileira permitindo, portanto o ódio ao pobres supracitado. **Método:** pesquisa qualitativa com procedimentos *e coletas de dados com base online de plataforma audiovisual*. **Resultado:** Sendo assim, essa desigualdade pode ser notada tangivelmente à única população que detém o poder não deixando espaço para outrem participar. Abordando esse conteúdo, os objetivos foram promover maior estudo, diálogo e compreensão sobre questões que perpassam a história e se mostram tão atuais mas que muitas vezes não possuem total importância pela sociedade, principal causadora dessa crise, motivando, então, essa para a mudança de pensamento e atitude com o outro. Os objetivos alcançados com essa temática foram sentidos na produção dos alunos que a partir desse trabalho mudaram suas perspectivas podendo atrelar a crise com aspectos históricos não apenas políticos como já está automático no pensamento do cidadão brasileiro. **Conclusão:** Destarte, as crises ocorridas no Brasil se mostram como uma herança de sua história, na qual o ódio aos escravos se transformou no ódio aos pobres e acaba violando seus direitos sociais, sobretudo por causa da crise aludida.

**Palavras-chave:** Crise. Desigualdade. Brasil. Elite.

## DIAGNÓSTICO PRECOCE E ADEÇÃO AO TRATAMENTO: O PAPEL DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NO CONTROLE DA TUBERCULOSE NO BRASIL

VIEIRA, Débora Ribeiro<sup>1</sup>; FREIRE, Guilherme Vitor de Carvalho<sup>2</sup>; DAL MORO, Victória Carneiro<sup>2</sup>; MARTUSCELLI, Érika Fernanda Sales<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras – FIP-Moc

<sup>2</sup> Graduado em Medicina pelas Faculdades Integradas Pitágoras – FIP-Moc; Residente de Clínica Médica da Fundação Hospital de Montes Claros/ Hospital Aroldo Tourinho<sup>2</sup>

**Introdução:** A tuberculose é uma doença infectocontagiosa causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*. Apesar de possuir profilaxia das formas graves por meio da vacina BCG ainda é uma doença muito prevalente mundialmente. É hoje um sério problema de saúde pública por anualmente serem notificados cerca de cem milhões de casos no mundo e levando à óbito mais de um milhão de pessoas. Alguns dos motivos envolvem o diagnóstico tardio das formas pulmonares, o desconhecimento das manifestações clínicas e do diagnóstico das formas extrapulmonares e a baixa adesão dos pacientes ao tratamento. **Objetivo:** Discutir as manifestações clínicas e o diagnóstico da Tuberculose extrapulmonar no intuito de ampliar o conhecimento acerca da patologia visando o aumento do seu diagnóstico precoce e adesão ao tratamento. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal com dados coletados a partir de revisão de literatura. **Discussão:** A principal manifestação clínica da Tuberculose é a forma pulmonar, com quadro clínico clássico de febre vespertina, astenia, emagrecimento e tosse por mais de três semanas. O acometimento extrapulmonar ocorre em cerca de 10-20% dos casos e em até 60% em paciente imunossuprimidos. Nesses casos, as manifestações não se apresentam com quadro patognômico, dependendo muito do órgão que foi acometido. Pode manifestar-se principalmente nas formas ganglionar, pleural, geniturinárias e do Sistema Nervoso Central, sendo o acometimento pleural a principal forma extrapulmonar da tuberculose. Seu quadro se manifesta de forma aguda, fazendo com que o paciente se queixe de dor torácica, tosse seca e dispneia proporcional ao volume de derrame pleural ocorrido. Para o diagnóstico, o BAAR é pouco sensível, sendo o exame histopatológico do líquido pleural o melhor método para esses casos. Atualmente tem sido utilizada a dosagem da enzima Adenosina Desaminase (ADA), método com sensibilidade maior que 80% e especificidade maior que 90%. O tratamento dependerá da gravidade do quadro do paciente, podendo ser indicada toracocentese para drenagem do líquido pleural e sendo utilizados os antibióticos habituais do tratamento da doença, sendo eles a Rifampicina, Isoniazida, Pirazinamida e Etambutol em esquemas próprios das fases inicial intensiva e de manutenção. **Conclusão:** A tuberculose, independentemente de sua forma clínica, é uma doença que possui tratamento eficaz quando realizado de forma contínua. É papel do profissional da área de saúde atentar-se às manifestações clássicas e extrapulmonares para que o diagnóstico precoce seja realizado e conscientizar a população sobre a importância da adesão ao tratamento até a remissão da doença. Com a adoção dessas duas principais medidas, estará contribuindo para o controle dos casos de tuberculose, diminuindo, assim, a incidência da doença na população.

**Palavras-chave:** Tuberculose. Profissionais de Saúde. Prevenção.

## DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FERRAMENTA SOCIOPOLÍTICA EM COMUNIDADES

SANTOS, Amanda Nascimento Chagas<sup>1</sup>; SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O presente trabalho busca discutir como a relação da Psicologia com os Serviços de Assistência Social, oferecidos à sociedade, pode ser utilizada como ferramenta para o desenvolvimento de uma consciência crítica dos indivíduos, em relação à sua atuação política em comunidade e sociedade. O serviço em questão é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do bairro JK/Village em Montes Claros. Os sujeitos participantes são moradores da comunidade e compõem um grupo de convivência no bairro em que o serviço atua. Desenvolvendo atividades ao longo da prática de estágio realizada no serviço de convivência do CRAS, atuam os alunos do quinto período de psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. Com isso, buscam trazer algo que contribua com o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil, aproximando a psicologia de um cenário que demanda uma postura compromissada com a perspectiva social-comunitária. **Objetivo:** Analisar as movimentações geradas na visão crítica sociopolítica do grupo, inserido em um contexto comunitário, através das atividades

desenvolvidas por alunos de psicologia. **Método:** A pesquisa realizada, trata-se de uma pesquisa exploratória e de análise qualitativa, se encaixando na modalidade de pesquisa-ação. **Resultados:** Mediante análise do processo grupal, através de uma observação participante, constatou-se a construção de um despertar para as possibilidades de atuação dos próprios moradores em relação às necessidades que a comunidade apresenta. Iniciaram uma discussão sobre a atuação da associação de moradores do bairro e demonstraram interesse na organização e mobilização dos moradores. **Conclusão:** Os pequenos passos dados para o início de uma caminhada de despertar coletivo para a organização e mobilização dos moradores, possibilitados através da atuação dos estagiários no grupo de convivência no CRAS-JK/Village a buscar uma noção de auto-responsabilização e de potencial de ação, é de uma notável relevância para os indivíduos enquanto sujeitos políticos e enquanto comunidade e para a Psicologia Social no Brasil, que necessita reforçar seu comprometimento com a transformação social centrada na realidade sócio histórica das comunidades e em um distanciamento da antiga psicologia gerada em torno de padrões elitistas e capitalistas construídos em torno da sociedade burguesa.

**Palavras-chave:** Assistência Social. Comunidade. Psicologia Social.

### DIMENSIONAMENTO DE UMA PONTE ROLANTE UNIVIGA

XAVIER, Moacir Filho<sup>1</sup>; MARQUES, Luciano da Silva<sup>1</sup>; FERNANDES, Victor Lucas<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Nas décadas de 80 e 90 o Brasil abriu as portas para a globalização e empresas advindas de países industrializados se instalaram em nosso território. Como consequência, ocorreu um fato importante: as empresas já sediadas no país tiveram que se preparar para o crescimento industrial e melhorar seus processos, para atender as exigências do mercado global, sendo que a mecanização foi uma das saídas mais importantes. Nesse contexto houve a introdução das pontes rolantes, e seus ganhos de produtividade justificavam o custo de sua implantação. Por esse motivo elas tiveram adaptação nos mais diversos ramos da produção industrial (automobilístico, aeronáutico, siderúrgico, metal mecânico, entre outros). Assim os produtos que outrora implicavam grandes dificuldades de serem movimentados e manuseados, passaram a não ser um problema. As pontes rolantes podem ser montadas em pequenos vãos, de aproximadamente 5m, até em grandes vãos que chegam a 30m. Convencionou-se dividir as pontes em grupos em função da capacidade de carga.<sup>1</sup> **Objetivo:** Dimensionar uma estrutura e mecanismos que compõe uma ponte rolante de acordo com as normas vigentes. **Método:** Para o dimensionamento correto da ponte rolante univiga, foram adotadas as normas técnicas mais adequadas, ABNT NBR 8400 – Cálculo de equipamentos para elevação e movimentação de cargas e ABNT NBR 9974 – Talhas de cabo de aço com acionamento motorizado. Em posse dos cálculos foram utilizados *software* para modelagem 3D, SolidWorks, AutoCad e Ftool. Como amostra, foi utilizada uma simulação por métodos dos elementos finitos (MEF) para verificar as solicitações das tensões principais atuantes na viga principal, assim, determinando o material mais adequado para o uso. **Resultados:** Com base nas normas ABNT NBR 8400 e ABNT NBR 9974, foram realizados os cálculos para determinar e dimensionar os componentes principais de uma ponte rolante univiga: Capacidade; Classificação das estruturas; Classificação dos mecanismos; Velocidade; Peso próprio do carro; Seção da viga; Diâmetro mínimo do cabo; Diâmetro das polias; Tambor; Potência de levantamento; Seleção do redutor; Seleção motofreio e Seleção do gancho. Com os componentes dimensionados, projetou-se o equipamento, utilizando a ferramenta de CAD. **Conclusão:** O trabalho desenvolvido possibilitou o dimensionamento e seleção dos componentes principais que compõe uma ponte rolante univiga. Por fim, esse trabalho possibilita a integração do conhecimento teórico na prática, além de permitir a simulação estrutural de um componente mecânico, com o intuito de testá-lo antes mesmo de ser construído.

**Palavras-chave:** Ponte rolante univiga. Transporte de carga. Indústria metal-mecânica.

#### REFERÊNCIA:

PINHEIRO, J. C.. Projeto e desenvolvimento de uma linha de pontes rolantes padronizadas para uma empresa metal mecânica. 2015. pp. 13-17.

## DIREITO PENAL E PSICOPATIA: UM ESTUDO DA SANÇÃO PENAL APLICÁVEL AO PSICOPATA E DOS PROBLEMAS DECORRENTES DESSA APLICAÇÃO

LIBRELON, Gabriel Santos<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A psicopatia é entendida como um transtorno de personalidade que altera as funções físicas e psíquicas do indivíduo. Os indivíduos que são diagnosticados com esse transtorno se diferem da maioria da população em termos de comportamento, conduta moral e ética, pois não levam em consideração a importância desses conceitos. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a forma como os psicopatas são tratados pelo Direito Penal brasileiro, buscando entender qual espécie de sanção penal é dada a ele, bem como os problemas decorrentes dessa aplicação, diante das condições peculiares dos portadores de psicopatia. **Método:** Para a elaboração do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, realizada através de doutrinas, legislações, meios eletrônicos e revistas jurídicas, tendo sido, também, utilizado o método de abordagem dedutivo. **Resultados:** Como resultados, verificou-se que é importante a efetiva individualização da pena, analisando os casos de maneira isolada, pois, no Direito Penal brasileiro, ainda que se tenha sanção penal para o psicopata, inexistem definições precisas sobre qual tipo de sentença se deve aplicar aos crimes cometidos por eles, se condenatória, resultando em pena, ou se absolutória, consistente em aplicação de medida de segurança. A aplicação adequada da sanção penal é importante para proteger, tanto o autor do crime, quanto o meio social em que este está inserido. Verificou-se, ainda, que os psicopatas apresentam alto grau de periculosidade, sendo que também voltam a reincidir nos crimes, e que, *outra dificuldade que se tem é o fato de inexistir medicamentos eficazes para os psicopatas.* **Conclusão:** Por fim, concluiu-se que é necessário abordar mais amplamente o tema, pois, a ausência de um tratamento específico a esses indivíduos dificulta a ressocialização, tendo como uma das principais consequências, a reiteração das práticas criminosas.

**Palavras-chave:** Psicopatia. Periculosidade. Sanção Penal.

## DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO PARA UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

MENDES, Eloy José<sup>1</sup>; NEVES, Isabella Fagundes<sup>1</sup>  
<sup>1</sup> Discente curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** Os Direitos Humanos são aqueles que são concedidos a todo e qualquer sujeito, na intenção de preservar sua vida. Segundo Herkenhoff (1994, p.31), são direitos que a sociedade política deve garantir, decorrentes de mudanças no pensamento jurídico, filosófico e político, que juntos, formam os “Direitos Fundamentais”. Neste trabalho, evidenciam-se os princípios da solidariedade e fraternidade, ligados a todas as formações sociais, protegendo interesses de titularidade coletiva ou difusa, não se destinando unicamente à proteção dos interesses individuais, de um grupo ou de um determinado Estado, apresentando grande preocupação com as gerações humanas, presentes e futuras. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo descrever as características dos Direitos de Terceira Geração, permitindo análise da efetivação do mesmo no Estado Democrático de Direito. **Método:** Essa pesquisa é de caráter qualitativo com abordagem descritiva. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, a partir da identificação de fontes capazes de fornecer respostas adequadas à solução do problema estabelecido. **Resultados:** Os direitos fundamentais não surgiram simultaneamente, mas aos poucos, relacionados com os fatos e com a demanda de cada época, motivos pelos quais, estudiosos costumam dividi-los em gerações. Paulo Bonavides foi um dos principais constitucionalistas que agrupou os mesmos em gerações de direitos. A distinção entre gerações serve para situar os diferentes momentos em que esses grupos de direitos surgem com suas específicas reivindicações. A divisão das dimensões pode ser facilmente realizada com base no lema da revolução francesa: liberdade (1ª dimensão), igualdade (2ª dimensão) e fraternidade (3ª dimensão). O Direito de Terceira Geração consolida em seu princípio: a fraternidade, o equilíbrio, o direito a paz e o progresso. Antoniazzi e Brito conceituam a Fraternidade de forma horizontal, uma vez que surge do socorro mútuo prestado entre as pessoas e a solidariedade vertical, expressando-se nas formas de intervenção e ação do Estado Social. Juntos se consolidam pelo zelo, pelo cuidado e pela ajuda de uns para com os outros, criando um elo, um sentimento de irmandade, que irá unir as ações entre todos em um bem comum, guiado pelo ordenamento que, por sua vez, delimitará as ações sobre o meio. Conforme está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu primeiro artigo: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Estes asseguram direitos

transindividuais, sendo alguns deles coletivos e outros difusos, o que lhes configura um caráter de responsabilidade mundial, para que se tornem realmente efetivos. **Conclusão:** Após a finalização desse trabalho, torna-se evidente que a efetivação dos direitos aqui trabalhados e discutidos é essencial para a formação de um Estado Democrático de Direito, estes, positivados, que compõem as bases desta forma de Estado.

**Palavras-chave:** Estado Democrático. Direitos Humanos. Fraternidade.

#### REFERÊNCIAS:

ANTONIAZZI, Maria Terezinha; BRITO, Rafaela Silva. **Os princípios da fraternidade e da solidariedade como vetores na aplicabilidade do Direito Ambiental.** Disponível em: <[http://www.academus.pro.br/mundojustica/monografia\\_mjdireitoambiental.pdf](http://www.academus.pro.br/mundojustica/monografia_mjdireitoambiental.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

HERKENHOFF, João Batista. **Curso de Direitos Humanos.** Vol. 1. São Paulo: ACADÊMICA: 1994.

### DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E A ECONOMIA POLÍTICA

ROSÁRIO, Jonathan David Dias do<sup>1</sup>; SANTOS, Igor Francisco dos<sup>1</sup>; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente do curso de Direito das FIPMoc.

**Introdução:** A fraternidade é enfrentada como um ideal de filosofia política ou social, ou mesmo como categoria religiosa, mas não como uma categoria jurídica, ou seja, positivada (SALMEIRÃO, 2013), entretanto, percebe-se que quanto menos ela age, mais evidencia a necessidade do Direito para salvaguardar os direitos constitucionais e fundamentais. **Objetivo:** O estudo objetivou compreender o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de fraternidade e sua relação com a economia nos direitos fundamentais de terceira geração. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, sendo os dados coletados mediante pesquisa bibliográfica e documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, pesquisou-se em banco de dados eletrônicos online SciELO, Google Acadêmico, Jus Navegandi, Âmbito Jurídico. Para localizar os textos disponíveis na internet, aplicou-se as seguintes palavras-chave: Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, Economia Política e Meio Ambiente, Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, Direitos de Terceira Geração. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, originais, publicados por intermédio de aprovação de banca, publicados nos últimos 10 (dez) anos (2008-2018), em idioma português, haja vista que é um tema atual, tendo poucas pesquisas acerca da temática. Os critérios de exclusão foram: artigo duplicado, não ser artigo científico e não ter acesso ao texto completo. Quanto à pesquisa documental, procurou-se em leis, súmulas, jurisprudências acerca da tutela jurídica da temática. **Resultados:** Assim, constatou-se que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é assegurado como um direito fundamental do ser humano, estando contido no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e enquadrando-se na terceira geração de direitos fundamentais, demonstrando a marcante característica de coletividade, não sendo analisado o indivíduo na sua individualidade. Ademais, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é fundamental como meio de permanência terrena do indivíduo, conforme direciona a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 3º. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a economia comunga mutuamente com o meio ambiente, sendo uma face de necessidades ilimitadas para atender aos seres humanos e a outra, a forma de sanar essas necessidades, levando em conta a aplicação prática da Economia Ecológica, objetivando o emprego dos recursos naturais de maneira sustentável e consciente.

**Palavras-chave:** Economia. Direitos Fundamentais. Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. Direitos de Terceira Geração.

#### REFERÊNCIA:

SALMEIRÃO, Cristiano. O princípio da fraternidade e sua efetivação através da decisão monocrática do relator: combate das desigualdades sociais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 111, abr 2013.

Disponível

em:<[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13090](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13090)>. Acesso em: 16 maio 2018.

## DIREITOS DOS NASCITUROS DE MÃES ENCARCERADAS

AGAPITO, Dhara<sup>1</sup>; CARDOSO, Gabriel<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Luana<sup>1</sup>; VIEIRA, Maria Carolina<sup>1</sup>; BARRETO, Vitória<sup>1</sup>; LOYOLA, Ana Flávia<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os índices da criminalidade feminina no Brasil estão em notável crescimento, aumentando, consequentemente, o quantitativo de mulheres encarceradas. Não obstante, o Sistema Prisional Brasileiro não possui a estrutura necessária para recebê-las, as tratando como presos do sexo masculino, ignorando assim as características inerentes as mulheres. Como a maternidade, que transcende a pessoa das encarceradas, se estendendo para o nascituro. **Objetivo:** A presente pesquisa se propôs a analisar os direitos dos nascituros de mães encarceradas. **Metodologia:** Para tal foi desenvolvida uma pesquisa caráter qualitativo e bibliográfico. **Resultados:** Observou-se que as mães encarceradas, em regra geral, não possuem no Sistema Prisional ambiente adequado para conduzir uma gestação saudável, bem como os meios para tal. Destarte, é evidente o desrespeito aos direitos do nascituro, que são garantidos no ordenamento jurídico brasileiro, tais como o direito a vida, e aos meios necessários para ela. É importante salientar ainda, que o Sistema Prisional promove uma clara violação do princípio da intranscendência, previsto no artigo 5º, inciso XLV, da Constituição da República Federativa do Brasil, que implica que a pena não passará da pessoa do condenado, o que ocorre nos casos de Mães encarceradas, os quais a pena da detenta passa, em certa medida, para o seu nascituro. **Conclusão:** Posto isso, conclui-se que o atual Sistema Carcerário Brasileiro se mostra totalmente incapaz de garantir uma gestação digna para as mulheres encarceradas, provocando a violação dos direitos básicos do nascituro.

**Palavras-chave:** Mães encarceradas. Direitos. Nascituro.

## DIREITOS FUNDAMENTAIS: ESTUDO TEÓRICO DAS LIMITAÇÕES, TÉCNICAS E SOLUÇÃO EM CASOS DE COLISÃO

SILVA, Caroline de Souza; MARQUES, Cássio Matos<sup>1</sup>; SILVA, Dayana Priscilla Oliveira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira<sup>1</sup>; MARQUES, Luciana Gomes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

Os direitos fundamentais, apesar de se tratarem das mais relevantes normas constitucionais, não são considerados absolutos, podendo ter seu conteúdo relativizado em determinados casos. O presente trabalho teve por objetivo a análise das limitações impostas aos direitos fundamentais e a solução em casos de eventual colisão entre eles. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem exploratória e qualitativa. Verificou-se que apesar de ser conferida uma maior valoração aos direitos fundamentais, os mesmos não são absolutos, podendo sofrer limitações pela própria Constituição, ou serem relativizados quando diante de uma situação de conflito entre eles. Ainda que existam hipóteses de relativização dos direitos fundamentais, há uma grande preocupação com a maneira como essas limitações serão feitas, por se tratarem de preceitos basilares de toda a ordem jurídica constitucional. Desse modo, são traçados requisitos para orientar a atividade restritiva tendo em vista a proteção do chamado núcleo essencial dos direitos fundamentais. Diante de casos de colisão, a solução é direcionada por um juízo de ponderação, no qual serão observadas as condições do caso concreto e, mediante um juízo de proporcionalidade, será determinado o direito que prevalece. Conclui-se que, em regra, todos os direitos fundamentais devem ser efetivados, mas há hipóteses em que as limitações são possíveis e se fazem necessárias para o exercício do direito. Nos casos em que o exercício de um direito fundamental colide com um outro direito também fundamental, deverá ser buscada, primeiramente, a harmonização entre os direitos e, em não havendo essa possibilidade, será feita a ponderação entre os bens, em que a prevalência de um direito perante o outro deverá ser pautada na proporcionalidade e ser devidamente fundamentada.

**Palavras-chave:** Direitos fundamentais. Limitações. Colisão. Solução de conflitos.

## DIREITOS SOCIAIS DA PESSOA COM CÂNCER DE MAMA<sup>4</sup>

COSTA, Gabriel Silva da <sup>1</sup>; MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>2</sup>; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira<sup>3</sup>; TEIXEIRA, Luis Gustavo Soares Neves<sup>4</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>5</sup>  
1, 2, 3, 4DiscentesFIPMoc; 5Docente FIPMoc

**Introdução:** Consoante a Lei 12.732, de 22 de novembro de 2012, as pessoas diagnosticadas com neoplasia maligna têm o direito de receber todo e qualquer tratamento necessário pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que o iniciem em até 60 dias após o diagnóstico. O câncer de mama é o segundo mais prevalente nas mulheres, estando atrás apenas do câncer de pele do tipo não-melanoma. Contudo, ele pode acometer também os homens, os quais gozam igualmente dos direitos previstos em Lei, no que couber. **Objetivo:** Estudar os direitos provenientes do câncer de mama previstos na Legislação Brasileira. **Métodos:** Para atingir o objetivo foi realizada uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória onde o procedimento técnico de coleta de dados foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Conforme a Lei 9.797, de 06 de maio de 1999, é direito da mulher acometida pela doença fazer a cirurgia plástica reparadora de mama pelo SUS, desde que a sua mutilação, total ou parcial, seja decorrente do câncer. Outrossim, é direito da pessoa portadora de qualquer câncer ou que tenha alguém dependente portador da doença o saque do FGTS, bem como do PIS/PASEP. Além disso, a pessoa acometida pode receber o Auxílio-doença, desde que incapaz de exercer suas atividades em virtude da doença por mais de 15 (quinze) dias, ou Aposentadoria por Invalidez, caso a sua incapacidade para o trabalho seja considerada definitiva. O Amparo Assistencial ao Idoso e ao Deficiente também pode ser usufruído caso o acometido tenha idade superior a 65 anos e/ou seja deficiente, devendo ser sua renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo. O Tratamento Fora do Domicílio (TFD), previsto na Portaria nº 55, de 24 de fevereiro de 1999, garante o transporte pelo SUS para tratamento e hospedagem àquele que necessita de cuidados em outro Município/Estado. É possível também que a pessoa tenha a isenção do imposto de renda na aposentadoria; isenção de imposto sobre produtos industrializados na compra de veículos adaptados; isenção do ICMS na compra de veículos adaptados; isenção de IPVA para veículos adaptados; quitação do financiamento da casa própria e isenção de IPTU – este sendo possível quando a legislação municipal assim determinar. Também são direitos dos portadores de neoplasia maligna a prioridade de atendimento administrativo e judiciário, bem como o direito ao transporte público gratuito. **Conclusão:** Diversos são os direitos da pessoa diagnosticada com câncer, sendo, inclusive, direito da mulher a reparação da sua mama retirada parcial ou totalmente devido ao tratamento, de maneira a preservar a sua autoestima.

**Palavras-chave:** Câncer de Mama. Lei 12.732/2012. Lei 9.797/1999. Direitos da Pessoa com Câncer.

## DISTOPIA PÓS-INDUSTRIAL E A NARRATIVA ROBÓTICA NO EPISÓDIO METALHEAD (2017) DA SÉRIE BLACK MIRROR

SILVA, Luan Marden da<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Engenharias Integradas pelas FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** Os impactos sociais da tecnologia têm sido objeto de investigação das ciências desde longa data, reconhecida a dimensão sócio-técnica das práticas, sistemas e cenários evocados pelo fenômeno tecnológico. Entre os impactos investigados está a instrumentalização tecnológica para o controle e a coerção social. Para a compreensão desses cenários, produções audiovisuais e suas narrativas podem fornecer lume a esta condição. **Objetivo:** Analisar as representações sobre robótica, inteligência artificial e narrativas pós-industriais, a partir do episódio *Metalhead* (2017), da série *Black Mirror*. **Método:** A pesquisa compreendeu um estudo descritivo, de natureza qualitativa e com abordagem documental, tendo por fonte de dados o episódio *Metalhead* (2017) da quarta temporada da série *Black Mirror*. Desenvolveu-se, para tanto, a decupagem de cenas considerando trama, enredo, ambientação e personagens em confronto com a teoria de representações sociais (JODELET, 2002; DUARTE, 2003) e da cibercultura (LÉVY, 2000), por meio das técnicas de análise do discurso e do conteúdo em Maingueneau (2004) e Bardin (2007). **Resultados:** O episódio *Metalhead* (2017) da série *Black Mirror* evoca, por meio de uma distopia, as consequências das relações dialéticas entre tecnologia, robótica e inteligência artificial. Em um cenário de pós-desenvolvimento e pós-industrialização, cenários de caos sócio-político e desarranjos sócio-

<sup>4</sup>Texto resultado de ações do Projeto de Extensão Cidadania e Saúde em desenvolvimento no âmbito do Curso de Direito, de Medicina e de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras- FIPMoc.

econômicos são percebidos pelo espectador que acompanha um grupo de foragidos do sistema judicial vigente e que, mediante a narrativa, subvertem o modo de operação, produção e distribuição de bens do sistema. O grupo é perseguido por um modelo robótico dotado de inteligência artificial desenvolvido para busca e eliminação. O modelo tem formato similar a um cachorro e é dotado de sensores, sistemas neurais de busca, julgamento e arsenal compatível à invasão, penetração e eliminação de alvos. Entre as discussões levantadas pela obra, está a elevação da condição de modelos robóticos como agentes da regulação política e do sistema, como operadores da ordem e da justiça social. A engenharia é encarada como um protocolo a serviço do poder hegemônico e sua agenda, onde a tecnologia é instrumento para controle e coerção. Destaca-se, ainda, pela narrativa distópica, a potência de um futuro global pós-industrial e pós-desenvolvimentista. Consumo, ordem, regulação, distribuição, fluxos e espacialidades são destacados sob um cenário sitiado, onde os sujeitos lutam contra o sistema, como vítimas de regulações tecnocráticas. Discute-se ainda os desarranjos sócio-econômicos da substituição da mão de obra humana pela robótica e do consumo como condição à participação social. A utopia tecnológica idealizada por meio de uma espécie de união entre vida social pública e privada à tecnologia (LÉVY, 2000) é narrada por meio de representações metafóricas e hiperbólicas dos sujeitos, seus projetos, necessidades, aspirações e reações individuais e coletivizadas (JODELET, 2002; DUARTE, 2003). **Conclusão:** *Metalhead* (2017) apresenta um futuro distópico e pós-apocalíptico calçado nos extratos sociais e nas discussões contemporâneas sobre o impacto social e político da tecnologia. Robótica, inteligência artificial e indústria são denotados como componentes de discussões imperativas a tocar agendas públicas a longo prazo, direitos humanos e impactos sobre a vida social.

**Palavras-chave:** Black Mirror. Robótica. Desenvolvimento.

#### REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

DUARTE, R. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In \_\_\_\_\_. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris: PUF, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

#### DIVERGÊNCIA EXISTENTE NO ART. 3 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

SANTOS, Igor Luiz Azevedo<sup>1</sup>; PRADO, Josefa Faria Gonçalves<sup>2</sup>; PEREIRA, Ryan Brwnner Lima<sup>3</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>4</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** No Direito penal muitas vezes existe uma discordância por parte dos doutrinadores na interpretação ou real aplicação do artigo do Código Penal. Um dos artigos do qual ocorre essa maior discrepância de interpretação é o Art. 3 do código penal, que aborda a Lei excepcional ou temporária tendo como objetivo a aplicação de uma lei em determinado período de tempo e circunstâncias variando sua vigência de acordo com a situação a qual é imposta. **Objetivo:** Essa pesquisa vai abordar as diferenças de interpretações dos doutrinadores em relação a conduta a ser tomada após aplicação do Art. 3 do CP. **Método:** Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e bibliográfica em que dados foram coletados em artigos, doutrinas em busca de explicar a divergência existente na interpretação do Art. 3 do Código Penal brasileiro. **Resultados:** O estudo desse artigo gera diferentes visões doutrinarias em sua totalidade, mas na continuidade da aplicação da sanção nele prevista, causando assim justificativas de vertentes defendidas por estudiosos da área, que irão se limitar a fundamentar sua visões somente na posterioridade da aplicação da lei, abordando o procedimento do qual cada um defende visando sempre o alcance da justiça e a não usurpação da lei. Começando pelo viés defendido pelos ilustres doutrinadores Julio Frabbrini Mirabete e Damásio De Jesus que defendem ultratividade da lei, pois para eles a sanção deve sim ser aplicada mesmo posterior a auto-revogação da lei, pois a sua não aplicação além de concretizar como injusta no sentido de que o indivíduo poderá cometer vários atos ilícitos, a lei define no decorrer da vigência justamente por ocorrer uma pena concreta após revogação, dando assim liberdade ao mesmo para

atuar como quiser perante a lei específica, outro argumento usado é de que réu pode procrastinar o processo até fim do vigor da lei, o que a tornaria inócua e desigual perante a justiça. Já para os esplendidos doutrinadores Rogerio Greco e Eugenio Raúl Zaffaroni, Art. 3 do Código Penal na sua atual aplicação vai em desfavor contra a carta Constitucional, indo contra o artigo 5, XL da Constituição, ‘a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu’, deixando claro que a própria Constituição diz que quando uma lei é desfavorável ao réu não retroage, porém quando benéfica há sim a aplicação. **Conclusão:** Para benefício de todos e um melhor entendimento e aplicação do Art. 3 é proposta uma edição na redação do artigo, para que não haja institucionalidades ou brechas para impunidades, gerando assim uma maior aprovação e menor variações de entendimentos e interpretações sobre o mesmo.

**Palavras-chave:** Aplicação. Lei. Código Penal.

## DO EQUÍVOCO DOS DIREITOS SOCIAIS

BITTENCOURT, Afrânio Henrique Pimenta<sup>1</sup>; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os direitos sociais, achados no art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como saúde, educação e moradia, em verdade, são bens e serviços, e não direitos. Além disso, sua disponibilização, pelo Estado, vale-se de meios antiéticos, haja vista que, para tanto, promove-se espoliação e transferência de renda. **Objetivo:** Compreender, sob a perspectiva da ética libertária, a desrazão e as implicações práticas dos direitos sociais. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa com procedimento bibliográfico. Foram consultados a Constituição Federal de 1988, livros e *sites*. **Resultados:** Os direitos naturais, como vida, liberdade e busca por felicidade, têm sua razão de ser fundamentada pela condição de humanidade, isto é, os direitos naturais e o indivíduo coexistem. São, portanto, sob a perspectiva da lógica, irrefutáveis. Os direitos sociais, por seu turno, aos serem postos ante o tribunal da razão, tornam-se indefensáveis. É sabido que o direito à vida é um fato inexorável da existência do indivíduo; em outras palavras, o direito à vida independe de uma legislação que o preveja. O direito à educação, a título de exemplo, entretanto, quando despido de seu escudo legal, esvai-se. Nasceram, paralelamente, o indivíduo e os direitos naturais; contudo, ao nascer o indivíduo não tem contido em si os direitos sociais, que, em verdade, são assim chamados equivocadamente, haja vista que referem-se a serviços e bens, e não a direitos. Os bens e os serviços são logrados pelo indivíduo, de maneira eticamente legítima, em virtude de seu trabalho, de concessões espontâneas e de trocas voluntárias – tornando-se, assim, parte de sua propriedade (um direito natural). Enquanto tese, os direitos sociais afiguram-se inócuos, no entanto, na prática, implicam em espoliação e em transferência de renda. O Estado, ao asseverar, por exemplo, o direito a saúde, precisa, para tanto, de dinheiro, e o meio através do qual o Estado o obtém se dá pela cobrança de impostos e de tributos. Outrossim, sendo detentor de um certo direito, nenhuma ação, por parte do indivíduo, precisa ser empreendida para que ele o possua; afinal, por ser um direito, ele é inerente ao indivíduo. Ao ser trazido ao âmbito social, no que tange aos direitos naturais, isso funciona, pois o indivíduo e os seus direitos à liberdade, à vida e à legítima defesa, por exemplo, coabitam em sua condição de humanidade. Porém, se ninguém fizer nada, os direitos sociais, como moradia e alimentação, não existirão – evidenciando, portanto, a sua farsa; fossem eles, de fato, direitos, a sua existência seria irrefutável e irrevogável. **Conclusão:** Os direitos à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados, são insustentáveis, tanto do ponto de vista lógico quanto do ponto de vista prático, explicitando, pois, o equívoco dos direitos sociais.

**Palavras-chave:** Direitos naturais. Direitos sociais. Ética libertária.

## DO SUJO AO PURO

BRASIL, Daniel Perez Abreu de Almeida<sup>1</sup>; SANTANA, Elisa<sup>2</sup>.  
1Discente FIPMoc; 2Docente FIPMoc

**Introdução:** A saúde urbana é fator essencial para a construção da vida decente nas cidades, sendo que o convívio do homem com o meio ambiente deve acontecer através de uma relação harmônica e saudável. -O córrego das Melancias se encontra na cidade de Montes Claros- MG, localizado mais precisamente na Avenida Antônio Lafeté Rabelo, e o trecho escolhido para estudo fica nas margens dos bairros Monte Carmelo e Santa Lúcia e seu trajeto corta a zona Norte do município. **Objetivo:** Com o objetivo de encontrar soluções que sejam acessíveis financeiramente e que não degradem ou afetem o meio ambiente, tendo como base nas pesquisas realizadas encontrei um exemplo de revitalização que pode se adequar em teoria ao problema em questão através da construção das ilhas artificiais. **Metodologia:** Com base em estudos acadêmicos realizados com pesquisas em campo e com auxílio da internet, conseguimos coletar informações de grande utilidade sobre o córrego e seus problemas em questão. **Conclusão:** Ao final do estudo, com o aporte das informações obtidas e da solução indicada, podemos confirmar que é possível, em teoria, a revitalização do Córrego das Melancias com baixo custo e de forma não prejudicial ao meio ambiente. Utilizando a técnica de “jardins flutuantes” para a purificação da água, inserindo vegetações nas margens para agirem como matas ciliares o que evitaria erosões e educando a comunidade para conservação do seu meio. Ressalta-se que a conscientização preventiva da população é de suma importância para se criar e se manter um ambiente agradável e saudável no seu meio urbano.

**Palavras-chave:** Revitalização. Córrego. Sustentabilidade.

## DOSSIÊ DE TOMBAMENTO – CONJUNTO EDIFÍCIOS RUA CORONEL ANTÔNIO DOS ANJOS

AZEVEDO, Bárbara Carneiro<sup>1</sup>; SOUTO, Bárbara Andrade<sup>1</sup>; MARTINS, Laura Rocha<sup>1</sup>; AZEVEDO, Lucas Carneiro<sup>1</sup>; DURÃES, Matheus Jorge Duque<sup>1</sup>; LEITE, Monique Versiani Souto<sup>1</sup>; MARTINS, Régis<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O estudo realizado é um dossiê de tombamento que procura garantir a preservação de um conjunto de lojas comerciais no centro de Montes Claros, localizado na Rua Coronel Antônio dos Anjos, no centro da cidade. As edificações estudadas mantêm as mesmas características e finalidade comercial existentes desde a década de 40 do século passado, buscando conservar o seu estilo e padrão para atender clientes que acompanham a trajetória da loja por todas essas décadas. O estilo arquitetônico dessas edificações – Art Déco, e Ecletismo – conserva muito de seus elementos, com as mesmas características em suas estruturas, apesar das deteriorações causadas pelo tempo. **Objetivo:** Objetivo geral dessa pesquisa é promover o conhecimento sobre a importância da preservação do patrimônio histórico cultural, com a produção de um dossiê de tombamento, visto que esse documento é uma importante ferramenta para garantir a proteção dos bens materiais históricos. **Método:** A metodologia realizada nesse estudo, foi a coleta de dados associada às visitas de campo, em que informações históricas sobre as lojas, e o seu estado estrutural atual foi averiguado, a partir do levantamento fotográfico e das fontes envolvidas. Além disso, houve uma pesquisa documental sobre as análises legislativas e normas utilizadas do dossiê. **Resultados:** As edificações estudadas ainda apresentam características da construção original, como alguns traços peculiares das fachadas e de seus interiores. Do conjunto de lojas a serem tombadas, a loja “A Preferida” é a que mais manteve elementos originais na sua estrutura, e para que a justificativa para esse tombamento seja bem elaborada, é de suma importância que as diretrizes dispostas no dossiê fossem escolhidas para que a o máximo das características dos edifícios se preservem, dando direcionamento para a preservação, conservação e restauração desse patrimônio. Dessa forma, espera-se permitir que as atividades que ali são realizadas contribuam dentro do seu papel cultural junto com a edificação como um todo. **Conclusão:** Reafirmando o que foi apresentado durante todo o dossiê, conclui-se que o tombamento desse conjunto de edificações é importante para a preservação cultural e histórica da cidade. Em meio às tendências das reformas e do crescimento urbano de Montes Claros, perdeu-se muito do que o significado que essa arquitetura representa para a história dessa. Assim, tal ato funcionaria como reconhecimento do valor desses bens e garantiria respeito à memória do local, juntamente às demais construções que possuem

características a serem mantidas. Após decretado a conservação, acentua-se a relevância dessas construções e se possibilitaria o restauro para seu zelo.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Tombamento. Diretrizes.

### DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA “CASA ALVES”

CARVALHO, Daniela Lobato de<sup>1</sup>; AMARAL, Karla Vanessa Souza<sup>1</sup>; MENDES, Marianna Fernandes Teixeira<sup>1</sup>; PRADO, Pedro Cardoso<sup>1</sup>; SÁ, Renata Daniele Silva de<sup>1</sup>; MARTINS, Regis Eduardo<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Essa pesquisa foi baseada na produção de um dossiê de tombamento para o imóvel situado na praça Dr. Carlos Versiane, nº 74, na esquina com as ruas Presidente Vargas e Camilo Prates, centro de Montes Claros. O bem, construído entre as décadas e 30 e 40, abriga a Casa Alves, tradicional instituição comercial da cidade. A edificação está localizada em uma das áreas mais movimentadas da cidade, nas proximidades ao Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, sendo que esta região conta intenso fluxo de pessoas e veículos, além de estar em um local predominantemente comercial. O tombamento da Casa Alves implicaria em reconhecimento necessário da importância histórica desta edificação ao município, se realizado. **Objetivo:** Proporcionar, por meio de um projeto estruturado, o aprendizado sobre a preservação do patrimônio cultural, empregando ferramentas de gestão e salvaguarda. **Método:** A elaboração do Dossiê de Tombamento foi baseada em uma metodologia variada, que envolveu o estudo de caso sobre a Casa Alves, pesquisa histórica (levantamento de fontes), pesquisa documental (análise de legislação e normas) e a elaboração de cartografia específica. **Resultados:** Identificou-se que, desde sua construção, a edificação sempre se manteve como Casa Alves, fato que confere uma identidade especial ao bem. As características referentes à época ainda se destacam na fachada principal, estando no segundo pavimento da edificação sua maior concentração. Já o primeiro pavimento passou por algumas alterações no decorrer dos anos, o que provocou significativas mudanças. O imóvel e o entorno estudado possibilitam atestar a relevância que esse perímetro tem para a cidade Montes Claros, pelo fato de ser localizado em um ponto de grande importância no centro da cidade. Nessa região foi onde se deu a primeira expansão das atividades econômicas, após o processo de urbanização ir além dos limites da Praça da Matriz. A fim de assegurar a preservação desse bem, as Cartas Patrimoniais e o Decreto-Lei nº 25/1937 permitiriam manter a edificação e suas concepções, impossibilitando que o local seja deteriorado. **Conclusão:** Entende-se que é de suma importância o tombamento da edificação que comporta a Casa Alves, tendo-se em vista que esse é um instrumento de proteção e conservação do patrimônio histórico e cultural. A edificação, considerada como ponto referencial para a cidade desde décadas anteriores, tornou-se um dos patrimônios edificados a serem mantidos para fundamentação da história local. Em meio à situação atual do centro de Montes Claros, não se deve esconder a essência do passado e abandonar as primeiras apropriações do espaço em que se deu a gênese do núcleo urbano local. Conservando-se a edificação, em conjunto com as demais tombadas, há resgate de características ancestrais e conserva-se a identidade da cidade, possibilitando um legado para futuras gerações. Por fim, para o respeito do estilo arquitetônico da edificação, deve-se intercorrer a preservação e o restauro dessa obra e do seu perímetro de entorno, resgatando características originais do bem e cessando a poluição provinda de placas e outdoors.

**Palavras-chave:** Dossiê. Tombamento. Patrimônio Cultural.

### DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO BANCO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

BARBOSA, Paloma Mendes Pereira Ahnert<sup>1</sup>; BORÉM, Isa Murta<sup>2</sup>; RAMOS, Isabela de Souza<sup>3</sup>; REIS, Layla Gabriela Dias<sup>4</sup>; ROCHA, Rebeca Rodrigues<sup>5</sup>; MARTINS, Regis Eduardo<sup>6</sup>  
<sup>12345</sup>Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. <sup>6</sup>Docente do curso Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc

**Introdução:** Produção de dossiê de tombamento de edifício localizado na esquina da Rua Padre Augusto, com a Rua Dr. Santos, no Centro da cidade de Montes Claros, Minas Gerais. A edificação em questão, quase centenária, tem grande valor para Montes Claros e foi fundada em 1923 para ser sede do Banco do Comércio e da Indústria de Minas Gerais (BCIMG). Tal edificação foi construída após a chegada da linha férrea, fato que ocasionou crescimento populacional e econômico, gerando a necessidade de criação de um

banco na cidade. O banco em questão foi edificado no entorno do primeiro mercado dessa, para dar suporte ao seu principal centro econômico. Atualmente, ainda como banco, mantém suas características arquitetônicas bem conservadas, que conservam o estilo eclético. O dossiê de tombamento realizado prevê o estudo do prédio a ser tombado com foco no seu contexto histórico, arquitetônico e do entorno, para conservação e reconhecimento histórico em benefício da obra. **Objetivos:** Realizar a produção completa de um dossiê de tombamento, considerando que esse documento é uma importante ferramenta destinada a garantir a proteção dos bens materiais e oferecer formação em um dos possíveis campos de trabalho para quem se destinar a atuar com a proteção do patrimônio cultural na região norte mineira. **Método:** A elaboração do Dossiê de Tombamento foi baseada em uma metodologia variada, que envolveu o estudo de caso do edifício do antigo BCIMG, pesquisa histórica da formação econômica da cidade de Montes Claros, pesquisa documental com bases em leis e cartas patrimoniais e elaboração de cartografia específica. **Resultados:** Por sempre ter sido sede de banco suas principais características foram mantidas, principalmente na fachada que passou por pequenas alterações, sem que interferissem na identidade da edificação. A obra e o entorno estudado permitiram destacar a grande importância que tal área tem para a história de Montes Claros, por fazer parte das primeiras atividades econômicas dessa. No local se formou um grande laço social e urbano entre o mercado, o banco e os moradores. Para a proteção do bem, a legislação do tombamento e as cartas patrimoniais resguardam a obra e os valores, evitando que este local venha a ser descaracterizado e que se apague a imagem e a história ao longo do tempo. **Conclusão:** O tombamento sugerido no estudo seria importante para assegurar a carga cultural, histórica e arquitetônica na cidade de Montes Claros, pois o edifício se localiza onde ocorreram as primeiras atividades urbanas da cidade. Ainda, a edificação foi sede do primeiro banco da cidade e mantém essa função até hoje, conservando suas principais características arquitetônicas. As condições em que o prédio se encontra e a importância da edificação para a cidade, exige o tombamento para que o mesmo se conserve assim e preserve sua história.

**Palavras-chave:** Tombamento. Patrimônio cultural. Conservação.

#### DOSSIÊ DE TOMBAMENTO: LOJA EI! MAGAZINE

SILVIA, Aline<sup>1</sup>; GUSMÃO, Ana<sup>1</sup>; MATOS, Ana<sup>1</sup>; LUCAS, Cássia<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Larissa<sup>1</sup>; SOUZA, Maria Fernanda<sup>1</sup>; MARTINS, Régis<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo; <sup>2</sup> Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo

**Introdução:** A edificação estudada foi construída por volta da década de 1930 na esquina das ruas Governador Valadares e Dr. Santos, região central de Montes Claros, destacando-se há muito tempo na cidade. O que ocorre em decorrência dos seus traços arquitetônicos, do estilo Art Déco e também por essa pertencer ao centro histórico e cultural da cidade que sempre foi uma área de grande importância para a comunidade local, tanto para o comércio quanto para a convivência. Por esses motivos foi elaborado um Dossiê de Tombamento para essa edificação como trabalho acadêmico para a disciplina Conservação e Restauro I. **Objetivo:** O objetivo geral é proporcionar, por meio de um projeto estruturado, o aprendizado sobre a preservação do patrimônio cultural, empregando ferramentas de gestão e salvaguarda. Além de realizar a produção completa de um dossiê de tombamento, tendo em vista que esse documento é uma importante ferramenta destinada a garantir a proteção dos bens materiais. **Metodologia:** A elaboração do Dossiê de Tombamento foi baseada em uma metodologia variada que envolveu o estudo de caso da Loja Ei! Magazine, pesquisa histórica (levantamento de fontes), pesquisa documental (análise de legislação e normas) e a elaboração de cartografia específica. **Resultados:** A edificação, que já é de grande relevância histórica para Montes Claros, está em frente à praça Dr. Carlos Versiani, que também foi incluída no perímetro de tombamento, por possuir uma grande importância para a história e para os moradores da cidade. Na Rua Governador Valadares ainda foram encontradas algumas edificações com fachadas que também deveriam ser preservadas por apresentarem várias características dos estilos arquitetônicos Art Decó e Neo Colonial. Para que um tombamento seja bem-sucedido é necessário seguir diretrizes que detalham como a obra deve ser tratada perante sua importância. Cada caso pode apontar soluções próprias de acordo com sua situação e necessidades. **Conclusão:** A edificação integra a história de Montes Claros, assim como seu entorno. Entretanto, apesar de apresentar boa conservação da sua estrutura, seus detalhes arquitetônicos se encontram escondidos por diversas placas e cartazes colados em sua fachada. Assim, o tombamento proposto na atividade indica diretrizes de preservação para a construção, a fim de garantir que um bem tão relevante não seja destruído ou degradado, guardando a memória da humanidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Tombamento. Diretrizes.

## ECOLATAS: RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO

SOUZA, Watson Filipe de<sup>1</sup>; FONSECA, Luis Guilherme<sup>1</sup>; MACHADO, Laísa de Fátima Almeida<sup>1</sup>; MARTINS, Fabiana Barbosa<sup>1</sup>; NASCIMENTO, Eduardo Phelipe de Souza<sup>1</sup>; RIBEIRO, Ana Gabriela<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes de Engenharia de Produção das Faculdades Integradas Pitágoras. <sup>2</sup>Docente das Faculdades Integradas Pitágoras.

**Introdução:** Os diversos meios de comunicação mostram que as preocupações com o meio ambiente têm se tornado cada vez mais constantes em projetos de empresas e Organizações Não Governamentais que investem na preservação do ecossistema. No entanto, o padecer com a falta de conscientização e até mesmo com a negligência dos nossos governos na questão da coleta seletiva de lixo é real, sendo que até o momento, muitos ainda não veem a reciclagem sustentável como uma prioridade, mesmo sendo já notórios os benefícios financeiros e sociais promovidos por esse processo. Para se ter uma ideia, o processo de reciclagem de latas de alumínio chega a gerar bilhões por ano no Brasil, representando 97,7% da reciclagem de todo tipo de material recolhido. **Objetivo:** Com base na ideia de gerenciamento de reciclagem, surgiu o desafio de desenvolver um amassador de latas de alumínio que facilite o trabalho do catador, abrindo, também, parcerias com estabelecimentos comerciais, como bares e restaurantes da cidade, para a realização de uma Gestão de Qualidade dos envolvidos. **Método:** Esta pesquisa tem caráter qualitativo e experimental, tendo como ferramentas de estudo a coleta das latas de alumínio e a gestão de funcionamento, além de pesquisas bibliográfica e documental, fundamentadas por artigos científicos, livros e entrevistas com profissionais da área. **Resultados:** A primeira ideia do projeto desta equipe, denominado ECOLATAS, seria fazer um amassador manual para contribuir com o trabalho dos catadores. Mas ao longo da pesquisa, ampliou-se o foco, e o amassador passou a ser elétrico, para ser fixado em cooperativas da cidade, auxiliando na diminuição do tamanho das latas de alumínio. Com a mudança para uma ferramenta elétrica, pensou-se também numa parceria com as FIPMOC, que entraria com a produção dos motores feitos por alunos dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, dando, assim, a oportunidade para que os acadêmicos coloquem em prática as teorias do curso, sendo avaliados como atividades extracurriculares, possibilitando estabelecer um valor mais acessível do produto. **Conclusão:** Considerando que o projeto tem o intuito de melhorar o processo de diminuição das latinhas de alumínio nas associações de descarte, verificou-se ser possível desenvolver um amassador diferenciado, desenvolvido com tecnologia produzida na própria instituição, de forma interdisciplinar, que possa ser utilizado em parceria com bares e restaurantes, com a intenção de oferecer benefícios ambientais e sociais a todos os agentes envolvidos no processo.

**Palavras-chave:** Reciclagem. Alumínio. Amassador.

## E-COMMERCE E O SAJ NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONSUMERISTAS

Pesquisa realizada no âmbito do Projeto S.A.J da UNIMONTES e o tratamento adequado do conflito ANDRADE, Gabriela de Aguiar<sup>1</sup>; CARACAS, Antônio Marcos Rodrigues<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes do curso de Direito da UNIMONTES <sup>2</sup>Docente do curso de Direito da UNIMONTES e das FIPMoc

**Introdução:** No que se refere ao mercado de consumo é notório que os princípios comerciais mudaram radicalmente nas últimas décadas. As empresas e os consumidores cada vez mais vencem as barreiras espaciais com o uso da tecnologia e, muitas vezes, por não deterem maiores conhecimentos sobre como se dão essas novas interações virtuais no e-commerce, os consumidores acabam prejudicados. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os tratos comerciais no que tange o consumidor como parte vulnerável no comércio eletrônico com o intuito de auxiliar o S.A.J – na resolução desses conflitos. **Método:** Trata-se de análise exploratória, realizada por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, nos relatórios oficiais do PROCON e sites de reclamação online Reclame aqui, Proteste.org e Denuncio, relacionados aos maiores problemas enfrentados pelos consumidores ao comprar mercadorias e contratar serviços na internet no período de 24 de maio de 2018 a 30 de maio de 2018 para desenvolver uma medida preventiva dos problemas tabulados. Além disso, realizou-se pesquisa bibliográfica em livros e artigos que tratam sobre o tema estudado. **Resultados:** Após análise percebe-se que as questões que mais causam problemas nas compras online são: Entrega não efetuada; Produto defeituoso e dificuldade na troca; Contato deficiente das empresas para com os clientes; Questões contratuais. A partir de tais dados é indubitável

apontar que alguns desses problemas poderiam ser facilmente evitados com a devida precaução dos compradores, além de medidas que o S.A.J poderia implementar, como a elaboração de uma cartilha de cuidados para fazer compras online que aborde: os sites para verificação da boa conduta da loja ou prestadora de serviço; alertas sobre a necessidade de verificar os contratos e termos de uso antes de aderir; os serviços jurídico já prestado pelo S.A.J. relacionados ao tema e informações de como resolver o conflito por meio judicial e extrajudicial. **Conclusão:** É indiscutível o crescimento exponencial do e-commerce e, visando a resolução de problemas futuros ao consumidor, o S.A.J, assim como os núcleos de prática jurídica como um todo, desempenha papel fundamental nessa questão, tanto norteando os consumidores ao adquirir produtos e serviços online, o que já reduziria em cerca de 60% os problemas pelos mesmos enfrentados, quanto tutelando os conflitos jurídicos remanescentes.

**Palavras-chave:** E-commerce. S.A.J. Consumidor. Conflitos.

#### REFERÊNCIAS:

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça** (Título original: Access to Justice: the Worldwide Movement to Make Rights Effective). Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

LOENERT, Marcelo Augusto; XAVIER, Luciana Pedroso. **O Comércio Eletrônico: Uma Análise Dos Sites de Compras Coletivas e a Relação De Consumo**. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o\\_comercio\\_eletronico.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o_comercio_eletronico.pdf)>. Acessado em: 03/06/2018.

NETTO, Felipe P. Braga. **Manual de Direito do Consumidor: A Luz da Jurisprudência do STJ**. 8 ed. rev. E ampl. São Paulo: Juspodivm, 2013.

Sítio eletrônico **Denúncia**. Disponível em: <<http://www.denuncio.com.br/>> Acessado em: 03/06/2018.

Sítio eletrônico **Ranking de Atendimento PROCON – SP**. Disponível em: <[http://sistemas.procon.sp.gov.br/rank\\_estadual/?m=rank\\_atend](http://sistemas.procon.sp.gov.br/rank_estadual/?m=rank_atend)> Acessado em: 03/06/2018.

Sítio eletrônico **Reclame Aqui**. Disponível em: <<https://www.reclameaqui.com.br/>> Acessado em: 03/06/2018.

VENTURA, Luis Henrique. **Comércio e Contratos eletrônicos. Aspectos Jurídicos**. 2 ed. rev e atual. São Paulo: Edipro, 2010.

### EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONSCIENTIZAÇÃO DE CRIANÇAS SOBRE DIABETES MELLITUS TIPO 2

NETO, José Miguel Fernandes Soares<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Maria Eduarda Rezende Fraga<sup>1</sup>; FERREIRA, Maria Izabel de Azevedo<sup>1</sup>; GOMES Camila Maria Alves Tolentino<sup>1</sup>; FERNANDES, Luana Ramos<sup>1</sup>; SANTOS, Breno Luiz dos<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Educação em Saúde, conforme a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), tem como pressupostos ser composta de atividades práticas de cunho pedagógico e social que procurem adicionar pensamento crítico aos consumidores dos serviços de saúde. A FUNASA pontua ainda que dentre as principais entidades e atores do processo estão as universidades, atuando nas diversas instâncias de forma cooperativa com o Ministério da Saúde e outras instituições. Somado isso, observa-se a crescente epidemia de Diabetes *mellitus* tipo II (DM2) pelo mundo, impulsionada por questões demográficas e econômicas (SBD, 2016). Questões culturais como a mídia e as novas tecnologias, promovem hábitos alimentares inadequados e estilos de vida sedentários, e os mais susceptíveis a essas influências e a incorporar tais comportamentos, tornando-se então adultos acometidos, são as crianças e os jovens. É categórico então, que ações em saúde sejam desenvolvidas, haja vista a necessidade de se prezar pela saúde e bem-estar desses indivíduos, evitando que se tornem portadores, não só de DM2, mas de outras comorbidades como Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). **Objetivo:** Conscientizar o público infantil da escola Jason Caetano

II sobre o diabetes mellitus tipo II de forma lúdica. **Método:** O processo de educação em saúde, realizado na Escola Municipal Jason Caetano II no bairro Santo Antônio II da cidade de Montes Claros - MG, foi executado por acadêmicos do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc no dia 01 de dezembro de 2017, com o auxílio de Francisco Arlen Borges de Alencar, médico que pertence a Estratégia de Saúde da Família Santo Antônio II. A atividade consistiu em uma gincana educativa cuja finalidade era conscientizar as crianças sobre os principais fatores de risco para o desenvolvimento do diabetes *mellitus* tipo 2 em faixa etária pediátrica, com ênfase nas principais formas de prevenção dessa patologia. Foi realizada com alunos do 6º ano do ensino fundamental, tendo como média de idade 12 anos. **Resultados:** Ao início da gincana, os alunos se mostraram dispostos a realizar a atividade, estando de acordo com as distribuições propostas pela equipe acadêmica. As crianças foram ávidas a responder um grande percentual das perguntas formuladas com parcial ou total conhecimento. Acerca das respostas incompletas ou errôneas, coube aos acadêmicos sanarem as dúvidas e explicarem as perguntas não respondidas. **Conclusão:** O presente trabalho promoveu a abordagem do público infantil acerca do Diabetes Mellitus tipo 2, na Escola Estadual Jason Caetano II, situada no bairro Santo Antônio II, na cidade de Montes Claros/MG. Posto que o objetivo da educação em saúde é intervir no processo saúde-doença de uma população, proporcionando estratégias participativas, a fim de promover a prevenção e manutenção de saúde e oportunizar a mudança de hábitos de vida e comportamentos individuais e coletivos que não são benéficos a saúde, é notório que a conscientização das crianças sobre o Diabetes é de suma relevância para que as taxas de incidência da doença diminuam nessa faixa etária. A dinâmica escolhida buscou associar a disseminação de informações sobre o tema e a prática de atividade física lúdica.

**Palavras-chave:** Diabetes Mellitus tipo 2. Conscientização de crianças. Prevenção.

#### REFERÊNCIAS:

FUNASA. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde.** Brasília: DF, 2007. Disponível em: [http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files\\_mf/dir\\_ed\\_sau.pdf](http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/dir_ed_sau.pdf). Acesso em: 25 nov. 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016.** Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/profissionais/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

#### EFEITOS DA CRISE BRASILEIRA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

MATOZINHO, Hiago Henning dos Santos<sup>1</sup>; AMARAL, Marcelo Vinicius Santos<sup>1</sup>; BORGES, Gustavo Soares<sup>1</sup>; SOUZA, Lucas Tulio<sup>1</sup>; GOMES, Bruno Vinicius de Oliveira<sup>1</sup>; FREITAS, Andressa Mendes<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Sabe-se que atualmente o Brasil passa por uma grande crise política e de moralidade. E com a facilidade de comunicação que temos nos tempos atuais e a liberdade de imprensa fica ainda mais evidente. O Estado Democrático de Direito tem como princípios a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político. **Objetivo:** Pretende-se com esse estudo, analisar se os problemas trazidos pela crise violam os princípios do Estado Democrático de Direito. **Método:** Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e o procedimento técnico de coleta de dados utilizado foi a bibliográfica. **Resultado:** Percebe-se que com a crise a sociedade brasileira enfrenta vários problemas, não só políticos, mas também sociais e econômicos, como a inflação, a falta de educação, saúde e segurança de qualidade, e a corrupção, que gera um descrédito nas instituições públicas por parte da população, e como consequência a uma falha na efetivação dos direitos fundamentais de cada cidadão. **Conclusão:** Conclui-se que a crise viola o Estado Democrático de Direito, uma vez que seus princípios, tais como a dignidade da pessoa humana, e a cidadania são rompidos. Mediante corrupção e obstrução, a crise vem afetando a política, a economia, e o funcionamento da sociedade.

**Palavras-chave:** Crise. Direitos. Brasil. Estado.

## EFEITOS PSICOLÓGICOS DA MENOPAUSA

MOREIRA, Fernanda Claudia<sup>1</sup>; CARDOSO, Anamaria de Souza<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente do curso de Psicologia das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente dos cursos de Psicologia e Medicina das FIPMoc.

**Introdução:** A menopausa, embora seja uma fase natural da mulher, traz consigo eventos físicos e psicológicos que comprometem o seu bem estar em várias esferas da vida, pois essas mulheres enfrentam nesse período, mudanças corporais, emocionais e sociais, o que muitas vezes pode ser ainda mais agravado, pois comumente ligado a estes aspectos, estão a falta de informação e esclarecimentos sobre o assunto. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo trazer informações relacionadas à menopausa, seus aspectos e implicações físicas e psicológicas com intuito de esclarecer tanto para as mulheres quanto para a sociedade como se dá esse processo. **Método:** Para tanto, empregamos o método de pesquisa e análise bibliográfica. **Resultados:** Constata-se que as mulheres que enfrentam a menopausa, lidam com uma série de manifestações físicas, diversas mudanças e desconfortos corporais que refletem muitas vezes de forma negativa em várias áreas de suas vidas. Precisam enfrentar também, diversos sintomas psicológicos como alteração do humor, irritabilidade, depressão e alterações na sua percepção do eu feminino que advém dos danos que essa fase pode causar à sua autocontemplação, resultando em um olhar voltado para a imagem de um corpo que não mais funciona de acordo com um antiquado discurso social que leva a crer, que este corpo é valorizado apenas enquanto reprodutor. Tudo isso contribui, para que a menopausa seja experienciada como sendo condição de um corpo em falta, submerso em uma fase marcada por perdas e pela incompreensão da própria imagem. Além do exposto, as mulheres na menopausa encaram também diversas dificuldades em suas relações sociais, pois devido a esta nova configuração corporal, pode haver o desencadeamento de problemas conjugais ou com seus parceiros, com familiares, amigos e no campo profissional. Cabe dizer, que as implicações físicas estão direta ou indiretamente ligadas ao que se apresenta como emocional e que é refletido na vida social, como os problemas nos relacionamentos resultantes da irritabilidade provocada pela má qualidade do sono, por exemplo. **Conclusão:** Conclui-se então, que para que sejam amenizados os sintomas físicos, a mulher em menopausa, precisa de acompanhamento médico que poderá orientá-la com informações e esclarecimentos sobre alimentação, exercícios físicos e sobre a possibilidade de um tratamento hormonal. É também muito importante o acompanhamento com um Psicólogo, que poderá oferecer apoio, escuta e ajuda especializada para lidar com os conflitos emocionais e para uma recolocação individual e social a partir de uma nova perspectiva de seu próprio corpo e sua feminilidade. Além do apoio médico e psicológico, percebe-se também, que é de suma importância a participação, a compressão e o apoio dos familiares e da sociedade de modo geral, que precisa buscar novas referências sobre o que é ser mulher e, sobretudo, novas referências sobre qual é a posição da mulher contemporânea no corpo social e a partir disso, entender o quão marcante esta fase é, para assim encará-la com mais atenção, respeito e sensibilidade.

**Palavras-chave:** Mulher. Feminilidade. Climatério. Menopausa. Psicologia.

## EFICÁCIA DO ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

RODRIGUES, Amanda Gabriela Souza<sup>1</sup>; VIEIRA, Fernanda Gabriella Siqueira<sup>1</sup>; CAMPOS, Mariana Azevedo<sup>1</sup>; RAMOS, Monalisa Neves<sup>1</sup>; AMARAL, Rodrigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O Tribunal Penal Internacional entrou em vigência em 2002, possui sede em Haia na Holanda. É composto por mais de 120 países membros e tem por finalidade julgar crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio e agressão. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar as competências do TPI e se estas possuem eficácia. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. As bases de dados foram coletadas no Google Acadêmico. **Resultado:** O TPI foi criado em 1998 pelo Estatuto de Roma, mas somente entrou em vigência em 2002 quando mais de sessenta países o ratificaram através de emendas. Ademais, o Tribunal somente poderá agir quando comprovada a incapacidade do Estado Soberano (onde ocorreu o crime) em julgar e se este for membro. No início de sua criação o TPI recebeu muito apoio de países africanos, que viam o Tribunal como um meio de solucionar, principalmente, crimes de guerra em seus países, mas atualmente o acusam de preconceito, seletividade e de não cumprimento de suas competências. O TPI não recebe apoio de superpotências como Estados Unidos e China, visto que estes possuem conflitos armados com outros países. **Conclusão:** Conclui-se, contudo, que o TPI é pouco eficaz, visto que não pode agir em países que não ratificaram o Tratado através de

emendas, e nos países que ratificaram como o caso dos países africanos, tem mostrado pouca efetividade. Ademais, não possui apoio de superpotências que exercem influência em todos os outros países podendo assim interferir indiretamente nas decisões do TPI.

**Palavras-chave:** Tribunal Penal Internacional. Eficácia. Países- membros.

## EFICÁCIA DOS MÉTODOS TERAPÊUTICOS PARA A MARCHA PARKINSONIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

VIEIRA, Açucena dos Reis<sup>1</sup>; RODRIGUES, Alice Silveira<sup>1</sup>; LOULA, Bruna Dourado Santos<sup>1</sup>; MEDRADO, Maria Carolina Gomes<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria Rafaela Itabaiana de<sup>1</sup>; MÓL, Victor Comini<sup>1</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoC; <sup>2</sup>Docente das FIPMoC

**Introdução:** A Doença de Parkinson (DP) é uma desordem progressiva, degenerativa do sistema nervoso central. Tem como fisiopatologia a morte dos neurônios dopaminérgicos da substância negra, levando à diminuição deste neurotransmissor, o que culmina em alterações motoras típicas. O padrão de movimento característico da DP é a redução da velocidade e pobreza de movimentos. Além disso, exercem influência sobre a marcha, os problemas de controle da postura e do equilíbrio do paciente. Os sintomas da DP podem ocasionar uma limitação das atividades da vida diária, assim tanto o tratamento farmacológico quanto o não farmacológico devem buscar reduzir a instabilidade postural do paciente, por meio da correção de sua marcha e postura. **Objetivo:** Analisar a eficácia dos métodos terapêuticos para a marcha de Parkinson. **Método:** Trata-se de uma revisão da literatura sobre os métodos terapêuticos utilizados para marcha parkinsoniana. O estudo foi realizado a partir de análise de dados nacionais publicados nos bancos de dados informatizados como SCIELO e LILACS. Foram encontradas 15 referências no período entre 2004 e 2016, sendo esse o total de artigos incluídos na pesquisa. **Resultados:** Para o tratamento da marcha na doença de Parkinson são necessárias duas vertentes, a principal é a medicamentosa, esta atua controlando os sintomas da doença através da reposição dopaminérgica, que tem como recurso básico de ação o aumento de dopamina e a redução da ação colinérgica no *striatum* feita por meio de medicamentos sintéticos. A Levodopa associado à carbidopa ou à benserazida é o medicamento mais empregado, porém pôde-se constatar outras opções farmacológicas, como os agonistas dopaminérgicos, os inibidores da COMT, os liberadores de dopamina e os inibidores da MAO. Essas medicações auxiliam no controle da maioria dos sintomas motores e alguns não-motores e tem como objetivo preservar a autonomia do paciente pelo maior tempo possível. Foi possível perceber que pacientes tratados em longo prazo, apresentam alguns efeitos colaterais, como discinesias, movimentos coreicos ou atelóides, náuseas, distúrbios comportamentais compulsivos e alucinações. A segunda vertente terapêutica deve envolver uma equipe multidisciplinar, que busca a melhoria da saúde do paciente com visão ampla de atingir melhorias não apenas na questão física, mas também em suas relações sociais e diárias. Uma abordagem abrangente com estímulos cognitivos e sensoriais, além de impulsos motores deve ser realizada por meio de sessões de exercícios adequados a cada indivíduo determinados pelo profissional acompanhante. Além disso, estímulos visuais, auditivos e sensitivos tornam os movimentos, antes impossibilitados pela marcha parkinsonianas, mais fáceis. Logo, a atividade diária do paciente terá como base os exercícios montados e adaptados a ele, com duração em longo prazo. **Conclusão:** A DP é uma doença sem cura, na qual o paciente torna-se gradualmente debilitado e tem sua atividade diária atingida. Com a evolução, a mobilidade do paciente é alterada, tornando-se cada vez mais lenta e com instabilidade postural. Visando a melhora não apenas dos sintomas, mas do cotidiano do paciente, com base na revisão feita, concluímos que a melhor forma de tratamento é associação de medicamentos e fisioterapia.

**Palavras-chave:** Parkinson. Tratamento. Marcha.

## EFICIÊNCIA DA DUPLA ANTIAGREGAÇÃO PLAQUETÁRIA EM PACIENTES VÍTIMAS DE AVE ISQUÊMICO

TIBÃES, Emily Caroliny Souza<sup>1</sup>; NEVES, Emanuel Messias Felix<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>; ALMEIDA, Pollyana Cecília Carvalho<sup>1</sup>; CARDOSO, Edson Rabelo<sup>2</sup>  
 1 Discente do curso de Medicina da FUNORTE; 2 Docente do curso de Medicina das FIPMoc

**Introdução:** O Acidente Vascular Encefálico (AVE) Isquêmico é uma condição onde ocorre infarto de parte do encéfalo em decorrência de hipoperfusão, seja por tromboembolismo ou vasculopatia local. Dados coletados pelo DATASUS no ano de 2010 indicaram que o AVE constituiu-se como segunda principal causa de morbidade e mortalidade no Brasil. Tendo em vista esse fato, caracteriza-se a pertinência de uma conduta eficaz mediante atendimento hospitalar e, parte integrante desse tratamento, consiste na terapia antiplaquetária. Esta pode ser realizada a partir do uso de um ou dois antiagregantes. O primeiro e mais usado é o Ácido Acetilsalicílico (AAS), que é utilizado rotineiramente na dose de 100 a 300 mg/dia. Outra opção é o Clopidogrel, que é utilizado na dose de inicial de 300 mg, seguida de 75mg/dia. A eficácia da associação destes para dupla antiagregação deve ser avaliada. **Objetivos:** Avaliar a eficiência da dupla antiagregação plaquetária em pacientes vítimas de AVE isquêmico. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meios das bases de dados PubMed, Lilacs e Scielo no período de 2013 a 2017. **Resultados:** Pacientes que sofreram AVE Isquêmico têm considerável chance de recorrência do ocorrido. Pensando nisso, a antiagregação plaquetária deve ser realizada em dose de ataque durante a crise aguda e, posteriormente, ser mantida no intuito de evitar recorrência. Partindo disso, foram realizados diversos estudos visando a avaliação da eficácia da associação de ambos fármacos mencionados. Segundo o estudo CHANCE – Clopidogrel with Aspirin in Acute Minor Stroke or Transient Ischemic Attack, que avaliou 4827 pacientes divididos em dois grupos: o primeiro fez uso de AAS 75mg/dia associado a placebo e o segundo fez uso de AAS 75mg/dia associado a Clopidogrel com dose inicial de 300 mg seguida de 75mg/dia, concluiu-se que o AVE ocorreu em 8,2% dos pacientes tratados com a dupla antiagregação plaquetária, contra 11,7% em uso apenas da aspirina. Porém, segundo as Diretrizes Brasileiras de Antiagregantes Plaquetários e Anticoagulantes em Cardiologia, o uso da terapia combinada resultou em aumento dos eventos hemorrágicos, comparado a pacientes em monoterapia com aspirina. A Diretriz para Abordagem ao AVE Isquêmico publicada em 2018 pela American Heart Association, já classifica a dupla antiagregação como risco benefício favorável. **Conclusão:** É essencial que o profissional de saúde deva estar apto a definir a melhor conduta visando o risco benefício mais favorável ao paciente. Como foi avaliado, a dupla antiagregação plaquetária se mostra benéfica no ponto de vista do AVE, porém aumenta as chances de episódios de hemorragia. Conclui-se que a terapia combinada é benéfica para a prática clínica, avaliando o risco benefício, é a terapêutica segura, tendo como objetivo o melhor prognóstico do paciente.

**Palavras-chave:** Acidente Vascular Encefálico. Clopidogrel. Ácido Acetilsalicílico.

## EM FOCO NPPANM – CINEMA COMENTADO

BARBOSA, Mícaela C<sup>1</sup>; SALVADOR, Clara.<sup>1</sup>; GLÓRIA, Letícia B<sup>1</sup>.; MARTINS, Régis E.<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O “Em Foco – Cinema Comentado” é uma iniciativa do Núcleo de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Norte Mineiro (NPPANM) criada em 2018, que tem como proposta propor a reflexão sobre a arquitetura, o urbanismo e o patrimônio por meio da produção cinematográfica contemporânea. Este projeto, juntamente com os demais que integram as ações do núcleo, tem como objetivo consolidar as atividades do NPPANM junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. **Objetivo:** Refletir o papel da representação da arquitetura, do urbanismo e do patrimônio cultural no cinema, bem como, a representação desses campos nesse meio de produção de entretenimento. Ainda, como objetivos específicos tem-se: compreender a dinâmica empregada de cada filme na criação do espaço edificado; analisar o papel da fotografia cinematográfica na construção da imagem dos lugares; compreender como as teorias da arquitetura, do urbanismo e do patrimônio são tratadas no cinema. **Metodologia:** O Em Foco se constitui de sessões realizadas com filmes previamente definidos por professores convidados, que assumem o papel de comentarista da obra e propõe a reflexão sobre o conteúdo assistido. As sessões são compostas por uma introdução geral, que apresenta a obra, a apresentação dos filmes e, por fim, um comentário geral seguido de debate com o público presente. **Resultados:** Das sessões três sessões previstas de 1º semestre de 2018, duas já foram realizadas e tiveram como público majoritário estudantes de Arquitetura e Urbanismo. No

entanto, as estratégias de divulgação permitiram o alcance de outros interessados, contando com a presença de estudantes de psicologia e geografia, de instituições como FASI e Unimontes, por exemplo. Desde 2016, os eventos do núcleo dispensam a inscrição presencial e são realizados via *Google Forms*. Essa plataforma permite, além dos dados básicos, recolher informação gerais sobre tópicos de interesse dos propositores. No caso do Em Foco, buscou-se identificar qual foi a forma de divulgação que atingiu os inscritos no evento, para o qual teve-se os seguintes resultados: cerca de 60% do público, das duas sessões, demonstrou como sendo a divulgação da equipe do NPPANM o meio que oportunizou ter conhecimento do cinema comentado; 30% informou que ficou sabendo pelos colegas de sala ou dos professores do curso, e outros 10%, tiveram contato através da divulgação impressa e virtual. O reconhecimento desses dados é fundamental para a coordenação do núcleo definir novas estratégias de divulgação de suas ações e garantir o melhor atendimento da comunidade acadêmica das FIPMoc. Com relação ao evento em si, o Em Foco contou com uma significativa participação do público-alvo, envolvendo mais de 80 presentes nas duas sessões. Do ponto de vista qualitativo, pode-se identificar o interesse de acadêmicos de praticamente todos os períodos do curso de arquitetura e urbanismo, demonstrando um avanço nas ações do NPPANM, como agente em educação patrimonial e promotor da reflexão sobre a produção arquitetônica e urbanística contemporânea.

**Palavras-chave:** Cinema. Arquitetura e Urbanismo. NPPANM.

## ENERGIA SOLAR APLICADA A REVESTIMENTOS FOTOVOLTAICOS

ALMEIDA, Jésus Ricardo de Faria<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Marcos Vinicius Rodrigues<sup>1</sup>. VERSIANI, Andréa Maria Oliveira<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A grande sujeição as reservas fósseis tem gerado preocupação para o futuro, em razão à crescente demanda por energia. Muito é investido em pesquisa e tecnologia em diversos países pelo mundo, visando aprimorar a geração de energia por meio do uso de sistemas fotovoltaicos. Análises desde as características do fluxo de radiação solar com alcance sobre a terra, até investigações tecnológicas necessárias para viabilidade em termos técnicos e econômicos são realizadas. Desta maneira todas as formas de utilização do potencial solar devem ser analisadas visando eficácia máxima e, portanto, permitir aplicação direcionada e dimensionada com a finalidade de atender demandas específicas. **Objetivos:** Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo compreender as principais características dos revestimentos fotovoltaicos. **Método:** Realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo apoiando-se em técnicas de coleta de dados, e foi fundamentada em investigação de caráter exploratório, de modo a compreender melhor o funcionamento dos revestimentos fotovoltaicos. A investigação dos dados aconteceu com a realização da análise de conteúdo, disponível na literatura publicada, de nível científico e/ou didático (BARDIN, 2002). Todo material foi pesquisado em artigos científicos, relatórios acadêmicos, imagens e vídeos pertinentes ao tema. Com o intuito de elaborar relatório final. Foram realizadas criteriosas buscas por meio de acesso ao portal de Periódicos CAPES/MEC nas bases indexadoras Pubmed, Scielo, Science Direct (Elsevier), SCOPUS (Elsevier) e plataforma do Google acadêmico. Na sequência foi elaborado relatório final, seguido da construção de um documento, executada por meio de revisões e propostas didáticas. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que a energia gerada pela luz solar através de revestimentos fotovoltaicos, por ser próxima às unidades consumidoras, possui a vantagem de diminuição de custos com seu transporte, o que influi diretamente na sua qualidade de geração. E também possui a vantagem de ter o sol como fonte primária, assim, além de apresentar vida útil prolongada pois o sol é uma fonte que perdurará por milhares de anos, está também associada à garantia dos materiais utilizados nos dispositivos de captação, que é de aproximadamente 25 anos de eficiência.

**Palavras-chave:** Energia solar. Sistemas fotovoltaicos. Eficiência.

### REFERÊNCIA:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

## ENTRE NARRATIVAS ORAIS E AUDIOVISUAIS: BELA ADORMECIDA (1697), MALÉVOLA (2014), APROXIMAÇÕES LITERÁRIAS E MIDIÁTICAS

CHAVES, Anny Costa<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Letras Português da Unimontes; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** Em sua obra *Poética*, escrita por volta do ano 335 a.c, Aristóteles delineou os primeiros estudos em torno da produção literária, assim seus escritos tornaram-se referência basilar para a teoria narrativa, principalmente no que diz respeito à investigação da composição estrutural da criação literária em prosa. Levando em consideração a onipresença da narratologia nos meios textuais que se pretendem ficcionais, o que se estende para além do campo literário, é possível empreender um discurso em torno do paroxismo que constitui o elemento “transformação” presente, de maneira díspar, nos enredos do filme *Malévola* (2014) e no conto *A Bela Adormecida* (The Sleeping Beauty) do escritor francês Charles Perrault, de 1697, em conformidade às expectativas do seio cultural ao qual pertence cada uma das produções ficcionais. **Objetivo:** Associar o conto de fadas *Bela Adormecida* e o filme *Malévola* (2014), considerando suas estruturas narrativas e temáticas. **Metodologia:** Trata-se de um estudo do tipo descritivo, qualitativo e de estudo de caso com interface documental e literária, tendo por *corpus* o conto de fadas *Bela Adormecida* (1697) de Charles Perrault e por fonte de dados a obra fílmica *Malévola* (2014) de Robert Stromberg. As obras foram analisadas considerando as técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2007) e do discurso (MAINGUENEAU, 2004) em associação com a teoria narrativa (CULLER, 1999). O material audiovisual foi examinado ainda com decupagem de cenas, análise de trama e progressão narrativa. **Resultados:** A produção cinematográfica *Malévola* (2014) fez emergir em seu discurso a alternância de conteúdo inserido no elemento estrutural “transformação” (CULLER, 1999) presente no enredo semelhante à obra *A Bela Adormecida* (1697) cuja competência narrativa evoca preceitos psicanalíticos arraigados à função didática, em conformidade ao período histórico em questão, a qual se propunha o conto de fada primordial. Isso porque no filme, em seu paroxismo, pretendeu-se evocar o papel social da mulher em convergência ao universo ficcional influenciado pela engrenagem sociocultural que tange a realidade. Em contrapartida, o conto de fadas, em seu auge narrativo, elucida o símbolo de realização da personagem principal calcado no encontro entre príncipe e princesa, o que presume um alívio final a partir do estabelecimento da relação duradoura com o outro do sexo oposto (BETTELHEIM, 2002). **Conclusão:** Os resultados mostram um suposto compromisso moral, de valores e costumes a que a mídia e as artes possuíam, e ainda, a força de seu discurso sobre a realidade. Assim, ao analisar as obras ficcionais em questão, foi possível concluir que a narrativa, sob a ótica da teoria literária, é um instrumento de “internalização das normas sociais” (CULLER, 1999) construídas pelo decurso dos tempos em expectativa aos ânimos dos indivíduos que compõem o tecido social.

**Palavras-chave:** Teoria narrativa. Contos de fadas. Significação social.

### REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Jaime Bruna. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

CULLER, Jonathan. Narrativa. In: \_\_\_\_\_. **Teoria Literária: uma introdução**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções. 1999.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

## ERROS ASSOCIADOS À ESTIMATIVA DE COEFICIENTES DE ATIVIDADE PELOS MODELOS WILSON E UNIFAC EM MISTURAS DE SOLVENTES DE N-PENTANO E ACETONA

FERNANDES, João Paulo Silva Fernandes<sup>1</sup>; ALVES, Josemara Fagundes<sup>1</sup>; ANDRADE, Isabelle Santos<sup>1</sup>; ANDRADE, Pedro Henrique Fonseca<sup>1</sup>; SOARES, Vitor<sup>1</sup>; PEREIRA, Claudia Aparecida Fernandes Pereira<sup>2</sup>

1Discentes do IFNMG; 2Docente do IFNMG

**Introdução:** Na Termodinâmica, o coeficiente de atividade é uma grandeza adimensional que representa como o líquido se comporta comparado a uma solução. Em resumo, trata-se de uma “correção” do desvio do comportamento ideal do sistema. A idealidade de uma solução está ligada a interação das espécies químicas presentes. Sendo assim, caso os componentes da solução não tenham polaridades e pesos moleculares próximos, por exemplo, faz-se necessário o uso de modelos mais complexos para a estimação dos coeficientes de atividade, entre os quais destacam-se o Wilson e UNIFAC (SMITH; VAN NESS; ABOIT, 2007). Os coeficientes de atividade são valiosos em cálculos ambientais e em subcampos da Química, Engenharia Química e Mecânica, pois eles permitem levar em conta a predição de retenção e seletividade para sistemas cromatográficos; a predição de equilíbrio líquido-vapor para o projeto de equipamentos de separação; e, à determinação de parâmetros para modelos de energia de Gibbs de excesso. De acordo com Araújo (2013), na escolha do modelo é necessário certificar a presença de equilíbrio líquido-líquido, se há pressão no sistema (referência de 10 bar) e outros parâmetros de interação. A equação de Wilson é um dos modelos não preditivos, sendo assim necessita de dados experimentais, ela não pode ser aplicada a suspensões e é incapaz de explicar a divisão de fases, podendo ser útil para as misturas onde a miscibilidade está incompleta com região em uma fase e a soluções que possuem soluto polar em solvente apolar. Já o modelo UNIFAC, proposto por Fredenslund, Gmehling e Rasmussen (1977), é um método de contribuição que descreve uma molécula como uma coleção independente de grupos funcionais pré-definidos (GERBER, 2012). **Objetivo:** Comparar coeficientes de atividade estimados através dos modelos Wilson e UNIFAC com valores experimentais da literatura. **Método:** Através do software livre Scilab construiu-se os algoritmos através das equações dos parâmetros e dos modelos escolhidos para estimativa dos coeficientes de atividade e os implementou usando as misturas de solventes de n-pentano e acetona que são largamente empregados em processos de recuperação ou purificação por destilação. **Resultados:** Os dados de coeficientes propostos pela literatura são  $\gamma_1=4,41$  e  $\gamma_2=1,11$  (LO; BIEBER; KARR, 1962) e; enquanto os encontrados pela execução do algoritmo do modelo de Wilson foram de  $\gamma_1=4,66$  e  $\gamma_2=1,00$ . Por último, usando o modelo UNIFAC chegou-se a  $\gamma_1=4,98$  e  $\gamma_2=1,00$ . Comparando com a literatura os erros associados aos métodos de Wilson e UNIFAC foram de 6 e 13%. Porém, quando se avaliou o trabalho de Poling, Prausnitz e O’Connell (2001), cuja base de dados para os parâmetros foi diferente da primeira bibliografia, os coeficientes encontrados através do algoritmo do método UNIFAC foram  $\gamma_1=4,99$  e  $\gamma_2=1,01$  cujos erros são quase nulos. **Conclusão:** Com a execução do trabalho observou-se que os métodos Wilson e UNIFAC podem ser utilizados na estimativa dos coeficientes de atividade desde que as propriedades das misturas sejam consideradas e os parâmetros para aplicação nos modelos sejam minuciosamente determinados.

**Palavras-chave:** Equilíbrio líquido-líquido. Mistura Binária. Diluição infinita. Análise comparativa.

### REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, A. A. L. **Equilíbrio líquido-líquido de sistemas aquosos com tensoativos polietoxilados:** Dados experimentais e modelagem. 2013. 133 f. Tese (Doutorado em Engenharia Química), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Tecnologia, Natal, 2013.

FRENDESLUND J.; GMEHLING, J. A.; RASMUSSEN R. **Vapor-liquid equilibria using UNIFAC**, 1a Ed., Elsevier, Amsterdam, 1977, 392 p.

GERBER, R. P. **Novo modelo de coeficiente de atividade: F-SAC**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado do em Engenharia Química), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LO, C. T.; BIEBER, H. H.; KARR, A. E. Vapor-Liquid Equilibrium of n-Pentane-Acetone, **J. Chem. Eng. Data**, 1962, 7 (3), pp 327–331.

POLING, B. E.; PRAUSNITZ, J.; O'CONNELL J. **The Properties of Gases and Liquids**, 5a Ed., McGraw Hill Professional, California, 2001, 768 p.

SMITH, J. M.; VAN NESS, H. C.; ABBOTT, M. M.. **Introdução à Termodinâmica da Engenharia Química**, 7a Ed., LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, Rio de Janeiro, 2007.

### ESTUDO DE CASO DA UTILIZAÇÃO DA MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS EM UM PROCESSO DE RECURSOS HUMANOS

PEREIRA, Elisa Fish Guedes<sup>1</sup>; BARBOSA, Luciana Ferreira <sup>1</sup>; BARBOSA, Natália Ferreira<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Atualmente, diversos setores estão recorrendo à utilização de ferramentas da qualidade para melhoria de seus processos administrativos. Essas, com uma mentalidade de melhoria contínua, surgiram para auxiliar a implantação de metodologias nas organizações, estabelecendo melhorias de qualidade e propondo soluções aos problemas que interferem no desempenho dos processos. **Objetivo:** Analisar a aplicação das ferramentas de análise dos modos de falha e seus efeitos (FMEA – *Failure Mode and Effect Analysis*) no setor de recursos humanos de uma empresa do ramo farmacêutico localizada no norte de Minas Gerais. **Método:** Foi realizado um estudo de caso com análises qualitativas e quantitativas de documentos, disponibilizados pela empresa, de forma a determinar as prioridades de realizações de melhoria e correção de desvios. **Resultados:** O uso da ferramenta foi realizado no processo de lançamento da folha de pagamento durante os meses de outubro e novembro de 2016. Foi possível observar que o Ponto representa 81% dos dados fornecidos para o processo de remuneração. Desta forma, o Ponto é considerado o processo-fornecedor mais crítico para o pagamento do efetivo da empresa e, portanto, deve conter o menor número possível de desvios. Assim, foi aplicada a ferramenta FMEA, tornando possível a identificação das possibilidades de Ocorrência, Severidade e Detecção de cada falha em potencial, realizar o cálculo de NPR, priorizar os riscos a serem corrigidos, e formular ações corretivas visando reduzir as consequências dessas falhas, de acordo com a realidade da empresa em questão. **Conclusão:** Não foram observadas falhas com risco máximo no processo e para as falhas encontradas na área vermelha foram recomendadas ações corretivas.

**Palavras-chave:** Qualidade. Análise de riscos. FMEA.

### ESTUDO DO USO DO FILTRO CAPACITIVO NA REDUÇÃO DE RUÍDOS E ARTEFATOS HARMÔNICOS DA REDE ELÉTRICA DO CEPEAGE FIPMOC

JUNIOR, Agostinho Silveira<sup>1</sup>; SANTOS, Cristiane Rodrigues <sup>1</sup>; Andrea Maria Oliveira Versiani<sup>2</sup>  
<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** A qualidade de energia elétrica tem sido um assunto discutido atualmente, essa fato é comprovado mediante alguns estudos que mostram um grande desperdício da energia elétrica a qual nos é fornecida, essa perda surge devido ao avanço da tecnologia, que nos proporciona cada vez mais usos de instrumentos elétrico e eletrônicos, os quais ao serem inseridos na rede, desviam parte da energia, provocando uns distúrbios (LAFAC, 2015). Analisando esse desperdício, órgãos responsáveis pela energia elétrica, criam algumas normas e regras para que possam ser estabelecidas para organizarem esse setor, de forma a regularizar e conscientizar os usuários (MORAIS, 2015). **Objetivo geral:** Minimizar os efeitos das harmônicas, dos ruídos e artefatos encontrados na rede elétrica do centro de pesquisa e práticas de engenharia, arquitetura e gestão (CEPAGE), usando um filtro capacitivo para controlar essas perturbações na rede. **Metodologia:** Estudo da eficiência de filtros capacitivos para redução de harmônicos devido surtos e ruídos na rede elétrica, Utilizaremos o equipamento FILTRO CAPACITIVO INTELIGENTE da LUMILIGHT do BRASIL®. Realizaremos medições nas instalações doas instalações do CEPEAGE – FIPMOC avaliando os seguintes parâmetros: corrente, tensão, potência ativa, potência reativa, fator de potência e harmônicos. Seguindo de medições dos parâmetros com instalação do FILTRO CAPACITIVO INTELIGENTE da LUMILIGHT do BRASIL®. **Resultados:** Após medições e verificações dos distúrbios na rede, usou-se um filtro capacitivo, o qual ameniza as distorções e evita o desperdício da energia elétrica, fazendo com que a energia seja melhor utilizada sem maiores perdas. **Conclusão:** Com a inserção dos

filtros capacitivos na rede, há uma diminuição do desperdício da energia como também um melhor aproveitamento da mesma.

**Palavras-chave:** Qualidade de energia; Filtro Capacitivo.

#### REFERÊNCIAS:

LAFAC-, Luciana Vieira Piza. **Efeito de Filtro Capacitivo na redução de ruídos e artefatos harmônicos na rede elétrica.**2015. Disponível em: <<http://poloengenharia-rj.com.br/wp-content/uploads/Artigo-USP.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MORAIS, Ernande Eugenio Campelo. **Estudo e projeto de filtros passivos para atenuação de harmônicos em instalações elétricas industriais.** 2015. Disponível em: <[http://www.dee.ufc.br/anexos/TCCs/2011.1/ERNANDE\\_EUGENIO\\_CAMPELO\\_MORAIS.pdf](http://www.dee.ufc.br/anexos/TCCs/2011.1/ERNANDE_EUGENIO_CAMPELO_MORAIS.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

### ESTUDO SOBRE O TREINAMENTO DOS COLABORADORES DE UMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG

CELESTINO, Vilma Alves<sup>1</sup>; TASSI, Laura Fonseca Maia<sup>1</sup>; BARBOSA, Natália Ferreira<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O treinamento dos colaboradores é uma ferramenta utilizada pelas empresas a fim de qualificar os seus colaboradores para executar seu trabalho de maneira eficiente. Com as constantes inovações do mundo atual, faz-se necessário que as organizações realizem investimentos no desenvolvimento dos seus colaboradores a fim de se especializarem e se qualificarem para executar de maneira eficiente o seu trabalho. **Objetivo:** Analisar as técnicas de treinamento aplicadas aos colaboradores de uma indústria farmacêutica na cidade de Montes Claros – MG. **Método:** Foi realizado uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quali-quantitativa, a coleta de dados foi executada através da aplicação de questionários semiestruturados e entrevista. Os questionários foram aplicados para 25 colaboradores da área da produção e a entrevista realizada com a supervisora de treinamentos da empresa. **Resultados:** A empresa utiliza métodos do TWI (Treinamento dentro da indústria) que é um método eficaz onde as pessoas aprendem na prática como executar as tarefas. Em relação a satisfação dos colaboradores com o método de treinamento adotado observa-se que 92% consideram que são eficazes, quanto aos treinamentos que recebem para exercer a função na empresa, observa-se que, 81% afirmam que recebem os treinamentos necessários, 15% afirmam que recebem parcialmente e 4% relatam que não recebem o treinamento adequado. **Conclusão:** Quanto a percepção dos colaboradores é possível perceber que todos os métodos de treinamentos adotados pela empresa são eficazes, no entanto, há uma variação de opiniões em relação ao treinamento necessário para a função que cada um exerce. A empresa investe em treinamento e os colaboradores reconhecem que o investimento em treinamento traz benefícios não só para a empresa mas eles, pois se sentem valorizados e qualificados.

**Palavras-chave:** Treinamento. Colaboradores. Qualidade.

### ÉTICA NA POLÍTICA BRASILEIRA

MENDES, Eloy José <sup>1</sup>; NEVES, Isabella Fagundes das <sup>1</sup>;  
<sup>1</sup> Discentes das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc.

**Introdução:** Grande parte dos políticos que atualmente regem o Brasil perderam os parâmetros éticos e morais. Pensam primeiro em beneficiar os seus interesses e depois procura brigar por direitos ao povo brasileiro. Por esse motivo, a política e a ética no contexto atual, são considerados adversários, posto que não há harmonia entre eles. **Objetivo:** Destacar a importância da ética em meio a política e crescer a quantidade de estudos e pesquisas que há a respeito do assunto abordado. **Método:** Em relação a metodologia optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Será usada a abordagem qualitativa e a pesquisa classifica-se em exploratória. **Resultados:** A política brasileira passa por um momento delicado, onde os governantes, escolhidos pelo povo, não governam em benefício da população, mas primordialmente, em benefício próprio. A ética em meio à política, tem como papel principal, a

caracterização e o desenvolvimento de um bom cidadão. Cidadão esse, que desenvolverá um papel social de boa conduta, privilegiando o bem comum, sem unicamente individualizar os direitos, desenvolvendo um governo popular e que beneficie ao maior número de cidadãos possível. A política, sendo ela a condicionante a dispor direitos a aqueles que possuem e necessitam. Desenvolvida e praticada por indivíduos de destaque social e que possuem a confiança popular, para que o mesmo decida em favor de muitos, o futuro do país, dos estados e dos municípios nacionais. **Conclusão:** A ética não se faz totalmente presente no cenário político brasileiro, causando um desequilíbrio estrutural e social na base nacional. Condicionando o acontecimento de fraudes, como caixa dois, desvio de verbas, superfaturamentos. Conclui-se então, que a ética na política brasileira é mínima e falha, tornando-se necessário o seu uso e estímulo para que tal situação possa ser revertida.

**Palavras-chave:** Política Brasileira. Ética na Política. Cenário Político Brasileiro.

### EUTANÁSIA: ANÁLISE JURÍDICA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

SILVA, Loren Rodrigues<sup>1</sup>. MACHADO, Silvia Batista Rocha<sup>2</sup>

1. Discente das FIPMoc; 2. Docente das FIPMoc.

2.

**Introdução:** A eutanásia é um procedimento debatido em diversos países, inclusive no Brasil, uma vez que coloca direitos fundamentais em colisão, em especial os direitos à vida, à liberdade e dignidade da pessoa humana. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a colisão entre o direito à vida, à liberdade e o princípio da dignidade da pessoa humana, sob o enfoque da eutanásia. **Método:** Realizou-se uma pesquisa exploratória, com o procedimento bibliográfico para coleta de dados, abordagem qualitativa e explanação dedutiva. **Resultados:** Observou-se que a sociedade, ao evoluir, reconhece novos direitos dos cidadãos. A Bioética e o Biodireito surgiram para regular e estudar o avanço da pesquisa e a tecnologia médica, cuidando principalmente da relação médico-paciente através de normas e princípios. Verificou-se, também, que a eutanásia, assim como outros procedimentos que abreviam ou prolongam a vida, tais quais, suicídio assistido, ortotanásia e distanásia, colocam a dignidade e os direitos à vida e à liberdade em colisão, carecendo da intervenção do aplicador da lei para, através da razoabilidade e proporcionalidade, adequar a medida à necessidade. Constatou-se que alguns países reconhecem o homicídio piedoso ou mesmo a eutanásia e o suicídio assistido e que, por outro lado, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece apenas a ortotanásia, criminalizando a eutanásia e o suicídio assistido. **Conclusão:** Concluiu-se que a legalização da eutanásia gera posicionamentos divergentes nos doutrinadores. Aqueles a favor da prática defendem que a eutanásia seria um procedimento de aceitação da morte iminente que proporcionaria paz e dignidade ao enfermo em seus momentos finais. Por outro lado, aqueles que são contra a eutanásia afirmam que a legalização do procedimento poderia gerar um ambiente constrangedor para idosos e enfermos, além de abusos da prática, como um homicídio legalizado. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro criminaliza a eutanásia, sem expectativa de mudanças neste sentido.

**Palavras-chave:** Eutanásia. Legalização. Dignidade da pessoa humana. Direito à vida. Direito à liberdade.

### EXCESSO DE PESO ASSOCIADO À UTILIZAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

RAMOS, Larissa Almeida<sup>1</sup>; BOA SORTE, Lizandra Reis<sup>1</sup>; SALES, Maria Cecilia Drumond Cruz de<sup>1</sup>; RODRIGUES, Melanie Monteiro<sup>1</sup>; ROCHA, Sophia de Medeiros Borém Tibo<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>.

1Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. 2Docente do curso de Medicina das FIPMoc

**Introdução:** O Índice de Massa Corporal (IMC) é um dos indicadores utilizados na área da composição corporal, sendo caracterizado como a divisão do peso pela altura elevada ao quadrado, no qual o peso corporal é expresso em kg e a altura em m<sup>2</sup>. Essa prática determina de forma rápida o estado nutricional, tendo valor diagnóstico e prognóstico. (SILVA *et al.*, 2018). Determinando assim, os feirantes com excesso de peso, fator que pode acarretar risco para a saúde. Tendo origem a partir da combinação entre fatores comportamentais e metabólicos, vem sendo considerado um problema de saúde pública. **Objetivo:** Associar a prevalência do excesso de peso à utilização da Unidade Básica de Saúde. **Método:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes

cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Central De Abastecimento do Norte de Minas Gerais- CEANORTE, em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados, aplicaram questionário sociodemográfico, contendo idade, sexo, raça. A avaliação clínica do índice de massa corpórea (IMC), foi realizada seguindo as recomendações e classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a utilização da unidade básica de saúde, que foi analisada através da pergunta: Você conhece algum serviço da UBS? O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (*StatisticalPackage for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultados:** A amostra foi composta por 154 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos, dos quais 80,7% eram do sexo masculino, 43,3% estavam com sobrepeso, 35,3% eram obesos e 82,2% não tinham conhecimento sobre as unidades básicas de saúde. Por meio do teste do qui-quadrado, os resultados evidenciaram que houve associação da alteração do IMC com a utilização da UBS ( $p = 0,016$ ). **Conclusão:** Os feirantes que não detêm conhecimento a respeito das unidades básicas de saúde apresentaram maiores índices de massa corporal. Os resultados contribuem para a compreensão das associações do excesso de peso com as variáveis investigadas, apontando indicadores para o planejamento de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde para essa população. Desse modo, as preocupações voltadas aos feirantes a respeito de suas condições de trabalho precárias, os poucos momentos de lazer e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde são imprescindíveis para a compreensão da associação entre excesso de peso e a utilização das unidades básicas de saúde pelos feirantes.

**Palavras-Chave:** Feirantes. Excesso de peso. Unidade Básica de Saúde. IMC.

#### REFERÊNCIA:

DA SILVA, Arthur Monteiro; ANDRADE, Joaquim Huaina Cintra; LUSTOSA, Romário Pinheiro; NETO, João Valter Gomes; DE ABREU, Ewerton Sousa; AMORIM, Francisca Thalia Rodrigues; UCHOA, Francisco Nataniel Macedo. Correlação do índice de adiposidade corporal com os indicadores antropométricos de risco à saúde em mulheres portadoras do diabetes mellitus tipo 2. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v.12, n.70,p.156-157, 2018.

#### EXECUÇÕES PENAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

MELO, Joana Pereira de<sup>1</sup>; VIEIRA, Vânia Ereni Lima<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc, <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Desde tempos remotos, o crime existe como fator que corrompe e dificulta a vida em sociedade. Lado outro, em razão da existência do crime, há também a pena, como meio de manutenção da paz social, vez que é necessário punir aqueles que não se adaptam às regras estabelecidas. **Objetivo:** O objetivo do presente trabalho foi analisar se a superlotação das unidades de cumprimento de pena viola o princípio da dignidade da pessoa humana. **Método:** Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, sob o método de abordagem dedutivo. **Resultados:** Em relação aos resultados, inferiu-se que, no ordenamento penal brasileiro, existem três espécies de penas aplicáveis, quais sejam, a pena privativa de liberdade, as restritivas de direitos e a multa. Constatou-se, ainda, que, para cada espécie de pena, há um estabelecimento penal adequado para o cumprimento. Verificou-se que a execução da pena no Brasil enfrenta problemas que dificultam a efetivação da principal função da pena, qual seja a ressocialização do condenado. **Conclusão:** Conclui-se que o fenômeno da superlotação carcerária compromete a execução das penas privativas de liberdade daqueles que encontram-se com a liberdade cerceada, em razão de condenação penal, podendo ferir o princípio da dignidade da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional. Superlotação. Dignidade da Pessoa Humana. Execução Penal.

## EXERCÍCIOS FÍSICOS: BENEFÍCIOS PARA O TRATAMENTO DE ATEROSCLEROSE

SILVA, Maria Clara Henriques<sup>1</sup>; QUEIROZ, Erica Karine<sup>2</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>3</sup>

1Discente do curso de fisioterapia das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A aterosclerose consiste em uma complexa e crônica inflamação que ocorre nas artérias de médio e grande calibre, associada a fatores de risco como, hiperlipidemia, hipertensão, diabetes, idade, tabagismo, sedentarismo e obesidade. A realização de exercício físico aeróbico e de intensidade moderada, pode promover alterações fisiológicas e bioquímicas, prevenindo o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, incluindo aterosclerose. **Objetivo:** descrever a importância do exercício físico em portadores de aterosclerose enfatizando seu efeito no organismo. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. **Resultados:** O exercício físico proporciona aumento do débito cardíaco durante sua realização, o que eleva a força de cisalhamento sobre a parede vascular e assim, gera aumento da expressão do óxido nítrico pelo endotélio vascular. O exercício físico tem sido recomendado na prevenção de doenças cardiovasculares, pois há evidências que o exercício físico aumenta a sensibilidade à insulina e a tolerância à glicose, reduz a hipertensão arterial, aumenta o colesterol da fração lipoproteína de alta densidade (HDL), diminui as concentrações de triacilgliceróis e do colesterol da fração LDL e promove redução do peso corporal e do estresse emocional. **Conclusão:** Nesta pesquisa, pôde-se observar a importância da atividade física na prevenção e no desenvolvimento de doenças cardiovasculares, tendo como ênfase a aterosclerose.

**Palavras-chave:** Aterosclerose. Metabolismo. Exercícios físico.

## FABRICAÇÃO DO CIMENTO

PEREIRA, Ayrton Lopes<sup>1</sup>; REIS, Caio Nunes<sup>1</sup>; JÚNIOR, Fabian Carlos Guimarães Santos<sup>1</sup>; CAMPOS, Victoria Silva<sup>1</sup>; QUEIROZ, Erika Karine Ramos<sup>2</sup>

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc e tutora dessa pesquisa.

**Introdução:** Esse artigo aborda sobre análise do cimento, com base em seu processo de fabricação, estudo de suas propriedades e reações em vigas a partir do corpo de provas realizadas em laboratório. **Objetivo:** analisar o processo de fabricação do cimento, bem como sua resistência no processo de compressão. **Método:** A pesquisa realizou-se por meio de investigação bibliográfica e testes da resistência do cimento em vigas com experiências em laboratório. **Resultados:** a partir dos corpos de provas e das vigas (uma com ferragem e outra sem) foi possível determinar as propriedades, matérias primas, composição e impactos causados durante o processo de fabricação do cimento, também incorporado ao seu produto final. Aliado a isso, também analisou-se sua resistência à compressão durante uma experiência realizado em dois corpos de provas. **Conclusão:** Concluiu-se que no processo de fabricação do cimento a combustão ultrapassa altas temperaturas no forno, juntamente com todas suas matérias primas, o que gera grandes impactos a saúde humana e ao meio ambiente. Já após realizado a experiência com as vigas, nota-se que o corpo de prova com aço teve sua resistência superior ao sem armação, evidenciando a importância do aço em sua resistência.

**Palavras-chave:** Cimento. Fabricação do cimento. Vigas.

## FATORES BIOPSISSOCIAIS ENVOLVIDOS NA ADEÇÃO AO TRATAMENTO DE PACIENTES SOROPOSITIVOS

NEVES, Emanuel Messias Felix<sup>1</sup>; TIBÃES, Emily Carolyn Souza<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; VAZ, Thaise Adrielle<sup>1</sup>; LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>; ALMEIDA, Pollyana Cecília de Carvalho<sup>1</sup>; CARDOSO, Edson Rabelo<sup>2</sup>

1 Discente do curso de Medicina da FUNORTE; 2 Docente do curso de Medicina das FIPMoc

**Introdução:** Estimativas de 2017 apontam que cerca de 827 mil pessoas vivam com HIV no Brasil. Destas, 45% ainda não estão em tratamento. Com o advento da Terapia Antirretroviral (TARV) para tratamento e controle do vírus HIV, ocorreu melhora do prognóstico e da qualidade de vida dos indivíduos infectados. Porém, os resultados positivos da TARV são associados diretamente à adesão ao tratamento, que é determinada por fatores como o apoio proveniente tanto da equipe de saúde quanto do convívio social e da

disponibilidade dos medicamentos de forma gratuita. Soma-se a isso os fatores biopsicossociais, relacionados ao estigma quanto aos indivíduos soropositivos. É sabido que o paciente carece de cuidados que dependem não somente da boa relação médico paciente, mas também de auto aceitação, mediada pelas relações interpessoais. O acolhimento e o apoio do indivíduo, em seus diferentes meios de convivência social, contribuem para a auto aceitação e melhora do prognóstico devido à maior adesão ao tratamento. **Objetivo:** Analisar os fatores biopsicossociais envolvidos na adesão ao tratamento antirretroviral dos indivíduos soropositivos para o vírus HIV. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio da base de dados PubMed, Lilacs e Scielo, no período de 2013 a 2017. **Resultados:** O diagnóstico de infecção por HIV gera impacto considerável não somente ao paciente, mas também à sua família, seu parceiro e seus amigos. Apoiar e compreender o soropositivo é de suma importância para a autoaceitação e, consequentemente, adesão e sucesso do tratamento. As interações familiares podem trazer benefício ou malefício ao paciente, a partir do comportamento da família perante a situação. Em casos de suporte familiar, a adesão ao TARV se mostra facilitada, pois o paciente recebe da família apoio e compreensão, inclusive ao lidar com os efeitos adversos intrínsecos ao tratamento. Em contrapartida, a rejeição familiar pode representar ameaça à manutenção do tratamento, tanto por fatores psicológicos, como o sentimento de invalidez e rejeição, quanto no apoio físico em situações de debilitação provenientes dos efeitos adversos. Foi observada redução da adesão por parte de pessoas que vivem sozinhas, portanto, a compreensão dos parceiros em relacionamentos é de suma importância. A presença de amigos também é um fator contribuinte para a adesão. Por se tratar de uma doença bastante estigmatizada, devido ao preconceito e falta de conhecimento, pode ocorrer afastamento por parte de algumas pessoas. Assim, o convívio diário e harmonioso com outras pessoas representa aumento de boas expectativas e melhor auto aceitação. Por fim, a relação e postura dos profissionais de saúde com o paciente representa fator importante e no quesito de acolhimento, na elucidação de dúvidas e quanto à postura ativa no intuito de incentivar o tratamento. **Conclusão:** A partir do TARV, o paciente soropositivo tem condições de obter um melhor prognóstico. Desta forma, é muito importante que o mesmo se sinta acolhido e confiante no sucesso de seu tratamento. O trabalho de uma equipe multiprofissional e o estímulo e apoio das pessoas com as quais o paciente convive representam ganho significativo para o aspecto psicológico do indivíduo, resultando em melhor prognóstico.

**Palavras-chave:** Terapia Antirretroviral. Adesão ao Tratamento. HIV. Biopsicossocial.

#### **FEIRAS LIVRES: UM ESTUDO SOBRE FEIRANTES E CLIENTES DA FEIRA LIVRE DE PRODUTORES RURAIS DE MIRABELA – MG**

SILVA, Ana Paula Rodrigues<sup>1</sup>; VELOSO, João Paulo Gonçalves<sup>2</sup>; BARBOSA, Natália Ferreira<sup>3</sup>  
 1Egressa das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Docente das FIPMoc

**Introdução:** A modernização dos mercados associada ao processo de globalização mundial traz consigo um aumento no grau de exigência dos consumidores que buscam cada vez mais qualidade, preços acessíveis e disponibilidade de produtos. Não importando a área de consumo, as feiras livres também fazem parte da mudança instalada. Por influência dos consumidores, as feiras livres, sobretudo o comércio de alimentos naturais, como hortaliças e frutas consequentemente cresce e influencia a geração de renda de agricultores familiares que comercializam seus produtos neste tipo de mercado. **Objetivo:** Analisar o perfil dos feirantes e consumidores de uma feira livre de produtores rurais do município de Mirabela/MG. **Método:** A pesquisa possui abordagem qualiquantitativa, de caráter exploratório. A amostra constituiu-se de 10 feirantes produtores rurais e 30 clientes. Foi realizada uma observação dos feirantes no dia 13 de maio de 2017 e aplicação de questionários no dia 27 de maio de 2017. **Resultados:** A feira livre no município de Mirabela – MG é realizada aos sábados pela manhã em um espaço aberto, no centro da cidade. Os feirantes são agricultores familiares e tem idade entre 50 e 70 anos e tem a feira com complementação da renda. Os clientes residem no município e buscam as feiras com o propósito de comprar produtos com qualidade, e saudáveis sem uso de conservantes e agrotóxicos. Observa-se que 80% dos clientes tem entre 41 e 50 anos de idade e 20% tem entre 51 a 60 anos, sendo 90% mulheres e 10% homens. Tanto os feirantes quando os clientes são parcialmente satisfeitos com a feira livre. O ponto negativo para ambos consiste na localização e comodidade da feira. **Conclusão:** Os resultados obtidos contemplam o objetivo geral da pesquisa ao analisar o perfil dos consumidores e feirantes que participam da feira livre no município de Mirabela – MG. Tanto na visão dos feirantes como na dos clientes a feira precisa de melhorias, e a principal sugestão apontada foi em relação ao local onde é realizado a feira atualmente. Tanto os feirantes quanto os consumidores sugerem que seja disponibilizado um local coberto próprio e fixo para que a feira seja realizada, proporcionando assim, mais comodidade e segurança além de garantir a qualidade dos produtos

que muitas vezes se deterioram devido à demasiada exposição solar. Os feirantes também relataram a falta de políticas de apoio por parte da prefeitura. É necessária a criação de políticas de apoio e incentivo à produção agrícola e comércio, pois, o capital produzido na feira livre incrementa a economia do município.

**Palavras-chave:** Feiras Livres. Feirantes. Consumidores.

## **FIBRILAÇÃO ATRIAL E ANTICOAGULAÇÃO EM POTADORES DE INSUFICIÊNCIA CARDÍACA**

MURTA, Inah Araújo de Almeida<sup>1</sup>; ANDRADE, Karina de Prince<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Estudante de Medicina das FIPMOC <sup>2</sup>Docente do curso de Medicina das FIPMOC

**Introdução:** A fibrilação atrial (FA) apresenta-se como a arritmia mais frequente em cardiopatas. A insuficiência cardíaca (IC) é uma doença usualmente crônica, de instalação insidiosa, que compromete, em graus distintos, os seus portadores. A presença concomitante de FA e IC pode ser explicada por ambas compartilharem fatores de risco e mecanismos semelhantes, ou uma relação causal entre as entidades. Visando a importância dessas entidades, criou-se o escore de CHA<sub>2</sub>DS<sub>2</sub>-VASc para preconizar quando seria necessário anticoagular esses pacientes visando melhoria de prognóstico. **Objetivos:** O presente estudo objetivou revisar na literatura acerca da necessidade de anticoagular pacientes portadores de FA associada a IC. **Metodologia:** Foi feito um estudo bibliográfico de caráter exploratório em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e Pubmed. Baseando-se nisso, foram selecionados e analisados quatro artigos publicados nos últimos dez anos. **Resultados e Discussão:** O escore de CHA<sub>2</sub>DS<sub>2</sub>-VASc surgiu como forma de orientar quanto a necessidade de promover a anticoagulação de pacientes portadores de FA. Dentre os critérios, encontra-se a Insuficiência Cardíaca que conta como 1 ponto no escore, apontando esta como um fator predisponente a ocorrência de eventos tromboembólicos em pacientes portadores de FA. Este escore ainda conta com outros critérios como portadores de Diabetes Mellitus (1 ponto), sexo feminino (1 ponto), idade maior ou igual a 75 anos (2 pontos), idade entre 65 e 74 anos (1 ponto), Hipertensão arterial (1 ponto), AIT ou AVC prévios (2 pontos), outras doenças vasculares como Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) (1 ponto). Pacientes portadores de FA que obtiverem pontuação maior que 2 são considerados de alto risco para eventos tromboembólicos e devem ser anticoagulados por tempo indeterminado a critério do cardiologista, até que se encontrem fora da FA. Pacientes com pontuação igual a 1 são de risco intermediário, ficando a critério do cardiologista realizar ou não a profilaxia com anticoagulantes orais. E pacientes com pontuação 0, são de baixo risco. Vale lembrar ainda que os pacientes que forem submetidos a essa profilaxia devem ser acompanhados através do exame de RNI, realizado semanalmente, que deve ser mantido entre 2 e 3 para evitar sangramentos e eventos adversos. Dentre os eventos que a FA pode culminar, os mais temidos seriam: AVEs, IAM, Tromboembolismo Pulmonar. **Conclusão:** Em decorrência dos desfechos que podem ocorrer em consequência a FA, compreende-se que o escore de CHA<sub>2</sub>DS<sub>2</sub>-VASc funciona como um aliado do cardiologista para orientá-lo nos casos adequados a realizar a profilaxia de anticoagulação, ressaltando a importância que a Insuficiência Cardíaca possui nessa valoração, uma vez que esta sozinha já torna o paciente de risco intermediário para eventos tromboembólicos sendo, portando, um critério considerável deste escore.

**Palavras-chave:** Fibrilação Atrial. Insuficiência Cardíaca. Anticoagulação.

## **FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA E O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO DIREITO PENAL**

HENRIQUE, Mateus Alves<sup>1</sup>; PEDROGA, Fernanda Rocha Gomes; RODRIGUES, Jonathas Almeida;  
SILVA, Thalysa Emanuelle Souza; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A concepção de filiação foi amplificada pelo ordenamento jurídico brasileiro, um vez que prevê o reconhecimento do estado de filiação mesmo na ausência do vínculo biológico. Tal vitória se deu através da Constituição Federativa do Brasil de 1988, que determinou a igualdade entre os filhos independentemente da origem (CARDIN; WYSOSKI, 2009). Entretanto, Cardin e Wysoski (2009) acrescentam que a “chamada ‘adoção à brasileira’, considerada crime segundo o disposto no Artigo 242 do Código Penal brasileiro, ocorre quando alguém registra filho de terceiro como sendo seu.” **Objetivo:** Analisar os efeitos penais da paternidade socioafetiva, à luz do princípio fundamental da intervenção

mínima do Direito Penal e da dignidade humana estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Método:** A presente pesquisa tratou-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Empregou-se como base de obtenção de dados dois artigos indicados pela professora: Adoção à Brasileira e Da Filiação Socioafetiva. Os critérios de inclusão foram: artigos, originais, publicados nos últimos 9 (nove) anos (2009-2018), em idioma português. Ademais, foi utilizado o debate ocorrido em sala de aula nas Faculdades Integradas Pitágoras-FIPMoc sobre o tema “Adoção à Brasileira” na aula de Direito Penal. **Resultados:** Nota-se na presente pesquisa o princípio fundamental da última ratio (“*ultima ratio regis*”) no qual traz o Direito Penal como o último recurso do Direito brasileiro, sendo assim, a adoção à brasileira apesar de se tratar de um método ilícito, previsto no Artigo 242 do Código Penal Brasileiro, o juiz poderá deixar de aplicar a pena quando o crime é praticado por ato de reconhecida nobreza, ou ainda, pelo fato que o afeto tornou-se um bem jurídico tutelado, proibindo qualquer discriminação a respeito da filiação, no qual garante assim a dignidade da pessoa humana, retratada na Constituição Federativa do Brasil de 1988. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que a desbiologização das relações familiares apresentou o lado do Código Penal e da Dignidade Humana, uma vez que mostra que atualmente magistrados julgam com imparcialidade, levando em conta principalmente, o bem-estar dos filhos em meio a todos os tipos de paternidade, sem distinção.

**Palavras-chave:** Filiação. Adoção à Brasileira. Família. Dignidade.

#### REFERÊNCIAS:

CARDIN, Valéria Silva Galdino; WYSOSKI, Andreza Minamisawa. **Da filiação socioafetiva.** Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, v. 9, n. 2, p. 579-591, jul./dez. 2009.

CONSULTOR JURÍDICO. **Stj divulga casos em que aceitou e rejeitou "adoção à brasileira.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-04/stj-divulga-casos-aceitou-rejeitou-adocao-brasileira>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

### FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA MEDIANTE A MUDANÇA SOCIAL

HENRIQUE, Mateus Alves<sup>1</sup>; PEDROGA, Fernanda Rocha Gomes; RODRIGUES, Jonathas Almeida; SILVA, Thalyta Emanuê Souza; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A relação de paternidade sempre aflorou importantes discussões no meio jurídico. Isto decorrente das relações entre pai e filho que estão sempre presente, acompanhando as mudanças de pensamento e cultura da nossa sociedade. A definição de paternidade e maternidade ultrapassaram a ligação sanguínea, sendo agora mais amplo, contemplando a convivência envolvida pelo sentimento de afeto, em contraste com a relação biológica estabelecida pelo exame de compatibilidade genética sendo muitas vezes de maneira forçada, com intuito de obrigar um indivíduo a cumprir com os seus deveres da paternidade (DILL; CALDERAN apud ALMEIDA, 2007). **Objetivo:** A presente pesquisa propõe analisar a compreensão das relações familiares em relação ao amparo e etapas seguidas no ordenamento jurídico a partir do elemento do afeto. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa. Para a obtenção de dados, optou-se por artigo escolhido pela professora. **Resultados:** Nota-se na presente pesquisa que no ordenamento jurídico brasileiro houve uma mudança na concepção do termo família, uma vez que o afeto se tornou um bem jurídico tutelado e a realidade social brasileira se modificou, neste viés, a norma teve que ter modificações para atender a demanda social, sendo assim, o afeto tornou-se um bem jurídico tutelado e garantidor da filiação socioafetiva e principalmente, da dignidade humana. **Conclusão:** Conclui-se que o conceito afeto tornou-se evidente e essencialmente indispensável no seio familiar, onde o que era antes descrito como pessoas que possuíam laços consanguíneos, hoje é visto como pessoas que são ligadas pelos laços de afetividade e solidariedade.

**Palavras-chave:** Paternidade. Afeto. Mudança social.

#### REFERÊNCIAS:

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, Thanabi Bellenzier. O valor jurídico do afeto: Filiação socioafetiva x monetarização das relações de afeto. **In: Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010. Disponível

em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo\\_id=8724&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8724&n_link=revista_artigos_leitura). Acesso em: jun. 2018.

## FORMAS ALTERNATIVAS DE ACESSO À JUSTIÇA

DANTAS, Thielly Patrícia Fernandes<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Stéfani Santos<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Laura Vitória Fernandes<sup>1</sup>; SARMENTO, Ana Paula Martins<sup>1</sup>; GABRICH, Lara<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Acesso a justiça é o acesso a uma ordem de valores e direitos fundamentais para o indivíduo, ou seja, refere-se à busca do valor de Justiça pela sociedade. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a conciliação e mediação como formas adequadas de acesso à justiça. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Os dados foram coletados em fonte documental, juntamente com a análise de legislações. **Resultado:** Verificou-se que o acesso a justiça apesar de ser considerado um Direito fundamental, no qual o Estado tem por finalidade garantir a existência de um sistema jurídico igualitário e acessível a todos, há nos dias atuais diversos obstáculos que impedem a realização desses objetivos. Diante disso, surgiram as formas alternativas de soluções de conflitos. Tanto a mediação, quanto a conciliação são formas alternativas de soluções de conflitos, estando reguladas no art.165 do CPC/2015, sendo a primeira constituída por um conflito em que as partes, geralmente, possuem um vínculo anterior ao litígio, tendo, portanto o mediador a função de facilitar o diálogo entre as partes, para que estas por si só cheguem a um acordo. Já a segunda é formada por um conflito no qual terá a presença de um terceiro neutro e imparcial ao conflito, denominado de conciliador, que terá como função apontar e sugerir soluções para o litígio. No Brasil ainda prevalece a cultura da sentença, no qual os indivíduos recorrem na maioria das vezes ao Poder Judiciário para solucionar seus conflitos, o que acaba por dificultar ainda mais o acesso a uma ordem jurídica justa, entendida esta como uma proteção para que a população tenha acesso a uma ordem de direitos e valores tutelados no âmbito constitucional e infraconstitucional. **Conclusão:** Tanto a mediação quanto a conciliação são consideradas métodos de autocomposição, uma vez que, os indivíduos buscam a solução para o litígio entre elas existente, tendo a presença de um terceiro imparcial ao conflito. Portanto, nestas modalidades, as partes possuem o benefício de estarem diante de uma rápida solução do conflito com redução dos custos financeiros e desgastes emocionais. Deste modo, a mediação e a conciliação poderão ser consideradas como formas efetivas de acesso à justiça, estando disciplinadas no CPC/2015 e na Resolução nº 125/2010, devido o acesso à justiça não se restringir apenas ao Poder judiciário.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Efetividade da justiça. Métodos alternativos de resolução de conflitos. Mediação. Conciliação.

## FORMAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

CAXITO, Erick Leão Batista<sup>1</sup>; VIEIRA, Guilherme Ribeiro<sup>1</sup>; GOMES, Ian Dias<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc <sup>2</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, entretanto possui obstáculos que precisam ser superados para a sua ampla efetivação. **Objetivo:** nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as formas alternativas de resolução de conflitos como efetivação do acesso à justiça. **Metodologia:** tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. **Resultados:** verificou-se que o acesso à justiça é um direito garantido pela CRFB/88, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Todavia, diversos são os obstáculos que impedem seu acesso, dentre os quais estão a burocracia para iniciar e dar andamento ao processo; a morosidade, que é a demora na conclusão da ação devido a disparidade entre a quantidade de juízes do país e do número de processos existentes, acarretando com isto um aumento nos custos do processo, estes fazendo com que pessoas de baixa condição não tenham a capacidade de contratar um bom advogado e de confiança para defender suas causas, bem como arcar com todas as custas dos trâmites do processo. Entre as formas de amenizar tais problemas pode-se citar a utilização de formas alternativas de resolução de conflitos, que são extrajudiciais, menos

burocráticas e mais acessíveis financeiramente para a população. Dentre tais formas têm-se a mediação, que consiste na presença de um terceiro que facilita o diálogo entre as partes; a conciliação, na qual um terceiro está presente para, além de facilitar o diálogo, sugerir possíveis formas para solução do problema; e a arbitragem, em que um terceiro é designado para escutar as partes e solucionar o conflito. **Conclusão:** conclui-se, portanto, que o acesso à justiça é de grande importância e é um direito essencial, visto que é base para a garantia dos demais direitos. Sendo assim, as formas alternativas de resolução de conflitos são indispensáveis, uma vez que as mesmas são formas efetivas e extrajudiciais para solucionar os litígios da população de maneira menos burocrática e com menores gastos.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Formas alternativas. Extrajudicial. Efetivação.

## FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA EM MONTES CLAROS

RODRIGUES, Amanda Gabriela Souza<sup>1</sup>; VIEIRA, Fernanda Gabriella Siqueira<sup>1</sup>; CAMPOS, Mariana Azevedo<sup>1</sup>; RAMOS, Monalisa Neves<sup>1</sup>; VELOSO, CynaraSilde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tendo sua importância reconhecida enquanto requisito fundamental de um sistema jurídico igualitário. A partir do acesso à justiça, é fundamental pontuar que esse se apresenta de forma heterocompositiva e autocompositiva, sendo acreditada em todas as formas sua legitimidade. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs identificar as formas de acesso à justiça nos Juizados Especiais e na Justiça Comum em Montes Claros. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em doutrinas, visitas técnicas na cidade de Montes Claros e nas bases de dados do Google Acadêmico. **Resultados:** O acesso à justiça apresenta-se em sua forma autocompositiva a partir da mediação e conciliação, essas se assemelham já que os interesses utilizam de um terceiro particular e imparcial para a pacificação do conflito, distinguindo-se a partir do método, enquanto a mediação trabalha o conflito, surgindo o acordo como consequência, a conciliação sugere, de forma direta, alternativas favoráveis para a resolução do conflito. A forma Heterocompositiva de acesso à Justiça, se dá pela arbitragem, em que a decisão é apresentada por um terceiro, com o consentimento anterior das partes, tendo o árbitro conquistado o poder em razão da submissão das partes, faz-se necessário pontuar que a arbitragem não integra os quadros da Magistratura oficial do Estado. E pela Jurisdição, forma estatal de resolução de conflitos, em que é observada a capacidade de dirimir os conflitos, decidindo sobre as pretensões apresentadas e impondo as decisões, sendo salutar considerar a visita técnica feita à 4ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros, onde foi possível observar a jurisdição de forma clara, ao observar o conflito entre as partes que necessitaram da intervenção Estatal para resolver o conflito e preservar direitos, pois não obtiveram êxito em tal intervenção. É necessário pontuar que em Montes Claros as formas de resolução de conflitos se apresentam como mediação e conciliação, nos Centros Judiciários de Solução de conflito e cidadania (CEJUS) e Jurisdição na Justiça Comum e Juizados especiais da presente cidade. **Conclusão:** O acesso à justiça pode ser acessado de formas diversas, cabendo ao Estado torná-lo efetivo, sendo possível observar e considerar formas adequadas para cada tipo de conflito, afim de efetivar, de forma real, tal direito enquanto fundamental e imprescindível para a vida em sociedade.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Mediação. Conciliação. Jurisdição.

## FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS E NA JUSTIÇA COMUM EM MONTES CLAROS

DELFINO, Gabriela Machado<sup>1</sup>; FERNANDES, Géssica Teixeira<sup>1</sup>; CAROBA, Hellen Eduarda Alves<sup>1</sup>; GOMES, Ian Dias<sup>1</sup>; COSTA, Mayra Mayrink<sup>1</sup>; VELOSO, CynaraSilde Mesquita<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O acesso à justiça não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é, também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica (CAPPELLETTI e GARTH, 1988). **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar as formas de acesso à justiça nos Juizados Especiais e na Justiça Comum em Montes Claros. **Método:** Empregou-se, no desenvolvimento desta análise, o método indutivo mediante procedimento exploratório tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e de

campo realizada no Fórum Gonçalves Chaves em Montes Claros. **Resultados:** O acesso à justiça é um sistema que tem por finalidade solucionar litígios ou permitir às pessoas reivindicarem seus direitos, mas, infelizmente, os cidadãos quase nunca têm acesso amplo ao sistema. Portanto, verifica-se que uma das formas de melhor administrar o acesso à justiça são as modalidades extrajudiciais. Os Juizados Especiais surgem neste contexto, com o intuito de resolver os conflitos e promover a conciliação, mediação e a jurisdição de maneira rápida e de baixo custo. Diferente da Justiça Comum, visto que possuem uma maior morosidade e dificuldade de acesso por se tratarem de casos mais complexos e de um maior custo econômico. **Conclusão:** Diante dos fatos expostos, conclui-se que os Juizados Especiais são um importante instrumento de acesso à justiça, permitindo que todos possam buscar soluções para conflitos de forma mais eficiente, rápida e gratuita, ademais amplificam o andamento das causas menos complexas, tornando os processos mais rápidos do que na Justiça comum.

**Palavras-chave:** Direito Fundamental. Acesso à Justiça. Juizado Especial.

#### REFERÊNCIAS:

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução e Revisão de Ellen Gracei Northflest. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

### GASTOS COM INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR DOENÇA HEPÁTICA ALCOÓLICA (DHA) EM CADA REGIÃO/ESTADO DO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

PESSOA FILHO, Jean Welber Afonso<sup>1</sup>; BARBOSA, Nayara Silva<sup>1</sup>; MENEZES, Natália de Oliveira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Alice Costa<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Marcos Vinícius Macedo de<sup>2</sup>; 1. Discente das FIPMoc; 2. Docente das FIPMoc

**Introdução:** O custo total e médio por internação hospitalar no Brasil devido à doença hepática alcoólica (DHA) vem crescendo na última década. A DHA abrange um espectro de lesões, variando de esteatose simples a cirrose franca. Representa uma das formas mais antigas de lesão hepática que é influenciada pelo consumo abusivo de bebidas fermentadas desde o período neolítico. O álcool continua a ser uma das principais causas da doença hepática em todo o mundo. **Objetivo:** Analisar o custo total e médio por internação hospitalar por DHA entre 2008 e 2017. **Método:** Trata-se de um estudo ecológico, retrospectivo, de abordagem quantitativa que representa dados secundários de pacientes com doença hepática alcoólica (DHA) atendidos pela rede de saúde, os quais houve o registro no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). O gasto total e médio com internação hospitalar da última década em cada região/estado do Brasil foi descrito em formato gráfico. **Resultados:** O custo total com internações teve um crescimento de mais de 30 mil reais desde 2008, enquanto que o custo médio de um único paciente aumentou cerca de R\$ 1800,00 nessa mesma década. Também foi notável que o custo total com internações hospitalares da região Sudeste representa 54% de todo o Brasil, com o estado de São Paulo ocupando a primeira posição (29%) e Minas Gerais em segundo lugar (13%), enquanto toda a região Norte representa apenas 1,7% dos gastos nacionais. Já o Centro-Oeste é a região do Brasil que o custo de internação por paciente é maior (116% em relação ao custo médio nacional), sendo que Brasília-DF ocupa a primeira posição nesta colocação (311% em relação ao custo médio do país) e em segundo lugar encontra-se o estado de Pernambuco (NE) 161% superior à média nacional. **Conclusão:** Diante disso, observar os gastos econômicos necessários para cuidar de um paciente com DHA no Brasil é de grande importância no que diz respeito sobre aspectos que a coloquem como uma doença de destaque nos planos das políticas públicas nacionais, a fim de se promover maior qualidade de vida da população, menor gasto hospitalar, colaborar para mudança no padrão epidemiológico de outras doenças relacionadas ao alcoolismo de maneira semelhante às políticas direcionadas ao tabagismo nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Doença hepática alcoólica. Epidemiologia do alcoolismo. Gastos com doença hepática alcoólica.

## GRAFENO: TECNOLOGIA EMERGENTE PORTADORA DE FUTURO

SOARES, Vitor<sup>1</sup>; ANDRADE<sup>1</sup>, Isabelle Santos; ANDRADE, Pedro Henrique Fonseca<sup>1</sup>; ALVES, Josemara Fagundes<sup>1</sup>; FERNANDES, João Paulo Silval<sup>1</sup>; SILVA, Ramon Geraldo Campos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do IFNMG; <sup>2</sup>Docente do IFNMG

**Introdução:** Estudos prospectivos são de grande valia para qualquer organização e de fundamental importância para empresas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (TEIXEIRA, 2013). Neste trabalho, a prospecção foi feita sobre o nanomaterial grafeno. Sendo um nanomaterial muito estudado atualmente, o grafeno, possui excelentes propriedades elétricas, térmicas e ópticas. Na construção de materiais, ele tem desempenhado um papel significativo, como aditivo de materiais cerâmicos, plásticos e têxtil e dispositivos eletrônicos (KHOLMANOV et al. 2010 e LADEIRA, 2006). A relevância em se estudar o grafeno está baseada em que existe uma tendência para a produção em escala industrial de nanomateriais. As propriedades térmicas e mecânicas e de alta condutividade do grafeno oferecem uma alternativa ao silício e ao diamante em condutores transparentes, sensores de pressão, etc. (JESUS, 2012). **Objetivo:** realizar um estudo prospectivo do grafeno. **Método:** Os estudos prospectivos estimulam a estruturação de sistemas de inovação e servem de base para prever ações futuras no setor industrial (JESUS, 2012). O site *European Patent office* (EPO), oferece acesso gratuito a mais de 70 milhões de documentos de patentes em todo mundo, entretanto, restringiu-se a instituições brasileiras. **Resultados:** A pesquisa realizada por Jesus (2012) no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) constatava que no Brasil haviam cerca de 12 grupos de pesquisa atuantes na área de grafeno. Nesse grupo destacam-se as Universidades, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP). Quanto as instituições que apresentam linhas de pesquisa desse material, encontram-se a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial-RJ (INMETRO). Na UFMG são estudadas as propriedades do grafeno e do nano-grafite na biotecnologia. O grupo “Laboratório de Nanomateriais” tem a linha de pesquisa “Produção e Transporte elétrico em grafeno e nanofitas de grafeno” para o desenvolvimento de dispositivos para sensores de gás. Na UFRJ foi criado o grupo “Teoria da Matéria Condensada” que apresenta a linha de pesquisa 'Grafeno e nanotubos de carbono', com objetivo de investigar as propriedades estruturais, eletrônicas, vibracionais, magnéticas, ópticas e de transporte do grafeno. A CNEN possui um Grupo de Pesquisa chamado “Manipulação Química de Nanotubos de Carbono e Grafenos”. As linhas de pesquisa são “Esfoliação química de grafites em grafenos”, “Funcionalização de nanotubos de carbono e grafenos” e ‘Separação de nanotubos e grafenos’. O INMETRO criou um grupo de pesquisa denominado “Metrologia de Materiais e Nanotecnologia”. A linha de pesquisa “Teoria Quântica de Campos Aplicada ao estudo do Grafeno” estuda o uso da teoria quântica de campos no desenvolvimento de semicondutores. **Conclusão:** Os documentos de patentes constituem excelentes fontes de informação e funcionam como indicador de desempenho tecnológico sendo aceitos para quantificar a pesquisa da inovação (RAJAGOPAL, 2002). Percebe-se o grande interesse da comunidade científica em pesquisar e desenvolver inovações com grafeno. Daí este trabalho de prospecção tecnológica a respeito desse material, direciona empresas e outros interessados para as instituições que estão produzindo inovações nessa área.

**Palavras-chave:** Prospecção Tecnológica. Grafeno. Inovação.

### REFERÊNCIAS:

JESUS, K. A.; FREIRE, E.; GUIMARÃES, M. J. O. C. **Grafeno: Aplicações e Tendências Tecnológicas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

TEIXEIRA, L. P. **Prospecção tecnológica: importância, método e experiências da Embrapa Cerrados**. Embrapa, 2013.

KHOLMANOV, I. N.; CAVALIERE, E.; CEPEK, C.; GAVIOLI, L. **Catalytic chemical vapor deposition of methane on graphite to produce graphene structures**. Carbon. 2010, 48: 1619-1625.  
LADEIRA, L. O. **Nanotecnologia, viagem ao país dos "nanos"**. Revista Diversa 2006, 10 Disponível em < <https://www.ufmg.br/diversa/10/nanotecnologia.html> >.

RAJAGOPAL, P. **An innovation-diffusion view of implementation of enterprise resource planning (ERP) systems and development of a research model**. Information Management 2002, 40: 87-114.

## GRATUIDADE DA JUSTIÇA NA 4ª VARA CÍVEL DE MONTES CLAROS<sup>5</sup>

SANTOS, Paulo Dionizio Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>; SANTOS, Luciério Mota dos<sup>1</sup>  
 BATISTA, Vitor Matheus Santos<sup>3</sup>; GOMES, Flávia Istele Pereira<sup>1</sup>; ALVES, Cristiane Hilda<sup>1</sup>  
<sup>1</sup>Discente Direito UNIMONTES; <sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES e Direito FIPMoc; <sup>3</sup>Discente  
 Engenharia Civil UNIMONTES.

**Introdução:** O Acesso à Justiça envolve um conjunto de direitos e garantias que deveriam possibilitar ao cidadão a prestação jurisdicional adequada, sinônimo de justiça. Nesse conjunto de direitos e garantias encontra-se a gratuidade da justiça aos reconhecidamente pobres, benefício que encontra fundamento no artigo 5º, inciso LXXIV da CRFB/88, e no artigo 98 do CPC/2015. **Objetivos:** Identificar o número de processos físicos distribuídos junto à 4ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros/MG, contemplados com o benefício da gratuidade da justiça. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por referência a doutrina especializada e institutos normativos específicos, em especial a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 (CRFB/88) e a Lei Federal nº Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil (CPC/2015), além dos processos físicos distribuídos junto à 4ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros, no período de 31/8/2014 a 1/9/2015, e disponíveis para consulta no período de agosto de 2016 a março de 2017. As informações foram coletadas utilizando formulário próprio de consulta. **Resultados:** Identificou-se que dos 389 processos distribuídos no período de 31/8/2014 a 1/9/2015, 145 solicitaram a justiça gratuita. Sendo que obtiveram o benefício 105 processos e 40 processos não tiveram, ou seja, 72% das solicitações foram atendidas. A não concessão decorre da não comprovação do preenchimento dos requisitos legais para obtenção da gratuidade, como a condição de hipossuficiente que impeça o requerente arcar com ônus processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família. **Conclusão:** Como observado, apesar de um direito de base constitucional nem todos são contemplado com o benefício, sendo necessária a comprovação das circunstâncias que efetivamente comprovem a situação econômica do caso concreto que o juiz devere decidir no pedido.

**Palavras-chave:** Justiça gratuita. Acesso à justiça. Reconhecidamente pobres.

## GUARDA COMPARTILHADA FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

COELHO, Morgana de Lima Nogueira<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

As alterações legislativas e o reconhecimento da condição peculiar das crianças, enquanto sujeitos de direitos, ensejaram a evolução do instituto da guarda, mais precisamente, da guarda compartilhada sob o prisma do princípio do melhor interesse da criança. Assim, o presente estudo objetiva analisar a modalidade da guarda compartilhada frente ao atendimento do princípio do melhor interesse da criança. Através de uma pesquisa bibliográfica em doutrinas, artigos e leis, pode-se observar o árduo caminho percorrido até se chegar ao verdadeiro avanço das normas, das novas mentalidades e posturas no que diz respeito à guarda dos filhos menores, que são pessoas em fase de desenvolvimento e detentoras de direitos especiais e fundamentais distintos dos direitos dos adultos, principalmente, quando em decorrência da ruptura conjugal. Dessa maneira, delimitou-se a investigação no estudo sobre o poder familiar, discutindo os direitos e deveres dos pais em relação aos seus filhos, além de uma completa explanação sobre o instituto da guarda, apresentando o seu conceito, analisando-a no contexto de fato e de direito. Em seguida, discorreu-se sobre as modalidades de guarda: a unilateral, o aninhamento, a alternada e a compartilhada, descrevendo, mais detalhadamente, sobre esta última, a sua aplicação no ordenamento jurídico, além do princípio do melhor interesse da criança que deve estar inserido no instituto da guarda. Finalmente, chega-se à discussão central, qual seja, a guarda compartilhada sob o prisma do melhor interesse da criança, demonstrando influências para a relação afetiva entre a criança e os pais, a convivência familiar e os aspectos jurídicos do problema. A reflexão acerca do tema do trabalho demonstrou que os efeitos para os filhos, gerados pela falta dessa convivência familiar, em especial na fase da infância - aqui compreendida

<sup>5</sup> Resultados parciais do Projeto de Pesquisa Tempo e Movimento: Acesso a Justiça e Processo Judicial Eletrônico na comarca de Montes Claros/MG, em desenvolvimento no âmbito do departamento de Direito Público Substantivo do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

a fase entre zero e dezoito anos - são profundos e, em não raras vezes, irreversíveis. Assim, apresenta-se a guarda compartilhada como solução para a convivência harmoniosa e instrutiva entre pais e filhos ressaltando que a correta identificação da modalidade de guarda a ser aplicada pelo magistrado constitui fator determinante para prevenção de possíveis danos físicos e psicológicos às crianças. Conclui-se, portanto, a importância do compartilhamento, do respeito ao princípio do melhor interesse da criança e do direito à convivência familiar, tendo em vista a relevância da família para a formação da personalidade de cada indivíduo nela inserida, em especial, das crianças.

**Palavras-chave:** Autoridade parental. Ruptura conjugal e afetiva. Convivência familiar. Melhor interesse da Criança. Guarda Compartilhada.

## **GUARDA COMPARTILHADA SOB O ENFOQUE DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA**

AGUILAR, Maíra Saraiva de<sup>1</sup>; BORGES, Lucas Santana<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A guarda compartilhada tem respaldo no Código Civil de 2002 (CC/2002) e nas Leis n. 11.698 de 2008 e n. 13.058 de 2014, e decorre de uma situação jurídica em que os pais, então casados ou em união estável, decidem dissolver a união estável ou extinguir o vínculo conjugal, tendo a necessidade de se decidir sobre a guarda. Ademais, há casos de determinação da guarda quando os genitores sequer viveram juntos, devendo ser decretada em função do interesse da criança. **Objetivo:** Dessa forma, objetiva-se compreender a guarda compartilhada à luz do princípio do melhor interesse da criança, analisando-a conforme o ordenamento jurídico brasileiro. **Metodologia:** O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa exploratória e bibliográfica, realizada em livros, revistas científicas, legislação e jurisprudência. Ressalta-se que o método de abordagem é o dedutivo, e o método de procedimento é o monográfico. **Resultados:** Para a análise da matéria faz-se pertinente o esboço do conceito e evolução histórica das relações familiares na órbita jurídica e o conhecimento dos princípios que as regem. Nota-se que, a superação da ideia de pátrio poder ocasionou um avanço quanto aos direitos da criança e do adolescente, consubstanciado na sua proteção através de diplomas legais que os alçaram ao patamar de sujeitos de direitos. As transformações ocorridas na seara jurídica que regem as relações familiares, como a possibilidade de rompimento do vínculo conjugal e refazimento do núcleo familiar, contribuíram para o surgimento de novas formas de constituição de família, das quais decorrem os regimes de guarda. O instituto da guarda é uma forma de proteção à criança, sendo os pais responsáveis pela prestação de assistência material, moral e acompanhamento das mesmas. Cumpre ressaltar as seguintes modalidades de guarda: a unilateral, aninhamento ou nidacão, a alternada e a guarda compartilhada. Na escolha da mais adequada deve-se levar em consideração a que atende ao melhor interesse do filho. A Lei n. 11.698 de 2008, que introduziu o instituto da guarda compartilhada no ordenamento jurídico, trazia em sua redação a expressão sempre que possível, assim, deixa a critério do juiz decidir ou não por esse modelo de guarda. Com o advento da Lei n. 13.958 de 2014, a guarda compartilhada tornou-se obrigatória, mesmo quando não há acordo entre os pais. Entretanto os tribunais brasileiros vêm entendendo que apesar de disposto na Lei n. 13.958/2014, acerca desse compartilhamento da guarda, será observado o melhor interesse da criança, pois nem sempre o mais satisfatório para o filho seja a escolha da guarda compartilhada, principalmente se não houver convivência pacífica entre os genitores. A continuidade do convívio dos filhos com os pais é indispensável para o crescimento da criança de forma saudável. **Conclusão:** Assim, por meio deste estudo foi possível constatar que a guarda compartilhada apresenta-se como um regime apto para garantir o melhor interesse da criança, quando a sua aplicação se faz à luz deste princípio, mas em casos de animosidade entre os pais, os tribunais brasileiros têm decidido pela guarda unilateral.

**Palavras-chave:** Convivência familiar. Guarda compartilhada. Melhor interesse da criança.

### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. São Paulo: Rideel, Vade Mecum 2017.

BRASIL. Lei n. 8.089, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Rideel, Vade Mecum 2017.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. São Paulo: Vértice, Rideel, Vade Mecum 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.698**, de 15 de agosto de 2008 – Lei Federal que regulamenta a Guarda Compartilhada. São Paulo: Rideel, Vade Mecum 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.058**, de 22 de dezembro de 2014. Dispõe sobre estabelecer o significado da expressão guarda compartilhada e sobre sua aplicação. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/159374255/lei-13058-14>>. Acesso em 20 abr. 2017.

FERNANDES, Maria Antonieta Pisano. **Compartilhando a guarda no consenso e no litígio**: família e dignidade humana. São Paulo: IOB – Thomson, 2015.

FIUZA, César. **Direito Civil**: curso completo. 13. ed. Belo horizonte: Del Rey, 2009.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil**: direito de família. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: direito de família. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

### **HETEROGENEIDADE NA ABORDAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ATENÇÃO BÁSICA**

MACKENZIE, Artur Augusto Abrantes Simil<sup>1</sup>; BRITO, Iago Fernandes Rego<sup>1</sup>; NASSAU, Lais Veloso<sup>1</sup>; GUERRA, Lucas Teles<sup>1</sup>; DIAS, Mariana Mendes Silveira<sup>1</sup>; LIMA, Cristiane Gonçalves<sup>2</sup>  
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** Para a Associação Americana de Psiquiatria (2013, citada por GOMES et al., 2015), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como uma síndrome de origem neuropsiquiátrica, em que estão presentes: manifestações de comportamento com padrão repetitivo e estereotipado, dificuldades na comunicação e na socialização, bem como restrição de interesses e atividades. Trata-se de um comprometimento permanente e deixa a grande maioria dos afetados incapaz de ter uma vida independente, por isso, necessita do apoio da família, comunidade e instituições (KLIN, 2006). **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi analisar a conduta adequada dos profissionais da atenção básica mediante a um paciente com Transtorno do Espectro Autista. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica exploratória e quantitativa, na qual foram utilizados 14 artigos com restrição aos anos de 2000 a 2018 indexados na base de dados SciELO. **Resultados:** É imprescindível ao profissional que lida com o autista o conhecimento da síndrome, sendo este fator de construção das ações a serem praticadas no acompanhamento e não fator de abandono à causa (ORRÚ, 2003). O desconhecimento da doença e o conseqüente despreparo dos profissionais para lidar com as especificidades do autismo, bem como com as apreensões familiares, também devem ser consideradas, pois muitas vezes inviabilizam uma intervenção eficaz e práticas clínicas efetivas (AMARAL, PORTILLO E MENDES, 2011). Estratégias de intervenções podem ser utilizadas pelas equipes de saúde para otimizar a abordagem ao paciente autista. Uma delas é o TEACCH (em português, Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e com Distúrbios Correlatos da Comunicação) cujo objetivo é desenvolver sistemas organizados para que a criança adquira independência naquela atividade. A ABA (em português, Análise Aplicada do Comportamento) relaciona comportamento, ambiente e aprendizado e cada habilidade é ensinada por etapas, quando feita da maneira correta é recompensada, o que a estimula a repetir. O PECS é um Sistema de Comunicação através da Troca de Figuras para ajudar autistas a adquirir habilidades de comunicação, formado por diversas imagens que demonstram o que a criança deseja e, para se comunicarem as crianças fazem a troca dessas figuras (MELLO, 2007; SANT'ANNA, BARBOSA E BRUM, 2017). São necessárias três intervenções em diferentes esferas. Na esfera assistencial, busca-se a garantia da saúde, do higiene e do bem-estar físico, dando dignidade e respeito ao paciente autista. Na educacional trabalha-se a parte comportamental em relação à casa, à família, à escola e à sociedade. A psicológica procura potencializar o equilíbrio do paciente, de forma a se aproximar da normalidade do ser humano (PEREIRA, 1990; RAPIN, 2004; TUCHMAN, 2009 citados por SEGURA, NASCIMENTO, KLEIN, 2011) **Conclusão:** O presente estudo demonstra a importância da conduta dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família na abordagem de uma criança portadora do Transtorno do Espectro Autista, já que tal acometimento se manifesta de maneira heterogênea nos pacientes. É possível utilizar estratégias desenvolvidas a fim de melhorar o contato, como TEACCH,

ABA, PECS. Ademais, é fundamental que exista confiança recíproca entre pais, crianças autistas e profissionais da saúde, além do conhecimento acerca das manifestações e da abordagem.

**Palavras-chave:** Autismo. Condutas. Profissionais.

#### REFERÊNCIAS:

- AMARAL, Lais David; PROTILO, Jorge Alberto Cordón; MENDES, Silvia Carolina Teixeira. Estratégias de acolhimento e condicionamento do paciente autista na Saúde Bucal Coletiva. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**. v. 5, n. 3, p. 105-114, 2011.
- GOMES, Paulyane T. M.; LIMA, Leonardo H. L.; BUENO, Mayza K. G.; ARAÚJO, Liubiana A.; SOUZA, Nathan M. Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação: revisão sistemática. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, v.91, n.2, p. 111-121, 2015.
- KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v.28, n. 1, p. 3-11, 2006.
- MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: Guia prático**. 5ª edição, São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.
- ORRÚ, S. E. A formação de professores e a educação de autistas. OEI – **Revista Iberoamericana de Educación**, 2003.
- SANT'ANNA, Luanne França da Costa; BARBORA, Carla Cristina Neves; BRUM, Sileno Corrêa. Atenção à saúde bucal do paciente autista. **Revista Pró-UniverSUS**. v. 8, n.1.2017.
- SEGURA, D. C. de; NASCIMENTO, F. C. do; KLEIN, D. Estudo do conhecimento clínico dos profissionais da fisioterapia no tratamento de crianças autistas. **Arquivo de Ciências e Saúde**. Umuarama, v. 15, n. 2, p. 159-165, maio/ago. 2011.

#### HIPERTENSÃO ARTERIAL: UM ALERTA PARA AS MULHERES

QUADROS, Tamires Correa Souza<sup>1</sup>; CÂMARA, Guilherme Oliveira<sup>1</sup>; MEDRADO, Lucas Rocha<sup>1</sup>; MENDES, Patrícia Souza<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>.  
1Discente das FIPMOC; 2Docente das FIPMOC.

**Introdução:** A hipertensão arterial (HA) é uma condição clínica caracterizada pela elevação sustentada dos níveis pressóricos  $\geq 140$  e/ou 90 mmHg. É uma doença crônica não transmissível de elevada prevalência, considerada um relevante problema de saúde pública, destacando-se entre os cinco principais riscos globais de mortalidade. A condição feminina é um dos fatores de risco para o desenvolvimento da hipertensão arterial. **Objetivo:** Avaliar os dados epidemiológicos relevantes a cerca da hipertensão arterial em mulheres na cidade de Montes Claros – MG. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa descritiva, transversal de natureza quantitativa, baseada no banco de dados disponibilizado pelo Ministério da Saúde, DATASUS (Departamento de informática do SUS), sendo utilizados cadastros de pacientes com hipertensão arterial relativos ao período de janeiro de 2002 à abril de 2013. **Resultados:** Foram registrados 18.802 pacientes com hipertensão arterial, sendo 12.661 o que corresponde a 67,34% desses cadastros direcionados ao sexo feminino. Na faixa etária de 65 a 69 anos as mulheres também se apresentaram como principal alvo da doença, de 523 casos registrados, 385 o que equivale a 73,61% pertencem à população feminina. Durante período fértil aquelas mulheres que se submetem ao uso de contraceptivos orais contendo estrógeno artificial comprometem a homeostasia da pressão arterial, o ciclo gestacional é também marcado por riscos do desenvolvimento da hipertensão arterial gestacional, pois, após a 20ª semana de gestação algumas mulheres sofrem com o desequilíbrio da pressão arterial, pré-eclâmpsia. A maior incidência continua nas mulheres com o avançar da idade devido reposição hormonal durante pós-menopausa. **Conclusão:** Conclui-se que a população estudada apresenta alta prevalência no desenvolvimento da hipertensão arterial, sendo assim necessária à fundamentação de estratégias públicas para o conhecimento e alerta sobre a doença na tentativa de diminuir os agravos que essa pode desencadear.

**Palavras-chave:** Hipertensão arterial. Prevalência. Mulheres.

## HIPERTENSÃO E FATORES ANTROPOMÉTRICOS NOS FEIRANTES

MIRANDA, Fabiana Almeida; SANTANA, Lara Cristiny Silva Cardoso; AGUIAR, Thays Alves;  
MELO, Matheus Ribeiro; DE OLIVEIRA, Aline Camargo  
Discentes das FIPMoc

**Introdução:** De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2016), mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo são hipertensas. Esse acúmulo excessivo ou anormal da pressão arterial pode acarretar riscos para saúde. Tendo a origem da interação de fatores genéticos, metabólicos, e comportamentais, atualmente está sendo considerado um problema de saúde pública. **Objetivos:** associar a hipertensão clínica com fatores antropométricos em feirantes assistidos na CEANORTE. **Metodologia:** trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Central de Abastecimento do Norte de Minas Gerais-CEANORTE, em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados aplicaram questionários sociodemográfico, contendo idade, sexo, raça. A pressão arterial foi obtida através da aferição com o uso do estetoscópio e esfigmomanômetro. Pediu-se para o paciente sentar, com ambos os pés encostados no chão e com as costas retas, apoiadas no encosto da cadeira. Os braços esticados, apoiados em uma mesa, mais ou menos na mesma altura do coração. Aferindo a pressão arterial, informando ao feirante o resultado da sua pressão. Além disso, a avaliação clínica do índice de massa corporal (IMC), foi realizada seguindo as recomendações e classificações da Organização Mundial de Saúde (OMS). O estudo foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no Programa Estatístico SPSS versão 21.0 (StatisticalPacknge for the Social Sciences), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem), e análise bivariada através do teste qui-quadrado, considerando o  $p < 0,05$ . **Resultado:** A amostra foi composta por 150 feirantes com média de idade de 56,6 +/- 78,67 anos dos quais 80,7% era do sexo masculino, 60,0% eram pardos, 76,4% relataram não ter pressão alta, 43,3% estavam com sobrepeso e 35,3% eram obesos. Por meio do teste qui-quadrado, os resultados evidenciaram que houve associação da alteração do IMC com pressão alta ( $P=0,049$ ). **Conclusão:** os feirantes com pressão alta apresentaram maiores índices de sobrepeso e obesidade. Os resultado contribuem para compreensão das associações do sobrepeso e obesidade com às variáveis investigadas, apontando indicadores para o planejamento de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde para essa população.

**Palavras-chave:** Hipertensão. Sobrepeso. Feirantes.

### REFERÊNCIA:

ORGANIZAÇÃO MUNIDAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre as doenças não transmissíveis.** 2016.

## IDADE GESTACIONAL VERSUS PESO AO NASCER

RODRIGUES, Ana Maria Ferreira <sup>1</sup>; SILVA, Eliane Pereira <sup>1</sup>; COSTA, Gleisy Santos <sup>1</sup>; SOUZA, Thaísa Mendes <sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>.

1 Discentes do 5º período do curso de Fisioterapia das FIPMoc. 2 Docente do curso de Fisioterapia das FIPMoc

**Introdução:** O peso ao nascer é uma das importantes características do crescimento intrauterino, sendo capaz de prever a morbimortalidade em neonatos. É considerado um importante apontador geral do nível de saúde em uma população, dando-se aos seguintes aspectos, dentre eles: precariedades das condições sociais, econômicas e ambientais que possam afetar a duração gestacional. Embora existam outros fatores, como: estado nutricional materno pré-gestacional, assistência pré-natal, tipo de gestação, ganho de peso durante a gestação e tabagismo. Em contrapartida estudos também relatam um aumento das taxas de baixo peso ao nascer em algumas cidades brasileiras do qual o padrão de vida é mais elevado. Os neonatos pré-termo ou prematuros são caracterizados como bebês nascidos antes de 37 semanas de gestação. Prematuros extremos são aqueles nascidos antes de 33 semanas. Recém-nascidos que possuem baixo peso são aqueles

com peso ao nascer inferior a 2500g e os de muito baixo peso são aqueles que apresentam peso ao nascer menor que 1500g. É importante destacar que nem todo bebê com baixo peso ao nascer é pré-termo, e que nem todo bebê pré-termo apresenta baixo peso. **Objetivo:** Teve como finalidade avaliar as idades gestacionais e o peso ao nascer através de uma revisão de literatura. **Metodologia:** Trata-se de um estudo retrospectivo transversal e descritivo. A pesquisa bibliográfica teve como fonte de dados uma busca de artigos com sua maior parte nos últimos 5 anos usando bases de dados SCIELO e BVS. **Resultados:** Foram verificados que outros fatores além da idade gestacional podem contribuir significativamente nos possíveis mecanismos envolvidos na ocorrência de baixo peso ao nascer sendo que, estes podem ser de ordem social ou biológica. **Conclusão:** A pesquisa mostrou que não só a idade gestacional pode intervir nos possíveis mecanismos envolvidos na ocorrência de baixo peso ao nascer merece destacar que, outros fatores podem explicar o baixo peso ao nascer, tais como o estado nutricional da mãe, o gênero da criança e a assistência pré-natal.

**Palavras-chave:** Gestação, Neonatos, Peso ao Nascer.

#### REFERÊNCIAS:

- BARROS, Maria Aline Rodrigues; NICOLAU, Ana Izabel Oliveira. Fatores nutricionais maternos e repercussões no peso do recém-nascido. **Rev Enferm UFPI**. 2014 Apr-Jun;3(2):49-55.
- CAÇOLA, Priscila; BOBBIO, Tatiana Godoy. Baixo peso ao nascer e alterações no desenvolvimento motor: a realidade atual. **Rev Paul Pediatr**, 2010;28(1):70-6.
- COELHO, Natália de Lima Pereira et al. Padrão de consumo alimentar gestacional e peso ao nascer. **Rev Saúde Pública**, 2015;49:62.
- DAMASCENO, Jamile Rebouças Damasceno et al. Nutrição em recém-nascidos prematuros e de baixo peso: uma revisão integrativa. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Pediatr**, v.14, n.1, p 40-6, Julho 2014.
- GAIVA, Maria Aparecida Munhoz; FUJIMORI, Elizabeth; SATO, Ana Paula Sayuri. Mortalidade neonatal em crianças com baixo peso ao nascer. **Rev Esc Enferm USP** 2014; 48(5):778-86
- MARTINS, Amanda Gomes; PINTO, Priscila de Oliveira; SACCANI, Raquel. Desenvolvimento motor no primeiro ano de vida de crianças prematuras conforme o peso de nascimento. **Sci Med**. 2017;27(3):ID27079.
- MOREIRA, Mônica Évelim Figueiredo Horta et al. Determinantes socioeconômicos e gestacionais do peso ao nascer de crianças nascidas a termo. **Medicina (Ribeirão Preto, Online.)** 2017;50(2):83-90.
- SILVA, Cristiana Ferreira da et al. Rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal Fatores associados ao óbito neonatal de recém-nascidos de alto risco: estudo multicêntrico em Unidades Neonatais de Alto Risco no Nordeste brasileiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30(2):355-368, fev, 2014.

#### IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS EM TRÂMITE PELA 4ª VARA CÍVEL DE MONTES CLAROS<sup>6</sup>

SANTOS, Paulo Dionizio Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano <sup>2</sup>; SANTOS, Luciério Mota dos<sup>1</sup>  
 BATISTA, Vitor Matheus Santos<sup>3</sup>; GOMES, Flávia Istele Pereira<sup>1</sup>; ALVES, Cristiane Hilda<sup>1</sup>  
<sup>1</sup>Discente Direito UNIMONTES; <sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES e Direito FIPMoc; <sup>3</sup>Discente Engenharia Civil UNIMONTES.

**Introdução:** A busca pelo judiciário e a cultura do litígio fazem com que o número de ações aumentem e sobrecarregue o sistema jurídico brasileiro. As ações são classificadas de acordo com o tipo de direito em questão, sendo cabível a um determinado fato jurídico. São inúmeras possibilidades, mas alguns casos são mais notórios devido a uma demanda maior. A jurisdição que tem como objetivo promover a pacificação social tem como ferramenta ações que são analisadas pelo poder judiciário pela autoridade competente.

<sup>6</sup> Resultados parciais do Projeto de Pesquisa Tempo e Movimento: Acesso a Justiça e Processo Judicial Eletrônico na comarca de Montes Claros/MG, em desenvolvimento no âmbito do departamento de Direito Público Substantivo do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

**Objetivos:** Identificar os principais tipos de demandas judiciais distribuídas junto à 4ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros/MG. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por referência o conselho nacional de justiça, além dos processos físicos distribuídos junto à 4ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros, no período de 31/8/2014 a 1/9/2015, e disponíveis para consulta no período de agosto de 2016 a março de 2017. As informações foram coletadas utilizando formulário próprio de consulta que após a consulta foram tabelados no excel para análise dos resultados. **Resultados:** Identificou-se que dos 389 processos distribuídos no período de 31/8/2014 a 1/9/2015, em primeiro lugar com 46 ações foram indenizatórias, em segundo lugar com 44 as ações de execução, em terceiro lugar com 38 busca e apreensão, em quarto lugar com 37 revisão contratual e em quinto lugar com 32 ações monitoria. O Conselho Nacional de Justiça em seu relatório anual (Justiça em Números 2017), onde os assuntos mais demandados na Justiça Estadual nacional em ordem decrescente foram: Obrigações/espécies de contratos, indenização por dano moral, dívida ativa, responsabilidade civil família/alimentos. Tendo resultados parecidos com os tipos de ações encontradas na comarca de Montes Claros. **Conclusão:** Como observado, são vários tipos de ações que são pleiteadas na jurisdição do estado, onde pode se perceber que as ações de cunho das obrigações e responsabilidades se destacam onde se tem a maior demanda judicial.

**Palavras-chave:** Tipos de ações. Jurisdição. Demanda.

### IMERSÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS MICRO PROCESSADOS EM ÓLEO MINERAL

BRITO, Walisom<sup>1</sup>; GOMES, Thiago Henrique Carvalho<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>2</sup>.

1. Alunos do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2. Professor orientador

**Introdução:** O estudo tem a finalidade de diminuir os efeitos causados pelas fuligens de metais e materiais pesados, umidade no ambiente e temperaturas elevadas nos componentes eletrônicos micro processados, que geralmente estes ambientes são de metalurgias e agressivos aos computadores de forma geral. **Objetivo:** Imergir componentes micro processados em óleo mineral isolando-o do ambiente agressivo para aumento de vida útil da máquina. **Método:** Os testes foram feitos imergindo por completo um microcomputador com os componentes que mais emitem calor e que necessitem de dissipadores que estão agregados a estes componentes, foi realizado o monitoramento da temperatura e consumo de energia elétrica antes e durante a imersão, sendo o óleo mineral dielétrico não houve a necessidade de teste de isolamento, foi verificado de forma visual e por meio de software se a máquina conseguiria trabalhar nas mínimas condições originais para que foi desenvolvido, os resultados coletados foi dividido antes da imersão e durante a imersão para comparativo de eficiência. **Resultados:** A partir dos resultados de temperatura, nota-se quando em teste de imersão e em *stress*, uma diferença de 53,49% comparado ao teste de não imersão e o consumo energético apontou 22,22% de economia de energia imergido e sob *stress*, também comparados com o teste de não imersão e em *stress*. Não houve problemas mecânicos e visuais durante a imersão, o óleo não reagiu com os componentes e durante as 2h de teste imergido não houve aquecimento do óleo. **Conclusão:** Conclui-se que quando imergido um componente micro processado em óleo mineral, além de mantê-lo seguro do ambiente agressivo, a temperatura se mantém mais próxima a do ambiente e o consumo de energia é menor podendo extrair mais recursos de processamento da máquina imergida. De acordo com os dados coletados o projeto de imersão de *rig* de mineração de *Bitcoin* é uma realidade e já está em fase de confecção em grande escala, será acrescentado refrigeração forçada pois esta máquina radia calor aproximado de 90°C cada placa de vídeo.

**Palavras-chave:** Imersão. Microcomputador. Óleo mineral.

### IMPACTOS SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO FEMININO

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Nos últimos anos, o aumento expressivo da participação de mulheres em atividades delituosas tem chamado atenção nas estatísticas sobre a criminalidade no país. Acerca das consequências enfrentadas pelas mulheres encarceradas, a principal delas se refere ao rompimento de relações com a sociedade. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar os aspectos sociais do encarceramento feminino.

**Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** As consequências enfrentadas pelas mulheres encarceradas são duas vezes piores que as enfrentadas pelos homens, uma vez que elas são vistas como transgressoras tanto da ordem social como do seu papel na sociedade. Um dos principais frutos do aprisionamento feminino está relacionado à dificuldade de reinserção da mulher na sociedade, visto que há um impacto sobre a elaboração da identidade das mulheres presas e uma ruptura dos laços sociais. Outra seqüela da detenção feminina refere-se à alteração na estrutura familiar, pois, na maioria dos casos, a figura paterna já se encontra reclusa e, com a detenção da mulher, os filhos são retirados do convívio com a mãe e ficam a mercê do abandono ou são distribuídos entre os demais familiares. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que por muitos anos as mulheres eram vistas como zeladoras do lar e extremamente dependentes da figura masculina, entretanto, fica evidente que, com o passar dos anos, elas adquiriram mais liberdade e autonomia, e junto a isso veio o aumento nas práticas criminais cometidas pelas mesmas. Ademais, nota-se que o encarceramento produz mais efeitos quando se trata da mulher, uma vez que ocorre um preconceito em relação ao desajuste social da mulher, que, por certos motivos, deixa de prezar pela família para se inserir no mundo do crime.

**Palavras-chave:** Consequências. Encarceramento feminino. Papel social. Rompimento de laços sociais.

#### IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA MANUTENÇÃO PRODUTIVA TOTAL EM UMA INDÚSTRIA DE CÁPSULAS DE CAFÉ

SILVA, Maick Anderson<sup>1</sup>; SOUZA, Alfeu Vinicius Aires<sup>1</sup>;  
MALVEIRA, Bruno Maia<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O termo Manutenção Produtiva Total, do inglês *Total Productive Maintenance (TPM)* refere-se a um método japonês originalmente definida pelo instituto *Japan Institute of Plant Maintenance*, e que compreende em um método de gestão que identifica as perdas existentes no processo produtivo e administrativo, maximizando o rendimento operacional global dos equipamentos. **Objetivo:** Visto a necessidade de implantação de uma ferramenta de gestão, este trabalho tem como objetivo estudar a implementação da ferramenta TPM em uma indústria de produção de cápsulas de café e solúvel, onde teve suas linhas de produção recentemente implantadas e comissionadas na cidade, trazendo novas tecnologias, identificando os passos para implementação e aprofundando no conhecimento dos pilares da manutenção planejada. **Método:** Este trabalho se caracteriza como pesquisa exploratória, onde houve estudo bibliográfico, planejamento de atividades, coleta e análise de dados, permitindo alcançar um método mais fácil e objetivo para a implantação. **Resultados:** O processo de implementação da manutenção produtiva total é um método que muda conceitos de pessoas, a implantação desta metodologia na fábrica ajudou a mudar o modo de encarar as falhas, as perdas de produção e focar nos pontos que podem ser melhorados como mudanças de ambientes com relação a organização. A instalação da metodologia ocorreu na prática como previsto bibliograficamente, conseguindo desenvolver os primeiros passos na evolução da ferramenta, que é um processo contínuo e ininterrupto para alcançar a qualidade total. **Conclusão:** Pode-se afirmar que os objetivos gerais foram alcançados com um resultado satisfatório. A metodologia atendeu todas as expectativas, trazendo resultados positivos para a empresa e conhecimento para os acadêmicos.

**Palavras-chave:** TPM. Manutenção Produtiva Total. Implementação. Metodologia TPM.

#### REFERÊNCIAS:

WIREMAN, Terry. **Total productive maintenance**. Industrial Press Inc., 2004.

## IMPLICAÇÃO DA OSTEOARTRITE NAS ATIVIDADES BÁSICAS DO IDOSO

LEITE, Amanda Miranda Braga<sup>1</sup>; FERNANDES, Cecília Corrêa<sup>1</sup>; SOARES, Fernanda Moreira<sup>1</sup>; LIMA, Isabella Medeiros<sup>1</sup>; REZENDE, Leonardo Evangelista<sup>1</sup>; DEL MENEZZI, Luca Eleutério Salerno<sup>1</sup>; FRANÇA, Dorothea Schimidt<sup>2</sup>.

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das Fipmoc

**Introdução:** A população idosa do Brasil aumentou significativamente nos últimos 10 anos, sendo que grande parte da população acima de 75 anos apresenta sintomatologia de osteoartrite (OA). A OA possui etiologia inflamatória em estruturas articulares, gerando dor em joelhos, quadril, mãos, o que resulta em certas limitações nas atividades diárias, devido à dor, rigidez, limitação do movimento, podendo, inclusive, afetar a interação social (REZENDE; CAMPOS, PAILO, 2013). **Objetivo:** Analisar a osteoartrite em idosos, ressaltando sua influência nas atividades diárias e fatores de melhora do quadro. **Métodos:** Trata-se de um estudo qualitativo, envolvendo pesquisa bibliográfica de artigos com autores nacionais e do exterior no intervalo de publicações entre 2002 a 2016, totalizando 16 artigos. **Resultados:** A OA é a queixa muscular esquelética mais frequente em todo mundo e diretamente relacionada com limitações funcionais e dor, associada a rigidez matinal que influenciam negativamente na qualidade de vida e no bem estar psicológico dos portadores. Os idosos são os que mais sofrem com a doença, podendo ter incapacidade de realizar as tarefas mais simples do dia a dia, como subir e descer escadas, caminhar e sentar, gerando dependência física e ansiedade. Em vista do quadro, a capacidade funcional do idoso pode ser comprometida a tal ponto, que será necessário o auxílio de um cuidador, causando muitas vezes a depressão, visto que a perda da independência acabe ferindo a sua integridade pessoal. O melhor tratamento requer foco principal no autocuidado, conscientizando o idoso quanto a necessidade de uma mudança no estilo de vida, fisioterapia e atividade física. Os medicamentos são utilizados de forma complementar, tendo se mostrado como eficaz no alívio da dor e melhora da função. **Conclusão:** A OA é uma doença crônica incapacitante que afeta milhares de idosos em todo o mundo, interferindo diretamente na qualidade de vida dos portadores, gerando dificuldade de realizar tarefas básicas. Além disso, pode predispor outras doenças, o que agrava ainda mais o quadro. Por conseguinte, o tratamento desses pacientes é importante, onde deve-se ter alternância de medidas farmacológicas e não farmacológicas.

**Palavras-chave:** Osteoartrite. Idosos. Qualidade de vida. Limitação funcional.

### REFERÊNCIAS:

REZENDE, Márcia Uchôa; CAMPOS, Gustavo Constantino; PAILO, Alexandre Felício. Conceitos atuais em osteoartrite. **Rev. Acta Ortop Bras**, v.21, n.2, 2013.

## IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS PARA A REPRODUÇÃO ASSISTIDA

CAIXETA, Laura Vitória<sup>1</sup>; CORDEIRO, Ana Paula Guimarães<sup>2</sup>; GONZAGA, João Guilherme<sup>3</sup>; CAIXETA, Walker Leonardo Martins<sup>4</sup>.

1, 2, 3Discentes das FIPMoc; 4Docente da Liga Acadêmica de Medicina Legal (LADMEL)

**Introdução:** A reprodução assistida é o conjunto de técnicas, tecnologias, procedimentos médicos com a finalidade de gerar a fertilização de um embrião *in vitro*. Essas técnicas se valem desde a década de 70 e desde então vem suscitando vários debates no campo da bioética à medida em que a tecnologia permite o acesso dessa terapia à um público cada vez mais amplo. **Objetivos:** Analisar as implicações bioéticas na realidade da reprodução assistida. **Métodos:** Realizou-se estudo de revisão integrativa de literatura com as palavras-chave: temática de Reprodução Assistida e Diagnóstico Genético Pré-Implantacional. Sendo uma revisão integrativa de literatura, não foi necessária a aprovação do estudo pelo comitê de ética em pesquisa, segundo a Resolução 466/12 do Ministério da Saúde. Para a seleção dos artigos foram utilizadas as bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, do Ministério da Saúde e resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM), além do Projeto de Lei 115/2015. **Resultados:** A partir do desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida (TRA) alguns conflitos começaram a surgir, questionando a licitude moral e ética dos procedimentos realizados. Os principais questionamentos são referentes ao status moral do embrião, descarte, abandono e doações de gametas e embriões, utilização do diagnóstico genético pré-implantacional (PGD), seleção de sexo embrionário, útero de substituição, reprodução póstuma e redução embrionária. Enquanto há um avanço da medicina quanto as TRA, não há projeto de lei aprovado no congresso brasileiro

sobre essas técnicas, que são limitadas por normas éticas do CFM (Conselho Federal de Medicina). Entretanto, o projeto de lei número 115 de 2015, o qual visa a instituir o Estatuto de Reprodução Assistida, do deputado Juscelino Rezende Filho está em trâmite para apreciação. Existe grande variação entre as nações sobre que é eticamente aceitável na TRA, sendo que naqueles países que possuem legislações, as mesmas são influenciadas pela cultura e religião da nação correspondente, o que dificulta um consenso mundial sobre a licitude ética dos procedimentos realizados. **Conclusão:** Quanto à prática da reprodução assistida, deve ser feita uma melhor reflexão desta técnica, principalmente em relação aos riscos, limitações e incertezas do tratamento, sendo necessário melhor atuação do Estado, quanto a implementação de leis acerca do assunto.

**Palavras-chave:** Reprodução Assistida. Bioética. Fertilização.

### IMPORTÂNCIA DAS CONSULTAS PRÉ-NATAIS REGULARES EM RELAÇÃO AO APGAR DO RECÉM NATO

ANDRADE, Camila Caroline Ruas<sup>1</sup>; MELO, Thamires costa de<sup>1</sup>; MOREIRA, Lucas Felipe dos Santos<sup>1</sup>; FARIAS, Karen Felix da Silva<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMOC; 2 Docente das FIPMOC

**Introdução:** A assistência pré-natal tem como finalidade fundamental garantir um desenvolvimento normal da gravidez; preparar a mãe para o parto, detectar as situações de risco o mais rápido possível, para que assim seja viável precaver as complicações mais decorrentes da gravidez e do ciclo puerperal. O Ministério da Saúde preconiza, no mínimo, seis consultas pré-natais para uma gravidez à termo, em gestantes sem condições de perigos detectados, com início precoce sendo ele até o quarto mês da gestação. O período entre duas consultas não deve extrapolar oito semanas. **Objetivo:** Avaliar a influência das consultas pré-natais regulares no apgar dos recém-natos. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória com base no banco de dados do DATASUS relativo ao ano de 2014 a 2016 na cidade de Montes Claros – MG, havendo um total de 18.539 crianças nascidas vivas. **Resultado:** O apgar considerado que o bebê nasceu em ótimas condições varia da nota 8 à 10, na pesquisa evidenciou que de 18.539 crianças nascidas vivas 11.145 atingiu a nota apropriada sendo essas diretamente associadas as mães que realizaram 7 ou mais consultas pré-natais. **Conclusão:** Percebe - se que as mães que realizaram maior número de consultas pré-natais seus filhos obtiveram maior nota de apgar. As consultas pré-natais regulares pode minimizar complicações ou dificuldades relacionadas ao recém-nato no momento de seu nascimento.

**Palavras-chave:** Pré-natal. Apgar. Recém natos.

### IMPORTÂNCIA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO

VIEIRA, Débora Ribeiro<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Lanuza Borges<sup>2</sup>; CALDEIRA, Antônio Prates<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de graduação em Medicina e Bolsista Institucional do Programa de Iniciação Científica das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIP-Moc

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; Docente do curso de graduação em Medicina e Orientadora do Programa de Iniciação Científica das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIP-Moc

<sup>3</sup> Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Orientador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

**Introdução:** A Estratégia de Saúde da Família, enquanto alternativa de reorganização da atenção à saúde, nasceu do contexto histórico e conceitual da moderna promoção da saúde, e tem plena identidade com seus princípios definidores. A promoção da saúde infantil se inicia pela oferta de um pré-natal adequado para as mães, acessíveis e de boa qualidade. Nesse âmbito se garantem as intervenções precoces que possibilitarão uma gestação a termo, de forma segura para o binômio mãe-filho. A continuidade da promoção da saúde infantil e dos cuidados tornam-se mais explícitos a partir do nascimento com a promoção do aleitamento materno, por todas as vantagens que ele oferece. O leite materno é o melhor alimento para a criança nos primeiros meses de vida, possui papel protetor diminuindo a morbimortalidade infantil. Existem muitos programas de incentivo à adoção de aleitamento nos seis primeiros meses de vida, porém, para que ele

possa ser mantido por dois anos ou mais é necessária uma rede de apoio à mulher, composta por profissionais de saúde devidamente capacitados e sensibilizados sobre a sua importância. **Objetivo:** Ressaltar a importância do Agente Comunitário de Saúde na promoção do aleitamento materno. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, com dados coletados a partir da revisão da literatura. **Discussão:** O Agente Comunitário de Saúde é o profissional que possui maior comunicação com as famílias adstritas na Estratégia da Família, o que faz com que tenham importante papel de acompanhamento das puérperas, fazendo com que uma efetiva troca de informações e orientações possa ocorrer, impactando assim, na integralidade e continuidade do cuidado que se inicia no pré-natal até o pós-parto tardio. É de suma importância que esses profissionais sejam devidamente capacitados a saber lidar com as dúvidas e preocupações das gestantes e mães sobre a prática da amamentação, orientando sobre suas técnicas e vantagens **apoiando-as e fortalecendo sua autoconfiança.** **Conclusão:** Capacitar a equipe de saúde e sensibilizar todos os componentes, principalmente o Agente Comunitário de Saúde, da sua importância como protagonistas da promoção do aleitamento materno, contribuem para que ele seja estimulado e mantido por um período mais prolongado de tempo, diminuindo assim a morbimortalidade infantil.

**Palavras-chave:** Aleitamento Materno; Atenção Primária à Saúde; Pessoal de Saúde

## INCIDÊNCIA DO CÂNCER DE PRÓSTATA NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA

CARDOSO, Leide Daiana Silveira<sup>1</sup>; BASTOS, Marcella Soares<sup>1</sup>; CAMPOS, Thaís Fernandes<sup>1</sup>; SCARDUA, Robson Fernando<sup>2</sup>  
Discentes das FUNORTE; Docente das FUNORTE

**Introdução:** O câncer de próstata é a segunda neoplasia mais frequente nos homens e o segundo maior causador de mortalidade no mundo (1). Embora a incidência desse câncer seja maior nos países desenvolvidos, o Brasil está entre os países com maiores taxas de incidência, sendo mais de 50% dos casos na região Sudeste (2,3). A faixa etária com maior risco é a partir dos 65 anos de idade (3). **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo geral mostrar a incidência de câncer de próstata no Brasil no período de 2008 a 2018 e revisar, na literatura, os aspectos gerais do câncer de próstata. **Método:** Foi produzido um estudo bibliográfico a partir de elementos impressos, como livros, e online, como estudos e documentos, além de artigos científicos acessados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e publicados em revistas de universidades brasileiras como a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Centro Universitário de Maringá (UniCesumar). Quanto aos critérios de inclusão foram consideradas publicações e referências que objetivavam lesão esplênica. Foram excluídos os trabalhos que não atendiam aos critérios de inclusão ou que não se relacionavam ao tema. **Resultados:** No período de 2008 a 2018 constatou-se que a incidência e o número de casos de câncer de próstata cresceram consideravelmente, fazendo com que esse câncer passasse de 49.000 novos casos em 2010 a 68.000 novos casos em 2018. (3,4,5,6,7,8). Fatores como a facilidade do diagnóstico e o avanço da tecnologia médica, parecem estar associados com os aumentos desses casos (9). Além disso, fatores como a raça, história familiar, níveis hormonais e influências ambientais parecem contribuir para o risco para o câncer de próstata (10). Como esses homens podem apresentar pouco ou nenhum sintoma, pode haver um atraso no diagnóstico, o que pode reduzir suas chances de cura. O diagnóstico precoce e a terapêutica adequada podem diminuir as chances de metástase ou mesmo curar a neoplasia. (1) O prognóstico desse câncer é tanto melhor, quanto mais cedo diagnosticado (11). **Conclusão:** Torna-se cada vez mais importante que os profissionais de saúde e a população em geral saibam das características do câncer de próstata e do diagnóstico, devido às suas relevantes incidência e mortalidade atuais.

**Palavras-chave:** Câncer de Próstata. Epidemiologia. Manifestações Clínicas. Diagnóstico.

### REFERÊNCIAS:

1. AMERICAN CANCER SOCIETY. Signs and Symptoms of Prostate Cancer. Estados Unidos da América, fev. 2016. Disponível em: <[https://www.cancer.org/cancer/prostate-cancer/detection-diagnosis-staging/signs-symptoms.html#written\\_by](https://www.cancer.org/cancer/prostate-cancer/detection-diagnosis-staging/signs-symptoms.html#written_by)>. Acesso em: 31 mar. 2018.
2. FILHO, G. B. Bogliolo: Patologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Estimativas 2008: incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2007.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Estimativa 2010: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2009.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2011.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Estimativa 2016: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2015.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2018.
9. CZORNY, R. C. N. et al. Fatores de risco para o câncer de próstata: população de uma unidade básica de saúde. *Revista Cogitare Enfermagem*, Curitiba, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/51823/pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.
10. ABBAS A. K. et al. Robbins e Cotran: Patologia - Bases patológicas das doenças. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
11. CLARO, J. A.; SROUGI, M. Câncer da próstata: como diagnosticar e tratar. *Revista Brasileira de Medicina*. São Paulo, n. 12, 2000. Disponível em: <[http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id\\_materia=607](http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=607)>. Acesso em: 30 mar. 2018

## **INCIDÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS BIOPSISSOCIAIS DA DIABETES MELLITUS TIPO 2 EM CRIANÇAS**

TORRES, Larissa Rafaella Pereira<sup>1</sup>; REIS, Leonardo Bruno Melo<sup>2</sup>; CASTRO, Georgia Guimarães de<sup>3</sup>; MAGALHÃES, Francine Araújo<sup>4</sup>; MENDES, Victor Lucas Bonfim<sup>5</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>6</sup>.  
1Discente das FipMoc; 2Discente das FipMoc; 3Discente das FipMoc; 4Discente das FipMoc; 5Discente das FipMoc; 6Docente das FipMoc

**Introdução:** O diabetes mellitus tipo 2 é uma síndrome de etiologia variável resultante da secreção deficiente de insulina e/ou da resistência fisiológica à ação do hormônio. (COTRAN, KUMAR; ROBBINS, 1994). Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (2016), a doença manifesta-se com maior frequência em adultos, entretanto crianças e jovens também podem desenvolver o referido quadro. Nas últimas décadas, o aumento da incidência do DM2 entre crianças e adolescentes vem sendo verificado em todo o país e está intimamente ligado ao aumento do consumo de alimentos industrializados somado ao sedentarismo. **Objetivos:** Analisar a incidência de diabetes mellitus tipo 2 em crianças e adolescentes e na identificar as consequências biopsicossociais decorrentes da patologia. **Métodos:** O estudo é um artigo de revisão bibliográfica. Para a seleção dos dados utilizou-se a revisão sistemática da literatura pré-existente. Os critérios de inclusão foram manuais e artigos originais de revisões bibliográficas e pesquisas de campo, publicados entre os anos de 2004 e 2017 nas línguas portuguesa e inglesa. **Resultados:** A diabetes mellitus tipo 2 é uma enfermidade metabólica cuja prevalência tem crescido recentemente, de modo significativo em crianças e adolescentes (MACÊDO et al., 2010). Como agravante, a enfermidade acomete o indivíduo em esfera psicológica, podendo interferir nos relacionamentos interpessoais, afetando-o de forma biopsicossocial. **CONCLUSÃO** Com base nos resultados do estudo, é perceptível que os jovens que possuem uma alimentação rica em gorduras e açúcares e não realizam uma prática rotineira de exercícios físicos, tendem a desenvolver a DM2.

**Palavras-chave:** Diabetes, biopsicossocial, crianças.

### **REFERÊNCIAS:**

COTRAN, S. R. ; KUMAR, V. ; ROBBINS, S. L. Pâncreas. In: Patologia básica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1994. Cap. 17.

MACÊDO SF, Araújo MFM, Marinho NPB, Lima ACS, Freitas RWF, Damasceno MMC. Fatores de risco para diabetes mellitus tipo 2 em crianças. Rev. Latino-Am. Enfermagem, set-out 2010 [acesso em: 31/08/2017];18(5): [08 telas]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2814/281421935014/> SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes. 2016.

## INCUBADORA DE EMPRESAS

<sup>1</sup>VELOSO, Diego Pinheiro; <sup>1</sup>ROCHA, Fabrício Hítallo de Oliveira; <sup>1</sup>MENDES, Fellipe Lacerda; <sup>1</sup>OLIVEIRA, Júlio César; <sup>1</sup>XAVIER, Vitor Jorge.  
<sup>2</sup>PINHEIRO, Cristh Ellen Ferreira.

<sup>1</sup>Acadêmicos de Administração – FIPMOC; <sup>2</sup> Professora tutora do Projeto Interdisciplinar V.

**Introdução:** O mercado atual abrange uma constante evolução, na qual a agilidade e a tecnologia são fatores essenciais para o desempenho empresarial. Os empreendedores brasileiros que desejam iniciar um negócio enfrentam dificuldades para manter no mercado. Com isso, cada dia a taxa de mortalidade dessas novas empresas cresce pela falta de planejamento, de recursos, de conhecimentos necessários e de incentivo fiscal. Frente ao contexto, este projeto buscou responder à seguinte questão: como diminuir os problemas enfrentados pelas micro e pequenas empresas (MPEs)? A partir da questão, buscou-se a necessidade de criar uma incubadora para micro e pequenas empresas, para que possa agir e auxiliar novos empreendedores a obter sucesso no mercado e conseqüentemente diminuir as taxas de mortalidades das empresas. **Objetivo:** O projeto interdisciplinar tem como objetivo elaborar uma proposta de solução para os problemas de gestão enfrentados pelas MPEs. Especificamente, objetivou elaborar um plano de negócio de uma empresa que tem como atividade fim auxiliar novas organizações nos seus primeiros passos, com intuito de torná-las instituições saudáveis, duradouras e prósperas. **Método:** O projeto contemplou uma pesquisa bibliográfica e documental, em sites e documentos oficiais disponíveis na rede, a fim de coletar informações sobre a problemática trabalhada. Após esta fase, foram realizadas reuniões em grupo e a elaboração de um plano de negócios, primeiramente com a utilização da ferramenta Canvas e, posteriormente, o plano com as informações gerais do modelo de negócio escolhido para o produto do projeto interdisciplinar. **Resultados:** O resultado obtido compreendeu um plano de negócios de uma incubadora de empresas, a qual tem como especialidade auxiliar empreendedores que estão iniciando sua empresa e/ou aqueles que estão somente como o plano em mente e enfrentam dificuldades de se inserirem no mercado. O serviço prestado pela incubadora estabelece três etapas: Seleção: Identifica as propostas de negócios que apresentam maior possibilidade de sucesso pela análise da viabilidade. Crescimento e consolidação: Esta etapa é referente à incubação, onde ocorre toda assessoria e auxílio que a incubadora se dispõe para oferecer e fazer com que a empresa se ingresse no mercado. Saída da incubadora da empresa: Após a empresa passar por todo o processo de incubação, no qual teve treinamentos e auxílios, a mesma está apta e preparada para enfrentar o mercado de forma independente. **Conclusão:** Com os resultados obtidos, através das pesquisas sobre o tema e do processo de elaboração do plano de negócios, é possível concluir que a incubadora de empresas pode contribuir imensamente para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas e, conseqüentemente, para a diminuição da mortalidade destas, pois com o apoio inicial e o auxílio na inserção da mesma no mercado, as chances de sucesso são maiores do que quando esta inserção é realizada de forma solitária pelo empreendedor, o qual não tem conhecimento de gestão. Essa observação permite refletir também sobre a importância do administrador para a economia, pois a função desse profissional é manter as empresas no mercado de forma saudável e, com isso, contribui significativamente para a geração de emprego e renda.

**Palavras-chave:** Administração. Incubadora de empresas. Empreendedorismo.

### REFERÊNCIA:

SILVA, M. C. Análise do ecossistema empreendedor brasileiro e dos fatores críticos de sucesso para a gestão de incubadoras de empresa. Universidade estadual de Campinas. Tese de Dissertação. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322007>> Acesso 24 maio 2018.

## INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

SOUZA, Amanda Soares<sup>1</sup>; Costa, Andressa Graycielle de Jesus<sup>1</sup>; DAMASCENO, Áthila Victor Ponciano<sup>1</sup>; NUNES, Maria Eduarda Rodrigues Mendes<sup>1</sup>; MOREIRA, Milena Barbosa<sup>1</sup>; MENDES, Rafaella<sup>1</sup>; CARVALHO, Fagner Campos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Direito do Trabalho é definido por Sergio Pinto Martins (2010, p. 16.) como um “conjunto de princípios, regras e instituições atinentes à relação de trabalho subordinado e situações análogas, visando assegurar melhores condições de trabalho e sociais ao trabalhador”, vale-se do Direito Civil principalmente no âmbito das obrigações e contratos. O contrato de trabalho tem a sua origem no Código Civil de 1916 em que no artigo 1.216/CC dispõe a definição de trabalho: “Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição”. Com o passar do tempo, a sociedade dispõe de necessidades e mudanças em que 11 de novembro de 2017, entrou em vigência a Reforma Trabalhista. A promulgação da Lei nº 13.467/2017 acarretou alterações e introdução de novos artigos na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) gerando uma discussão em torno do tema. **Objetivo:** O objetivo desse estudo é analisar a indenização civil decorrente da relação de emprego após a Reforma Trabalhista. **Metodologia:** Para que esse objetivo fosse atingido, foram realizadas pesquisas bibliográficas através de doutrinas relacionadas ao tema, fontes online e uma pesquisa exploratória e qualitativa. **Resultado:** Na responsabilidade civil, quando o empregador demite o empregado, sem justa causa, responderá pelas espécies dos danos: morais, patrimoniais e extrapatrimoniais. Além disso, o empregado tem garantia dos seus direitos: o saldo de salário, horas extras, férias proporcionais (que é em um ano), o valor das férias (é um salário inteiro mais um terço) e décimo terceiro. Quem sai da empresa recebe as férias proporcionais à quantidade de meses trabalhados. Segundo a reforma, as indenizações serão calculadas com base no salário do empregado todos os seus direitos. Assim, como pode ocorrer ao contrário com o empregador, o empregado pede demissão sem aviso prévio à empresa, sem justa causa, sendo este o responsável por algum desfalque, causando transtornos. Percebe-se, que há uma grande importância no aviso prévio para que não haja nenhum problema entre as partes. **Conclusão:** Nota-se que não restam dúvidas de que o empregado - pessoa física- e o empregador -pessoa física quanto jurídica-, pode ser vítima de danos morais e indenizações na relação. Esse dano está ligado à sua imagem que afetada, poderá abalar a sua credibilidade perante a clientela, lançar dúvidas no mercado sobre a sua higidez e macular a sua confiabilidade perante terceiros. Portanto, trata-se de um assunto novo e pouco discutido, porém de natureza agregadora, uma vez que teve como escopo a ótica governamental de minimizar a rigidez e reciclar as leis trabalhistas. Verifica-se um conteúdo voltado a hermenêutica das relações trabalhistas e todas suas respectivas implicações decorrentes da cessação dos contratos firmados para que, assim gerassem efeitos jurídicos.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista. Indenização Civil. Relação de emprego.

### REFERÊNCIA:

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 26 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## INDENIZAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

MACHADO, Ana Caroline Vieira<sup>1</sup>; CARDOSO, Janete Cláudia Leite<sup>1</sup>; CALDEIRA JÚNIOR, Lourival Gonçalves<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria de Fátima<sup>1</sup>; SILVA, Mariana Rodrigues<sup>1</sup>; CARVALHO, Fagner Campos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** No nosso ordenamento jurídico, o dano moral individual e coletivo é consequência de ato ilícito ou abusividade, e em regra geral será reparado por procedência justa e devida, que se dá também no direito do trabalho no que tange à indenização civil decorrente das relações laborais. **Objetivo:** O objetivo deste resumo é analisar quais as alterações da reforma trabalhista no campo da indenização civil são decorrentes destas relações após o encerramento do contrato de trabalho. **Método:** Pesquisa qualitativa do tipo exploratória documental e de revisão bibliográfica. **Resultados:** Para Trindade (2018), a Justiça do Trabalho conta com cerca de 3 milhões de ações em tramitação, muitas destas lides inventadas, aventuras jurídicas e teses improváveis. Ninguém mais que juízes se revoltam com abusos no direito de litigar, com

pedidos pitorescos. Tudo devido ao excesso de competição entre advogados, necessidade de aumentar a “lucratividade do processo” ou ausência de mecanismos de punição por exorbitâncias. Antes da reforma, o empregado poderia faltar em até três audiências judiciais. Quem entrava com a ação não arca com nenhum custo e os honorários de perícias eram pagos pela União. Hoje, o empregado é obrigado a comparecer nas audiências e, caso perca o processo, deve arcar com as custas processuais. O trabalhador, mesmo que tenha acesso à justiça gratuita, pode pagar os honorários das perícias, caso tenha recebido créditos em outras ações que sejam capazes de arcar com as despesas. (PROCENGE, 2017). Agora, quem agir de má-fé pode ser punido com multa de 1% a 10% do valor da causa e tem que indenizar a outra parte. O empregado que assinar a rescisão do contrato fica impossibilitado de submetê-la à Justiça do Trabalho. Também foi determinado o limite de oito anos para o andamento das ações. Caso não forem concluídas nesse período, o processo é extinto (PROCENGE, 2017). **Conclusão:** O novo modelo de contrato de trabalho minimiza as indenizações civis decorrentes das relações laborais após o encerramento do contrato de trabalho, pois surge com o intuito de reduzir a pressão nos tribunais, limitando o acesso gratuito de trabalhadores à Justiça, restringindo o potencial de ganho com ações de dano moral, principalmente de ações infundadas e sem real potencial de ganho.

**Palavras-chave:** Civil. Trabalhista. Indenização.

## INDICAÇÃO DOS CUIDADOS PALIATIVOS VISANDO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

CRUZ, Eduarda Martins <sup>1</sup>; MAGALHÃES, Luíza Carneiro Souza <sup>1</sup>; SUZART, Mariana Veloso <sup>1</sup>; RAMOS, Cybele Guedes<sup>1</sup>; MOTA, Rhayssa Soares <sup>1</sup>; GUERRA, Lucas Teles <sup>1</sup>; SOARES, Priscila Bernardina Miranda <sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Médica especialista em Oncologia Clínica, pós-graduada em Cuidados Paliativos e Preceptora da Liga Acadêmica de Medicina Paliativa

**Introdução:** O objetivo dos cuidados paliativos é promover melhor qualidade de vida e manutenção da dignidade humana para os pacientes “fora da possibilidade de cura” das mais variadas etiologias (ANCP, 2012). A participação do paciente na decisão das intervenções que alterem sua qualidade de vida é de essencial importância, visando aliviar os seus principais sintomas e proporcionar um processo de morte sem sofrimentos evitáveis (FLORIANI; SCHRAMM, 2008). Os cuidados paliativos devem ser empregados visando não apenas o bem estar físico do paciente, entretanto isso ainda é uma dificuldade, juntamente com o déficit de profissionais especializados no tema e a dificuldade da comunicação com os pacientes e familiares (SANTOS *et.al.*, 2017). **Objetivo:** Analisar a necessidade da implantação dos cuidados paliativos em pacientes no fim da vida, proporcionando qualidade de vida e dignidade humana. **Método:** O estudo baseia-se em uma revisão de literatura, descritiva e qualitativa, onde realizou-se uma coleta de dados de seis artigos, publicados de 2008 a 2017, acessados na base de dados Scielo e no Ministério da Saúde. **Resultados:** Segundo a Organização Mundial de Saúde, todas as pessoas portadoras de enfermidades graves, progressivas e incuráveis, que ameacem a vida devem receber os Cuidados Paliativos desde o seu reconhecimento. Uma das ferramentas disponíveis na avaliação de prognóstico relaciona-se a capacidade funcional do paciente. Em detrimento a isso avalia-se a dependência em determinadas atividades diárias como incontinência urinária e fecal, incapacidade para alimentar-se, hidratar-se e locomover-se (ANCP, 2012). Para medir o declínio funcional e clínico foram desenvolvidos métodos de avaliação como a escala de Karnofsky, criada para pacientes oncológicos que avalia a capacidade de realizar determinadas atividades básicas. Outro método para mensurar a condição clínica é a Escala de Performance Paliativa (ANCP, 2012). Assim, as decisões para cada fase são baseadas em parâmetros, como as escalas citadas, fundamentais para estabelecer o prognóstico em cuidados paliativos (NETO *et al.*, 2009). Além da avaliação prognóstica, foram estabelecidos critérios clínicos para cada condição clínica, que orientam nesta decisão aos Cuidados Paliativos. Esses estão relacionados a morbidades específicas, como insuficiência cardíaca congestiva, doença pulmonar obstrutiva crônica, câncer metastático ou inoperável e doenças degenerativas progressivas. Fatores inespecíficos, como perda ponderal progressiva, declínio de proteínas plasmáticas também são aplicados (ANCP, 2012). Assim quando não há mais expectativa de cura, a atenção ao paciente deve voltar-se a busca pela qualidade de vida, obtida através do conforto, alívio e controle dos sintomas, suporte psicossocial e apoio no processo de luto dos familiares (SILVA; SUDGURSKY, 2008). Com esses objetivos a meta em cuidado paliativo seria alcançada, que é fazer com que o paciente tenha melhor qualidade de vida pela palição do sofrimento, com foco na pessoa e não mais na doença (RODRIGUES; LIGEIRO; DA SILVA, 2015). **Conclusão:** Conclui-se que o cuidado paliativo mostra-se fundamental na prática médica para aqueles pacientes com doença progressiva e incurável a fim de

promover o alívio dos sintomas tratando o paciente como um todo, não somente o sofrimento físico, mas o psicossocial proporcionando assim qualidade de vida para o paciente e seus familiares.

**Palavras-chave:** Cuidados Paliativos. Indicação. Qualidade de vida.

#### REFERÊNCIAS:

Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP). **Manual de Cuidados Paliativos**. Ed. 2, 2012.

FLORIANI, Ciro Augusto; SCHRAMM, Fermin Roland. Cuidados paliativos: interfaces, conflitos e necessidades. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 13, n. 2, 2008.

NETO, Onofre Alves; COSTA, Carlos Maurício de Castro; DE SIQUEIRA, José Tadeu T.; TEIXEIRA, Manoel Jacobsen. **Dor: princípios e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PEREIRA DA SILVA, Ednamare; SUDIGURSKY, Dora. Concepções sobre cuidados paliativos: revisão bibliográfica. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 21, n. 3, 2008.

RODRIGUES, Ligia Adriana; LIGEIRO, Cristiane; DA SILVA, Michele. Cuidados paliativos, diagnósticos e terminalidade: indicação e início do processo de palição. **CuidArte, Enferm**, v. 9, n. 1, p. 26-35, 2015.

SANTOS, Débora Cristina Leitão; SILVA, Marcelle Miranda; MOREIRA, Marléa Chagas; ZEPEDA, Karen Gisela Moraes; GASPAS, Rafael Barroso. Planejamento da assistência ao paciente em cuidados paliativos na terapia intensiva oncológica. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 3, p. 295-300, 2017.

### ÍNDICE DE PARASITÓSES DIAGNOSTICADAS EM UM HOSPITAL MUNICIPAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

RESENDE, Meriane Gonçalves<sup>1</sup>; CALIXTO, Paula Rayane<sup>1</sup>, AVARENGA, Felipe Queiroz<sup>2</sup>, OLIVEIRA, Leonardo Ferreira<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Discente das FASI; <sup>2</sup>Docente das FASI, <sup>3</sup>Bacharel em Biomedicina da FUNORTE

**Introdução:** As parasitoses humanas, especialmente as enteroparasitoses que são causadas por protozoários e helmintos do sistema digestório, caracterizam um grave problema de saúde pública. **Objetivo:** Analisar a prevalência de enteroparasitoses em um hospital municipal no Norte de Minas Gerais no ano de 2017. **Método:** Trata-se de um estudo epidemiológico com dados secundários obtidos em arquivos de cadastros de pacientes que realizaram exames parasitológicos no Laboratório Microrregional de Análise Clínicas de Brasília de Minas, MG, no ano de 2017. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil (SOEBRAS) através da Plataforma Brasil de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) N° 466 de Dezembro de 2012 e aprovado sob o número de comprovante 144782/2017. **Resultados:** Dos 358 laudos avaliados, 91,0% (n=326) apresentaram resultado negativo. 9,0 % (n=32) dos resultados eram positivos havendo predominância destes no gênero feminino, com 65,6% dos casos. Quanto aos parasitas encontrados nas amostras analisadas, houve predominância do protozoário *Entamoeba histolytica*, seguido respectivamente de *Ancilostoma sp.*, *Hymenolepis nana* e *Strongyloides stercoralis*. **Conclusão:** Pode-se concluir que a despeito da grande melhoria nas condições de saneamento, ainda é possível encontrar uma quantidade considerável de parasitoses nas comunidades, mostrando que há necessidade de implementar medidas profiláticas e ações que visem estimular o autocuidado, afim de causar a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

**Palavras-chave:** Parasitoses. Enteroparasitoses. Intestinal. Parasitária.

## INFIDELIDADE VIRTUAL E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

SOUZA, Ariadna Gomes Ferreira de

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como dos aparatos tecnológicos e da internet, sobrevieram à família brasileira significativas mudanças. No campo tecnológico, o surgimento da internet interferiu sobremaneira nos relacionamentos interpessoais, surgindo o fenômeno da traição virtual. Objetivou-se nesse trabalho refletir sobre essas mudanças, buscando no instituto da responsabilidade civil a possibilidade de reparação por dano moral ao indivíduo que se vê lesado pela traição virtual. Empregou-se o método dedutivo, mediante procedimento bibliográfico e documental. Observou-se que o Estado alargou seu conceito de entidade familiar e a dispensou maior tutela em sustentáculo no princípio da dignidade da pessoa humana, vislumbrando-a pela ótica da igualdade e do afeto. O princípio da monogamia é claramente manifesto como força fundante dos institutos que regem as relações conjugais. Os deveres de fidelidade e lealdade inerentes ao casamento e à união estável, respectivamente, não possuem caráter de mera solenidade, optando o legislador constituinte submetê-los à imperatividade legal. O ordenamento jurídico pátrio não obsta o cabimento de reparação material e/ou moral nas relações entre cônjuges e companheiros, entretanto, tal indenização não decorre do fim da vida em comum, mas da violação dos direitos inerentes à personalidade, quais sejam, a honra, a imagem e a intimidade, assegurando, constitucionalmente, justa indenização a quem tenha sofrido violação a esses direitos. Conclui-se que tribunais têm acolhido tais pedidos sob os fundamentos da égide do princípio da dignidade da pessoa humana, bem como da boa-fé, que devem permear as relações humanas.

**Palavras-chave:** Família. Internet. Infidelidade virtual. Responsabilidade Civil. Danos Morais.

## INFLUÊNCIA DA CRISE SOCIOPOLÍTICA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO BRASIL

BALBINO, Dayanne Vívian Cardoso<sup>1</sup>; FERNANDES, Regina Célia<sup>2</sup>; JÚNIOR, Petrônio Braz de Carvalho<sup>1</sup>; SOUSA, Maria Luiza Silva de<sup>1</sup>.  
<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A cidadania e a dignidade da pessoa humana são alguns dos fundamentos da Constituição Federal de 1988 e ainda, a erradicação da pobreza e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, são alguns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entretanto, tais fundamentos e objetivos não são efetivados na vida de muitos brasileiros, sobretudo em tempos de crise como nos últimos anos. O desemprego, a fome e a miséria são constantes; a saúde, a educação e outros serviços públicos são inexistentes ou, no mínimo, precários. **Objetivos:** Identificar as principais causas da crise sócio-política do Brasil de forma a verificar suas consequências e, também, averiguar em que medida essa crise afeta o exercício da cidadania e a vigência da democracia no país. **Métodos:** O presente estudo foi desenvolvido com base em pesquisas exploratórias, por meio de acervo bibliográfico tais como: livros, artigos científicos, documentos jurídicos, entrevistas e palestras pertinentes ao tema. **Resultados:** Embora a representação política no Brasil seja exercida majoritariamente de forma indireta, cabe ao cidadão, dentro de suas atribuições, exercer a cidadania através de mecanismo tais como: partidos políticos, eleições, sindicatos e outros. A desigualdade, o preconceito e outras mazelas sociais são algumas das consequências do contexto no qual o Brasil foi formado. A vigência e o exercício da democracia e da cidadania, dessa forma, torna-se um processo muito mais difícil e susceptível ao fracasso. Embora já tenham acontecido muitos avanços, a prática da cidadania ainda é superficial. O brasileiro se vê aquém da situação político-social do seu país e, isso se dá pelo descrédito nas ações políticas, essa causada pelos escândalos de corrupção, pela impunidade dos representantes políticos e pela monopolização das forças estatais nas mãos desse grupo que, teoricamente, deve representar os anseios populares. Além disso, os meios pelo qual é possível que o povo participe da democracia não são legitimados, ao contrário, são supérfluos e levianos. **Conclusão:** Diante do exposto, vê-se que, o descrédito da população quanto aos seus representantes, atrelado à ideia de inutilidade e ineficiência dos seus direitos políticos, compromete a legitimidade da cidadania no Brasil, e uma desfiguração do pleno exercício da cidadania. Sendo assim, o cumprimento dos direitos e deveres, a participação política ativa e as demais características que figuram um regime democrático, tornam-se aspirações sociais em vez de experiências cotidianas, para a consolidação democrática brasileira.

**Palavras-chave:** Crise sociopolítica. Cidadania. Democracia.

### INFLUÊNCIA DO CIMENTO CP V NA CONCRETAGEM

FERREIRA, Larissa Mendes<sup>1</sup>; MONÇÃO, Gabriel Batista<sup>1</sup>; MOURA, Alan Junior da Costa<sup>1</sup>; PEREIRA, Giovanni Aparecido Gonçalves<sup>1</sup>; SOARES, Lillian Samara Ferreira<sup>1</sup>; QUEIROS, Erica<sup>2</sup>; 1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** o concreto desde a sua descoberta vem sofrendo grandes evoluções até os dias de hoje, tanto em termos de componentes como na sua produção, é um tipo de material de construção constituído por uma mistura homogênea de aglomerante, materiais inertes e água. O cimento é o principal aglomerante utilizado na concretagem, existem mais de doze tipos de cimento e cada um influencia de maneiras diferentes nas características físicas do concreto. O cimento CP-5 utilizado neste estudo possui uma resistência a compressão maior do que comparado aos demais cimentos, e atinge o tempo de cura com mais rapidez. **Objetivo:** analisar a resistência das vigas concretadas com foco no aglomerado cimento. **Métodos:** revisão bibliográfica, testes laboratoriais, estudos de campo com abordagem qualitativa. **Resultados:** para o preparo dessas vigas os autores visitaram uma obra e nesse mesmo local fizeram duas vigas sendo uma com ferragem e outra sem, quatro corpos de prova para testes de tração, compressão e elasticidade. Utilizando 2 formas de 15x60cm e uma ferragem 13x47cm, para o preparo da ferragem foi utilizado quatro barras de ferro com 8mm de diâmetro e 47cm de comprimento cada, 4 estribos de 5mm de diâmetro e 47cm de comprimento. Na preparação do concreto foram utilizados 25kg de brita 1, e 25kg de areia fina com granulometria entre 0,05e 0,42mm, 10kg de cimento CP-5 e 6 litros d'água. Os materiais foram colocados aos poucos na betoneira fazendo a mistura e produzindo o concreto fresco, após a mistura o concreto foi depositado nas formas e nos moldes do corpo de prova e deixado por quatro dias em descanso, depois tirados das formas e dos moldes e colocado no tanque com água para ocorrer o processo de cura do concreto onde ficou por quatorze dias, passado o processo de cura, logo após a retirada as vigas e os corpos de prova foram colocados para secar conforme procedimento descrito na norma e posteriormente levados a máquina prensa informatizada para serem rompidas e para análise da resistência delas. O teste de compressão feito no corpo de prova 1, foi submetido a uma carga de 30,7 Mpa; teste de tração analisado no corpo de prova 2, onde ele foi colocado na máquina na horizontal e sofreu ruptura a 2,6Mpa; teste de elasticidade feito no corpo de prova 3, deformou com uma carga de 29,5 Mpa. O teste de tração analisado na viga sem ferragem, sofreu flexão com uma carga de 2,4Mpa no ponto 23cm. O teste de tensão analisado na viga com ferragem, rompeu à 29cm da base com uma carga de 9,7Mpa. **Conclusão:** os resultados obtidos demonstraram que o concreto possui ótima resistência a compressão resistindo mais que 25Mpa e tração atingindo mais que os 10% da carga total aplicada, mas a elasticidade não atingiu os 20% recomendado por norma.

**Palavras-chave:** Cimento. Concreto. Vigas.

### INFLUÊNCIA DO DIABETES MELITO NA SAÚDE BUCAL E PRINCIPAIS AFECÇÕES ASSOCIADAS

NUNES, Flávio Marconiedson<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Isabela de Sá<sup>2</sup>; CANGUSSU, Lara Santos<sup>3</sup>; NORONHA, Fernanda Santos<sup>4</sup>; RODRIGUES, AdrianaBarbosa<sup>5</sup>; OLIVEIRA, Gabriella de Sá<sup>6</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>7</sup>

1Discente das FIP-Moc; 2,3,4,5Discentes da UNIMONTES;6 Psicóloga pós-graduada em Saúde Mental-FAVENI; 7Docente FIP-Moc

**Introdução:** Diabete melito é uma síndrome determinada por grupo heterogêneo de alterações metabólicas, caracterizada por hiperglicemia e deficiência relativa ou absoluta de insulina com tendência a desenvolvimento de complicações (WHITE *et al.*, 1988). Trata-se de uma afecção que ocasiona problemas sistêmicos crônicos graves e está relacionada com algumas doenças bucais. A saúde bucal é reconhecida como um problema de saúde pública, sendo necessários métodos de prevenção e tratamento adequado a toda população, inclusive às pessoas diabéticas. **Objetivo:** Verificar quais são as doenças bucais mais prevalentes nos pacientes diabéticos. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa constituída pela busca de artigos científicos publicados nos últimos dez anos nas bases portal de Periódicos da CAPES e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e que abordavam assuntos relacionados a patologias bucais prevalentes em pacientes diabéticos. Foram selecionados 7 artigos de 2007 a 2017 através dos descritores Diabetes, saúde bucal e Odontologia. **Resultados:** Os estudos encontrados evidenciam íntima relação entre as manifestações de patologias bucais e o diabetes, sendo que

as principais doenças bucais associadas são: xerostomia, ardor e eventual eritema, ulcerações, infecções faríngeas por *Candida albicans*, queilites, líquen plano, tumefação de glândulas salivares, problema gengivais, periodontais, abscessos e perda óssea alveolar acentuada, apesar de nenhuma delas serem lesões patognomônicas do diabetes melito. Os resultados revelam a carência de estudos relacionados ao tema, o que aponta para a necessidade de maiores investimentos em pesquisas que busquem entender os mecanismos envolvidos no aumento da incidência de afecções bucais em pacientes diabéticos. O enfoque multidisciplinar é demonstrado como aspecto essencial para o trabalho e diagnóstico em saúde e contribui para que o cirurgião- dentista se atente para o diagnóstico preciso, visando maior qualidade de vida para os pacientes. **Conclusão:** Os pacientes diabéticos tem uma grande predisposição a doenças bucais. Sendo assim, é necessário que o cirurgião dentista e equipe multidisciplinar tenham conhecimentos atualizados sobre a doença e suas possíveis associações com patologias bucais, objetivando atuar com interdisciplinaridade na atenção ao paciente diabético.

**Palavras-chave:** Diabetes. Saúde bucal. Alterações bucais.

#### REFERÊNCIA:

WHITE, A., SMITH, R.I., HILL, R.L., et al. **Bioquímica dos mamíferos**, 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

### INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO SISTEMA CARDÍACO

WERNECK, Marina Maia Furquim<sup>1</sup>; GOULART, Erika Veloso Ferreira Escobar<sup>2</sup>; QUEIROZ, Erica Karine<sup>2</sup>;  
<sup>1</sup>Discente das FIPMOC; <sup>2</sup>Docentes das FIPMOC

O coração é o órgão principal na vida do ser humano e está localizado no mediastino torácico. Possui cavidades de forma que o sangue não se mistura entre sangue venoso (do lado esquerdo proveniente do corpo) e sangue oxigenado (do lado direito advindo do processo de troca gasosa ocorrida nos pulmões). A pesquisa foi realizada através da leitura de artigos científicos disponibilizados em sites como *SciELO* e Google acadêmico, além de consultas bibliográficas em livros que abordavam temas referindo-se ao sistema cardíaco relacionando diferentes aspectos de sua anatomia e funcionamento. Como critério de inclusão utilizou-se palavras-chave como “coração”, “exercício físico”, “dor” e “fisioterapeuta”. Através da leitura de livros e artigos foram selecionados as partes consideradas importantes para o desenvolvimento do trabalho. Os problemas generalizados no sistema cardíaco estão geralmente inseridos no miocárdio tendo a parada cardíaca no paciente em geral. Com base em tudo isso existe outros aspectos de problemas (graves) que podem restringir o sistema cardíaco, como o exercício físico, onde o paciente deve estar em repouso dependendo do grau do nível de sintoma que pode se relacionar, como por exemplo: carregar peso ou fazer exercícios físicos pesados. Com os idosos tem-se que se ter maior atenção e planejar algo mais abrangente com relação ao trabalho físico, dependendo do grau de dor em determinado região do corpo. A dor pode ser minimizada ou curada com medicação e com a reabilitação fisioterapêutica.

**Palavra-chave:** Coração. Problema. Exercício físico. Dor. Paciente. Medicamento. Fisioterapeuta. Nível do problema.

### INFLUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS NOS EFEITOS PSICOLÓGICOS NA MENOPAUSA

SOUZA, Anne<sup>1</sup>; RAMOS, Bianca Guedes Silva<sup>1</sup>; ANTUNES, Brendha Kimberly Alves<sup>1</sup>; GUSMÃO, Maria Alice Rodrigues<sup>1</sup>; DAS NEVES, Maria Carlota Coutinho Gonçalves<sup>1</sup>; VIANA, Vanessa Miranda<sup>1</sup>; CARDOSO, Anamaria de Souza<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A cultura ocidental impõe padrões estéticos para as mulheres, que valorizam a juventude, a fertilidade e a beleza feminina. Nesse contexto, percebe-se que os fatores histórico-culturais podem ter grande influência no pensamento das mulheres, produzindo sentimentos negativos e agravando os sintomas nas que vivenciam o período da menopausa. A menopausa é uma etapa da vida da mulher na qual se inicia por volta dos 51 anos, sendo causada pela diminuição da produção dos hormônios gonadais. **Objetivo:** Compreender a influência socioambiental nos efeitos psicológicos na menopausa. **Método:** Utilizou-se

artigos científicos publicados entre 2000 e 2013 acerca da menopausa, em que se encontram dados informativos e pesquisas realizadas com grupos de mulheres vivenciando esse período. **Resultados:** Os sintomas psicológicos que a menopausa traz para a vida da mulher podem causar muito sofrimento, o que dificulta o enfrentamento desse processo. O índice de depressão não é grande na menopausa, entretanto, nota-se uma elevada taxa de mulheres que apresentam sintomas depressivo-símiles. Dentre os principais sintomas psicológicos estão: ansiedade, irritabilidade, insônia, diminuição da libido, dificuldade de concentração e humor deprimido. Pesquisas apontam que grande parte das mulheres associa a menopausa às patologias, alegando que antes tinham muito menos doenças. É evidente a predominância de representações sociais negativas das mulheres sobre essa fase, sendo citada nas pesquisas, na maioria das vezes, como algo nocivo para o bem-estar do sujeito. A ideia relacional do envelhecimento durante a menopausa traz sensações físicas e repressões perante a sexualidade nas mulheres, uma vez que nesse momento há mudanças biológicas sexuais, agravando o estado psicológico destas. Além disso, a cultura moderna estabelece padrões utópicos e reforça a ideia de que o envelhecimento precisa ser combatido. A criação de grupos de mulheres menopáusicas tem sido eficiente para amenizar o sofrimento comumente apresentado durante essa fase da vida, viabilizando informações acerca dos processos comportamentais, fisiológicos e psíquicos experimentados por cada uma. Nesses grupos, a principal função é de compartilhar o conhecimento e as vivências diárias, com o auxílio do profissional que visa apresentar noções adequadas e qualificadas sobre o assunto. **Conclusão:** Observa-se, portanto, a influência socioambiental nos efeitos psicológicos na menopausa. Dessa forma, para haver uma melhoria no bem-estar das mulheres durante esse período, torna-se fundamental o acesso à informação sobre a menopausa. A realização de atividade física, de uma dieta saudável e do não tabagismo é essencial para aumentar a qualidade de vida feminina. A disponibilidade de tempo para conviver com os amigos e familiares e a compreensão desses nesse processo também é importante para o enfrentamento dessa fase com menos fatores estressantes, assim como a participação em grupos de menopausa. Ademais, é imprescindível o acompanhamento com profissionais da saúde: a avaliação de um ginecologista para cuidar de sua saúde física e o acompanhamento psicológico, para cuidar de sua saúde mental. Ao processar pensamentos e emoções relacionados à menopausa, a mulher entende mais sobre si mesma e altera atitudes que comprometiam seu bem-estar.

**Palavras-chave:** Menopausa. Mulheres. Saúde. Envelhecimento. Sintomas depressivos.

## INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO DE MONTES CLAROS/MG

Fonseca, Flávio Brito<sup>1</sup>; SANTIAGO, Gustavo Pádua<sup>2</sup>; BARBOSA, Natália Ferreira<sup>3</sup>  
 1Discente das FIPMoc; 2 Egresso das FIPMoc; 3 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A inserção de Pessoas com Deficiência (PcD) no mercado de trabalho é um tema polêmico, por um lado as organizações questionam a capacidade física e motora dos deficientes de exercerem as funções a eles destinadas, bem como a falta de experiência e conhecimento prático de funções. Por outro lado, pessoas portadoras de capacidade plena, possuidoras de direitos e deveres que buscam oportunidades e reconhecimento profissional no mercado de trabalho. **Objetivo:** Analisar o processo de inserção das Pessoas Com Deficiência no mercado de trabalho de Montes claros – MG. **Método:** Utilizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória com a abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental de documentos disponibilizados pela ADEMOC (Associação das Pessoas com Deficiência de Montes Claros) e realização de entrevistas com um colaborador da associação. **Resultados:** A ADEMOC é instituição facilitadora no processo de inserção de PCDs no mercado de trabalho da cidade de Montes Claros e tem participação no processo de oferta de vagas a PCDs. O processo se inicia com a inscrição da PCD no sistema da ADEMOC, e finaliza com a contratação da mesma pelas empresas que também possuem cadastro em sistema. Foi possível observar que as PCDs enfrentam grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, devido ao preconceito por parte das organizações. Diante deste fato, identifica-se que cerca de 97% das empresas contratam PCDs exclusivamente pela obrigatoriedade, e aproximadamente 3% das empresas pensam na inclusão. Percebe-se que rotatividade de PCDs é alta, com média de permanência de três meses. Uma vez que após a visita do ministério do trabalho, as empresas aguardam a finalização do tempo de experiência, e demitem o funcionário que possui deficiência. No entanto, a ADEMOC está fechando parcerias com o SINE, Prefeitura Municipal e Ministério do Trabalho para a intensificação da fiscalização nas empresas. **Conclusão:** Foi possível descrever o processo de inserção do PcD no mercado de trabalho, que vai desde o cadastro no site da ADEMOC a contratação. Outro aspecto relevante do trabalho, foi identificar o quão difícil é para uma pessoa com deficiência ser contratada, e então começar uma carreira profissional, onde através dos dados coletados, ficou claro que a

maioria das organizações contratam PCDs apenas pela obrigatoriedade, com o objetivo de atender as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho. Pessoas com Deficiência. ADEMOC.

### **INTERNATO DE FÉRIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EXTRACURRICULAR EM CIRURGIA GERAL**

VIEIRA, Débora Ribeiro<sup>1</sup>; CRESPO, Thaísa Soares<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do curso de Medicina das FIP-Moc <sup>2</sup> Docente do curso de Medicina das FIP-Moc

**INTRODUÇÃO:** O Hospital Aroldo Tourinho de Montes Claros recebe semestralmente centenas de estudantes de graduação de diversos cursos da área de saúde, que realizam estágios curriculares em diversos setores da instituição. Durante as férias acadêmicas, a equipe de Cirurgia Geral fica sem o acompanhamento regular dos estudantes apesar da rotina permanecer a mesma com a realização de consultas ambulatoriais, internações, avaliações, cirurgias e procedimentos diversos. É um ambiente acadêmico, fonte inesgotável de conhecimento, oportunidade ímpar para os estudantes. Como há grande demanda pelo Serviço, a equipe de Cirurgia Geral abriu vagas para estágio extracurricular de acadêmicos interessados pela especialidade médica, das três faculdades de Medicina da cidade, uma oportunidade única de interação, aprendizado e troca de experiências interinstitucionais, através da participação de um estágio teórico-prático, favorecendo o aprendizado continuado do estudante. **OBJETIVO:** relatar a experiência de um estágio extracurricular em Cirurgia Geral durante as férias de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Foram quarenta dias de férias em que oito cirurgiões deram oportunidade a trinta e cinco acadêmicos das três faculdades de Medicina de Montes Claros acompanharem o Serviço de Cirurgia Geral, dedicando esse tempo à Clínica Cirúrgica. Cada acadêmico ficou responsável por participar de corridas de leito, discussão de casos clínicos, realização de admissões hospitalares, de atendimentos ambulatoriais, auxílio em cirurgias, acompanhamento em plantões de doze horas e em procedimentos endoscópicos, totalizando assim uma carga horária final de cento e oitenta horas e a realização de cento e dez cirurgias. Durante esse período, todos tiveram a oportunidade de acompanhar o trabalho e a rotina dos cirurgiões, melhorando suas habilidades em Cirurgia. Como o Hospital Aroldo Tourinho de Montes Claros é um hospital de referência cirúrgica no Norte de Minas, foi possível acompanhar o seguimento de procedimentos de todos os níveis de complexidade. **CONCLUSÃO:** Acredita-se que tanto a instituição hospitalar como os estagiários se beneficiaram desse formato de internato nas férias: estes com a oportunidade de aprendizado e aquela com a contribuição dos acadêmicos auxiliando os médicos, assistindo os pacientes e seus familiares, favorecendo assim, a dinâmica e eficiência do Serviço.

**Palavras-chave:** Estágio Extracurricular. Cirurgia Geral. Relato de Experiência.

### **INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

SILVEIRA, Maria Luiza Alves<sup>1</sup>; SOUZA, Ingrid Tahiane Queiroz<sup>2</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discente da UNIMONTES; <sup>2</sup>Discente da UNIMONTES; <sup>3</sup>Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG.

**Introdução:** No ordenamento jurídico brasileiro estão previstas três hipóteses de alguém ser parte em uma relação processual, sendo que uma delas é a intervenção em processo já existente, instituto conhecido por intervenção de terceiro. Existem diversas formas do terceiro passar a fazer parte da relação processual como, por exemplo, a assistência e a denunciação da lide, porém o tema deste trabalho é o incidente de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica. Esse mecanismo foi influenciado pela doutrina alemã, que o destinava a suprir o privilégio da limitação de responsabilidade em certas circunstâncias, de acordo Didier (2017). Atualmente, a motivação para utilização do incidente foi ampliada. **Objetivo:** O presente resumo objetiva analisar o incidente de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica, como forma de intervenção de terceiro no processo em curso à luz do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015). **Método:** Para tanto utilizou-se o método dedutivo, o procedimento monográfico a respeito do incidente de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica e a técnica de pesquisa bibliográfica. **Resultados:** O incidente de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica é uma das formas de intervenção de terceiro em processo já existente, tal fato jurídico processual distingue-se do instituto da despersonalização, já que esta última implica extinção da

pessoa jurídica, enquanto que a desconsideração configura redirecionamento da responsabilidade patrimonial. O instituto da desconsideração da personalidade jurídica está prevista do art. 133 ao 137 do CPC/2015, sendo que pode ser tanto em relação a pessoa física quanto jurídica, hipótese de desconsideração inversa. Estes artigos estabelecem que só ocorrerá o incidente se a demanda, atendendo aos pressupostos legais específicos, for alegada em qualquer uma das fases do processo de conhecimento, do cumprimento da sentença ou da execução de título extrajudicial e não se for requerida na petição inicial. Pode ser requerida pela parte ou pelo Ministério Público (MP), jamais pode ser determinada de ofício, se instaurado suspende o curso do processo, exceto se alegado na petição inicial, que como exposto não caracteriza o incidente. Após instaurado o incidente, o terceiro ou pessoa jurídica possui o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar e requerer o que entender de direito. Decisão interlocutória decidirá o incidente, impugnável por agravo de instrumento, caso a decisão seja proferida por relator, será hipótese de agravo interno. Caso aceito o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, qualquer alienação de bens em fraude a execução não produzirá efeitos em face do requerente. **Conclusão:** Portanto, a partir da pesquisa realizada infere-se que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica é uma modalidade de intervenção de terceiro a relação processual, que não extingue a pessoa jurídica. Tal instituto está previsto e disciplinado no CPC/2015, embora certos pressupostos específicos devam vir disciplinados em legislação específica, já que o fundamento original para utilização deste incidente foi ampliado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

**Palavras-chave:** Intervenção de Terceiro. Desconsideração. Personalidade jurídica.

#### REFERÊNCIAS:

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 19. ed. Salvador (BA): Jus Podivm, 2017.

BRASIL. **Lei 13.105, de 16 de Março de 2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 04 de jun. de 2018 às 15h50min.

### INUNDAÇÕES E CONFLITOS NAS AVENIDAS JOSÉ CORREA MACHADO E VICENTE GUIMARÃES: SOLUÇÕES URBANÍSTICAS POSSÍVEIS

LEITE, Monique Versiani Souto<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Mariana Fernandes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMOC; <sup>2</sup>Docente das FipMoc

**Introdução:** O fenômeno de inundação em ambientes urbanos tem sido cada vez mais frequente e mais grave, em diversas cidades brasileiras no período chuvoso, acarretando conflitos ambientais e sociais. O conceito de inundação está relacionado à ação da água de exceder uma determinada região, também pode ser considerada como incapacidade na drenagem local. Isso ocorre porque a ocupação territorial de uma cidade muitas vezes é feita de forma inadequada, devido ao intenso e acelerado crescimento urbano. Em detrimento dessa forma de ocupação, a impermeabilização do solo em pontos da cidade, como de áreas inundáveis, impossibilita absorção da água pelo solo e gera conflitos. Nesse sentido, o urbanismo oferece mecanismos que podem amenizar ou solucionar a condição desses locais afetados, contribuindo para a melhora na qualidade de vida dos moradores e meio ambiente. As inundações acontecem em razão de chuvas volumosas que acentuam o acúmulo de água na superfície impermeabilizada, lesionando a área destinada à drenagem. Essa lesão ocasiona conflitos como acúmulo de lixo e animais, risco à saúde pública, obstrução no trânsito, danos às edificações, desmoraamentos e diversos gastos que poderiam ser evitados. **Objetivo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos gerados pelas inundações nas avenidas José Correa Machado e Vicente Guimarães, localizado entre cinco bairros da cidade de Montes Claros – MG. **Método:** Para este estudo foi feito um levantamento bibliográfico em dois eixos. O primeiro acerca da urbanização da cidade e dos impactos gerados pelas inundações onde está situado o Córrego Vargem Grande. O segundo sobre projetos realizados em situações de conflitos semelhantes em outras cidades. **Resultados:** Através desta análise, pôde-se observar que Montes Claros teve uma urbanização intensa, devido ao processo de industrialização pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Somado a isso, a canalização do córrego referido, a crescente impermeabilização do solo e o aumento de escoamento superficial da água ocasionam as inundações em períodos de chuva intensa. Em situações semelhantes, foi possível mitigar os impactos através de projetos de área livres, que funcionam como amortecimento da água acumulada, diminuindo a ocorrência desses conflitos. No trecho das avenidas mencionadas são evidenciados interferências no trânsito, dificultando a passagem de veículos e pedestres

pela área, além de dano às edificações, causando prejuízos à população. Nessa direção, verifica-se que o Programa Ruas Verdes (*Green Streets Program*), em Portland – EUA, que utiliza “faixas gramadas” e pavimentos permeáveis como projetos para a melhoria da drenagem mostra uma forma de amenizar os conflitos que as inundações podem causar, servindo de inspiração para a solução de Montes Claros-MG. **Conclusão:** Conclui-se que as inundações no trecho das Avenidas José Correa Machado e Vicente Guimarães causam efeitos negativos à região, prejudicando tanto a qualidade de vida da população, quanto o meio ambiente. Por outro lado, percebeu-se que existem casos positivos que solucionaram conflitos similares. Dessa forma, é possível propor soluções de prevenção ou mitigação de conflitos, por meio de intervenções estratégicas que mostrem o lado positivo do urbanismo como agente na construção de uma cidade mais justa e equilibrada.

**Palavras-chave:** Urbanização. Inundações. Conflitos. Montes Claros.

#### REFERÊNCIAS:

ROCHA, J. S. Prevenção de inundações e reabilitação de edifícios em zona inundáveis. In: **Territorium - Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território E Gestão de Riscos Naturais**. Portugal: Minerva, 1995. p. 11.

ABCP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND – Programa Soluções Para Cidades: São Paulo. [s.d].

### JUSTIÇA RESTAURATIVA, JUDICIÁRIO E CNJ: NOVOS RUMOS DO PARADIGMA PUNITIVO BRASILEIRO

CARVALHO, Anne Marielle Castro de <sup>1</sup>; SANTOS, Daniel Ferreira dos <sup>2</sup>  
<sup>1</sup> Docente das FIPMOC, <sup>2</sup> Docente das FIPMOC.

**Introdução:** Nos últimos anos, o Brasil vem experimentando uma grande mudança de paradigma no enfrentamento dos conflitos, especialmente a partir das recentes alterações legislativas e das novas políticas públicas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estimulam a utilização dos métodos de resolução alternativos ao sistema tradicional de justiça, destacando-se, nesse cenário, a Justiça Restaurativa. **Objetivos:** O presente trabalho se propõe abordar os aspectos teóricos e históricos que envolvem a Justiça Restaurativa, e sua utilização no âmbito do poder judiciário brasileiro. **Método:** Pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico realizado em livros, artigos indexados na base Scielo, bem como consulta à base de dados, leis, regulamentos e resoluções disponíveis na internet. **Resultados:** Extrai-se da bibliografia consultada que a justiça restaurativa é um processo voluntário, informal, utilizado preferencialmente em espaços comunitários, com a intervenção de um ou mais mediadores ou facilitadores (PINTO, 2005), que busca o envolvimento de todas as partes interessadas numa determinada ofensa, para que, coletivamente, os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa sejam identificados e tratados, com vistas a endireitar as coisas e a promover do restabelecimento das pessoas (ZEHR, 2012). Quanto ao aspecto histórico, a idéia de justiça restaurativa insere-se nos espaços institucionais a partir das décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia, inspirada em comunidades aborígenas e indígenas que utilizavam métodos dialógicos de resolução de conflitos, com a participação ativa de todas as partes envolvidas no problema. A fim de incentivar e regulamentar a utilização da justiça restaurativa em todo o mundo, a ONU editou as Resoluções 1999/26, 2000/14 e 2002/12, que devem ser tomadas como referência pelos os países signatários quanto ao desenvolvimento da referida prática. No Brasil, a justiça restaurativa tem sido utilizada pelo judiciário desde 2005, a partir do desenvolvimento de três projetos pilotos apoiados pelo Ministério da Justiça e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nas cidades de Brasília/DF, Porto Alegre/RS e São Caetano do Sul/SP. Em 2016, a Resolução nº 225/2016 do CNJ instituiu a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do poder judiciário brasileiro, com o escopo de difundir e uniformizar o modelo restaurativo para todo o país. Atualmente, 19 unidades da federação contam com programas restaurativos, destacando-se aqueles aplicados a casos envolvendo adolescentes em conflito com a lei, violência doméstica e crimes de competência do Juizado Especial, sendo que os outros Estados encontram-se em fase de implementação. **Conclusões:** Longe de esgotar o tema, verifica-se a importância do CNJ para difusão da justiça restaurativa no âmbito do judiciário brasileiro, contribuindo para um tratamento mais adequado de inúmeros conflitos de natureza penal a partir da participação dos envolvidos, possibilitando a aplicação de medidas extrapenais com enfoque prospectivo e mais humanizado a partir da aproximação entre vítima, ofensor e comunidade.

As práticas restaurativas apontam, assim, um novo rumo ao deficiente modelo punitivo brasileiro, na mediada em que viabiliza a construção de uma justiça participativa e inclusiva, fortalecendo os direitos humanos, tão esquecidos do tradicional sistema de justiça.

**Palavras-chave:** Justiça Restaurativa. Judiciário. CNJ. Método alternativo.

#### REFERÊNCIAS:

PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça restaurativa é possível no Brasil? In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). **Justiça Restaurativa**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005. Disponível em <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Coletanea-de-Artigos-Livro-Justi%C3%A7a-Restaurativa.pdf>> Acesso em 19 out. 2017

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. Trad.: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

### LACTENTES NASCIDOS COM ANOMALIA CONGÊNITA EM MONTES CLAROS

MENDONÇA, Estelle Silva<sup>1</sup>; PIRES, Higor Pereira<sup>2</sup>; MOURA, Paula Maria S. Soares<sup>3</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Discente das FIPMoc; <sup>3</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A anomalia congênita, caracteriza como uma etiologia complexa e multifatorial, sendo um problema genético, engajamento por uso de substâncias nocivas durante a gravidez, ou também pela falta do líquido amniótico, provocando disfunções de desenvolvimento presentes ao nascimento e que comparecem no período embrionário, como desordem estrutural, funcional ou metabólica. **Objetivo:** Esse artigo aborda sobre recém-nascidos com anomalia congênita segundo a idade gestacional. **Método:** Trata-se de um estudo explorativo, descritivo e transversal. O levantamento dos dados foi feito através do Data SUS (Tabnet) sobre lactentes nascidos vivos com anomalia congênita no município de Montes Claros – MG entre o ano de 2015 e 2016. **Resultados:** Em Montes Claros foram relatados 66 casos anomalia congênita em recém-nascidos vivos, havendo uma prevalência na duração de gestação de 37 a 41 semanas (50 casos) e de 32 a 36 semanas (11 casos). **Conclusão:** Inferimos então que não houve tantos casos de lactentes nascidos vivos com anomalia congênita e todos os casos teve a sua idade gestacional dentro da normalidade.

**Palavras-chave:** Anomalia Congênita. Duração de Gestação. Lactentes. Prevalência

### LEITURAS DO CICLO TERMODINÂMICO DE BRAYTON NOS MÓDULOS DO MOTOR A REAÇÃO SAFRAN ARRIEL 2D

SILVA, Vinicius Samuel Pereira<sup>1</sup>; NOVAIS JÚNIOR, Elton Gomes<sup>2</sup>; BAETA, J.G.C.<sup>3</sup>  
<sup>1</sup>Mecânico Aeronáutico-Safran Helicopter Engines Academy, Discente do Mestrado em Engenharia Mecânica- UFMG; <sup>2</sup>Mecânico Aeronáutico-Safran Helicopter Engines Academy, Discente da Pós-graduação em Engenharia de Manutenção Aeronáutica-PUC Minas; <sup>3</sup>Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, UFMG.

**Introdução:** O funcionamento das turbinas a gás é fundamentado no Ciclo Termodinâmico de Brayton, tendo a energia liberada pela expansão dos gases sobre as palhetas móveis de uma turbina no processo de combustão. Seu emprego na aviação remonta à necessidade de velocidades maiores nos aviões durante a 2ª Guerra Mundial, pois nas aeronaves de motores convencionais, a velocidade de voo era limitada pelo efeito de “estol de pá” de hélices. O desenvolvimento da metalurgia possibilitou o surgimento de materiais termorresistentes avançados que consolidaram as turbinas no mercado aeronáutico. As turbinas podem ser classificadas pelas suas aplicações: Turbina de Conexão Direta, turbina a gás que é acoplada diretamente ao compressor por meio de um eixo de transmissão de potência e a Turbina Livre, turbina a gás que é usada para acionar o compressor sem acoplamento mecânico com a unidade geradora de força (compressão + câmara de combustão + turbina a gás para acionar compressor). Ambas produzem energia útil e permitem a operação numa dada faixa de rotação como acontece na turbina Arriel 2D da fabricante Safran que é constituída por 5 módulos: M01 Transmissão de força e Caixa de Acessórios, M02 Compressor Axial, M03 Seção de Alta Pressurização e Gerador de Gases, com câmara de combustão anular e injeção centrífuga de

combustível, M04 Turbina livre ou de força e M05 Caixa de redução; transformando a energia do ar e do combustível em energia mecânica no eixo de potência à velocidade de saída de 6000 RPM e peso estrutural de 139 kg. Seu funcionamento é baseado em parâmetros e adaptações de conjuntos do gerador de gás e turbina livre que devem ser considerados em dois conjuntos funcionais que operam em velocidades de rotação distintas: o gerador de gás fornece a energia cinética e a turbina livre transforma a energia cinética dos gases em potência mecânica no eixo de transmissão à velocidade constante. **Objetivos:** Demonstrar as aplicações do ciclo de Brayton os valores de leitura dos módulos do motor Safran Arriel2D dos helicópteros AIRBUS H125. **Métodos:** Trata-se de uma análise quantitativa dos parâmetros de funcionamento do motor Arriel2D, baseada em uma revisão bibliográfica e manuais do fabricante. **Resultados:** A geração de gases é definida por diversos parâmetros: vazão de massa de ar(G); pressão do ar (P3); temperatura do ar na saída no compressor centrífugo (T3); vazão de combustível(WF) injetado na câmara de combustão; temperatura do gás (TET) na entrada da turbina, velocidade de rotação (N1) do gerador de gás e a energia cinética (KE) fornecida pela turbina. O funcionamento da turbina livre é definido pelo equilíbrio entre a potência recebida do gerador de gás e o torque (TRQ) aplicado sobre o eixo e velocidade de rotação (N2), seguindo os princípios do ciclo de Brayton. **Conclusão:** A potência (W) do motor está diretamente relacionada com a velocidade de rotação (N2), com pressão  $P3 > P4$  (pressão da câmara de combustão) e como limite de torque máximo (TRQ) imposto pela transmissão mecânica.

**Palavras-chave:** Turbina a Gás. Ciclo Termodinâmico de Brayton. Turbina Arriel 2D. Helicóptero.

### LIGA ACADÊMICA DA SAÚDE DA MULHER FIPMOC - ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DA SÍFILIS GESTACIONAL

NOVAIS, Gabriel Oliveira<sup>1</sup>; LUCENA, Lorena Maria Cruz<sup>1</sup>; VIEIRA, Yasmin Amorim<sup>1</sup>; ALVES, Anne Christine<sup>1</sup>; RODRIGUES, Bianca Galvão<sup>1</sup>; PRATES, Cléia Lúcia<sup>1</sup>; DIAS, Isabela Thayna Antunes<sup>1</sup>; MACÊDO, Jéssica Pereira<sup>1</sup>; RODRIGUES, Laíse Angélica Mendes<sup>1</sup>; MOTA, Mariana Gabriela Ferreira<sup>1</sup>; FIGUEIREDO, Maria do Carmo Tolentino<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Sífilis é uma doença infecciosa sistêmica causada pela bactéria *Treponema pallidum*, com tendência a cronicização, transmitida por via sexual, hematogênica, contato com exsudatos das lesões e transplacentária. Apesar do rastreamento e tratamento gratuitos, houve aumento de 3,5 para 12,4 na taxa de detecção de sífilis em gestantes por mil nascidos vivos entre 2010 a 2016 (BRASIL, 2017). A infecção pode ser transmitida para o feto verticalmente, com maiores chances se gestante com sífilis primária ou secundária, ou durante o parto. (DAMASCENO, 2014). **Objetivo:** Objetivou-se com este trabalho enfatizar o quadro epidemiológico bem como seus fatores determinantes. **Método:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de artigos científicos obtidos na base de dados SciELO e boletins epidemiológicos elaborados pelo Ministério da Saúde. **Resultados:** Analisando os dados disponíveis nos boletins, há um aumento na taxa de detecção de sífilis gestacional no Brasil desde 2005. Em 2010, o número total de notificações foi de 10.040 e em 2016, 37.436 casos, com maior prevalência no Sudeste (17.551) e menor no Centro-Oeste (2.816). Quanto a idade gestacional, em 2016, 37% dos diagnósticos foram feitos no primeiro trimestre. Os dados mostraram que mais da metade das gestantes entre 2005 e 2017 possuíam entre 20 e 29 anos e que não possuíam ensino médio completo, refletindo um aspecto socioeducativo na prevalência de sífilis gestacional. O aumento no número de casos pode ser secundário à não utilização de preservativos, evasão das gestantes às consultas pré-natais, desabastecimento de penicilina e também das alterações nos critérios de definição de caso de sífilis gestacional. **Conclusão:** Com base nesses dados, é pertinente fortalecer as medidas socioeducativas quanto às DST's, enaltecendo a importância do uso de preservativos durante as relações sexuais, principalmente aos pacientes em idade reprodutiva, a fim de contribuir para a redução da sífilis gestacional.

**Palavras-chave:** Sífilis gestacional. Gestante. DST.

## LIGA ACADÊMICA DE ANATOMIA ORIENTADA PARA CLÍNICA - A INCIDÊNCIA DE CRIPTORQUIDIA NO BRASIL

DURANTE, Brenda Castanha<sup>1</sup>; MENEZES, Gustavo freitas Souza<sup>1</sup>; NASCIMENTO, Luisa Laura Caixeta<sup>1</sup>; CRUZ, Maria Luiza Gonçalves Ribeiro da<sup>1</sup>; SOUZA, Victoria Rachel de Oliveira<sup>1</sup>; VIANNA, Yuri Cardoso<sup>1</sup>. ANTUNES, *Leticia Alves*.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do curso de medicina nas Faculdades Integradas Pitágoras – Montes Claros

<sup>2</sup> Docente do curso de medicina nas Faculdades Integradas Pitágoras – Montes Claros

**Introdução:** É uma condição anatômica na qual não ocorre a descida do testículo para a bolsa escrotal devido um defeito na sua migração para a posição intra-abdominal. Pode afetar uma ou as duas bolsas escrotais sendo mais prevalente do lado esquerdo. A maior parte dos testículos tende a descer nos primeiros 06 meses de vida, caso não ocorra a descida desses órgãos é indicado a intervenção cirúrgica de urgência. **Objetivo:** Analisar a prevalência de criptorquidia em indivíduos do sexo masculino maiores que 1 ano e menores que 79 anos no Brasil entre os anos de 2008 a 2017. **Material e métodos:** Trata-se de um estudo epidemiológico quantitativo-descritivo baseado no banco do DataSUS de 2008 a 2017 e de periódicos/artigos da base de dados LILACS e BVS do ano de 2011 a 2013 utilizando como critérios de inclusão sexo masculino, com idade entre 1 a 79 anos, raça branca, negra e parda. **Resultados:** Observou-se no ano de 2008 a 2017 foram acometidos um total de 83.108 homens de idade entre 1 até 79 anos em todo o Brasil. Foi evidenciada que a maior incidência ocorreu de 1 a 4 anos (32.615 casos) com redução progressiva a partir dessa idade e com diminuição de 99,3 % comparado com as idades de 70 a 79 anos. Apesar dessa redução, nota-se que houve uma prevalência alta nas principais faixas reprodutivas (entre 15 a 69) de 13 %. O testículo não descido foi mais incidente na raça branca com 29.011 casos seguido da raça parda 22.721, sendo menos prevalente na raça negra com incidência de 2.503 considerando os anos de 2008 a 2017 no Brasil. Vale ressaltar que 28.256 casos foram classificados como sem informações para cor/raça. **Conclusão:** Conclui-se que a criptorquidia é uma condição característica dos recém-nascidos e tende a se resolver com o progredir da idade. Entretanto, devido as suas complicações, como azospermia, oligospermia, insuficiência endócrina e possibilidade de degeneração maligna, ela deve ser investigada e ter seu diagnóstico precoce para tratamento definitivo.

**Palavras-chave:** Criptorquidia. Testículo não descido. Homem. Idade.

## LIGA ACADÊMICA DE CIRURGIA DAS FIPMoc - DOENÇA DE HIRSCHSPRUNG: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

DOS SANTOS, Altair Reis Júnior<sup>1</sup>; COSTA, David Silveira<sup>1</sup>; MALVEIRA, Heitor Maia Henriques<sup>1</sup>; BORGES, Joyce Queiroz<sup>1</sup>; DE OLIVEIRA, Karine Kelly<sup>1</sup>; VIANA, Laís Mendes<sup>1</sup>; COTRIM, Matheus Mendes<sup>1</sup>; PEREIRA, Virna Borém Valle<sup>1</sup>; MENDES, Vitória Ferreira<sup>1</sup>; COSTA, Cássio<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discentes de Medicina, Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIP-MOC), MG, Brasil.

<sup>2</sup> Médico, cirurgião pediátrico e preceptor da LAC-FIPMOC.

**Introdução:** A doença de Hirschsprung é uma patologia caracterizada por um megacólon congênito, em que há obstrução do reto e do cólon sigmoide. Apresenta alto impacto à população infantil, em especial ao sexo masculino, sendo esse o sexo de maior prevalência. Por sua expressiva morbidade, o diagnóstico precoce é imprescindível para reduzir as complicações e iniciar o tratamento cirúrgico adequado. **Objetivos:** Objetivou-se analisar a fisiopatologia dessa doença relacionada ao seu quadro clínico, bem como a conduta terapêutica adequada a essa morbidade. **Métodos:** Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, baseado na revisão de 11 periódicos disponíveis nos bancos de dados da Scielo e Lilacs e 2 livros. **Discussão:** Observou-se que aganglionose dessa patologia, gera incoordenação no segmento intestinal, em especial a região distal. A presença das fibras colinesterase-positivas associada com a inabilidade das fibras catecolamina-positivas, gera inibição do papel peristáltico e obstrução do lúmen. O segmento encontra-se em contração, levando à distensão do intestino proximal e formação de megacólon congênito, apresentando isquemias, infartos, inflamações, sepse, desnutrição e baixo desenvolvimento neuropsicomotor. Dentre os exames disponíveis para o diagnóstico, destaca-se o enema opaco, que avalia a extensão do segmento acometido, com identificação do cone de transição, localizado entre a zona dilatada proximal ganglionar e a zona estreitada distal aganglionar. A biopsia retal é realizada para confirmar a doença e auxiliar em casos de dúvida diagnóstica. Por fim, a manometria anorretal é relevante no diagnóstico diferencial com outras constipações intestinais. A única via terapêutica efetiva é o tratamento cirúrgico. A base das técnicas consiste na ressecção do seguimento aganglionar, reconstrução do trânsito intestinal e anastomose do seguimento ganglionar com o ânus. Além disso, é importante ressaltar que antes de iniciar o tratamento,

pacientes com enterocolite e sepse necessitam de estabilização pré-operatória, seja por reposição hidroeletrólítica ou pelo uso de sondas nasogástricas. **Conclusão:** A partir da análise da sintomatologia dessa condição associada ao poder curativo de possíveis estratégias de tratamento, conclui-se que a melhor abordagem para o megacólon congênito decorrente da doença de Hirschsprung seria a retirada do segmento desnervado do trato intestinal.

**Palavras-chave:** Megacólon. Megacólon congênito. Doença de Hirschsprung.

#### LIGA ACADÊMICA DE CLÍNICA MÉDICA DAS FIP-MOC - ORIGEM ANÔMALA E TRAJETO INTRAMURAL DE CORONÁRIA: RELATO DE CASO

BORGES, Pedro Malveira Procópio<sup>1</sup>; CARVALHO, Yuri Xavier de<sup>1</sup>; FERREIRA, Tércio Silva<sup>1</sup>; LAGES, Amanda Lemos<sup>1</sup>; MELO, Ana Flávia de Almeida<sup>1</sup>; MENEZES, Gustavo Freitas Souza<sup>1</sup>; MOREIRA, Renata Maria de Lucena<sup>1</sup>; QUEIROGA, Felipe Cangussu Gatti<sup>1</sup>; CANGUSSU, Edson Wagner Silva<sup>2</sup>.

1Discentes das FIPMoc; 2 Médico Cardiologista titulado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, docente das FIPMoc

**Introdução:** As coronárias anômalas são encontradas em 0,3% a 5,6% da população. Mesmo sendo menos frequentes que as doenças adquiridas, as alterações congênitas estão relacionadas a morbidade e mortalidade prematura em adultos. Os relatos de morte súbita ocorrem geralmente após atividade física extenuante. **Objetivo:** Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre o tema coronárias anômalas, exemplificando o assunto com um relato de caso. **Método:** Os dados do caso clínico foram obtidos através de revisão das informações da consulta do paciente em questão e análise dos exames diagnósticos. Foram analisados artigos científicos, indexados na base de dados bibliográficos Google Acadêmico para dar sustentação à escrita do tema. **Relato do caso:** Paciente do sexo masculino, 51 anos, frentista, portador de Hipertensão Arterial Sistêmica, em uso de AAS 100mg/dia, losartana 50mg/dia, hidroclorotiazida 25mg/dia e atenolol 25mg/dia, admitido no pronto socorro com dor precordial em aperto irradiada para o membro superior esquerdo. Dor melhora significativamente ao repouso. Possui antecedente familiar de Doença Arterial Coronariana (DAC), HAS e Diabetes Mellitus tipo 2. Ao exame físico apresentava-se agitado, taquicárdico e sudorético. Solicitou-se então teste ergométrico que foi positivo para resposta isquêmica, e cineangiocoronariografia que revelou origem anômala da coronária direita no seio coronariano esquerdo. Este exame não detectou lesões obstrutivas na coronária anômala. Na sequência, o paciente submeteu-se a angiotomografia computadorizada das artérias coronárias, que permitiu melhor caracterização da anomalia: coronária direita com origem isolada no seio coronariano esquerdo, com angulação menor que 45 ° em relação à parede anterior da aorta, trajeto anômalo maligno intramural entre aorta ascendente e o tronco arterial pulmonar. O trajeto de 2,4 cm também assume aspecto de fechadura com estenose luminal maior que 50%. Frente ao encontrado, foi otimizado o tratamento clínico para DAC e solicitada cintilografia miocárdica para avaliar persistência da isquemia e necessidade de intervenção cirúrgica. **Conclusão:** Diante do exposto, é possível concluir que apesar de ser uma condição pouco comum e menos frequente do que a DAC adquirida, as coronárias anômalas encontram-se presentes na população e possuem considerável potencial de provocar morte súbita ou um IAM abrupto, devendo sempre ser considerada nos diagnósticos diferenciais de dor torácica.

**Palavras-chave:** Doença Arterial Coronariana. Coronária. Anomalia.

#### LIGA ACADÊMICA DE DIREITO MÉDICO, BIOÉTICA E MEDICINA LEGAL - INFANTICÍDIO: UMA ANÁLISE MÉDICO-LEGAL

CAIXETA, Laura Vitoria Viana<sup>1</sup>; CORDEIRO, Ana Paula Guimarães<sup>2</sup>; GONZAGA, Joao Guilherme Camelo<sup>3</sup>; MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>4</sup>; MURTA, Inah Araújo de Almeida<sup>5</sup>; PEREIRA, Nathália Pádua<sup>6</sup>; ROCHA, Leandro Rodrigues Ramos<sup>7</sup>; SANTOS, Felipe Tolentino Figueiredo Guimarães<sup>8</sup>; TEIXEIRA, Luis Gustavo Soares Neves<sup>9</sup>; CAIXETA, Walker Leonardo Martins<sup>10</sup>

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9Discentes FIPMoc; 10Professor Orientador

**Introdução:** O infanticídio é descrito como: “matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após” (BRASIL, 1940). **Objetivo:** Examinar o crime de infanticídio a partir de uma reflexão médico-legal. **Método:** Foi realizado um estudo bibliográfico, exploratório e qualitativo cujas fontes de dados foram artigos científicos, doutrinas e legislação pertinente. **Resultados:** O infanticídio é

considerado como um crime privilegiado tendo em vista que o legislador cominou penas inferiores às previstas para crimes semelhantes, pois entendeu que os motivos que circundam esta conduta a justificam. Está previsto no artigo 123 do Código Penal Brasileiro e requer a observância de todas as elementares para que seja considerado consumado, principalmente a influência do estado puerperal – período no qual, conforme o Direito, ocorre a alteração psicológica da mãe que a leva a ter diminuição da sua capacidade de discernimento sobre o que é certo moralmente. A exceção para a observância supracitada encontra-se prevista no artigo 30 do mesmo diploma. A maioria das condutas não chega a ser concluída, tendo em vista que normalmente os sujeitos ativos procuram atingir o objetivo mediante a esganadura, contudo, a maior porcentagem de hemoglobina fetal no recém-nascido mantém sua oxigenação por mais tempo. **Conclusão:** O infanticídio é um crime contra a vida, na qual a mãe suprime a vida do seu próprio filho devido a circunstâncias alheias a sua vontade, o que acarretou em uma cominação de penas mais brandas quando comparadas a tipos penais semelhantes, e consequentemente a denominação “crime privilegiado”.

**Palavras-chave:** Infanticídio. Elementares do Tipo Penal. Estado Puerperal. Crime Privilegiado.

### LIGA ACADÊMICA DE GERIATRIA FIPMOC - IVCF20 : UMA NOVA FERRAMENTA ALIADA A TRIAGEM E ABORDAGEM DA FRAGILIDADE EM IDOSOS

AZEVEDO, Bruna Lopes de <sup>1</sup>; BRITO, Giovana Cristina Rodrigues<sup>1</sup>; MIRANDA, Sônia Liniê<sup>1</sup>; SANTOS, Vitor Samuel Dias <sup>1</sup>; TANAJURA, Magna Carolina Santos<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Karina Cardoso<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discentes do curso de medicina nas Faculdades Integradas Pitágoras – Montes Claros

<sup>2</sup> Docente do curso de medicina nas Faculdades Integradas Pitágoras – Montes Claros

**Introdução:** O envelhecimento é um processo ativo e inerente a toda humanidade, sendo um processo que varia de pessoa para pessoa no que diz respeito à velocidade e qualidade, tendo relação com fatores biológicos, sociais e psíquicos. Além disso, quanto ao processo de envelhecimento, pode ser dividido em três subdivisões: primário, secundário e terciário. Relacionado a esse processo, tem-se a questão da fragilidade no idoso, uma síndrome multidimensional, que é avaliada principalmente pelo fenótipo de: perda de peso não intencional, exaustão, diminuição da força de preensão, baixa atividade física e lentidão. Essa síndrome deve ser um ponto de alerta, uma vez que pode resultar em declínio funcional, quedas, hospitalização, institucionalização e morte. Diante disso, surge o IVCF-20, uma ferramenta de triagem, de fácil acesso e uso, semelhante à Avaliação Geriátrica Ampla, e útil na classificação do idoso quanto a presença de fragilidade. **Objetivo:** Analisar o IVCF20 e sua capacidade de triagem e identificação da fragilidade em idosos. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com dados retirados a partir da leitura e análise de 18 artigos publicados no período de 2005 a 2017 presentes nas bases de dados: SciElo, Pubmed e nos bancos de dados da Biblioteca Virtual. Além disso, é uma pesquisa qualitativa, que visa o aprofundamento da compreensão da fragilidade no idoso e da aplicabilidade do IVCF 20 abordados na literatura. **Resultados:** É necessário conhecer as diferenças de um envelhecimento normal ou patológico, visto que proporciona uma ação precoce no controle de patologias causadoras do envelhecimento anormal. Tal reconhecimento do idoso frágil permite prevenir futuras comodidades, melhorar a qualidade de vida dessa faixa etária e poupar o sistema público de gastos com a saúde, logo o IVCF-20 tem se mostrado efetivo para essa triagem e consequentemente um diagnóstico precoce. Contudo, ainda falta na literatura estudos sobre esses métodos, impossibilitando melhoras e aprimoramento. **Conclusão:** De acordo com os riscos trazidos pela fragilidade no idoso: quedas, hospitalização, dependência e até a morte, pode-se concluir que é importante a constante avaliação dessa população. Tendo isso em vista, nota-se a importância do IVCF-20, uma ferramenta capaz de identificar idosos frágeis, facilitando o processo de encaminhamento ao serviço especializado, possibilitando a tentativa de retardar ou evitar a evolução dessa síndrome.

**Palavras-chave:** Idoso. Senelidade. Senescência. Fragilidade. IVCF-20

### LIGA ACADÊMICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - RECONSTRUÇÃO DOS LIGAMENTOS CRUZADO ANTERIOR E ANTEROLATERAL DO JOELHO: RELATO DE CASO

MENEZES, Gustavo Freitas Souza<sup>1</sup>; MOREIRA, Luis Fernando Vasconcelos<sup>1</sup>; ALMEIDA, Gabriel Pereira<sup>1</sup>; ANDRADE, Matheus Oliveira Nobre de<sup>1</sup>; ALMEIDA, Eduardo Henrique Soares de<sup>1</sup>; RAMOS, Lucas Gabriel Quadros<sup>1</sup>; MENDES, Romero Iago Freitas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** As lesões do ligamento cruzado anterior (LCA) representam 70% das lesões no meio esportivo sendo predominante na população jovem e ativa, o que resulta em elevados custos com o seu tratamento. O LCA localiza-se sobre a superfície intercondilar anterior do platô tibial inserindo-se sobre a face medial do côndilo femoral lateral evitando a anteriorização da tibia em relação ao fêmur. Associado ao LCA, o ligamento anterolateral (LAL) garante estabilidade rotacional anterolateral do joelho, localizando-se no fêmur, anterior e distal à origem do ligamento colateral lateral inserindo-se na tibia entre o tubérculo de Gerdy e a cabeça da fíbula<sup>1</sup>. Os estudos biomecânicos do LAL demonstraram que a insuficiência desse ligamento pode contribuir para o insucesso funcional das reconstruções isoladas do LCA, principalmente em pacientes que apresentam pivô shift explosivo<sup>2</sup>. **Objetivo:** Relatar um caso de recidiva de lesão do LCA associada à instabilidade anterolateral do joelho. **Método:** Avaliação clínica do paciente em questão mediante testes ortopédicos, sendo submetido a tratamento com técnica reproduzível para a reconstrução do LAL e LCA com os tendões flexores, utilizando três parafusos de interferência para fixação. **Resultados:** Relato de caso: Paciente R.M.S, 26 anos, praticante de artes marciais, com história de entorse há 2 anos com lesão do Ligamento Colateral Medial (LCM) em grau II e estiramento do LCA em grau I. Posteriormente, realizou-se tratamento conservador, com utilização do Brace, durante 6 semanas, associado à fisioterapia. Após esse período, retornou à prática de esportes no mesmo nível de intensidade, apresentando boa evolução. No entanto, cerca de 6 meses depois, durante uma luta, apresentou novo entorse com lesão completa de LCA e Menisco Lateral. Ao exame físico, apresentava: eixo varo sem flambagem; teste da gaveta anterior ++++/4; teste de Lachman positivo; e pivot-shift grau III explosivo. Dessa forma, o paciente enquadra-se nos critérios estabelecidos para a cirurgia de reconstrução do LAL associado à lesão do LCA, que inclui: pivot-shift classificado como grau II/III; revisão de reconstrução do LCA; e anteriorização assimétrica do planalto lateral visível com a rotação interna do joelho em 30° e 60°. A reconstrução do LCA consistiu na exérese dos tendões do semitendíneo e grácil, os quais foram utilizados para enxertos. Por meio artroscópico, foi realizado o inventário articular, a limpeza do intercôndilo e a realização do túnel femoral e túnel tibial (por técnica *outside-in*). Após isso, foram passados fios de sutura pelos túneis, de forma a cruzar a articulação e permitir a passagem do enxerto, que foi fixado no fêmur com parafuso de interferência do mesmo diâmetro do túnel perfurado, com comprimento de 30 mm. A reconstrução do LAL fundamentou-se na mesma técnica citada anteriormente, diferenciando-se do local, que neste caso, foi na tibia, entre o tubérculo de Gerdy e a cabeça da fíbula. **Conclusão:** A reconstrução do LCA e do LAL mediante a técnica exposta para tratar a instabilidade anterolateral do joelho obteve desfecho satisfatório neste paciente, o que permite a realização desta técnica que é de fácil reprodução para os cirurgiões por usar materiais, guias e incisões habituais.

**Palavras-chave:** Reconstrução do ligamento cruzado anterior. Ligamento anterolateral. Procedimentos ortopédicos.

## LIGA ACADÊMICA DE PEDIATRIA - DOENÇA DE KAWASAKI: RELATO DE CASO

ALVES, Brenda Liery Ribeiro<sup>1</sup>; CUNHA, Amanda Cardoso<sup>2</sup>; GUIMARÃES, Rafaela Oliveira Santos Dias<sup>3</sup>; LACERDA, Leidiane Vilasboas<sup>4</sup>; NEVES, Inácio Luiz Morais<sup>5</sup>; OLIVEIRA, Mariana Gonçalves<sup>6</sup>; PEREZ, Giovanna Rodrigues<sup>7</sup>; PINTO, Lívia Versiani Duarte<sup>8</sup>; RAMOS, Lucas Gabriel Quadros<sup>9</sup>; RIBEIRO, Ana Clara Mendes<sup>10</sup>; RIBEIRO, Lucas Alves<sup>11</sup>; SANTANA, Luíza Côrtes<sup>12</sup>; SANTOS, Luiz Gustavo Rocha<sup>13</sup>; SANTOS, Priscila Dias dos<sup>14</sup>; SILVEIRA, André Zuba<sup>15</sup>; TEIXEIRA SEGUNDO, Edmilson Castro<sup>16</sup>; PINTO, José Henrique Duarte<sup>17</sup>.  
<sup>1-16</sup>Discentes das FIPMOC; <sup>17</sup>Docente das FIPMOC.

**Introdução:** A Doença de Kawasaki é uma doença febril, aguda e sistêmica da infância, com maior prevalência entre os dois e seis anos, constituindo a principal causa de cardiopatia adquirida nos países desenvolvidos (HALLAKE; FELDMAN, 2011). É caracterizada por febre alta com duração maior que cinco dias, adenomegalia cervical, alteração de extremidades, com edema, eritema e descamação das regiões palmar e plantar, exantema polimorfo e acometimento de mucosas oral e conjuntival não purulento. Pode haver também alterações neurológicas, gastrintestinais, hepáticas, renais, artralgia e reativação da cicatriz da vacina BCG (TOMIKAWA, 2003). A principal complicação da doença é a ocorrência de aneurismas coronarianos e infarto, que atinge cerca de 25% dos pacientes não tratados em tempo hábil. O tratamento da fase aguda é feito com AAS em dose anti-inflamatória e imunoglobulina humana endovenosa. Na fase convalescente, é utilizado AAS em dose anti-agregante (TEIXEIRA, 2012). **Objetivo:** apresentar um caso de Doença de Kawasaki em paciente de 2 anos cujo diagnóstico foi feito tardiamente. **Métodos:** Foram utilizados dados do prontuário do paciente e resultados de exames

laboratoriais e de imagem. **Resultados:** Paciente SDPF, 2 anos, masculino, há quinze dias, iniciou febre alta e persistente que durou 10 dias. Concomitantemente, apresentou adenomegalia cervical, dor e edema articular, diarreia, odinofagia, língua em framboesa e fissuras labiais. Manifestou também hiperemia conjuntival não purulenta, exantema morbiliforme difuso e descamação de mãos e pés. Foram realizados exames complementares: hemograma, que revelou anemia e trombocitose, EAS com piócitos incontáveis, urocultura negativa, antiestreptolisina, fator reumatoide e fator anti-núcleo negativos, PCR de 48 mg/l, VHS de 55 mm/h e ultrassom cervical, que mostrou linfadenomegalia reacional. Foi medicado com cetoprofeno e cefuroxima, sem melhora. No 16º dia da doença, foi realizado ecocardiograma que mostrou segmentos proximais das artérias coronárias levemente aumentados. Como já estava afebril há 5 dias, foi medicado com aspirina dose anti-agregante e segue em acompanhamento cardiológico. **Conclusão:** A Doença de Kawasaki é uma patologia que deve ser prontamente reconhecida para que o tratamento efetivo possa ser realizado em tempo hábil e, com isso, reduzir o risco de complicações cardiovasculares.

**Palavras-chave:** Febre. Exantema. Trombose coronariana.

## LIGA ACADÊMICA DE REUMATOLOGIA - DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DAS ARTRITES EM REUMATOLOGIA

LACERDA, Sthéfane Alves<sup>1</sup>; NEVES, Sandy Ellen Batista Junqueira<sup>1</sup>; CARDOSO FILHO, José Charles Balduino<sup>1</sup>; CARDOSO, Áurea Karina dos Santos<sup>1</sup>, GUIMARÃES, Thiago Henrique Xavier<sup>2</sup>.  
1Discente das FIPMoc; 2Preceptor da LIARE

**Introdução:** O termo artrite se refere ao processo inflamatório que acomete as articulações do corpo, podendo ser o resultado de distúrbios autoimunes, traumas físicos, infecções por agentes biológicos ou lesões osteomusculares. A artrite é uma manifestação muito frequente no ambulatório de reumatologia, fazendo-se presente em grande parte das consultas, visto que doenças como artrite reumatoide, lúpus eritematoso sistêmico, síndrome de Sjogren e outras patologias autoimunes têm a artrite como um dos seus principais sinais clínicos. Na avaliação das artrites, alguns parâmetros devem ser analisados: número de articulações acometidas; tempo (aguda, subaguda e crônica); início (abrupto ou insidioso); distribuição (pequenas ou grandes articulações, acometimento de esqueleto axial ou não); padrão de evolução (aditiva ou migratória). **Objetivo:** Caracterizar as apresentações clínicas das artrites nas doenças reumatológicas, estabelecendo comparativamente sinais e sintomas que as diferencie na prática médica. **Método:** Foi realizada pesquisa de caráter qualitativo no SciELO e Pubmed, sendo selecionados artigos publicados entre os anos de 2011 e 2018 conforme pertinência ao objetivo deste estudo. **Resultados:** A Artrite Reumatoide é uma doença caracterizada pelo comprometimento de mais de 4 articulações (poliartrite) preferencialmente de pequenas articulações (mãos e punhos) e simétrica, de evolução insidiosa e caráter aditivo. O fenômeno de rigidez matinal acima de 1 hora costuma estar presente quase na totalidade dos pacientes com inflamação sinovial. Em contrapartida, na maioria dos casos, a osteoartrite tem caráter mono ou oligoarticular, com acometimento de interfalangeanas distais das mãos, e grandes articulações como quadris e joelhos. Costuma-se apresentar como dor de caráter mecânico, e sabe-se hoje que, além do processo degenerativo do envelhecimento, há também inflamação articular, sendo esta branda e lentamente destrutiva. A artrite gotosa, resultante do excesso de ácido úrico no sangue, costuma ter padrão monoarticular na maioria dos pacientes, acometendo preferencialmente a primeira articulação metatarsofalangeana, evoluindo em períodos de crise e posterior remissão, comumente acompanhada de dor, eritema e calor local. Como importante diagnóstico diferencial de acometimento monoarticular, destaca-se a artrite séptica, cujo acometimento preferencial é pelas grandes articulações como joelho, quadril e tornozelo, sendo normalmente associada a sintomas inflamatórios locais e sistêmicos como febre e leucocitose. Dentre as Espondiloartrites (EpA), o diferencial encontra-se no acometimento do esqueleto axial (Coluna e Sacroilíacas), em se tratando dos quadros predominantemente axiais; enquanto no grupo das EpA predominantemente periféricas, podemos encontrar acometimento oligoarticular, assimétrico e aditivo como ocorre nas artrites reativas, até quadro poliarticular e simétrico (uma das formas da artrite psoriásica). **Conclusão:** O exame clínico e físico, quando realizados minuciosamente, focando nos sinais e sintomas apresentados pelo paciente, mostra-se como uma importante ferramenta para direcionar o raciocínio do profissional para a patologia que deve ser investigada e tratada, sendo fundamental estabelecer uma cronologia das manifestações, intensidade, localização, caráter da dor, fatores de piora e melhora, além de revisão dos sintomas associados.

**Palavras-chave:** Artrite. Reumatologia. Diagnóstico diferencial.

**REFERÊNCIAS:**

- COSTA, Renata Soraya Coutinho da et al. Osteoartrose x Artrite reumatoide: Diagnóstico diferencial. **Revista de Trabalhos Acadêmicos - Universo Recife**, v. 3, n. 3, 2016.
- MOTA, Licia Maria Henrique da et al. Consenso da Sociedade Brasileira de Reumatologia 2011 para o diagnóstico e avaliação inicial da artrite reumatoide. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 51, n. 3, p. 207-219, 2011.
- NOVAES, Gilberto Santos et al. Correlação de fadiga com dor e incapacidade na artrite reumatoide e na osteoartrite, respectivamente. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. 51, n. 5, p. 451-455, Oct. 2011.
- REBELLO, Pedro Albuquerque et al. Estamos Ensinando o que É Necessário sobre Doenças Reumatológicas?. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 246-251, June 2015

**LIGA ACADÊMICA DE SEMIOLOGIA MÉDICA - INFLUÊNCIA DA SAZONALIDADE NA  
INCIDÊNCIA DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM CRIANÇAS**

ANUNCIACÃO, Ávilla Cindy Fernandes da<sup>1</sup>; SALES, Brenda Fonseca<sup>2</sup>; MOTA, Gabrielly Alves<sup>3</sup>;  
CASTRO, Georgia Guimarães de<sup>4</sup>;ALENCAR, Maria Clara Alves<sup>5</sup>; LIMA, Cristiane Mendes Gonçalves<sup>6</sup>  
1, 2, 3, 4,5 Discentes das FIPMoc; 6 Docente das FIPMoc

**Introdução:** As doenças do aparelho respiratório são um dos principais motivos da procura pelo atendimento de urgência e emergência no Brasil, principalmente pela faixa etária pediátrica (PEREIRA *et al.*, 2011). Nesse sentido, há uma estreita associação entre as doenças respiratórias e o clima, responsável pelo padrão sazonal característico desse grupo de doenças (NATALI *et al.*, 2011). **Objetivo:** Analisar a incidência de doenças respiratórias em crianças conforme a época do ano no Brasil. **Método:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, utilizando 23 obras, em português e espanhol, publicadas nos últimos 33 anos nas bases de dados PubMed, Lilacs, Scielo e Google Acadêmico. Os trabalhos selecionados foram aqueles que apresentaram informações relevantes acerca da influência climática na incidência de doenças respiratórias em crianças no Brasil. **Resultados:** Achados científicos evidenciam a estreita relação entre a sazonalidade climática e doenças respiratórias em crianças, influenciando a incidência dessas, bem como o número de internações de indivíduos na referida faixa etária. Apesar das diferenças regionais, devido à variedade climática brasileira, há um consenso na literatura de que a umidade relativa do ar exerce grande influência no maior número de acometimentos respiratórios, principalmente em crianças menores de cinco anos. Nesse sentido, a incidência de doenças respiratórias, em quase todo o país, apresenta um pico no início do outono, um pico de menor proporção no inverno e uma depressão no verão e na primavera. **Conclusão:** A maior incidência de afecções respiratórias em crianças está altamente associada aos períodos de transição climática.

**Palavras-chave:** Doenças respiratórias. Crianças. Sazonalidade.

**LIGA ACADÊMICA NORTE MINEIRA DE MEDICINA PALIATIVA – LAMP: USO DE  
OPIOIDES EM PACIENTES SOB CUIDADOS PALIATIVOS COM ENFOQUE EM ENFERMOS  
ONCOLÓGICOS**

RAMOS, Cybele Guedes<sup>1</sup>; MOTA, Rhayssa Soares <sup>1</sup>; GUERRA, Lucas Teles <sup>1</sup>; MAGALHÃES, Luíza Carneiro Souza <sup>1</sup>; CRUZ, Eduarda Martins <sup>1</sup>; SUZART, Mariana Veloso <sup>1</sup>; SOARES, Priscila Bernardina Miranda <sup>2</sup>.

1 Discente das FIPMoc; 2 Médica especialista em Oncologia Clínica, pós-graduada em Cuidados Paliativos e Preceptora da LAMP

**Introdução:** Os cuidados paliativos promovem a qualidade de vida de pacientes que enfrentam doenças que ameaçam a continuidade da existência, através da prevenção e alívio do sofrimento (ANCP, 2012). A dor é multidimensional na sua natureza, variando os seus componentes físicos, psíquicos e espirituais (BARATA, 2016). O tratamento inadequado da algia pode ter consequências graves, nos níveis individuais

e sociais. Para os acometidos, as atividades diárias podem ser difíceis e o impedimento da rotina pode agravar os transtornos de humor (COLUZZI, 2016). Os opioides são o principal tratamento para controle da dor, mas as consequências de tolerância, dependência, hiperalgesia e constipação devem ser reconhecidas (RANGEL, 2012). **Objetivo:** Analisar a importância da utilização dos analgésicos opioides no manejo de pacientes em cuidados paliativos com foco em enfermos oncológicos. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória e quantitativa, no qual foram utilizados sete artigos com restrição aos anos de 2002 a 2016 indexados na base de dados SciELO. **Resultados:** Opioides são universalmente utilizados no tratamento da dor oncológica e da dor aguda, embora alguns clínicos ainda resistam ao uso destes analgésicos principalmente pelo receio das suas complicações e pela falta de conhecimento de alguns aspectos farmacológicos como a tolerância, a dependência física e psicológica (RIBEIRO, 2002). Há vários conceitos distorcidos em relação à prescrição de opioides pelos profissionais. Para que sejam atingidos bons resultados é importante o conhecimento adequado sobre a indicação e os cuidados para sua manutenção (NASCIMENTO, 2011). O princípio básico de sua utilização clínica é a titulação da dose para cada paciente, até se atingir um nível aceitável de analgesia limitado pelos efeitos adversos concomitantes (ANCP, 2012). A fim de aperfeiçoar o uso de opioides, a dose ótima deve ser avaliada através do balanço de três fatores: a) efetividade: redução em 30 a 50% na intensidade inicial da dor ou melhora de fatores relacionados à qualidade de vida (nível de atividades no trabalho e em casa, hábitos de alimentação, grau de autonomia, aspectos cognitivos, qualidade do sono; e nível de atividades sociais); b) dose platô: quando o aumento da dose não melhora analgesia, ou seja, dose máxima efetiva; c) efeitos adversos: devem ser avaliados e controlados desde o início do tratamento. Ressalta-se que para pacientes com risco de abuso, deve haver monitoração rigorosa de sinais suspeitos de comportamento aberrantes (KRAYCHETE, 2013). **Conclusão:** Mais da metade dos pacientes diagnosticados com câncer são acometidos pela dor. A não resolução ou simplesmente a não preocupação com a atenuação da mesma pode acarretar sofrimento importante capaz de afetar a qualidade de vida do paciente. O sucesso da terapia da dor baseia-se no conhecimento do seu mecanismo bem como do manejo da dosagem e dos efeitos colaterais das medicações opioides e, portanto, em não evitar seu uso em detrimento da rejeição comumente associada ao vício e à tolerância em se tratando do uso de opioides. Torna-se, assim, possível alcançar meio termo entre o alívio da dor e os efeitos adversos da medicação.

**Palavras-chave:** Opioides. Cuidados Paliativos. Oncologia.

#### LIGA ACADÊMICA NORTE-MINEIRA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ASSOCIAÇÃO DA SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO COM SÍNDROME METABÓLICA

DURÃES, Guilherme Viza<sup>1</sup>; FONSECA, Enzo Pacelli Santos<sup>1</sup>; PEREIRA, Getulio Paixão<sup>1</sup>; SOARES, Mariano Fagundes Neto<sup>2</sup>

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A síndrome dos ovários policísticos (SOP) é a causa mais comum de infertilidade em mulheres, frequentemente se manifesta durante a adolescência, é caracterizada principalmente por disfunção ovulatória e hiperandrogenismo. O diagnóstico de SOP tem implicações para toda a vida, com risco aumentado para carcinoma endometrial, diabetes mellitus tipo 2, doença cardiovascular e possivelmente síndrome metabólica (SM). A síndrome metabólica, também chamada de síndrome de resistência à insulina, é caracterizada por obesidade, hipertensão, hiperglicemia, resistência à insulina e hipertrigliceridemia, sendo um importante fator de risco para o desenvolvimento subsequente de diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares. **Objetivo:** Analisar na literatura a relação entre maior incidência de síndrome metabólica em pacientes com síndrome do ovário policístico. **Material e métodos:** Este é um trabalho descritivo, desenvolvido a partir de revisão de literatura de artigos disponíveis nas plataformas, “PubMed” e “SciELO”, com os descritores “Síndrome do ovário policístico” e “Síndrome metabólica”. Foram selecionados trabalhos publicados entre os anos de 2000 a 2018 em português e inglês, utilizando como critério de inclusão os artigos que abordavam simultaneamente ambos os temas. **Resultados:** A SOP é a condição endócrina-metabólica mais comumente relacionada a obesidade nas mulheres, estando presente entre 30 a 75% das pacientes obesas, sendo o excesso de peso muitas vezes a queixa principal. As pacientes acometidas por ambas comorbidades apresentam maiores níveis de pressão arterial, glicemia de jejum, LDL e triglicérides em relação àquelas sem a SOP. Isso demonstra que, ainda que a obesidade apresente mecanismos próprios de alteração nos processos metabólicos, sua presença concomitante à resistência insulínica, presente na SOP, faz com que ambas atuem de maneira sinérgica sobre o metabolismo. A resistência à insulina em indivíduos com SOP parece ser estabelecida durante a adolescência. Adolescentes com SOP apresentam risco aumentado de intolerância à glicose, sugerindo que

a resistência à insulina está relacionada à disfunção das células beta pancreáticas que é observada no diabetes mellitus tipo 2. A intolerância à glicose se desenvolve progressivamente ao longo do tempo, culminando com aproximadamente 10% das mulheres com SOP desenvolvendo diabetes mellitus tipo 2 aos 40 anos de idade. **Conclusão:** O fator obesidade contribui de maneira sinérgica com a SOP para o desenvolvimento da síndrome metabólica, evidenciado pelo aumento de pressão arterial, resistência à insulina, LDL e triglicérides nessas pacientes.

**Palavras-chave:** Síndrome do Ovário Policístico. Síndrome Metabólica. Obesidade.

## LIGA DE OFTALMOLOGIA - PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS UTILIZADOS EM CATARATA

OLIVEIRA, Maria Clara Gomes<sup>1</sup>; COSTA, Vanessa Pereira<sup>2</sup>; ALVES, Isa Mattos<sup>3</sup>; BARBOSA, Joao Victor Nunes<sup>4</sup>; AFONSO, Gustavo veloso<sup>5</sup>, Romero Goulart<sup>6</sup>.  
<sup>1 2 3 4 5</sup> Discentes do curso de Medicina das FIP-MOC;  
<sup>6</sup> Docente das FIP-MOC.

**Introdução:** A catarata é uma consequência natural do envelhecimento, acometendo principalmente pessoas acima de 60 anos. A principal técnica utilizada atualmente, para correção da catarata, é a facoemulsificação, onde são realizadas pequenas incisões para fragmentar, aspirar e remover o cristalino e implantar a lente de escolha, seja rígida ou dobrável. **Objetivo:** Demonstrar as técnicas cirúrgicas mais utilizadas por oftalmologistas no Brasil, com o objetivo de reparação da catarata. **Método:** Estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter quantitativo. Utilizou como universo de pesquisa a base de dados do DATASUS referente à taxa de cirurgias oftalmológicas, no estado de Minas Gerais, no período de março de 2017 à março de 2018. As variáveis estudadas foram as cirurgias de catarata congênita, facoemulsificação com lente dobrável e facoemulsificação com lente rígida. **Resultados:** Foi observado um aumento de 40 vezes no procedimento de facoemulsificação com lente dobrável, enquanto os demais procedimentos permanecem nos parâmetros semelhantes. **Conclusão:** Atualmente existem opções na escolha da cirurgia de catarata, sendo todas efetivas. No entanto, a facoemulsificação com lente dobrável, tem sido a mais utilizada pelos oftalmologistas.

**Palavras-chave:** Catarata. Facoemulsificação. Oftalmologia.

## LIMITES FUNDAMENTAIS DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO

SALGADO, Pedro Ernesto Zambelli Loyola<sup>1</sup>; SALGADO, Antonio Luiz Nunes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE; <sup>2</sup>Docente da FUNORTE.

**Introdução:** Entende-se por Poder Constituinte Originário a manifestação da vontade popular ou revolucionária, que gera uma nova Constituição e um novo ordenamento jurídico para o Estado. Nesse sentido surge um novo Estado a cada nova Constituição. Seguindo o entendimento da corrente positivista, a dominante, esse poder não sofre qualquer tipo de limitação a sua aplicação, porém há doutrinadores como Sábica, Ferreira Filho, Miranda e Bulos que, baseados na corrente jusnaturalista, estabelecem limites para a sua aplicação. Nesse tempo em que vozes relevantes se ergueram no Brasil pedindo uma nova Constituição, o tema ganha importância. **Objetivo:** Analisar o poder que o legislador constituinte originário detém na formulação da nova Carta Magna do Estado e quais seriam seus limites. **Método:** Para o estudo foi adotado o método dedutivo com o procedimento de pesquisa baseado em revisão de literatura, por meio de livros, artigos e estudos que tratam do tema. **Resultados:** O Poder Constituinte Originário possui em regra seis características jungidas a si, inicial, autônomo, incondicionado, permanente, inalienável e, dentre essas, destaca-se a de ser ilimitado. Fato defendido pela corrente positivista e que implica inclusive na possibilidade de não se limitar (não respeitar) a tratados internacionais, direitos humanos e direitos e garantias fundamentais inerentes ao indivíduo. Porém, a corrente jusnaturalista defende que esse poder possui limites, que seriam transcendentais, pois remetem ao respeito pelo direito natural e por direitos fundamentais. Imanentes, limites que vedam a distorção da identidade do Estado e heterônomos que implicam na imposição que se tem de seguir os tratados internacionais já acordados. Acrescenta-se a ideia da exigência do não rompimento com o bem comum da população e da não decretação de normas constitucionais que violem os direitos e garantias fundamentais. Se a nova Constituição não respeitar os direitos inatos aos indivíduos, o Estado recém-criado não terá a configuração de um Estado Democrático

de Direito, mas a de um Estado Autoritário. Então toda a discussão proposta estará cingida ao modelo de Estado que surge a partir da nova carta política. Assim, o exercício do poder político constituinte, atendendo aos desejos e anseios do povo, deve se limitar, primeiro aos direitos desse povo, não podendo se chocar frontalmente com as concepções mais arraigadas da comunidade, pois não obterá sua adesão. Em segundo plano, esse poder deve respeitar os tratados e acordos internacionais, pois o país que não tem a capacidade de respeitar uma regra imposta pela comunidade internacional dificilmente terá o devido respeito aos poderes soberanos de outras nações, fato extremamente prejudicial, pois seu poder soberano acaba onde começa o do outro. **Conclusão:** Pela pesquisa realizada não se vislumbra a possibilidade de ausência de limites ao constituinte originário. O novo Estado a ser erigido a partir da nova carta não surge apenas a partir da promulgação ou outorga, mas se constrói sob as bases social e legal anterior, tanto no plano interno, quanto no externo.

**Palavras-chave:** Poder Constituinte Originário. Limites. Direitos. Democracia.

### LINFOMA DE HODGKIN: ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS EM MINAS GERAIS

SANTOS, Brenda Alves dos<sup>1</sup>; BORGES, Joyce Queiroz<sup>1</sup>; DANTAS, Lucas Gedeon Mendes Soares<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Luíza Carneiro Souza<sup>1</sup>; COSTA, Maria Alice Aires<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras- FIPMoc.

<sup>2</sup>Doutora em Biociências e Biotecnologia Aplicadas à Farmácia pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas UNESP/ Araraquara (SP) e docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil.

**Introdução:** O Linfoma de Hodgkin é uma neoplasia de origem no sistema linfático, que se caracteriza por aumento exacerbado de linfócitos B do centro germinativo dos linfonodos. É uma doença rara, mais comum dos 15 aos 30 anos, a partir dos 55 anos e em homens. A maioria dos casos tem um bom prognóstico, no entanto podem haver recidivas nos anos seguintes. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico de paciente acometidos com Linfoma de Hodgkin em Minas Gerais. **Métodos:** Trata-se um estudo epidemiológico quantitativo, transversal e descritivo, no qual se avaliou dados secundários de pacientes portadores de linfoma de Hodgkin internados em serviços de saúde no estado de Minas Gerais durante o período de 2008 a 2017. **Resultados:** No período de 2008 a 2017 houve um aumento de 190% no número de internações, havendo um predomínio entre os 15 e 29 anos (31,85%), no sexo masculino (56,3%), na cor/raça parda (45,12%) seguida pela cor/raça branca (33,24%) e uma maior prevalência na macrorregião sul (37,6). A respeito das internações, (48,47%) foram em regime privado e (20%) em regime público. A taxa de mortalidade diminuiu de (9,19) em 2008 para (4,89) em 2017, mas sofreu pouca alteração nos extremos de idade. **Conclusão:** A LH está presente em todo território mineiro com predomínio nas macrorregiões sul, centro e oeste. Apesar do aumento da incidência durante o período compreendido, houve diminuição da taxa de mortalidade nas faixas etárias de maior acometimento, principalmente devido aos avanços no tratamento. Ainda, o regime de internações foi maior na rede privada, em contrapartida com os gastos com o LH, que foram maiores na rede pública. Novos estudos devem ser feitos tendo em vista a escassez de dados sobre a doença, o que por sua vez dificulta o diagnóstico e tratamento precoce.

**Palavras-chave:** Linfoma de Hodgkin. Epidemiologia. Internações.

### LIXEIRA ECOLÓGICA INTELIGENTE: RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO

BARBOSA, Marcia Aparecida Silva<sup>1</sup>; BISPO, Adriana da Silva<sup>1</sup>; BORGES, Karla Kathiane Oliveira<sup>1</sup>; GONZAGA, Hellen Caroline Silva<sup>1</sup>; LOPES, Natália Santos Jesus<sup>1</sup>; MENDES, Paulo Ricardo Souza<sup>1</sup>; SANTOS, Ricardo Peixoto<sup>1</sup>; RIBEIRO, Ana Gabriela Gonçalves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes de Engenharia de Produção das Faculdades Integradas Pitágoras <sup>2</sup>Docente das Faculdades Integradas Pitágoras

**Introdução:** Como o crescimento das cidades tem aumentado consideravelmente, a quantidade de lixo gerado também cresce, sendo cada vez mais escassos os espaços disponíveis e adequados para sua decomposição. Por isso, a reciclagem, antes mesmo da sua função de reaproveitamento do lixo e diminuição do impacto ambiental, é uma questão social, que merece atenção da comunidade e vem ganhando cada vez mais relevância pela sua importância ambiental, social e econômica. **Objetivo:** Devido aos problemas ambientais causados pelo descarte incorreto das latas de alumínio, foi pensada uma forma de tentar ajudar na preservação do meio ambiente e reduzir o acúmulo deste metal na natureza. O projeto tem como objetivo

desenvolver um amassador manual de latas de alumínio que ajude no recolhimento e descarte apropriado das latas, além contribuir com a preservação da natureza. Neste caso, foi criada uma lixeira ecológica inteligente, composta por um amassador de latinhas de alumínio para prensar as latas, e por um tambor cilíndrico para armazenamento das unidades amassadas, além de um contador digital, com sensor, para contabilizar as latas inseridas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa documental e experimental, de abordagem qualitativa. **Resultados:** Nessa pesquisa foi produzido o protótipo de uma lixeira ecológica inteligente, composta por um amassador que prensa latinhas de alumínio; por um tambor cilíndrico para armazenamento das latas; e por um contador digital. A lixeira visa facilitar o trabalho dos catadores, que poderão fazer a coleta de forma mais organizada, diminuindo o espaço de transporte e trabalho. Pretende-se, ainda, com a possível inserção deste produto em locais acessíveis, conscientizar e incentivar os consumidores de latas de alumínio a ajudarem na reciclagem do material. **Conclusão:** Conclui-se que é possível inovar o que já existe, fazendo o uso dos amassadores e da tecnologia para facilitar o trabalho dos catadores e para conservação e preservação do meio ambiente, ao lado de empresas parceiras para divulgação e envolvimento da população.

**Palavras-chave:** Reciclagem. Amassador. Latas de alumínio.

### LOMBALGIA EM GRÁVIDAS: UM SINAL DE ALERTA

MENDES, Patrícia Souza<sup>1</sup>; CÂMARA, Guilherme Oliveira<sup>1</sup>; MEDRADO, Lucas Rocha<sup>1</sup>; QUADROS, Tamires Correa Souza; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** Durante a gravidez, a mulher deve ganhar de 12 a 16kg porém, fatores culturais, comportamentais, ambientais e/ou sociais influenciam para que a grávida apresente um peso inadequado, podendo ser para mais ou para menos, em relação aos limites recomendados. As grávidas obesas apresentam uma maior incidência de patologias durante a gestação, sendo a lombalgia uma dessas. **Objetivo:** Verificar a prevalência de grávidas com excesso de peso na cidade de Montes Claros compreendidos de 2015 a abril de 2018. **Método:** Utilizou-se uma abordagem descritiva, com uma coleta de dados transversal de cunho quantitativo. As informações bases, fornecidas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), consideram o número de grávidas com sobrepeso e obesidade na cidade de Montes Claros. **Resultados:** Foram registrados cerca de 12,096 grávidas na cidade de Montes Claros. Dentre estas 4,976 se encontram com sobrepeso ou obesidade, o que corresponde em média a 40%. Dor na região lombar é bastante comum em grávidas, entretanto, ela pode causar incapacidade motora, insônia e depressão, o que impedem a gestante de levar uma vida normal. Do ponto de vista da biomecânica, essa dor é provocada pelo deslocamento do centro de gravidade pra frente decorrente do aumento das mamas e abdome, provocando alterações posturais, como redução do arco plantar, hiperextensão dos joelhos e anteversão pélvica, que se agrava com o aumento de peso, principalmente no último trimestre gestacional. Associando as alterações físicas do período gestacional ao sobrepeso e/ou a obesidade tem-se uma maior instabilidade da articulação sacroilíaca, além de aumento da flexibilidade da coluna e mais riscos do surgimento de dor lombar. **Conclusão:** Devido à alta prevalência de gestantes com sobrepeso ou obesidade verificou-se a necessidade de implantar medidas preventivas e precoces no intuito de evitar complicações na coluna lombar e melhorar a qualidade de vida dessas grávidas.

**Palavras-chave:** Gravidez. Obesidade. Lombalgia.

### MÃES NO TRABALHO<sup>7</sup>

COSTA, Gabriel Silva da<sup>1</sup>; MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>2</sup>; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira<sup>3</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>4</sup>  
1, 2, 3Discente das FIPMoc; 4Docente das FIPMoc

<sup>7</sup> Texto resultado de ações do Projeto de Extensão Cidadania e Saúde em desenvolvimento no âmbito do Curso de Direito, de Medicina e de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras-FIPMoc. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme nº. CAAE – 8081827.3.000.5109– Parecer nº 2.475.741.

**Introdução:** A inserção das mulheres no mercado de trabalho, a partir do século XIX, não significou a igualdade de condições de acesso e permanência no emprego, pelo contrário, transportou para o ambiente de trabalho as desigualdades entre homens e mulheres, especialmente pela condição de ser mulher. Um dos entraves à presença da mulher no mercado de trabalho se dava especificamente pela possibilidade da gestação e dos direitos decorrentes da maternidade, o que exigiu maior atuação do Estado na proteção do mercado de trabalho da mulher. **Objetivo:** Analisar os direitos trabalhistas inerentes à gestante e à lactante no Ordenamento Jurídico Brasileiro. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por referência, além da doutrina especializada, institutos normativos específicos, em especial a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 (CRFB/88), o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterada pela lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. **Resultados:** Observou-se que, desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a mulher encontra proteção especial em relação à inserção e à permanência no mercado de trabalho, especificamente quando gestante e lactante. A mulher, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, é conferida a estabilidade da gestante, conforme artigo 10, inciso II, alínea 'b' do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), não podendo ser demitida se não pela prática de conduta classificada como justa causa. Além disso, é garantido o benefício previdenciário do Salário Maternidade de 120 dias com remuneração sob responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), conforme artigo 71, da Lei Federal n.º 8.213/91, podendo ser acrescido de mais 60 dias, por conta do empregador, caso a empresa adira ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei Federal n.º 11770/2008. Ao chegar o fim da licença maternidade, a mãe lactante tem o direito de duas saídas de trinta minutos cada para fins de amamentação até que a criança complete seis meses de idade, podendo este período ser utilizado no fim da jornada de trabalho, conforme preceitua o artigo 396 da CLT. Quanto ao trabalho em ambientes insalubres durante a gestação, ocorreu significativa alteração com a Lei Federal 13.467, de 13 de julho de 2017, que possibilitou o trabalho da gestante nesses locais quando o grau de risco for mínimo ou médio, se afastando apenas com apresentação de atestado médio, o qual deve comprovar que a atividade é prejudicial à gestante. **Conclusão:** No Ordenamento Jurídico Brasileiro observa-se que os Direitos Trabalhistas relacionados à mulher podem ser classificados em três dimensões: proteção do mercado de trabalho da mulher em relação à gestante, proteção da saúde da gestante no ambiente de trabalho, e garantia do exercício da maternidade quanto à amamentação. Apesar desse rol de direitos trabalhistas, não é possível afirmar que as discriminações quanto à mulher no mercado de trabalho deixam de existir.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. Mulher. Gestante. Lactante.

#### MAPA MENTAL: APLICAÇÃO DO MÉTODO EM ÁREAS DISTINTAS DO CENTRO DE MONTES CLAROS E SUAS CONSTATAÇÕES

DRUMOND, Andréia Queiroz<sup>1</sup>. TAVARES, Kevin Guimarães<sup>2</sup>. SILVA, Ingrid<sup>3</sup>. SOUZA, Antônio<sup>4</sup>. ASSAF, Stephanie<sup>5</sup>.

1. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. 2. Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. 3. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. 4. Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. 5. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

**Introdução:** Mapa Mental é uma ferramenta, criada na década de 50 do século passado pelo urbanista Kevin Lynch, que “consiste na elaboração de desenhos ou relatos de memória representativas das ideias ou da imageabilidade que uma pessoa ou um grupo de pessoas têm de um determinado ambiente.” Lugares, baseado na memória desses, podendo ser usado como um dos métodos da Avaliação Pós- Ocupação (APO), sendo sua aplicação de grande abrangência. **Objetivo:** Este artigo tem como objetivo analisar a percepção dos usuários em relação a determinados pontos do bairro Centro, em Montes Claros/ MG a partir da comparação entre diversos mapas mentais coletados. **Metodologia:** Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa de campo que nos proporcionou a aplicação *in loco* do método em questão, cuja amostra é bastante variada - constituída por moradores e transeuntes do referido local, com faixa etária diversa (adolescentes, jovens, adultos e idosos). **Resultado:** Observou-se que, com a aplicação do Mapa Mental, foi possível avaliar quantitativa e qualitativamente a percepção diferenciada dos usuários em relação ao bairro Centro em seus diversos pontos geográficos. **Conclusão:** Conclui-se que essa resposta cognitiva, revelada pela amostra de cada ponto analisado, se mostra muito abrangente devido à presença de aspectos físicos (iluminação adequada ou escassa, presença ou não de mobiliário urbano, influência da

vegetação no conforto térmico, acessibilidade das vias, fluxo de veículos particulares e coletivos, dentre outros) presentes ou não nas diferentes áreas de análise.

**Palavras-chave:** Mapa Mental. Usuários. Percepção. Aspectos físicos. Centro de Montes Claros.

## MAUS TRATOS A ANIMAIS E AS LEIS QUE OS GARANTEM PROTEÇÃO

MENDES, Eloy José<sup>1</sup>; NEVES, Isabella Fagundes das<sup>1</sup>;

<sup>1</sup> Discentes das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc.

**Introdução:** O abandono animal tem causado grande preocupação social. A cada dia o número de animais nas ruas tem aumentado. Aplicando-se a responsabilidade dos cuidados dos animais abandonados às prefeituras e aos centros de zoonoses. **Objetivo:** Analisar a importância da proteção animal, as leis que os garantem e acrescer a quantidade de estudos e pesquisas que há a respeito do assunto abordado. **Método:** Em relação a metodologia optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Será usada a abordagem qualitativa e a pesquisa classifica-se em exploratória. **Resultados:** Há diversas formas de expressão da vida na natureza e uma dessas formas é a animal. Denominada como vida ambiental, o Art. 225, §1º, VII, da Constituição Federal Brasileira, determina que devemos proteger a fauna e a flora, conforme expresso em lei, às práticas que coloquem em risco a função ecológica, provocando a extinção de espécies ou submetendo os animais à atrocidades. Porém, a realidade encontrada não é essa, segundo a ANDA (2017), a população canina de Montes Claros é de 60 mil animais, desses, 5 mil moram nas ruas. Desabrigados, são maltratados por doenças e por transeuntes que os agredem. O Decreto 24.645 de 1934 dispõe todos os atos possíveis de maus tratos. Retratados também no Art. 32 da Lei 9.605/98, onde prevê a qualquer indivíduo que praticar qualquer ação de abuso, maus-tratos, ferir ou até mesmo mutilar animais selvagens ou domésticos, sendo eles nativos ou exóticos a pagar por pena de detenção, de três meses a um ano, e multa. Para que reduza as agressões e os abandonos. **Conclusão:** As leis brasileiras garantem proteção aos animais prevendo penas aos tipos de agressões e maus tratos. Defendidos em diferentes áreas do Direito, as leis, em conjunto, buscam a maior vitalidade e segurança dos animais indefesos, dos que se encontram em extinção e também dos selvagens.

**Palavras-chave:** Abandono animal. Maus tratos. Animais Domésticos.

### REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS. **Com quase 5 mil cães abandonados, adoções crescem em Montes Claros (MG)**. 2017. Disponível em: <<https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/417032260/com-quase-5-mil-caes-abandonados-adocoes-crescem-em-montes-claros-mg>>. Acesso em: 01 Jun 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

## MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

ALVES, Raphael Soares<sup>1</sup>; DIAS, William Fabiano<sup>1</sup>; FAGUNDES, Antônio Luiz Ferreira<sup>1</sup>; SANTOS, Jonathas Henrique<sup>1</sup>; RAFAEL, Roberta Vívian Silva<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental do cidadão expresso no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ele possibilita a resolução de conflitos na sociedade, visando sempre o cumprimento da justiça e da democracia. Entretanto, esse acesso é prejudicado por obstáculos decorrentes, por exemplo, da cultura da sentença, que leva à morosidade judicial. Desta forma, a fim de que as pessoas consigam acessar o judiciário de forma justa e eficaz, utiliza-se a mediação e a conciliação como formas alternativas de solução de conflitos. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar os meios alternativos de conflitos (conciliação e mediação) como formas de acesso à justiça. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e documental. **Resultados:** A pesquisa apontou que as formas alternativas de resolução de conflitos, mediação conciliação, abrem um sistema multipontas de acesso à justiça, através da criação de métodos mais eficazes de utilização das mesmas. Um

desses métodos é a separação de causas levadas ao judiciário. Essas causas são as que exigem um maior controle de legalidade, enquanto que as causas de menor grau podem ser solucionadas através dos meios alternativos. A mediação e a conciliação, sendo formas autocompositivas, possibilitam o diálogo entre as partes conflitantes, elemento de grande valor para solucionar um conflito e que ajuda a desestruturar a cultura da dependência estatal para resolução de conflitos. Na conciliação, por exemplo, quando a causa não ultrapassar 20 salários mínimos, pode ser realizado um acordo entre as partes sem a presença de um advogado, muitas vezes facilitando o acordo através do diálogo. Essas formas alternativas democratizam o acesso ao Poder Judiciário, uma vez que viabilizam o acesso gratuito por parte de pessoas que apresentam hipossuficiência financeira e que não teriam condições de arcar com as despesas de processos demorados e ineficientes. **Conclusão:** Diante do exposto, concluiu-se que a mediação e a conciliação são formas alternativas de acesso à justiça, pois permitem aos cidadãos a resolução de seus conflitos de maneira rápida e eficaz, evitando a morosidade judicial e desestruturando a cultura da sentença.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Mediação. Conciliação.

### MEDIAÇÃO PENAL: NOVO MODELO DE JUSTIÇA

ALKIMIM, Renata Wanderley<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Paulo Henrique<sup>1</sup>; SOARES, Solange de Fátima<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre<sup>2</sup>.  
Discentes das FIPMoc<sup>1</sup>. Docente das FIPMoc<sup>2</sup>.

**Introdução:** O Direito Penal enfrenta uma atual crise em determinadas áreas da criminalidade, que não estão mais suportando, com eficácia desejada, os sistemas fechados e formalistas de solução penal, principalmente em se tratando de delitos massificados de pequena e média potencialidade lesiva. É notório que, o sistema criminal atual não consegue dar uma resposta satisfatória à sociedade, bem como não consegue cumprir com as funções da pena, principalmente a reinserção social daquele que delinuiu. Assim, uma alternativa surge, com participação social, tornando assim, um importante papel no sistema jurídico brasileiro. **Objetivo:** Neste sentido, o presente trabalho tem o propósito de analisar a possibilidade da mediação no Direito Penal. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, em que os dados foram coletados por meio de uma pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Ao Estado cabe a promoção da paz social e, nessa acepção, elementos de justiça reparatória e restitutiva são sugeridos para substituir os atuais conceitos de justiça retribucionista, utilizando os acordos judiciais e extrajudiciais, com tutela e homologação jurídica, como fonte de minimização da relevância social do delito, bem como da satisfação dos anseios sociais de justiça, afastados conceitos de impunidade e ineficácia, em um sistema jurídico conhecido por inacessível e moroso. A mediação no Direito Penal brasileiro, maior exemplo desse modelo de justiça, demonstra seus primórdios de aplicabilidade no juízo da infância e juventude, ao oferecer meios alternativos para a não inserção do menor em um sistema penal. A negociação penal é uma realidade atual que não pode ser desprezada pelo Direito Penal. Essa nova realidade assume total relevância ao considerar-se que a vítima, principal sofredora do dano, estará isenta de uma participação ativa e eficaz, na qual será conduzida a uma possível prestação jurisdicional que não atende e não corresponde aos anseios da vítima e do próprio autor do delito, sendo a opção pela reparação financeira, a restituição ao estado anterior ao delito, muito mais interessante que qualquer disputa judicial que se estenderá por muito tempo e, certamente, não alcançará aos reclamos da vítima, nem aos reclamos sociais que já terão se alterado. Ao atribuir-se às partes a responsabilidade da resolução de conflitos penais (como propõe a mediação), respeitar-se-á dignidade humana o que conseqüentemente implicará na adoção de um Direito Penal de características mais humanitárias possibilitando a participação da vítima na relação conflitante (esta ora excluída pelo Estado da relação conflitante, o que a torna vítima por uma segunda vez) e que a imputação de castigo seja substituído pela reparação. **Conclusão:** A mediação penal assegura na atualidade um papel de importância do sistema jurídico brasileiro. O legislador já deu os primeiros passos na efetivação da mediação penal e a comunidade jurídica brasileira tem se mostrado disposta a discursar sobre esta forma de resolução alternativa para resolução de conflitos penais. No entanto, em lugar da representação da Justiça atual que se baseia no conflito e na ficção, a justiça deverá estrategicamente valer-se da cooperação como se tem sido utilizado na mediação penal.

**Palavras-Chave:** Mediação. Justiça Restaurativa. Solução Penal.

## MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

GONÇALVES, Fabiano Pereira<sup>1</sup>; GUEDES, João Vitor Campolina Silva<sup>2</sup>; MURTA, Matheus Felipe<sup>3</sup>; RAMOS, Diego Muniz<sup>4</sup>; SOARES, Matheus Zuba<sup>5</sup>; GABRICH, Lara Maia<sup>6</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc; 5Discente das FIPMoc; 6Docente das FIPMoc

**Introdução:** Em todas as sociedades modernas, o acesso à justiça, por ser um sistema que tem a finalidade de solucionar litígios, é uma temática digna de ordenar competência e comprometimento dos envolvidos. No ordenamento brasileiro, por exemplo, mesmo estando prevista em sua Constituição, a própria estrutura jurídica não oferece amparo para se tenha, de fato, esse acesso. O Poder Judiciário, atualmente, convive com uma sobrecarga de processos de relevância questionável, ou seja, os demais processos que necessitariam de maior atenção acabam sofrendo com a morosidade. Surgindo então, os meios extrajudiciais como saída dessa problemática, visando o aperfeiçoamento da acessibilidade à justiça para que haja eficiência em todos os casos. **Objetivo:** Analisar os meios alternativos de solução de conflitos – conciliação e mediação – como formas de acesso à justiça. **Método:** A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como exploratória. Em relação à natureza e o estudo do problema, será efetuada uma abordagem qualitativa. E quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, utilizar-se-á uma consulta bibliográfica. **Resultados:** Há um consenso de que o Poder Judiciário, devido a cultura da sentença, esteja sobrecarregado, ou seja, sofre com a intensa procura pela jurisdição como principal meio resolutivo de conflitos sem qualquer relevância considerável. Eis que surgem os meios extrajudiciais como caminhos que afastariam a morosidade presente nos tribunais. Dentre os meios extrajudiciais, os mais conhecidos e usuais, são a mediação, tendo um mediador que facilita o diálogo entre as partes para que as mesmas apresentem um acordo, e a conciliação, onde o conciliador propõe uma possível solução para o conflito. Cada um oferecendo inúmeras vantagens sobre o método judicial tradicional, funcionando como métodos alternativos, garantindo maior possibilidade de acesso e promoção de justiça para os cidadãos. **Conclusão:** O acesso à justiça é um sistema que tem por finalidade solucionar litígios ou permitir às pessoas reivindicarem seus direitos, mas, infelizmente, quase nunca têm acesso amplo ao sistema. Portanto, após analisar os meios alternativos de resolução de conflitos e compreender suas inúmeras vantagens, conclui-se que a preferência por essas formas tem reduzido a excessiva burocratização judicial, garantindo maior possibilidade de eficácia e efetivação do acesso à justiça aos cidadãos.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Meios Alternativos. Poder Judiciário. Morosidade. Solucionar Litígios.

## MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

SILVA, Annyelle Fernanda Rosa<sup>1</sup>; BARRETO, Karolina Duarte<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia<sup>2</sup>.

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça está previsto no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no qual diz que: " a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito". Tendo em vista isso, interpreta-se que o acesso à justiça seria apenas o direito de ingressar no sistema jurisdicional, no entanto, a problemática do acesso à justiça não se trata apenas de possibilitar o acesso ao poder judiciário, e sim de proporcionar o acesso a uma ordem jurídica justa. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar os meios alternativos de conflitos (conciliação e mediação) como formas de efetivar o acesso à justiça. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica. **Resultado:** Tendo em vista as dificuldades experimentadas pelo aparelho estatal – Poder Judiciário, buscou-se trazer uma outra perspectiva no que diz respeito ao tratamento de conflitos, apropriando-se de modelos autocompositivos que auxiliem as partes a resolver suas demandas satisfatoriamente. Através de procedimentos que concretizem o acesso à justiça, utilizando-se de métodos democráticos que valorizem a autonomia da parte em buscar uma solução que lhe seja agradável e adequada à sua realidade. Os Juizados Especiais, no âmbito do próprio Estado, passaram a ser uma das primeiras alternativas àqueles cidadãos comuns e de baixa renda que jamais teriam acesso à justiça no sistema tradicional. Nessa perspectiva, surgem os meios alternativos de solução de controvérsias, quais sejam, conciliação, arbitragem, negociação e mediação, como elementos importantes na busca de justiça. Assim, os meios alternativos de resolução de conflitos, mostram-se como meios hábeis à superação da cultura do litígio, e necessária ao desafogamento do poder judiciário. Têm-se a conciliação como um processo técnico

em que um terceiro imparcial, após ouvir as partes, orienta-as, auxilia, com perguntas, propostas e sugestões a encontrar soluções que possam atender aos seus interesses e as materializa em um acordo. Já a mediação se caracteriza por ser um processo de resolução de conflitos intermediada por um terceiro mediador que tem por objetivo solucionar pacificamente as divergências entre pessoas, fortalecendo suas relações, preservando os laços de confiança e os compromissos recíprocos que os vinculam. **Conclusão:** Nos últimos anos, a conciliação e a mediação têm sido destacados como importantes instrumentos para solução rápida e pacífica dos conflitos. Dessa forma, tanto a conciliação quanto a mediação são os meios alternativos de solução de conflitos mais eficientes para a concretização não apenas do acesso à justiça, mais do que o acesso a uma ordem jurídica justa.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Conciliação. Direito. Judiciário. Mediação.

## MEIOS DE ACESSO À JUSTIÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DE MONTES CLAROS

DANTAS, Thielly Patricia Fernandes<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Stéfani Santos<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Laura Vitória Fernandes de<sup>1</sup>; SARMENTO, Ana Paula Martins; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O número de processos em tramitação no Brasil aumentou de 60,7 milhões de processos em 2009 para quase 80 milhões em 2016. Essa judicialização dos conflitos e sobrecarga do Judiciário viola o princípio da duração razoável do processo e dificulta o amplo acesso à justiça garantido pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em decorrência disso, o CPC/2015 preocupado em facilitar o acesso à justiça incentiva a desjudicialização dos conflitos por meio da adoção de métodos consensuais de conflitos. Desse modo, ao lado da jurisdição, forma tradicional de resolução de conflito em que cabe ao juiz dirimir os conflitos (método heterocompositivo de resolução de conflitos) coexistem os métodos alternativos de resolução de conflitos como a mediação e a conciliação (métodos autocompositivos). **Objetivo:** Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de acesso à justiça nos Juizados Especiais de Montes Claros. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa e exploratória. Os dados foram coletados em livros, artigos e legislações. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo nos Juizados Especiais de Montes Claros para verificar as formas de resolução de conflitos. **Resultados:** Verificou-se que o acesso à justiça é considerado um direito fundamental de todos os cidadãos, entretanto, a exacerbada judicialização acaba por dificultar o acesso à justiça. Os Juizados Especiais foram instituídos pela Lei n.º 9.099/90 com objetivo principal de resolver as causas de menor complexidade, promover a conciliação, proporcionar um processo mais célere e viabilizar maior acesso à justiça. Com o intuito de promover a eficiência do Poder Judiciário, os Juizados investiram na resolução de conflito por meio da conciliação e somente em último caso o conflito será encaminhado para o juiz. O conciliador, atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem. **Conclusão:** Conclui-se que os Juizados Especiais vêm buscando apoiar e contribuir na diminuição dos processos que estão congestionando a Justiça Comum. Com relação às formas de acesso à justiça, os Juizados utilizam-se de duas formas, quais sejam a conciliação e a jurisdição (essa utilizada somente quando não tiver acordo). Os estudos apontam que conciliação tem sido incentivada nos Juizados Especiais e tem sido um meio eficaz de pacificação social, já que há uma autocomposição entre as próprias partes com a colaboração de um terceiro e é uma solução simplificada e célere de resolução dos conflitos de menor complexidade.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Formas alternativas. Mediação e conciliação. Juizado Especial e Justiça Comum.

## MIDIATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DIREITO PENAL EMERGENCIAL: O ESPETÁCULO DO POPULISMO PUNITIVO

CHAVES, Maria Cecília Magalhães <sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda em História pela Unimontes. Graduada em Direito; <sup>2</sup>Docente das FIPMOC

**Introdução:** Com o expansionismo penal e a ampliação do alcance da Ciência Penal, o uso indiscriminado das premissas punitivas tornou o campo de aplicabilidade do Direito Penal um espetáculo populista. Em um cenário de midiática da violência onde são projetadas percepções de intensificação do controle

punitivo e difusão da cultura do medo, a mídia se apropriou da temática da violência de modo que programas e telejornais passaram a abordar questões de ordem penal, processual penal e política criminal. Ocorre que a mídia, como grande emissora de mensagens e formadora da opinião pública atinge a construção do imaginário punitivo ao explorar as emoções e demandas populares em torno da criminalidade. Destarte, o problema desta pesquisa relaciona-se com este aspecto de produção de sentidos e caracterizações da realidade criminal manejadas pelos veículos de comunicação e questiona o alcance dessa atuação na administração de um direito penal emergencial e de natureza simbólica. **Objetivos:** Busca-se assim, analisar a contribuição da mídia na aplicação de um direito penal emergencial e simbólico que não tem eficácia instrumental como meio de prevenção ao delito ou proteção de bens jurídicos, mas visa apenas atingir o clamor coletivo ao falsear o contexto de combate à criminalidade e fomentar aclamação por novas medidas punitivas que assegurem uma ordem jurídico-penal mais repressiva. **Método:** Utilização do método de abordagem dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Pode-se verificar que com a midiática da violência surge o fenômeno do populismo punitivo, o qual se insere num contexto de espetacularização da violência e concebe o rigor penal como solução para o problema da criminalidade. Neste sentido, restou comprovado que a mídia explora o senso comum, as emoções e demandas geradas pelo crime, difundindo a cultura do medo legitimando o simbolismo penal. Deste modo se recai na aplicação do direito penal emergencial onde o recrudescimento da legislação e criação de novos tipos penais surgem pautados pelo clamor social, baseados em fatos casuísticos e sobre fortes influências políticas e efeitos midiáticos. Por não ter vistas à pacificação e ressocialização, o direito penal emergencial tem natureza simbólica de modo que os dispositivos penais não geram efeitos protetivos concretos, mas apenas visam acalmar o clamor social falseando a ideia de combate ao crime. **Conclusão:** Destarte, conclui-se que a mídia legitima discursos populistas sobre o paradigma punitivo, de modo a distorcer a realidade criminal e contribuir na aplicação de um direito penal que furta-se ao modelo garantista e prescinde de eficácia, ao atuar pautado apenas por pressões sociais.

**Palavras-chave:** Mídia. Violência. Direito Penal

## MODALIDADES ALTERNATIVAS COMO SUPERAÇÃO DOS OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA

CAROBA, Hellen Eduarda Alves<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental, expresso no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), garantindo ao indivíduo a resolução de seus conflitos por meio do Judiciário, entretanto, evidenciam-se as altas custas processuais às partes e a morosidade processual, que compromete o resultado de justiça esperado. **Objetivo:** A presente pesquisa teve como objetivo analisar os meios alternativos de resolução de conflitos, mediação e conciliação como formas de superação dos obstáculos e efetivação do acesso à justiça. **Metodologia:** Empregou-se o método dedutivo, mediante procedimento exploratório, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. **Resultados:** O acesso à justiça enfrenta obstáculos para sua plena efetividade, dentre esses, constata-se as altas custas processuais às partes, e o constante aumento do número de demandas pela cultura da sentença. Além disso, a burocratização dos processos, a falta de conhecimento jurídico por parte dos litigiosos e o tempo gasto em uma ação, são determinantes, pois geram ao processo uma morosidade processual que o torna ineficaz e ineficiente. Tais problemas ao acesso à justiça acarretam insatisfação aos indivíduos litigantes e descrença da população no que concerne a existência da ordem jurídica justa, partindo de uma insuficiência estatal para atender as demandas sociais e os conflitos de interesse como um todo. Neste contexto, surgem a mediação e a conciliação, modalidades alternativas de resolução do litígio, que objetivam ultrapassar esses obstáculos, gerando a redução do número de processos levados ao Judiciário, agindo de maneira eficaz, além de serem formas mais rápidas e econômicas do indivíduo fazer valer seus direitos. A mediação e a conciliação são caracterizadas pela presença de um terceiro imparcial e habilitado, mas diferenciam-se, uma vez que o primeiro apenas facilita o diálogo, e a segundo propõe soluções para resolução da lide, entretanto, não possuem obrigatoriedade. Ademais, percebe-se que a mediação e a conciliação são classificadas como formas alternativas, pois não possuem o intermédio da jurisdição, contudo, não deixam de ser uma forma de acesso à justiça, sendo uma via de assegurar o elo entre a população e os órgãos jurisdicionais, facilitando tal relação e tornando-a mais acessível a todos. **Conclusão:** Diante dos fatos expostos, constata-se que, para que haja um acesso à ordem jurídica justa, faz-se fundamental a desburocratização de processos e a superação dos obstáculos evidenciados, utilizando-se, assim, a mediação e a conciliação, que se caracterizam como modalidades alternativas mais rápidas e

econômicas para a eficácia da garantia de acessibilidade à justiça. Por fim, a utilização das modalidades alternativas de acesso à justiça possui maior eficácia, tendo em vista que permitem a todos os indivíduos soluções aos seus litígios, de maneira mais simplificada e eficiente, além de possuir menores custos às partes e maior agilidade nas suas resoluções, superando os obstáculos jurisdicionais, fazendo valer, assim, os direitos dos cidadãos no tocante ao auxílio judicial.

**Palavras-chave:** Mediação. Conciliação. Obstáculos. Alternativos.

## MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO

COSTA, Andressa Graycielle De Jesus<sup>1</sup>; DAMASCENO, Áthila Victor Ponciano<sup>1</sup>; MOREIRA, Milena Barbosa<sup>1</sup>; NUNES, Maria Eduarda Rodrigues Mendes<sup>1</sup>; RODRIGUES, Rafaela Mendes<sup>1</sup>; SOUZA, Amanda Soares<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discentes das FIP-Moc; <sup>2</sup>Docente das FIP-Moc.

**Introdução:** O Direito Constitucional é um ramo do Direito Público que liga-se diretamente à organização e funcionamento do Estado constituído por princípios e normas. Entre os diversos direitos sociais fundamentais é assegurado o direito ao trabalho proporcionando aos indivíduos melhores condições de vida. Este tema possui relevância para a sociedade, já que pode influenciar de maneira direta ou indireta ao salientar um meio de concretizar sonhos, atingir metas e objetivos de vida. **Objetivo:** Esse trabalho tem o propósito de analisar as consequências da modernização trabalhista para os direitos fundamentais do trabalho. **Metodologia:** Para a consecução do objetivo foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica em artigos e livros e documental na legislação trabalhista. **Resultados:** A Constituição Federativa do Brasil de 1988 dispõe em seu artigo 7º sobre os direitos sociais fundamentais dos trabalhadores. O direito ao trabalho e à garantia do emprego, as condições de trabalho, os direitos relativos ao salário, e ao repouso e à inatividade do trabalhador. Ainda é válido esclarecer os direitos coletivos dos trabalhadores que são liberdade profissional e sindical, greve e participação em colegiados de órgãos públicos. Consoante o Princípio de Vedação ao Retrocesso, os direitos trabalhistas devem ser assegurados de forma progressiva, não se admitindo retrocessos. Ou seja, é inconstitucional qualquer medida que se dirige a revogar os direitos sociais já regulamentados. **Conclusão:** Conclui-se que a Reforma Trabalhista realmente foi necessária, no entanto, houve pontos positivos e pontos negativos. Houve retrocessos que violam a Constituição Federativa do Brasil de 1988, no que tange à ampliação da terceirização para as atividades-fim das empresas; violação de direito fundamental ao salário mínimo; flexibilização da jornada de trabalho; restrições do acesso à justiça do trabalho, entre outras violações. Quanto aos pontos positivos ocorreram avanços no que toca as férias que poderão ser divididas em mais de um período, desde que o empregado concorde; o empregado pode trabalhar em casa; por meio de acordo, empregado e empregador poderão encerrar o contrato de trabalho; empregados e empresas poderão ajustar condições de trabalho específicas, por meio de acordo ou convenção coletiva, dentre outros.

**Palavras-chave:** Direitos Fundamentais. Reforma Trabalhista. Sociedade.

### REFERÊNCIA:

BRASIL. Artigo 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo II – Dos Direitos Sociais, Brasília, DF, 05 de out. de 1988.

## MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO

SANTOS, Adriely Barbosa<sup>1</sup>; CARDOSO, Lauro Alex Couto<sup>1</sup>; NOBRE, Lara Camila Rabelo<sup>1</sup>; PIMENTA, Luís Henrique Gomes<sup>1</sup>; MORAIS, Vinícius Costa<sup>1</sup>; SILVA, Lenadro Luciano da<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Estudante de graduação de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup> Professor do Curso de Direito das FIPMoc.

**Introdução:** Diante da crise econômica vivenciada pelo país, o então Presidente (interino) Michel Temer sancionou a então chamada minirreforma trabalhista – Lei 13.467/2017 – que contém mais de 220 alterações no texto da CLT, causando impacto na sociedade em geral. Além do impacto causado pela reforma, ela é motivo de controvérsias, uma vez que existem dúvidas a respeito da sua integral constitucionalidade. Essas controvérsias surgiram desde o momento da tramitação dos diversos projetos

de lei que tratavam desse tema no Congresso Nacional. A CLT não é uma única lei, e sim um conjunto que trata de direito trabalhista, sendo o instrumento que regula a relação entre o empregado e o empregador, prezando pelos direitos de ambos os lados, em especial, pela proteção do trabalhador, considerado o lado mais debilitado dessa relação. No que tange às alterações trazidas pela reforma, observa-se 120 artigos da CLT que são diretamente afetados. A Constituição de 1988 elencou, em seu art. 7º, uma série de direitos sociais com o intuito de proteger o trabalhador em suas relações laborais, no entanto alguns autores afirmam que a reforma se trata de uma manobra inconstitucional partindo do fundamento de que o art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal de 1988 que diz que “não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir, entre outros [...] Os direitos e garantias individuais” e que “o conceito de ‘direitos individuais’ não se limita aos que são previstos no art. 5 da Constituição, mas encontram-se fragmentados pelo texto da carta de modo que os direitos sociais também são individuais pois cada trabalhador, individualmente, deles se beneficiam, por isso, não poderia ter havido nem mesmo a deliberação do projeto de lei”. **Objetivo:** O presente trabalho teve como objetivo analisar as mudanças da nova reforma trabalhista de 2017 que afetam e se aproximam dos Direitos Fundamentais do Trabalho. **Método:** Empregou-se para o desenvolvimento do estudo o procedimento exploratório bibliográfico e documental. **Conclusão:** Apesar da existência de modificações básicas, que de fato vieram para modernizar o contexto trabalhista brasileiro, no que tange os direitos fundamentais do trabalhador, que foram anteriormente citados, a reforma consagra mais retrocessos que avanços. Os trabalhadores, que deveriam receber tratamento prioritário por serem mais vulneráveis sofreram inúmeras violações de seu direito com tal reforma que foi votada de maneira espantosa devido à velocidade de sua tramitação, possuindo medidas impopulares e viciosas que, infelizmente, representam retrocessos sociais.

**Palavras-chave:** Constituição. Lei Trabalhista. Reforma Trabalhista.

#### MORBIDADE NO PRIMEIRO ANO DE VIDA DE RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMOS EGRESSOS DE UTI NEONATAL

XAVIER, Patrícia Soares de Castro<sup>1</sup>; ALMEIDA, Carolina Brito de<sup>2</sup>; RAMOS, Andréia Caroline Ribeiro<sup>3</sup>; FREIRE, José Victor Afonso<sup>4</sup>; COSTA, Vanessa Pereira<sup>5</sup>; CALDEIRA, Antônio Prates<sup>6</sup>; PINHO, Lucinéia de<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Professora do Departamento de Saúde da Mulher e da Criança da Universidade Estadual de Montes Claros.

<sup>2,5</sup>Acadêmica de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras.

<sup>3,4</sup>Acadêmico de Medicina da Universidade Estadual de Montes Claros.

<sup>6</sup>Professor do departamento de Saúde da Mulher e da Criança da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutor em Ciências da Saúde.

<sup>7</sup>Professora do Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutora em Ciências da Saúde

**Introdução:** A prematuridade está relacionada com maior incidência de doenças pulmonares principalmente por imaturidade pulmonar que somado às intervenções necessárias para sua terapêutica, resulta em maior tempo de internação. Esses fatores influenciam no desenvolvimento do sistema nervoso, que durante esse período está suscetível a condições de estresse, como hiperestimulação a excesso de luz, som e manuseio, culminando em possíveis alterações posteriores em seu desenvolvimento neuropsicomotor. **Objetivo:** Analisar as intercorrências por trimestre, no primeiro ano de vida, após a primeira alta hospitalar dos RNs acompanhados no *Followup*, em Montes Claros - MG. **Método:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e analítico, realizado através da análise dos prontuários provenientes do serviço de *Follow-up* de recém-nascidos de alto risco do município de Montes Claros-MG. Foram avaliadas crianças nascidas de parto natural e cesáreo entre 2010 e 2015, que tiveram o seguimento com pelo menos 3 acompanhamentos no primeiro ano de vida. **Resultados:** Foram observados 167 intercorrências no 1º trimestre, sendo 24,5% delas representadas por afecções respiratórias e em segundo lugar com 19,8% afecções do sistema nervoso. No 2º trimestre ocorreram 260, ocorrendo uma inversão dos valores, com as intercorrências do sistema nervoso sendo as mais incidentes representando 27,3% e as respiratórias 24,2%, o sistema digestório foi o 3º sistema mais acometido nos 2 primeiros trimestres, representando cerca de 20% em cada um, o sistema cardiovascular foi acometido mais no 1º trimestre com 9,6% e nos seguintes apenas 3 intercorrências foram documentadas. Por fim, no 3º trimestre foram documentados 257 intercorrências, nas quais, com o sistema nervoso continuando o principal sistema acometido, com 35,8% de todas as intercorrências e as respiratórias com 28,4% e o sistema digestório com

6,6%. **Conclusão:** As intercorrências durante a internação das UTIs neonatais e as condutas tomadas interferem diretamente na morbidade nos primeiros anos de vida dessas crianças, dessa forma, torna-se fundamental conhecer esses eventos para desenvolver condutas com maior eficácia em menor tempo de internação, resultando em uma melhora do perfil de morbidade infantil.

**Palavras-chave:** UTI neonatal. Morbidade. Pré-termos.

## **MORBIDADE POR SEQUELAS DE HANSENÍASE NO BRASIL: PREJUÍZOS RELACIONADOS À LOCOMOÇÃO**

OLIVEIRA, Ana Carla Santos<sup>1</sup>; XAVIER, Ana Clara Santos<sup>1</sup>; FERREIRA, Erick Oliveira<sup>1</sup>; CHAVES, HíaraFrancielly Carvalho<sup>1</sup>; GOMES, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; MOREIRA, Luís Fernando Vasconcelos<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>2</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>2</sup>

<sup>1</sup> - Discentes do Curso de Medicina das FIPMoc <sup>2</sup> - Docentes das FIPMoc

**Introdução:** Ahanseníase é uma doença infectocontagiosa, causada pela *Mycobacterium leprae*, sendo o Brasil responsável por 92% das notificações registradas na América e o nordeste brasileiro com o maior número de ocorrências e endemicidade<sup>1</sup>. Sua transmissão ocorre pelas vias respiratórias, devido a um contato recorrente e prolongado com pacientes que apresentam a doença, os quais não estão submetidos ao tratamento<sup>3</sup>. A inaptidão física deve-se, principalmente, à lesão dos nervos, pois predispõe à perda da capacidade que evoluem com deformidades, limitando a vida no trabalho. O diagnóstico tardio, a falta de acompanhamento médico e o tratamento inadequado da hanseníase são os principais responsáveis pelo desenvolvimento de insuficiência motora nos pacientes, uma vez que o GIF (grau de incapacidade física), utilizado pelo Ministério da Saúde para avaliar pacientes hansenícos, se baseia na evolução dessa doença.

**Objetivo:** Analisar as sequelas associadas com a motricidade causadas pela hanseníase no Brasil. **Método:** Estudo descritivo, retrospectivo e transversal com abordagem quantitativa desses. A fonte de dados foi o Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde, composta pelos registros de internações por sequelas de hanseníase entre 2012 e 2017. **Resultados:** A amostra pesquisada foi composta por 4759 pacientes de ambos os sexos e hospitalizados com sequelas ocasionadas pela hanseníase. Desses, 62% eram homens, sendo que, ao maior número de casos notificados no ano de 2014, chegando a 18% do total. Em um total de 29520 casos de internações no Brasil, a região Nordeste apresentou o maior número de casos, com 29% de pacientes internados. Considerando a perda de mobilidade como sequela, 37,2% dos casos apresentavam lesão em nervos tibiais posteriores e fibular comum. A lesão de nervo mediano e ulnar causaram a perda da capacidade motora em 14% dos pacientes e as lesões dos nervos facial e trigêmeo, que atingem as regiões da face, correspondem juntas a 18,2% do total. Dados da literatura estimam que aproximadamente 10981 indivíduos progrediram com sequelas locomotoras decorrentes da hanseníase<sup>1</sup>. **Conclusão:** O diagnóstico precoce e a realização do tratamento adequado são importantes para minimizar as sequelas decorrentes da hanseníase. Dessa forma, é relevante a abordagem prévia para reduzir a probabilidade de propagação do bacilo transmissor e o estigma ocasionado pela patologia, bem como proporcionar uma boa qualidade de vida ao portador.

**Palavras-Chave:** Hanseníase, Locomoção, Estatísticas de Sequelas e Incapacidade.

### **REFERÊNCIAS:**

DE SANTANA, Emmanuelle Malzac Freire. **Deficiências e incapacidades por hanseníase na atenção secundária à saúde.** 2017.

DUTRA, Fernanda Cecy Munhoz Lago. **Tratamento da Hanseníase em Rolim de Moura/RO.** 2016.

**Guia prático sobre a hanseníase.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

## MORBIMORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

LINHARES, Victor Athayde Cardoso<sup>1</sup>; CONDE, Marcela Duarte Santos<sup>1</sup>; MEIRELES, Adalton de Souza<sup>1</sup>; SOUZA, Gutemberg Ferreira<sup>1</sup>; PRATES, Plínio Vinícius Guimarães<sup>1</sup>; NEVES, Pedro Tolledo Menezes<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Graduados no curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Biociências e Biotecnologia Aplicadas à Farmácia pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas UNESP/ Araraquara (SP) e docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil.

**Introdução:** Os estudos sobre mortalidade materna no Brasil ainda são escassos, a subnotificação torna os dados fragmentados principalmente nas classes socioeconômicas mais baixas onde as taxas tendem a ser maiores. **Objetivo:** Avaliar a morbimortalidade materna (MM) no estado de Minas Gerais, no período de 2008 a 2015. **Método:** Trata-se de um estudo de caráter descritivo, retrospectivo e de delineamento quantitativo. A população do estudo foi constituída por todas as notificações de morbidade e mortalidade hospitalar materna, ocorridas no estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2008 a junho de 2015. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Para análise estatística foi utilizado o software Excel 12.0 e o programa *Statistical Pocckage for the Social Sciences* para Windows, versão 15.0 e *Origin 7.1*. **Resultados:** O número total óbitos maternos entre os anos de 2008 e 2015 no estado de Minas Gerais foi de 434 casos, tendo uma média segundo a Razão de mortalidade materna (RMM) de 26,44 nesse período. As faixas etárias com maior mortalidade englobaram as idades de 20-29 anos (41,33%) e 30-39 anos (36,95%) e a raça/cor mais acometida foram as raças brancas (25,86%) pardas (41,10%). Sendo, a principal patologia causadora de MM a doença hipertensiva da gravidez (14,7%). **Conclusão:** Conclui-se assim, que o estabelecimento de políticas de saúde pública em relação ao acompanhamento das gestantes com história patológica e fatores de risco para gravidez de alto risco e o treinamento dos profissionais da saúde nos serviços de urgência em obstetrícia poderiam diminuir significativamente a MM.

**Palavras-Chave:** Mortalidade materna. Gestantes. Minas Gerais.

## MORTALIDADE DAS MPES: EDUCAÇÃO É A SOLUÇÃO

MAGALHAES, Caroline Santos<sup>1</sup>; PEREIRA, Emerson Jesus <sup>1</sup> RIBEIRO, Fernanda Aparecida<sup>1</sup>; DIAS, Karen Teixeira; COSTA, Renaira Dias<sup>1</sup>, PINHEIRO, Cristh Ellen<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Um dos principais motivos das MPE fecharem as portas é a falta de conhecimento do mercado, estratégica de vendas e habilidades dos empreendedores, além da falta de capital de giro e carga tributária. Diante disso, a questão a ser respondida no projeto é: como diminuir os problemas enfrentados pelos micro e pequenos empresários. **Objetivo:** Propor uma solução para diminuir os problemas enfrentados pelas MPEs. **Método:** O projeto contemplou uma pesquisa bibliográfica e documental, em sites e documentos oficiais disponíveis na rede, a fim de coletar informações sobre a problemática trabalhada. Após esta fase, foram realizadas reuniões em grupo e a elaboração de um plano de negócios, primeiramente com a utilização da ferramenta Canvas e, posteriormente, o plano com as informações gerais do modelo de negócio escolhido para o produto do projeto interdisciplinar. **Resultados:** A partir dos objetivos propostos e das bibliografias estudadas, foi elaborado um projeto de educação empreendedora voltado para jovens de nível médio do ensino público. O projeto contempla a participação de acadêmicos de graduação em Administração na formação dos alunos do ensino médio, objetivando incentivar a cultura empreendedora e, a partir disso, elevar a formação destes jovens. **Conclusão:** Diante do exposto, infere que o projeto contribui para a diminuição de mortalidade das MPE's. Pois com conhecimento de empreendedorismo, conhecimento de como uma empresa funciona e de como evitar que a mesma chegue a fechar as portas, desenvolvendo habilidades pertinentes e buscando a integralização desses conhecimentos com vista ao fortalecimento do mundo dos negócios.

**Palavras-chave:** Administração. Educação empreendedora. Formação de jovens.

## MORTALIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCALIZADAS EM MONTES CLAROS – MG

<sup>1</sup>BARROSO, M. H. S.; <sup>1</sup>SILVA, R. C.; <sup>1</sup>SOUZA, A. C. S.; <sup>1</sup>TEIXEIRA, J.M. M.  
<sup>2</sup>PINHEIRO, C. E. F.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** As micro e pequenas empresas (MPEs) têm grande representatividade na economia brasileira, sendo sua importância pautada na geração de emprego e renda, além de sua representatividade no Produto Interno Bruto (PIB) do país, a qual compreende 27%, conforme expõe o SEBRAE (2015). De acordo com pesquisas realizadas pelo SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas, considera o principal termômetro de desempenho dos pequenos negócios no Brasil. Estudo sobre desempenho das pequenas empresas, apresentaram que 1,8 milhão de empreendimentos lançados em 2014, 600 mil (ou 33% deles) estariam fechados até o fim de 2016. Dados os fatos, este projeto se justifica pela representatividade das MPEs na economia e, sobretudo, pelo fato de Montes Claros-MG, que é a maior cidade do Norte de Minas, dispor de um número relevante de micro e pequenas empresas. Nesse sentido, o problema deste estudo consistiu em responder à questão: quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos micro e pequenos empresários na gestão dos seus negócios? **Objetivo:** Elaborar uma proposta para diminuir os problemas enfrentados pelas MPEs. **Método:** Para o alcance do objetivo geral, foi realizada uma pesquisa em cinco MPEs na cidade de Montes Claros – MG, com o objetivo de diagnosticar as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendedores. Para tanto, foi aplicado um formulário denominado Check Up de gestão, o qual dispunha de questionamentos acerca das ferramentas de gestão utilizadas pelos mesmos. Os dados obtidos foram tabulados com o auxílio do programa Microsoft Excel, e, em seguida, foram feitas as análises. A partir da análise dos dados coletados, foi elaborado um plano de negócio de uma empresa de consultoria especializada em MPEs, com foco nas necessidades identificadas. **Resultados:** Os dados permitem inferir que as técnicas e ferramentas utilizadas pelos empresários nas áreas de marketing, finanças, RH e planejamento estratégico, não apresentaram um índice satisfatório de eficiência. Todas as ferramentas da área de finanças são utilizadas pelos pesquisados, no entanto, estes afirmaram ter dificuldade para utilizá-las, ou seja, estas não apresentam eficiência na gestão. Assim, percebeu-se uma oportunidade de criação de um negócio de consultoria customizada voltado para a área de finanças. Diante disso, foi realizada uma análise SWOT para diagnóstico do ambiente do negócio proposto e, a partir desta, foi elaborado um plano de negócios da empresa de consultoria, a qual foi denominada como *High Performance*. **Conclusão:** A partir do projeto realizado, pode-se concluir que os micro e pequenos empresários não possuem conhecimento e formação adequada para utilização das técnicas de gestão. Com isso, foi possível identificar uma oportunidade no mercado de consultoria, sobretudo, consultoria personalizada de acordo com as áreas e as necessidades das empresas, com soluções simples, aplicáveis no cotidiano dos empresários e impactantes.

**Palavras-chave:** Mortalidade. MPEs. Negócios.

### REFERÊNCIAS:

EXAME. **Um terço dos negócios no Brasil fecha em dois anos.** 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/um-terco-dos-negocios-no-brasil-fecha-em-dois-anos/>. Acesso em: 18/05/2018.

SEBRAE. **Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas.** São Paulo, 2010.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil.** 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-gera-m-27%25-do-PIB-do-Brasil>. Acesso em: 07/04/2018.

## MULHERES PRESIDÁRIAS NA CADEIA PÚBLICA DE MONTES CLAROS

AGAPITO, Dhara<sup>1</sup>; CARDOSO, Gabriel<sup>1</sup>; VIEIRA, Maria Carolina<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Luana<sup>1</sup>; BARRETO, Vitória<sup>1</sup>; CÉLIA, Regina<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** É notável a escassez de trabalhos e pesquisas realizadas visando resultados tendo como tema a criminalidade feminina, sendo essa ainda mais escassa com relação a realidade dos presídios femininos em Montes Claros, dificultando assim uma melhor análise de tal temática que vise melhorias para as mulheres presidiárias nas seguintes perspectivas: Ligação social da detenta com o Estado e a Sociedade; A concepção da detenta sobre o delito; Visão da sociedade acerca das encarceradas; Papel do Estado. **Objetivo:** A pesquisa tem como objetivo analisar aspectos sociológicos que envolvem as detentas de Montes Claros. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. Os dados foram coletados na tese do então Pós-Graduando Flávio de Oliveira Carvalho, que tem como tema: “Desenvolvimento, mulheres e criminalidade: Uma análise dos relatos das presidiárias detidas por envolvimento com tráfico de drogas na cadeia pública de Montes Claros - MG “. **Resultados:** Obteve-se como resultado que com relação ao ambiente prisional, o autor julga ser ‘tipicamente feminino’ em suas relações, com relatos de que os cuidados pessoais e com as celas são superiores aos dos homens. O crime de tráfico de drogas representa majoritariamente o envolvimento das mulheres na criminalidade, sendo o delito mais frequente entre as mulheres encarceradas. Percebeu-se que a inserção da mulher no papel mais ativo na sociedade foi sincrônica a sua revelação como autora em potencial de atos ilícitos, haja vista o caráter social do crime. O perfil, quase em totalidade, das encarceradas é de mulheres que não tiveram a mínima condição de desenvolvimento perante a sociedade, sem grandes oportunidades de estudo e diante da falta de emprego, dificuldades financeiras, da sociedade preconceituosa e do Estado ineficiente, enxergaram o tráfico como a única saída para seus dramas pessoais. O pouco grau de escolaridade também é notável determinante para a inserção destas no tráfico de drogas, uma vez que as tornam propícias a empregos de baixa renda, muitas das vezes extensivos das tarefas domésticas. Ficou evidente nas entrevistas apresentadas que o aspecto financeiro é a principal motivação para o envolvimento das mulheres no tráfico de drogas, evidenciando ainda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres/mães. Outro aspecto importante é a influência masculina na prática do crime. **Conclusão:** Concluiu-se que a República Federativa do Brasil está pautada nos princípios do Estado Democrático de Direito, sendo assim o nosso Estado é a fonte mantenedora das garantias e dos Direitos Fundamentais. Os meios para garantir a eficácia desses direitos são diversos, sendo o mais coerente a implantação de políticas públicas. Todavia, o estado tem se mostrado incapaz de garantir a eficácia dos direitos sociais, considerando-se a escassez de políticas públicas aliada ao processo de marginalização social, criando assim um ambiente propício a criminalidade.

**Palavras-chave:** Mulheres encarceradas. Tráfico de Drogas. Criminalidade.

## NARRATIVAS MIDIÁTICAS E FORMAÇÃO SÓCIO-EDUCACIONAL NO CINEMA: CRÍTICA SOCIAL NA SAGA HARRY POTTER (2001-2011)

CANELA, Kelly Cristyni Rodrigues<sup>1</sup>; SANTOS, Gustavo Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes.

**Introdução:** O cinema trafega pela história como importante impulso artístico, objeto de contravenção e polo mercadológico. As narrativas cinematográficas abordam por meio dos sentidos simbólicos e do discurso temas diversos que tocam os sujeitos e suas experiências cotidianas. A saga *Harry Potter* em sua heptalogia é partícipe desse cenário, perpassando espectadores infanto-juvenis ao longo de uma década de produções (2001-2011), posicionando temáticas de interface às vivências de seu público em uma perspectiva de formação sócio-cultural e educacional. **Objetivo:** Analisar a construção do pensamento crítico-social nos filmes da saga *Harry Potter* (2001-2011), considerando suas temáticas de formação sócio-cultural. **Método:** O estudo compreendeu uma pesquisa de abordagem descritiva, de natureza qualitativa e do tipo documental, tendo por fonte de dados os filmes da heptalogia da saga *Harry Potter* nos cinemas promovidos entre 2001 e 2011. O procedimento de análise compreendeu a decupagem de cenas considerando trama, enredo, ambientação e personagens em confronto com a teoria de representações e crítica social (JODELET, 2002; DUARTE, 2003) a partir de produtos de mídia, subsidiados ainda pelas técnicas de análise do discurso e do conteúdo em Mainqueneau (2004) e Bardin (2007). **Resultados:** O enredo central da saga *Harry Potter* se desenvolve em torno dos temas de disputas de poder e hierarquia

social, racismo, igualdade e tolerância. A trama que permeia a história se dá na luta social pela aceitação de bruxos de sangue não-puro, que são filhos de bruxos com trouxas (pessoas não mágicas) e os bruxos nascidos trouxas. A grande meta do vilão das obras, Voldemort, é ter um mundo bruxo limpo daqueles que não tem o puro-sangue. Nos anos em que ele toma o poder e está à frente do Ministério da Magia, o vilão persegue, interroga, tortura e mata todos aqueles que não são puro-sangue (*Harry Potter e as Relíquias da Morte*). Na realidade da história, os bruxos são humanos e seus problemas sociais, dilemas morais, éticos e preconceitos são análogos àqueles que são vividos no cotidiano fora das telas ou páginas. *Harry Potter* fala sobre tortura institucional, burocracia governamental e política institucional quando trata do Ministério da Magia (*Harry Potter e a Ordem da Fênix*). Aborda movimentos sociais quando cita a libertação dos elfos domésticos e provoca reflexão sobre os dilemas éticos e morais da tortura quando apresenta as maldições imperdoáveis (*Harry Potter e o Cálice de Fogo*). Terrorismo e contraterrorismo são discutidos com a prisão de Azkaban, Comensais da Morte e os grupos de resistência a Voldemort (*Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban*). Nesse arcabouço, são conduzidas reflexões sobre tortura institucional, mídia, manipulação social e política. **Conclusão:** A saga *Harry Potter* acopla em sua narrativa de trajetória pontos críticos de temáticas que dialogam com a quotidianidade, abrindo espaço para discussão e reflexão dos espectadores que, no consumo e proveito do entretenimento, introjetam e projetam temáticas de incursão social. Considerando ainda o público notadamente infanto-juvenil, as temáticas se anelam aos desafios e perspectivas próprias vividas por essa fase da vida, tornando-se uma experiência híbrida de entretenimento, arte-mídia e quotidianidade.

**Palavras-chave:** Harry Potter. Cinema. Crítica Social.

#### REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

DUARTE, R. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris: PUF, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

#### NOTAS SOBRE A RELAÇÃO “CRIME-CIÊNCIA” NA OBRA “THE STRANGE CASE OF DR. JEKYLL AND MR. HYDE” DE ROBERT LOUIS STEVENSON

GUERRA, Pedro Victor Antunes<sup>1</sup>; NERES, Vicente de Paula<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestrando em História Social pela Unimontes e egresso das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O presente trabalho propõe a análise da relação entre crime e ciência na obra “The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde”, escrita por Robert Louis Stevenson e publicada em 1886, a partir de suas relações com o Direito. **Objetivo:** Investigar como Stevenson, em sua elaboração ficcional, relaciona temas como crime, ciência, sujeitos criminosos e apreensão social burguesa, próprios de sua época, o conturbado período vitoriano. **Método:** Para tanto, utilizou-se o método dedutivo, através do procedimento exploratório bibliográfico. **Resultados:** O período vitoriano é apontado pelo historiador Peter Gay (2002) como amplo e não restrito aos domínios da Rainha Vitória, temporalmente localizado da [...] derrota final de Napoleão em 1815 até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914” (GAY, 2002, p. 16). No período, estavam em voga as teorias científicas sobre o crime e os sujeitos criminosos, sendo as mais célebres aquelas difundidas pelo criminologista italiano Cesare Lombroso que, após dissecar e analisar um número indefinido de crânios de criminosos, conclui que certos indivíduos, tidos como atávicos, representam uma regressão ao passado animalesco do gênero humano e que os homens criminosos o são desde o nascimento (GAY, 1993). Tal determinismo e esforço científico em relação ao problema da criminalidade é representado pelas duas personagens principais da obra de Stevenson: o respeitável Dr. Henry Jekyll, “[...] Doutor em Medicina, Doutor em Leis Cívicas, Doutor em Leis, membro da Sociedade Real etc. [...]” (STEVENSON, 2010, p. 26) e Mr. Hyde, “[...] pálido e quase um anão, [dando] a impressão de deformidade sem que tivesse qualquer defeito a que se pudesse dar nome [...]” (STEVENSON, 2010, p. 21). Ainda, como exposto por Arata (1996), os discursos científicos sobre degeneração e criminalidade no período vitoriano eram “legítimos” pois reproduziam as ideologias de classe da burguesia, produtora por excelência de tais discursos científicos. **Conclusão:** Concluiu-se que a representação literária de Stevenson, figurando

adequadamente o período vitoriano como um momento de intensa ansiedade das classes médias em relação ao problema da criminalidade, apresenta o conhecimento científico como solução para todos os males sociais. Entretanto, a relação “crime-ciência”, conforme apresentada por Stevenson, abre margem para uma série de indagações tais como sobre os limites da ciência e legitimidade desta para tratar de maneira eficaz o problema da criminalidade.

**Palavras-chave:** Direito. Literatura. Crime. Vitoriano.

#### REFERÊNCIAS:

ARATA, Stephen. *FictionsofLoss in theVictorianFin de Siècle: Identityand Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud - Vol. 3: O Cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

STEVENSON, Robert Louis. *O médico e o monstro e outras histórias*. Tradução de Nair Lacerda. São Paulo: Saraiva, 2010.

### O (DES)ACESSO À JUSTIÇA PROMOVIDO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PRATES, Cláudia Letícia Moura; MOREIRA, Jackeline de Cássia Meira; REZENDE, Anderson Martins de Souza; MARTINS, Danilo de Matos; SANTOS, Daniel Ferreira dos; SANTOS, André Luiz Antunes dos; GUEDES, Igor Rafael de Matos Teixeira  
Orientadores de Estágio Supervisionado das FIPMoc

**Introdução:** A Constituição Federal de 1988, entre outras garantias, assegura a Justiça como valor supremo de uma sociedade. Com a evolução legislativa, a Lei Ordinária 9.099/95 trata da criação dos Juizados Especiais que, tecnicamente, seriam competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, com uma proposta de Justiça que seria acessível a todos os cidadãos, independente de classe social ou condição financeira. **Objetivo:** O presente estudo teve por finalidade verificar a aplicabilidade da Lei 9.099/95 nos Juizados Especiais da Comarca de Montes Claros/MG, em especial no que diz respeito ao jurisdicionado que se vale da simplicidade e oralidade celebradas na referida Lei. **Metodologia:** Realizou-se pesquisa de campo, baseada na observação e exploração dos procedimentos adotados na Comarca e também pesquisa bibliográfica. **Resultados:** A proposta de criação dos Juizados Especiais, de forma geral, era de uma Justiça contemporânea, célere, “antenada” às necessidades dos jurisdicionados e mais, que se valesse de linguagem simples, tanto a falada quanto a escrita, além da concentração dos atos processuais, que redundariam, por certo, em um provimento jurisdicional justo, que não estaria à mercê da morosidade e burocracia. No entanto, o que se observa na atualidade é um total desprestígio à tão celebrada Lei 9.099/95 e seus objetivos. Durante a observação dos procedimentos adotados pelos Juizados Especiais da Comarca de Montes Claros/MG, em trabalho de campo, percebe-se que os preceitos trazidos pela norma não são tecnicamente seguidos, de forma que os jurisdicionados não são atendidos a contento, gerando um verdadeiro massacre daqueles que recorrem aos Juizados valendo-se das premissas da oralidade e simplicidade. **Conclusão:** Os jurisdicionados, no âmbito dos Juizados Especiais da Comarca de Montes Claros, estão prejudicados no que se refere ao acesso à Justiça, já que o desrespeito aos princípios sobre os quais os mesmos foram criados faz com que os vícios experimentados no procedimento ordinário também ocorram nos Juizados Especiais. A morosidade e burocracia imperam, além do exacerbado tecnicismo e, assim, na realidade tem sido promovido um (des)acesso à Justiça e descrença da população no Judiciário, diante do desrespeito pelos operadores do Direito aos princípios estipulados na Lei.

**Palavras-chave:** Justiça. Juizados Especiais. Acesso. Oralidade e Simplicidade.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei n.º. 9.099, de 26 de setembro de 1995.

### O ACESSO À JUSTIÇA AOS HIPOSSUFICIENTES

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** no artigo 5º, XXXV A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), no seu artigo 5º, inciso XXXV, prevê assistência jurídica gratuita via Poder Público para todos aqueles que não podem arcar com os custos de um processo. É obrigação de o Estado assegurar aos cidadãos que comprovem insuficiência de recursos, o seu direito de ter um advogado ou um defensor público de forma gratuita. Infelizmente, essa garantia constitucional não é efetiva e tampouco assegurada.

**Objetivo:** O presente estudo buscou analisar o acesso à justiça penal pelo infrator carente. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. **Resultados:** Os obstáculos que impedem que os cidadãos tenham um acesso à justiça eficaz são vários, entre eles podem-se destacar as custas processuais e a falta de conhecimento por parte da população sobre seus direitos. O histórico da assistência jurídica gratuita no Brasil se dá desde o início da colonização portuguesa, que via essa assistência como uma obra de caridade com grande tendência religiosa. Uma das formas de possibilitar o acesso à justiça para os hipossuficientes é a advocacia *pro bono*, que refere-se aos serviços jurídicos prestados gratuitamente para aqueles que são incapazes de arcar com os custos da contratação de um advogado. Outra forma de se obter acesso à justiça de maneira gratuita é a defensoria pública, que visa proporcionar um acesso à justiça eficaz e justo prestar solidariedade àqueles que buscam apoio em tal instituição. Esta não tem destinação universal, dirige-se a um grupo específico de indivíduos que provam não ter condições de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. A Lei Orgânica da Defensoria Pública, sancionada em 2009, surgiu com a função de organizar e ampliar as funções de tal órgão, que passa a focar ainda mais na população mais carente. **Conclusão:** Concluiu-se, portanto, que apesar de o acesso à justiça ser um direito garantido constitucionalmente, não há total efetividade deste, visto que os hipossuficientes muitas vezes não possuem conhecimento acerca dos seus direitos e deveres. Os infratores carentes veem na advocacia *pro bono* e na defensoria pública um meio de obter acesso à justiça e garantir seus direitos de forma gratuita. Acerca dessas formas de acesso à justiça gratuita, é possível que futuros juristas compreendam a importância de se dar uma visibilidade maior a toda uma sociedade que carece de assistência jurídica e não possuem meios de arcar com as custas processuais.

**Palavras-chave:** Advocacia *Pro Bono*. Assistência Jurídica Gratuita. Defensoria Pública. Cidadãos Carentes.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p.

### O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de<sup>1</sup>; ALMEIDA, Sara Pereira de<sup>1</sup>; BORBOREMA, Marina Rego<sup>1</sup>; MOL, Layanne Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Silveira<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Direito tem como funções, entre outras, a composição e prevenção de litígios. O principal meio utilizado para a solução desses é a jurisdição, essa, contudo, que vem se mostrando cada vez menos eficiente dificultando o acesso, previsto em lei, da Justiça. Destarte, torna-se cada vez mais necessário o

uso de métodos alternativos. **Objetivo:** Nesse sentido, a presente pesquisa propôs analisar os meios alternativos de solução de conflitos (conciliação e mediação) como formas de acesso à justiça. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental. **Resultados:** A cultura da sentença é o principal motivo para a quantidade de processos abertos atualmente. Culturalmente, é a necessidade de sentença proferida pelo juiz, usando-a como meio de punição sobre o conflito. Os métodos alternativos de conflito procuram, além de resolver o conflito em si, neutralizar as diferenças que o criaram. A Mediação e a Conciliação são métodos de autocomposição do conflito caracterizados por proporcionarem autonomia às partes, que passam a atuar na resolução do conflito, refletindo e tomando uma decisão acerca do mesmo. A Conciliação caracteriza-se por ter a participação de um terceiro imparcial a lide, facilitando o diálogo e apresentando suas opiniões sobre o problema. Já na mediação, o terceiro imparcial ao conflito busca promover a comunicação entre as partes, cabendo a elas identificar as soluções ao conflito. É possível diferenciá-las em razão de a primeira ser uma autocomposição voluntária, na qual o mediador atua apenas como facilitador imparcial, onde existindo um vínculo prévio entre as partes. Enquanto a segunda se enquadra como autocomposição orientada, na qual o conciliador intervém no conflito, opinando e propondo soluções, não havendo entre as partes vínculo anterior. **Conclusão:** Às formas alternativas de resolução de conflito, mediação e conciliação por serem menos burocráticas, terem um orçamento processual menor, e promoverem o acordo além possibilitar a reconstrução das relações sociais das partes, se mostram como maneiras mais eficientes para a resolução da lide a longo prazo. Além de tornarem possível que a cultura da sentença não seja ratificada pela população. Essa, portanto, deve sempre buscar agir, sentir e perceber o conflito como positivo, ou seja, concentrar-se na solução dele, utilizando-se de uma dinâmica facilitadora, para que haja pacificação entre as partes.

**Palavras-chave:** Conflitos. Autocomposição. Conciliação.

#### O ACESSO À JUSTIÇA DIANTE DA RELAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA E A ARBITRAGEM

AZEVEDO, Túlio Seixas de<sup>1</sup>; BARBOSA, Caio Santos<sup>1</sup>; BORGES, Rafael Pereira<sup>1</sup>; FERRARO, Lucas Vinícius Silva Rodrigues<sup>1</sup>; VIEIRA, Gabriel Ritchelly Gomes<sup>1</sup>; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente do curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** Discorrendo sobre o direito de acesso à justiça, o presente trabalho versa acerca do princípio da autonomia privada à luz do Direito Civil e sua fundamental relação com o instituto da arbitragem, demonstrando que é possível resguardar a autonomia privada, na medida em que se busca estabelecer o diálogo entre as partes e a regulamentação da liberdade aplicada no negócio jurídico. **Objetivo:** Analisar a moderna concepção da autonomia privada e a consequência desta na arbitragem. **Método:** O procedimento metodológico empregado realizou-se de maneira exploratória e com caráter qualitativo, traduzindo-se em leitura, análise e interpretação dos dados obtidos em revisão bibliográfica de doutrinas e artigos científicos. **Resultados:** A autonomia privada desempenha função preponderante nos negócios jurídicos empreendidos com a instauração do procedimento arbitral. É com esteio nela que se forma o negócio jurídico voltado para a eleição da arbitragem como meio de resolução de disputas decorrentes de um contrato. No direito contratual, o qual tem por princípio a autonomia privada, a efetividade da regulamentação se dá sob o escopo da liberdade de contratar. Essa concepção de liberdade é obtida por permitir que as partes exerçam sua condição de agente ao firmarem um acordo, mas ao mesmo tempo prever limites a este acordo preservando os interesses dos litigantes. Tal previsão se encontra no § 1º do art. 2º, da Lei de Arbitragem, sendo estabelecido que “poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública”. Não obstante, a vontade das partes –e, subsidiariamente, dos árbitros – quanto à especificação de regras procedimentais, encontra limitação na natureza e finalidade da arbitragem, em observância à previsão legal. Dessa maneira, um dos aspectos mais importantes da convenção arbitral é resguardar a autonomia privada das partes, na medida em que o Poder Judiciário deixa de impor coercitivamente a composição dos conflitos e os interessados podem, espontaneamente, desfazer seus conflitos mediante suas escolhas. **Conclusão:** A considerar o procedimento arbitral como uma convenção de vontade das partes, se faz necessário que sua instituição seja realizada em conformidade com os princípios contratuais, vigentes a partir do Código Civil de 2002, quais sejam: a autonomia privada, a boa-fé contratual e a função social do contrato. Emerge, desta forma, o reconhecimento da possibilidade de se ter acesso à justiça também por meio da autonomia privada com base na emancipação individual, tanto dos litigantes que optam por convencionarem critérios específicos para resolução dos conflitos como dos árbitros –terceiro de preferência, especialista na matéria, imparcial

e neutro – que exercem sua função de forma privada, para decidir por elas o litígio, a fim de conferir segurança jurídica e efetividade às decisões definidas na arbitragem.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Poder Judiciário. Direito Civil. Arbitragem. Autonomia privada.

## O ACESSO À JUSTIÇA E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NA UNIMONTES

SILVA, Raquel Nascimento<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente da Unimontes; <sup>2</sup>Docente da Unimontes

\*Pesquisa realizada no âmbito do Projeto de Pesquisa “S.A.J e o tratamento adequado do conflito” da Universidade Estadual de Montes Claros.

**Introdução:** A Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) realiza atendimento jurídico à população hipossuficiente desde 1971 por meio do Serviço de Assistência Jurídica (S.A.J). Em 2002, foi criado o S.A.J Itinerante que atua “*in loco*”, levando assistência jurídica gratuita à população em localidades externas ao campus, sendo o primeiro no âmbito institucional no Brasil nos moldes como se apresenta, pois tem programação contínua e presta contas mensais à pró-reitoria de extensão. Assim, o S.A.J vem promovendo ações no sentido de ampliar a efetividade do Direito Constitucional ao acesso à justiça, com estratégias de receptividade de pessoas carentes, para que essas pessoas possam se sentir à vontade em relatar suas demandas, para que assim seja realizado o tratamento adequado do conflito. **Objetivo:** Analisar os benefícios dos Serviços de Assistência Jurídica Gratuita Universitária. **Método:** Utilizou-se o método indutivo com técnica de pesquisa bibliográfica, sendo empregado como método de procedimento, o monográfico. Realizou-se também pesquisa documental nos relatórios do S.A.J. **Resultados:** Verificou-se que a atuação da Universidade junto à comunidade carente, é um fator essencial para efetivar o Direito Constitucional ao acesso à justiça, principalmente no âmbito do Programa S.A.J Itinerante, que leva atendimento a grupos menos abastados que teriam dificuldade para buscar informação ou até mesmo para indicar uma demanda. Ademais, os dados mais recentes revelam que desde a sua criação até o ano de 2016, 39.773 pessoas foram beneficiadas, demonstrando assim a sua efetividade. **Conclusão:** Conclui-se que o acesso à justiça é alcançado na medida em que o estado faz sua parte e a medida em que a sociedade também se engaja, sendo essencial os serviços como os da Assistência Jurídica da UNIMONTES, que além de ampliar o acesso à justiça, estuda suas demandas e formas de avançar no atendimento a esses grupos economicamente hipossuficientes, a fim de especializar o atendimento e garantir a efetividade da justiça.

**Palavras-chave:** Serviço de Assistência Jurídica (S.A.J). Acesso à justiça. Unimontes.

## O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

BARBOSA, Maria Clara Batista<sup>1</sup>; VELOSO, Cynara Mesquita<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente do Curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente do Curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça no Brasil é previsto no artigo 5º inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Devido à complexidade dos conflitos modernos, foi necessária a busca de diferentes meios para a propagação da justiça, visando à adequação em cada caso específico, o baixo custo, a celeridade e a informalidade. **Objetivo:** O presente estudo propõe analisar os diferentes meios de alcance a justiça e a sua efetividade. **Metodologia:** Foi realizada uma análise qualitativa de cunho exploratório, utilizando de uma pesquisa bibliográfica elaborada com base em matérias já publicadas. **Resultados:** A Jurisprudência é o meio de acesso à justiça mais utilizado, nela, após ser requerido por umas das partes conflitantes, o Estado atua como terceiro com o objetivo de resolver o litígio, visando a equidade e a imparcialidade. É o meio mais utilizado no Brasil, porém sua morosidade e alto custo, por vezes se torna inviável ao agente que busca seus direitos. A mediação é uma forma extrajudicial de solução de conflitos, no qual as partes em comum acordo nomeiam ou aceitam a intervenção de um terceiro, denominado de mediador, para que as auxiliem a resolver o conflito através da melhora da qualidade da comunicação. A conciliação é alternativa a Jurisprudência, nela, após ser solicitado, o Estado promove a oportunidade de pleitear um acordo entre as partes para evitar o longo processo judicial e a superlotação do judiciário. **Conclusão:** Com isso, pode-se concluir que, apesar de grandes avanços com relação ao acesso à justiça,

seja com o instituto da conciliação e o da mediação, seja com melhores técnicas processuais, o caminho até o acesso pleno à justiça ainda é longo, e de difícil transposição.

**Palavras-chave:** Acesso. Justiça. Jurisprudência. Morosidade.

## O ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de<sup>1</sup>; ALMEIDA, Sara Pereira de<sup>1</sup>; BORBOREMA, Marina Rego<sup>1</sup>; MOL, Layanne Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Silveira<sup>1</sup>; AMARAL, Rodrigo Santos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc ; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O conflito internacional figura na humanidade desde seus primórdios, seja ele por questões bélicas, genocidas, de agressão, contra a humanidade ou por outros fatores diversos que atingem a competência internacional. Dessa maneira, fez-se necessária a criação de um órgão que atuasse diretamente na regulação e punição de crimes interestatais, assim chegando à criação do TPI, Tribunal Penal Internacional, que visa contribuir para prevenção da ocorrência de violações dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e de ameaças contra a paz e a segurança internacionais. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar se o acesso a justiça no Tribunal Penal Internacional é realmente garantido. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental. **Resultados:** O Estatuto de Roma, e o documento legal, de caráter permanente e independente que busca delegar competências e regular o funcionamento do Tribunal Penal Internacional. Segundo este documento, o TPI julga crimes contra a humanidade, crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes de agressão, em jurisdição de âmbito global, só podendo efetuar julgamento se o acusado ou o crime tiverem sido cometidos dentro de território de um Estado-Parte ou um país que aceite a jurisdição. O TPI é regido por princípios que estabelecem suas ações dentro do território de seus países-membros, como exemplo seu papel secundário, só agindo caso o estado seja considerado inapto para julgamento do caso ou o mesmo não queira realizar justiça, podendo assim o TPI agir sobre a prerrogativa de Inerência, que é o poder de atuação de automática sem a autorização do Estado. **Conclusão:** Conclui-se que embora as sentenças deveriam ser acatadas e viabilizadas por todos os países que ratificaram o Estatuto, muitos países ainda sim não colaboram para que as mesmas sejam aplicadas de forma eficaz. Destarte, o acesso à justiça no TPI ocorre, muitas vezes, de forma falha e não pode, portanto, ser considerado efetivamente garantido. Para que essa situação se modifique é necessário que o Tribunal Penal Internacional busque, a todo o momento, agir de forma imparcial, tratando todos os países de forma igualitária, para que assim nenhum seja privilegiado ou prejudicado.

**Palavras-chave:** Tribunal. Internacional. Tratado.

## O ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

ALMEIDA, Maria Eduarda Ramalho Viana de; LIMA, João Pedro Alves<sup>1</sup>; MEDEIROS, Jenifer de Arruda<sup>1</sup>; NEVES, Maria Eduarda Meira<sup>1</sup>; SOUZA, Rodrigo Amaral<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discentes das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc. <sup>2</sup>Docente das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

**Introdução:** O Tribunal Penal Internacional é um meio de acesso à justiça, processa e julga crimes contra os Direitos Humanos. Conforme os princípios do TPI, cabe a ele julgar aqueles crimes contra esses direitos, se a justiça do local onde ocorreu não agir. Além disso, não importa a função que a pessoa exerça, qualquer sujeito pode ser julgado. **Objetivo:** Analisar o acesso à justiça no TPI. **Método:** Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram obtidos em artigos científicos, bem como legislações pertinentes ao tema. As publicações foram na língua portuguesa, sem limitações de data. Após a seleção, cada um dos estudos foi analisado criticamente à luz da literatura acerca do tema. **Resultados:** O Tribunal é composto por 18 juízes, divididos em três seções, sendo elas, a Seção de Questões Preliminares, examina se os processos poderão ser aceitos; a Seção de Primeira Instância, julga os processos; e a Seção de Apelações, avalia os recursos. São escolhidos pela Assembleia dos Estados-partes, devendo ser profissionais com valores morais, possuindo conhecimento exigido para exercer a função. O TPI tem a competência para julgar os crimes contra os direitos humanos sendo eles, crimes de guerra, contra a humanidade e de genocídio, esses estão previstos no Estatuto de Roma nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º. O Brasil submeteu-se à jurisdição desse Tribunal, porém para que as normas do TPI sejam eficazes, elas precisam

ser homologadas e estarem em conformidade com o Ordenamento Jurídico. Ademais, a maior parte da sociedade internacional reconhece que os resultados da Corte são capazes de reduzir os conflitos mundiais entre os países membros e entre os demais. **Conclusão:** Concluiu-se, portanto, que o Tribunal Penal Internacional é um meio de acesso à justiça que visa suprir as lacunas deixadas por outros tribunais através de métodos que promovem a paz e a cordialidade entre os países, responsabilizando indivíduos que cometem crimes de grande ofensa à humanidade. Ademais, estabelece uma ordem jurídica entre países, e, principalmente, garante um real acesso à justiça de modo que suas decisões alcançam todos aqueles que cometem os crimes elencados no rol dos artigos 5º, 6º, 7º e 8º do Estatuto de Roma.

**Palavras-chave:** Justiça. Direitos Humanos. Tribunal Penal Internacional.

## O ACESSO À JUSTIÇA NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

DANTAS, Thielly Patrícia Fernandes<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Stéfani Santos<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Laura Vitória Fernandes<sup>3</sup>; SARMENTO, Ana Paula Martins<sup>4</sup>; AMARAL, Rodrigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Tribunal Penal Internacional é uma corte permanente e independente que foi criado com o intuito de extinguir a impunibilidade daqueles que cometem crimes do mais sério interesse internacional, ou seja, aqueles agentes que foram acusados por cometer crimes como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o acesso à justiça diante do Tribunal Penal Internacional. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Os dados foram coletados em fonte documental, juntamente com a análise de legislações. **Resultados:** A criação do TPI preenche uma antiga lacuna, ou seja, este corpo normativo exerce influência e aplica sua jurisdição a um nível global visando inibir a prática de crimes contra a humanidade e impedindo que a impunibilidade paire sob os agentes que venham a cometer tais delitos. O nascimento de uma jurisdição permanente universal é um grande passo em direção da universalidade dos direitos humanos e do respeito do direito internacional. Portanto, o Tribunal Penal Internacional possui suma importância, já que dissemina a justiça no âmbito internacional, punindo crimes graves quando os judiciários nacionais se omitem. Porém esse Tribunal ainda não possui total eficácia, uma vez que não possui força armada e mesmo que possuísse não poderia adentrar em um Estado, já que estaria ferindo o princípio da soberania. **Conclusão:** O Tribunal Penal Internacional representa um avanço na segurança jurídica internacional e evolução do Direito Humanitário Internacional, pois este criou instrumentos até então inexistentes na defesa da justiça. O TPI pode ser entendido como um instituto internacional que tutela os mais altos interesses humanos e é de grande valor para a inibição do cometimento dos crimes que ferem à dignidade da pessoa humana, ele se dedica a erradicar a impunidade dos autores de tais crimes para que se resguarde os interesses das gerações presentes e que estão por vir.

**Palavras-chave:** Tribunal Penal Internacional. Crimes contra a humanidade. Acesso à justiça. Crimes. Dignidade da Pessoa Humana.

## O ACESSO À JUSTIÇA PARA O INFRATOR CARENTE

RODRIGUES, Amanda Gabriela Souza<sup>1</sup>; VIEIRA, Fernanda Gabriella Siqueira<sup>1</sup>; CAMPOS, Mariana Azevedo<sup>1</sup>; RAMOS, Monalisa Neves<sup>1</sup>; <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O Acesso à justiça é um direito fundamental, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em sua redação é explicitado que a lei não excluirá da apreciação do Poder judiciário lesão ou ameaça do direito, sendo necessário que esse direito seja assegurado pelo Estado aos cidadãos, sem distinção, afim de efetivar o acesso à justiça. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar as formas de acesso à Justiça para o infrator carente. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em doutrinas e bases de dados do Google Acadêmico. **Resultados:** A população carcerária brasileira é a quarta maior do mundo, conforme última análise realizada em dezembro de 2014, pelo Departamento Penitenciário Nacional da Justiça. Entende-se que a maioria da população carcerária é formada por indivíduos provenientes de classes menos favorecidas,

com pouca ou nenhuma instrução escolar. Ao garantir o acesso ao direito fundamental, acesso à justiça, assegura, que os cidadãos conheçam os seus direitos, e que por serem resguardado por lei e pelo Estado, podem vencer barreiras sociais e econômicas e lutar para que seus direitos sejam resguardados e efetivados. A Defensoria Pública possui papel importante na sociedade, foi instituída com a finalidade de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, sendo considerada a principal forma de acesso à justiça gratuita oferecida pelo Estado, sendo função dessa instituição orientar juridicamente os hipossuficientes, promover a defesa dos direitos individuais e coletivos de maneira integral e gratuita aqueles que necessitam, de acordo com o Conselho Nacional de justiça (CNJ), os tribunais podem estabelecer, ainda convênios de cooperação, ou de forma direta, celebrando com a Defensoria Pública da União dos estados e Distrito Federal, possibilitarão meios de cadastramento de advogados que se voluntariem para a prestação de serviço de assistência jurídica, desde quem sem contraprestação pecuniária do assistido ao Estado. Na falta de serviço de assistência judiciária, considera-se o advogado dativo, nomeado pelo juiz, como outra forma gratuita de acesso à justiça, seus honorários são custeados pelo Estado, considerando o fato de ser indispensável a presença do advogado na resolução de litígios. Ademais, consideram-se os convênios de cooperação com instituições de ensino superior como forma gratuita de acesso à justiça, em que os acadêmicos, assistidos por advogado contratado pela intuição e inscrito na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), sendo necessário que os acadêmicos em questão estejam regulares na OAB. Considerando, também, a advocacia *pro bono*, trabalho voluntário prestado por advogados aos indivíduos carentes, aprovada pela OAB e regulamentada pelo Código de Ética e Disciplina em 2015. **Conclusão:** Após a conclusão da presente pesquisa, entende-se indispensável o serviço de assistência jurídica, que pode ser efetivado em diversas formas, entendendo a Defensoria Pública como principal meio para garantir o acesso à justiça efetivo e gratuito.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Hipossuficiente. Defensoria Pública.

## O ACESSO À JUSTIÇA PENAL PELO INFRATOR CARENTE

ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de<sup>1</sup>; ALMEIDA, Sara Pereira de<sup>1</sup>; BORBOREMA, Marina Rego<sup>1</sup>; MOL, Layanne Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Silveira<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre de<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O acesso à justiça penal pode ser fundamentado em princípios constitucionais previstos no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, contudo, enfrenta muitos obstáculos para a sua efetivação, dentre eles, os dispendiosos custos de um processo legal, dificultando, assim, o acesso aos hipossuficientes. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a acessibilidade à justiça penal dando enfoque ao infrator carente e suas dificuldades enfrentadas em um processo penal. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental. **Resultados:** Verificou-se que, o acesso justiça deve ser garantido a todos de forma igualitária e justa. No entanto, na realidade, muitos não conseguem ter o devido acesso, visto que se encontram em circunstâncias que tornam evidente a desigualdade social, em particular, a financeira. Como solução, foram criados, entre outros, institutos como o *pro bono* e a Defensoria Pública que buscam efetivar o acesso à justiça penal aos hipossuficientes, ou seja, que não possuem condições financeiras de custear a sua própria defesa judicial. O instituto *pro bono* se caracteriza por ser uma associação entre advogados, sem fins lucrativos, que desempenham uma defesa gratuita para aqueles que não possuem condições de pagá-los. A Defensoria Pública, por sua vez, tem a função de assegurar o direito de defesa aos infratores carentes, uma vez que os mesmos têm esse direito garantido na CRFB/88. Dessa maneira, aqueles que comprovarem insuficiência de recursos deverão ser assistidos judicialmente pelo Estado. **Conclusão:** Portanto, através da presente pesquisa, pôde-se concluir que por meio de princípios constitucionais, da Defensoria Pública, de programas sociais, de institutos e políticas que visam o auxílio judicial aos mais carentes, é possível alcançar um acesso à justiça penal mais sólido, eficiente e menos burocrático.

**Palavras-chave:** Justiça. Penal. Hipossuficiência. Acesso.

## O ACESSO À JUSTIÇA: UMA GARANTIA CONSTITUCIONAL

GONÇALVES, Fabiano Pereira<sup>1</sup>; GUEDES, João Vitor Campolina Silva<sup>2</sup>; MURTA, Matheus Felipe<sup>3</sup>; RAMOS, Diego Muniz<sup>4</sup>; SOARES, Matheus Zuba<sup>5</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>6</sup>  
 1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc; Discente das FIPMoc; 6Docente das FIPMoc

**Introdução:** A reflexão acerca do acesso à justiça é uma temática digna de muita atenção em todas as sociedades modernas. No ordenamento brasileiro, por exemplo, trata-se de um direito fundamental, de uma garantia constitucional, contudo, a própria estrutura jurídica não oferece amparo para que se tenha essa acessibilidade na busca de êxito na resolução de conflitos. **Objetivo:** Analisar as formas de acesso à justiça. Tendo em mente que as formas extrajudiciais devem ser enfatizadas, pois são caminhos que amenizariam o congestionamento de processos que ocorre no Poder Judiciário. **Método:** O estudo fora realizado a partir de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica na coleta dos dados. **Resultados:** Há um consenso de que o Poder Judiciário, devido a cultura da sentença, esteja sobrecarregado, ou seja, sofre com a intensa procura pela jurisdição como principal meio resolutivo de conflitos sem qualquer relevância considerável. Eis que surgem os meios extrajudiciais como caminhos que afastariam a morosidade presente nos tribunais. Dentre os meios extrajudiciais, os mais conhecidos e usuais, são a arbitragem, a conciliação e a mediação, cada um oferecendo inúmeras vantagens sobre o método judicial tradicional, funcionando como métodos alternativos ou não convencionais, garantindo maior possibilidade de acesso e promoção de justiça para os cidadãos. **Conclusão:** O acesso à justiça é um sistema que tem por finalidade solucionar litígios ou permitir às pessoas reivindicarem seus direitos, mas, infelizmente, quase nunca têm acesso amplo ao sistema. Com o aperfeiçoamento, modernização do judiciário e uma análise da problemática do acesso à justiça, discriminando os principais problemas que se tem enfrentado para buscar o judiciário, junto com políticas de ensino e incentivos jurídicos para a população carente e tornando a justiça, mas célere e eficaz, e, com o empenho de todos para a busca de um meio eficaz de interligar população e judiciário, é que se poderá existir um melhor acesso à justiça.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Garantia Constitucional. Formas Extrajudiciais. Morosidade. Poder Judiciário.

## O ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA PENAL

SILVA, Annyelle Fernanda Rosa<sup>1</sup>; BARRETO, Karolina Duarte<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre de<sup>2</sup>.  
 1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça está previsto no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no qual diz que: " a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito". Tendo em vista isso, interpreta-se que o acesso à justiça seria apenas o direito de ingressar no sistema jurisdicional, no entanto, a problemática do acesso à justiça não se trata apenas de possibilitar o acesso ao poder judiciário, e sim de proporcionar o acesso a uma ordem jurídica justa. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar o acesso do cidadão à Justiça Penal. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica. **Resultado:** O Estado tem o dever de garantir justiça a cada indivíduo, sendo exigido pelo próprio cidadão sendo o estado proibidor do tipo autotutela ou justiça com as próprias mãos, o estado arruma dificuldade para evitar tais práticas e ser eficaz direto em relação ao poder judiciário. O Estado é o responsável pelas portas de acesso à justiça penal, substancialmente em todos os seus segmentos (acusação/defesa/julgamento). Assim, o próprio Estado que acusa, é o responsável pela defesa pública (que vai atingir a grande parte dos submetidos ao processo penal), e também pelo julgamento de todas as controvérsias posta à sua deliberação. Em se tratando da configuração do Devido Processo Legal brasileiro, sobretudo em matéria penal, a forma pela qual o Estado incita e é incitado à punição dá-se por meio do instrumento denominado Ação Penal, que é a ação judicial movida por um legitimado, requerendo ao Estado-Juiz a apreciação do fato descrito na norma penal incriminadora. Tradicionalmente, as ações penais (ações de provocação judicial) são classificadas, segundo a doutrina, de acordo com o interesse verificado na causa. **Conclusão:** Portanto, é preciso haver um equilíbrio entre o poder punitivo e os direitos fundamentais com peso maior é claro, os direitos fundamentais são a maior garantia que o indivíduo tem em um Estado democrático de direito. A finalidade do Direito Penal é proteger os bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade, a missão do direito penal é a proteção de bens jurídicos, através da cominação, aplicação e

execução da pena. A pena, portanto, é simplesmente o instrumento de coerção de que se vale o Direito Penal para a proteção dos bens, valores e interesses mais significativos da sociedade

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Direito Penal. Garantias.

## O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO

ALVES, Elicácia <sup>1</sup>; COSTA, Fernanda Martins <sup>2</sup>; SEVERO, Ellen Beatriz <sup>3</sup>; ROCHA, Davi Xavier<sup>4</sup>; SOUZA, Ingrid Rayane Santos <sup>5</sup>; SOUZA, Robson Alexandre<sup>6</sup>.  
1, 2, 3, 4 e 5 Discentes das FIPMoc; 6 Docente das FIPMoc.

**INTRODUÇÃO:** O conselho nacional do Ministério Público expediu a resolução 181 ao considerar “[...] a exigência de soluções alternativas no Processo Penal que proporcionem celeridade na resolução dos casos menos graves, priorização dos recursos financeiros e humanos do Ministério Público e do Poder Judiciário para processamento e julgamento dos casos mais graves e minoração dos efeitos deletérios de uma sentença penal condenatória aos acusados em geral, que teriam mais uma chance de evitar uma condenação judicial, reduzindo os efeitos sociais prejudiciais da pena e desafogando os estabelecimentos prisionais”. (BRASIL, 2017). **OBJETIVO:** Analisar as implicações práticas e os possíveis desdobramentos da resolução 181 do CNMP no Direito penal brasileiro. **MÉTODOS:** o presente estudo foi fundamentado à luz das disposições da resolução 181 do CNMP. **RESULTADOS:** Há grande aplicação prática nesse tipo de instrumento, uma vez que possibilita a desobstrução do judiciário penal no que tange aos crimes de menor gravidade. Para que se possa valer do benefício, o indivíduo deverá se enquadrar nos requisitos estabelecidos no art. 18 da resolução 181 do CNMP. Caso o acordo seja deferido ao investigado e este não venha a cumprir-lhe as condições, o parquet deverá imediatamente oferecer denúncia, nos termos do art. 18, §9º da resolução. Caso o investigado cumpra o que lhe fora determinado, haverá arquivamento do inquérito policial. **CONCLUSÃO:** A partir do exposto até o momento, conclui-se que a resolução 181 do CNMP, visa a maior celeridade na resolução de conflitos de menor complexidade da esfera penal, demandando menor tempo e recursos do Estado para tanto, além de oferecer ao investigado a oportunidade de não ser objeto de ação penal se forem cumpridos os requisitos estabelecidos pela resolução, bem como as condições que lhe forem impostas.

**Palavras-chave:** Acordo. Persecução penal. Resolução 181 do CNMP.

### REFERÊNCIA:

BRASIL, CNMP. **Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017.** Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/resolucoes/resolu%20n%20181.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

## O AFETO COMO VALOR SÓCIO-JURÍDICO NO BRASIL

FRANÇA, Alexia Castro<sup>1</sup>; MENDES, Eloy José<sup>1</sup>; NEVES, Isabella Fagundes<sup>1</sup>; VIEIRA, Junia Marize Chaves<sup>1</sup>; PINTO, Nagila Fabiana Gusmão<sup>1</sup>; OGANDO, Nathalia Rezende<sup>1</sup>; FERNANDES, Regina Célia<sup>2</sup>,  
<sup>1</sup> Discentes do Curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente do Curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** “É na família que o indivíduo nasce, se desenvolve, molda sua personalidade e se integra ao meio social. É na família que, no curso de sua vida, o indivíduo encontra conforto, amparo e refúgio para sua sobrevivência, formação e estruturação psíquica”. (PEREIRA; SILVA, 2006, p. 672). **Objetivo:** Analisar os efeitos jurídicos, sociais e éticos do reconhecimento socioafetivo no Brasil. **Método:** Em relação à metodologia optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Será utilizada a abordagem qualitativa e a pesquisa classifica-se em exploratória. **Resultados:** O direito afetivo, sendo esse, independente de relação biológica e consanguínea, efetiva-se pela filiação pátria, assegurada pelo ordenamento jurídico. Havendo um reconhecimento livre e voluntário, fica impossível sua invalidez, portanto, todo aquele que concluir o processo de adoção, só poderá ter o processo excluído se houver comprovação de dolo, coação, erro ou fraude. Porém, aqueles que se resguardarem dentro das normas propostas, deverão, segundo o artigo 1.593 do Código Civil, desenvolver tratamento igualitário a todos os filhos, independentemente do tipo de filiação. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que decorrente à evolução da sociedade, o afeto tornou-se elemento imprescindível na formação de qualquer pessoa. Pode-se afirmar que a verdadeira paternidade decorre do amor e não do vínculo biológico. O sentimento e o afeto tornaram-se mais importantes nas

relações familiares. Por óbvio que essa mudança também influi na formação da família, quer seja no momento de sua constituição, através dos cônjuges, quer seja quando se tem filhos.

**Palavras-chave:** Afeto. Direito Afetivo. Direito de Família. Filiação Socioafetiva.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Código Civil. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2012. **Vademecum**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha; SILVA, Cláudia Maria. Nem só de pão vive o homem, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v2n3/ao6v21n3.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

#### O ÂMBITO CIRCUNSTANCIAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CRISE

CRUZ FILHO, Herbert Otaviano<sup>1</sup>; DOMINGUES, João Vitor Ferreira<sup>1</sup>; GUEDES, Paulo Lorenzo Alencar<sup>1</sup>; FREITAS, Samuel Aguiar<sup>1</sup>; SOARES, Thiago Figueiredo<sup>1</sup>; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Este resumo tem como tema o âmbito circunstancial do Estado democrático na contemporaneidade, com base no conhecimento de seus princípios fundamentais e nos seus primordiais dispositivos de atuação, quer em termos positivados como a Constituição Federal, quer em termos de atuação prática. **Objetivo:** O estudo busca exteriorizar a verdadeira situação do Estado democrático, a exposição da sua representatividade; o seu aspecto social e organizacional, a fim de encontrar possibilidades para o retorno dos princípios democráticos, porém, desta vez, não só positivados, mas justapostos no corpo social. **Método:** Em busca da finalidade proposta ao estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** As resultâncias deste estudo evidenciam que há maior necessidade de transparência das atividades administrativas, bem como a criação de espaços públicos centrados no ensino dos direitos e deveres os quais, por conseguinte, poderão coibir num enfrentamento da população juntamente ao Ministério Público contra atos corruptivos. **Conclusão:** pode-se concluir que o dever estatal focalizado na garantia dos direitos fundamentais não está sendo cumprido em conformidade com os seus alicerces básicos, configurando-se, pois, uma crise política, econômica e social no Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Crise. Estado. Democrático.

#### O BEM ESTAR DAS CIDADES: SOLUÇÕES VIÁVEIS PARA AS PATOLOGIAS DA MALHA URBANA ATUAL

VIEIRA, Angélica Queiroz<sup>1</sup>; FÉLIX, Érika Luísa<sup>1</sup>; SOARES, Helenice Rocha<sup>1</sup>; SANTOS, Iara Vieira<sup>1</sup>; BORGES, Maíra Santos<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Marcela Gonçalves<sup>1</sup>; NOGUEIRA, Christiana<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMOC <sup>2</sup>Docente das FIPMOC

**Introdução:** Por meio de uma análise crítica acerca dos problemas urbanos vigentes, surge esta pesquisa sob o tema Saúde Urbana. **Objetivo:** O referente estudo objetiva propor um parcelamento do solo com a implantação de projeto arquitetônico institucional e paisagismo sustentáveis. **Metodologia:** Empregou-se a pesquisa qualitativa e o método indutivo na coleta de informações, além de referencial teórico pertinente, e, por intermédio dos mapas da mapoteca pertencente à Prefeitura Municipal de Montes Claros e à Secretaria do Meio Ambiente, fez-se o estudo de caso. Também foi realizada uma visita ao terreno e observada todas as condicionantes do projeto. **Resultados:** Através da análise do entorno, observando as demandas, fluxos de veículos e pessoas, traçado das vias, deficiências em questão de transporte, iluminação e acesso aos serviços básicos, pôde-se fazer um diagnóstico das necessidades da população e em que aspectos a organização e recursos locais são ineficazes, e, a partir disso, planejar um loteamento visando minimizar a desigualdade refletida no desenho urbano atual, promovendo a inclusão e o sentimento de pertencimento para que as pessoas possam se apropriar dos espaços de convívio, interagindo a interface da edificação com o espaço público. Alcançou-se o conforto ambiental com a pouca movimentação de solo na

definição dos platôs, adequação do edifício ao clima local e projetos detalhados evitando desperdícios na obra, sob a luz dos três pilares da arquitetura sustentável (econômico, ambiental e social), além de tornar a instituição convidativa à população pela forma e disposição do projeto. As águas cinzas geradas pela faculdade serão canalizadas e reutilizadas no lago localizado na praça, tendo o deslocamento facilitado pela topografia da área. Acerca dos materiais e técnicas construtivas empregados, têm-se que a estrutura da instituição será em concreto armado/protendido, o telhado de cerâmicas em marfim contendo 40% de inclinação e o tipo de fundação, sapata isolada. O auditório que se localiza na parte externa da faculdade receberá laje cogumelo e telhado shed. Sendo que a Arquitetura Moderna introduz o ferro, vidro e concreto armado possibilitando grandes inovações na construção, estes podem ser empregados na arquitetura atual juntamente com as necessidades da sociedade contemporânea. **Conclusão:** Buscou-se conhecer os aspectos urbanísticos, sociais e ambientais falhos na malha urbana atual para chegar-se ao projeto de um loteamento, faculdade de Arquitetura e Urbanismo e praça. O loteamento possui árvores de copa larga nas calçadas para sombreamento das ruas, além de postes abastecidos por placas solares, e sistema lumínico e de escoamento das águas pluviais eficiente. Na Faculdade foi previsto o uso de brises como barreira para a incidência solar, placas fotovoltaicas para geração de energia, assim como o telhado de cerâmicas em marfim. No paisagismo da praça, utilizou-se vegetação majoritariamente do Cerrado, já que são adaptadas ao clima local, com o objetivo de criar um ambiente arborizado de convivência e contemplação que seja convidativo aos usuários. Dessa maneira, foi possível planejar um bairro sustentável que atenda às necessidades dos moradores próximos e contemple as regiões vizinhas.

**Palavras-chave:** Faculdade. Loteamento. Sustentabilidade. Paisagismo.

### O CRIME DE REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

XAVIER, Lucas Samuel de Sousa<sup>1</sup>;FRAGASSI, Gabriel Amedeo de Souza<sup>1</sup>;BARROS, Natallia Rocha<sup>1</sup>; SILVA, Camilla Rabelo e<sup>1</sup>; VIDAL, Anna Gabrielle Brandão Alves Silva<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre de<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Nota-se que a promulgação da Lei Áurea a qual aboliu a escravidão no Brasil, não foi o suficiente para abolir definitivamente a prática do trabalho escravo, pois em pleno século XXI, ainda pode-se observar a prática, hoje denominada *plagium*, trabalho forçado, redução análoga ao de escravo ou puramente trabalho escravo, nos grandes centros urbanos e rurais. **Objetivo:** O presente estudo, objetiva analisar o crime de redução a condição análoga à de escravo e as penalidades aos seus agentes **Metodologia:** Empregou-se o método dedutivo, mediante procedimento exploratório, bibliográfico e documental. **Resultados:** O Código Penal Brasileiro, tipifica e define o delito de plágio ou redução a condição análoga à de escravo no art. 149 em que ocorre a sujeição de uma pessoa ao domínio de outra. Protege a lei penal nesse caso o status *libertatis*, ou seja, a liberdade no conjunto de suas manifestações. Não obstante, pode-se observar também como bens juridicamente protegido pelo presente artigo: A vida, a saúde, e a segurança do trabalhador além da liberdade quando a lei faz menção às condições degradantes de trabalho. São várias as maneiras que, analogamente, fazem com que o trabalho seja comparado a um regime de escravidão dentre outras quando o agente se encontra obrigado a trabalhos forçados; é imposto a uma jornada exaustiva de trabalho; é sujeito a condições degradantes de trabalho; ou tem restringido sua locomoção, por qualquer meio em razão da dívida contraída com o empregador ou preposto. Dessa forma o presente artigo visa atender às exigências internacionais, ao responsabilizar criminalmente aquele que pratica o crime. O autor do plágio sofre pena reclusão, de dois a oito anos, que, desde a edição da Lei nº 10.803/2003, é cumulada com pena de multa, além da pena correspondente à violência. **Conclusão:** Conclui-se que o art. 149 do Código Penal brasileiro é de suma importância para garantir a Dignidade da pessoa humana, protegendo a liberdade e a valorização social do trabalho conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil art. 1º e atendendo as exigências internacionais ao combater a redução a condição análoga à de escravo. Sendo assim, faz-se necessário políticas públicas para fiscalizar e aplicar a lei erradicando de vez o trabalho escravo e as formas equiparadas ao trabalho escravo no Brasil.

**Palavras-chave:** Trabalho escravo. Plagium. Direito Penal.

## O CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO E AS PENALIDADES DOS AGENTES

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa<sup>1</sup>; NOBRE, Débora Gonçalves<sup>1</sup>; CHAMONE, Izabella Araujo<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria Isabella Santos<sup>1</sup>; SANTOS, Thaís Julliany Rodrigues dos<sup>1</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

1 Estudante de graduação de Direito das FIPMoc; 2 Mestre do curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** A relação de emprego baseada na submissão de uma pessoa a outrem em domínio material ou físico, é caracterizado como uma relação análoga a condição de escravo, uma vez que o sujeito passivo perde a sua autonomia para com o agente, extinguindo seus direitos fundamentais, tais como o direito à liberdade individual, mantendo-se então, submetido às ordens do seu dono (NORONHA, 2001), tal conduta é tipificada como crime pelo Código Penal. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi analisar o crime de redução à condição análoga a de escravo e as penalidades dos agentes. **Metodologia:** A pesquisa foi qualitativa e bibliográfica. Os dados foram retirados nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, bem como em doutrinas e leis pertinentes ao tema. **Resultado:** Apesar da abolição da escravidão mediante a Lei Áurea em 1888, ainda existem hoje formas de trabalho que, devido às condições impostas ao trabalhador, se equiparam ao trabalho escravo. O bem guardado pelo artigo 149 do Código Penal é a liberdade da vítima, que se vê impossibilitada do seu direito de ir e vir, ou mesmo de permanecer onde quer, além da vida, saúde e segurança do trabalhador. Para que seja configurado o crime de redução ao trabalho análogo à condição de escravo, o labor deve ser forçado, quando o empregado tem algum tipo de dívida com o empregador, por posse dos documentos ou até mesmo trabalhar sob algum tipo de ameaça; jornada exaustiva, que ultrapasse as 8 horas diárias, totalizando 44 horas semanais permitidas pela CLT; sob condições degradantes, ou seja, em ambientes insalubres, perigosos, ou que prejudiquem sua saúde; ou por restringir, por qualquer meio, a locomoção em razão de dívida contraída com o empregador. A reforma trabalhista, não alterou diretamente este artigo, porém a partir dela, torna-se mais difícil o enquadramento desta norma, visto que houve uma flexibilização na jornada de trabalho, fazendo com que seja possível acordos que aumentam a mesma, como por exemplo o sistema 12x36. **Conclusão:** Concluiu-se que a presença de fatores que se assemelham à escravidão fere gravemente o direito à liberdade e a dignidade do indivíduo estabelecidas na Constituição Federal e defendida pelos Direitos Humanos. Desta forma quando há sujeição da vítima a trabalhos forçados e à condições degradantes de trabalho estaremos diante de crime contra liberdade pessoal, com a presença de submissão física, moral ou de vontade.

**Palavras-chave:** Trabalho análogo à escravidão. Penalidades. Crime.

### REFERÊNCIA:

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal:** Dos crimes contra a pessoa. 32.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

## O CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO E AS PENALIDADES AOS AGENTES

ARAÚJO, Dalila Aparecida Teixeira de<sup>1</sup>; CAIRES, Alice Campos<sup>1</sup>; CARVALHO, Vitória Francini Pereira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Alexandre Silva<sup>1</sup>; RIBEIRO, Maria Paula Oliveira<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre de<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** Desde o início das civilizações fala-se sobre o trabalho escravo, seu processo de abolição foi de maneira gradativa, começou com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, logo após pela Lei do Ventre Livre de 1871, a Lei dos Sexagenários de 1885 e finalizada pela Lei Áurea em 1888. É um tema que perdura a muito tempo, mesmo não sendo mais somente a escravidão por raça e cor, mas existem vários outros tipos de escravidão, principalmente a que o empregado não conceda nenhuma saída para o trabalhador. Existem vários projetos de leis, com o objetivo de diminuir o trabalho escravo, um deles é inclusive a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), que é responsável em proteger os direitos do empregado. O crime de redução a condição análoga à de escravo, é também conhecido como plágio, resulta no ato de “obrigar alguém a condição análoga à de escravo, quer dominando-o a trabalhos forçados ou a jornada cansativa, quer colocando-o a condições degradantes. **Objetivo:** A pesquisa tem como fundamento o intuito de identificar como acontece o crime de condição semelhante a condições da escravatura, e as penalidades aos sujeitos que praticam. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrina e legislação pertinente. **Resultados:** Com o adendo da Reforma

trabalhista pode-se observar que houve uma gradativa evolução para o fim do trabalho a condição análoga a de escravo, com a formação com Consolidação das Leis Trabalhista (CLT). Contudo, ainda há resquícios de labores semelhantes, que ainda precisam ser alterados. **Conclusão:** Diante disso, a legislação brasileira necessita ser cada vez mais ativa, para que para que a punição contra esse crime seja mais severa e haja mais eficiência. O governo precisa se compelir mais e criar competentes que aproxime o trabalhador da sociedade pois apesar das medidas utilizadas através do Plano de Erradicação ao Trabalho escravo, ainda se nota um grande descaso no se que refere ao combate desse crime.

**Palavras-chave:** Crime. Análoga. Leis. Trabalhista. Escravo.

### O DIREITO DE IMAGEM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SOB A ÓPTICA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

DIAS, Beatriz Ferreira<sup>1</sup>; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; LIMA, Paula Pinheiro<sup>1</sup>; SANTOS, SkarlathyLorrany Adriano dos<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** O direito de imagem é proveniente do direito de personalidade e toda reprodução da imagem do indivíduo atinge a vida íntima e pessoal do mesmo e, se tratando de criança e adolescente, é preciso ter uma maior atenção em face da sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. **Objetivo:** Objetivou-se compreender o direito de imagem à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Método:** Utilizou-se o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrinas e na legislação pertinente ao tema. **Resultados:** O ordenamento jurídico brasileiro prevê o direito à imagem na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), em seu artigo 5º, inciso X, na qual consideram-se invioláveis a intimidade, a honra e a imagem do indivíduo, e se vierem a ser violados, poderá o sujeito pleitear ação de indenização pelo dano moral e material. Embora a CRFB/88 assegure as regras gerais a respeito do direito de imagem, é preciso evidenciar que o uso da imagem da criança e do adolescente é digna de maior atenção com o propósito de que seja levado em conta a peculiaridade dos infante-juvenis, para que haja maior proteção. A criança e o adolescente também possuem em seu favor direitos que se relacionam com o direito de imagem, tais como a liberdade, respeito, dignidade, entre outros. O ECA assegurou tais direitos entre os artigos 15 a 18, sendo que o direito à intimidade é tutelado na parte final do artigo 17. Este elenca o ponto de partida no tocante à proteção da imagem da criança e do adolescente, ao prever que o direito em questão se estende a inviolabilidade da integridade psíquica, física e moral da criança e do adolescente, o que destaca, principalmente, a proteção da imagem. Desse mesmo modo, o parágrafo único do artigo 143 veda o uso de imagem da criança e do adolescente para a identificação em noticiários, bem como o uso do nome, apelido, filiação, etc. Noutro giro, o ECA entre os artigos 240 a 241-E criminalizou o uso da imagem da criança e do adolescente de cunho pornográfico, imoral e obsceno, como a produção, o uso de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica. Baseado no princípio da proteção integral, a preservação e proteção da imagem da criança e do adolescente são tratadas pelo ECA de forma mais rígida, por se tratar da legislação especial que versa acerca dos direitos e garantias dos menores, acarretando, conseqüentemente, em sanções administrativas, cíveis e até penais. **Considerações finais:** Diante da previsão legal assegurada ao direito de imagem, percebe-se que ficou clara o cuidado que o ordenamento jurídico tem para com os infante-juvenis. Assim, o parâmetro legal previne futuras violações possíveis de serem causadas com o uso indevido da imagem, sendo assegurado a criança e ao adolescente as mesmas prerrogativas que são resguardadas às pessoas adultas, respeitando a peculiaridade de serem pessoas em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Direito de Imagem. Criança e Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente.

### O EFEITO NEUROPROTETOR DA HIPOTERMIA TERAPIA EM RECÉM-NASCIDOS COM ENCEFALOPATIA HIPÓXICO-ISQUÊMICA

PINHO, Kimberly Morais<sup>1</sup>; LIMA, Cristiane Mendes Gonçalves<sup>2</sup>.

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Hipotermia Terapêutica baseia-se em um método de tratamento que visa reduzir a lesão cerebral e melhorar o desfecho neurológico de recém-nascidos após insulto hipóxico isquêmico. Indicada para recém-nascidos a termo ou próximo do termo com evidência de asfixia perinatal e encefalopatia hipóxico isquêmica (EHI). Indica-se o início da hipotermia terapêutica até seis horas após o nascimento, pois estudos evidenciaram que essa é a janela terapêutica da agressão hipóxico e isquêmica. Dessa forma,

a hipotermia tem sido efetiva em reduzir sequelas neurológicas e em melhorar o prognóstico em longo prazo dos recém-nascidos com EHI. **Objetivo geral:** Descrever a aplicação da Hipotermia Terapêutica e sua eficiência em recém-nascidos com EHI leve a moderada. **Método:** Refere-se a estudo bibliográfico, do tipo revisão de narrativa de literatura. Para seleção dos Periódicos, realizou-se uma busca por meio da base de dados Scielo e Google Acadêmico, foram utilizados periódicos publicados em inglês e português, no período de 2008-2018. **Resultados:** De forma geral, o recém-nascido candidato a hipotermia terapêutica segue as recomendações constantes no site da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Ilcor. Existem duas formas de aplicar a hipotermia terapêutica: de corpo inteiro ou seletivo da cabeça. Ambas apresentam resultados satisfatórios. A temperatura de resfriamento deve ser 34,5 °C para seletiva de cabeça e 33,5 °C para corpórea total; temperaturas inferiores a 32 °C são menos neuroprotetoras e abaixo de 30 °C há efeitos adversos sistêmicos graves. A hipotermia deve ser mantida por 72 horas com rigorosa monitoração da temperatura corporal do recém-nascido. Reaquecimento deve ser lento e gradual de acordo com o método de resfriamento utilizado. Estudos evidenciaram que o uso da hipotermia terapêutica diminui a mortalidade e melhora o prognóstico com relação ao neurodesenvolvimento dos recém-nascidos com EHI. **Conclusão:** O resultado da hipotermia terapêutica é muito influenciado pela gravidade da EHI. Diversos estudos experimentais e clínicos concluíram que a neuroproteção da hipotermia terapêutica é menos efetiva na EHI grave, em parte porque a fase de latência é ainda mais curta, com maior falha energética e processo acelerado de necrose neuronal da substância cinzenta cortical, gânglia basal, tálamo e lesão grave da substância branca, associando-se com paralisia cerebral em níveis variados.

**Palavras-chave:** Hipotermia. Terapia. Encefalopatia Hipóxico-Isquêmica. Hipóxia neonatal.

## O ENCARCERAMENTO DE MULHERES E OS IMPACTOS NOS LAÇOS SOCIAIS E FAMILIARES

ALVES, Raphael Soares<sup>1</sup>; DIAS, William Fabiano<sup>1</sup>; FERREIRA, Antônio Luíz Fagundes<sup>1</sup>; RAFAEL, Roberta Vívian Silva<sup>1</sup>; SANTOS, Jonathas Henrique<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** As mulheres têm mudado o cenário social dos últimos anos ao conquistarem espaços na sociedade vigente e romperem com normas e valores historicamente estabelecidos, adentrando em novas perspectivas de vida. Não obstante, muitas assumiram o papel de prisioneiras do sistema jurídico-penal brasileiro. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar os impactos nos laços sociais e familiares decorrentes do encarceramento de mulheres. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, contendo caráter exploratório e bibliográfico, através de pesquisa em artigos que abordam sobre a criminalidade feminina e o encarceramento de mulheres. **Resultados:** O aumento da criminalidade feminina está relacionado ao envolvimento em expansão de mulheres com o tráfico de drogas, que utilizam essa prática delituosa como forma de autossustento ou para sustentar filhos e, em muitos casos, os cônjuges/companheiros. Com o encarceramento da provedora do lar, verifica-se uma quebra na estrutura familiar. A situação de fragilidade e de rompimento dos vínculos afetivos e familiares, resultado da permanência das mulheres na prisão, é uma questão ainda pouco abordada e compreendida. A prisão interrompe papéis sociais relacionados ao carinho e afeto cabíveis à mãe em âmbito privado, levando a conflitos e impactos, principalmente, nas crianças. Muitos filhos iniciam sua vida no espaço prisional, excluídos da sociedade, em ambiente totalmente impróprio ao desenvolvimento dos mesmos, tendendo assim a terem problemas no convívio social, transtornos psicológicos e baixo rendimento escolar. Outra consequência decorrente da privação de liberdade da mulher é isolamento social e familiar da própria detenta, uma vez que muitas prisões não apresentam espaço adequado para receber familiares ou conhecidos da mulher presa, além da localização distante, juntamente com a indisponibilidade de muitos para visitar a encarcerada devido ao horário de visitas incompatível. **Conclusão:** Diante do que fora exposto, conclui-se que são extremamente visíveis os impactos aos laços sociais e familiares, decorrentes do encarceramento de mulheres. Apesar disso, poucos são os estudos que abordam essa problemática, verificando uma generalização em relação à criminalidade feminina e masculina. Destarte, deve-se pensar o encarceramento feminino a partir de uma perspectiva ética, através de uma visão holística, a fim de obter a verdadeira justiça, respeitando a pessoa presa, seus familiares e a própria sociedade. Deve-se buscar sempre a efetivação dos direitos da mulher encarcerada, almejando o respeito e a cidadania plena, cumprindo o verdadeiro objetivo do sistema prisional, de acordo com a Lei de Execuções Penais (LEP), que é punir o indivíduo de forma justa e, principalmente, humanizar a pessoa presa.

**Palavras-chave:** Criminalidade feminina. Encarceramento. Laços sociais.

## O ERRO MÉDICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

FERREIRA, Rebeca Rohlfes Peres<sup>1</sup> RABELO, Tarcísio Veloso<sup>1</sup>, PRINCE, Karina<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc. <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** Diante da complexidade da natureza do trabalho de um médico, do grande número de atendimentos, da sobrecarga do sistema de saúde brasileiro, e diante da humanização do trabalho, é inevitável que erros aconteçam. Alguns insucessos são devidos à falha humana e outros à situação alheia a sua capacidade, devido a acontecimentos naturais. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar os erros médicos e as consequências jurídicas aos profissionais que os cometem. **Métodos:** Para alcançar o objetivo empregou-se procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico com coleta de dados nas bases Scielo, Âmbito Jurídico, Google Acadêmico e Código de Ética Médica. **Resultados:** De acordo com o Capítulo III do Código de Ética Médica (CFM, 2010, p. 36-38) o médico é responsável pelos atos profissionais que pratica, entretanto, é necessário observar que ele não é obrigatoriamente culpado caso um procedimento não dê certo. O erro médico pode ser classificado de três formas. Imprudência: quando, sem o devido respaldo científico, assume risco ao paciente sem o cuidado necessário. Imperícia: o médico não possui preparo teórico e/ou prático suficiente, e realiza o procedimento sem habilitação necessária. Negligência: quando o médico não oferece os devidos cuidados ao paciente. (BITENCOURT et al, 2007, p. 224). O problema mais gravoso ao profissional é quando o médico é responsável e culpado pelos prejuízos ao seu paciente. O artigo 1º do Capítulo III “Responsabilidade profissional” do Código de Ética de Médica (CFM, 2010, p. 36) preceitua que quando o profissional praticar atos que forem danosos ao paciente, e tais atos forem caracterizados como imperícia, imprudência, ou negligência, o médico poderá ser responsável e culpado. Depois de verificada a responsabilidade e culpa do médico, o mesmo pode ser julgado nos tribunais da Justiça Comum, englobando a responsabilidade civil no qual o dano tem consequências mais restritas, com sequelas para o paciente e sua família. A sanção possui natureza estritamente patrimonial e atinge apenas o profissional responsável e/ou seus sucessores. A responsabilidade penal é quando de acordo com a gravidade do dano, tem-se uma perturbação da ordem social. A sanção é em forma de pena privativa de liberdade, restritivas de direito e/ou pena de multa, que só recai sobre o culpado. Já a responsabilidade administrativa é pelo Conselho de Medicina, pelo qual o julgamento se baseia no código de ética da área, e o dano reflete no reconhecimento da profissão médica, do profissional em si, e da instituição. **Conclusão:** A partir do momento que as consequências do erro médico são extremamente danosas ao profissional e aos pacientes, é necessário que, além de um ensino de qualidade, o tema seja amplamente debatido com clareza entre os estudantes da academia e da pós-graduação médica. É imprescindível também que seja proporcionado aos profissionais um ambiente de trabalho favorável ao melhor atendimento possível, para que a incidência de erros médicos seja a menor possível.

**Palavras-Chave:** Erros Médicos. Ética Médica. Imperícia. Negligência. Imprudência.

### REFERÊNCIAS:

BITENCOURT, Almir Galvão Vieira et al. Erro Médico em Processos Ético-Profissionais. **Revista Brasileira de Educação Médica**. p. 223 – 228 ; 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>. Acesso em: 29 de mai. de 2018.

## O NOVO CRIME DE ESTUPRO

MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>1</sup>; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira<sup>2</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>3</sup>

<sup>1</sup>, <sup>2</sup>Discentes FIPMoc; <sup>3</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** A ocorrência do crime de estupro não é recente, porém em 2009 com a Lei 12.015 houve mudanças no Código Penal Brasileiro (CPB), de forma que sua tipificação não mais se limita ao abuso sexual contra a mulher. **Objetivo:** Esse estudo teve como finalidade analisar as mudanças realizadas quanto ao crime de estupro a partir da Lei 12.015/2009. **Metodologia:** A pesquisa teve cunho qualitativo,

exploratório e bibliográfico. Foram utilizados doutrinas, textos científicos e legislação pertinente ao tema. **Resultados:** O Código Penal previa, até o ano de 2009, o crime de estupro como sendo o ato sexual forçado contra a mulher. A reforma promovida pela Lei 12.015 ampliou o rol de agentes ativos e passivos do crime, abrindo, conseqüentemente, a oportunidade para que os homens fossem devidamente assistidos. O objeto tutelado também fora mudado de “costumes” para “dignidade sexual”, assim como foi incluído o “ato libidinoso” no conceito de estupro, sendo até mesmo dispensável o contato físico para a configuração da conduta ilícita. Além disso, foi possível observar a presença das qualificadoras elencadas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 213, de forma a agravar as situações previstas. **Conclusão:** A mudança explicitou que todas as pessoas detêm autonomia para a disposição do próprio corpo, devendo haver proteção à sua liberdade sexual. Além disso, atos antes considerados como atentados violentos ao pudor passaram a integrar o rol da tipificação em tela, o que proporcionou a abrangência dela e aumentou a gravidade de ações antes consideradas de menor potencial ofensivo.

**Palavras-chave:** Estupro. Atentado Violento ao Pudor. Código Penal Brasileiro. Lei 12.015/2009. Dignidade sexual.

### O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC NO ATENDIMENTO AOS CASOS DE FAMÍLIAS EM MONTES CLAROS-MG

REZENDE, Anderson Martins de Souza 1; PERES, Anne Marie Rohlfs 2; PRATES, Cláudia Letícia Moura; VELOSO, Cynara Silde Mesquita 3; SANTOS, Daniel Ferreira 4; Igor Rafael de Matos Guedes 5. SOUZA, Andrezza Cecília Procópio.

1 Docente das FIPMoc, 2Docente das FIPMoc, 3Docente das FIPMoc, da FAVAG e da UNIMONTES, 4 Docente das FIPMoc, 5 Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Núcleo de Prática das Faculdades Integradas Pitágoras – NPJ FIP-Moc atende gratuitamente a população carente de Montes Claros e propicia aos estudantes de Direito contato direto com o atendimento jurídico, adquirindo grande experiência em sua vida profissional. O estágio realizado na instituição abrange tanto a preparação para advogar, como também se estende em práticas, visitas e oficinas que propiciam o contato com outras áreas jurídicas, como magistratura e Ministério Público. O NPJ Pitágoras é formado por gabinetes de atendimento, biblioteca, secretaria, arquivo, salas para o atendimento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos- CEJUS do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, gabinetes para Orientador de estágio, sala para Coordenação. É um escritório modelo, totalmente informatizado, que auxilia o acadêmico no mercado de trabalho. Além da estrutura física, é composto por 1 (um) Coordenador e 9 (nove) Advogados Orientadores de Estágio, que orientam acadêmicos do 7º ao 10º período do Curso de Direito. **Objetivo Geral:** O Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades Integradas Pitágoras – NPJ/FIP-Moc viabiliza ao acadêmico do curso de Direito o contato direto com clientes e demandas, ampliando a visão para assessoria jurídica, proporcionando uma reflexão teórico-prática para além das demandas apresentadas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa parcial com base na literatura, cuja abordagem quantitativa, será coletada através de questionário a ser aplicado, após apreciação do Comitê de Ética, cuja amostra será composta por 09 orientadores e 180 estagiários do 7º ao 10º período do Núcleo de Prática Jurídica –NPJ, como critério de apontar os desafios vivenciados durante o atendimento dos casos de família. Após a coleta, os dados serão analisados e interpretados, estabelecendo-se uma análise entre os dados obtidos e a literatura. **Resultados:** Os atendimentos realizados pelos acadêmicos no âmbito do Direito de Família no NPJ proporcionam uma formação humanística, técnico-jurídica e prática indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais; senso ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade; apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliadas ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização; visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço. **Conclusão:** Conclui-se que o Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades Integradas Pitágoras – NPJ/FIP-Moc propicia ao acadêmico a prática real em diversas áreas do Direito, como também proporciona à população carente de Montes Claros, o acesso à justiça, além de ajudar o futuro bacharel no ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG, possibilitando o seu acesso ao mundo jurídico, uma visão atualizada da sociedade, com consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

**Palavras-chave:** Atendimento. Carente. Acadêmico. Aprendizado. Prática. Família.

## O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO FRENTE À (IN)EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>, VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

1Bolsista de Iniciação Científica PROBIC-FAPEMIG e discente das FIPMoc; 2 Docentes das FIPMoc

**Introdução:** O Brasil contextualiza-se em um Estado Democrático de Direito no qual a todos os cidadãos é assegurado um rol de direitos e garantias fundamentais, dentre estes, destaca-se o direito ao acesso à justiça. Entretanto, existem obstáculos a seu efetivo exercício, tais quais a miserabilidade dos agentes, bem como a falta de informação e formação de cidadania. Por outro lado, a Defensoria Pública do Estado consiste em um órgão público que possui o papel de assistir juridicamente indivíduos que não possuem condições financeiras suficientes para constituir advogado. **Objetivo:** O estudo objetivou analisar o papel da Defensoria Pública do Estado frente à (in)efetividade do princípio do acesso à justiça. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, empregando-se o método de abordagem qualitativo. **Resultados:** Verificou-se que, historicamente, em especial nos séculos XVIII e XIX, somente gozava do acesso à justiça aqueles que possuíam recursos financeiros suficientes para arcar com as despesas processuais que, diga-se de passagem, são elevadas. O acesso à justiça, na atualidade, está previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também chamado de princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, em que não se afastará do Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito. O acesso à justiça não se restringe apenas ao direito de postular uma ação, mas estende-se a um rol de direitos fundamentais inerentes ao ser humano essenciais para o ativo exercício da cidadania. Contudo, existem obstáculos para sua efetivação, por exemplo, entraves de natureza econômica, cultural e social. No que tange à natureza econômica, percebe-se que o elevado custo das despesas processuais consiste em um dos principais entraves para o efetivo acesso à justiça, bem como a morosidade processual que, conseqüentemente, faz com que o cidadão deixe de crer no Poder Judiciário. Por essas razões buscam-se meios para que seja alcançado a efetividade do acesso à justiça, sendo a Defensoria Pública do Estado um desses meios, ao passo que ao assistir juridicamente aqueles que carecem de recursos, o órgão visa instaurar a igualdade jurídica. Por meio da Defensoria Pública do Estado é conferida aos hipossuficientes a assistência jurídica, sendo configurada como a primeira onda evolutiva do acesso à justiça. Desse modo, o papel da Defensoria Pública do Estado é justamente possibilitar a assistência jurídica integral aos hipossuficientes, não se mitigando apenas a orientações jurídicas, mas estende-se a assistência extrajudicial. O efetivo acesso à justiça dos pobres no processo democrático brasileiro, por intermédio da Defensoria Pública, é o que consolida o Estado Democrático de Direito. **Conclusão:** Concluiu-se que a efetividade do acesso à justiça somente se daria num contexto em que as partes possuíssem simétrica paridade, isto é, uma igualdade de armas no processo. Assim, o papel da Defensoria Pública do Estado não consiste somente em oportunizar ao cidadão o acesso à justiça mero e formalmente, mas, também, proporcionar o acesso à ordem jurídica justa e igualitária, mesmo diante dos entraves que impedem a sua efetivação.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Efetividade. Defensoria Pública do Estado.

## O PERFIL CRIMINOLÓGICO DO CRIMINOSO VIRTUAL

ALKIMIM, Renata Wanderley<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Paulo Henrique<sup>1</sup>; SOARES, Solange de Fátima<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre<sup>2</sup>.

Discentes das FIPMoc<sup>1</sup>. Docente das FIPMoc<sup>2</sup>.

**Introdução:** O perfil do criminoso é a arte e a ciência de desenvolver uma descrição das características de um criminoso (física, intelectual e emocional), com base em informações coletadas na cena do crime. Esse perfil é composto por um conjunto de características definidas que possam ajudar a selecionar criminosos que praticam um determinado tipo legal, limitando o campo ou avaliando a probabilidade de que um determinado suspeito cometeu um crime. **Objetivo:** O presente trabalho visa identificar o perfil criminológico do criminoso virtual. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, sendo os dados coletados através de uma pesquisa bibliográfica. A interpretação dos dados se deu à luz da literatura. **Resultados:** Os criminosos virtuais assim como os criminosos do mundo real não mudam de hábitos criminosos e comete os delitos quase sempre da mesma forma, não modificando o “*modus operandi*”, o que gera um perfil considerado como uma assinatura do criminoso. O perfil dos criminosos virtuais traduz o criminoso como pessoas que aproveitam a oportunidade para praticar os delitos

e, na maioria das vezes, tema ocupação profissional ligada à área de informática. De acordo com Silva (2000), o perfil do criminoso virtual em uma pesquisa empírica, indica jovens inteligentes, educados, com idade entre 16 e 32 anos, do sexo masculino, magros, caucasianos, audaciosos e aventureiros, com inteligência acima da média e movidos pelo desafio da superação do conhecimento, que além do sentimento de anonimato, que bloqueia seus parâmetros de entendimento para avaliar sua conduta como ilegal, sempre alegam ignorância do crime e descrevendo as próprias ações como “uma brincadeira”. **Conclusão:** Conclui-se que, a criação do perfil criminológico é de fundamental importância para conduzir as investigações policiais e ajudar na solução do crime. Porém, a mesma, não é prova, mas sim, um ponto de partida que irá focalizar diretamente um suspeito e começar a coleta de dados.

**Palavras-Chave:** Perfil Criminológico. Criminoso. Virtual.

## O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A PRISÃO PREVENTIVA

FERREIRA, Rebeca Rohlf's Peres<sup>1</sup>; SILVA, Melissa Alves Maia<sup>1</sup>; NERES, Vicente de Paula<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc. <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O princípio da presunção de inocência é assegurado na Constituição Federal a todo aquele que é submetido a um processo criminal, que será considerado inocente até trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Por outro lado tem-se o instituto da prisão preventiva, medida cautelar, podendo ser o indiciado preso em qualquer momento da investigação ou do processo, visto os requisitos previstos em lei. Apesar de parecerem antagônicos, essas as normas não se contradizem. **Objetivos:** O estudo propôs analisar o princípio da presunção de inocência face à prisão preventiva, indagando se há confronto entre os dois institutos. **Métodos:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica com coleta de dados nas bases Scielo, Âmbito Jurídico e Google Acadêmico. **Resultados:** Com fundamentos em princípios como dignidade da pessoa humana e devido processo legal, têm-se o cerceamento da liberdade do indivíduo como medida excepcional, decorrendo da sentença penal condenatória transitada em julgado. A medida cautelar se excetua desde que sua necessidade seja cabalmente comprovada. No Estado Democrático de direito, durante o processo, de acordo com o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5, inciso LVII, da CF/88, o réu em toda a persecução penal é considerado inocente, até que se prove o contrário. Excepcionalmente, para que se tenha a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, permite-se a prisão preventiva, desde que existam indícios suficientes de autoria e materialidade. A prisão preventiva é de natureza processual, podendo ser decretada em qualquer fase do inquérito ou da instrução criminal, desde que analisados os requisitos do artigo 312 e 313 do Código de Processo Penal. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que o imperativo constitucional do princípio do estado de inocência e o instituto da prisão preventiva, não se contrapõem. A prisão preventiva é permitida na lei processual penal, como exceção ao princípio da não-culpabilidade, devido a gravidade revelada nas circunstâncias previstas no artigos 313 CPP e pelos próprios motivos já elencados no artigo 312 do CPP, todos defensores da ordem jurídica.

**Palavras-chave:** Princípio da Presunção de Inocência. Prisão Preventiva. Estado Democrático de Direito.

### REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 de mai. de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 2.848, DE 7 de Dezembro de 1940.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 29 de mai. de 2018.

## O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA PERSPECTIVA DOS ADVOGADOS DA COMARCA DE MONTES CLAROS, MG

SANTOS, Bruna Rafaela Dias<sup>1</sup>, SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente Direito UNIMONTES <sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES e FIPMoc

**INTRODUÇÃO:** O Processo Judicial Eletrônico (PJE) é um sistema de informática que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) juntamente com os tribunais e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Em linhas gerais, o PJE possibilita a realização de atos processuais e o acompanhamento do processual em ambiente virtual, trata-se de um movimento de modernização, que tem como finalidade, dentre outras, a celeridade processual e economia em recursos humanos e materiais. Ocorre que a utilização do PJE não é uma tarefa tão simples ainda mais para aqueles que migraram da cultura do processo físico para o digital. **OBJETIVO:** Analisar o Processo Judicial Eletrônico a partir da perspectiva dos Advogados da Comarca de Montes Claros, MG. **MÉTODO:** Trata-se de pesquisa com abordagem quanti-qualitativa, operacionalizada através de entrevistas orientadas por formulário semiestruturado, tendo como participantes os Advogados da Comarca de Montes Claros, MG. As entrevistas foram realizadas no período de 25/09/2017 - 29/09/2017, nas salas da 11ª Subseção da OAB/MG, localizadas na sede do Tribunal Regional do Trabalho de Montes Claros, no na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na sala da Ordem da sede dos Juizados Especiais, Família e Sucessões da Comarca de Montes Claros, MG. As entrevistas foram realizadas pela equipe do projeto de pesquisa Tempo e Movimento: Acesso a Justiça e Processo Judicial Eletrônico, em desenvolvimento no âmbito do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. **RESULTADOS:** No período de 25 a 29 de setembro de 2017, foram entrevistados 150 advogados, com atuação nas áreas de Direito do Trabalho, Família, Cível, Penal, Tributário, Comercial, Imobiliário, Administrativo e Empresarial. Destes, 65,33 % são do sexo masculino e 34,67%, do sexo feminino. Sendo que 40,67% estão em atividade a pelo menos cinco anos, e 59,33% acima de 10 anos de atividade profissional. Em relação as informações sobre o PJE, os entrevistados foram unânimes em afirmar que as principais complicações do sistema estão entre os travamentos e interrupção do sistema e o limite no envio de arquivos. Quanto aos advogados com mais tempo de exercício profissional, acima de 20 anos de exercício 15,33% dos entrevistados, pertencentes a uma cultura não tecnológica, que tiveram dificuldade para se adaptar ao uso do processo eletrônico, a principal dificuldade é a falta de conhecimento na área de informática. **CONCLUSÃO:** Na perspectiva dos Advogados da Comarca de Montes Claros/ MG, o Processo Judicial Eletrônico significa maior acessibilidade e celeridade em comparação com os processos físicos. Porém, indicam pontos que merecem ajustes, especialmente em relação ao próprio PJE. Ocorre que parte dos problemas indicados pelos entrevistados estão relacionados ao suporte para funcionamento do sistema, como por exemplo, a conexão com a rede mundial de computadores. Além disso, os travamentos podem estar relacionados com expertise no manuseio de recursos de informática. Assim não é possível afirmar que problemas relacionados ao envio de documentos, ou acompanhamentos processuais evidenciam falhas no PJE, em si, mas, com sua operacionalização pelo usuário.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. PJE. Usuários. Advogados. Comarca de Montes Claros, MG.

## O RACISMO FRENTE AO PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA

CRUZ, Igor Vinicius Batista<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Leonardo Nunes<sup>2</sup>; ROCHA, André Cardoso<sup>3</sup> SILVA PEREIRA, Rodrigo Amaral<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc; <sup>3</sup>Docente das FIPMoc; <sup>4</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Este trabalho tem como premissa abordar a questão do racismo na luz do Pacto São José da Costa Rica que foi ratificado no Brasil em 1992, onde este propôs através do seu texto a promoção e o cumprimento dos direitos humanos, a fim de melhorar a vida da população. Por sua vez o tratado contem 81 artigos sendo estes, com finalidades específicas como o crime de racismo e entre outros que se refere aos Direitos Humanos. **Objetivo:** Analisar e expor o crime de racismo na luz do Pacto São José da Costa Rica. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi quanto a forma, de abordagem a pesquisa qualitativa, quantos aos objetivos a pesquisa exploratória, quantos aos procedimentos técnicos foram utilizados para seu desenvolvimento a pesquisa bibliográfica baseia – se em textos fornecidos pela. **Resultados:** Partindo da premissa o conceito de racismo, é a discriminação social baseada no conceito de que existem diferentes raças humanas e que uma é superior às outras. Nesse sentido, o Tratado tem a finalidade estabelecer os

direitos fundamentais a vida, à liberdade, à dignidade, à integridade pessoal e moral, a educação, estabelecer garantias judiciais. Sendo assim quando ocorre um abuso referente à matéria como o crime de racismo, estará ferindo os Direitos Humanos dos ofendidos, por sua vez no capítulo VII, artigo 44, do Pacto, estabelece que, caso qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-parte. Por seu lado, é dada a oportunidade ao ofendido por crime de racismo fazer sua denúncia à comissão, que levará o caso à corte, junto com o direito internacional, para que seja julgada. **Conclusão:** Portanto de forma clara e objetiva este trabalho expôs que o crime de racismo é quando algum indivíduo apresenta um conjunto de teorias e crenças discriminatórias que estabelece uma hierarquia entre as raças e etnias, ou seja, é quando alguma pessoa de sana consciência ofende alguém pela sua cor de pele, desta maneira o Pacto de São José da Costa Rica foi criado para que o ofendido possa ter seus direitos resguardados e meios judiciais para se defender.

**Palavras-chave:** Crime de Racismo. Pacto de São Jose da Costa Rica. Direito Humanos. Discriminação.

## O REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS FIP-MOC

ROCHA, Rodrigo Quintino 1; COSTA, Antônio Carlos Moreira da 2

1. Discente/Egresso do curso de Engenharia Civil das Fip-Moc; 2. Coordenador do curso de Engenharia Civil das Fip-Moc

**Introdução:** A Escassez de água é fator limitante de progressão regional, portanto, sugere soluções no reaproveitamento dos recursos hídricos para o nosso desenvolvimento sustentável e sobrevivência das futuras gerações. Nessa perspectiva, a reutilização de águas residuais trás de maneira racional resultados que propiciam melhorias na eficiência do seu uso. Logo, o reuso da água proveniente de aparelhos de ar condicionados apresenta-se como uma alternativa sustentável para mitigar o desperdício de água no uso não potável e para fins diversos. **Objetivo:** apresentar soluções ambientais para instalação de um sistema de drenagem dos aparelhos de ar condicionado das Fip-Moc, com reaproveitamento da água coletada e armazenada na utilização de lavagem de áreas externas, lavagem de pisos, calçadas, vidros, irrigação de jardins, entre outros. **Método:** Este estudo caracteriza-se como dedutivo quanto à natureza, qualitativo em relação à abordagem das informações, exploratório e descritivo, além de pesquisas bibliográficas, artigos e material da internet. **Resultados:** Como alternativa para redução do consumo hídrico, o presente artigo proporcionou observar que o uso dos aparelhos de ar condicionado, para conforto térmico, promove a geração de água resultante da condensação e, mediante uma coleta eficiente é possível por um sistema de captação, armazenar a água para o seu reuso. **Conclusão:** Pode-se constatar que tal projeto, de reaproveitamento de água condensada das Fip-Moc, consoante literatura de prédios executivos e instituições de ensino pesquisadas, é viável devido ao baixo custo de investimento e fácil instalação. Sobretudo, pelo benefício ambiental e *payback* financeiro.

**Palavras-chave:** Escassez de água. Reaproveitamento de água. Aparelhos de ar condicionado. Desenvolvimento Sustentável. Soluções Ambientais.

## O S.A.J E A QUARTA ONDA RENOVATÓRIA<sup>8</sup>

ANDRADE, Lucas Oliveira<sup>1</sup>; FONSECA, Luiz Henrique Adriano<sup>1</sup>; MAJUSTE, João Gabriel da Silveira<sup>1</sup>; SOARES, Rayssa Silva<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes Direito UNIMONTES;

<sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES e FIPMoc.

**Introdução:** Muito se fala em Acesso à Justiça no âmbito do Direito Processual, dando ênfase ao processo, e não como as partes chegaram ao Judiciário. Sabe-se que nem sempre o Acesso à Justiça foi tratado da maneira como é hoje. Antigamente, em uma época não muito distante, pregava o Acesso ao Judiciário,

<sup>8</sup>Pesquisa realizada no âmbito do Projeto S.A.J da UNIMONTES e o tratamento adequado do conflito.

dando apenas a condição de litígio as partes da ação, e não o adequado acompanhamento do processo. Com a evolução do Direito e da sociedade, desponta o Acesso à Justiça, de forma que não só o litígio compõe o processo, mas um verdadeiro acompanhamento do jurisdicionado, dirimindo dúvidas e tentando resolver as problemáticas a partir de meios alternativos, como a arbitragem, mediação e a conciliação. Assim o S.A.J vem evoluindo na tentativa de mostrar meios mais eficazes de resolução do conflito, ainda que não no Judiciário. **Objetivo:** Pretende-se com esse trabalho analisar a influência do Acesso à Justiça no que diz respeito a tratativa do S.A.J com aqueles que vem a sua procura. **Método:** Trata-se de estudo exploratório com emprego de pesquisa bibliográfica, tendo por referência os autores Mauro Cappelletti e Bryan Garth, com a obra Acesso à Justiça; Roberto Portugal Barcellar, autor de Mediação e Arbitragem. **Resultados:** Com o objetivo de mapear o Acesso à Justiça, Mauro Cappelletti e Bryant Garth classificam esse acesso em “ondas renovatórias”, trazendo as três primeiras, sendo a quarta e a quinta observada por Roberto Portugal Barcellar. Dentre essas ondas, destaque-se a quarta, que diz respeito às mudanças nos valores éticos e na cultura do litígio. Sob essa perspectiva, traça-se o Serviço de Assistência Jurídica da Unimontes, vinculado ao curso de Direito. De acordo com Roberto Portugal BACELLAR (p. 25, 2012), a quarta onda é aquela que “pretende expor as dimensões éticas os profissionais que se empenham em viabilizar o acesso à justiça [...] ela indica novos desafios tanto para a responsabilidade profissional como para o ensino jurídico”. Assim, como o foco de atuação do S.A.J são as pessoas de baixa renda, o aluno entra em contato com um mundo que diversas vezes não coaduna, trazendo uma carga ética e de valores que seria impossível adquirir ao entrar no mercado de trabalho, tendo que lidar não só com a questão jurídica do litígio, mas também com toda a situação social das partes do processo. De tal maneira, a quarta onda traz ao S.A.J uma nova visão de como tratar os acadêmicos e como estes, juntamente com os professores orientadores, tratam dos processos que estão sob sua égide e as partes deste. **Conclusão:** Por meio do presente estudo, é possível constatar que o Acesso à Justiça, caracterizado neste trabalho pela quarta onda renovatória, traz ao estágio obrigatório da Unimontes uma nova sistemática de processo, acompanhando a parte não só no litígio judiciário, mas de forma que resolva a problemática de forma célere e efetiva, mesmo que com meios alternativos, dando ao futuro operador do Direito novas visões de tratativa processual.

**Palavras-chave:** Serviço de assistência jurídica; quarta onda renovatória; Acesso à Justiça.

#### REFERÊNCIAS:

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e Arbitragem**. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre (RS): Editor Sergio Antonio Fabris, 1998.

### O STF E A UNIÃO HOMOAFETIVA

MARQUES, Josué Lucas de Souza<sup>1</sup>; FONSECA, Maria Fernanda Soares<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Bacharel em Direito pela FUNORTE; <sup>2</sup>Advogada e Docente da FUNORTE

**Introdução:** Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), em controle abstrato de constitucionalidade, reconheceu que a união homoafetiva possui os mesmos direitos e deveres que as uniões estáveis heteroafetivas, com fundamento em diversos princípios constitucionais e no Direito das Famílias, vedando qualquer forma de discriminação, seja em razão de gênero, seja em razão da orientação sexual. **Objetivo:** Verificar e delinear a importância da decisão proferida pelo STF e seu impacto jurídico sobre a união homoafetiva e a sociedade em geral. **Método:** Este estudo faz uma análise das doutrinas, das jurisprudências e da constitucionalidade acerca do tema proposto, utilizando como metodologia a revisão de literatura. O método reúne dados, informações e reflexões, sendo utilizados materiais dos últimos 10 anos, publicados em língua portuguesa que apresentem especificidade sobre o tema. Com a análise dos materiais selecionados, foram elaboradas as discussões a respeito do estudo. **Resultados:** Diante de inúmeros questionamentos sobre a caracterização das relações homoafetivas e de decisões judiciais anteriormente proferidas, o STF restou admitir a igualdade de direitos entre união homoafetiva e união estável. **Conclusão:** A referida decisão superior demonstra a existência de um Estado Democrático de Direito que respeita a diversidade entre seus cidadãos e a pluralidade das formas de família.

**Palavras-chave:** Supremo Tribunal Federal. União Homoafetiva. Princípios Constitucionais.

## O SURGIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E SUA VIOLAÇÃO NA ATUALIDADE

CRUZ FILHO, Herbert Otaviano<sup>1</sup>; GUEDES, Paulo Lorenzo Alencar<sup>1</sup>; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os direitos sociais presentes na Constituição Brasileira de 1988 foram vistas como respostas as arbitrariedades que estavam inseridas no Regime Militar, por esse fator, foi de suma importância a intenção da garantia da dignidade humana, como um dever do Estado, para toda a sociedade, objetivando evitar condições sub-humanas e grandes desigualdades. Contudo, tal idealização da igualdade e condições básicas como direitos encontraram um limite, e, por conta das crises, se encontram violadas, não sendo mais garantias do cidadão, na prática, mas ainda presente na postulação da Carta Magna. **Objetivo:** Analisar como os direitos sociais, que se tornaram dever do Estado Brasileiro, conseguiram atingir um auge, no campo social, mas posteriormente entraram em decadência, de maneira em que a própria população realiza críticas e, muitas vezes, não podem usufruir do mesmo, sendo apenas vista na idealização da Constituição Federal, e não na realidade pública. **Método:** Dado o tipo de questionamento levantado, mister se faz o uso da pesquisa qualitativa, bem como o uso da revisão bibliográfica, o que possibilitará o entendimento do crescimento dos direitos sociais na realidade brasileira, e também o seu atual estado de violação. **Resultados:** Destarte, se torna visível que, embora uma idealização satisfatória para o cidadão brasileiro, a administração feita quanto aos direitos sociais foram feitas de formas errôneas, que possibilita a ambiguidade quanto a própria decisão governamental, contradizendo-se até mesmo com a própria Carta Magna. **Conclusão:** Portanto, embora criada por um ideal de menos desigualdades e a garantia do direito a vida digna, os direitos sociais possibilitaram a crença em um futuro mais propenso a evolução pessoal de cada um, contudo, no processo da garantia dos direitos sociais, alguns fatores impossibilitaram que estes fossem administrados de uma forma mais eficaz, como a crise política, que coloca a descrença no Governo, na crise social, em que as pessoas se veem de forma individual e na própria questão econômica, em que a desigualdade limita as pessoas por não possuírem poder aquisitivos.

**Palavras-Chave:** Direitos Sociais. Violação Social. Crise Brasileira.

## O TRATAMENTO HUMANIZADO E O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA OPORTUNIZADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>, VELOSO, Cynara Silde Mesquita<sup>2</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

1Bolsista de Iniciação Científica PROBIC-FAPEMIG e discente das FIPMoc; 2Docentes das FIPMoc

**Introdução:** A Defensoria Pública do Estado tem seu papel elencado no artigo 134 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e possui fundamental relevância ao assegurar o acesso à justiça a população que depende de assistência jurídica integral e gratuita, bem como fortalece o exercício da cidadania para com aqueles que carecem de recursos. **Objetivo:** O estudo objetivou conhecer as formas de tratamento humanizado e de fortalecimento do exercício da cidadania que são oportunizadas pela Defensoria Pública do Estado. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, empregando-se o método de abordagem qualitativo. **Resultados:** A Defensoria Pública do Estado se desvela como instrumento favorável a humanização da justiça, em que a sua atuação remete à cidadania, oportunidade e socialização. O órgão tem papel fundamental na promoção da cidadania, uma vez acompanha o seu desenvolvimento no Brasil, bem como atua em favor de sua contribuição. Embora haja diversas dificuldades, principalmente em relação à estrutura, recursos e reduzido número de defensores frente à alta demanda, diversos mecanismos são desenvolvidos a fim de garantir o efetivo acesso à justiça. São vários os projetos e programas ofertados pelas Defensorias Públicas do Estado, no entanto, não objetiva-se, aqui, esgotar a análise desses, mas sim evidenciar os principais. A princípio, tem-se a “Defensoria Pública Itinerante”, programa que possui a finalidade de prestar atendimento e orientações jurídicas às populações que não possuem acesso as sedes da Defensoria Pública ou apresentam dificuldade de deslocamento. As atividades são realizadas por meio de uma estrutura adaptada, suficiente para realizar os atendimentos. Há também o projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” que consiste na promoção de palestras aos assistidos, que ocorre enquanto esses aguardam atendimento, no qual são abordados temas de caráter geral, como saúde, educação, cultura etc. Já o “Projeto Escutatória” surgiu diante da necessidade que os carentes de recursos têm em serem ouvidos, em que somente o ato de compartilhar seus problemas,

para eles, é um sentimento de realização e tranquilidade. Notória parcela que busca a Defensoria Pública, além de desejar a assistência jurídica em um litígio, também apresenta a necessidade de expressar seus receios e apreensões. Ademais, as Defensorias Públicas do Estado também promovem, eventualmente, mutirões, como o “Direito a Ter Pai”, em que são realizados exames de DNA para reconhecimento da paternidade daqueles que não possuem recursos financeiros suficientes para arcar, bem como o casamento comunitário. Desse modo, a Defensoria Pública como instrumento humanitário é uma das razões que possibilita a igualdade jurídica, oportunizando aos pobres o acesso à justiça e o exercício ativo da cidadania. **Conclusão:** Do exposto, concluiu-se que os mecanismos oportunizados pela Defensoria Pública do Estado contribuem para o fortalecimento e ampliação da assistência jurídica, em que se busca efetivar o acesso à justiça e, concomitantemente, garantir o pleno exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Defensoria Pública. Cidadania. Humanização.

## O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA

CAROBÁ, Hellen Eduarda Alves<sup>1</sup>; AMARAL, Rodrigo Santos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental, expresso no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), garantindo ao indivíduo a resolução de seus conflitos por meio do Judiciário. Desta forma, o Tribunal Penal Internacional (TPI) consta-se como uma forma de acesso à justiça, utilizando-se da jurisdição para atuar. **Objetivo:** A presente pesquisa teve como objetivo analisar a eficácia do Tribunal Penal Internacional e se o mesmo contempla o acesso à justiça. **Metodologia:** Empregou-se o método dedutivo, mediante procedimento exploratório, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. **Resultados:** O Tribunal Penal Internacional (TPI) é uma das formas de acesso à justiça e consta-se como uma corte permanente e independente, que julga pessoas acusadas de crimes do mais sério interesse internacional, como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Este Tribunal possui jurisdição sobre os indivíduos acusados destes crimes, e não sobre seus Estados, isto inclui aqueles diretamente responsáveis por cometer os crimes, como também aqueles que tiverem responsabilidade indireta, por auxiliar ou ser cúmplice do crime. Ademais, ele não agirá se um caso foi ou estiver sendo investigado ou julgado por um sistema jurídico nacional, a não ser que os procedimentos desse país não forem genuínos, como no caso de terem caráter meramente formal, a fim de proteger o acusado de sua possível responsabilidade jurídica. Além disso, o TPI só julga casos que ele considerar extremamente graves tendo como característica a sua atuação como corte de última instância. No que tangencia sua eficácia, ela não consta como plena, tendo em vistas as dificuldades que o Tribunal passa para executar as suas sentenças, dentre elas encontra-se as divergências entre o Estatuto e a Constituição interna de alguns países. Contudo, o maior empecilho na execução das sentenças e cumprimento das penas é a cooperação dos Estados, que não mantém os compromissos assumidos, quando deveriam colaborar com o Tribunal e cumprir o solicitado com o intuito de preservar o direito internacional e o direito dos tratados. **Conclusão:** Diante dos fatos expostos, constata-se que TPI é, na atualidade, o principal órgão jurisdicional internacional voltado ao combate aos crimes internacionais. A corte penal internacional exerce sua jurisdição sobre pessoas que praticam crimes graves e de transcendência internacional, sempre atuando complementarmente às jurisdições internas. Ou seja, o Tribunal pode exercer sua jurisdição apenas quando esgotadas as instâncias internas dos Estados-partes. Desta forma, destaca-se o princípio da complementaridade, sendo que o TPI não exercerá sua jurisdição caso o Estado com jurisdição já houver iniciado ou terminado investigação ou processo penal, desde que atuem de maneira justa. Destaca-se que nos casos em que houver conflito de competência entre a jurisdição penal interna e a jurisdição do TPI, o próprio Tribunal irá decidir o conflito informando qual jurisdição terá competência para o julgamento, apesar da aplicação do Estatuto ser subsidiária a aplicação do direito interno, mas tendo em vista a sua maior imparcialidade.

**Palavras-chave:** Tribunal. Estatuto. Jurisdição. Acesso.

## O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMO SOLUÇÃO PARA PROBLEMAS MUNDIAIS

FERNANDES<sup>1</sup>, Carlos Henrique Silveira; CAXITO<sup>1</sup>, Erick Leão Batista; VIEIRA<sup>1</sup>, Guilherme Ribeiro; BRAGA<sup>1</sup>, Marcus Alexandre da Silva; CUNHA<sup>1</sup>, Pedro Henrique Leobas; AMARAL<sup>2</sup>, Rodrigo Santos.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Tribunal Penal Internacional (TPI), é uma consequência criada depois de anos em que criminosos que cometeram crimes em âmbito internacional passaram impunes, até que enfim fosse criado para que julgasse crimes penais internacionais. **Objetivo:** a presente pesquisa objetiva analisar a importância e eficácia do TPI, bem como o acesso à justiça no mesmo. **Metodologia:** tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. **Resultados:** o Tribunal Penal Internacional teve como base para sua criação o Tribunal de Nuremberg, este criado para julgar os crimes cometidos pela Alemanha nazista durante e pós Segunda Guerra Mundial. O TPI age de acordo com o que é disposto no Estatuto de Roma e tem como principal função julgar todos os crimes relacionados a agressão internacional, contra a humanidade, de guerra e genocídio, ou seja, todos aqueles crimes com repercussão internacional. Porém, vale ressaltar que o TPI somente agirá mediante um Estado que se mantiver silencioso e inerte, ou então, mostrar uma decisão considerada suave frente aos crimes descritos. Por se tratar de um Tribunal Internacional, suas decisões e sentenças não são influenciadas por normas internas de um Estado, podendo assim, ser classificadas como mais eficazes e rígidas. O TPI, tende a tutelar os mais altos ideais humanos e é de suma importância para inibição de crimes contra a dignidade da pessoa humana, diante disto, o acesso à justiça se justifica perante a proteção dos direitos internacionais humanitários. Ainda assim, o Tribunal Penal Internacional recebe muitas críticas e já foram feitas diversas campanhas contra o mesmo, o que acaba por torná-lo menos eficaz. Um exemplo foi a campanha dos norte-americanos, por alegarem que era errado os cidadãos dos Estados Unidos serem julgados mundialmente pelos crimes mais odiosos da humanidade. **Conclusão:** O Tribunal Penal Internacional tem então seu papel primordial de julgar os crimes que se relacionam em âmbito internacional na finalidade de sentenciar com base no estatuto de Roma, ou seja, pela sua jurisdição em um nível global, na tentativa de preservar a dignidade de uma sociedade universal, e garantir o acesso à justiça para que não haja violação dos direitos internacionais humanitários.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos, Acesso à Justiça, Tribunal Penal Internacional.

## O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONALE O ACESSO À JUSTIÇA

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO, Luiza Dias<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; AMARAL, Rodrigo Santos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O tema abordado traz o Tribunal Penal Internacional como forma de acesso ao Poder Judiciário, apresentando sua estrutura e competência, e perpassando por sua criação, que se deu diante de um cenário de desrespeito aos direitos humanos se estendendo aos dias atuais como forma de evitar a impunidade diante dos crimes contra a humanidade, de genocídio, de guerra e de agressão. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar se o acesso à justiça internacional por meio do TPI é realmente garantido. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** O Tribunal Penal Internacional foi instaurado no período pós Segunda Guerra Mundial, no qual havia diversos fatores que desrespeitavam os direitos humanos. Assim, em 1998 foi aprovado, no chamado Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional que, em 2002 já possuía o número necessário de ratificações requisitado para sua entrada em vigor, 60 países. As principais decisões do Tribunal Penal Internacional deverão ocorrer de forma democrática e se dão pelo seu órgão fundamental e soberano, a Assembleia dos Estados-partes. O Tribunal será ainda integrado por no mínimo 18 juízes que deverão atender alguns requisitos e que se distribuirão por três Seções: a Seção de Questões Preliminares, incumbida de examinar a admissibilidade dos processos, a Seção de Primeira Instância, que proferirá os julgamentos, e a Seção de Apelações, responsável pela apreciação dos recursos. Acerca da competência do TPI segundo o Estatuto de Roma em seu artigo primeiro, cabe a ele julgar os crimes contra a humanidade, de genocídio, de guerra e de agressão,

restringindo-se a casos específicos. Quanto à eficácia do tribunal supracitado, constata-se que esta se encontra restringida apenas entre os Estados que ratificaram o acordo, ou seja, crimes que violem os Direitos Humanos, mas que foram praticados em países não integrantes desta Corte, não podem ser por esta julgados. Ademais, o Tribunal Penal Internacional pode ser analisado como um grande avanço na jurisdição internacional, a fim de evitar conflitos como os que influenciaram em sua criação, trazendo o bem coletivo como principal vertente. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que o TPI foi um passo de extrema importância no cenário jurídico internacional, uma vez que se passou a ter como bem principal a ser tutelada a pessoa humana e não mais o poder estatal. Além disso, possui importância inquestionável no que se refere ao acesso à justiça internacional de forma igualitária, à proteção do interesse coletivo e concretização dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Justiça Internacional. Tribunal Penal Internacional.

## O URBANO COMO TERRITÓRIO DO IMAGINÁRIO PÚBLICO: ESPAÇOS DE VIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL

APOLINARIO <sup>1</sup>, Vítor; CRISTINA <sup>1</sup>, Isabelly; MACÁRIA <sup>1</sup>, Jamilly; RAMOS <sup>1</sup>, Emille Mariane Cardoso; RAMOS <sup>1</sup>, Gabriela Cristina F; SILVA<sup>1</sup>, Thelly Jesilene Vieira, BICALHO<sup>2</sup>, Elisa Santana;

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas Pitágoras; <sup>2</sup>Professora das Faculdades Integradas Pitágoras

**Introdução:** a região do córrego das melancias, localizada na região oeste da cidade de Montes Claros entre os bairros Esplanada, Carmelo, Monte Carmelo, Santa Laura e Vila Nova Morada se encontra em uma situação de abandono e degradação. Segundo Allain de Botton (2007) o ambiente transforma o indivíduo e é transformado por ele, sendo assim, partir de premissas como: o impacto do paisagismo na saúde urbana; a importância do urbanista em uma intervenção deste tipo e a relevância do planejamento urbano na cidade de Montes Claros; se propõe um projeto e caráter multidisciplinar onde cada disciplina atuou na construção da ação urbanísticas no entorno gerando a integração entre a cidade, o meio ambiente e os cidadãos. **Objetivos:** analisar e desenvolver métodos de intervenção urbana na região do córrego das melancias visando o desenvolvimento saudável daqueles que habitam e frequentam a área. **Metodologia:** A presente pesquisa se desenvolveu a partir de uma abordagem de cunho qualitativo e quantitativo uma vez que além de se registrar os dados, os explora por intermédio do estudo histórico/sociológico. Ao explorar os conhecimentos adquiridos e as propostas para a melhoria da saúde urbana, se induz uma regra geral que se aplique a situação. **Resultados:** De acordo com as pesquisas realizadas no decorrer do trabalho, foi possível pontuar ideias como a valorização do paisagismo, a revitalização do córrego e a utilização de técnicas sustentáveis. Tais conceitos se tornaram as premissas que embasaram toda a proposta final sintetizada na criação de um parque linear cujo conceito se relaciona com questões históricas e de identidade e visa reintegrar sociedade e cidade em resposta a situação de abandono e degradação encontrada. **Conclusão:** Compreende-se que a intervenção urbana no local vai muito além de um projeto que melhore vias e infraestrutura, o mesmo deve buscar soluções que atendam aquela população da maneira em que elas vivem, buscando através do urbano oferecer uma melhor qualidade de vida aos mesmos. Para planejar uma cidade é necessário compreendê-la, entender o seu funcionamento e pensá-la tanto do ponto de vista do cidadão quanto do modo de produção econômico, o capitalismo (LYNCH, 2011). Importante salientar o fato de que a clínica, projeto arquitetônico deste período a ser implantado na região, também configura uma estratégia de planejamento e irá favorecer todo o entorno, assim como o parque, valorizando-o e contribuindo para seu desenvolvimento saudável como uma ação efetiva de transformação e empoderamento social.

**Palavras-chave:** Intervenção, Desenvolvimento, Saúde.

### REFERÊNCIAS:

BOTTON, Alain de. **A arquitetura da felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 1.ed. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2. ed. Edusp: São Paulo, 2004.

## O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE CÁLCULO

SOUZA, Galvina M<sup>1</sup>.; DIAS, Jordany A.<sup>2</sup>  
 1Docente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc.

**Introdução:** O trabalho, aqui apresentado, surgiu da ideia de estudar e aplicar métodos ativos de aprendizagem durante as aulas de Cálculo Diferencial e Integral I na tentativa de diminuir as dificuldades apresentadas pelos alunos nos conteúdos de cálculo, a partir da alteração significativa na forma de abordagem desses conteúdos. Teve como principal **Objetivo**, construir e aplicar roteiros de aula de cálculo com o uso das metodologias ativas, visando diminuir o índice de reprovação e evasão em cálculo. **Método:** O trabalho foi realizado tendo como sujeitos de pesquisa duas turmas de alunos de cursos de engenharia matriculados em Cálculo I, teve como ponto de partida a pesquisa em referenciais teóricos, onde se reuniu informações para a compreensão do ensino com metodologias ativas e para a interpretação e entendimento dos resultados aferidos da aplicação de metodologias ativas em sala de aula. Posteriormente foram ministradas aulas, abordando o mesmo conteúdo, em uma sala com o uso das metodologias ativas, em especial, sala de aula invertida e *Problem Based Learning*, que representa a Aprendizagem Baseada em Problemas e, em outra sala sem o uso dessas metodologias. Posteriormente os resultados de cada turma foram analisados e comparados. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação participante, os registros escritos contendo o desenvolvimento das atividades pelos alunos, as respostas e os comentários dos alunos às questões propostas. **Resultados:** Depois das análises das amostras, pode-se verificar um impacto positivo dessa proposta no ensino de Cálculo, visto que a turma cujos conteúdos foram trabalhados com o uso das metodologias ativas, tiveram um resultado significativamente melhor que a outra turma. **Conclusão:** Pode-se concluir que o desenvolvimento da disciplina de Cálculo I com o uso de metodologias ativas proporcionou um melhor desempenho e aproveitamento do graduando nessa disciplina.

**Palavras-chave:** Ensino de Cálculo. Derivadas. Metodologias Ativas.

## O USO DO CIMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

GUEDES, Icaro Reis<sup>1</sup>; ALMEIDA, Ludmilla Pereira de<sup>1</sup>; MELO,; REIS, Sara Aparecida Silva <sup>1</sup>  
 QUEIROZ, ÉRICA K. Ramos<sup>2</sup>  
 1scente das FIPMOC, 2Docente das FIPMOC<sup>6</sup>

Com este trabalho, objetivou-se analisar a utilização do cimento na construção civil, já que este é um dos materiais mais utilizados em obras, por conta da sua larga utilização em diversas fases da construção civil. Em suma, o cimento é um pó fino portador de propriedades de aglomeração, que se enrijece logo que entra em contato com a água, tornando-se um elemento sólido com grande resistência a compressão e resistente a água e a sulfatos. A metodologia, quanto à natureza caracteriza-se como dedutiva e forma de abordagem qualitativa, ainda é de caráter exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e experimental. Os dados analisados possibilitaram compreender como é o processo de extração e fabricação do cimento, origem do material, os tipos mais utilizados na construção civil, e em que estruturas são aplicados, ainda foi realizada a construção de protótipo de viga com e sem armação, para determinar a resistência e analisar o concreto quando sujeito a forças externas. Concluiu-se que a procura por segurança e durabilidade para as edificações conduziu o homem à experimentação de diversos materiais aglomerantes. Os romanos chamavam esses materiais de "caementum", termo que originou a palavra cimento. Foi justamente pela necessidade de construções mais arrojadas que o cimento acabou se transformando em um dos mais importantes recursos da história da engenharia.

**PALAVRAS-CHAVE:**Cimento.Portland.Concreto.

## O USO DO PARAFUSO AUTO BROCANTE - FALHAS NA VEDAÇÃO: ESTUDO DE CASO

FELÍCIO, Daniel Nobre <sup>1</sup>, AVELAR, Helvécio Palma <sup>1</sup>, FORTES, Délcio<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Alunos das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, <sup>2</sup> Professor Orientador

O uso de estruturas metálicas para coberturas tem crescido bastante no Brasil, principalmente no emprego em grandes áreas como em shoppings, centros de distribuição e indústrias (CHAVES, 2001). Nessas estruturas, as telhas são fixadas por meio de parafusos, cuja tendência atual é a de maior utilização dos auto brocantes, visto o seu alto poder de fixação, conferido nas capacidades de perfurar, atarraxar e vedar em uma única aplicação (FIXWELL, 2015; HARD, 2016). Para fixar a peça com segurança e estabilidade, os parafusos autobrocantes contam com a função de arruelas, que contribuem para se evitar o desgaste do fixador, reduzindo a resistência e a rigidez da conexão (DAVIES, 1991). O uso correto de todo material é fator decisivo para a qualidade da obra, desse modo o emprego de parafusadeiras sem o regulador de profundidade pode acarretar um torque que deforme a peça, favorecendo, dentre outros, as infiltrações (CÂMERA; FERNANDES; MARTELLO, 2016). Nesse sentido, o presente estudo objetivou realizar testes de torque para verificar a questão das deformações, bem como mostrar a importância do uso do regulador de profundidade. Foi utilizada uma peça de telhado de zinco de medidas 60x30cm, onde se fixou 2 parafusos autobrocantes, com suas respectivas arruelas. O primeiro deles utilizava um anel de um elastômero, chamado de EPDM, e o outro, uma arruela de borracha neoprene. Nas informações técnicas dos parafusos havia a informação de que a parafusadeira com bocal deveria ser regulada em 15 N/m. Os testes foram feitos por 05 (cinco) vezes, sendo 04 (quatro) delas com o torque ideal, ou seja, de 15 N/m, utilizando-se os dois tipos de arruelas; e 01 (uma), com os mesmos materiais a um torque de 22 N/m. O resultado foi uma alteração bastante aparente quando empregado o torque maior, que deformou os dois tipos de arruela, devido ao aperto excessivo. Por outro lado, quando utilizado o torque de 15 N/m, o EPDM e o neoprene não sofreram modificações, ficando a atarraxar perfeitamente o parafuso, sem comprometer sua vida útil ou favorecer o aparecimento de infiltrações.

**Palavras-chave:** Parafuso auto brocante. Fixação. Avaria.

## O VALOR DO AFETO NA FILIAÇÃO

SANTOS, Igor Luiz Azevedo<sup>1</sup>; GONÇALVES, Josefa Prado Faria<sup>1</sup>; FONSECA, Rayke Luiz<sup>1</sup>; FILHO, Ryan; BALEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** “O direito não pode ficar alheio ao princípio da afetividade e sua relevância tanto para a família, como para a própria pessoa. A questão deve ser enfrentada sob o ponto de vista da importância que o amor representa para a gênese da pessoa, enfim, para a elaboração do princípio da dignidade humana.” (ANGELUCI, 2006). **Objetivo:** A pesquisa propôs verificar a importância e relevância do afeto nas relações entre pai e filho (a) ou mãe e filho (a) e as consequências da falta de afeto no desenvolvimento humano e psíquico da criança. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa bibliográfica. **Resultados:** A falta de afeto nas relações faz com que milhares de jovens e crianças sofram e sintam com a ausência de carinho e amor, pois a falta desses requisitos é considerada uma afronta ao patrimônio moral do filho (a). O apoio financeiro, alimentar e o reconhecimento paterno não são suficientes para suprir o desgaste emocional e a ausência de afeto ocasionada pelo desinteresse dos pais. Para que se tenha e crie uma boa relação familiar é preciso que a família na relação de pai e filho tenha como princípio fundamental os chamados deveres de afeto, que são baseados na ajuda psíquica emocional e social da construção da dignidade humana. A falta desses requisitos fez e faz com que milhares de filhos entrem com ações judiciais para tentar suprir a falta de carinho e amor. Não se trata em apenas querer quantificar a falta de carinho ou querer suprir a falta de amor de um pai com o filho e sim de tentar acalantar um coração que sofre e vem sofrendo pela falta de afeto daqueles que deveriam ser a base e o conforto para lidar com os devaneios da vida humana. **Conclusão:** Conclui-se que o afeto é o pilar primordial na construção psíquica e emocional da criança, pois é a partir dessa dádiva que a criança cria forças e tem amparo emocional para lidar com os problemas que ocorrem em sua vida.

**Palavras-chave:** Valor. Afeto. Filiação.

**REFERÊNCIA:**

ANGELUCI, Cleber Afonso. **Valor jurídico do afeto nas relações do direito de família:** construindo o saber jurídico. Marília, maio, 2006. Disponível em: [.file:///C:/Users/Convidado/Downloads/Valor\\_jur%C3%ADdico\\_do\\_afeto\\_nas\\_rela%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_direito\\_de\\_fam%C3%ADlia\\_1050\\_pt.pdf](file:///C:/Users/Convidado/Downloads/Valor_jur%C3%ADdico_do_afeto_nas_rela%C3%A7%C3%B5es_do_direito_de_fam%C3%ADlia_1050_pt.pdf). Acesso em: 10 abr. 2018.

**O VALOR JURÍDICO DO AFETO NAS RELAÇÕES SOCIOAFETIVAS**

COSTA, Amélia Oliveira<sup>1</sup>; GOMES, Débora Ferreira Costa<sup>1</sup>; LIMA JÚNIOR, Maurício Braga<sup>1</sup>; LOPES JUNIOR, Márcilio Moreira<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Regina Celia Fernandes<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os atuais modelos familiares, decorrentes das constantes mudanças da cultura e dos valores a ela inerentes, não estão mais consumados no patriarcalismo tradicional. “A Constituição Federal de 1988, muito contribuiu para que todos iguais perante a lei, pudessem buscar a felicidade sem medir o sentimento de cada um” (PELEGRINA, 2014, p. 9). **Objetivo:** Analisar a influência do valor jurídico do afeto na constituição das novas relações familiares. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** Por questões culturais, sociais, políticas e ideológicas, a família sofreu mudanças e o ordenamento jurídico vem buscando responder a essas alterações. Atualmente, o elo biológico ou genético não sustenta a base familiar. Dessas mudanças e frente à necessidade de modificar tal conceito, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 amplia o conceito de família, centrando-se na dignidade da pessoa humana e na solidariedade social e dessa maneira, afirmando que esta não origina apenas do casamento. Com isso, temos a observância do surgimento de novas modalidades de família, como a família socioafetiva, onde não existe um vínculo genético entre as partes, porém os indivíduos vivem como parentes, em razão da forte ligação afetiva existente entre eles. Ao analisar o valor jurídico do afeto nas relações socioafetivas podemos observar que, o mesmo adquiriu papel fundamental, no que tange a legitimação dessa modalidade de filiação, pois mediante as alterações realizadas na CRFB/88 o afeto passou a ser a ferramenta mais importante na construção de uma família, pois o elo biológico já não tem força suficiente para legitimar uma relação, o que faz do afeto pilar fundamental para a constituição das novas modalidades de família. **Conclusão:** A relação entre pais e filhos biológicos ou não deve sempre ser pautada no amor, carinho e respeito. Há alguns anos, o afeto era visto apenas como um sentimento inerente a essa relação, mas nos dias atuais, ele exerce papel primordial nas relações familiares. Isso por que o afeto está sendo tratado como valor superior que legitima as relações familiares, e não apenas o valor biológico da relação. Dessa forma, em toda relação do meio familiar, o amor, o carinho e o afeto devem estar presente e devem ser considerados.

**Palavras-chave:** Relações familiares. Socioafetividade. Valor Jurídico.

**REFERÊNCIAS:**

PELEGRINA, Marlene Elizabeth Rossi. A família da atualidade. **Formatos familiares contemporâneos**, São Paulo, n. 18, p. 8-19, 2014.

**ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS EM CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS**

VELOSO, Maria Emília Pinho<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Adriana Mendes<sup>1</sup>; SOARES, Henrique Barbosa<sup>1</sup>; MENDES, Larissa Santos<sup>1</sup>. MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>  
<sup>1</sup> Discentes das FIPMOC; <sup>2</sup> Docente da FIPMOC

**Introdução:** A mortalidade por causas evitáveis referem-se à aquelas que podem ser prevenidas, total ou parcialmente, por ações de serviços a saúde acessíveis e efetivos. É definida pela deficiência de assistência à saúde da gestante e do recém-nascido nos primeiros anos de vida. É um indicador das falhas na assistência materna e neonatal prestada. **Objetivo:** Analisar a mortalidade por causas evitáveis em menores de 5 anos, na cidade de Montes Claros-MG. **Método:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa descritiva e exploratória que optou-se por coletar informações através do banco de dados do Datasus permitindo analisar a quantidade de óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 4 anos entre os anos de 2014 a 2016 em Montes Claros-MG. **Resultado:** Os óbitos relacionados a atenção da mulher na gestação por causas evitáveis foram

um total de 12 óbitos em 2014, 11 óbitos em 2015, e ocorreu um aumento acentuado em 2016 chegando a 23 óbitos, e quanto a atenção ao recém-nascido podemos observar que em 2015 houve o maior número de casos em relação aos outros anos sendo um total de 11 óbitos em 2014, 17 óbitos em 2015 e de 14 óbitos em 2016. Tendo como demais causas déficit no diagnóstico e tratamento adequado, inadequada atenção a mulher no parto e ações de promoção a saúde vinculadas a ações de atenção. **Conclusão:** Conclui-se que a assistência gestacional e neonatal e alguns aspectos ainda são negligenciados devido à alta taxa de óbitos por causas evitáveis, necessitando assim de implementações de medidas preventivas no resultado de amenizar essas causas.

**Palavras-chave:** Mortalidade. Recém-nascido. Óbitos.

## OS DIREITOS DO NASCITURO DE MÃES ENCARCERADAS

MACHADO, Rafael Simões<sup>1</sup>; MAIA, Afonso Spyer Brant<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Izabela Gomes de<sup>1</sup>; RUFINO, Letícia Barbosa<sup>1</sup>; SOUZA, Maria Clara Pereira<sup>1</sup>; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A condição da mãe encarcerada, por ser cercada de particularidades, muitas vezes, dificulta o efetivo acesso a direitos essenciais a ela e ao nascituro inerentes, em razão das precárias condições observadas no sistema carcerário atual. Entretanto, essencial se faz efetivar direitos específicos em prol do desenvolvimento sadio do nascituro, com o intuito de minimizar os efeitos indiretos da pena, garantindo à gestante presa ambiência que atenda a sua dignidade e ao adequado desenvolvimento integral do nascituro. **Objetivo:** Objetiva-se, assim, a presente pesquisa, analisar os direitos do nascituro das gestantes encarceradas. **Método:** Empregou-se no desenvolvimento desta análise, o método dedutivo mediante procedimento exploratório bibliográfico documental. **Resultados:** Verificou-se que possuem o nascituro e a gestante em cárcere, direito à saúde, à vida, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, proteção a maternidade, enfim, todo o arcabouço legal destinado ao nascimento, desenvolvimento em condições dignas de existência. **Conclusão:** Apesar de vasta a gama de direitos garantidos as mães encarceradas e ao nascituro, percebe-se, não serem estes efetivados.

**Palavras-chave:** Gestantes em cárcere. Nascituro. Direito à saúde e à vida. Sistema Prisional. Proteção da Maternidade.

## OS DIREITOS DOS NASCITUROS DE MÃES ENCARCERADAS

ANDRADE, Milena Barbosa<sup>1</sup>; CORREA, Bruna Tháfs Cardoso<sup>1</sup>; FONSECA, Iara Leite<sup>1</sup>; LIMA, Bruna de Sá Ferreira<sup>1</sup>; LOYOLA, Ana Flávia<sup>2</sup>.  
 1. Discente das FIPMoc; 2.Docente das FIPMoc

**Introdução:** Embora o nascituro não possua personalidade, a legislação em vigor, garante a proteção legal dos seus direitos desde a concepção. Desse modo, essa proteção deve estender-se também aos nascituros de mães em situação de cárcere. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs verificar a importância dos direitos dos nascituros de mães apenadas. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativa. **Resultado:** Apesar de haver controvérsias a respeito da aquisição da personalidade do nascituro, a lei põe a salvo seus direitos desde a concepção. Assim, é assegurado ao nascituro: direitos personalíssimos (tais como o direito a vida e o direito a proteção pré-natal); recebimento de doações; benefícios por legado e herança; possibilidade de nomeação de curador para cuidar da defesa dos seus interesses e a tipificação do crime de aborto. Todavia, em se tratando do nascituro de mães encarceradas, por vezes tais direitos são negligenciados, pois as penitenciárias femininas não apresentam estrutura necessária para a efetivação de tais direitos. Destarte, é indubitável que quando o direito de uma mãe gestante apenada não é garantido o do nascituro também é violado. Mesmo que existam leis benéficas a ambos, por vezes elas não são cumpridas, ressaltando a situação de vulnerabilidade no que se refere à presa gestante. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que o Estado prevê leis que resguardam a gestante apenada e conseqüentemente seu nascituro, contudo a aplicação dessas normas ainda não é eficaz como deveria. Violando o princípio de que as mulheres gestantes encarceradas devem ter os mesmos direitos das mulheres livres.

**Palavras-chave:** Nascituro. Mulheres Encarceradas. Mães.

## OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa<sup>1</sup>; NOBRE, Débora Gonçalves<sup>1</sup>; CHAMONE, Izabela Araujo<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria Isabella Santos<sup>1</sup>; SANTOS, Thaís Julliany Rodrigues dos<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Estudante de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup> Doutor do curso de Direito das FIPMoc.

**Introdução:** O direito do trabalhador é um dos direitos sociais garantido pela Constituição Federal em seu 7º artigo. Nos artigos seguintes, também estão previstos os principais direitos para os trabalhadores que atuam sob a lei brasileira, assim como a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), no entanto não existe um instrumento formal que garanta trabalho aos brasileiros, o que existem são leis que visam amparar o trabalhador para uma humanização do trabalho, condições não prejudiciais à saúde, tendo recursos suficientes para uma vida digna. **Objetivo:** Relacionar a modernização trabalhista com os direitos fundamentais trabalhistas. **Metodologia:** A pesquisa foi qualitativa e bibliográfica. Os dados foram retirados nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, bem como em doutrinas e leis pertinentes ao tema. **Resultado:** A modernização das leis trabalhistas modificou de forma indireta os direitos fundamentais do trabalhador, visto que suas mudanças essenciais foram no corpo da CLT, proporcionando, apenas, consequências na interpretação do texto constitucional em seu artigo 7º, que dispõe acerca dos direitos do trabalhador. Quanto a regra salarial geral, não houve novas mudanças, logo, o empregado deverá receber o salário mínimo, o piso salarial regional ou o piso sindical, ou seja, continua havendo um mínimo e máximo a ser respeitado. Uma alteração significativa diz respeito ao distrato, incluso na CLT no art. 484-A, que o permite além de estabelecer os direitos trabalhistas em face aos empregados. Já em relação à jornada de trabalho, foi apenas uma flexibilização e não uma mudança concreta, visto que é facultado ao empregado escolher cumprir a jornada que melhor satisfaça seus anseios, juntamente com os da empresa, como ocorre com o sistema 12 por 36 e os direitos das gestantes, as quais tem o direito de se afastar, com todos os direitos resguardados. **Conclusão:** Conclui-se que, diante das alterações provenientes da reforma trabalhista, pelo menos de início, a consonância da mesma com os direitos fundamentais elencados na CRFB/88, modernizando as leis com a realidade social de hoje, visando equilibrar a superioridade econômica do empregador com a superioridade jurídica do empregado.

**Palavras-chave:** Direitos fundamentais do trabalho. Reforma trabalhista.

## OS EFEITOS DA CRISE BRASILEIRA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

<sup>1</sup>SILVA, Maicom Macio Cardoso, <sup>1</sup>BICALHO, Mateus Rocha, <sup>1</sup>OLIVEIRA, Pedro Afonso Santana, <sup>1</sup>OLIVEIRA, Renderson Leonardo Alves, FERNANDES, Erica Dayanne Gramacho. <sup>2</sup>MENDES, Andressa.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Estado é o responsável pelas condições para o desenvolvimento da pessoa humana de forma digna, e cabe a ele oferecer os meios necessários para o pleno desenvolvimento da pessoa humana. O ser humano é complexo e necessita ser observado sob todos os aspectos, principalmente os aspectos de saúde e educação, que devem ser prioridade de qualquer Estado. **Objetivo:** O presente estudo busca apresentar sobre os efeitos da crise brasileira no estado democrático do direito. **Metodologia:** O resumo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica por intermédio da análise das diversas posições acerca do problema discutido. **Resultados:** A luta na implantação de uma política democrática e estável tem tido avanços, que mesmo em fase de crise e violação dos seus princípios, não retrocedem, sempre avançam em busca do governo ideal. A efetivação das políticas públicas, os próprios instrumentos para sua concretização, são normas que já existem. Cabe ao Estado e seus entes administrar os recursos e fazer uso deles de forma a efetivar as políticas públicas necessárias ao pleno desenvolvimento da pessoa humana. Com base nas informações e análise dos textos, pode-se afirmar que a crise brasileira viola os princípios fundamentais do estado democrático do direito, a partir do momento que os serviços básicos como saúde, educação e segurança se tornam precários não se tornando dignos para a população, através da corrupção na qual traz falta de credibilidade na gestão do governo para o bem estar social, onde os investimentos vão para uso próprio de empresários e políticos não tendo uma separação entre os bens públicos e os bens privados. **Conclusão:** Portanto, para alcançar as condições de dignidade da pessoa humana para toda a sociedade, faz-se necessário profundas mudanças políticas e sociais, o que iria entrar em choque com os interesses políticos e individuais de muitos, significando dizer que é praticamente impossível alcançar a dignidade da pessoa humana para todos.

**Palavras-chave:** Crise brasileira. Estado democrático de direito. Efeitos

#### REFERÊNCIAS:

PRADO, Cleber Freitas do; BRAGHIROLI, Fernanda. A fragilização da democracia na contemporaneidade e as Possibilidades de resgate do projeto democrático. *Direito e Democracia*, v.9, n.2, p.317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 09 abr. 2018.

RECHE, Cauana Perim Franco. Princípios fundamentais do estado democrático social de direito. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n. 163, ago. 2017.

VASCONCELOS, Yasmim França. A deterioração do estado democrático de direito: corrupção pública. 2016. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Centro Universitário Tabosa de Almeida, Asces/Unita, Caruaru, 2016. Disponível em: Acesso em: 09 abr. 2018.

### OS EFEITOS DA MENINGITE BACTERIANA NEONATAL NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

SALES, Brenda Fonseca<sup>1</sup>; PORTO, Daniella Patrícia de Oliveira<sup>2</sup>; FILHO, Frederico Lucas Mendes<sup>3</sup>; RABELO, Gustavo Veloso<sup>4</sup>; PINHO, Kimberly Morais<sup>5</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>6</sup>  
1, 2, 3, 4, 5 Discentes das FIPMoc; 6 Docente das FIPMoc

**Introdução:** A meningite bacteriana neonatal é como um processo infeccioso do espaço subaracnóideo que apresenta características peculiares no desenvolvimento do sistema nervoso central que levam os recém-nascidos a riscos imediatos e sequelas neurológicas que podem ser observadas em vários estágios ao longo da vida. (KREBS, 1996) **Objetivo:** Analisar os efeitos da meningite bacteriana neonatal no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM). **Método:** Esse trabalho trata-se de uma pesquisa de punho qualitativo, em que foi realizada uma revisão narrativa e compreensiva de estudos e pesquisas sobre os efeitos da meningite bacteriana neonatal no desenvolvimento neuropsicomotor. Foram também considerados o conceito de meningite e seus tipos, enfatizando a meningite bacteriana neonatal, as formas de transmissão, o diagnóstico clínico, sua fisiopatologia e tratamento. Para tal revisão, as seguintes etapas foram percorridas: estabelecimento da hipótese e objetivos da revisão narrativa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos; definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise dos resultados; discussão e apresentação dos resultados e a última etapa consistiu na apresentação da revisão. Tratando-se dos critérios de inclusão, para a seleção dos artigos foram utilizadas duas bases de dados, a saber: o SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e o MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line). O estudo abrangeu publicações partir dos anos 1990 até 2018, sendo analisadas 32 referências correspondentes a esse período. **Resultados:** Conforme foi observado na revisão de literatura, a meningite bacteriana neonatal tem apresentado prevalência considerável nos últimos anos, mesmo com o benefício do avanço dos processos de vacinação e tratamento antibiótico. A contaminação do RN pode estar relacionada com transmissão vertical, principalmente durante o nascimento, ou após, no período de internação, sendo que se considera períodos mais longos como fator de risco que predispõem a exposição de vários microrganismos. Foram demonstradas sequelas decorrentes da meningite que influenciam negativamente no DNPM da criança, como perturbação mental, déficit auditivo, visual, atraso no desenvolvimento da fala. Constatou-se também problemas relacionados ao desempenho escolar associados às dificuldades de adaptação e baixo rendimento. **Conclusão:** Diante do exposto, consideramos de extrema importância ações que visam reduzir os efeitos das sequelas, proporcionando a essas crianças um convívio social adequado e um desenvolvimento neuropsicomotor melhor possível. Uma forma de reduzir os efeitos, seria por meio de um diagnóstico mais eficiente que identificasse as sequelas de forma precoce permitindo assim uma previsibilidade de condutas e um acompanhamento mais eficiente e adequado a cada paciente.

**Palavras-chave:** Meningite bacteriana neonatal. Efeito. Desenvolvimento Neuropsicomotor.

#### REFERÊNCIA:

KREBS, Vera Lúcia Jornada et al. Meningite bacteriana neonatal: estudo prospectivo da evolução a longo prazo de 55 crianças. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*. São Paulo, v.54, n.1, p.75-81, março 1996.

## OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

LEITE, Brenda Thaysa Ribeiro<sup>1</sup>; SANTANA, Maria Luiza Ribreiro<sup>1</sup>; MOREIRA, Paulo Airam Andrezo<sup>1</sup>; GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A acumulação de processos no setor judiciário é um dos principais problemas da justiça brasileira, pois, essa acumulação gera uma demora na resolução dos conflitos, sendo assim, foi necessária a criação de métodos mais eficientes para a resolução de conflitos. Como exemplo, temos a mediação, a conciliação e a arbitragem. **Objetivo:** O estudo buscou analisar os meios alternativos de resolução de conflitos –mediação e conciliação- como formas de acesso à justiça. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas localizadas na biblioteca das FIPMoc, em dados eletrônicos online, legislações e doutrinas que abordam o tema. **Resultados:** Está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil o acesso à justiça para todos, sendo assim, é dever do Estado prover meios de acesso à justiça para toda a população, sem favorecer nenhuma camada social. Com o abarrotamento do setor judiciário foi necessária a criação de meio alternativos de resolução de conflito, esses meios alternativos tem como principal objetivo resolver os processos de menor complexidade da maneira mais rápida possível, utilizando da mediação, conciliação, negociação, entre outros. Tanto a mediação como a conciliação são formas autocompositivas de resolução de conflito, e utilizam do acordo para resolver o conflito de forma mais fácil e rápida. Ambos os métodos utilizam de um terceiro para resolver o conflito, o conciliador faz sugestões para que as próprias partes resolvam o conflito, enquanto o mediador apenas facilita a conversa entre as partes, para que elas decidam a melhor forma de solucionar o conflito. **Conclusão:** O modelo tradicional de acesso à justiça é o acesso aos tribunais, entretanto, esse modelo não é mais capaz de, por si só, efetuar a concretização do acesso à justiça, por isso é importante a adoção dos métodos alternativos de resolução de conflitos. As formas alternativas de resolução de conflito possuem papel fundamental na promoção da democratização da Justiça, uma vez que os métodos alternativos de resolução de conflitos, como a conciliação e a mediação, representam uma oportunidade de participação popular na administração da justiça e conseqüentemente sua democratização. A utilização das novas formas de resolução de conflitos pelo Poder Judiciário representa a evolução do acesso à justiça, visto que além de facilitar o acesso à justiça para todos, também possibilita que as próprias partes que constituem o conflito possam resolvê-lo através do diálogo e de acordos que favoreçam ambas as partes.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Conciliação. Conflito. Mediação. Meios Alternativos. Solução de Conflitos.

## OTIMIZAÇÃO DE ENERGIA DOS AR CONDICIONADOS

SILVA, Francisco Saulo Ferreira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gabriel Osório Lopes<sup>1</sup>; SANTOS, Janderson Stanlei Rodrigues Dos<sup>1</sup>; SANTIAGO, Paulo Rossi Cardoso<sup>1</sup>; SILVA, Valdowesley Cardoso<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gilzirene Simone<sup>2</sup>; CRUZ, Walen Nobre<sup>2</sup>; VIEIRA, Roni Kleuber Rodrigues<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Muito se tem discutido, recentemente sobre ar condicionado, principalmente sobre sua eficiência voltada para a economia de energia. Com isso, vem se estudando métodos para economizar ou mesmo desenvolvendo novos produtos que saiam para o mercado com esta eficiência econômica. Partindo-se da motivação de se desenvolver um trabalho interdisciplinar, buscou-se desenvolver um sistema que comande o funcionamento do ar condicionado apenas em horários que tenham pessoas em sala. **Objetivo:** Projetar um sistema para reduzir o consumo de energia do ar condicionado, através da utilização de sensores de presença que vão desligar em horários que não há pessoas em sala. **Método:** Com o tema apresentado, foi feita uma reunião com o propósito de discutir idéias, estudar e pesquisar sobre o assunto proposto. Sendo assim foi decidida a criação de um sistema que reduz o consumo de energia elétrica do ar condicionados. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar nossas idéias, e nos orientar de pesquisas já feitas por outros autores. Na pesquisa foi obtidas informações sobre funcionamentos de alguns dos equipamentos que irá utilizar no projeto, será realizado um esboço do protótipo em Sketchup para a visualização 3D, a fim de determinar parâmetros e especificações que ele deverá conter, tais como tipo de equipamentos e processos operatórios de funcionamento. Seguido de uma simulação em software para visualização e testes. Esses testes servirão de base para a confirmação do tipo de equipamentos e suas funcionalidades no projeto. **Resultados:** Foi obtido como resultado final desse projeto, o funcionamento

de um sistema de fácil manuseio e de grande eficiência, possuindo um sistema de menor custo, portabilidade e menor ocupação de espaço físico. **Conclusão:** Conclui-se, por fim, que os objetivos determinados do projeto para redução do consumo de energia foram alcançados, buscando a utilização de um sistema de controle para comandar o funcionamento dos ar condicionados em momentos que possuam pessoas dentro de sala. O projeto apresentado mostrou se bastante eficiente e de fácil utilização para o que se propõe.

**Palavras-chave:** Economia. Ar Condicionado. Automação. Otimização.

### OTIMIZAÇÃO: DISPOSITIVO MECÂNICO PARA DESVIO DE MONOVIA EM UM PROCESSO DE RECAPAGEM DE PNEUS

COSTA, Breno<sup>1</sup>; RODRIGUES, Phelipe<sup>1</sup>; MESSIAS, Cláudio<sup>2</sup>  
1 Aluno(s) do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2. Professor orientador

**Introdução:** O processo produtivo de uma empresa de recapagem de pneus, localizado na cidade de Montes Claros-MG, deve ser otimizado devido à existência de problemas com ergonomia e paradas excessivas nas atividades realizadas pela empresa. O transporte de pneus é feito com o auxílio de uma monovia com trilho ajustável manualmente. **Objetivo:** O projeto proposto visa automatizar o ajuste do trilho da monovia, otimizando o processo. Foi feito o estudo do dispositivo e o modelo em três dimensões. **Método:** O projeto foi desenvolvido com o auxílio da ferramenta de gestão PDCA. Executou-se também o levantamento da viabilidade econômica do dispositivo. **Resultado:** O equipamento projetado implica na otimização do sistema de transporte de pneus e da sua influência direta na redução de recursos humanos e tempo de equipamento parado. **Conclusão:** Desta forma foi possível otimizar o processo de recapagem de pneus por meio do desenvolvimento de um dispositivo mecânico que possibilite a mudança de sentido da monovia de forma segura e com tempo reduzido.

**Palavras-chave:** Otimização. Monovia. PDCA.

### PAPEL DA MÍDIA NAS AÇÕES SOCIAIS

MENDES, Eloy José; NEVES, Isabella Fagundes das;  
Discentes das FIPMoc.

**Introdução:** A mídia se torna destaque, quando resolve-se discutir acerca de informação e acontecimentos sociais. Com o poder de formar a opinião do povo, a mídia tem a oportunidade de defender o lado da justiça, ou, de fazer com que o povo acredite que nem sempre a justiça é o correto na defesa social de igualdade e direitos. **Objetivo:** Destacar a importância da mídia na opinião social e crescer a quantidade de estudos e pesquisas que há a respeito do assunto abordado. **Método:** Em relação a metodologia optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Será usada a abordagem qualitativa e a pesquisa classifica-se em exploratória. **Resultados:** Carvalho Jr. (2009, p.2) descreve a mídia como uma vasta rede de canais interligados, com intuito de abranger a comunicação a todos, desempenhando um papel relevante no processo de mudança cultural e da construção social, uma vez que os telespectadores, ouvintes e leitores, tendem a adquirir conhecimento e informações através das transmissões por eles efetuadas. A cada dia, se torna mais fácil o acesso às informações. Por via de televisores, rádios, jornais impressos, revistas, computadores e celulares, as notícias são publicados em frações de minutos. A facilidade se faz tamanha, que se torna difícil encontrar alguém que não tenha conhecimento sobre o momento atual do país. No ano de 2018, iniciou-se uma greve no Brasil, nomeada de Greve dos Caminhoneiros. Fazendo jus ao nome, essa classe trabalhadora bloqueou as rodovias federais e estaduais no intuito de reduzir o valor dos impostos. Logo, a mídia se fez ao meio, algumas fontes noticiaram defendendo os grevistas e outras tentavam deturpar a imagem dos mesmos, para que a população não salvaguardasse a causa. O povo por suposto, abraçou a causa e gritou junto, excluindo a voz de mídias sensacionalistas. **Conclusão:** Conclui-se por tanto, que a mídia tem um papel fundamental na vida social, podendo levar a população à defesa de um pensamento que não seria o melhor à sociedade, mas sim ao seu interesse econômico e político, que poderá até mesmo causar deficiências sociais.

**Palavras-chave:** Mídia. Sociedade. Ações Sociais.

### REFERÊNCIAS:

CARVALHO JR., Orlando Lira de. **Mídia e Criminalidade no Brasil**. 2009. Disponível em: < <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT3/EixoIII/midia-e-criminalidade-OrlandoCarvalhoJr.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

### PAPEL DO ADVOGADO DIANTE DA REFORMA TRABALHISTA

ARAÚJO, Dalila Aparecida Teixeira de<sup>1</sup>; CAIRES, Alice Campo<sup>1</sup>; CARVALHO, Vitória Francini Pereira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Alexandre Silva<sup>1</sup>; RIBEIRO, Maria Paula Oliveira<sup>1</sup>; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** As modificações na CLT (consolidação das leis do trabalho) atingiram diretamente e indiretamente todos os campos, juristas, empregados e empregadores, e principalmente a economia do país. A reforma trabalhista exige que os advogados se qualificassem ainda mais e fiquem por dentro de todas as mudanças feitas, pois mais da metade dos advogados atuam ou já atuaram na área trabalhista, isso significa que mais da metade da população brasileira que procura a justiça, são por motivos trabalhistas. Assim, os advogados que atuam nessa área são obrigados a procurar uma qualificação. Tais mudanças foram feitas conforme declarações dadas pelo governo vistas em todos os meios de informações, para que diminuam queixas dos empregados e empregadores. **Objetivo:** Esse trabalho tem o propósito de estudar a posição a ser tomada pelos advogados perante a reforma trabalhista. A pesquisa objetiva ainda o conhecimento da legislação que trata desse tema e dos princípios que nele rodeiam, ainda tem por escopo suscitar a discussão acerca da atuação dos advogados após a reforma trabalhista, além de contribuir na compreensão das dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam nessa área após tantas mudanças. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrina e legislação pertinente. **Resultados:** A reforma impactará na vida de todos os brasileiros, inclusive na dos advogados trabalhistas, a maneira de atuar na área trabalhista exigirá mais conhecimento dos advogados, que precisarão se atualizar de forma contínua, para que façam com que as novas leis sejam postas em prática e que diminua os problemas da sociedade. **Conclusão:** A reforma trabalhista acarreta um grande peso para os advogados trabalhistas, os quais precisam acumular uma bagagem ainda maior após as alterações, para que indique uma reforma inovadora e eficaz ao resolver os problemas do trabalho indica proporcionar meios de acesso à justiça a todos. Assim, os advogados tem o papel de desempenhar através da reforma trabalhista uma forma eficaz e essencial na efetivação do acesso a justiça.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhistas. Alterações. Lei. Advogado. Papel.

### PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NÃO EXIME DE RESPONSABILIDADE O PAI

AGUILAR, Maíra Saraiva de<sup>1</sup>; BORGES, Lucas Santana<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A paternidade socioafetiva não exime a responsabilidade do pai biológico, pois em uma decisão do Supremo tribunal Federal equiparou as duas paternidades, tanto a socioafetiva como a consanguínea. Sendo assim, o reconhecimento de uma das paternidades, não exclui a outra. **Objetivo:** Dessa forma, objetiva-se compreender a multiparentalidade é uma possibilidade jurídica que assegura o reconhecimento concomitantemente do pai socioafetivo e do pai biológico com efeitos jurídico próprios. **Método:** O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa exploratória e bibliográfica, realizada em livros, revistas científicas, legislação, jurisprudência e site da internet. Ressalta-se que o método de abordagem é o dedutivo, e o método de procedimento é o monográfico. **Resultado:** No Código Civil de 1916, o conceito de família era centrado no casamento, com distinção entre os filhos legítimos, legitimados e ilegítimos, com a prole sendo baseada na presunção de paternidade do marido. Porém com evolução no campo do direito da instituição familiar, a aceitação de novas formas de união, transferindo a disciplina sobre a filiação do Código Civil para a Constituição Federal de 1988. O princípio da paternidade responsável impõe que, tanto vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto àqueles originados da ascendência biológica, devem ser acolhidos pela legislação. Segundo o relator do RE 898060, ministro Fux, não há impedimento do reconhecimento simultâneo de ambas as formas de paternidade, a socioafetiva e a biológica, desde que esse seja o interesse do filho. Assim, o reconhecimento pelo ordenamento jurídico de modelos de instituição familiares diversos da concepção tradicional, não autoriza

decidir entre a filiação biológica ou afetiva quando o melhor interesse da prole for o reconhecimento jurídico das duas paternidades. **Conclusão:** Conclui-se que no caso concreto, a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, salvo nos casos de aferição judicial do abandono afetivo voluntário e inescusável dos filhos em relação aos pais.

**Palavras-chave:** Paternidade biológica. Paternidade socioafetiva. Responsabilidade.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil.**

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-norma-pl.html>>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. São Paulo: Rideel, Vade Mecum 2017.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil.** São Paulo: Vértice, Rideel, Vade Mecum 2017.

**Paternidade socioafetiva não exime de responsabilidade o pai biológico, decide STF**

<<http://WWW.stf.jus.br/portal/cms>>.

#### PENA DE MULTA E SUA EFICÁCIA

MOREIRA, Milena Barbosa<sup>1</sup>; SOUZA, Robson Alexandre<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Num contexto histórico, veio a famosa lei das sete tábuas “olho por olho e dente por dente” em que a Justiça era paga ao mesmo preço, ou seja, se um senhor feudal matasse o filho de outro senhor feudal este matava também o filho do primeiro. A vítima tinha o poder da escolha da quantia a receber, bem como bens ou objetos de qualquer natureza, assim o infrator se livrava do castigo corporal com a compra de sua liberdade. Já nos novos séculos foram utilizadas outras espécies que não atingissem a dignidade da pessoa humana. Por isso, veio as formas para resolver a lide, de forma pacífica em sociedade. Segundo, o Código Penal, pena de multa é como o pagamento de certa quantia fixada por dia-multa sendo feito o pagamento para o fundo penitenciário, a quantia fixada na sentença e calculada, equivalendo dez dias no mínimo e no máximo trezentos e sessenta dias-multa. Assim, a grande importância é conhecer adentrando à respectiva evolução ou eficácia da pena de multa como alternativa talvez, que por sendo uma sanção pecuniária, as pessoas não estão propostas para gastar dinheiro, podendo diminuir os índices em que trazem os atos de delito que são através das circunstâncias e seja suficiente. **Objetivo:** Identificara pena de multa e a sua eficácia. **Métodos:** Para que o objetivo fosse atingido, foram realizadas pesquisas bibliográficas através de doutrinas relacionadas ao tema, por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória. **Resultados:** A pena de multa é uma importante ferramenta do direito penal contemporâneo a ser utilizada com os fins de evitar o encarceramento de autores de pequenos delitos por prazo de curta duração, sendo de potencial eficácia quando aplicada em delitos patrimoniais a agentes que não apresentam periculosidade social. Possui legitimidade ainda que o Estado seja responsável pela prevenção de crimes, pois os membros de uma sociedade também são responsáveis pelas desordens que promovem, e devem contribuir para o restabelecimento da paz coletiva com o seu patrimônio. É uma dívida de valor, deve ser resolvida com base na Constituição Federal, que confere legitimidade ativa ao Ministério Público para o ingresso da ação penal pública e, conseqüentemente, à sua execução. **Conclusão:** A eficácia da pena de multa está diretamente relacionada com a forma de execução, que deverá, em respeito à sua essência de sanção criminal, ser promovida pelo Ministério Público, órgão legitimado pela Constituição Federal para o ingresso da ação penal pública, junto ao Juízo das Execuções Penais.

**Palavras-chave:** Multa. Eficácia.

## PERCEPÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ACERCA DO CÂNCER DE PELE: UM ESTUDO PILOTO

MACEDO, Mônica Thaís Soares <sup>1</sup>; LOPES, João Marcos de Paula <sup>1</sup>; COELHO, Wanessa do Nascimento<sup>1</sup>; BARBOSA, Bruna Gabrielly Soares<sup>1</sup>; GUIMARÃES, Mariana Soares<sup>1</sup>; GUIMARÃES, GiovanaSantarossa Lopes <sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant <sup>2</sup>  
 1 Discente da Unimontes; 2 Docente da Unimontes/FIPMoc

**Introdução:** O câncer de pele é a neoplasia maligna de maior incidência no Brasil e em todo mundo, sendo a exposição ocupacional um fator de relevância para a maior prevalência de câncer de pele, considerando que a carga horária média de trabalho no Brasil é de 39,4 horas semanais, e pessoas que trabalham ao ar livre, como os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), podem receber uma dose de radiação UV seis a oito vezes maior que trabalhadores de locais fechados (CAMARA; SILVA, 2014). **Objetivo:** Avaliar a percepção dos Agentes Comunitários de Saúde acerca do câncer de pele. **Método:** Trata-se de um estudo transversal, analítico realizado na cidade de Montes Claros- MG no período de setembro de 2017, o qual refere-se a um teste piloto para verificação da viabilidade do instrumento de coleta de dados. Sendo assim, a amostra avaliada foi composta por dez agentes comunitários de saúde (ACS) de uma única unidade de Estratégia da Saúde da Família (ESF). Uma equipe previamente treinada coletou os dados por meio de um questionário adaptado com VIGITEL 2010, juntamente com a classificação do fototipo da pele, exposição solar, fatores de proteção, autocuidado e fatores de risco, história pregressa e familiar para o câncer de pele. Para o tratamento dos dados foi utilizado o programa SPSS, versão 20.0, por meio da estatística descritiva. **Resultados:** Foi avaliado o tempo de exposição ao sol e horário de maior exposição solar durante as atividades laborais. Onde houve predominância em mais de três horas diárias (n=8) (100%), sendo estas depois das nove horas em diante. As ACS entrevistadas relatam o costume de uso de proteção contra o sol (62,5%), sendo mais comumente usado o filtro solar (37,5%) de fator maior que 30 FPS (75%), utilizado ocasionalmente (50%) uma vez ao dia (62,5%). A predominância constatada no estudo é de que a maior parte das ACS entrevistadas (75%) relataram dificuldade para adotarem a fotoproteção da pele por motivo de esquecimento ou falta de tempo devido à distração com as atividades ocorridas durante o dia (25%), falta de dinheiro para adquirir o produto (25%) ou falta de hábito (25%), sendo que a maior parte realiza inspeção (62,5%). Apesar dos agravos à pele apresentados após a exposição solar, a maioria das ACS declararam mudança na espessura ou tamanho de manchas já existentes (manchas, sardas ou outros) (37,5%), sendo que apenas uma das entrevistadas (12,5%) afirmou ter histórico de câncer de pele na região da face (12,5%). **Conclusão:** Constata-se que as ACS têm maior predisposição a adquirirem câncer de pele, devido a sua maior exposição contínua e diária ao sol sem ou com proteção solar inadequada. Assim, levando em consideração que esse estudo se trata de um teste piloto, torna-se de fundamental importância a continuidade desse estudo a fim de saber reconhecer a percepção dos agentes acerca do câncer de pele, e buscar as melhores estratégias para a prevenção e tratamento dessa neoplasia. Essa pesquisa teve apoio financeiro do PIBIC/CNPq/Unimontes.

**Palavras-chave:** Agentes Comunitários de Saúde. Câncer de Pele. Neoplasia

### REFERÊNCIAS:

CAMARA, A.; SILVA, S. L. Exposição Solar Ocupacional e Câncer de Pele Não Melanoma: Estudo de Revisão Integrativa. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 60, n. 3, p. 251-258, 2014.

## PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE TUTORIA QUANTO AO USO E APLICAÇÃO DOS TIPOS DE AVALIAÇÕES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)/UNIMONTES

LOPES, João Marcos de Paula <sup>1</sup>; MACEDO, Mônica Thaís Soares <sup>1</sup>; COELHO, Wanessa do Nascimento<sup>1</sup>; BARBOSA, Bruna Gabrielly Soares<sup>1</sup>; GUIMARÃES, Mariana Soares<sup>1</sup>; GUIMARÃES, Giovana Santarossa Lopes <sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant <sup>2</sup>  
 1 Discente da Unimontes; 2 Docente da Unimontes/FIPMoc

**Introdução:** As últimas décadas têm revelado novos paradigmas educacionais no cenário brasileiro. Há uma convergência de mudanças e adoção de novas perspectivas, especialmente com o fortalecimento e consolidação da modalidade de ensino a distância (ALEJANDRA; BEHAR, 2009). A EAD coaduna-se a esse íterim, uma vez tendo seu germe associado a um movimento antes sociocultural para escoar-se em novas formas de sentir e experimentar educação (EFFTING, 2010). Com o desenvolvimento do ensino a

distância e a ampliação de sua oferta, democraticamente diversas frentes e iniciativas de formação foram criadas (ARETIO, 1994). Com tal caráter de multiplicação e expansão, naturalmente nem todos os processos foram investidos de rigor e parâmetros qualitativos que pudessem assegurar um pleno desenvolvimento da modalidade (PRETI, 2010). Aspectos pedagógicos e didáticos podem, no fulgor de tais cenários, perder certa qualidade por razões naturais em função do amadurecimento da modalidade e da velocidade de sua expansão. Nessa trajetória, a necessidade de que se apliquem parâmetros avaliativos para intervenções oportunas que agreguem qualidade aos processos didáticos em EAD é robustecida (EFFTING, 2010). **Objetivo:** Conhecer a percepção dos coordenadores de tutoria quanto ao uso e aplicação dos tipos de avaliação nos cursos de graduação UAB/Unimontes. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 9 coordenadores de tutoria distribuídos nos 11 polos de apoio presencial: Almenara, Buritizeiro, Carlos Chagas, Itamarandiba, Mantena, Pedra Azul, Pompéu, São João da Ponte, Cristália, Francisco Sá e Janaúba. Os participantes foram convidados a participarem da pesquisa e após assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido foram entrevistados através de questionário estruturado, aplicado de modo on-line, constituído por 5 questões que se referem aos tipos de avaliação; Avaliação de Aprendizagem (AA); Avaliação On-line (AO); Avaliação Semestral (AS); Seminário (S); Participação nas Atividades Virtuais (PAV). Os dados foram analisados descritivamente. O programa utilizado foi o pacote estatístico SPSS – versão 20.0. O nível de significância adotado foi de  $p \leq 0,05$ . **Resultados:** A maior parte dos tutores entrevistados classificam a AA como parcialmente insatisfatório/Indiferente (66,6%). Com relação à AO, 88,9% responderam estar parcialmente satisfeitos. Na AS, 77,8% tutores declararam estar parcialmente satisfeitos com esse modelo de avaliação. No tocante ao S, os resultados apontaram a categoria indiferente (55,6%) em relação a esse modelo. Por fim, referente à PAV, 55,6% dos tutores declararam-se parcialmente satisfeitos. **Conclusão:** Percebe-se que os sistemas avaliativos analisados neste estudo encontram-se em desenvolvimento e evolução, no entanto, ainda apresentam falhas que devem ser analisadas e corrigidas a fim de melhorar as avaliações. Sendo assim, é de extrema necessidade a constante melhoria das estruturas avaliativas dos cursos EAD, uma vez que o desempenho do aluno e dos tutores, além dos diversos formadores constituintes nesse processo, depende do vínculo efetivo entre si, e da relação com os sistemas avaliativos. Essa pesquisa teve apoio financeiro do PIBIC/FAPEMIG.

**Palavras-chave:** Coordenadores de tutoria. Tipos de avaliações. Cursos de graduação (EAD)/Unimontes.

## REFERÊNCIAS:

ALEJANDRA, P.; BEHAR, C. Modelos pedagógicos em educação a distância. São Paulo: ARTMED, 2009.

ARETIO, L. G. Educación a distancia. Bases conceptuales. In: Educación a distancia hoy. Madrid: Universidad de Educación a Distancia. 1994. p. 11 – 57.

EFFTING, M. A. O. Material didático impresso em EAD: ferramenta que se estabelece. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária en América del Sur, Mar Del Plata, Argentina, 2010.

PRETI, O. Parâmetros para avaliação de material didático impresso para a EaD. Cuiabá: NEAD/UFMT, 2007.

## PERFIL CLÍNICO DOS PACIENTES COM SÍNDROME DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO DE UM SERVIÇO DE POLISSONOGRAFIA

VIEIRA, Débora Ribeiro<sup>1</sup>; LAGES, Augusto Veloso<sup>2</sup>; BRITO, Bruno Rafael Cangussu<sup>2</sup>; FARIA, Cecilia Rebelo<sup>2</sup>, SANTOS, Daniela Pereira<sup>2</sup>; DAVID, Estevão Moreira<sup>2</sup>; BARRAL, Ana Beatriz Cezar Rodrigues<sup>3</sup>.

Trabalho realizado no Instituto do cérebro da cidade Montes Claros-MG, Brasil.

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade de Medicina das FIPMoc; <sup>2</sup> Médico graduado pelas FIPMoc; <sup>3</sup> Fisioterapeuta, Mestre, Professora do curso de Medicina das FIPMoc

**Introdução:** A Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono (SAOS) é definida como um distúrbio da respiração durante o sono caracterizada por episódios de obstrução parcial prolongada e/ou completa intermitente da via aérea superior, com conseqüente interrupção da ventilação normal do sono<sup>1</sup>. É uma

condição altamente prevalente na população mundial que afeta cerca de 2-6% da população geral<sup>2</sup>. Estima-se que a SAOS afete 1,2% das mulheres e 3,9% dos homens do mundo, com uma relação de incidência de 3:1 do sexo masculino sobre o sexo feminino<sup>3</sup>. A SAOS é caracterizada por dois sintomas cardinais: sonolência diurna excessiva e a roncopia<sup>4</sup>. Os principais fatores de risco para SAOS compreendem a obesidade (que pode causar o estreitamento das vias aéreas por conta do acúmulo de tecido adiposo na região cervical), sexo masculino, idade avançada, menopausa, alterações da anatomia craniofacial e do pescoço, hipotireoidismo, antecedentes familiares, tabagismo, álcool e medicação com sedativos<sup>5</sup>. A confirmação diagnóstica é feita, principalmente, através da polissonografia. Essa se caracteriza pela presença de índice de apnéia/hipopnéia (IAH) superior a 5 eventos por hora<sup>6</sup>. A polissonografia permite também graduar a SAOS em três níveis diferentes de gravidade, sendo que a leve compreende um IAH entre 6 a 15 eventos por hora, moderada ocorre na vigência de um IAH entre 16 e 30 eventos por hora e a grave em um IAH maior que 30<sup>7</sup>. **Objetivo:** Identificar o perfil dos pacientes com síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS) através de um formulário aplicado em um serviço de polissonografia na cidade de Montes Claros – MG. **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional, descritivo, retrospectivo e transversal realizado em um serviço de polissonografia na cidade de Montes Claros/MG. A pesquisa envolveu uma amostra por conveniência constituída por homens e mulheres com síndrome da apneia obstrutiva do sono atendidos em um serviço de polissonografia na cidade de Montes Claros/MG. Foram avaliados 454 prontuários do período de janeiro de 2012 a junho de 2015, sendo a amostra final, após análise dos critérios de inclusão e exclusão, de 281 pacientes. As análises dos dados obtidos foram realizadas utilizando-se o software estatístico SPSS versão 20.0. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas das Faculdades Integradas Pitágoras/Fip-Moc. **Resultados:** A SAOS esteve associada com maior frequência ao transtorno de ansiedade. Em relação ao nível de gravidade da SAOS e de sonolência, 83 (29,54%) e 96 (34,16%) dos pacientes apresentaram SAOS grave e sonolência diurna grave, respectivamente. No estágio 3 da doença, a média do IMC foi de 31,97 kg/m<sup>2</sup>, o que sugere uma relação entre a presença de obesidade e o nível de gravidade da SAOS. **Conclusão:** Pode-se depreender através dos resultados adquiridos, uma associação entre SAOS e o IMC elevado. Porém, não foi evidenciada relação entre a SAOS e o nível de sonolência excessiva diurna. A SAOS é uma doença na qual o diagnóstico e tratamento precoce ainda são um desafio para a Saúde Pública. Além disso, as diversas repercussões metabólicas e cardiovasculares advindas dessa patologia merecem maiores cuidados, bem como as comorbidades a ela associadas.

**Palavras-chave:** Apneia, Polissonografia, Obesidade, Índice de Massa Corporal.

#### REFERÊNCIAS:

- DE OLIVEIRA, Hiatan Deusnil et al. Características orofaciais e risco para apneia obstrutiva do sono em hipertensos. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. 2013.
- FERNANDES, Fausto Manuel Vigario Santos; TELES, Rafaela da Cruz Vieira Veloso. Questionário da Síndrome da Apneia Obstrutiva na Criança-18: versão portuguesa. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**. V. 79, n. 6, p. 720-726, 2013.
- FERREIRA, Vanessa Daniela Tomé de Mateus. Impacto do diagnóstico e tratamento da síndrome de apneia obstrutiva do sono com ventilação não invasiva. 2014.
- NOGUEIRA, Ingrid Correia et al. A efetividade da escala de sonolência de Epworth como recurso auxiliar no diagnóstico da síndrome da apnéia obstrutiva do sono. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. V.26, n. 1, p. 55-61, 2013.
- PEREIRA, H. et al. Doentes com alto risco de Apneia Obstrutiva do Sono: complicações respiratórias pós-operatórias. **Revista Portuguesa de Cardiologia**. V.19, n. 04, p. 144-151, 2013.
- SAMPAIO, R. S.; PEREIRA, M. Graça; WINCK, João C. Adaptação Portuguesa do Questionário de Qualidade de Vida (SAQLI) nos doentes com Síndrome de Apneia Obstrutiva do Sono. **Revista Portuguesa de Pneumologia**, V. 18, n. 4, p. 166-174, 2012.
- DA SILVA, Henyse Gomes Valente et al. Fatores associados à gravidade da apneia obstrutiva do sono: obesidade e sonolência diurna excessiva. **Revista Brasileira de Cardiologia**. V. 27, n. 2, p. 76-82, 2014.

## PERFIL DAS PUÉRPERAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, BRASIL

COSTA, Adene Ferreira<sup>1</sup>; COSTA, Helem Beatriz de Oliveira<sup>1</sup>; COSTA, Mauro da Mota<sup>1</sup>; ALVES, Rodrigo Soares<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes Fipmoc; <sup>2</sup>Docente Fipmoc.

**Introdução:** A gravidez é habitualmente fonte de intensa mobilização afetiva, impondo um rearranjo na vida da mulher. No entanto, este período puerperal, apesar de ser um fenômeno biologicamente normal, também é um momento privilegiado de transformações pessoais e sociais, mudando inevitavelmente a vida da puérpera (SOUZA, 2015). **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico das puérperas da cidade de Montes Claros, Minas Gerais – Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo de corte transversal. Foi feito um levantamento e mensuramento do número de nascidos vivos ocorridos em Montes Claros, por meio do (SINASC) relativo ao ano de 2016 da Secretaria de Saúde Estadual. **Resultados:** A análise dos dados elucidou que em relação aos 5.916 nascidos (3.083) são do sexo Masculino e (2.829) corresponde ao sexo Feminino. Em relação a variável independente Estado Civil, a análise descritiva da amostra de puérpera do banco de dados do (SINASC), (2.307) eram Solteiras, (2.769) Casadas, (8) Viúvas, (66) Separadas Judicialmente, (658) tinham uma União Consensual e (108) tinham uma relação Ignorada. Em relação à média de Idade das puérperas, a análise evidenciou que: (707) tinham idade entre 20 a 24 anos, (545) de 15 a 19 anos, (496) 25 a 29 anos, (345) 30 a 34 anos, (154) 35 a 39 anos, (31) 40 a 44 anos e (1) tinha entre 50 a 54 anos. Entretanto, ao analisar a associação entre as variáveis independentes Idade e Estado Civil da mãe com o número de nascidos (5.916), constatou-se que (856) eram Casadas e tinham entre 30 a 34 anos de idade, (824) eram Casadas e tinham entre 25 a 29 anos e (707) Solteiras e com 20 a 24 anos. Entretanto a média que chamou mais atenção foi o fato de que (546) dos nascidos eram provenientes de mães solteiras e tinham entre 15 a 19 anos. **Conclusão:** Percebe-se grande média de jovens mães solteiras com idades entre 15 a 19 anos, em nosso meio. Esperamos que os dados elucidados possam subsidiar a atuação de profissionais da saúde na orientação sexual na vida do adolescência.

**Palavras-chave:** Puérpera; Perfil Epidemiológico; Gestantes.

## REFERÊNCIAS

- LOIOLA, M. **Planejamento Familiar ou Controle de Natalidade?** Artigo do dia 09, dezembro, 2004. Disponível em: <http://www.brazil-brasil.com/content/view/263/78/>. Acesso em: 25/07/2010.
- MORAES M. S; GOLDENBERG, P. Cesáreas: um perfil epidêmico. **Cad Saúde Pública** 17:509-19, Rio de Janeiro, 2011.
- SOUZA, J. M. **A Transição da Fecundidade no Brasil: um enfoque econômico.** São Paulo - 2015.

## PERFIL DE CRIANÇAS COM QUEIXA ESCOLAR EM UM SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA

MACEDO, Janine Dantas<sup>1</sup>; CASTRO, Leticia Feitosa<sup>2</sup>; BYRRO, Marcella Rebello<sup>3</sup>; ROTA JR, César<sup>4</sup>  
<sup>1</sup> Discente das FIPMoc; <sup>2</sup> Discente das FIPMoc; <sup>3</sup> Discente das FIPMoc; <sup>4</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** A atenção à queixa escolar, por parte do profissional psicólogo, veio passando por importantes mudanças ao longo do tempo. Das práticas clínicas focadas na identificação dos problemas da criança que não aprende às práticas contemporâneas que a tomam como sujeito e envolvem a instituição escolar tanto na compreensão quanto na resolução das questões que se colocam à psicologia. Nesta trilha, nota-se não uma linearidade, mas a sobreposição de modelos de atenção à queixa escolar. Desde 1962, com o reconhecimento da profissão do psicólogo no Brasil e o início dos primeiros cursos de psicologia, os serviços-escola aparecem como obrigatoriedade no processo de formação do psicólogo. Assim, compreender melhor a maneira como estas crianças tem sido atendidas, que tipo de intervenção tem sido possível realizar, torna-se importante na melhoria do atendimento prestado e no desenvolvimento dos conhecimentos do campo. **Objetivo:** Caracterizar o público infantil atendido no serviço-escola de psicologia do Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP), bem como compreender o percurso de atendimento das crianças atendidas. **Método:** Tratou-se de pesquisa quali-quantitativa, de caráter descritivo, a partir da análise de prontuários de crianças atendidas no serviço-escola de psicologia

do NASPP. Como recorte temporal, foram analisados prontuários de 2012 à 2016, totalizando 351 prontuários. **Resultados:** Como resultados, chegou-se ao percentual de 44,96% de crianças de até 12 anos, atendidas no serviço-escola, encaminhadas por dificuldades no processo de escolarização, incluindo queixas escolares diversas, como lentidão para aprender, dificuldades em ler e escrever, dificuldades de concentração, como também suspeitas de diagnósticos de dislexia, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e autismo. Também figura uma maioria de crianças do sexo masculino (62,11%), e a faixa etária de 6 a 10 anos é a mais frequente (66,38%), o que é corroborado pela literatura especializada da área. Frente aos serviços oferecidos pela unidade, notou-se que no Plantão Psicológico foram realizados a maioria dos atendimentos (49,57%), o que se explica pelo fato de que este é a "porta de entrada" do serviço-escola. Além disso, o serviço de psicopedagogia foi o segundo para o qual as crianças foram encaminhadas (17,09%), evidenciando uma tendência a individualizar a compreensão das queixas escolares, sobretudo a partir do Plantão Psicológico, em detrimento de um olhar mais amplo para o fenômeno da queixa escolar. **Conclusão:** Desta forma, foi possível traçar um perfil das crianças atendidas no referido serviço-escola, o que poderá ser tomado como referência pelo próprio para a melhoria da prestação de serviços à comunidade local, além de dar margem à problematização da abordagem psicológica das queixas escolares, que ainda permanece, em parte, tomado de maneira superficial e individualizada.

**Palavras-chave:** queixa escolar; serviço-escola; psicologia escolar/educacional.

**Financiamento:** FAPEMIG.

### PERFIL DOS HOMICÍDIOS NO NORTE DE MINAS GERAIS EM 2017

MURTA, Inah Araújo de Almeida<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de medicina das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente do curso de medicina das FIPMoc

**Introdução:** O Brasil é um dos países com maior taxa de homicídios no planeta, chegando a ser apontado como a terceira potência com maior número de crimes em todo o mundo. Montes Claros, situada no Norte de Minas Gerais, conta com um Posto Médico-Legal que recebe a demanda da maior parte da região norte mineira, sendo responsável pela grande maioria da contabilização dos homicídios dessa localidade. **Objetivos:** O objetivo do presente estudo foi realizar uma análise do perfil dos homicídios ocorridos no Norte de Minas Gerais em 2017, traçando suas características mais marcantes e prevalentes como idade, sexo e instrumento utilizado. **Metodologia:** Foi realizado um estudo de caráter transversal, quantitativo e descritivo que teve como base de coleta de dados relatórios de necropsia e declarações de óbito do período de janeiro a dezembro de 2017 colhidas no PML (Posto Médico-Legal) de Montes Claros – MG, sendo um estudo aprovado pelo comitê de ética da instituição de ensino FIPMOC. **Resultados e Discussão:** No ano de 2017, homicídio foi o segundo evento mais causador de morte violenta da região, ficando atrás apenas das mortes em decorrência de acidentes de trânsito (colisões e atropelamentos). Em número absoluto, ocorreram 95 homicídios sendo 91,57% (87) do sexo masculino e 8,43% (8) do sexo feminino. A faixa etária predominante foi entre 12 e 40 anos contando com 70 óbitos (73,68%) nessa faixa etária, sendo que desse número, 30% (28) óbitos ocorreram entre 21 e 30 anos. Em relação ao instrumento que causou a morte, 62,1% (59) foram por PAF (projétil de arma de fogo), 26,31% (25) foi por objeto perfuro-cortante (como arma branca, facas), 8,42% (8) em decorrência de elemento contundente (que gera lesão por pressão como apedrejamento, atropelamento), 2,1% (2) foi por elemento desconhecido e 1,05% (1) foi em decorrência de ateamento de fogo por terceiros. Tendo em vista os resultados que foram evidenciados através dessa pesquisa observou-se que os dados obtidos condizem com dados nacionais em se tratando de faixa etária predominante, sexo e instrumento que levou ao óbito. **Conclusão:** as conclusões confirmam as tendências das pesquisas mais recentes, as quais apontam maior taxa de criminalidade envolvendo adultos jovens, do sexo masculino em situações de vulnerabilidade relacionadas não só ao gênero masculino, mas também ao comportamento, com consumo de bebidas alcoólicas, drogas ilícitas e história de antecedentes criminais, principalmente relacionados ao tráfico de drogas.

**Palavras-chave:** Homicídios. Morte violenta. PML.

## PERFIL DOS PACIENTES DO SEXO MASCULINO INTERNADOS POR APENDICITE AGUDA NO NORTE DE MINAS GERAIS

COSTA, Vanessa Pereira<sup>1</sup>; DE ALMEIDA, Carolina Brito<sup>1</sup>; GRANGEIRO, Caroline Sampaio<sup>1</sup>; MACEDO, Ana Karla<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes do curso de Medicina das FIPMoc;<sup>2</sup>Docente do curso de Medicina das FIPMoc.

**Introdução:** A apendicite aguda (AA) ocorre devido à uma atividade inflamatória, a partir da obstrução da luz do apêndice. AA é a principal causa de abdome agudo em crianças, adolescentes e adultos jovens e é considerada uma urgência hospitalar, devido à sua significativa morbidade e necessidade de intervenção médica o mais precoce possível. **Objetivo:** Compreender o perfil dos pacientes adultos do sexo masculino internados por apendicite aguda na região do Norte de Minas Gerais no período de 2008 a 2016. **Método:** Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Utilizou como universo de pesquisa a base de dados do DATASUS referente à taxa de internações por apendicite aguda, segundo região de saúde, no período de 2008 a 2016. As variáveis estudadas foram faixa etária, raça, regime, caráter de atendimento e taxa de mortalidade. **Resultados:** Foram analisadas variáveis de acordo com as regiões de saúde, associados à apendicite. Do total de 4.926 casos, cerca de 24,2% (maior incidência) compreendem a faixa etária de 20 a 29 anos. Nota-se um ligeiro aumento dos casos no ano de 2013, com 584 casos e ainda uma ligeira progressão no decorrer dos anos estudado, devendo-se ressaltar que os dados de 2013 a 2016 em Francisco Sá foram nulos, levantando hipóteses de falta de dados, bem como a encaminhamento dos casos para cidade com centros hospitalares maiores. O número de óbitos por ano nos atendimentos, relacionando com cada região de saúde tem como destaques as regiões de Janaúba/Monte Azul e Januária que apresentaram menor mortalidade no período estudado, ambas com 1 óbito e a região de Montes Claros com maior mortalidade e um número total de 14 óbitos. Tendo em vista a mortalidade, de modo geral, as faixas etárias menores possuem menor mortalidade e que as faixas etárias maiores apresentaram maior mortalidade. Por fim, a região de Montes Claros/Bocaiúva apresenta-se com uma mortalidade crescente a partir dos 50 anos de idade e Janaúba/Monte Azul apresentou casos de mortalidade apenas a partir dos 80 anos de idade, o que gera questionamentos. O total das taxas de óbitos nessas regiões é crescente. **Conclusão:** Através da análise de todos esses dados pôde-se perceber que apesar de representar a maior causa de abdome agudo na urgência e tratamento cirúrgico, a apendicite aguda nas regiões de saúde estudadas, evoluiu para óbito em pouquíssimos casos, sendo a maioria de idosos. Esse quadro pode ser um reflexo do bom atendimento ao paciente, sendo tal fato de suma importância, pois, essa patologia possui um impacto significativo nos gastos com saúde, tanto no setor privado quanto no público.

**Palavras-chave:** Apendicite aguda. Abdome agudo. Urgência Hospitalar.

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA LEISHMANIOSE VISCERAL NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

LUZ, Guilherme da Silva<sup>1</sup>; SOARES, Igor Ramos<sup>2</sup>; GOMES, Gabriel Silva<sup>3</sup>; FILHO, Fernando José da Costa Pessoa<sup>4</sup>; BARRAL, Ana Beatriz<sup>5</sup>.

<sup>1,2,3,4</sup>Discentes no curso de Medicina nas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc;

<sup>5</sup>Docente no curso de Medicina nas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc

**Introdução:** A leishmaniose visceral (LV) é uma zoonose crônica de regiões tropicais, causadas por espécies de protozoários do gênero *Leishmania*, transmitida por meio da fêmea do inseto da espécie *Lutzomyia longipalpis*, comumente chamado de “flebotomo”. No Brasil, o principal agente etiológico é a *Leishmaniachagasi*. Os hospedeiros silvestres são raposas e marsupiais, enquanto que no ambiente doméstico o principal é o cão. No continente americano o Brasil é o país de maior incidência, sendo responsável por 96% dos casos. Minas Gerais (MG) é um dos estados endêmicos, sendo que Belo Horizonte, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Janaúba, Santa Luzia e Paracatu correspondem a 56% dos casos. **Objetivo** Identificar o perfil epidemiológico da Leishmaniose Visceral no Brasil. **Método:** Foi realizado uma revisão de literatura de 37 trabalhos publicados na base SCIELO e PubMed entre os anos de 2010 e 2018. Desses, 36 artigos estão em língua portuguesa e 01 em inglês. **Resultados:** Inicialmente a LV se limitava à áreas rurais e pequenas cidades do Brasil. Hoje, os dados epidemiológicos dessa patologia demonstram franca expansão para os grandes centros. Diversas são as variáveis responsáveis por essa mudança, como o fluxo migratório de hospedeiros contaminados, desmatamento e o crescimento desordenado, facilitando a peri-urbanização e urbanização da doença. Além disso, desnutrição, imunossupressão e transplantados são características do hospedeiro definitivos importantes para o

surgimento da LV. A Organização Mundial de Saúde reconhece a LV como um importante problema de saúde pública, pois é endêmica em mais de 60 países, sendo que Índia, Bangladesh, Nepal, Sudão e Brasil são responsáveis por cerca de 90% de todos os casos. De 2001 a 2014 foram registrados 48.720 casos de LV nas Américas, dos quais 98,42% foram registrados pelo Brasil. Em 2014, do total de casos nas Américas, 64,7% eram do sexo masculino; 33,4% eram crianças menores de 5 anos de idade; 31,7% tinham entre 20 e 50 anos e 15,7% eram maiores de 50 anos. Nesse mesmo ano, no Brasil, foram relatados 234 casos de co-infecção LV/HIV e 230 notificações de morte por LV. Em MG, cerca de 45% dos casos são registrados na região norte do estado, tendo como polo as cidades de Montes Claros (MC), Janaúba, Januária e Pirapora. Ainda, apenas MC representa 17% de todos os casos do estado. **Conclusão:** No Brasil, a LV é uma doença negligenciada, visto que sua incidência e prevalência estão ligadas às populações mais vulneráveis, sendo eles os indivíduos de faixa etária pediátrica e de baixo nível socioeconômico.

**Palavras-chave:** Leishmaniose Visceral. Epidemiologia. Brasil.

### PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM CÂNCER DE ESÔFAGO NO NORTE DE MINAS GERAIS (MG)

MAGALHÃES, Nathália Paranhos<sup>1</sup>; PEREIRA, Gustavo Veloso<sup>1</sup>, CONDÉ, Victor Augusto Santos<sup>1</sup>, FREITAS, Rodrigo Mendes de<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Mariana Paranhos<sup>1</sup>, GONÇALVES, Romeu Godinho<sup>1</sup>, ELEUTÉRIO, Sabrina Jeane Prates<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O câncer de esôfago é uma neoplasia maligna, de evolução grave e incidência variada. Esse tipo de câncer é o sexto mais comum no sexo masculino e o décimo terceiro no sexo feminino. No ano de 2013, ocorreram 7.930 óbitos em decorrência do câncer de esôfago e destes 75% eram homens. Histologicamente, essa neoplasia é dividida em dois tipos: o adenocarcinoma e o carcinoma escamoso. Em 96% das apresentações, encontramos o tipo escamoso o qual apresenta forte correlação com o uso do tabaco e do álcool, acometendo com mais frequência, os terços médio e inferior do esôfago. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é descrever e avaliar o perfil epidemiológico do câncer de esôfago, na região Norte de Minas. **Método:** Foi realizado um perfil observacional e retrospectivo, com base no sistema informatizado do Registro de Câncer de Base Populacional, fornecidos pelo INCA e dispostos pelo DATASUS, entre o período de 2008 e 2017. Foram avaliados quantitativamente todos os casos referenciados, na esfera pública e privada, dos casos confirmados de CA de esôfago da Região Norte de Minas. **Resultados:** No período de 2008 a 2017, foram registrados no DATASUS, um total de 4395 internações por neoplasia maligna de esôfago na região norte de Minas Gerais. Vale ressaltar a maior incidência de internações em pacientes do sexo masculino, sendo estes responsáveis por 3583 internações (81,52%). Apesar de apresentar uma taxa de mortalidade menor, os homens internados apresentam um maior número de óbitos por câncer de esôfago, contabilizando 342 mortes, enquanto houveram 91 óbitos no sexo feminino. Analisando as faixas etárias mais acometidas, percebe-se uma predominância de internações entre 50 e 59 anos (33,85%). A etnia que predominou em casos de internação por câncer de esôfago foi a parda, que contabilizou 3371 internações (76,70%). Percebe-se um predomínio do serviço privado durante as internações, pois foram registradas 2961 internações (67,40%) neste regime. **Conclusão:** O câncer de esôfago, seguindo as estimativas mundiais, apresenta uma elevada prevalência na região norte-mineira, sendo considerado um grave problema de saúde pública.

**Palavras-chave:** Câncer de Esôfago. Internações. Perfil Epidemiológico.

### PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO EM MINAS GERAIS

CUNHA, Amanda Cardoso<sup>1</sup>; PALHARES, Ana Carolina Moreira Palhares<sup>1</sup>; SÁ, Gustavo Oliva<sup>1</sup>; SPÓSITO, Lara Santos Arruda<sup>1</sup>; VIEIRA, Marcela Arruda<sup>1</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIP-MOC; <sup>2</sup> Docente das FIP-MOC.

**Introdução:** As doenças do aparelho circulatório são importantes causas de internação hospitalar e o infarto agudo do miocárdio (IAM) destaca-se pela morbimortalidade e custos gerados no Sistema Único de Saúde. Os fatores de risco de maior relevância clínica constituem: dislipidemia, sedentarismo, tabagismo, estresse e histórico familiar. Ademais, faixa etária, gênero masculino, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e patologias não tratadas também contribuem para sua ocorrência. Para o tratamento adequado do IAM é necessária interação de vários setores - comunidade, unidades de pronto atendimento, serviço de transporte de emergência e hospital com serviços de hemodinâmica e terapia intensiva, com finalidade de

diagnóstico precoce e intervenção adequada em tempo hábil. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico do infarto agudo do miocárdio (IAM) em Minas Gerais entre 2008 e 2016. **Métodos:** Estudo investigativo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. As informações foram obtidas através do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIHSUS), disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), notificando-se em Minas Gerais um total de 92755 internações por IAM. Variáveis utilizadas: óbitos por macrorregião de saúde, faixa etária, sexo, raça e regime de internação (privado ou público). **Resultados:** No período de 2008 a 2016, foram notificados em Minas Gerais, um total 92755 casos de internações por IAM, com média de 10306 casos/ano, evidenciando que a quantidade de casos/ano se estabelece de forma crescente. Em relação às macrorregiões, o Centro liderou com um total de 27929 casos de internações, seguido pelo Sul, 17179. O Jequitinhonha aparece com o menor número de casos. Sobre a etnia, a maioria é parda, 33035 pacientes, seguido pela etnia branca, 31516, enquanto os indígenas são os menos acometidos. Há predominância da faixa etária entre 50 e 59 anos. No que tange aos gastos com internações por IAM, o sistema público arcou no período pesquisado com uma despesa de R\$ 558.909.577,73 enquanto a rede privada de saúde, R\$ 283.353.191,27. **Conclusão:** Notou-se a grande prevalência dos casos de IAM, principalmente na região central do país, etnia parda, na faixa etária economicamente ativa e elevados gastos na região pública e privada. As dificuldades diagnósticas e terapêuticas configuram a necessidade de novas atenções, com enfoque em pesquisas e implicações no planejamento e gestão dos serviços de saúde, além de investimentos no âmbito da promoção, prevenção e reabilitação.

**Palavras-chave:** Infarto agudo do miocárdio. Fatores de risco. Qualidade de vida.

#### PLANO DE MARKETING PANIFICADORA SABOR VIVO

SOUTO, Anne Stéphanhy Cunha; SOARES, Leidiane da Silva; OLIVEIRA, Pedro Henrique Dias; JUNIOR, Manoel Fernandes da Fonseca; MARQUES, Heraclides Veloso

**Introdução:** O Plano de Marketing é uma ferramenta que ajuda identificar os pontos positivos e negativos da Panificadora Sabor Vivo, fazendo com que o proprietário conheça de forma detalhada sua empresa, além de analisar o mercado em que está inserido, observando fatores internos e externos que afetam a empresa. Dessa forma, o empresário poder tomar decisões acertivas em relação a sua empresa. **Objetivo:** Criar estratégias de marketing para auxiliar no crescimento da Panificadora Sabor Vivo. **Métodos:** Para realizar essa pesquisa, foram realizadas entrevistas com os proprietários da empresa, pesquisas exploratórias para criar familiaridade com o tema. A mesma tem caráter quali-quantitativo, pois foram realizadas entrevistas com clientes para saber sua opinião e também pesquisas estatísticas para analisar os fatores econômicos que afetam as finanças da empresa. **Resultado:** Foram criadas estratégias voltadas para o crescimento da empresa, propondo soluções para os problemas identificados e inovações para alcançar novos clientes. **Conclusão:** A pesquisa teve bons resultados, auxiliando os proprietários da empresa com as estratégias propostas e os acadêmicos a colocar em prática o conteúdo aprendido em sala de aula.

**Palavras-chave:** Estratégias. Proprietários. Empresa.

#### PLANO DE MARKETING REDE SAÚDE

COSTA, Thiago Jordan Maciel; ROCHA, Lucas Soares; FRÓES, Fernando Veloso; VICTOR, Pedro; MAURICIO, Carlos; PARRELA, Luis Gustavo Fonseca, BRITO, Bryan Vinicius Silva e Brito

Recebemos a instrução de utilizar uma ferramenta no âmbito do marketing estratégico, conhecida como plano de marketing. O Plano de Marketing é um documento onde a empresa fará uma análise de todos os componentes que influenciam sua presença no mercado. Dentro dele deverá conter análises de mercado, concorrência, estudo de público-alvo, tendências, características dos produtos, comunicação, forças internas, entre outros. Também estará descrita a estratégia utilizada pela empresa pelo próximo período. De acordo com o objetivo levantado de elaborar um plano de marketing para uma empresa de nossa escolha, firmamos parceria com a Clínica Rede Saúde, uma clínica popular localizada no centro de Montes Claros/MG, com intenção de angariar o máximo de informações para seus gestores. Objetivamos a todo o momento entender as minúcias desta organização, como por exemplo, suas forças, fraquezas ameaças e possíveis oportunidades de modo a criar novas estratégias para um mercado que vem se tornando altamente competitivo, que é o das clínicas populares. Os métodos utilizados foram pesquisas qualitativas, quantitativas, de campo, com os gestores e clientes desta organização, e documental de teor exploratório onde conseguimos importantes informações sobre a organização e as demandas que ela deve atender.

Utilizando as ferramentas de marketing, (4Ps, SWOT, BCG) conseguimos atingir o objetivo de criar estratégias e ocasionalmente, possibilidades para esta organização, de modo que ela adquira um maior número de clientes e se mantenha competitiva no mercado. Concluímos que o projeto no geral obteve resultados satisfatórios, notamos que as estratégias foram bem aceitas e que posteriormente possam ser implantadas, podemos salientar também que a troca de informações foi de grande importância para nós como acadêmicos de administração para podermos colocar em prática os conhecimentos teóricos obtidos

**Palavras-chave:** Marketing, Ferramentas, Estratégias, Desenvolvimento.

### PLANO DE MARKETING: MOTO CIDADE

AGUIAR, Matheus Silva<sup>1</sup>, DIAS, Larissa Martins<sup>1</sup>, FERNANDES, Ana Luísa Lacerda<sup>1</sup>, FREITAS, Cíntia Stéfane Gonçalves<sup>1</sup>, MAIA, Ramon Alves<sup>1</sup>, NOVAIS, Tatiane Souza Silva<sup>1</sup>, RODRIGUES, Luana de Souza<sup>1</sup>, SANTANA, Lucas Monan<sup>1</sup>, PAULA, Gabriel Machado de<sup>1</sup>; MARQUES, Heráclides Veloso Marques<sup>2</sup>. Docente do curso de Administração das FIPMoc.

**Introdução:** Um plano de marketing é um planejamento das ações de marketing de uma empresa, buscando alcançar um determinado objetivo. O planejamento pode ser voltado para a marca, para um produto específico ou para um serviço oferecido pela empresa. O plano elaborado neste trabalho contemplou as ações estratégicas da marca, no qual se refere a empresa Moto Cidade. **Objetivos:** elaborar um plano de marketing da empresa em questão, para analisar o ambiente da empresa e propor melhorias e adequação para a mesma obter bons resultados, e vantagem competitiva no mercado consumidor. **Metodologia:** A pesquisa, de natureza descritiva utilizou uma abordagem qualitativa. Para se alcançar o resultado foi realizada uma pesquisa de campo no qual os dados foram coletados através de entrevistas na empresa mencionada; uma pesquisa bibliográfica em livros e periódicos com a temática do plano de marketing; além de uma pesquisa documental nos arquivos da empresa. **Resultados:** Foi elaborado um plano de marketing, o qual contemplou um diagnóstico considerando todos os fatores internos e externos da organização relacionados ao marketing. A partir do diagnóstico foram propostas estratégias e utilização de ferramentas, a fim de contribuir para a otimização dos processos e maior participação de mercado. **Conclusão:** Conclui-se que o plano de marketing consiste em uma ferramenta que capta e elabora planos assim criando oportunidades de maneira estruturada, coerente e consistente para ter uma visão macro da empresa. Especificamente o plano de marketing contribuiu para a empresa Moto Cidade com o intuito de fortalecer sua marca reconhecendo seus pontos fortes e fracos, logo propondo ações diretas no marketing da empresa.

**Palavras-chave:** Administração. Competitividade. Marketing Estratégico.

### PREMATURIDADE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

SANCHES, Adelhane Martins<sup>1</sup>; CARDOSO, Alexya Stephany Ribeiro<sup>1</sup>; COSTA, Clara de Oliveira<sup>1</sup>; ROCHA, Isabella Alquimim Costa<sup>1</sup>; NOGUEIRA, Petrônio Gabriel Rabelo<sup>1</sup>; LIMA, Cristiane Mendes Gonçalves<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Transtorno de Espectro Autista (TEA) é uma condição clínica de natureza multifatorial em que há uma desordem do neurodesenvolvimento, apresenta características clínico-sintomatológicas nos primeiros anos da infância e traz repercussões por toda a vida do indivíduo. Por conseguinte, é notável a importância em se fazer um diagnóstico precoce, que deve incluir além das ferramentas de triagem validadas, maior atenção às crianças consideradas de alto risco para o transtorno, como o caso das prematuras. **Objetivo:** Analisar a influência da prematuridade no desenvolvimento do Transtorno de Espectro Autista. **Métodos:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica exploratória e quantitativa, na qual foram utilizados quinze artigos com restrição aos anos 2003 a 2018, indexados na base de dados do Scielo, Lilacs e Bireme. **Resultados:** Ainda que existam evidências que contribuem para salientar o surgimento do autismo à genética, há ainda situações adversas ocorridas no período pré-natal e perinatal que contribuem para o aparecimento desse transtorno. Estudos indicam que o nascimento de bebês prematuros aumentou cerca de 20% nas últimas décadas e graças aos avanços registrados na medicina desde 1990, no que se refere aos cuidados perinatais, fez com que aumentasse a taxa de sobrevivência, em especial, nos casos de

prematuridade extrema que é caracterizada por nascidos com menos de 28 semanas de gestação. Entretanto, acompanhado dessa evolução, percebeu-se uma maior prevalência de problemas cognitivos, destacando-se as disfunções executivas, os quais podem ter implicações significativas no desenvolvimento emocional, social e escolar da criança. O desenvolvimento das funções executivas da criança está associado ao aspecto cognitivo da prematuridade, abordando as consequências no seu desenvolvimento sociocognitivo e emocional, assim como as que envolvem a interação social e o rendimento escolar. Com a prematuridade pode haver o comprometimento cognitivo e o desenvolvimento atípico da criança, pois altera a conexão entre as partes do cérebro e assim afeta diretamente seu desenvolvimento, podendo causar déficits como o autismo. O parto prematuro e o baixo peso ao nascer colocam essas crianças em uma faixa de risco que afeta a interação social, a comunicação, bem como causam transtornos psicoafetivos durante toda a vida. **Conclusão:** Pode-se concluir, portanto, a intrínseca relação entre a prematuridade e o desenvolvimento do Transtorno de Espectro Autista (TEA) em indivíduos nascidos pré-termo. Estudos epidemiológicos de grande porte, nos últimos tempos, apontaram o aumento da prevalência desse transtorno na população, e visto o comprometimento do desenvolvimento e as repercussões geradas sobre toda a vida do indivíduo é de extrema importância levantar dados informativos para diversos fins, sobretudo, para planejar o desenvolvimento políticas públicas preventivas para tal transtorno. Desse modo, diante dos grandes avanços na sobrevivência de prematuros nos últimos tempos, vê-se a relevância irrefutável de definir melhor o risco para TEA e a necessidade da elaboração de políticas públicas preventivas voltadas para esses sobreviventes.

**Palavras-chave:** Prematuridade. Autismo. Consequências sociocognitivas.

## PRESA HIDRÁULICA COMPACTA PARA RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO

SANTOS, Diogo Alves<sup>1</sup>; DIAS, Ramon Nogueira<sup>1</sup>; BALEEIRO, Rodrigo Silva<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes FIPMoc <sup>2</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** Prensas hidráulicas são amplamente utilizadas em vários setores de processos industriais e são encontradas de vários tipos e modelos diferentes de acordo com sua aplicação. O presente artigo apresenta um projeto de uma prensa hidráulica compacta para a prensagem de latas de alumínio para atender a demanda de pequenas empresas que atuam no processo de reciclagem de materiais. **Objetivo:** Desenvolver uma prensa hidráulica compacta, capaz de prensar latas de alumínio, de forma que atenda a demanda de empresas de pequeno porte que trabalhem com separação de materiais descartáveis. **Método:** Para o desenvolvimento da pesquisa do projeto serão necessárias visitas em campo no ambiente de trabalho, para identificar as melhorias que poderão acontecer com o uso da prensa hidráulica compacta. Além disso, será necessária uma pesquisa bibliográfica, para aprofundar o conhecimento sobre o sistema de segurança aplicado na fabricação de prensas hidráulicas que é um dos fatores mais importantes na construção do protótipo, bem como todo o contexto que envolve dimensionamento, operação, aplicação etc. **Resultado:** No estudo aplicado, foi desenvolvido um projeto de um produto, no qual atende as especificações para qual foi projetada, atendendo as normas de segurança conforme definição do MTE pela NR-12. **Conclusão:** Através desse artigo, conclui-se que no mundo da engenharia sempre haverá algum processo ou produto que poderá ser melhorado. O desenvolvimento de um produto inicia com uma percepção de oportunidade de negócios, visando a solução de um problema e a obtenção de lucros. Com o desenvolvimento do projeto foi observado que o mesmo atenderá a expectativa para o qual foi desenvolvido, pois além de ter um baixo custo se comparado com os produtos existentes no mercado, atende a demanda de micros empresários que querem iniciar as atividades no setor de reciclagem sem que precisem fazer um alto investimento para adquirir o equipamento.

**Palavras-chave:** Prensa hidráulica. Reciclagem. Alumínio

## PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E EXECUÇÃO DA PENA APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA: EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STF<sup>9</sup>

SILVEIRA, Maria Rafaela Evangelista Silveira<sup>1</sup>; NUNES, Isabella Alves<sup>1</sup> SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discentes – Direito UNIMONTES; <sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES e FIPMoc.

**Introdução:** A discussão em torno do momento da execução da pena reacendeu no ordenamento jurídico brasileiro a partir do posicionamento recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2016 e 2018, admitiu o início do cumprimento da pena privativa de liberdade após a condenação em segunda instância, decisão que, em tese, estaria ignorando o princípio constitucional, segundo o qual ninguém é considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é identificar o que levou o STF a alterar o posicionamento do Tribunal. **Método:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por referência a doutrina especializada e institutos normativos específicos, sendo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), o Decreto-Lei nº 3.689/1941, que instituiu o Código de Processo Penal (CPP) e a jurisprudência do STF. **Resultados:** ACRFB/88, em seu artigo 5º, inciso LVII, indica que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, comando usualmente empregado como princípio da presunção de inocência. Ocorre que, mesmo após a promulgação da CRFB/88, o STF vinha, até 2009, admitindo o recolhimento à prisão do agente condenado em segunda instância, mesmo antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, esse entendimento residia no art. 637 do CPP, segundo o qual o recurso extraordinário não tem efeito suspensivo. Com o julgamento do *Habeas Corpus* n. 84.078-7, em 2009, o pleno do STF alinha o entendimento atribuindo ao comando do artigo 5º, inciso LVII, a característica de inafastabilidade quanto ao recolhimento à prisão do condenado antes da formação definitiva da culpa, ou seja, trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Este posicionamento perdurou até o julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292, em 17/02/2016, quando houve a mudança do posicionamento do STF no sentido de que a prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, em tese, não afetaria a essência do disposto no artigo 5º, inciso LVII. Os fundamentos que subsidiaram a mudança de entendimento estão na revitalização da interpretação do art. 637 do CPP, fortalecido pelo comando do art. 27 da Lei federal 8.038/1990, vigente à época, associado, ainda, ao argumento da harmonização do princípio da presunção de inocência com o da efetividade da função jurisdicional do Estado, no âmbito penal, a efetivação do *jus puniendi* estatal. Ocorre que os fundamentos que subsidiaram a mudança de posicionamento do STF em 2016, foram colocados à prova em abril de 2018, quando o pleno do Tribunal foi incitado à manifestação no julgamento do *Habeas Corpus* - 152.752 prevalecendo o mesmo entendimento do manifestado no HC nº 126.292, de 2016. **Conclusão:** Conclui-se que a mudança de posicionamento do STF quanto à prisão em segunda instância, tem fundamento na harmonização do princípio da presunção de inocência com a efetividade do *jus puniendi* estatal, no reconhecimento da ordem constitucional como instituto jurídico dotado de complementaridade, e no reconhecimento de que a presunção de inocência, assim como outros direitos e garantias fundamentais, não é absoluta.

**Palavras-chave:** Presunção de inocência. Prisão. Segunda Instância. *Habeas Corpus*.

## PREVALÊNCIA DA DOR LOMBAR EM FEIRANTES

ROCHA, Josiane<sup>1</sup>; LINS, Leonardo<sup>2</sup>; Marques, Lucas<sup>3</sup>; CASTRO, Yuri<sup>4</sup>  
<sup>1</sup>Docente das FIPMoc; <sup>2</sup>Discente das FIPMoc <sup>3</sup>Discente das FIPMoc <sup>4</sup>Discente das FIPMoc

**Introdução:** A dor lombar é um distúrbio musculoesquelético comum, que afeta principalmente adultos em idade economicamente ativa, “sendo considerada um problema de saúde pública em vários países do ocidente (BURDORF,2006, ANDERSSON,1999). Por isto, é um fator importante, que leva a ausências laborais (ANDERSSON,1999). **Objetivos:** Estimar a prevalência da dor lombar em feirantes. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Central de Abastecimento do Norte de Minas Gerais- CEANORTE, em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores aplicaram doisquestionários, um

---

<sup>9</sup>Resultados parciais do projeto de pesquisa *Estado de Exceção e Mitigações Anacrônicas no Estado Democrático de Direito*, em desenvolvimento no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa da UNIMONTES.

comquestões relacionada a idade, sexo e o questionário *Japanese Orthopaedic Association Back Pain Evaluation Questionnaire* – JOABPEQ, validado para o português que avalia diversos aspectos, incluindo dor lombar, através da pergunta: *“você sente dor na coluna lombar?”* A resposta foi dicotomizada em *sim; não*. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem). **Resultados:** A amostra foi composta por 150 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos, dos quais 80,7% eram do sexo masculino e 49,3% relataram sentir dor lombar. **Conclusão:** Os resultados indicaram que houve uma predominância de feirantes do sexo masculino, que apresentavam elevada prevalência de dor crônica na coluna. A partir do presente estudo de Atividade Física Habitual de Baecke

**Palavras-chave:** Dor lombar. Prevalência. Feirantes.

#### REFERÊNCIAS:

ANDERSSON, GB. **Epidemiological features of chronic low-back pain.** *Lancet*. 1999;354(9178):581-5.

BURDORFA, Jansen JP. **Predicting the long term course of low back pain and its consequences for sickness absence and associated work disability.** *Occup Environ Med*. 2006;63(8):522-9.

### PREVALÊNCIA DE ATIVIDADE FÍSICA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA

AZEVEDO, Eduardo Magalhães<sup>1</sup>; PACHECO, João Paulo Rodrigues<sup>1</sup>; PEREIRA, Gabriela Luiza Diniz<sup>1</sup>; SILVA, Gabriel Alves<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Brant<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das Faculdades Integradas Pitágoras; <sup>2</sup> Docente das Faculdades Integradas Pitágoras.

**Introdução:** Estudos voltados para o comportamento e saúde humana demonstram tendências da população mundial para hábitos e situações de vida que contribuem com a inatividade física, repercutindo em má qualidade de vida (RIBEIRO *et al.*, 2015). Ao ingressar no ensino superior, especificamente no curso de medicina, o aluno vive modificações no seu cotidiano, frente às demandas curriculares, muitas vezes abandonando as atividades físicas (SOUZA; BORGES, 2016). **Objetivo:** Avaliar a prevalência da prática de atividade física de estudantes da graduação de medicina matriculados em uma instituição privada no norte de Minas Gerais. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo e transversal realizado entre o período de abril a maio/2018, com a população de 600 estudantes, do primeiro ao décimo segundo período, regularmente matriculados nas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIP-MOC), Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi do tipo probabilística aleatória simples. A coleta de dados foi realizada nas dependências da instituição mencionada em salas de aula. Após os estudantes assinarem os termos de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores treinados aplicaram o questionário sócio demográfico contendo idade, sexo, raça, renda familiar, estado civil, religião, coabitação durante o período letivo, hábitos de vida (etilismo e tabagismo) e classificação do Índice de Massa Corporal. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa nas FIP-MOC, sob o parecer 2.521.433. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20.0, sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem). **Resultados:** A amostra foi composta por 248 estudantes, com idade acima de 18 anos, dos quais 56,9% eram do sexo feminino, 49,6% eram brancos, 71% usam bebida alcoólica, 66,1% eram eutróficos, 68,1% consideram-se ativos e 31,9% eram sedentários/inativos. **Conclusão:** A partir dos resultados apresentados, os acadêmicos de medicina elevados índices de consumo de bebida alcoólica, entretanto apresentam índice de massa corpórea adequada e em sua maioria foram considerados praticantes de atividades físicas. Ações de promoção de saúde devem ser implantadas nessa instituição, com o objetivo de enfatizar o risco de elevado consumo de bebidas alcoólicas.

**Palavras-chave:** Atividade Física. Acadêmicos de Medicina. Prevalência.

#### REFERÊNCIAS:

RIBEIRO, William Esdras Mendonça; TEIXEIRA, Gianini Portela; COELHO, Daniella Mara Lopes; ZANOTELLI, Germana Albuquerque Costa. Análise de Nível de Prática de Atividade Física dos Acadêmicos de Fisioterapia do Centro Universitário Christus. **Revista Saúde Pública Santa Catarina**, v. 8, n. 3, p. 67-79. 2015.

SOUSA, Keroléen Jamile Queiroz de; BORGES, Grasiely Faccin. Estilo de Vida, Atividade Física e Coeficiente Acadêmico de Universitários do Interior do Amazonas – Brasil. *Revista Brasileira Ciência e Saúde* 20(4):277-284. 2016.

### PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS ENDÓCRINO-METABÓLICOS UTILIZADOS COMO CRITÉRIOS PARA O DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME METABÓLICA EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE MONTES CLAROS-MG

PEREIRA, Débora Rute Neri<sup>1</sup>; VIEIRA João Henrique Rodrigues Souto<sup>2</sup>; LOPES, Vitor de Freitas<sup>3</sup>; ALVES, Yan Lucas Linhares<sup>4</sup>; ANDRADE, Karina de Prince<sup>5</sup>  
1, 2, 3, 4Discente das FIPMoc; 5Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os distúrbios endócrino-metabólicos são alterações dos hormônios do organismo que acarretam modificações importantes nas taxas de glicemia, colesterol e triglicerídeos. Essas doenças levam a uma maior prevalência de fatores de risco cardiovasculares e síndrome metabólica (SM) (AKBULUT, et al; 2011). **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi avaliar a prevalência de distúrbios endócrino-metabólicos utilizados como critérios para o diagnóstico da SM em pacientes atendidos em uma clínica escola, na cidade de Montes Claros - MG. **Método:** Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo, transversal e de delineamento quantitativo. Os dados foram coletados entre fevereiro e abril de 2018, através da análise de prontuários. Os prontuários avaliados foram escolhidos de forma aleatória dentre os disponíveis nos ambulatórios de cardiologia e endocrinologia do Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes, vinculado às Faculdades Integradas Pitágoras, sendo avaliados aspectos sócio-demográficos e clínicos de 100 prontuários de um valor total n=318, tendo-se como critérios de inclusão, pacientes atendidos no setor de endocrinologia do NASPP diagnosticados com distúrbios endócrino-metabólicos e como critérios de exclusão prontuários incompletos ou que não se enquadram aos critérios descritos anteriormente. **Resultados:** No estudo observou-se que 53% dos pacientes apresentam três ou mais critérios para SM, destes, 21% apresentam quatro critérios, sendo a combinação mais prevalente. No que se refere a variáveis bioquímicas, hemodinâmicas e antropométricas realizada pelos critérios da NCEP-ATP III e IDF verificou-se que os valores obtidos são significativamente elevados em pacientes com a síndrome. A maioria dos pacientes apresentam: TG  $\geq$  150mg/dL, HDL baixo, PA  $\geq$  130/85 mmHg, GJ  $\geq$  100mg/dL e Cintura abdominal acima dos valores preconizados em ambas as normativas, sendo variável estatística em todos os dados (p=0,001). Ao se analisar a idade verificou-se que a maioria dos pacientes com SM tem uma idade maior que 50 anos, segundo a NCEP-ATP III (n=41) e IDF (n=33), tendo como valor estatístico p=0,003 e p=0,032 respectivamente. Com relação ao uso de medicamentos, notou-se que a maioria dos pacientes com a SM fazem uso de 3 ou mais fármacos 43% pela NCEP-ATP III (p=0,001) e 34% segundo a IDF (p=0,031), devido à presença de comorbidades associadas. O peso está diretamente relacionado com a prevalência da doença, sendo que, a grande parte estão com sobrepeso 22% (n=22) e obesidade 21% (n=21) pela NCEP-ATP III (p=0,001). Tal estatística revela que a partir do IMC  $>25$  a apresentação da SM se estabiliza. Comparando com o método IDF os resultados são sobrepeso 19%(n=19) e obesidade 21%(n=21), (p=0,001). Em relação a presença de comorbidades, constata-se que todos os pacientes com diagnóstico de síndrome metabólica possuem outras doenças associadas. A porcentagem de pessoas com SM e comorbidades foi de, 51% segundo a NCEP-ATP III e 42% segundo IDF, com (p=0,001) e (p=0,009) respectivamente. **Conclusão:** Na presente pesquisa, evidencia-se grande prevalência de pacientes com SM na população estudada. Tendo em vista as complicações que esta patologia pode causar, faz-se de grande importância o diagnóstico e tratamento precoce da mesma.

**Palavras-Chave:** Síndrome metabólica. Obesidade. Dislipidemia. Diabetes *Mellitus*.

#### REFERÊNCIA:

Akbulut G, E Koksall, Bilici S, Tek Acar N, Yildiran H, Karadag MG, Sanlier N. Metabolic Syndrome in the elderly: a cross-sectional study. *Arch Gerontol Geriatr* 2011; 53: e263-e266.

## PREVALÊNCIA DE INTERNAÇÕES POR PROLAPSO GENITAL FEMININO NO NORTE DE MINAS GERAIS

COSTA, Vanessa Pereira<sup>1</sup>; DE ALMEIDA, Carolina Brito<sup>2</sup>; GRANGEIRO, Caroline Sampaio<sup>3</sup>; MACEDO, Ana Karla Souto<sup>4</sup>; PRINCE, Karina Andrade de<sup>5</sup>.

<sup>1,2,3 e 4</sup> Acadêmicos do Curso de Graduação em Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil.

<sup>5</sup> Doutora em Biociências e Biotecnologia Aplicadas à Farmácia pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas UNESP/ Araraquara (SP) e docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil.

**Introdução:** Considerada de grande importância devido ao comprometimento da qualidade de vida dos pacientes, além da sua significativa morbidade, o prolapso genital é uma condição ginecológica em que ocorre herniação do conteúdo pélvico no canal vaginal. O prolapso possui fatores de risco bem definidos, como a paridade, idade e histerectomia. **Objetivo:** Analisar a prevalência de prolapso genital feminino no norte de Minas Gerais. **Método:** Trata-se de um estudo de investigação de caráter descritivo, retrospectivo e de delineamento quantitativo. Utilizou como universo de pesquisa a base de dados do sistema de informações hospitalares do SUS (SIH-SUS), referente à taxa de internações por prolapso genital feminino segundo região de saúde, no período de 2008 a 2016. Utilizou-se o software Excel (Office2007) para gerenciamento e análise dos dados. As variáveis estudadas foram: as sociodemográficas (faixa etária e etnia) e clínicas (número de internações total e por macrorregiões, caráter e regime de atendimento, custo, número de óbitos). **Resultados:** A quantidade de mulheres acometidas no Norte de Minas no período estudado foi de 4905, sendo que a idade predominante foi entre 30 a 49 anos, e a maior parte autodeclaradas pardas. A região de Montes Claros e Bocaiuva apresentou o maior gasto total (público + privado), representando 27% de todo o gasto do norte de Minas que foi de 2.394.742,00 e o atendimento de caráter eletivo em todas as regiões apresentou a maior taxa. O número de internações declinou 53% durante o período estudado e com apenas 3 óbitos documentados. **Conclusão:** O prolapso genital representa uma condição de significativa morbidade para as mulheres, que implica em um gasto significativo para saúde tanto no setor privado quanto no setor público, porém, não caracteriza uma situação de alta mortalidade, visto que a maioria dos atendimentos são de caráter eletivo e pela quantidade de óbitos documentados.

**Palavras-chave:** Prolapso genital. Hérnia genital. Prevalência.

## PREVALÊNCIA DE SINTOMAS ASTENÓPICOS EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

NUNES, Flávio Marconiedson<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gabriella de Sá<sup>2</sup>; FRANÇA, Dorothéa Schmidt<sup>3</sup>

<sup>1,2</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>3</sup> Psicóloga pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino pela UNIMONTES; <sup>4</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** O uso da visão de perto por períodos longos pode gerar um espasmo de acomodação, não permitindo o relaxamento do músculo ciliar e conseqüentemente não desfazendo o reflexo de acomodação de forma completa. Com o tempo, o espasmo pode provocar o desencadeamento de sintomas astenópicos como cefaleia, lacrimejamento, baixa visual para longe, oscilação da visão, visão borrada e hiperemia conjuntival, que podem interferir na qualidade de vida dos usuários (MILDER; RUBIN, 1995). **Objetivo:** Analisar a prevalência de sintomas astenópicos em estudantes do ensino superior e avaliar a sua influência no desempenho acadêmico e no aprendizado. **Métodos:** Foi realizado estudo descritivo e transversal, por meio da aplicação do Questionário College of Optometrists in Vision Development Quality of Life (COVDL-QoL), em sua adaptação transcultural e linguística para a língua portuguesa, aos acadêmicos de uma faculdade particular da cidade de Montes Claros. Os resultados obtidos foram registrados e analisados por meio de estatística descritiva. O projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pela banca examinadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMOC, por meio do parecer Consubstanciado de nº 2.167.947. **Resultados:** O Inventário de Eficiência Visual foi respondido por 132 estudantes. Destes, 90 eram do sexo masculino. A frequência de universitários que relataram passar mais de 4 horas diárias utilizando aparelhos eletrônicos foi de 75,7%, enquanto os que relataram usar entre 2-4 horas e menos de 2 horas diárias foram de 18,2% e 6,1%, respectivamente. O total de estudantes que apresentaram sintomas astenópicos e somaram acima de 17 pontos após a análise das respostas, indicando, portanto, necessidade de avaliação oftalmológica, foi de 103 (78,3%), não sendo observada discrepância significativa entre os sexos. Com relação às notas na faculdade, 28,7% do total de

alunos declararam estar com notas baixas. Ao se analisar a taxa de estudantes com notas baixas associadas e não associadas com astenopia, observou-se alterações nas taxas de prevalência. Os universitários que apresentaram notas baixas e portaram alteração visual somaram 31,4% do total de astenópicos, enquanto os universitários que apresentaram notas baixas e não possuíam sintomas astenópicos somaram apenas 18,5% do total de não-astenópicos, indicando relação da alteração visual com maior predominância de notas baixas. Os aspectos psicossociais decorrentes do uso excessivo da visão próxima, como mau gerenciamento do tempo, perda de objetos e memória fraca mostraram-se como os mais prevalentes na população universitária estudada. Em relação à utilização de aparatos eletrônicos, ficou evidenciado que os sintomas de visão turva, ardor e lacrimejo ocular estavam mais relacionados a uma frequência de utilização superior a 4 horas diárias, enquanto dores de cabeça, e visão dupla foram mais prevalentes em estudantes que fazem utilização inferior a 4 horas diárias. Com relação à idade, não foram observadas alterações significativas de frequência dos sintomas astenópicos. **Conclusão:** Foi identificada alta taxa de prevalência de sintomas astenópicos entre os universitários e associações positivas com sexo e tempo de utilização de equipamentos eletrônicos. Além disso, pode-se identificar piores desempenhos acadêmicos nos estudantes com sintomas astenópicos.

**Palavras-Chave:** Astenopia. Oftalmologia. Optometria. Doenças ocupacionais.

#### REFERÊNCIA:

MILDER B, RUBIN ML. Accommodation. In: Milder B, Rubin M, editors. The fine art of prescribing glasses without making a spectacle of yourself, Gainesville: Tread Scientific, p. 31-55, 1995.

#### PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA

DIAS, Beatriz Ferreira; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; LIMA, Paula Pinheiro<sup>1</sup> SANTOS, SkarlathyLorrany Adriano dos<sup>1</sup>.  
LOPES, Luís Roberto.<sup>2</sup>

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc.

**Introdução:** O Direito do Trabalho tem o condão de proteger o empregado no âmbito da relação trabalhista tendo em vista que o mesmo é sempre a parte mais fraca e, sob a óptica da reforma trabalhista, esta possibilitou maior autonomia nas negociações coletivas que são regidas pelo princípio da adequação setorial negociada. **Metodologia:** Nesse estudo, empregou-se o procedimento qualitativo, exploratório. Os dados foram coletados por meio de pesquisas bibliográficas, com embasamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) na Consolidação das Leis Trabalhistas e artigos científicos. **Objetivo Geral:** O presente estudo buscou verificar, à luz da reforma trabalhista, a abertura para a prevalência do negociado sobre o legislado. **Resultado:** Anteriormente à reforma trabalhista não havia regulamentação expressa do negociado sobre o legislado. Com o advento da medida provisória nº 808, foram alterados os artigos 611-A e 611-B, que tratam dos temas relativos à possibilidade da negociação coletiva prevalecer sobre a lei, uma vez acordados. O artigo 611-A prevê as possibilidades do que pode ser acordado por meio de negociação coletiva. Já o artigo 611-B, baseado nos artigos 7º e 8º da CRFB/88, prevê as situações em que são ilícitas na negociação. Diante disso, o princípio da adequação setorial negociada, se encontra no grupo que se dirige às relações e efeitos das normas coletivas negociadas perante a comunidade em que atua, que consiste em um dos princípios regentes das relações entre as normas coletivas negociadas e normas estatais. Este princípio, preliminarmente, é caracteriza-se por ter um critério restritivo e limitador da negociação coletiva, isto é, possui parâmetros que harmonizam a relação entre as normas jurídicas advindas da negociação coletiva e as normas jurídicas que regem a relação trabalhista heterônoma estatal. Dessa forma, a prevalência do negociado sobre o legislado é vista como uma medida positiva, uma vez que não restringe os direitos trabalhistas e garante maior autonomia ao empregado, quando realizadas por sindicatos representativos. **Conclusão:** Um dos objetivos da reforma trabalhista trazida pela lei 13.467/17 foi o de valorizar o princípio da autonomia privada coletiva, visando permitir que as partes consigam estipular, na negociação, as normas que regerão as suas próprias relações de emprego. Com essa alteração o legislador previu de forma exemplificativa, discriminou um rol das principais matérias passíveis de ser negociadas no artigo 611-A, e as que são consideradas ilícitas, no artigo 611-B.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista. Negociado e Legislado. Princípio da Adequação Setorial.

## PREVALÊNCIA DO USO DE PROTETOR SOLAR PELOS FEIRANTES

PARADA, Fernando Rocha<sup>1</sup>; ARAÚJO, Morgana Resende<sup>2</sup>; TORMIN, Lucas Matos<sup>3</sup>; FARIA, Plínio José<sup>4</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>5</sup>  
1 2 3 4 Discentes das FIP-Moc; 5 Docente das FIP-Moc

**Introdução:** O câncer de pele é a neoplasia mais prevalente em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de pele não-melanoma é o câncer mais prevalente em ambos os sexos (85.170 casos novos entre homens e 80.410 nas mulheres). O câncer de pele melanoma possui uma incidência mais baixa (2.920 casos novos em homens e 3.340 casos novos em mulheres), porém sua letalidade é bem maior que a do não-melanoma. Pode ser dividido em dois tipos: o câncer de pele não melanoma e o câncer de pele melanoma, sendo que o primeiro ainda se subdivide em carcinoma basocelular e carcinoma epidermoide. Entre os fatores de risco que contribuem para a gênese das lesões de pele, fatores genéticos, história familiar de câncer da pele e radiação ultravioleta (UV) já estão bem definidos. Os raios UV, além de facilitar mutações gênicas, exercem efeito supressor no sistema imune cutâneo. Os fotoprotetores são agentes com ação física ou química que atenuam o efeito da radiação ultravioleta (UV). **Objetivo:** Estimar a prevalência do uso de protetor solar pelos feirantes. **Método:** Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado em março de 2018, com uma população de 550 feirantes cadastrados na Secretaria Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostragem foi por conveniência. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Central de Abastecimento do Norte de Minas Gerais- CEANORTE, em uma sala reservada. Após os feirantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, os avaliadores aplicaram um questionário, identificando o sexo e a utilização de proteção solar, através da pergunta: *você usa protetor solar? A resposta foi dicotomizada em sim; não.* O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa das Faculdades Integradas Pitágoras sob o parecer 2.366.954. Os dados foram tabulados no programa estatístico SPSS versão 21.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo realizada estatística descritiva (frequência e porcentagem). **Resultados:** A amostra foi composta por 150 feirantes com médias de idades de  $56,6 \pm 78,67$  anos, dos quais 80,7% eram do sexo masculino e 66% não faziam o uso do protetor solar. **Conclusão:** Os resultados indicaram que houve uma predominância de feirantes do sexo masculino, que não faziam o uso de proteção solar. A partir do presente estudo constatou-se que as informações e orientações quanto às ações de prevenção ao câncer de pele na saúde pública do município de Montes Claros, envolvendo essa população, não tem sido efetiva, necessitando, portanto, de uma intensificação das atividades desenvolvidas pelos profissionais de saúde, promovendo um aumento na conscientização da importância da utilização de protetor solar diariamente.

**Palavras-chave:** Câncer de pele. Doenças dos Trabalhadores Agrícolas. Protetores solares.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO REFERENTE AOS INSTITUTOS DA JORNADA DE TRABALHO E DA TERCEIRIZAÇÃO

BATISTA, Lucas Emanuel Leite<sup>1</sup>; JÚNIOR, Roberto Carlos Marques Teixeira<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Mayara Veloso Reis<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Luan Victor de<sup>1</sup>; RODRIGUES, Camila Pereira<sup>1</sup>; LOPES, Luis Roberto<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

**Introdução:** O dinamismo das relações sociais trabalhistas depende da evolução da própria legislação, neste caso a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, tendo em vista o risco de conflito entre as relações sociais e a lei, o que poderia gerar em descumprimento da legislação trabalhista, provocando o aumento de conflitos no judiciário. Neste cenário, a reforma trabalhista (Lei 13.467/17) trouxe a necessária flexibilização das normas trabalhistas aplicáveis às relações de trabalho, por exemplo, a flexibilidade do horário de trabalho, fracionamento do período de férias, entre outros. **Objetivo:** Analisar as principais alterações e implicações da Reforma Trabalhista no contrato individual de trabalho referente aos institutos da jornada de trabalho e da terceirização. **Metodologia:** Empregou-se pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica na coleta dos dados. **Resultados:** Dentre as implicações da Reforma Trabalhista na jornada de trabalho, pode-se destacar a possibilidade de compensação de horas, a negociação de jornada de trabalho, através de acordo coletivo entre patrões e empregados, e ainda a extensão da jornada para até 48 horas semanais, sendo 4 horas como horas extras. Nas regras que tocam à terceirização, a reforma trabalhista estabelece salvaguardas para o trabalhador terceirizado, como uma quarentena para impedir que a empresa demita o empregado efetivo para contratá-

lo como terceirizado, visto que, isso só poderá ser feito após 18 meses da demissão. O texto prevê também que o terceirizado deve ter as mesmas condições de trabalho dos empregados efetivos, como atendimento em ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação e qualidade de equipamentos. A regra não contempla benefícios como vale-alimentação ou plano de saúde, que podem ser diferentes e são acertados com cada empregado. **Conclusão:** Neste cenário, a reforma trabalhista cria a alternativa, como o trabalho intermitente, e estipula a possibilidade de negociação entre empresa e sindicato para flexibilizar situações existentes e atender às necessidades de uma economia moderna. Essas mudanças, somadas à terceirização, buscam criar espaço para aumentar a eficiência e competitividade das empresas, o que deverá levar a uma maior oferta de emprego.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista. Terceirização. Jornada de Trabalho

### PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NOS INSTITUTOS DA JORNADA DE TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa<sup>1</sup>; NOBRE, Débora Gonçalves<sup>1</sup>; CHAMONE, Izabela Araujo<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria Isabella Santos<sup>1</sup>; SANTOS, Thaís Julliany Rodrigues dos<sup>1</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Estudante de graduação de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup> Doutora do curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** A ciência do Direito do Trabalho é um sistema regido por princípios, regras e instituições que se relacionam ao trabalho subordinado ou situações análogas, efetivando melhores condições de trabalho e sociais ao trabalhador. Fazendo com que o operário possa desenvolver suas atividades em um ambiente salubre e para que, através de sua remuneração, possa ter uma vida digna perante seu papel na sociedade. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi analisar as principais alterações e implicações da reforma trabalhista nos institutos da terceirização e da jornada de trabalho. **Metodologia:** A pesquisa foi qualitativa e bibliográfica. Os dados foram retirados nas bases de dados ScieElo e Google Acadêmico, bem como em doutrinas e leis pertinentes ao tema. **Resultado:** As principais alterações decorrentes da reforma em relação à jornada de trabalho foram o tempo itinere, ou seja, o tempo gasto pelo empregado desde a saída da residência até sua efetiva ocupação no trabalho, e para o seu retorno, independente do meio de transporte, que não será computado como jornada de trabalho. Outra mudança significativa foi sistema 12x36, que consiste em uma flexibilização da jornada mediante acordo individual escrito, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Isso implica que o trabalhador pode exceder o limite estabelecido em até 12 horas de trabalho, desde que o mesmo descanse 36 horas. Houve uma ampliação podendo ser em até 26 horas semanais e 6 horas extras (as quais poderão ser efetuadas até a semana subsequente) ou em até 30 horas semanais sem horas extras. Além disso, houve um aumento no período de férias para 30 dias, independentemente do número de horas trabalhadas, ou seja, equivalendo ao regime integral. No que se refere a terceirização, as empresas em geral podem optar por contratar funcionários para qualquer função de sua empresa, mesmo que seja sua atividade principal. Contudo, resultou superada a distinção entre atividades-fim e atividades-meio, ou seja, toda e qualquer atividade pode ser terceirizada. **Conclusão:** Concluiu-se que a Reforma Trabalhista trouxe benefícios para ambos os sujeitos da relação individual, ou seja, empregador e empregado, mas também trouxe dúvidas e inseguranças na sua aplicação, sendo necessário cuidado na definição da abertura legal à autonomia dos sujeitos da relação, uma vez que o papel do Estado e princípios da República Federativa do Brasil são manutenção da igualdade e dignidade da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Jornada de Trabalho. Terceirização. Reforma Trabalhista.

### PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE: INCONGRUÊNCIA COM OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

SILVA, Ana Cecília Soares da<sup>1</sup>; RODRIGUES, Edmilson Araújo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do Curso de Direito da FUNORTE; <sup>2</sup>Professor Dr. Orientador do Centro de Pesquisa da FUNORTE

**Introdução:** O título de crédito é um documento necessário para o exercício do direito nele expresso, representado pelo princípio da cartularidade. Nesse sentido, o fenômeno que representa o exercício do direito de crédito corresponde à posse da cédula que o materializa, preenchidos os requisitos do mandamento legal (ROSA, 2011). Nesse mesmo diapasão, o título de crédito é corroborado por três

principais diretrizes que norteiam a sua aplicação a saber: i) o princípio da cartularidade; ii) o princípio da literalidade; e iii) o princípio da autonomia (COELHO, 2016). Nesse patamar, nota-se que a Cártula é o próprio papel em que se materializa a cessão de crédito. Nunca é demais destacar que as relações jurídicas passam por avanços tecnológicos que vêm tornando o sobredito princípio, em certa medida, como incongruente, perspectivando-se o cenário atual. Nesse leito de mudanças envolvendo os avanços tecnológicos, nota-se que o processo eletrônico é o meio potencializador das exigências judicialmente representadas pelo direito constante no título. Nesse sentido, é notória a possibilidade de se relativizar ou mesmo mitigar princípios norteadores devido aos avanços patrocinados pelas transformações ocorridas envolvendo a evolução tecnológica. **Objetivo:** analisar a aplicação do princípio da cartularidade inerente aos títulos de crédito e sua incompatibilidade com os avanços da informática no cenário jurídico. **Método:** trata-se de estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscando-se reunir informações analisando-se artigos científicos, jurisprudências e legislações sobre o assunto. Quanto à abordagem da pesquisa, será de natureza qualitativa com caráter exploratório na busca de uma maior afinidade com o objeto de pesquisa, sempre buscando o debate relacionado com o princípio da cartularidade e o avanço tecnológico. **Resultado:** Diante dos estudos apontados, aduz-se que o princípio da cartularidade, vai, aos poucos, sendo mitigado diante das constantes evoluções do sistema de informática que requer um sistema mais seguro e ágil em respeito à evolução assustadora do mundo contemporâneo. **Conclusão:** o estudo possibilitou desvendar a inquietude da pesquisa consignada na percepção da fragilidade do princípio da cartularidade frente ao avanço dos meios patrocinados pela informática que fragiliza a utilização de papel em conflito com o sistema dotado de sinais tecnológicos.

**Palavras-chave:** Título de crédito. Princípio da cartularidade. Avanços tecnológicos. Processos eletrônicos.

## REFERÊNCIAS

ROSA, Luiz Emygio F. Títulos de Crédito. 7. ed.rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial:** direito de empresa. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 2.

## PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA PERSPECTIVA DOS ADVOGADOS DE MONTES CLAROS

SANTOS, Bruna Rafaela Dias<sup>1</sup>, SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente. Direito UNIMONTES <sup>2</sup>Docente Direito UNIMONTES e Direito FIPMoc.

**INTRODUÇÃO:** O Processo Judicial Eletrônico (PJE) é um sistema de informática que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) juntamente com os tribunais e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Em linhas gerais, o PJE possibilita a realização de atos processuais e o acompanhamento do processual em ambiente virtual, trata-se de um movimento de modernização, que tem como finalidade, dentre outras, a celeridade processual e economia em recursos humanos e materiais. Ocorre que a utilização do PJE não é uma tarefa tão simples ainda mais para aqueles que migraram da cultura do processo físico para o digital. **OBJETIVO:** Analisar o Processo Judicial Eletrônico a partir da perspectiva dos Advogados da Comarca de Montes Claros, MG. **MÉTODO:** Trata-se de pesquisa com abordagem quanti-qualitativa, operacionalizada através de entrevistas orientadas por formulário semiestruturado, tendo como participantes os Advogados da Comarca de Montes Claros, MG. As entrevistas foram realizadas no período de 25/09/2017 - 29/09/2017, nas salas da 11ª Subseção da OAB/MG, localizadas na sede do Tribunal Regional do Trabalho de Montes Claros, no na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na sala da Ordem das Desembargadas Juizadas Especiais, Família e Sucessões da Comarca de Montes Claros, MG. As entrevistas foram realizadas pela equipe do projeto de pesquisa Tempo e Movimento: Acesso a Justiça e Processo Judicial Eletrônico, em desenvolvimento no âmbito do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. **RESULTADOS:** No período de 25 a 29 de setembro de 2017, foram entrevistados 150 advogados, com atuação nas áreas de Direito do Trabalho, Família, Cível, Penal, Tributário, Comercial, Imobiliário, Administrativo e Empresarial. Destes, 65,33 % são do sexo masculino e 34,67%, do sexo feminino. Sendo que 40,67% estão em atividade a pelo menos cinco anos, e 59,33% acima de 10 anos de atividade profissional. Em relação as informações sobre o PJE, os entrevistados foram unânimes em afirmar que as principais complicações do sistema estão entre os travamentos e

interrupção do sistema e o limite no envio de arquivos. Quanto aos advogados com mais tempo de exercício profissional, acima de 20 anos de exercício 15,33% dos entrevistados, pertencentes a uma cultura não tecnológica, que tiveram dificuldade para se adaptar ao uso do processo eletrônico, a principal dificuldade é a falta de conhecimento na área de informática. **CONCLUSÃO:** Na perspectiva dos Advogados da Comarca de Montes Claros/ MG, o Processo Judicial Eletrônico significa maior acessibilidade e celeridade em comparação com os processos físicos. Porém, indicam pontos que merecem ajustes, especialmente em relação ao próprio PJE. Ocorre que parte dos problemas indicados pelos entrevistados estão relacionados ao suporte para funcionamento do sistema, como por exemplo, a conexão com a rede mundial de computadores. Além disso, os travamentos podem estar relacionados com expertise no manuseio de recursos de informática. Assim não é possível afirmar que problemas relacionados ao envio de documentos, ou acompanhamentos processuais evidenciam falhas no PJE, em si, mas, com sua operacionalização pelo usuário.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. PJE. Usuários. Advogados. Comarca de Montes Claros, MG.

### PROFILAXIA DE ÚLCERA DE CUSHING EM PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE TCE

MURTA, Inah Araújo de Almeida <sup>1</sup>; GOMES, Iara Lafeté<sup>2</sup>; BRITO, Sara Gomes de<sup>3</sup>; PRINCE, Karina Andrade de <sup>4</sup>.

<sup>1 2 3</sup> Estudantes de Medicina das Faculdade Integradas Pitágoras. <sup>4</sup> Docente na Faculdades Integradas Pitágoras.

**Introdução:** As úlceras associadas ao estresse, também chamadas de Doença mucosa associada ao estresse (DMAE), correlacionam-se a processos específicos, a partir dos quais foram denominadas: úlceras de Curling, associadas às queimaduras, e úlceras de Cushing, relacionadas à hipertensão intracraniana e lesão cerebral. Essa última se mostra recorrente em vítimas de Traumatismo Cranioencefálico (TCE) em regime de UTIs, cuja gravidade apontou para necessidade de profilaxia das mesmas. **Objetivo:** O estudo objetiva revisar na literatura acerca da importância da profilaxia de DMAE em pacientes vítimas de TCE em regime de UTI em decorrência da gravidade e frequência de acometimento. **Metodologia:** Foi realizado um estudo bibliográfico de caráter exploratório em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e Pubmed. Baseando-se nisso, foram selecionados e analisados quatro artigos publicados nos últimos dez anos. **Resultados:** Nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), estima-se uma incidência de 1,5% de sangramento digestivo importante secundário a úlcera de estresse, acarretando complicações importantes como anemia hemorrágica aguda, aumentando tempo de internação e mortalidade próxima de 50% em pacientes vítimas de TCE, queimaduras, submetidos à ventilação mecânica e com instabilidade hemodinâmica. A profilaxia tem como base medicamentos que agem na fisiopatologia básica da doença: produção de ácido, estase gástrica e correção dos distúrbios hemodinâmicos que levam à quebra da integridade da mucosa gastroduodenal. A inibição da produção de ácido e o consequente aumento do pH intraluminal é possível através do uso dos Inibidores da Bomba de Prótons e Antagonistas de Receptores de Histamina-2, sendo os primeiros preferíveis de acordo com custo-efetividade, respeitando as restrições. **Conclusão:** Concluiu-se que, a partir da repercussão clínica das úlceras de estresse e da elevada taxa de mortalidade em decorrência das mesmas nos pacientes em regime de UTI, se faz necessária profilaxia para úlceras de estresse nesses pacientes, visando melhoria do prognóstico clínico e aumento de sobrevida e menor tempo de internação, diminuindo eventuais complicações.

**Palavras-chave:** Úlceras de estresse. Traumatismos Cranioencefálicos. UTI. Profilaxia.

### PROJETO DE REBITADEIRA PNEUMÁTICA PARA LONAS DE FREIO CONFORME A NR-12

RODRIGUES, Adevanio Souza<sup>1</sup>; CARDOSO, Leandro Cicero Barbosa<sup>1</sup>; PIMENTEL, Michele<sup>2</sup>; SILVA, Rodrigo Baleeiro<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Grandes transformações ocorreram nas manutenções automotivas, tornando-as mais eficientes e rápidas, forçando ainda mais as capacidades do engenheiro a projetar equipamentos confiáveis e seguros. Diante desse avanço e com a precariedade dos equipamentos foi projetado uma rebidadeira pneumática automatizada para lonas freio para veículos de grande porte. Esse equipamento realiza suas atividades por

meio de atuação de elementos eletropneumáticos. **Objetivo:** Projetar uma rebidadeira pneumática seguindo os critérios estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), que tenha a capacidade de facilitar a manutenção de freios nas oficinas mecânicas. **Método:** Para a realização do estudo foi utilizada uma pesquisa documental, onde foi possível fazer um levantamento de dados das rebidadeiras existentes no mercado, Como apoio prático, utilizou-se a ferramenta de gestão PDCA, e *softwares* de modelamento e simulações, como *SolidWorks*<sup>®</sup> e o *FluidSim*<sup>®</sup>, podendo realizar testes de desempenho da rebidadeira. **Resultados:** A rebidadeira projetada realiza suas atividades por meio de uma força de compressão superior a 7000N, atendendo assim à variedade de rebites comercializados no mercado. O equipamento tem como otimização do processo o uso de um motor de passo, que possibilita o movimento da sapata de freio. Como acessório, o equipamento é dotado de um conjunto de punções de diferentes diâmetros garantindo a possibilidade de conformar todos os rebites disponíveis para essa finalidade. **Conclusão:** O projeto da rebidadeira teve seus objetivos alcançados, garantindo uma redução do tempo gasto pelo mecânico na troca das lonas de freios, tendo em vista que atendeu todos os critérios estabelecidos pela norma e otimização.

**Palavras-chave:** Rebitadeira pneumática. Norma Regulamentadora nº 12. Lona de Freio.

### PROJETO DE UM DISPOSITIVO DE MEDIÇÃO DE PARTICULADO DOS GASES DE EXAUSTÃO DE VEÍCULOS DE COMBUSTÃO INTERNA

BICALHO, Lucas D'artagnan Pereira Bicalho<sup>1</sup>; SILVEIRA, Mateus Gonçalves<sup>1</sup>; PIMENTEL, Michéle S.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes em Engenharia Mecânica das FIPMOC; <sup>2</sup> Docente das FIPMOC

**Introdução:** Um dos maiores problemas ambientais enfrentados atualmente é proveniente da má combustão e pelo excesso de poluição causada pelos veículos em circulação e formas de conter essa poluição vêm constantemente sendo estudadas. **Objetivo:** O presente trabalho busca validar o dispositivo *Mechanical Meter*, construído e desenvolvido por Pinto e Morais Jr (2017), que tem a função de avaliar de forma qualitativa o nível de poluentes causados pela combustão em motores movidos a Diesel. O dispositivo tem o objetivo de facilitar esta avaliação para órgãos de fiscalização ambientais e rodoviários e oficinas mecânicas, promovendo um laudo mais assertivo e preciso. **Método:** O Dispositivo utiliza-se de um elemento interno filtrante que retém as partículas provenientes da combustão e, posteriormente, este elemento é comparado à escala de Ringelmann, que possui padrões colorimétricos que auxiliam o usuário a obter uma avaliação precisa do estado do motor de acordo com a cor da fumaça. Para a validação, foram testados 3 veículos movidos a Diesel com dois tipos de injeção de combustível: a caminhonete Chevrolet S-10, utilizando de um sistema mais antigo, o de injeção por bomba injetora, e as caminhonetes Toyota Hilux e Nissan Frontier que utilizam o sistema mais modernos de injeção *common rail*. As caminhonetes foram testadas com o dispositivo antes e após intervenções de manutenção e os filtros foram comparados à escala de Ringelmann afim de confirmar a melhoria depois da intervenção. **Resultado:** Após os testes, foi possível verificar que os veículos apresentaram melhora significativa na emissão de poluentes depois da troca de peças defeituosas e revisão de seus motores, e que o dispositivo foi de fundamental importância para este diagnóstico. **Conclusão:** O dispositivo cumpre seu papel ao proporcionar um diagnóstico rápido e preciso sobre a qualidade da combustão do veículo e pode se tornar uma ferramenta de grande ajuda para os setores de manutenção e fiscalização, tendo seu baixo custo e facilidade de uso como principais atributos.

**Palavras-chave:** Diesel. Validação. Ringelmann. Emissão.

### PROJETO DE UMA ENVOLVEDORA DE FILME STRETCH PARA EMBALAGEM DE BLOCOS DE CONCRETO PALETIZADOS

ALMEIDA, Jonas Rodrigues<sup>1</sup>; CHAVES, Same Jose de Almeida<sup>1</sup>; FORTES, Délcio Pereira<sup>2</sup>.

1. Aluno(s) do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2. Professor orientador.

A busca pela melhoria de processos em linhas de produção de pequenas empresas requer a adoção de soluções simples e de baixo custo. Determinadas atividades manuais, podem ser substituídas por equipamentos eficazes e com pouco investimento, como o método de embalagem de produtos paletizados para estocagem e transporte. A técnica consiste em envolver com filme *stretch* (do inglês esticar) variados tipos de mercadorias empilhadas em paletes. O termo filme *stretch* é empregado para designar o filme

estirável de polietileno, utilizado principalmente em diversas fábricas, transportadoras e distribuidoras, para embalagem de produtos contra umidade, contaminações e avarias. Esta pesquisa propõe solucionar deficiências no processo manual de embalagem de blocos de concreto paletizados, em pequenas fábricas. A proposta consiste em projetar uma envolvedora de filme *stretch*, mecanizada, de operação manual, que possa ser transportável pelo operador. Pretende-se assegurar como principais melhorias, o aumento da produtividade e a manutenção de atividades ergonomicamente adequadas. Para definir os requisitos do projeto, foram levantadas em campo informações relacionadas à atividade, em uma empresa fabricante de produtos de concreto para a construção civil. Foram avaliados o padrão dimensional dos produtos fabricados e o método manual de embalagem. Posteriormente, aplicou-se os conceitos da Engenharia do produto para o desenvolvimento do projeto conceitual dispositivo. O novo equipamento foi baseado em parâmetros morfológicos e funcionais dos principais tipos de envolvedoras existentes no mercado. Seu dimensionamento foi feito de acordo com os aspectos ergonômicos da NR12, que determina que o mesmo atenda os perfis antropométricos dos usuários. O padrão antropométrico fixado ao projeto, adotou a média de 1,73m, para homens brasileiros, obtida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em 2009, em um levantamento do perfil antropométrico da população usuária do transporte aéreo nacional. A envolvedora manual projetada, é composta basicamente de uma estrutura fixa ao palete e uma alavanca interna rotativa, que envolve a pilha de blocos em movimentos circulares. Sua capacidade dimensional é para pilhas de blocos com até 1m de altura e pode ser adaptada aos principais padrões de paletes, com dimensões até 1200 x 1000mm. A presente pesquisa proporcionou avaliar determinadas vantagens e restrições ainda na fase de projeto, diante da oportunidade de inovação ou desenvolvimento de novos produtos. A abordagem feita em campo, para o levantamento de informações, foi essencial para a determinação de características dimensionais e funcionais do dispositivo, pois a assimilação de certos parâmetros, exigem a observação do processo na prática, visto que as fábricas que se dispõem de um meio de produção artesanal, apresentam características bastante particulares que nem sempre seguem o mesmo padrão ou normas adotadas pelas grandes empresas.

**Palavras-chave:** Filme *stretch*. Envolvedora. Blocos de concreto. NR12. Engenharia do Produto.

### PROJETO DE UMA ESTUFA PARA ARMAZENAGEM DE ELETRODOS REVESTIDOS

OLIVEIRA, Aparecida Daniela<sup>1</sup>; HENRICH, Marcos Weuller Barbosa<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>2</sup>.

1. Acadêmicos do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2. Mestre e professor das FIPMoc

**Introdução:** Os eletrodos revestidos podem ser facilmente danificados se não forem adequadamente manuseados e armazenados. Parte do revestimento pode ser quebrada e perdida em caso de choques, quedas ou se o eletrodo for dobrado. A absorção de umidade também pode comprometer o desempenho do eletrodo. Devido a umidade, eletrodos devem ser preferencialmente adquiridos em embalagens hermeticamente fechadas e armazenadas adequadamente em ambientes controlados, para evitar sua degradação. Uma vez aberta, a embalagem perde a capacidade de proteger os eletrodos da umidade e estes devem ser guardados em estufas.<sup>1</sup> É possível observar que em muitos ambientes industriais os eletrodos revestidos, usados no processo de soldagem são armazenados de forma inadequada, devido aos dispositivos de armazenagem terem elevado custo de aquisição ou mesmo pelo não conhecimento das normas da AWS para armazenagem dos mesmos. **Objetivo:** Projetar e construir protótipo de uma estrutura denominada estufa, capaz de armazenar os eletrodos revestidos, com custo mais acessível, eficiência térmica e economia de energia. **Método:** Utilizou-se software de desenho 3D SOLIDWORKS para realização de projeto de estufa, bem como aquisição de metais em ferro velho, para montagem de protótipo. **Resultado:** Por meio dos estudos realizados ao longo do trabalho, elaborou-se um modelo 3D da estrutura e, seguidamente, realizou-se a construção do protótipo em questão. **Conclusão:** O sistema permite redução de custos de aquisição, de desperdícios de energia elétrica permite manter intactas as propriedades mecânicas dos eletrodos, podendo ser utilizado em instituições de ensino e indústrias que realizam esse processo de soldagem.

**Palavras-Chave:** Tecnologia da soldagem. Estufa. Eletrodo revestido. Processo de fabricação. Desenho 3D.

### REFERÊNCIAS:

VILLANI, Paulo; MODENESI, Paulo José; BRACARENSE, Alexandre Queiroz. **Soldagem: Fundamentos e Tecnologia**. Elsevier Brasil, 2016.

## PROJETO EXECUTIVO: TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO APLICADAS NO SHOPPING CIDADE JARDIM – SÃO PAULO SP

RODRIGUES, Marina Holzmann<sup>1</sup>; SANTOS, Lucas Macedo<sup>1</sup>; PORTO, Maria Cecília Costa<sup>1</sup>; NEVES; Nara Gabrielle Vilas Boas<sup>1</sup>; FERNANDES, Mariane Moreira<sup>1</sup>; BICALHO, Elisa Pereira Santana<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Projeto Interdisciplinar traz como tema descrever como cada técnica de apresentação influencia nas etapas de um projeto, sendo assim, foi destinada ao grupo a parte executiva de um projeto arquitetônico, na qual o profissional deve especificar todos os elementos necessários para a construção, como materiais que serão utilizados, desenhos explicativos, critérios técnicos e executivos, planilhas de orçamento, além de equipamentos que deverão ser usados, no caso, no Shopping Cidade Jardim, obra escolhida pelo grupo. **Objetivo:** O estudo possui como objetivo indicar e representar as possíveis técnicas de apresentação utilizadas para demonstração e entendimento da planta executiva do edifício Shopping Cidade Jardim. **Método:** Tendo como característica a abordagem qualitativa, a pesquisa leva em consideração o embasamento histórico e técnico e a análise argumentativa desses dados. **Resultados:** O estudo realizado tem como base principal a norma técnica para representação de projetos arquitetônicos da ABNT, sendo ela a NBR 6492, na qual é explicitado todos os padrões obrigatórios que devem ser abordados em uma planta executiva, esclarecendo assim a essencialidade da mesma para o processo construtivo de uma edificação. Através da análise de cada forma de apresentação e do entendimento de como funciona a parte executiva de um projeto, constata-se que para a caracterização de todos os elementos fundamentais para levantamento de uma obra, é necessária a representação minuciosa, podendo ser elaborada tanto à mão, com desenhos, quanto virtualmente, no AutoCAD, por exemplo, no qual o arquiteto possui facilidade de criação de plantas baixas, além de outros programas, como o SketchUp, que traz a plataforma 3D, viabilizando a reprodução quase que real de cada item, simplificando o entendimento dos profissionais envolvidos na obra. Ferramentas que possibilitam o detalhamento de todas as formas de execução construtivas, além de materiais e outros componentes. **Conclusão:** Conclui-se então que, a parte executiva de um projeto arquitetônico tem total importância para obra, sendo ela essencial para a estruturação da mesma.

**Palavras-chave:** Projeto Executivo. Shopping Cidade Jardim. Pesquisa.

### REFERÊNCIAS:

ALVES, Nadine. **O que é projeto executivo e como ele influencia na produtividade?**. 2017. Disponível em: <<https://constructapp.io/pt/o-que-e-projeto-executivo-e-como-ele-influencia-na-produtividade/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura**. Rio de Janeiro, p. 4-5. 1994.

PAIXÃO, Luciana. **A importância do projeto executivo no Design de interiores**. 2014. Disponível em: <<https://www.aarquitectura.com.br/blog/design-de-interiores/projeto-executivo/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

TORANZO, Bruno. **Saiba diferenciar projeto, projeto básico e projeto executivo**. 2017. Disponível em: <<https://constructapp.io/pt/saiba-diferenciar-projeto-basico-e-projeto-executivo/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

## PROJETO PARA UM DISPOSITIVO DE TREINO DELTOIDE

BARUFFI, Murilo Corradini<sup>1</sup>; MALVEIRA, Eduardo Eugênio Cardoso<sup>1</sup>; OLIVA, Henrique Nunes Pereira<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** Atualmente, a musculação é uma das principais atividades físicas realizadas pela população na busca pelo corpo desejado. Para uma melhor realização destas atividades, a prática da musculação por intermédio de aparelhos se tornou mais eficaz. Sendo assim, a utilização de aparelhos, permite um esforço pontual no músculo solicitado, evitando esforços adicionais que resultam em uma queima extra de calorias

e lesões indesejadas. Neste cenário, mediante à ampla utilização de aparelhos para realização de atividades físicas em academias, percebe-se que estes equipamentos possuem elementos que precisam ser validados e otimizados com a realização de cálculos que permitirão definir as dimensões das peças e os componentes necessários. Neste âmbito o engenheiro mecânico atua com o intuito de projetar ou realizar manutenções destes equipamentos. **Objetivo:** Projetar um aparelho de musculação afim de trabalhar o deltoide. **Método:** Esta pesquisa é de cunho explicativa calçada por métodos experimentais, buscando conectar as ideias para compreender as causas e efeitos do fenômeno estudado, determinando a natureza da relação entre as variáveis e o efeito previsto. Inicialmente, quanto à natureza, esta pesquisa é classificada como básica, pois objetiva-se em gerar conhecimentos sobre o assunto através de pesquisas bibliográficas. Em seguida, o modelo estrutural foi elaborado no *software* de modelagem 3D SolidWorks. Serão determinados os esforços estruturais e logo após realizado cálculos de dimensionamento, o que permitirá determinar as dimensões e os tipos de materiais utilizados. **Resultados:** Tomando como base medidas antropométricas do corpo humano e visando a concentração dos esforços no músculo deltoide, tornou-se possível o desenvolvimento do equipamento de musculação no *software* SolidWorks, no qual este equipamento possui regulagem que permitirá acesso a uma variedade de indivíduos. **Conclusão:** Pelo fato do equipamento ser um dos aspectos mais importantes da musculação, e devido à ausência de normas para construção, pôde-se chegar a um equipamento capaz de transmitir segurança para o usuário e com foco no trabalho do músculo deltoide.

**Palavras-chave:** Musculação. Equipamento. Deltoide.

### PROPOSTAS TERAPÊUTICAS NO CAMPO DAS TOXICOMANIAS: COMO TRABALHAM AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS?

FONSECA, Bárbara Soares<sup>1</sup>; ALVES, Letícia Angélica Soares<sup>1</sup>  
SILVA, Carlos André Moreira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas das Faculdades Integradas Pitágoras

<sup>2</sup>Docente das Faculdades Integradas Pitágoras

Aprovada no Programa de Iniciação Científica das Faculdades Integradas Pitágoras-MG (PROIC) a pesquisa questiona a proposta de reformulação da Política Nacional de Saúde Mental estabelecida no Brasil pela Lei 8080 do Ano de 1990. Tal proposta define o modelo das Comunidades Terapêuticas como modelo oficial de atenção as pessoas que sofrem pelo uso intenso de álcool e outras drogas e, passariam a ocupar a centralidade do tratamento no campo da saúde mental no país. De acordo com Fossi, Guareschi (2015), as Comunidades Terapêuticas são em sua maioria instituições que viabilizam o tratamento através da abstinência e do isolamento social com atividades previamente determinadas, que diferem de forma geral, do modelo estabelecido pela Política Nacional de Saúde Mental na modalidade álcool e outras drogas que dá preferência à internação apenas para casos graves em hospitais gerais e trabalha na perspectiva da redução de danos. Nesse sentido, busca-se a partir das referências das instituições no campo da saúde mental, autores como Goffman (1961), Foucault (1987), Machado (2009), Mendonça (2009) e outros, orientações em torno dos eixos organizadores da política estabelecida até então. Para avaliar a pertinência ou não da proposta de reformulação, decidimos nortear nossa investigação na tentativa de entender o modo de funcionamento e tratamento proposto pelas Comunidades Terapêuticas. Nesse sentido, realizaremos revisão bibliográfica de documentos e materiais, e entrevistas com os sujeitos que trabalham nessas instituições, bem como, com pacientes que experimentaram essa modalidade de intervenção. Segundo Gil (2017) a utilização da pesquisa bibliográfica tem o intuito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, permitindo ao investigador uma visão mais ampla do tema, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento em relação ao mesmo. Também será empregada a pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (2006), é adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, utilizando questionários para coletar os dados necessários, e permitindo que se realizem projeções para a população representada. Os estudos iniciais das referências trabalhadas indicam que instituições que se pautam por um modelo mais fechado e isolado do contexto social com orientações prévias de funcionamento, desconsideram o modo como cada sujeito elege para se tratar. Sendo assim, foi possível perceber, até então a fundamental importância de analisar as mudanças propostas na reformulação da Política de Saúde Nacional, uma vez que após décadas de movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira que prevê a desinstitucionalização dos portadores de sofrimento psíquico, o possível risco de retrocesso deve ser cuidadosamente analisado pelos profissionais envolvidos na área e pela academia a favor do esclarecimento da sociedade sobre a questão.

**Palavras-chave:** Comunidade Terapêutica, Saúde Mental, Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS:

FOSSI, Luciana Barcellos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas profissionais na conformação dos sujeitos. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 94-115, abr. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812015000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 22 nov. 2017.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: \_\_\_\_\_. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2017, p.25-43.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, 9ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

NOVA política de saúde mental dará sobrevida a hospitais psiquiátricos. *Folha de S.Paulo*, Brasília, 13 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1942890-nova-politica-de-saude-mental-dara-sobrevida-a-hospitais-psiquiatricos.shtml>.

## QUALIDADE ALIMENTAR DE PACIENTES DIABÉTICOS

LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>; MOTA, Alayanny Hannah Fonseca<sup>1</sup>; NEVES, Emanuel Messias Felix<sup>1</sup>; TIBÃES, Emily Carolyn Souza<sup>1</sup>; ALMEIDA, Pollyana Cecília Carvalho<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; MOTA, Ayêsha Alannah Fonseca<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Medicina da FUNORTE; <sup>2</sup>Docente do CETCT

**Introdução:** O diabetes mellitus (DM) é uma síndrome de etiologia múltipla decorrente da falta de insulina e/ou incapacidade da mesma de exercer adequadamente seus efeitos, resultando em resistência à insulina. Constitui um grave problema de saúde pública, que se refere tanto ao número de pessoas afetadas, quanto ao elevado investimento do governo para seu controle e tratamento. A melhor estratégia nutricional para a promoção da saúde e redução das doenças crônicas é a obtenção de nutrientes adequados a partir de uma alimentação variada e equilibrada baseada nos pilares da Pirâmide dos Alimentos. O DM constitui um grave problema de saúde pública, devido as suas complicações, mortalidade, altos custos financeiros e sociais envolvidos no tratamento e diminuição da qualidade de vida, além de ser a quarta causa de morte no mundo e uma das doenças crônicas mais frequentes, por estes agravantes, faz-se necessário estudo para investigar as relações entre alimentos, nutrientes, sedentarismo e o diabetes. **Objetivo:** Analisar a qualidade da alimentação dos pacientes portadores de DM. **Método:** Realizou-se uma análise bibliográfica em artigos indexados na plataforma SCIELO no período de 2010 a 2017. **Resultados:** Os grupos alimentares mais consumidos foram os ovos, carnes e peixes, óleos e gorduras, pães e cereais, bebidas e miscelâneas e leguminosas. No que diz respeito a frequência correspondente ao grupo dos ovos, carnes e peixes, os alimentos que mais foram consumidos são o frango, seguido de embutidos, carnes e ovos. Em relação ao grupo dos óleos e gorduras, os alimentos em destaque foram a margarina, óleos e manteiga. Quanto ao grupo dos pães e cereais, o alimento mais consumido foi o arroz, igualado ao feijão, pertencente ao grupo das leguminosas. Nas bebidas e miscelâneas o alimento exclusivamente consumido foi o café. Os alimentos mais consumidos, por porção, foram: bolacha, com cinco unidades ingeridas no total, pão de queijo com quatro unidades ingeridas, biscoito com três unidades, pão com duas unidades, e dois copos de suco de goiaba. Diante dos dados constata-se que a alimentação diária de clientes diabéticos ainda se constitui de arroz e feijão, associadas ao consumo de frango ou embutidos, margarina e café. Embora sejam orientados para uma alimentação nutricionalmente adequada, o que implica, no caso de pessoas com diabetes, uma dieta com baixo índice de açúcar, entre eles, carboidratos de digestão rápida, pôde-se verificar que os pacientes possuem uma dieta não balanceada. Levando em consideração que uma boa dieta para diabéticos tem que ser regada a alimentos integrais, legumes, verduras, frutas com moderação e fazer ingestão de doces e sobremesas com cautela. Identificou-se pouca ingestão de frutas e verduras. **Conclusão:** Os pacientes com DM não mantêm uma alimentação nutricionalmente adequada para uma pessoa portadora do diabetes. Há a necessidade de aumentar os níveis de informação sobre a patologia e orientar os clientes diabéticos sobre o modo para se conviver com as mudanças provocadas pela patologia além de um esclarecimento maior do que seria a doença diabetes e como melhorar o estilo de vida.

**Palavras-chave:** Diabetes Mellitus. Alimentação. Nutrição.

## QUALIDADE DE VIDA E PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DO PACIENTE ONCOLÓGICO DURANTE O TRATAMENTO

VIEIRA, Débora Ribeiro<sup>1</sup>; ALCÂNTARA, Cecília Barbosa<sup>2</sup>; GOMES, Alana Andrade<sup>2</sup>; TOLENTINO, Ana Ester Nobre e<sup>2</sup>; MADUREIRA, Bernardo Soares<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Lanuza Borges<sup>3</sup>; GUIMARÃES, Júnia Caldeira<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Medicina e Presidente da Liga Acadêmica de Medicina Esportiva das FIP-Moc <sup>2</sup> Discente do curso de Medicina das FIP-Moc. <sup>3</sup> Docente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIP-Moc, Doutoranda em Ciências da Saúde da Unimontes <sup>4</sup> Educadora Física, Graduada pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

**Introdução:** O câncer é uma das três principais causas atuais de mortalidade de adulto, ao lado do trauma e das doenças cardiovasculares. É uma doença que possui altas taxas de morbimortalidade em todo mundo. Com as políticas públicas de rastreamento observa-se aumento da quantidade de diagnósticos precoces o que reduziu a mortalidade da maioria dos tipos de câncer, porém, pacientes em tratamento oncológico podem apresentar afecções físicas e psicossociais decorrentes das diversas terapias, o que afeta diretamente a qualidade de vida desse paciente (BUFFART et al., 2017). A qualidade de vida engloba três esferas principais da vida do indivíduo sendo elas o bem-estar físico, emocional e social. As principais queixas do paciente durante o tratamento oncológico são a fadiga, a dor e a redução da força muscular (SEIXAS; KESSLER; FRISON, 2010). Com o tratamento, os pacientes oncológicos sofrem prejuízos em relação à aptidão cardiorrespiratória, o que afeta sua saúde e o seu bem-estar. A prática da atividade física e a adoção de um estilo de vida mais saudável garantem a melhoria desses aspectos resultando na melhoria da qualidade de vida desses pacientes. **Objetivo:** Avaliar os benefícios da prática da atividade de física como instrumento para melhoria da qualidade de vida do paciente oncológico durante o tratamento. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, com dados obtidos a partir de revisão da literatura. **Resultados:** O exercício físico durante o tratamento do câncer objetiva influenciar a eficácia do tratamento e melhorar a aptidão física do paciente a partir da prevenção da perda muscular e do ganho de gordura, controlando a fadiga, a angústia e a deterioração da qualidade de vida, ajudando a acelerar a recuperação, e ainda diminuindo o risco de desenvolvimento de doenças crônicas ou cânceres secundários (BUFFART et al., 2017). Essas atividades físicas não necessitam ser intensas. Pacientes que realizam um total equivalente a 30 minutos de atividade, realizadas três vezes por semana se beneficiam com redução da sintomatologia e melhoria da funcionalidade (SEIXAS; KESSLER; FRISON, 2010). Um programa de exercícios físicos supervisionado, duas vezes por semana, com duração de 12 semanas, melhora a capacidade cardiorrespiratória, a força muscular, diminui a porcentagem de gordura, aumenta a massa magra e melhora a qualidade de vida, não havendo eventos adversos durante o período (CASLA, 2015). Exercício físico supervisionado efetivamente melhora a função física e atua na prevenção de afecções físicas e psicossociais, além de, melhorar a qualidade de vida quando utilizado como parte dos cuidados para pacientes em tratamento oncológico (BUFFART et al., 2017). **Conclusão:** Pacientes oncológicos, com doença metastática ou não, são beneficiados com a prática da atividade física regular que incluem a melhoria da qualidade de vida, da aptidão física, da função dos órgãos, principalmente funções cardiorrespiratórias, diminuição da fadiga e da depressão, melhorando a habilidade de realizar atividades de vida diária, controlando sintomas decorrentes da doença e do tratamento e garantindo melhores níveis de funcionalidade. É importante que o profissional de saúde se atente à importância dessa prática, estabeleça possíveis estratégias que incentive a realização de exercícios físicos durante o tratamento oncológico, contribuindo assim, com a melhoria da sua qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Qualidade de Vida. Atividade Física. Oncologia.

### REFERÊNCIAS:

BUFFART, L. M. et al. Effects and moderators of exercise on quality of life and physical function in patients with cancer: An individual patient data meta-analysis of 34 RCTs. **Cancer Treatment Reviews**. V. 52, p. 91-104, 2017.

CASLA, S. et al. Supervised physical exercise improves VO2max, quality of life, and health in early stage breast cancer patients: a randomized controlled trial. **Breast Cancer Res Treat**. 2015.

SEIXAS, Raquel Jeanty de; KESSLER, Adriana; FRISON, Verônica Batista. Atividade Física e Qualidade de Vida em pacientes oncológicos durante o período de tratamento quimioterápico. **Revista Brasileira de Cancerologia**. V. 56, n. 3, p. 321-330, 2010.

### QUESTÕES ÉTICAS QUE ENVOLVEM O ABORTO

SILVA, Annyelle Fernanda Rosa<sup>1</sup>; BARRETO, Karolina Duarte<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>.  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A cada ano, milhões de abortos são induzidos por todo mundo, sendo que cerca da metade é realizado sem segurança e de forma clandestina. Efetivamente, o assunto “aborto” desperta polêmica e divergência de opiniões que abrange não somente as questões da saúde, como também questões éticas, sociais e jurídicas, tangendo o poder legislativo, a mídia e a opinião pública. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar as questões éticas que envolvem o aborto. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica. **Resultado:** No Brasil o aborto é considerado crime, exceto em casos onde a mãe corre risco de vida, violência sexual (estupro) e mais recentemente em casos de bebês anencéfalos. Ética é a reflexão sobre a melhor forma de agir de acordo com as circunstâncias, visando o bem comum, sendo assim, o aborto traz questões éticas de difícil resolução, uma vez que o assunto engloba interesses e opiniões distintas. Há duas posições opostas bem delimitadas em relação às questões éticas e morais sobre o aborto, sendo a primeira, pró-vida ou conservadora, que defende o direito moral da vida do feto, e a segunda, pró-escolha ou liberal, que abrange os defensores do direito à escolha por parte da mulher, pois argumentam que a mulher possui o direito moral sobre o próprio corpo. **Conclusão:** Com base nos altos índices de abortamento pelo mundo e no predomínio do aborto ilegal e inseguro, percebe-se que existe um desafio de abordar essa questão a partir de uma percepção humanística, que tem como princípio o respeito aos direitos humanos das mulheres. Conclui-se que esse problema social é um dos maiores obstáculos à construção de um mundo com igualdade e justiça social para mulheres e homens, uma vez que tal problema abrange todas as pessoas de uma sociedade, em especial as mulheres. Contudo, o tema aborto ainda é um tabu em nossa coletividade social que tem necessidade de uma reflexão mais intensa e ética.

**Palavras-chave:** Aborto. Ética. Moral.

### QUESTÕES ÉTICAS QUE ENVOLVEM O ABORTO

BATISTA, Lucas Emanuel Leite<sup>1</sup>; JÚNIOR, Roberto Carlos Marques Teixeira<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Mayara Veloso Reis<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Luan Victor de<sup>1</sup>; RODRIGUES, Lorena Izabel<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O atual embate que circunda as diversas posições acerca do aborto é no mínimo polêmico, pois a questão do aborto envolve a identidade de cada ser. Diante disso, fazem-se necessárias discussões sobre o aborto pautadas pela ética, que dita os princípios básicos a que a conduta humana deve subordinar-se, visto que é a partir desta que a moral e o direito direcionam o comportamento e o ordenamento social. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar as questões éticas que envolvem o aborto. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, sendo analisadas obras, artigos e fundamentos teóricos/jurídicos acerca do tema. **Resultados:** Diante do exposto, constata-se que a discussão ética acerca do aborto proporciona uma atuação que atenta para os interesses coletivos da sociedade. Desse modo, duas marcantes premissas envolvem o problema ético do aborto, opondo-se sistematicamente acerca do tema; sendo a primeira defensora da vida do feto como direito moral - pró-vida ou conservadora, e a segunda que prega que a mulher possui autonomia sobre o próprio corpo, sendo admissível o aborto - pró-escolha ou liberal. Nesse interim, os conservadores afirmam que a escolha da mulher não pode superar a proteção à vida, sendo errado o aborto, pois os fetos possuem direito moral à vida. Os liberais por sua vez, argumentam que é defeso à mulher interromper uma gravidez não desejada ou perigosa, possuindo esta, direitos sobre seu corpo, sendo o aborto um exercício inviolável da gestante. Desse modo, os argumentos precisam ser aprofundados pois, mesmo considerando-se o aborto como uma “questão de consciência”, independentemente da posição de cada um, esta tem consequências morais e éticas que não podem ser desconsideradas em meio à essa discussão. **Conclusão:** Portanto, verifica-se o debate do “direito à vida” contra o “direito ao corpo”, sendo fundamental que se leve em conta o mínimo ético necessário em meio às numerosas discussões que envolvem o aborto, pois a ética possui papel

multidisciplinar que leva às devidas visões acerca deste tema, indo além de um embate jurídico, visto que o aborto envolve diversas questões, tais como questões morais, políticas, religiosas e de saúde pública.

**Palavras-chave:** Ética. Aborto. Direito. Moral.

### REAPROVEITAMENTO DA ÁGUA PROVENIENTE DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO

BRITO, Igor Gomes de<sup>1</sup>; FONSECA, Natanael Alves<sup>1</sup>; RESENDE, Gustavo Lima<sup>1</sup>; RODRIGUES, Wesley Felipe Leite<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Saulo Ornelas<sup>1</sup>; SANTOS, Gabriel Oliveira<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica Karine Ramos<sup>2</sup>

1Discentes das FIPMoc 2 Docente FIPMoc

**Introdução:** Observando uma determinada quantidade de água produzida por um aparelho de ar condicionado diariamente não é possível presumir que no final do dia a soma do volume de água produzida pode ser representada por vários litros de água. A água é um recurso de fundamental importância para o perfeito funcionamento de nossas vidas e isso justifica a necessidade de propostas de reuso de recursos hídricos. O fluído produzido por aparelhos de ar condicionado é imprópria para o consumo humano, porém sua aplicação é viável em ações auxiliares. **Objetivo:** Calcular a quantidade de água produzido pelo total de 375 aparelhos de ar condicionado localizados na FIP MOC e calcular o valor em reais que será possível economizar com a utilização da água produzida pelos aparelhos de ar condicionado. **Método:** Para isso, realizou-se estudos do caráter indutivo e dedutivo, exploratório e explicativa, com abordagem quali-quantitativa. Trata-se também de uma pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo com a realização da coleta da quantidade de fluído produzida por cada aparelho de ar condicionado e cálculos baseados na utilização dos ares condicionados. **Resultados:** Foi realizada a coleta da quantidade de água produzida por cada ar condicionado obtendo como resultado de 1.125 litros de água produzida diariamente, obtendo no final do mês uma média de 33.750 litros de água. **Conclusão:** Com base nos resultados obtidos, conclui-se que a drenagem da água produzida pelos aparelhos de ar condicionado para um reservatório é de grande importância, pois atualmente esta água é descartada de forma precária causando danos nas paredes e estruturas pela qual é escoada. Sua reutilização irá ofertar economia financeira no valor da conta de água da instituição devido ao valor gerado de água e também contribuirá para a sustentabilidade deste recurso hídrico, sendo esta localizada em uma região onde a escassez de água é um risco para o desenvolvimento social.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Reaproveitamento de água. Economia. Água gerada por aparelhos de ar condicionado.

### REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA PROVENIENTE DE LAVA-JATOS

AGUIAR, Anna Paula; BARBOSA, Diego Zuba; BARBOSA, Glaicon Mendes; CARDOSO Tarcísio Ramon; PÊGO, Philipe; SILVA, Paulo Victor Marques; OLIVEIRA, Gilze

**Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo pesquisar e desenvolver ideias com intuito trabalhar com o aproveitamento da água em diversas ocasiões. **Método:** A pesquisa a ser realizada, é classificada como uma pesquisa do tipo documental e também pesquisa de campo, que foi coletado informações em relatórios, e questionamentos sobre o desperdício de água nas cidades. No primeiro momento foi definido o tema do trabalho, levantado as hipóteses básicas e objetivos, sendo eles gerais e específicos, relacionados aos temas da pesquisa, foram também realizados debates sobre o assunto entre a equipe, discussões em sala de aula e levantando estudos, pesquisas e artigos relacionados ao tema. **Resultados:** Foi detectado um grande desperdício de água nas estruturas dos Lava-Jatos em geral e buscamos e pesquisamos uma solução viável e simples para correção do problema. **Conclusão:** Com o desperdício de água sendo um dos fatores dos problemas ambientais, O desperdício de água é derivado do mal-uso desse recurso e do consumo industrial, comercial, residencial ou agrícola. Identificamos um grande desperdício em Lava-Jatos onde foi identificado que os estabelecimentos não reaproveitavam a água usada para enxague, quantidade de água considerável que poderia ser aproveitada para diversos outros usos pelo mesmo estabelecimento. Elaboramos um projeto eficiente e de baixo custo que visa tratar a água usada nas lavagens de automóveis em Lava-Jatos para ser reutilizada em novas lavagens e outras varias aplicações.

**Palavras-chave:** Reaproveitamento. Água.

## RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA MEDIANTE AVERBAÇÃO DIRETAMENTE NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA PESSOA NATURAL

BARBOSA, Thayana Sthefany Pereira<sup>1</sup>; NUNES, Jéssica Caroline Araújo<sup>1</sup>; PEDROGA, Fernanda Rocha Gomes<sup>1</sup>; ROSÁRIO, Jonathan David Dias do<sup>1</sup>; SANTOS, Igor Francisco dos<sup>1</sup>; SOUZA, Ana Flávia Loyola Antunes Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do curso de Direito das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente do curso de Direito das FIPMoc

**Introdução:** Na contemporaneidade, o vínculo familiar não está ligado somente a consanguinidade, mas também a afetividade. Por intermédio da filiação socioafetiva, tornou-se possível o reconhecimento voluntário, levando em consideração o interesse do filho, ainda que não exista vínculo biológico, reconhecimento por meio de averbação diretamente no Cartório de Registro Civil da Pessoa Natural, conforme estabelece o Provimento nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Objetivo:** Objetivasse, assim, a presente pesquisa, analisar o reconhecimento voluntário da filiação socioafetiva mediante averbação no Cartório de Registro Civil da Pessoa Natural. **Método:** Empregou-se no desenvolvimento desta análise, o método dedutivo mediante procedimento exploratório bibliográfico documental. **Resultados:** Verificou-se que, em face das modificações ocorridas na sociedade nas últimas décadas, fundamental se fez reconhecer a filiação socioafetiva, consubstanciada no tratamento isonômico aos filhos, na dignidade da pessoa humana e na efetiva proteção integral da criança e do adolescente. **Conclusão:** Constatou-se que, na aceitação e comparação da paternidade biológica e da paternidade socioafetiva, deve-se atentar que família é aquela que melhor transmite o princípio da dignidade humana e solidariedade, o que possibilita o reconhecimento da filiação socioafetiva extrajudicial.

**Palavras-chave:** Filiação Socioafetiva. Reconhecimento Socioafetivo Voluntário. Averbação. Cartório de Registro Civil da Pessoa Natural.

## RECUPERAÇÃO DE UM EIXO VIRABREQUIM COM SOLDAGEM

NUNES, Aline Mariana Santos<sup>1</sup>; SILVA, André Gonçalves da<sup>1</sup>; ALMEIDA, Harley da Silva<sup>1</sup>; NOGUEIRA, Leonardo Alves<sup>1</sup>; MARTINS, Wolmer Aguiar<sup>1</sup>; GILZE, Oliveira<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O eixo virabrequim é um dos componentes mais importantes de um veículo automotor. Localizado na parte interna de um motor de combustão, recebe uma força através das bielas, que por sua vez, estão conectadas aos pistões. Essa força produzida através de ciclos termodinâmicos é transformada em momento. O eixo virabrequim está então, sujeito a vários tipos de impactos e desgastes, que com o tempo causam a sua inutilização. A soldagem a arco elétrico com eletrodo revestido tem como princípio a utilização de calor de um arco elétrico mantido entre duas estruturas metálicas, sendo a extremidade de um eletrodo revestido e o metal de base. Esse tipo de soldagem é o mais utilizado, sendo feito na maioria dos metais. A soldagem a arco elétrico torna – se, portanto, uma boa opção para a recuperação de um virabrequim. **Método:** Foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, onde primeiramente foi necessário realizar um estudo de campo para analisar a viabilidade de recuperação de um eixo através do processo de soldagem e o seu consequente tipo a ser realizado. Levando – se em consideração as características mecânicas de uma peça nova, analisou-se principalmente o custo do processo, a disponibilidade dos laboratórios e a qualidade final. Optou – se então, pela utilização do processo de soldagem a arco elétrico com eletrodo revestido para a recuperação da peça. Primeiramente foi adquirido um virabrequim desgastado que seria descartado. As medidas foram retiradas e então comparadas com as de um eixo novo, onde posteriormente foi feito o cálculo da quantidade de material que deveria ser depositada. A peça foi então soldada com as devidas variáveis necessárias. Após o término da soldagem, iniciou – se o torneamento para a retirada do excesso de material depositado. Em todas as etapas foram feitas as devidas medições das dimensões. Para finalização, a peça foi mandada para uma retífica. Para medir a dureza, foram realizados ensaios na escala Brinell. **Resultados:** O eixo virabrequim foi recuperado com êxito, utilizando-se soldagem a arco elétrico com eletrodo revestido. O tempo gasto para soldagem, torneamento e retífica mostrou – se hábil. Todo o processo demandou um baixo custo, comparando-se inicialmente a outros processos de soldagem e ao preço de uma peça nova. As amostras apresentaram uma dureza na escala Brinell ligeiramente superior à medida em um eixo novo. **Conclusão:** É possível a recuperação de um eixo

virabrequim desgastado. A recuperação do virabrequim mostrou – se viável, analisando – se principalmente os custos, a qualidade da peça e o tempo gasto. Atualmente, com a necessidade de reciclagem e de economia de recursos naturais, o processo demonstrou ser altamente sustentável.

**Palavras-chave:** Eixo Virabrequim. Soldagem. Torneamento.

### **RECYCLABLE CAN COMPACTOR (RCC): COMPACTADOR DE LATAS DE ALUMÍNIO**

FERREIRA, Lucas Gabriel Neves<sup>1</sup>; FIGUEIREDO, Carlos Augusto Souza Caldeira.<sup>1</sup>; DIAS, Fábio Manoel Leite<sup>1</sup>; BORGES, Reivaldo Dias<sup>1</sup>; MENDES, Yann Almeida<sup>1</sup>; CARDOSO, Vítor de Paula Carneiro<sup>1</sup>; RIBEIRO, Ana Gabriela Gonçalves<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Brasil é um dos líderes em reciclagem de alumínio no mundo. Diferentemente de outros metais, o alumínio tem a capacidade de ser reciclado inúmeras vezes, sem perder sua qualidade no processo de reciclagem, além de promover a manutenção ambiental, economia de energia, e de exercer um papel multiplicador na cadeia econômica. Apesar disso, ainda são poucas as empresas e pessoas que sabem do potencial da reciclagem de alumínio e de outros materiais. **Objetivo:** Desenvolver um amassador de latas de alumínio que promova benefícios ambientais e sociais no processo de reciclagem, e que gere engajamento dos públicos envolvidos (cidadãos, associações, empresas). Neste caso, desenvolveu-se o *Recyclable Can Compactor* (RCC), produto composto por um sistema simples e prático de compactar latas de alumínio. Através de uma alavanca, pode-se amassar até três latas por vez, sem exigir muito esforço do usuário. O produto é ainda equipado por um contador de unidades amassadas, que proporciona ao usuário uma recompensa por sua utilização, como brindes e produtos oferecidos pelos estabelecimentos que tenham o RCC instalado. **Método:** Trata-se de uma pesquisa documental e experimental, com abordagem quantitativa, onde foram realizados estudos sobre a aplicação de forças que o produto poderia receber, juntamente à força necessária para que o produto esteja habilitado a amassar até três latas de uma só vez. **Resultados:** Foi feito o cálculo de cisalhamento dos pinos de fixação e junção do produto para compreender melhor que tipo de material deveria ser utilizado (MELCONIAN, 2006). Lançou-se mão também de técnicas de programação para associar o dispositivo contador de unidades ao compactador, utilizando o Arduino e três sensores de presença, com o código programado para reconhecer as informações dos sensores e retornar como recompensa para o usuário. **Conclusão:** Verificou-se ser possível que o produto possa amassar até três latas de alumínio e, atrelado a um sistema de contagem, gera uma gratificação ao usuário que o utiliza e, possivelmente, pode despertar nele algum engajamento. Dessa forma, o uso do RCC pode apresentar benefícios ambientais, sociais e econômicos a todos os sujeitos que fazem parte do processo, seja o cidadão comum, os estabelecimentos que possuem o produto, e os catadores.

**Palavras-chave:** Compactador de latas. Alumínio. Reciclagem.

### **REFERÊNCIA:**

MELCONIAN, Sarkis. **Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais**. 17. ed. São Paulo: Érica, 2006. 360 p.

### **REDUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO ATRAVES DA QUALIDADE DE ENERGIA**

LIMA, Lucas Freire <sup>1</sup>; RUAS, Julio Henrique Silveira <sup>1</sup>; VERSIANI, Andréa Maria Oliveira<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Com o grande avanço da tecnologia e a renovação de equipamentos e máquinas dentro das indústrias, o consumo de energia aumenta de forma significativa e com isso pode trazer consigo consumos indevidos causados pelos fenômenos da qualidade de energia, tais com harmônicos, variações de tensão e outros. Desta forma podemos optar pela melhoria na qualidade de energia, seja empregando filtros para resolução de problemas, divisão e melhorias nos circuitos, ou até mesmo implantação de sistemas de energia ininterrupta, tais como DVR e UPS, para evitar partidas desnecessárias em grandes equipamentos, picos de energia e até mesmo atuar na falta de energia com o banco de baterias. **Objetivo:** Visando a redução do consumo energético será realizada a implantação de filtros e equipamentos para a eliminação

dos fenômenos da qualidade de energia. **Métodos:** Após a pesquisa bibliográfica em artigos publicados em congressos nacionais de energia e tecnologia, foi decidido que será realizada a verificação da qualidade de energia através do analisador de qualidade de energia para a implantação de cada equipamento específico para a resolução de cada efeito registrado no analisador. **Resultados:** Redução do consumo de energia dentro das grandes indústrias, melhorando assim o funcionamento dos equipamentos. **Conclusão:** A partir da análise dos efeitos da qualidade de energia e da implantação dos equipamentos para eliminação dos mesmos, podemos perceber uma diminuição de custos com energia, além da melhoria no funcionamento dos equipamentos, pois os equipamentos em operação com estes fenômenos podem não entregar seu trabalho com boa performance.

**Palavras-chave:** Qualidade de energia. Harmônicos. UPS. Variações de tensão.

## REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

ALMEIDA, Jéssica Camila Ferreira <sup>1</sup>; PINTO, Ludmilla Souza<sup>1</sup>. RODRIGUES, Danielle Silva<sup>1</sup>,  
GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>DiscentesFIPMoc; <sup>2</sup> DocenteFIPMoc

**Introdução:** A constitucionalização do Direito Civil consiste em uma nova hermenêutica de seus institutos conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988(CRFB/88). O processo de elevação ao plano constitucional dos princípios fundamentais civilistas visa orientar as relações entre particulares objetivando o bem comum e a valorização da dignidade da pessoa humana. **Objetivo geral:** O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos jurídicos da constitucionalização do Direito Civil na tutela das relações privadas. **Metodologia:** Para alcançar o objetivo deste trabalho a pesquisa foi classificada como exploratória de natureza qualitativa, utilizando como procedimento técnico de coleta de dados a pesquisa bibliográfica para abordagem o método dedutivo. **Resultados:** Verificou-se que o Código Civil de 1916 foi diretamente influenciado pelo Código Civil Francês de 1804 no que tange ao individualismo e importância da autonomia privada das relações, influenciado por fatores políticos e econômicos, correlacionados com capitalismo no Brasil, no início do século XIX, paradigmas rompidos com a promulgação da CRFB/88, instaurando-se o Estado Democrático de Direito. Amplamente democrática e liberal, garantindo direitos aos cidadãos e direcionando atribuições econômicas e assistenciais ao Estado, a CRFB/88 é considerada fundamental para a consolidação da democracia no país. Por conseguinte, a CRFB/88 elencou entre seus fundamentos a valorização da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho, objetivando construir uma sociedade mais justa, reduzir desigualdades sociais promovendo o bem social, sistema que visa garantir o respeito às liberdades civis, direitos humanos e garantias fundamentais, através de proteção jurídica. Percebe-se que a CRFB/88 desalinhou a regulamentação civil existente no CC/16, marcado pelo patriarcalismo, conservadorismo e individualismo, surgindo nas relações privadas a necessidade de se guiar pela hermenêutica, interpretando-se a legislação aos preceitos constitucionais. Somente em 2002 entrou em vigor o Código Civil de 2002 (CC/02), que se alinhou às questões sociais, de proteção a dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho, balizando entre três princípios fundamentais: Princípios da Socialidade, Eticidade e Operabilidade. O princípio da Socialidade enseja superar o caráter individualista do Código anterior, valorizando o coletivo em detrimento do individual. O Princípio da Eticidade estabelece a busca dos valores éticos em detrimento ao formalismo jurídico. Por fim, o Princípio da Operabilidade busca estabelecer soluções normativas, ou seja, uma ferramenta do legislador, que busca facilitar a interpretação e aplicação da norma. **Conclusão:** Conclui-se que a constitucionalização do direito civil influi diretamente nas relações particulares, delimitando a autonomia privada sob a égide do bem coletivo e da dignidade da pessoa humana. O contrato se vê contornado pela função social, os negócios jurídicos de maneira ampla são abarcados pela boa-fé objetiva e no âmbito familiar os cônjuges e filhos passam a ser considerados iguais. Percebe-se, pois que a releitura do Direito Civil à luz da axiologia da CRFB/88 de modo a restaurar a unidade do sistema jurídico, se pauta em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, sob as perspectivas de efetivação de direitos e garantias fundamentais.

**Palavras-chave:** Constitucionalização. Dignidade. Civil. Direito.

## REFLEXÕES SOBRE AS SOLUÇÕES PARA OBSTÁCULO ECONÔMICO AO ACESSO À JUSTIÇA

ROSA, Martina Andrade<sup>1</sup>; BRITO, Bianca da Silva<sup>1</sup>. GABRICH, Lara Maia Silva<sup>2</sup>.  
1Discentes FIPMoc; 2Docente FIPMoc

**Introdução:** O acesso à justiça é um direito fundamental, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), também conhecido como princípio da inafastabilidade da jurisdição. No entanto, em que pese o amplo acesso, o cidadão encontra diversos obstáculos para exercer seus direitos, dentre os quais o fator econômico é o mais evidente. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as possíveis soluções para superação do obstáculo econômico ao acesso à justiça. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica. Os dados foram coletados nas bases de dados online SciElo, Google Acadêmico, em doutrinas e legislação pertinente ao tema. **Resultado:** Verificou-se que o acesso à justiça é um direito fundamental atribuído a todo indivíduo e assegurado pelo ordenamento jurídico, sendo a CRFB/88 contextualizada em um Estado Democrático de Direito, tendo como um dos princípios norteadores e fundamentais da República a dignidade da pessoa humana. No entanto, muitos são os obstáculos presentes no acesso ao Poder Judiciário, o qual se tornou moroso e ineficaz para satisfação dos interesses, o que acarreta impactos no meio social, trazendo prejuízos aos cidadãos. Dentre os obstáculos ao acesso à justiça, verificam-se os altos custos para arcar com honorários advocatícios e custas processuais. Tal demora tem como efeito os índices de inflação, que podem ser devastadores. A demora, por sua vez, aumenta os custos para ambas as partes, fazendo com que aqueles que são economicamente fracos, abandonem as causas ou aceitem um acordo inferior ao que lhe era de direito. (CAPPELLETTI, 2002). Outro fator que influencia tal ineficácia é a longa duração do processo, a falta de informação dos cidadãos acerca dos próprios direitos. Deve-se aduzir ainda, que se faz necessário meios que facilite o acesso de tal princípio, de modo a reduzir as dificuldades e afastar a miserabilidade dos agentes, pois tal ineficiência os impede de solucionar seus conflitos, e dessa forma poderão exercer de forma eficaz a cidadania social, afastando não só a miserabilidade, mais também reduzindo a descrença no judiciário e gerando uma maior produtividade. **Conclusão:** Concluiu-se que, o acesso à justiça, um princípio fundamental assegurado ao indivíduo não está sendo devidamente efetivado, destarte, com o intuito de abandonar a miserabilidade que impede os agentes de efetivarem um acesso à justiça justo, ressaltar-se-á as medidas alternativas para resolução de conflitos, tais como a mediação, a conciliação, negociação e hodiernamente as Defensorias Públicas que tem como finalidade, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes, não tendo, portanto, lesão ou ameaça a direito.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Obstáculos. Solução alternativa de conflito.

### REFERÊNCIA:

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

## REFLEXOS DO IMPEACHMENT NO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

QUEIROZ, Maria Fernanda M<sup>1</sup>; CAMPOS, Fagner<sup>2</sup>.  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** No âmbito do Direito das Obrigações, segundo a folha de São Paulo, em que foi examinado o artigo 9º, inciso III, da Lei do Impeachment, com as vastas mudanças ocorridas pela lei 10.028, o impeachment é um processo de suma importância, uma vez que, determina a responsabilidade contra a probidade de administração e não realizam efetivamente a responsabilidade que impõe a seus subordinados, quando expressam em delitos funcionais ou na facilitação dos atos contrários da Constituição. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015). **Objetivo:** Estabelecer à segurança do país, para que evite o abuso de poder, crimes normais ou crimes de responsabilidade. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, onde utilizou-se uma pesquisa bibliográfica. Para a coleta de dados, inicialmente buscou-se fazer uma pesquisa no site da biblioteca das FIPMOC, incluindo estudos publicados em revistas jurídicas. Foram analisadas também a legislação pertinente ao tema, bem como serão considerados textos de doutrinas. **Resultados:** Foi possível identificar que o processo de impeachment pode afetar de forma significativa os membros do Poder Executivo. Dessa forma, ocorre uma perda de mandato por conta de crime de responsabilidade. **Conclusão:** Conclui-se que o impeachment dá ênfase a um assunto de profundo

interesse para a sociedade, adquirindo novas ideias de argumentos e buscando-se novos conhecimentos para o desenvolvimento do indivíduo. O Impeachment envolve o ato do Poder Legislativo destinado a destituir por crime de responsabilidade, uma vez que, o presidente pode impedir o prosseguimento dos paramentos da racionalidade. O direito civil rege sobre prejuízo sofrido pelo lesionado e impõe que há uma restituição a este, como por exemplo, o prefeito que extravia algo do município ele vai ter que restituir o que foi retirado, pois, é algo que pertence ao estado e as pessoas que contribui para o desenvolvimento do país.

**Palavras-chave:** Impeachment. Crime de responsabilidade. Poder Executivo.

#### REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Eugênio Rosa de. **A responsabilidade civil do estado por omissão e suas excludentes.** Revista SJRJ, Rio de Janeiro, v.18, n. 30, p.233-246, abr. 2011.

Folha de São Paulo. **Para entender direito.** São Paulo: 3 fev. 2015.

### REFORMA TRABALHISTA E A MODERNIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

VIDAL, Anna Gabrielle Brandão Alves Silva<sup>1</sup>; SILVA, Camilla Rabelo e<sup>1</sup>; FRAGASSI, Gabriel Amedeo de Souza<sup>1</sup>; XAVIER, Lucas Samuel de Sousa<sup>1</sup>; BARROS; Natália Rocha<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Constituição da República Federativa do Brasil adotou o trabalho como primado básico da ordem social. O constituinte presidiu ao legislador e ao empregador deveres de proteção do trabalhador. Contudo, há de salientar que conforme a sociedade avança, esses deveres também avançam, reclamando normas que regulem os interesses e direitos da classe trabalhadora. **Objetivo:** A presente pesquisa tem como objetivo relacionar a modernização do trabalho com os Direitos Fundamentais do trabalho, conjuntamente à reforma trabalhista na perspectiva do Direito Constitucional. **Método:** Foi utilizado o método bibliográfico e documental, assim como doutrinas de matéria constitucional, sendo abordados os direitos fundamentais do trabalho em consonância com a modernização trabalhista. **Resultados:** Foi verificado que a Constituição buscou a adequação às novas formas de trabalho emergidas no mundo moderno, é o caso do inciso XXXIV, do artigo 7º, que assegura a "igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso". No mesmo sentido, a Emenda Constitucional 72/2013 estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais urbanos e rurais, assegurando-lhes salário mínimo, irredutibilidade do salário, décimo terceiro salário, entre outros direitos. As condições dignas de trabalho são direito social e fundamental garantido pela Constituição. As relações de trabalho são de dois tipos: individuais ou coletivas. No entanto, por muito tempo priorizou-se a relação de trabalho individual, a qual foi a grande deficiência do sistema constitucional brasileiro. **Conclusão:** A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os Direitos Fundamentais do trabalho como espécie dos direitos sociais, requerendo ao estado proteger a classe operária em face do grande avanço da tecnologia. Dessa forma, a Constituição deixa explícito ao legislador ordinário em seu artigo 7º, XXVII, a importância de se criar leis que visem condições de defesa do trabalhador diante da modernização. Ademais, conclui-se que, na ideia de dever do legislador normatizar as atividades laborais conforme a alteração no espaço e no tempo, surge a reforma trabalhista por meio da Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, alterando boa parte da CLT. Entretanto, a reforma se tornou alvo de críticas, como por exemplo, as matérias incluídas pelos seus artigos 59-A, 443, § 3º cumulado ao artigo 452-A.

**Palavras-chave:** Constituição. Reforma Trabalhista. Trabalho.

## REFORMA TRABALHISTA E O DANO EXTRAPATRIMONIAL

ALBUQUERQUE, Ana Victória Gonçalves<sup>1</sup>; SILVA, Annyelle Fernanda Rosa<sup>1</sup>; FERNANDES, Gláucia Rejanny Teixeira<sup>1</sup>; BARRETO, Karolina Duarte<sup>1</sup>; SILVEIRA, Lara Sabrina Fernandes<sup>1</sup>; CAMPOS, Fagner<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A Lei nº 13.467 de 2017, conhecida como reforma trabalhista, alterou, significativamente, diversos dispositivos da CLT e introduziu outros. Um dos dispositivos novos introduzido foi o dano extrapatrimonial. **Objetivo:** Identificar as principais mudanças no que tange à indenização civil decorrente das relações laborais. **Método:** Empregou-se pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica na coleta dos dados. **Resultados:** A reforma, além de modificar vários dispositivos da CLT, também introduziu dispositivos novos, como o Título II-A que disciplina acerca do dano extrapatrimonial nas relações de trabalho. Esse dano surge quando uma agressão a um direito causar um dano que extrapola o dano material, sujeitando, assim, o infrator, ao pagamento de uma composição pecuniária à vítima. A reforma introduziu os artigos 233 (A, B, C, D, E, F e G). Para Simão (2018) a reforma da CLT, trouxe coisas óbvias, que consistem em lugar comum (artigos 223 A, B, C, D e F) quando praticamente copia o que diz o Código Civil. Mas a regra contida no art. 223 E, na parte final, altera substancialmente a questão da reparação do dano quando *rompe com a regra da solidariedade* e o dever de reparar passa a ser uma obrigação divisível. Segundo Carvalho (2017) o art. 223-G, § 1º é inconstitucional, pois afronta o artigo 5º, caput, da nossa Constituição. Para ela quando o legislador tarifou as ofensas de cunho moral em razão da remuneração recebida pela vítima, ele feriu um direito garantido pela nossa Constituição de que todos são iguais perante a lei. Trindade (2017) complementa dizendo que essa vinculação da indenização ao salário do ofendido passa a ideia de que a dor espiritual do trabalhador é proporcional ao valor de seu salário: quanto mais pobre, menor o sofrimento e mais baixo o ressarcimento cabível. **Conclusão:** A reparação do dano extrapatrimoniais resultante de ofensas decorrentes da relação laboral já era possível, através de normas do Direito Civil, o que mudou após a reforma trabalhista é que essa possibilidade agora encontra-se positivada expressamente na CLT. Logo os envolvidos, nessa relação, encontrarão apoio no próprio Direito do Trabalho. Entretanto, embora o direito de indenização não seja algo novo, a reforma inovou ao criar categorias de danos e suas tarifações. Essa parte da reforma está sofrendo críticas por parte dos doutrinadores, e também, pelos aplicadores do Direito. Por se tratar de inovação, será necessário muita discussão sobre o tema para se chegar em um consenso que traga satisfação aos interessados.

**Palavras-chave:** Reforma trabalhista. Dano extrapatrimonial.

### REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Tereza Sandre. A inconstitucionalidade do novo art. 223-G, § 1º da CLT. 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI264739,101048-A+inconstitucionalidade+do+novo+art+223G+1+da+CLT>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

SIMÃO, José Fernando. Reforma Trabalhista. Dano extrapatrimonial: dano moral, estético e existencial? 2018. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/534390712/reforma-trabalhista-dano-extrapatrimonial-parte-4>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

TRINDADE, Rodrigo. Reforma trabalhista – 10 (novos) princípios do Direito Empresarial do Trabalho. Porto Alegre-RS, 2017. Disponível em: <<http://www.amatra4.org.br/79-uncategorised/1249-reforma-trabalhista-10-novos-principios-do-direito-empresarial-do-trabalho>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

## REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

ARAÚJO, Dalila Aparecida Teixeira de<sup>1</sup>; CAIRES, Alice Campo<sup>1</sup>; CARVALHO, Vitória Francini Pereira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Alexandre Silva<sup>1</sup>; RIBEIRO, Maria Paula Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Consolidação das Leis Trabalhistas vivenciou alterações com a Reforma Trabalhista, com o advento da Lei nº 13.467/2017, cuja qual proporcionou não só impactos nas relações de emprego, como também flexibilização das relações trabalhistas. Discorrerá os impactos que a Reforma Trabalhista causará no âmbito do Direito e no nosso país. Irá ser falado sobre os Direitos Fundamentais, Controle de Constitucionalidade, Direitos sociais relativos aos trabalhadores, correlacionado com a modernização trabalhista, trazendo pontos de vistas e opiniões de alguns autores de alta relevância e domínio neste assunto. **Objetivo:** A pesquisa tem como fundamento o intuito de identificar as principais mudanças da Reforma Trabalhista no que tange à indenização Civil decorrente das relações laborais após o encerramento do contrato de trabalho. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrina e legislação pertinente. **Resultados:** Com o advento da Reforma trabalhista pode-se arrazoar muitas foram as alterações acarretadas pela Lei n. 13.467/2017, dita Reforma Trabalhista. Mais de 100 (cem) artigos contidos na CLT (consolidação das leis trabalhistas) sofreram alterações que causaram e ainda vem causando impacto direto nas relações de trabalho e de emprego. Essas alterações são alvos de críticas e elogios, há quem seja contra e quem seja a favor, mas mesmo com opiniões divergentes, as mudanças passaram a valer, com a finalidade de melhorar os meios de trabalho do país. A reforma foi necessária porque constitui uma adaptação as condições sociais, econômicas e contratuais do nosso país, que sofreu e ainda sofre grandes prejuízos de uma crise financeira, social e econômica intensa. **Conclusão:** No com texto que envolve a reforma trabalhista, é possível afirmar que as alterações acrescidas pela Lei 13.467/17 à CLT, os Direitos Sociais se ligam ao direito da igualdade. A essência dos Direitos Sociais consiste no intuito de garantir o princípio da dignidade da pessoa humana, mitigando, na medida do possível, as desigualdades existentes em uma sociedade complexa e plural.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhistas. Alterações. Lei. Constituição.

## REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

MACHADO, Ana Caroline Vieira<sup>1</sup>; CARDOSO, Janete Cláudia Leite<sup>1</sup>; CALDEIRA JÚNIOR, Lourival Gonçalves<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Maria de Fátima<sup>1</sup>; SILVA, Mariana Rodrigues<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os direitos sociais do trabalhador sempre foram amplamente respeitados e valorizados, assim como os direitos fundamentais do trabalho. Com a modernização trabalhista parece haver a mitigação destes direitos, com redução do acesso do trabalhador a justiça, dentre outros. **Objetivo:** O objetivo deste resumo é relacionar a modernização trabalhista com os direitos fundamentais do trabalho. **Método:** Foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema, a fim de levantar os principais aspectos a serem relacionados. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória documental e de revisão bibliográfica. **Resultados:** O grande desafio para implementação de qualquer espécie de direito fundamental é o orçamento do governo já que, segundo Novelino (2008), o custo cada vez mais oneroso e a escassez de recursos orçamentários dificultam a concretização em níveis desejáveis e impõem escolhas de prioridades definidas pelo legislativo. A Lei nº 13.467/2017 instituiu a denominada “Reforma Trabalhista”, que altera a lei trabalhista brasileira e traz novas definições sobre férias, jornadas de trabalho e outras questões. Apesar das alterações na lei trabalhista, a Constituição Federal oferece segurança jurídica garantindo por meio de leis os direitos do cidadão brasileiro, inclusive o direito ao trabalho embasados no seu art.7º. De acordo com Novelino (2008), os direitos sociais abordados no art.6 da CF estão consubstanciados em normas principiológicas a serem cumpridas na maior medida possível, de acordo com as circunstâncias fáticas e jurídicas existentes. Com essa afirmação fica claro que independente das alterações sofridas por essa reforma, a manutenção dos direitos sociais são garantias constitucionais. A lei não previa acordos específicos, mas eles eram considerados se houvesse entendimento entre empregador e empregados. Mesmo assim, a Justiça poderia barrar os que não favorecessem os trabalhadores. De acordo com esse novo texto, o negociado entre patrão e empregado vale sobre o legislado, o que poderia gerar abusos sobre os direitos fundamentais do trabalhador. **Conclusão:** A reforma trabalhista trouxe diversas alterações que afetam alguns direitos sociais como Férias, jornada de trabalho, remuneração e também o direito a associação profissional ou sindical. No entanto, no que tange as questões relacionadas aos direitos sociais

e inconstitucionalidades, as autoridades administrativas, os tribunais superiores e a Justiça do Trabalho, continuarão a agir da mesma forma, quando, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão pela jurisprudência, por analogia, equidade e outros princípios e normas gerais de direito do trabalho e de acordo com os usos e costumes e o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público e a constituição federal.

**Palavras-chave:** Constitucional. Direitos sociais. Trabalho. Reforma.

### REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ARAÚJO, Ingrid Fernanda Mota Gontijo Ataíde<sup>1</sup>; FERREIRA, Paulo Emanuel Marques<sup>1</sup>; MACEDO, Leandro Felipe Peixoto<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Jéssica Revert de Souza<sup>1</sup>; PEREIRA, Lorena Izabel Rodrigues<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>2</sup>.  
Discentes das FIPMoc<sup>1</sup>; Docente das FIPMoc<sup>2</sup>.

**Introdução:** A análise do Direito do Trabalho não deve ser efetuada de forma isolada, já que é tido, primeiramente, como um direito social fundamental aos cidadãos à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representada como sendo o topo da hierarquia das normas jurídicas, da qual se confere o fundamento e eficácia das demais regras existentes no país. A Constituição de 1988 transcreve os direitos mínimos e indispensáveis ao trabalhador, chamados de direitos sociais, que são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, para a melhoria de vida dos hipossuficientes. Especificadamente nos artigos 6º ao 11º, reúnem-se disposições bases sobre o Direito do Trabalho, que são irrenunciáveis e preservadores da dignidade humana. **Objetivo:** O presente estudo procura relacionar a modernização do trabalho com os direitos fundamentais do trabalho, garantidos pela Constituição Federal de 1988. **Método:** A pesquisa será qualitativa com abordagem exploratória. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Atualmente, o país passa por uma crise nas relações de trabalho, provocada principalmente pelas mudanças geradas pelo processo de globalização, grande quantidade de desemprego e mundialização da economia seguida por sua crise. Com as mudanças, a CLT foi reformulada de acordo com a Lei 13.467/17, que propôs uma flexibilização e em alguns casos, a revogação de direitos nas relações de empregado e empregador. Existem opiniões diversas sobre esse assunto entre os setores empresariais e os sindicatos, relacionadas à eficácia na atividade econômica e geração de empregos, já que o primeiro atingido pela necessidade de redução de custos, foi o trabalhador, e como exemplo negativo, podemos citar a terceirização, que vai de encontro com a Constituição, pois sonega do trabalhador o vínculo empregatício permanente, e viola o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, porque permite remunerações diferentes aos trabalhadores que realizam a mesma função. Já as opiniões favoráveis à reforma, defendem a flexibilização da legislação trabalhista de acordo com o momento econômico, sendo a adaptação das normas à realidade social, uma forma de amenizar o retrocesso da economia e a diminuição do desemprego. **Conclusão:** Pode-se concluir, que a lei 13.467/17, traz consideráveis alterações às relações de trabalho. Em resumo, a reforma trabalhista realmente é necessária, no entanto, a dúvida de, se os pontos abordados na lei realmente atenderão à sua finalidade ou causarão efeito adverso e se alguns itens são ou não inconstitucionais, persistem dentre todas as classes envolvidas.

**Palavras-chave:** Constituição. Direito social fundamental. Flexibilização do trabalho.

### REFORMA TRABALHISTA NOS CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO REFERENTE AOS INSTITUTOS DA JORNADA DE TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO

ARAÚJO, Dalila Aparecida Teixeira de<sup>1</sup>; CARVALHO, Vitória Francini Pereira<sup>1</sup>; CAIRES, Alice Campos<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Alexandre Silva<sup>1</sup>; RIBEIRO, Maria Paula Oliveira<sup>1</sup>; LOPES, Luís Roberto<sup>2</sup>  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Consolidação das Leis Trabalhistas vivenciou alterações com a Reforma Trabalhista, com o advento da Lei nº 13.467/2017, cuja qual proporcionou não só impactos nas relações de emprego, como também flexibilização das relações trabalhistas. **Objetivo:** A pesquisa tem como fundamento o intuito de identificar as principais alterações da Reforma Trabalhista nos institutos da jornada de trabalho e terceirização. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos científicos, doutrina e legislação pertinente, incluindo artigos da internet por se tratar de tema novo. **Resultados:** Com o advento da Reforma trabalhista pode-se as alterações na terceirização e

jornada de trabalho. No contrato individual perpassam os benefícios para o empregado, chegando ao empregador, visto que o objetivo da reforma é regulamentar essa forma de trabalho, que até então era vista muitas vezes como trabalho autônomo, omissa de leis para regê-lo, no tocante a jornada de trabalho observa-se que houve uma possibilidade de negociação entre empregado e empregador, como o horário de almoço que até então não poderia ser inferior a uma hora, de maneira que possa beneficiar ambos. **Conclusão:** No contexto que envolve a reforma trabalhista, é possível afirmar que as alterações acrescentadas pela Lei 13.467/17 à CLT é notório, todavia que por se tratar de algo tão novo, caiba ainda muitos estudos para formular uma opinião concreta, o que não deixa de ficar claro a necessidade da reforma. Observou-se também que há grandes divergências quanto a reforma trabalhista ser benéfica ou não, tanto do ponto de vista do empregado quanto do empregador.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista. Alterações. Lei.

## RELAÇÃO BIDIRECIONAL ENTRE DIABETES MELLITUS E DEPRESSÃO

MOTA, Gabrielly Alves<sup>1</sup>; RODRIGUES, João Vítor Cordeiro<sup>2</sup>; OLIVEIRA, Amanda Teixeira Duque de<sup>3</sup>; PARAÍSO, Rosa Maria Ruas<sup>4</sup>; BATISTA, Milena Malta<sup>5</sup>; RIBEIRO, Renata Danielle<sup>6</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>7</sup>  
1,2,3,4,5,6 Discentes das FIPMoc; 7 Docente das FIPMoc

**Introdução:** O número de pessoas que convivem com a Depressão e/ou o Diabetes *Mellitus*, no mundo, aumentou significativamente (DALZUCHIO *et al.*, 2015). O Diabetes *Mellitus* é uma doença caracterizada pelo comprometimento do metabolismo da glicose, resultando em hiperglicemia crônica (PETERMANN *et al.*, 2015). A depressão, por sua vez, é um distúrbio psiquiátrico, que pode impactar a vida do paciente numa esfera biopsicossocial (CYBULSKI; MANSANI, 2017). A associação entre as duas afecções, por conseguinte, representa um grave problema de saúde às populações acometidas, devendo, portanto, ser compreendida. **Objetivo:** Realizar uma análise crítica da literatura acerca do Diabetes *Mellitus* e da Depressão, associando os aspectos epidemiológicos, fisiopatológicos, de diagnóstico e de tratamento das duas afecções. **Método:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, utilizando 57 artigos, publicados nos últimos 20 anos, nas bases de dados Scielo, Pubmed, Lilacs e em cartilhas do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Diabetes. **Resultados:** Indivíduos que fazem uso de medicamentos antidepressivos, mulheres e pessoas com diferentes níveis de depressão ou com histórico da doença apresentam maior risco de desenvolver Diabetes *Mellitus* tipo 2. Diabéticos, por outro lado, que não aderem às recomendações dietéticas, tem pouco controle glicêmico, fazem uso de insulina e/ou têm pé diabético apresentam um maior risco de desenvolver depressão. **Conclusão:** Poucas pesquisas abordando a relação entre Diabetes *Mellitus* e Depressão foram encontradas. Os autores estudados, entretanto, concordam que existe uma relação bidirecional entre os aspectos epidemiológicos, fisiopatológicos, de diagnóstico e de tratamento entre as duas afecções.

**Palavras-chave:** Diabetes *Mellitus*. Depressão. Antidepressivos. Glicemia.

## REFERÊNCIAS:

- CYBULSKI, Cynthia Ajust; MANSANI, Fabiana Postiglione. Análise da depressão, dos Fatores de risco para Sintomas depressivos e do uso de antidepressivos entre acadêmicos do Curso de medicina da universidade Estadual de Ponta Grossa. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Ponta Grossa. 2017, 41, 1,92-101.
- DALZUCHIO, Thaís; BONHO, Lucimara; FEKSA, Luciane Rosa; BERLESE, Daiane Bolzan. Relationship between depression and diabetes *Mellitus*. **Revista de Ciências Médicas**, Campinas. 2014, 23,2, 91-99.
- PETERMANN, X. B., *et al.* Epidemiologia e cuidado à Diabetes *Mellitus* praticado na Atenção Primária à Saúde: uma revisão narrativa. **Revista Saúde (Santa Maria), Santa Maria**, 2015, 41, 1, 49-56.

## RELAÇÃO DA FORÇA ABDOMINAL COM HIPERLORDOSE LOMBAR

CÂMARA, Guilherme Oliveira<sup>1</sup>; MEDRADO, Lucas Rocha<sup>2</sup>; MENDES, Patricia Souza<sup>3</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares Moura<sup>4</sup>; QUADROS, Tamires Correa Souza Quadros<sup>5</sup>  
 1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Docente das FIPMoc; 5Discente das FIPMoc

**Introdução:** Aproximadamente a metade do peso corporal encontra-se em equilíbrio sobre a coluna lombar, assim a musculatura da parede abdominal tem um importante papel no equilíbrio dessa região<sup>3</sup>. A flexibilidade e a força/resistência abdominal, quando em níveis adequados, são relacionados a prevenção de alterações posturais e de dor lombar<sup>2</sup>. A coluna adapta-se a morfologia pélvica por meio da lordose lombar tendo como valor fisiológico de 31 a 79 graus, assim quando o ângulo for superior ao fisiológico será identificado uma hiperlordose lombar, normalmente associada a músculos abdominais fracos e anteversão pélvica.<sup>1,4</sup> **Objetivo geral:** Avaliar a relação da hiperlordose lombar com alterações da musculatura da parede abdominal. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura nos principais bancos de dados (SCIELO, PUBMED e LILACS) no período compreendido entre os dias 20 de maio a 24 de maio de 2018, com os descritivos dados da literatura em que relacionava o fortalecimento abdominal, hiperlordose e coluna lombar. **Resultados:** Com o seguinte estudo foi encontrando que além dos músculos abdominais, existem outros fatores que interferem na hiperlordose lombar como o aumento da força e retração dos flexores do quadril (iliopsoas e reto femoral) e paravertebrais lombares (extensores da coluna lombar), pela diminuição da força dos extensores do quadril (glúteo maximo) e abdominais (flexores da coluna lombar) e pela retração dos isquiotibiais. **Conclusão:** Conclui-se que existem outros fatores que interferem na hiperlordose lombar, além do fortalecimento abdominal, assim necessita-se um olhar global com análise de outros segmentos.

**Palavras-chave:** Fortalecimento abdominal. Hiperlordose. Coluna lombar.

### REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J.; FILIPE, F.; MARQUES, E.; SANCHO, J. Hiperlordose lombar. **Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação**. v. 20, n. 2, p. 36-42, 2011.
- LEMONS, A.T.D.; SANTOS, F.R.D.; GAYA, A.C.A.G. Hiperlordose Lombar em Crianças e Adolescentes de uma Escola Privada no Sul do Brasil: ocorrência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro**. V. 28, n.4, p.781-788, abr, 2012.
- PINTO, R.R.; GUERINO, C.D.S.; CONSOLIN, D.B.; CUNHA, A.C.V.D. Relação entre Lordose Lombar e Desempenho da Musculatura Abdominal em Alunos de Fisioterapia. **Revista Acta Fisiátrica**. v. 7, n. 3, p. 95-98, 2000.
- SIQUEIRA, G.R.D.; SILVA, G.A.P.D. Alterações Posturais da Coluna e Instabilidade Lombar no indivíduo obeso: uma revisão de literatura. **Revista Fisioterapia em Movimento**. v. 24, n. 3, p. 557-566, jul-set, 2011.

## RELAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO

BATISTA, Lucas Emanuel Leite<sup>1</sup>; JÚNIOR, Roberto Carlos Marques Teixeira<sup>1</sup>; MAGALHÃES, Mayara Veloso Reis<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Luan Victor de<sup>1</sup>; RODRIGUES, Camila Pereira<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>2</sup>

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Lei 13.467 de 2017 é objeto de diversas discussões no atual cenário jurídico; sua análise no âmbito constitucional faz-se de suma importância, dada a necessidade de atentar-se aos princípios e direitos fundamentais efetivados pela Constituição da República Federativa do Brasil, texto maior que rege toda e qualquer discussão normativa. **Objetivo:** Relacionar a modernização trabalhista com os direitos fundamentais do trabalho na perspectiva do Direito Constitucional. **Metodologia:** Empregou-se pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica na coleta dos dados. **Resultados:** A Constituição de 1988 efetivou um vasto campo de direitos sociais, fruto de toda uma perspectiva histórica, declarando os valores sociais do trabalho como fundamento da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, a maior parte desses direitos trabalhistas encontram-se no artigo 7º da

Constituição. Nota-se, a preocupação quanto a proteção ao trabalhador, pois fica clara a intenção da Constituição em limitar a atuação tanto do legislador como do contratante nas relações trabalhistas, evitando-se assim, arbitrariedades contra o empregado. Quanto aos direitos dos trabalhadores em suas relações individuais de trabalho, estes dividem-se em: direito ao trabalho e garantia do emprego; direitos sobre as condições de trabalho; direitos relativos ao salário; direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador; direitos de proteção dos trabalhadores; direitos relativos aos dependentes do trabalhador; e direito de participação nos lucros e cogestão; todos previstos no artigo 7º da Constituição Federal. Já os direitos coletivos dos trabalhadores, elencados entre os artigos 8º e 11 da Constituição, são os direitos de liberdade de associação profissional ou sindical, o direito de greve, o direito de substituição processual, o direito de participação e o direito de representação na empresa. Assim, observa-se que, a Lei 13.467/2017 dá maior destaque à possibilidade de acordos e convenções coletivas nas relações trabalhistas, o que é reconhecido como direito dos trabalhadores no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal. Porém ressalta-se que os titulares previstos nessa ordem constitucional das convenções e acordos coletivos são os trabalhadores e não os empregadores, não podendo essa negociação coletiva ser fadada em prejuízo dos empregados. **Conclusão:** Conclui-se que deve ser evidenciado a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa quando da relação destes com as questões trazidas pela modernização trabalhista. Os valores sociais do trabalho são fundamentos do Estado, efetivados pela Constituição, que lhe confere proteção em diversos aspectos, possibilitando a modificação de tais dispositivos apenas para sua modernização e ampliação do seu alcance. Qualquer alteração que uma legislação infraconstitucional sofrer deverá respeitar os preceitos constitucionais, sob pena de nulidade das modificações. As mudanças na CLT, embora use-se o argumento de que a Consolidação é anterior à Constituição de 1988, observada a devida receptividade das normas, não deverão contrariar o texto maior.

**Palavras-chave:** Modernização Trabalhista. Direitos Fundamentais. Constituição.

## RELAÇÃO ENTRE ASPECTOS BIOLÓGICOS E EFEITOS PSICOLÓGICOS NA MENOPAUSA

RODRIGUES, Ludmila Guimarães<sup>1</sup>; BICALHO, Maria Cecília Moura<sup>1</sup>; BOK, Maria Thereza Fonseca<sup>1</sup>; ALVES, Rebeca Tatiane de Oliveira<sup>1</sup>; CARDOSO, Anamaria de Souza<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O período da menopausa é a fase no decurso no qual acontece a interrupção da menstruação, ocorrendo aos poucos diminuição do funcionamento dos ovários. Engloba todas as mulheres em um determinado período da vida, diferenciando a forma com que lidam com as mudanças ocorridas, tanto nos aspectos psicológicos, quanto nos aspectos físicos. **Objetivo:** Compreender a relação entre os aspectos biológicos e os efeitos psicológicos na menopausa. **Método:** A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste foi a pesquisa bibliográfica, que consiste em uma exploração da literatura, a qual aborda todas as questões que já são públicas do assunto estudado em questão. Ela reforça a análise dos dados já obtidos e propicia uma nova visão do tema, podendo chegar a novos resultados e conclusões. **Resultados:** Os resultados apresentados nesta pesquisa mostraram que na menopausa a influência vem não só de aspectos biológicos, como também de aspectos ambientais, psicossociais e fisiológicos. É importante ressaltar que o histórico de vida da mulher é muito importante, pois o climatério não está associado com maior incidência de depressão, trata-se de uma fase na qual a depressão pode se manifestar naquelas que já apresentaram algum transtorno do humor. As disfunções hormonais bruscas pelas quais esta passa ao longo da vida (a menarca, a gravidez, a menopausa), interferem no estado psíquico, podendo ser desestabilizador, propiciando alterações de humor (como: irritabilidade, desesperança, ansiedade, desmotivação, sono interrompido durante a noite) e mudanças comportamentais, que intervêm nas relações interpessoais da mulher. Estes múltiplos sintomas podem variar de indivíduo para indivíduo em relação à genética, a modos comportamentais, ambientais e sociais. Assim, como forma de amenizá-los, em determinados casos pode-se utilizar apenas terapias e em outros pode ser feita a inclusão de reposição hormonal estrogênica, pois devido a este hormônio ter efeito direto sobre o SNC, provoca a sensação de bem estar. **Conclusão:** Conclui-se que é fundamental uma maior participação do Estado e das Instituições de Saúde, a fim de disseminar um conhecimento mais realista referente aos efeitos e sintomas da menopausa, realizado de forma acessível a toda a população, pois, apesar de ainda não ser tão discutida no dia a dia, a menopausa e suas peculiaridades são de extrema importância para todos; visto que, está presente de forma direta ou indireta na vida de toda a sociedade. Esse assunto deve ser levado a sério e disseminado; tanto para maior informação, quanto para a melhoria da qualidade de vida das mulheres nessa fase.

**Palavras-chave:** Efeitos Psicológicos. Menopausa. Climatério. Transtorno de humor. Estrogênio.

## RELAÇÃO ENTRE DEMÊNCIA E DEFICIÊNCIA DE VITAMINA B12

TIBÃES, Emily Caroliny Souza<sup>1</sup>; NEVES, Emanuel Messias Felix<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>; ALMEIDA, Pollyana Cecília Carvalho<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Samuel de Paiva<sup>2</sup>OLIVEIRA, Marcos Vinicius Macedo<sup>3</sup>

1 Discente do curso de Medicina da FUNORTE; 2Discente do curso de Medicina UNIMONTES; 3Docente do curso de Medicina das FIPMoc

**Introdução:** A demência é caracterizada por um declínio na memória relacionado ao déficit cognitivo que influencia diretamente na independência do indivíduo, haja vista a perda da capacidade de realizar suas funções diárias. Os principais sintomas são a perda de memória, confusão, apatia e mudanças de personalidade. Quanto aos fatores de risco incluem o envelhecimento, hereditariedade, cirurgias que envolvam gastrectomia total ou parcial, hipertensão arterial, diabetes mellitus e a deficiência de vitamina B12(B12). Esta, é importante para o metabolismo dos folatos, fundamentais na síntese de DNA e o processo de metilação ou remetilação neuronal. Sua deficiência acarreta em uma maior propensão à demência. Dessa forma, vê-se a necessidade de medidas públicas para o diagnóstico precoce da deficiência de B12 para atenuar um dos fatores de risco modificáveis da patologia. **Objetivo:** Analisar na literatura a presença da relação entre a demência e a deficiência de B12, haja vista ser um problema de saúde pública. **Método:** Este é um trabalho de cunho descritivo, desenvolvido a partir de revisão de literatura de artigos disponíveis na plataforma SCIELO, com os descritores “demência”, “vitamina B12” e “deficiência de B12”. Foram selecionados trabalhos publicados entre os anos de 2009 e 2016, somando-se um total de 13 artigos. Após leitura dos títulos, 9 foram selecionados pela relação com o tema desse estudo. Dos 9 resumos, 5 se ajustavam à especificidade deste trabalho, já que apresentavam informações relacionadas à estrutura molecular, manifestações clínicolaboratoriais e funções da vitamina estudada. **Resultados:** A B12 advém da dieta humana através de alimentos de origem animal, bem como ovos, fígado, leite, carnes de porco e galinha. É responsável pelo processo de mielinização neuronal, que propaga os impulsos nervosos com maior eficácia. Sua deficiência resulta no desvio da cascata de produção miélica para a formação do ácido metilmalonil, que inibe a malonil-CoA, através da competição pelo sítio de ligação, interferindo, portanto, na síntese de esfingomielina, acarretando na desmielinização progressiva do neurônio. Na literatura, evidenciou-se relatos de déficits de memória, disfunções cognitivas, transtornos depressivos e demência. Observou-se também a dificuldade do diagnóstico dessa cobalamina, haja vista o quadro assintomático durante vários anos, propiciando o desenvolvimento de problemas cardiovasculares e cerebrais de forma silenciosa; o não estabelecimento de um teste padrão ouro ou a dificuldade do diagnóstico diferencial da anemia megaloblástica, que é tratada como ácido fólico, mascarando a deficiência de B12. Além disso, demonstrou-se uma preocupação relacionada à prevenção, já que não é percebida com facilidade pelos profissionais da saúde, apesar de possuir um tratamento acessível financeiramente. **Conclusão:** Conclui-se que há relação da demência e déficits neurológicos com a hipovitaminose de B12. Portanto, deve-se atentar aos sintomas expressos pelo paciente, realizar os exames laboratoriais, além de descartar diagnósticos diferenciais e realizar o tratamento para atenuá-los, além de preconizar medidas públicas profiláticas, como a prática da educação em saúde, para reverter o déficit de B12.

**Palavras-chave:** Cobalamina. Demência. Hipovitaminose .

## RELAÇÃO ENTRE DIABETES MELLITUS TIPO 2 E ATIVIDADE FÍSICA REGULAR

BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>, TIBÃES, Emily Caroliny Souza<sup>1</sup>, NEVES, Emanuel Messias Félix<sup>1</sup>, LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>, ALMEIDA, Pollyana Cecília Carvalho<sup>1</sup>, BRANDÃO, Jéssica Oliveira<sup>2</sup>, GONÇALVES, Jaqueline Teixeira Teles<sup>3</sup>

1Discente do curso de Medicina da FUNORTE; 2Residente em Saúde da Família pela UNIMONTES; 3Docente do curso de Medicina das FIPMoc

**Introdução:** Diabetes mellitus (DM) é uma doença crônica não transmissível caracterizada pela elevação dos níveis glicêmicos devido a alterações na secreção ou na ação do hormônio insulina, o que reduz a qualidade de vida dos pacientes e aumenta o risco de doenças cardiovasculares. A incidência e prevalência dessa patologia assumem um padrão crescente com repercussões negativas no âmbito da saúde pública em decorrência do sedentarismo, da alimentação inadequada e do envelhecimento populacional. O controle dessa doença possui êxito com a educação em saúde, visando o controle glicêmico, a reeducação alimentar

e um plano de exercícios físicos regulares. O exercício aeróbico regula os níveis lipídicos, já que atua no metabolismo de lipoproteínas, reduzindo os níveis de triglicerídeos e de colesterol total na corrente sanguínea. Além disso, contribui na prevenção e reversão de transtornos vasculares, evitando complicações cardiovasculares, retinopatias e amputação de membros inferiores dos pacientes diabéticos. **Objetivo:** Analisar na literatura a relação entre o controle glicêmico de pacientes que possui DM tipo 2 e a prática de exercícios físicos regulares, visto que trata-se de uma das principais síndromes de evolução crônica de grande impacto na saúde pública do país. **Método:** Este é um trabalho de cunho descritivo, desenvolvido a partir de revisão de literatura de artigos disponíveis na plataforma SCIELO, com os descritores “Diabetes mellitus”, “Diabetes mellitus tipo 2”, “síndrome metabólica” e “educação em saúde”. Foram selecionados 12 trabalhos que se adequam à especificidade temática desse trabalho, publicados entre os anos de 2010 e 2017. Foram excluídos os textos que não estavam completos e disponíveis. **Resultados:** Para o controle glicêmico, a atividade física é eficaz, visto que melhora a sensibilidade a insulina e a tolerância a glicose. É importante ressaltar que os resultados do treino aeróbico são mais evidentes de 12 a 48 horas após cessar a atividade, nesse sentido se o paciente volta à inatividade física, em três a cinco dias, a glicemia volta aos níveis iniciais. Sendo assim, o exercício deve ser realizado preferencialmente de intensidade moderada, com regularidade e, no mínimo, 150 minutos por semana. Ademais, é válido realizar mudanças alimentares, como redução do consumo de carboidratos e de alimentos gordurosos, dando preferência a vegetais e fibras. As mudanças no estilo de vida diminuem os riscos que essa patologia pode desencadear, além de contribuir consideravelmente no controle dislipidêmico, principal responsável pela morbidade e mortalidade dessa doença. **Conclusão:** Diante do estudo, nota-se que a atividade física para controle glicêmico dos diabéticos tipo 2 é efetiva, com resultados ainda melhores quando realizados em consonância aos cuidados alimentares. Diante desse cenário, ressalta-se a importância do incentivo a prática de exercício como estratégia no controle da glicemia e complicações futuras.

**Palavras-chave:** Diabetes Mellitus. Exercício. Glicemia

### RELAÇÃO ENTRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A 3ª ONDA RENOVATÓRIA DE ACESSO À JUSTIÇA PROPOSTA POR CAPPELLETTI E GARTH

SILVA, Annyelle Fernanda Rosa<sup>1</sup>; BARRETO, Karolina Duarte<sup>1</sup>; LOYOLA, Ana Flávia<sup>2</sup>.  
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXXV, bem como o caput do artigo 3º do Novo Código de Processo Civil inscrevem o princípio da inafastabilidade da apreciação do judiciário, conforme o qual " a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito", dessa forma é inegável a importância do domínio jurisdicional para a convivência harmoniosa entre as pessoas, onde não sendo possível conciliar as partes, o juiz deve fazer valer a força da lei ao caso concreto. No entanto, a problemática do acesso à justiça não se trata apenas de possibilitar o acesso ao poder judiciário, e sim de proporcionar o acesso a uma ordem jurídica justa que seriam os meios, métodos, formas e mecanismos mais adequados à resolução dos conflitos, sendo eles dentro ou fora do Poder Judiciário. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre os negócios jurídicos processuais a 3ª onda renovatória de acesso à justiça por Cappelletti e Garth. **Metodologia:** Para que este objetivo fossem atingidos foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica. **Resultado:** Tendo em vista as dificuldades experimentadas pelo aparelho estatal – Poder Judiciário, buscou-se trazer uma outra perspectiva no que diz respeito ao tratamento de conflitos, através de procedimentos que concretizem o acesso à justiça, utilizando-se de métodos democráticos que valorizem a autonomia da parte em buscar uma solução que lhe seja agradável e pertinente à sua realidade, adequando-se dessa forma ao que Cappelletti e Garth chamava de terceira onda de acesso à justiça. A terceira onda teve como objetivo incentivar a busca de meios alternativos e uma série de possibilidades para permitir o acesso ao Judiciário ou até mesmo de soluções extrajudiciais. Com base nisso, surge a figura dos negócios jurídicos processuais como forma de permitir às partes a quebra de alguns métodos ultrapassados no procedimento processual, além de ser uma forma de democracia participativa que visa valorizar a autonomia da vontade, repartindo as direções a serem tomadas pelo processo pelas partes, as quais podem trazer ao litígio um procedimento mais adequado, o que certamente permitirá uma maior rapidez e economia considerável. **Conclusão:** Conclui-se que após a Constituição Federal de 1988 o acesso à justiça tomou contornos transformadores e renovatórios. Tais renovações estão dando continuidade às formulações para a busca de novas alternativas para a resolução de conflitos, buscando uma maior proteção judicial aos hipossuficientes, aos interesses difusos e, especialmente, a flexibilização dos procedimentos judiciais. Assim, os meios alternativos de resolução de conflitos, mostram-se como meios

hábeis à superação da cultura do litígio, e necessária ao desafogamento do poder judiciário, uma vez que a necessidade de se possibilitar o acesso à justiça e propiciar a solução de conflitos têm apontado para uma maior cooperação, composição e possibilidade de negociação, capaz de permitir aos litigantes uma modificação comportamental, com o emprego de técnicas processuais diferenciadas, onde a simplificação dos procedimentos é a alternativa para a solução de demandas.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Judiciário. Negócio Jurídico.

## RELAÇÃO ENTRE UTILIZAÇÃO DO FOTOPROTETOR E O CÂNCER DE PELE

TIBÃES, Emily Carolyni Souza<sup>1</sup>; PINHO, Thainá Lopes<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; VAZ, Thaise Adrielle<sup>1</sup>; NEVES, Emanuel Messias Félix<sup>1</sup>; ASSIS, Katyane Benquerer Oliveira de<sup>2</sup>  
1Discente do curso de Medicina da Funorte; 2 Docente do curso de Medicina das FIPMoc

**Introdução:** O câncer de pele é uma neoplasia maligna, tendo como subclassificação mais frequente o câncer de pele não melanoma (CPNM). O CPNM pode apresentar tumores de diferentes linhagens, o mais frequente é o carcinoma basocelular, é menos agressivo e apresenta baixa mortalidade. Tem como características a não cicatrização de feridas no período de quatro semanas e o sangramento com facilidade, coceira, mudança de tamanho, textura, aparência perolada, translúcida, avermelhada ou escura. O atual mecanismo de prevenção primária é a fotoproteção, que bloqueia os raios solares, evita as lesões teciduais e aumenta a proteção das células da epiderme. O uso inadequado pode acarretar em uma maior pré-disposição ao CPNM, apesar de haver controvérsias em relação ao seu uso. **Objetivo:** Analisar na literatura a presença da relação entre a utilização do protetor solar e a pré-disposição ao câncer de pele não-melanoma. **Métodos:** Este é um trabalho descritivo, desenvolvido a partir de revisão de literatura de artigos disponíveis nas plataformas LILACS e SCIELO, com os descritores “prevenção primária com fotoprotetor”, “ação do protetor solar” e “câncer de pele não melanoma”. Foram selecionados trabalhos publicados entre os anos de 2006 e 2016, somando-se o total de 12 artigos. Após leitura dos títulos, 8 foram selecionados pela relação com o tema desse estudo. Dos 8 resumos selecionados para leitura, 4 artigos se ajustavam à especificidade temática deste trabalho. **Resultados:** A incidência do CPNM é elevada no sexo masculino, em indivíduos acima de 40 anos, sensibilidade da pele ao sol, antecedentes de doenças cutâneas e pacientes imunodeprimidos. A exposição prolongada e desprotegida ao sol é responsável por grande parte dos cânceres de pele, principalmente o CPNM. Diante disso, o uso externo ou tópico de produtos protetores tem sido uma alternativa na tentativa de resolução desse problema. Através da absorção ou reflexão por filme de partículas metálicas inertes e filtros absorventes, diminui as radiações ultravioletas que chegam até a pele, reduzindo, dessa forma, os danos sobre ela, conforme sua concentração, intervalo de absorção e comprimento de onde ocorre a absorção. Entretanto, ainda não há evidências na literatura que relatem que, isoladamente, os fotoprotetores previnam o CPNM. Além disso, há controvérsias em relação a efeitos colaterais quanto ao seu uso, como diminuição da absorção de vitamina D, toxicidade por nanopartículas e ocorrência de alergias devido a presença de benzofenona-3(oxibenzona), causando irritação à pele, absorção sistêmica e toxicidade crônica. **Conclusão:** Observa-se uma relação direta entre o uso correto do fotoprotetor e a prevenção do CPNM. Sua aplicação de forma correta aliado à utilização de roupas, chapéus, bonés e óculos escuros à prática da educação em saúde e medidas governamentais profiláticas, podem contribuir para a eficácia da prevenção primária, reduzindo assim, os casos de CPNM.

**Palavra-chave:** Câncer de Pele. Protetor Solar. Fator de Proteção Solar.

## RELAÇÃO POSTURAL DA COLUNA CERVICAL COM O DESENVOLVIMENTO DE DISFUNÇÕES TEMPOROMANDIBULARES

MEDRADO, Lucas Rocha<sup>1</sup>; CÂMARA, Guilherme Oliveira<sup>1</sup>; MENDES, Patrícia Souza<sup>1</sup>; QUADROS, Tamires Corrêa Souza<sup>1</sup>; MOURA, Paula Maria Silveira Soares<sup>2</sup>;  
1Discentes do curso de Fisioterapia das FIPMoc. 2Docente do curso de FISIOTERPIA das FIPMoc.

**Introdução:** A Articulação Temporomandibular (ATM) se faz entre a fossa mandibular e o tubérculo articular do osso temporal, superiormente, e a cabeça da mandíbula, inferiormente. A ATM apresenta conexões musculares e ligamentares com a região cervical. Juntas formam um sistema funcional denominado sistema crânio-cérvico-mandibular. As alterações que interferem no bom funcionamento da ATM provocam a Disfunção Temporomandibular (DTM) cujos sinais e sintomas incluem: limitação da amplitude de movimento articular; dor ou desconforto; estalidos e crepitações. Cerca de 37,5% da

população brasileira apresenta ao menos um dos sintomas de DTM, sendo sua distribuição entre os gêneros, ocorrendo mais em mulheres do que em homens. **Objetivo:** Analisar a influência da relação postural da coluna cervical com o desenvolvimento de Disfunção Temporomandibular (DTM). **Método:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo e bibliográfico, no qual buscou-se através de artigos científicos nos anos de 2010 até 2018 disponíveis nos bancos de dados da SCIELO, LILACS, na literatura em português com os descritivos Articulação Temporomandibular (ATM), Coluna Cervical, Disfunção Temporomandibular (DTM). **Resultados:** Existe uma íntima relação entre alterações posturais na coluna cervical e o desenvolvimento de DTM. A principal alteração na posição da coluna cervical mais vista em portadores de DTM é que a musculatura extensora da região cervical fica encurtada, bem como a do músculo esternocleidomastoide promovendo um deslizamento anterior da cabeça, modificando a posição do côndilo mandibular. Devido conexão existente entre esses sistemas as alterações posturais na cervical desregulam a harmonia corporal, ocasionando mudanças no sistema crânio-cérvico-mandibular levando a um processo de desvantagem biomecânica articular na ATM a qual assume assim uma postura compensatória, alterando toda a sua estrutura músculo-ligamentar e, conseqüentemente, a um quadro de DTM. **Conclusão:** A Articulação Temporomandibular (ATM) está susceptível a condições desfavoráveis, uma vez que necessita acomodar adaptações oclusais, musculares e cervicais. Condições de desequilíbrio no sistema crânio-cérvico-mandibular, podem resultar em quadro de Disfunção Temporomandibular (DTM).

**Palavras-chave:** Articulação Temporomandibular (ATM). Coluna Cervical. Disfunção Temporomandibular (DTM).

### REPERCUSSÕES DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL

CASTRO, Georgia Guimarães de<sup>1</sup>; REIS, Leonardo Bruno Melo<sup>2</sup>; TORRES, Larissa Rafaella Pereira<sup>3</sup>; FAGUNDES, Daniella Soares<sup>4</sup>; MAGALHÃES, Francine Araújo<sup>5</sup>; FRANÇA, Dorothea Schmidt<sup>6</sup>.  
1Discente das FipMoc; 2Discente das FipMoc; 3Discente das FipMoc; 4Discente das FipMoc; 5Discente das FipMoc; 6Docente das FipMoc

**Introdução:** Segundo Cantilino *et al.* (2009), o pós-parto é um período caracterizado por inúmeras alterações biopsicossociais sendo propício para o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, como a Depressão Pós-Parto (DPP). Devido às implicações psicológicas, a depressão pós-parto gera inúmeras complicações para a mãe e para o bebê. Segundo Stern (1997), a interação entre uma mãe deprimida e seu bebê se dá em eventos isolados e de curta duração que geram impactos sobre a criança. Entretanto, não há estudos quantitativamente significativos no que tange à relação entre depressão perinatal e desenvolvimento infantil. **Objetivo:** Analisar a influência da depressão pós-parto sobre o desenvolvimento neuropsicomotor da criança. **Método:** O presente estudo configura-se como um artigo de revisão bibliográfica. Utilizou-se a técnica de revisão sistemática da literatura com o intuito de identificar pesquisas de relevância na área, as quais deram suporte teórico para a construção do presente trabalho. **Resultados:** achados científicos evidenciam que a DPP compromete a interação mãe-bebê, afetando o humor da criança, devido à percepção da ausência da afetividade materna. Além disso, evidências mostram dificuldades maiores para essas crianças no aprendizado de matemática, distúrbios de atenção e menor índice de QI quando comparados a filhos de mães saudáveis. **Conclusão:** Com o respaldo científico, concluiu-se que a DPP é um transtorno que afeta aspectos psicoemocionais da mulher, propiciando perturbações em suas interações interpessoais e seu relacionamento com o bebê, provocando um comprometimento do desenvolvimento neuropsicomotor da criança.

**Palavras-chave:** Depressão Pós-Parto. Consequências. Mãe-filho. Desenvolvimento neuropsicomotor. Revisão de Literatura.

#### REFERÊNCIAS:

CANTILINO, Amaury *et al.* Transtornos psiquiátricos no pós-parto. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 37, n. 6, p. 288-294, 2010.  
STERN, Daniel N. **A constelação da maternidade:** o panorama da psicoterapia pais/bebê. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

## RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

BRAGA, Lara Mayra Mendes <sup>1</sup>; SILVA, Janine Thaís Caldeira <sup>2</sup>; OLIVEIRA, Álvaro Felipe Matos <sup>3</sup>; ALVES, Keila das Dores <sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Discente das FIPMOC; <sup>2</sup> Discente das FIPMOC; <sup>3</sup> Discente da UNIMONTES; <sup>4</sup> Docente das FIPMOC

**Introdução:** Em virtude da expansão da sociedade nas relações de consumo, foi-se, necessário advir o Código de Defesa do Consumo, a fim de regulamentar essas novas relações jurídicas, sobretudo, amparar a parte vulnerável da relação de consumo. **Objetivo:** Analisar a responsabilidade civil nas relações de consumo **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica de caráter exploratório onde foram utilizados artigos pertinentes ao tema. **Resultados:** Há, no entanto, duas formas de responsabilidade civil disciplinadas no Código de Defesa do Consumidor, a saber: A responsabilidade decorrente do fato, sobretudo, a responsabilidade resultante do vício, ou defeito no produto adquirido pelo consumidor. Entende-se por responsabilidade civil decorrente pelo fato, o produto que possui defeitos na sua fabricação, ou que não ofereça segurança que dele legitimamente se espera. Em contrapartida, a responsabilidade civil resultante do vício consiste nos defeitos de qualidade ou quantidade, tornando-se os produtos impróprios ao consumo. Logo, pode-se inferir que ambas as situações tem como característica a responsabilidade objetiva, a qual estabelece que a vítima ao buscar o ressarcimento deverá comprovar o dano e o nexo causal, inexistindo, portanto, qualquer modalidade de culpa. **Conclusão:** Tendo em vista os fatos apresentados, conclui-se, portanto, que o Código de Defesa do Consumir sobreveio para resguardar os direitos dos consumidores, os quais constituem parte vulnerável da relação consumerista Ademais, os vícios tornam os produtos inadequados para a utilização, provocando, danos externos que lesionam a integridade física e moral dos consumidores. Nessa vertente, os fornecedores que expõem a venda produtos passíveis de vícios ou defeitos, deverão responder objetivamente pelos danos morais e materiais causados ao consumidor.

**Palavras-chave:** Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade Objetiva. Relações de Consumo

### REFERÊNCIAS:

HOLTHAUSEN, Fábio Zabet. Responsabilidade civil nas relações de consumo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 35, dez 2006. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1409](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1409)>. Acesso em maio 2018.

## SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS NAS CONDUTAS REPROVÁVEIS PRATICADAS POR ADVOGADAS NO AMBITO JURÍDICO

MOL, Layanne Oliveira<sup>1</sup>; ALMEIDA, Maria Fernanda Possidônio de<sup>1</sup>; BORBOREMA, Marina Rego<sup>1</sup>; SILVA, Rodrigo Silveira e<sup>1</sup>; ALMEIDA, Sara Pereira de<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre <sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Para compreensão a respeito das sanções cabíveis aos crimes de cunho jurídico, praticados por mulheres, se faz necessário o estudo das várias formas de penalidades, a Ordem utiliza desse instrumento para velar o trabalho do advogado, a fim de evitar que utilizem dessa profissão para desrespeitarem direitos e interesses sociais e individuais. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar as sanções administrativas cabíveis nas condutas reprováveis praticadas por advogadas no âmbito jurídico. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** As infrações são divididas entre éticas e disciplinares, elas dizem respeito aos comportamentos éticos dos advogados e a sua disciplina quanto às normas da ordem. Assim as sanções disciplinares foram formuladas com o intuito de buscar a disciplina entre os inscritos da OAB, essas são divididas em quatro tipos: censura, suspensão, exclusão e multa, todas elas inseridas em um contexto para exercerem um equilíbrio entre a punição e a justiça. **Conclusão:** No meio jurídico não existe diferenciação de gênero quanto aos crimes praticados por advogados da Ordem de Advogados do Brasil. Portanto, o que há é uma análise acerca dos tipos de sanções mais aplicadas aos advogados que cometem atos ilícitos no meio da advocacia, sendo assim punidas por meio de censura, suspensão, exclusão e multa.

**Palavras-chave:** Advogadas. Criminalidade. Sanção.

## SANÇÕES APROPRIADAS ÀS INFRAÇÕES DISCIPLINARES COMETIDAS POR ADVOGADOS (AS)

MENDES, Ana Livia Macedo<sup>1</sup>; ROCHA, Fernanda Macedo da<sup>1</sup>; MORAIS, Lucas Caldeira<sup>1</sup>; RABELO,  
Luiza Dias<sup>1</sup>; SOARES, Nayara Silva<sup>1</sup>; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** O Código de Ética e Disciplina estabelece regras de conduta que regulamentam, de um ponto de vista moral, o exercício de uma profissão, uma vez que o descumprimento das condutas descritas no Código, ou seja, as infrações estão suscetíveis a sanções. A Ordem dos Advogados do Brasil, para manter a disciplina entre os seus inscritos, estabeleceu quatro tipos de sanções: censura, suspensão, exclusão e multa, que serão aplicadas somente após um procedimento administrativo que garante ampla defesa ao acusado pelo cometimento da falta. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar as sanções administrativas cabíveis nas condutas reprováveis praticadas por advogadas no âmbito da profissão. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativo e bibliográfico. É exploratória porque pretendeu conhecer e aprofundar no tema. É qualitativa, pois se preocupou com um nível de realidade que não pode ser quantificado. É bibliográfica uma vez que foi elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso bem como material digitalizado pela internet. Os dados foram obtidos nas bases de dados *online*, como Google Acadêmico, Conteúdo Jurídico, Jus Brasil, incluindo doutrinas e legislação pertinentes ao tema. **Resultados:** O objetivo da OAB é trazer as mulheres para dentro da instituição e valorizá-las dentro da mesma, entretanto, muitas vezes esse objetivo não é atingido em virtude das outras funções que as mulheres possuem. De acordo com o presidente da 11ª Subseção da OAB/MG Montes Claros, André Crisóstomo Fernandes, não existe uma incidência maior de infrações praticadas pelas advogadas nem uma infração específica mais praticada por elas, visto que o cometimento de infrações ocorre na mesma proporção entre homens e mulheres. No geral, os advogados (as) praticam muito a retenção de autos do processo, que entra na estatística de infração disciplinar. Ainda segundo o Dr. André Crisóstomo Fernandes, as sanções mais aplicadas aos (às) advogados (as) são a censura e a suspensão e, apesar de ocorrer na minoria dos casos, a exclusão também acontece. Sabe-se que o processo disciplinar é muito sigiloso e na opinião do presidente da 11ª Subseção da OAB/MG Montes Claros, seria correto haver a publicidade quando o processo resultar em penalização, ou seja, quando o profissional for condenado. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que, mediante a necessidade de aplicação de sanções, faz-se importante observar as prerrogativas dos advogados, e para fixação da sanção disciplinar, o Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil fixa certos limites para os aplicadores, tais como considerar os antecedentes profissionais do inscrito, o grau de culpa revelada, as circunstâncias e as consequências da infração. Vale ressaltar que após todo o processo de julgamento e aplicação das sanções, estas ficarão anotadas nos assentamentos do advogado.

**Palavras-chave:** Advogados (as). Infrações disciplinares. Ordem dos Advogados do Brasil. Sanções.

## SAÚDE BUCAL DA GESTANTE: DOENÇAS MAIS SUSCEPTÍVEIS A SEREM DESENCADEADAS NA CAVIDADE ORAL DURANTE PERÍODO GESTACIONAL

RODRIGUES, Adriana Barbosa<sup>1</sup>; CANGUSSU, Lara Santos<sup>2</sup>; NORONHA, Fernanda Santos<sup>3</sup>;  
OLIVEIRA, Isabela de Sá<sup>4</sup>; NUNES, Flávio Marconiedson<sup>5</sup>; OLIVEIRA, Gabriella de Sá<sup>6</sup>; OLIVA,  
Henrique Nunes Pereira<sup>7</sup>

1,2,3,4 Discentes da UNIMONTES; 5 Discente das FIP-Moc; 6 Psicóloga pós graduada em Didática e  
Metodologia do Ensino pela UNIMONTES; 7 Docente das FIP-Moc

**Introdução:** O estado da saúde bucal apresentado durante a gestação tem relação com a saúde geral da gestante e pode influenciar na saúde geral e bucal do bebê (BRASIL, 2008), já que a gravidez causa alterações hormonais que propiciam o risco de desencadear doenças orais (SOUSA *et al.*, 2016). Com a gestação, segundo Mattos e Davoglio (2015), ao que se refere à região estomatognática, a grande concentração de estrogênio e progesterona na circulação, devido à ação vasodilatadora, exacerba a reação inflamatória na gengiva. Associada a isso, a negligência da higiene bucal e maus hábitos alimentares propiciam a susceptibilidade a doenças como cárie e doença periodontal (SOUSA *et al.*, 2016). **Objetivo:** Identificar as principais patologias orais que gestantes e puérperas estão susceptíveis a desencadear durante período gestacional e descrever as principais condutas a serem adotadas neste período. **Método:** Revisão de literatura, realizando-se busca de artigos nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Brasileira de Odontologia (BBO), Literatura Latino-Americana de Ciências da Saúde

(Lilacs) utilizando os descritores: saúde bucal, gestação, gestantes e odontologia. Foram selecionados artigos escritos em português e inglês publicados entre 2013 e 2018, totalizando doze trabalhos. **Resultados:** Doenças periodontais (gingivite, hiperplasia gengival e granuloma gravídico) são as patologias orais mais frequentes entre as gestantes. Mudanças salivares, cárie e erosão dental também podem ser observadas. É pertinente salientar que a doença periodontal pode aumentar os níveis plasmáticos de prostaglandina e, por sua vez, indução ao parto. Neste sentido, a periodontite materna tem sido relacionada a complicações da gravidez, como parto prematuro. A técnica de adequação do meio bucal e o controle de placa são boas condutas odontológicas preventivas e essenciais em qualquer trimestre gestacional. Nesse contexto, percebe-se que a saúde bucal da gestante deve ser levada em consideração e o pré-natal odontológico deve ser incentivado. Na medida em que o 1º trimestre gestacional é o período menos adequado para tratamento odontológico, pois é o período da organogênese, sendo o 2º trimestre o período mais adequado para a realização de intervenções clínicas e procedimentos odontológicos essenciais e procedimentos eletivos mais invasivos. **Conclusão:** As principais patologias bucais relacionadas à gestação são as doenças periodontais. O incentivo ao pré-natal odontológico, principalmente no segundo trimestre de gestação, deve ser adotado como medida preferencial de intervenção e prevenção.

**Palavras-chave:** Saúde bucal. Gestantes. Patologia bucal.

#### REFERÊNCIAS:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

MATTOS, B. N. C.; DAVOGLIO, R.S. Saúde bucal: a voz da gestante. **RFO UPF**, Passo Fundo, v. 20, n. 3, dez. 2015. Disponível em: [http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-40122015000300020&lng=pt&nrm=iso](http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-40122015000300020&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 maio 2018.

SOUSA, L. L. A. et al. Pregnant women's oral health: knowledge, practices and their relationship with periodontal disease. **RGO, Rev. Gaúch. Odontol.**, Campinas, v. 64, n. 2, p. 154-163, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-86372016000200154&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-86372016000200154&lng=en&nrm=iso). Access: 10 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-863720160002000053036>.

### SAÚDE BUCAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 19 ANOS DE IDADE DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

RIANI, Pedro Oliveira<sup>1</sup>; GONTIJO, Julia Morais<sup>1</sup>; AQUINO, Maria Fernanda Ribeiro<sup>1</sup>; FERREIRA, Isabella Dias Barreto<sup>1</sup>; SILQUEIRA, Paula Victória Aguiar de Oliveira<sup>1</sup>; VELOSO, Matheus Alkmim<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Fernanda Piana Santos Lima<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc.

**Introdução:** A adolescência é reconhecida como um período de maior risco para a cárie dentária, principalmente devido à falta de controle da placa e diminuição de cuidados com a higiene bucal (SILVEIRA *et al.*, 2012). **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico sobre a saúde bucal da população de 15 a 19 anos de idade, no município de Montes Claros, Minas Gerais. **Métodos:** Fez-se um estudo transversal, descritivo e bibliográfico. Para tanto, foram consultados os dados dos inquéritos epidemiológicos de saúde bucal SB Brasil (2010), SB Minas (2013), e o estudo de Silveira *et al.* (2012) para os dados do município. Além disso, uma pesquisa bibliográfica foi realizada em bases de dados eletrônicas como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico. Dados oficiais publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e DATASUS, também foram consultados. **Resultados:** No município, 79,0% dos adolescentes apresentaram coroas dentárias híginas (CPOD=0). Com relação aos indivíduos com CPOD $\geq$ 1, 70,1% apresentaram coroas restauradas e livres de cárie dentária. Somente 3,9% apresentaram necessidade normativa de tratamento, sendo que, essa necessidade, em sua grande maioria, estava relacionada a restauração de uma superfície (49,6%). A análise da higiene bucal e da condição periodontal dos adolescentes demonstrou que 70,5% possuíam periodonto sadio, mas 14,1% apresentaram sangramento à sondagem e 14,0% cálculo dentário. Quanto a necessidade de uso de próteses, 1,9% e 5,4% necessitavam

de prótese dentária superior e inferior, respectivamente. Quase um terço dos adolescentes apresentou necessidade de tratamento ortodôntico. A prevalência de fluorose, no município, foi de 8,5 vezes a encontrada no Brasil. **Conclusão:** Os índices do município de Montes Claros apontam resultados positivos com relação às condições de saúde bucal entre adolescentes, quando em comparação aos dados analisados do SB Brasil e do SB Minas Gerais, nessa faixa etária. Ainda assim, atenção especial deve ser dada ao índice de fluorose, superior ao esperado, a condição do periodonto, e a ações de promoção da saúde e prevenção de agravos relacionados à saúde bucal para adolescentes.

**Palavras-chave:** Saúde bucal. Adolescente. Inquéritos Epidemiológicos.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. **SB Brasil Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010:** resultados principais. Brasília: DF, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal **SB Minas Gerais: pesquisa das condições de saúde bucal da população mineira: resultados principais/** Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde. Superintendência de Redes de Atenção à Saúde. Diretoria de Saúde Bucal. - Belo Horizonte: SES-MG, 2013.

SILVEIRA, M.F. *et al.* Saúde bucal dos adolescentes de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Revista Unimontes Científica (RUF)**, v.14, n.1, 2012.

#### SEPSE EM REGIME INTRA-HOSPITALAR EM PACIENTES COM TCE

MURTA, Inah Araújo de Almeida <sup>1</sup>; GOMES, Iara Lafetá<sup>2</sup>; BRITO, Sara Gomes de<sup>3</sup>; PRINCE, Karina Andrade de <sup>4</sup>.

<sup>1 2 3</sup> Estudantes de Medicina das Faculdade Integradas Pitágoras. <sup>4</sup> Docente na Faculdades Integradas Pitágoras.

**Introdução:** A sepse é definida como uma reação inflamatória sistêmica secundária a um processo infeccioso que se faz responsável por considerável número de óbitos em vítimas de Traumatismo Cranioencefálico (TCE) no regime de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), uma vez que esses pacientes são especialmente suscetíveis à modificações relacionadas à homeostase, que os tornam mais vulneráveis a quadros infecciosos que tendem a evoluir para sepse devido à imunossupressão a que estão sujeitos em regime intra-hospitalar. **Objetivo:** o estudo objetiva revisar na literatura acerca da relação da ocorrência e gravidade de sepse em pacientes vítimas de TCE internados em regime de UTI. **Metodologia:** Foi realizado um estudo bibliográfico de caráter exploratório em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e Pubmed. Baseando-se nisso, foram selecionados e analisados quatro artigos publicados nos últimos dez anos. **Resultados:** Observou-se predomínio marcante de pacientes jovens, sexo masculino, com TCE grave, múltiplas lesões cranianas e, frequentemente, com traumas associados, resultando em tempo de internação na UTI e no hospital prolongados e em alta taxa de mortalidade. Sendo na maior parte dos casos diagnosticado durante internação na UTI, tendo como principais fatores, realização de traqueostomia, sondagem nasogástrica, dentre outros fatores imunossupressores presentes no ambiente hospitalar. Vale ressaltar a prevalência de focos infecciosos pulmonares abrindo margem para pneumonia nosocomial por bactérias Gram-negativas e multirresistentes típicas desses ambientes, que agravam e aumentam a morbimortalidade desses pacientes. **Conclusão:** Dessa forma, conclui-se que a sepse e a disfunção orgânica progressiva (particularmente a respiratória) aumentaram a mortalidade de pacientes com TCE e sepse, uma vez que aumenta o tempo de permanência em internação e predispoem a complicações agudas e altamente correlacionadas ao óbito por falência orgânica.

**Palavras-chave:** Traumatismos Cranioencefálicos. Sepse. UTI.

## SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA ITINERANTE (S.A.J. ITINERANTE), À APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR DA PSICOLOGIA E O TRATAMENTO ADEQUADO AO CONFLITO

Pesquisa realizada no âmbito do Projeto S.A.J e o tratamento adequado do conflito

REIS, Celson Victor Cavalcante dos<sup>1</sup>; LESSA, Lecival Junior Goiabeira<sup>2</sup>; VELOSO, Cynara Silde Mesquita.

1Discente do Curso de Direito da Unimontes; 2Discente do Curso de Psicologia da FASI; 3. Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG.

**Introdução:** No Serviço de Assistência Jurídica Gratuita Itinerante (S.A.J. Itinerante), grande parte dos atendimentos jurídicos efetuados pelos acadêmicos, relaciona-se à área do Direito de Família (ação de guarda de filhos, alimentos, divórcio, adoção, dentre outras). Em vista disso, torna-se necessário auxílio da Psicologia e dos acadêmicos e profissionais da área. Dando o suporte psicológico às famílias atendidas pelo S.A.J. Itinerante, reduzindo o impacto durante o litígio. Acarretando também, o aprimoramento acadêmico através da interdisciplinaridade. **Objetivo:** Estudar a relevância importância da interdisciplinaridade da Psicologia no âmbito da Assistência Jurídica Gratuita Itinerante, através do voluntariado de acadêmicos de ambas as disciplinas, inclinando-se na ampliação do acesso à justiça e do tratamento adequado ao conflito. **Método:** A pesquisa será de cunho descritivo, com uso de pesquisa bibliográfica, exploratória e pesquisa de campo com observação direta das atividades desenvolvidas no Programa S.A.J. Itinerante. **Resultados:** O estudante de Psicologia tende a ser um ouvinte com postura de conciliador, diferente do acadêmico de Direito, que tem uma visão muitas vezes voltada a judicialização do caso, criando desde já o antagonismo agudo dos clássicos combates entre as partes. Tendo isso em vista, a interdisciplinaridade entre ambos ajuda a minorar o impacto emocional decorrente de uniões desfeitas, ajudando ex-cônjuges a buscarem a melhor solução para o fim do relacionamento. Evidentemente proporcionando uma melhor saúde física e psíquica emocional do casal e dos filhos, que possam existir. A interdisciplinaridade permite no âmbito, do atendimento *in loco* promovido pelo S.A.J. Itinerante, um auxílio psicossocial, além do próprio auxílio jurídico, de forma que o auxiliado pelo Programa, encontrando-se em conflito, tenha a oportunidade de se abrir, maximizando o colhimento das informações necessárias para solução do litígio, além de proporcionar uma facilitação na abertura do pensamento em favor de uma conciliação extrajudicial. E assim, diminuindo o ônus psicológico causado pelos litígios, dando as partes uma solução adequada ao conflito. Aumentando também de forma relevante o interesse nos acadêmicos pela psicologia jurídica. **Conclusão:** Com o estudo realizado, é possível compreender a importância da Interdisciplinaridade da Psicologia no S.A.J. Itinerante, em vista que ambas as partes serão beneficiadas, os acadêmicos com o conhecimento prático dos acontecimentos ao seu redor, as pessoas auxiliadas pelo Programa, com a união de trabalhos extrajudiciais e psicossociais, ampliando o acesso a justiça de forma eficiente, e dando uma solução adequada aos conflitos.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. S.A.J. Itinerante. Psicologia. Direito.

## SÍNDROME DE BURNOUT EM ADOLESCENTES ESCOLARES

SEGUNDO, Edmilson Castro Teixeira<sup>1</sup>; CARVALHO, Yuri Xavier de<sup>1</sup>; GUSMÃO, Victória Letícia Soares<sup>1</sup>; SILVA, Pedro Cardoso<sup>1</sup>; SOUZA, Rafael Artur Lopes<sup>1</sup>; PINHO, Lucinéia de<sup>2</sup>

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** Os estudantes do ensino médio encontram-se vulneráveis ao estresse físico e mental durante toda sua vida escolar, pois além de conviverem com as alterações hormonais, são impostos a lidar com o encerramento do ciclo básico e ingresso no ensino superior o que pode facilitar o desenvolvimento de distúrbios de ansiedade, estresse físico e mental, dentre eles a Síndrome de Burnout. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo avaliar a prevalência da Síndrome de Burnout em estudantes do ensino médio em uma cidade do norte de Minas Gerais. **Método:** Trata-se de um estudo epidemiológico, transversal, analítico e de natureza quantitativa. A população amostral foi composta de 966 alunos matriculados em Instituições de Ensino da rede pública e privada. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário que contemplava as características sociodemográficas como sexo, idade e série, além do questionário Maslach Burnout Inventory – Student Survey (MBI-SS) que analisa o estresse nos estudantes. Realizou-se a análise descritiva dos dados por meio do software estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20.0. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes

Claros, sob protocolo nº 1.520.173. **Resultados:** A partir da análise de dados, constatou-se que 117 (12,1%) alunos preencheram critérios para a Síndrome de Burnout. Observou-se também que mais de 90% possuem descrença moderada a alta com maior acometimento em alunos do 3º ano e do sexo masculino. Além disso, mais de 500 alunos (56,1%) apresentaram exaustão emocional alta ou moderada, sendo esses predominantemente do sexo feminino na faixa etária de 14-15 anos. Em relação ao desempenho acadêmico, 429 alunos (44,4%), principalmente estudantes do 1º e 2º ano, apresentaram baixo ou moderado desempenho. **Conclusão:** Concluiu-se que o estresse ocupacional nessa população tem considerável impacto na sua vida escolar e social, podendo acarretar em diversos prejuízos individuais em longo prazo.

**Palavras-chave:** Estudantes. Ensino Médio. Burnout. Estresse.

## SISTEMA CARDIOVASCULAR

DA SILVA, Paulo G.1; DE CASTRO, Gustavo T.2; DE OLIVEIRA, Daniel F.3; NOGUEIRA, Rafael E.P.4; GOULARD, Érica V.F.S.5;  
1,2,3,4Discentes das FIPMoc; 5Docente das FIPMoc

**Introdução:** a pesquisa retratou o conhecimento a respeito do Sistema Cardiovascular, suas estruturas e funções interna e externamente bem como doenças relacionadas ao coração e a importância de fatores que favorecem o seu funcionamento. **Objetivo:** Apresentar maneiras saudáveis como a prática da atividade física, controle da saúde e uma alimentação saudável, alertando a população a partir dos fatores de risco. **Método:** trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. **Resultados:** O sistema cardiovascular que inclui o coração e vasos sanguíneos funciona através de duas circulações. O sangue rico em oxigênio e pobre em gás carbônico é levado para todo o corpo, e também o sangue rico em gás carbônico e pobre em oxigênio é levado para os pulmões, onde haverá a troca gasosa e o sangue ficará novamente rico em oxigênio. **Conclusão:** A ocorrência da pesquisa foi durante um domingo na parte da manhã no Parque Municipal da cidade de Montes Claros onde os acadêmicos de fisioterapia das Faculdades FiPMoc realizaram um evento aberto a população orientando por meio de panfletos informativos a importância de manter a saúde estável, realizando exercícios físicos com alongamentos e manipulações, exercícios fisioterapêuticos como a prática do método “Balance”; e o aferimento de pressão arterial.

**Palavras-chave:** Coração. Saúde. Sedentarismo.

## SISTEMA CARDIOVASCULAR, ANATOMIA INTERNA E EXTERNA E SUAS PATOLOGIAS

ALEXANDRE<sup>1</sup>, T. N. S; BRAGA<sup>1</sup>, M. V. T; MENDES<sup>1</sup>, A. G; MENDES<sup>1</sup>, M. A; REIS<sup>1</sup>, A. E. S;  
QUEIROZ<sup>1</sup>, B. S; QUEIROZ<sup>2</sup>, E. k. R; ESCOBAR<sup>3</sup>, E. G. V. F  
Discente das FIPMoc<sup>1</sup>; Docente das FIPMoc<sup>2</sup> e tutora dessa pesquisa; Docente das FIPMoc<sup>3</sup>

**Introdução:** essa pesquisa abordou o sistema cardiovascular considerando sua morfologia interna e externa, algumas patologias e ações que podem evitar tais doenças como aterosclerose. **Objetivo:** analisar os fatores de riscos de uma vida sedentária apresentando formas preventivas. **Método:** trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. **Resultado:** O sistema cardiovascular tem como função bombear o sangue para todo o corpo por meio de vasos sanguíneos, levando nutrientes e oxigênio para as células fornecendo energia ao corpo. Caso ocorra alguma disfunção neste sistema, ou seja, desde um entupimento de uma artéria até a falta de nutrientes, os fatores de risco são: angina e consequentemente infarto do miocárdio, insuficiência cardíaca, arritmia cardíaca, derrame, acidente vascular cerebral entre outras patologias. **Conclusão:** A culminância dessa pesquisa ocorreu no parque municipal de Montes Claros, os acadêmicos de fisioterapia fizeram uma ação comunitária preventiva ao informar a população com uso de panfletos, aferição de pressão arterial, realização de atividades físicas, com manipulações, alongamentos funcionais. Para tanto, teve pontos de apoio com água para suporte dos demais visitantes.

**Palavras-chave:** Miocárdio. Aterosclerose. Sedentarismo. Exercício Físico.

## SISTEMA DE DRENAGEM, ARMAZENAMENTO E UTILIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

OLIVEIRA, Ana Laura Alves<sup>1</sup>; ALVES, Daniel Oliveira<sup>1</sup>; LEITE, Jhonata Moreira<sup>1</sup>; COSTA Nathannyel Araújo<sup>1</sup>; RUAS, Nelson Alexandre<sup>1</sup>; CHAVES, Priscila Oliveira<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica Karine Ramos<sup>2</sup>  
1 Discentes das FIPMoc. 2 Docente FIPMoc

**Introdução:** Com a escassez de água sendo um fator progressivamente recorrente, alternativas para superar esse evento são de extrema importância no cenário da construção civil, uma vez que este é um dos maiores dependentes do recurso hídrico. **Objetivos:** Analisar mecanismos sustentáveis para diminuir a escassez de água na cidade de Montes Claros com um sistema de captação de águas pluviais utilizando drenagem urbana e armazenamento em reservatórios subterrâneos. Nessa perspectiva, também é objetivo desse estudo apresentar proposta para reutilização da água pluvial em funções não-potáveis através de sistemas moto-bombas. **Metodologia:** Essa pesquisa tem como base os tipos de métodos para aperfeiçoamento do tema abordado, assim sendo, é de natureza dedutiva e indutiva, é um estudo bibliográfico, documental e laboratorial com abordagem qualitativa, objetivos metodológicos exploratórios e explicativos. **Resultados parciais:** A partir de estudos dos índices pluviométricos dos últimos anos na cidade de Montes Claros – MG, foi possível observar que a utilização desse sistema em um condomínio fechado é uma opção viável, influenciando diretamente nos cálculos para definição do conjunto moto-bomba e no dimensionamento do encanamento e reservatórios. **Conclusão:** Tal sistema de drenagem, armazenamento e reutilização de águas pluviais apresentou possibilidades de redução considerável da utilização de água não-potável proveniente do abastecimento via Copasa ou por poços artesianos, desta forma, colaborando diretamente com a manutenção do ciclo hídrico na região, além de prevenir alagamentos, decorrente do escoamento da água da chuva por meio das vias públicas.

**Palavras-Chave:** Águas Pluviais. Drenagem. Reservatório. Sustentabilidade.

## SISTEMA DE MONITORAMENTO DE PARTICULADO NO AR

OLIVEIRA, Danilo Freitas<sup>1</sup>; CORREA, Rafael de Almeida<sup>1</sup>; VERSIANI, Andrea M. O.<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente em Engenharia Elétrica, Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros <sup>2</sup> Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros

Em grande parte dos processos industriais existem perdas na produção, devida em sua grande maioria por ineficiência do sistema, podendo gerar resíduos, tais como líquidos ou gasosos, sendo inflamáveis ou explosivos. Um grande exemplo disso são indústrias de armazenagem e secagem de grãos em geral, os processos implementados nessas indústrias geram por si só uma quantidade suficiente de particulado, na qual é de extrema periculosidade devido ao risco de explosão e incêndio que podem ser ocasionadas durante o processo. Estas indústrias antes de sua operação devem realizar uma análise crítica dos riscos envolvidos na geração das partículas e tomar precauções eficientes afim de reduzir os riscos. A pesquisa tem como objetivo analisar os riscos da geração de partículas no ar em espaços confinados afim de criar um sistema de monitoramento capaz de analisar as condições seguras de trabalho. A metodologia da pesquisa foi desenvolvida em duas fases, a primeira de caráter bibliográfico, tendo como objetivo adquirir em artigos e normas regulamentadoras, material relacionado aos riscos impostos pelo acúmulo de particulados em espaços confinados. E a segunda será, uma pesquisa experimental, onde será realizada análises juntamente com o sistema já finalizado afim de obter dados relacionados a funcionalidade e confiabilidade do sistema através dos sensores responsáveis pela realização de tais medições. Com o sistema de monitoramento, o mesmo pode-se ter um resultado em tempo real do ambiente de trabalho sendo monitorado pelos sensores responsáveis em medir a quantidade de particulado no ar, não só eliminando demasiadamente o percentual de acidentes como também podendo expedir relatórios diários de inúmeras áreas da empresa. Conclui-se que o sistema por ser capaz de medir a quantidade de particulado no ar, é possível realizar o monitoramento em tempo real de áreas críticas que possuem alto nível de poeira no ar, tendo uma resposta rápida em relação a segurança em tais ambientes, paralisando ou não atividades nas mesmas, afim de eliminar os riscos de explosões.

**Palavras-chave:** Particulado. Atmosfera. Explosões.

## SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA MOTORES DIESEL: SEGURANÇA E ECONOMIA

DELANO, Gustavo de Freitas<sup>1</sup>; SENA, Iury Rocha<sup>1</sup>; DIAS, Gilmar Aparecida de Freitas <sup>2</sup>; PIMENTEL, Michele<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** Motores Ciclo Diesel trabalham com sistema de combustão por compressão, tendo controle de aceleração por ação da bomba injetora responsável por alimentar o motor com combustível. Este sistema não necessita ação de ignitores elétricos impedindo o desligamento por corte de eletricidade, como sua combustão é proveniente do combustível sobre altíssima pressão ele é passível de falhas nas bombas injetoras, anéis de seguimento com folgas excessivas ou mesmo de compressores mecânicos onde todos estes podem permitir passagem de óleo combustível ou do sistema de lubrificação para a câmara de combustão, podendo ocasionar um funcionamento descontrolado do mesmo, onde ocorrerá sua autodestruição. **Objetivo:** Propor um projeto capaz de anular a possibilidade da autodestruição evitando maiores gastos e os perigos relativos aos descontroles do motor. **Método:** isto será possível com a construção de um protótipo de sistema que possibilite a limitação da entrada de ar na câmara de combustão que levará o motor a parar por falta de comburentes. **Resultado:**A limitação se dará no sistema coletor por meio de uma borboleta elétrica com controlador ligado a um sensor que irá monitorar a rotação, quando esta exceder a rotação máxima aconselhada pelo fabricante mandará um sinal à borboleta que será fechada e o motor naturalmente será desligado. **Conclusão:**Este projeto traz aos usuários de veículos e máquinas à diesel uma maior segurança e a garantia que uma falha muitas vezes difícil de prever mas relativamente comum, venha a destruir todo o seu motor, que no caso de caminhões pode ultrapassar os cinquenta mil reais e no caso de veículos importados pode chegar a mais de cem mil. Também permite que se inicie uma base de estudos sobre esta falha podendo futuramente surgir novas tecnologias e sistemas melhorados com funções semelhantes.

**Palavras-chave:** Diesel. Lubrificante. Turbina

## SOLDAGEM A ÁGUA COMO ALTERNATIVA AO USO DE OXI-ACETILENO

SILVA, Hiago Ribeiro<sup>1</sup>; DUPIN, Pedro Henrique<sup>1</sup>; NUNES, Gustavo Ferreira<sup>1</sup>; VELOSO, Douglas Emanuel; OLIVIA, Henrique Nunes<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc

**Introdução:** A soldagem a gás, ou com fontes químicas, é um processo no qual um gás combustível é misturado ao oxigênio e, pela queima da mistura assim formada, consegue-se fundir o metal base e o de adição, executando-se a soldagem. Os gases mais empregados são acetileno e propano. Apesar de eficiente, essa técnica apresenta um risco pequeno, mas não desprezível, uma vez que exigem recipientes de gás altamente inflamável nas proximidades. Os tanques pressurizados que contêm o gás acetileno são tão perigosos que são proibidos em áreas onde um vazamento acidental de gás pode ser fatal. Além disso, o brilho da chama quente pode resultar em danos aos olhos, razão pela qual os soldadores são sempre vistos usando óculos de segurança. **Objetivo:** O presente projeto visou analisar como alternativa aos gases inflamáveis mais utilizados, a SafeFlame, um equipamento de soldagem que utiliza apenas água e eletricidade como combustível. **Metodologia:** O trabalho que se seguiu é de cunho qualitativo e bibliográfico. A principal fonte de pesquisa foi o sítio eletrônico do grupo responsável pelo desenvolvimento da SafeFlame. **Resultados:** O dispositivo portátil desenvolvido pela ITM Power em conjunto com pesquisadores europeus possui uma bateria interna ou um eletrolisador de parede que, quando expostos à água, eletrolisam ou separam as moléculas de hidrogênio e oxigênio. Os dois são então recombinados na ponta do bico da tocha, resultando em uma chama à base de hidrogênio que é ligeiramente mais fria, mais limpa e muito mais segura do que a tradicional oxi-acetileno. O usuário também pode alterar a intensidade do calor, ajustando a quantidade de energia fornecida ao eletrolisador. Isso torna o SafeFlame muito mais versátil para usar do que as tochas que estão atualmente no mercado. Além disso, como a chama é produzida fora do dispositivo, a tocha nunca aquece, facilitando o manuseio e não há cilindro para guardar ou arrastar. **Conclusão:** De acordo com os pesquisadores do projeto SafeFlame, o dispositivo demonstrou uma tecnologia relevante que pode substituir os cilindros de gás para muitas das aplicações que usam tubulações de até 32 mm de diâmetro. Vale ressaltar que se trata apenas de um protótipo inicial. As versões futuras podem ser movidas a energia solar, o que significa que os usuários precisarão apenas de luz solar e água para acender a chama. Ademais, os desenvolvedores estimam que o dispositivo será cerca de 20 vezes mais baratos que os atualmente encontrados no mercado. Os pesquisadores esperam disponibilizar o

SafeFlame "em um futuro próximo", mas por enquanto continuarão testando o protótipo com a ajuda de soldadores no Reino Unido.

Palavras-Chave: Soldagem. SafeFlame. Inovação.

### SOLUÇÃO DA EQUAÇÃO DE UMA PLACA PARA CONDUÇÃO TÉRMICA DE SISTEMAS BIDIMENSIONAIS ATRAVÉS DE SIMULAÇÕES

ANDRADE, Isabelle Santos<sup>1</sup>; ANDRADE, Pedro Henrique Fonseca<sup>1</sup>; ALVES, JosemaraFagundes<sup>1</sup> ; FERNANDES, João Paulo Silva<sup>1</sup> ; SOARES,Vitor<sup>1</sup>; SILVA, Ramon Geraldo Campos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente do IFNMG; <sup>2</sup>Docente do IFNMG

**Introdução:** A transferência de calor é um aspecto dominante em praticamente todos os dispositivos de conservação e produção de energia. No seu campo de estudo, condução térmica ou difusão térmica é definida como sendo a transferência de calor entre átomos e/ou moléculas vizinhas em uma substância devido a um gradiente de temperatura. Métodos numéricos podem ser usados para prever com precisão temperaturas e taxas de transferência de calor no interior do meio e no seus contornos, como mostrado por Incropera *et al.* (2008). Um exemplo é o método do balanço de energia, que usa a equação de diferenças finitas para um ponto nodal m,n. **Objetivo:** Apresentar de forma didática, os princípios básicos para gerar as equações do calor que governam a distribuição de temperaturas em uma placa de geometria bidimensional. **Metodologia:** Tanto para a simulação no software Scilab quanto para a resolução analítica do balanço de energia, foram adotadas as seguintes premissas: condução térmica bidimensional em uma placa plana, regime estacionário de transferência de calor, condutividade térmica do material constante e ausência de geração interna de energia. Assim, o problema consistiu em se determinar a distribuição da temperatura em uma placa, tal como a apresentada por SENA, et al. (2010) para uma placa de problema típico de condução bidimensional em regime estacionário. A implementação com a linguagem de programação Scilab, foi baseada na computação numérica com matrizes, um algoritmo de diferenças finitas para pontos de uma rede nodal. **Resultados:** Os resultados foram comparados através do cálculo do erro relativo percentual do trabalho de SENA *et.al.* (2010), bem como os obtidos analiticamente e pela simulação em Scilab, sendo que o erro médio apresentado pelo método Analítico *versus* simulação MultiSIM foi 1,4% e o pelo método Analítico *versus* Scilab foi 0,132%. Por conseguinte, nota-se que o método pelo Scilab apresentou melhor aproximação pelo modelo. **Conclusões:** A simulação em Scilab, utilizando o método da matriz, apresentou um erro associado menor do que o obtido por Sena e colaboradores (2010) utilizando o software MULTISIM, revelando uma maior consistência entre os dados da simulação e os obtidos analiticamente.

**Palavras-chave:** Engenharia Mecânica. Condução Térmica. Placa Bidimensional.

#### REFERÊNCIAS:

INCROPERA, F.P., BERGMAN, T.L., DEWITT, D.P. **Fundamentos de transferência de calor e de massa**. 6. ed., , Rio de Janeiro-RJ: LTC, 2008

SENA, Alexander Patrick Chaves de, Sandro. BELO, Francisco Antônio. **Nova metodologia para condução térmica de sistemas bidimensionais em condições de regime estacionário**. VI CONGRESSO NACIONAL DE ENGENHARIA MECÂNICA. Paraíba – Campina Grande, 2010.

### SOLUÇÕES PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SANTOS, Ednaldo Souza<sup>1</sup>; RIBEIRO, Luiz André Oliveira<sup>1</sup>; COSTA, Jonathan Alves<sup>1</sup>; MATOS, Lucas Soares<sup>1</sup>; LIMA, Pericles Rodrigues<sup>1</sup>; SANTOS JÚNIOR, Valter Tiago dos<sup>1</sup> QUEIROZ, Érica K. Ramos<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc, Tutora dessa pesquisa.

**Introdução:** As contínuas transformações no planeta promovem transformações muitas vezes adversas, ocasionando déficits hídricos a longo prazo em determinadas regiões. A falta de água potável para consumo e atividades humanas em geral, causa um grande impacto no âmbito social, ambiental e econômico. O Brasil é detentor de 12% das reservas de água doce disponível nas bacias hidrográficas do planeta (SILVA

e SOUSA, 2009). Porém, ainda há escassez de água, seja pela má gestão dos recursos hídricos ou desperdícios por parte da população. A ideia de um sistema de condensação que seja capaz de produzir água a partir da umidade do ar, visando suprir as necessidades básicas desse item confere uma grande vantagem. Além de uma tecnologia relativamente simples, o sistema de condensação possui um preço de implantação acessível, podendo, quando montado em estruturas modulares, ser transportado e operado em diversos ambientes como zonas rurais, ou ambientes desprovidos de infraestrutura básica como energia. **Objetivo:** Desenvolver um projeto de condensador de água potável desmineralizada que seja capaz de retirar água do ar atmosférico com possibilidade de utilização no consumo humano e irrigação com baixo custo de implantação e que seja independente do uso de recursos naturais convencionais. **Metodologia:** Foi desenvolvido, por meio de constantes físicas e modelos matemáticos, um condensador experimental de água potável desmineralizada, que empregou como material um motor de geladeira com a função de promover a circulação do gás R22, um radiador automotivo para condensação propriamente dita, tubulações de cobre utilizadas em ar condicionado para circulação do gás e fechamento do sistema entre o radiador e o motor e uma bancada de um metro quadrado para fixação do condensador. **Conclusão:** Durante os testes de desempenho, o condensador foi capaz de retirar uma média de 100 ml de água a cada 30 minutos. Porém, esse resultado foi diretamente influenciado pelas condições climáticas no período de testes, onde a umidade relativa do ar se encontrava muito baixa e com ventos de força moderada a alta durante as noites. A soma desses fatores diminuiu consideravelmente a umidade relativa do ar e conseqüentemente a quantidade de água disponível para condensação.

**Palavras-chave:** Ar atmosférico. Condensação. Recursos hídricos.

#### REFERÊNCIA:

SILVA, G.; SOUSA F. A. S. Estudo da viabilidade da produção de água a partir do resfriamento do ar. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*. v.13, n.5, p.575–580, 2009.

#### SUCESSÃO LEGÍTIMA DOS ASCENDENTES E A CONCORRÊNCIA COM O CÔNJUGE

CAVALCANTE, Anny Caroline Barbosa<sup>1</sup>; SOUSA, Felipe Santos de<sup>1</sup>; SILVA, Máisa Cantuária da<sup>1</sup>; CUNHA, Caio Ezequiel Santos Cunha<sup>1</sup>; DIAS, Rodrigo Dantas<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes da UNIMONTES; <sup>2</sup>Docente da UNIMONTES, FUNORTE e FIPMoc.

**Introdução:** No estudo da ordem de vocação hereditária da sucessão legítima, ganha destaque a concorrência da figura do cônjuge em relação aos descendentes e ascendentes, e a sua sucessão isolada. As análises sobre a forma de distribuição de herança é de grande importância para o entendimento das mudanças sofridas pelo Direito Civil em matéria sucessória, que passou a privilegiar o cônjuge, de forma diversa do que foi estabelecido pelo Código Civil de 1916. Torna-se importante também apurar efeitos da tendência moderna da multiparentalidade no âmbito dos efeitos sucessórios. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo promover uma breve análise da sucessão dos ascendentes e sua concorrência com o cônjuge do falecido, tratando ao fim, de algumas questões pertinentes à multiparentalidade. **Método:** vale-se de pesquisa bibliográfica e legislativa sobre o tema. **Resultados:** O Código Civil de 2002 (CC/2002) elenca no Capítulo de Ordem de Vocação Hereditária, os ascendentes, em segunda posição, concorrendo com o cônjuge, na sucessão legítima para divisão dos bens do falecido. Como preleciona o parágrafo primeiro do art. 1.836 do CC/02, na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, sem distinção de linhas, caracterizando dessa forma as duas regras básicas da sucessão dos ascendentes: o mais próximo exclui o mais remoto e a igualdade de grau em linhas distintas. O artigo 1.836 do CC/2002 Art. 1.836 caput dispõe acerca do assunto: “Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.”. Na sucessão entre ascendentes e a concorrência com o cônjuge, é de grande importância que se verifique o montante da herança devida às partes que sucedem o *de cuju*, bem como quando se dá a concorrência relativa aos graus de parentesco. Além disso, pelo Enunciado 609 do Conselho da Justiça Federal em setembro de 2015, concorrência sucessória entre o cônjuge ou companheiro com o ascendente independe do regime de bens. Ressalta-se que a multiparentalidade deve ser considerado na sucessão dos ascendentes para a partilha da herança. Além disso, há que se refletir sobre a quota a que fará jus o consorte quando concorrer com mais de quatro avós do falecido. Essa não é uma questão pacífica na jurisprudência e como pode passar de oito o número de possíveis avós, a discussão principal é a de garantir ou não a metade da herança ao cônjuge supérstite. Tartuce (2017), assim como grande parte da doutrina, entende que essa divisão deverá ser feita resguardando a quota maior ao cônjuge, sendo o restante igualmente dividido entre os avós. **Conclusão:** No caso da sucessão dos ascendentes, ganha o cônjuge

o privilégio de concorrer independentemente do regime de bens adotado pelo casal, e sendo beneficiado também pela não ocorrência da representação em tal escala sucessória. Destaca-se ainda a garantia que lhe é oferecida de herdar a metade dos bens, caso concorra com ascendentes de graus diversos. Visualiza-se, portanto, a promoção de uma maior igualdade entre os parentes do falecido e o cônjuge.

**Palavras-chave:** Herança. Sucessão do cônjuge. Sucessão do ascendente.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: 07 de maio de 2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Enunciado 609 da VII Jornada de Direito Civil.** Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/845>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

TARTUCE, F.. **Direito civil:** direito das sucessões. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

## SUCESSÃO NOS CASOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM

CARVALHO, Jéssica Mendes<sup>1</sup>

<sup>1</sup>CARVALHO, Jéssica Mendes<sup>1</sup>; <sup>2</sup>TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes <sup>2</sup>Docente FIPMoc

**Introdução:** Com o desenvolvimento da medicina, no que se refere à reprodução humana assistida, ampliou-se as possibilidades dos casais de terem filhos, no entanto, surge, também, insegurança jurídica no que se refere aos direitos sucessórios perante essas novas técnicas científicas, tendo em vista que o legislador infraconstitucional não regulamentou esses direitos. **Objetivo:** estudar o direito de sucessão nos casos de fertilização artificial *post mortem*, diante da falta de legislação nestes casos. **Método:** abordagem dedutivo e o procedimento monográfico, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** verificou-se que o direito de sucessão é um conjunto de normas disciplinadoras da transferência do patrimônio de uma pessoa, depois de sua morte, aos seus herdeiros. A sucessão refere-se a uma situação em que uma ou mais pessoas substituem a outra, assumindo seus direitos e obrigações, podendo ser resultado de uma transferência entre pessoas, em razão da morte de uma delas. Os resultados obtidos com esse estudo também demonstraram que o direito à sucessão existe, tanto para os filhos concebidos de modo natural, como aqueles concebidos *post mortem*, mas, diante da ausência de regulamentação específica, ainda continua sendo um tema controverso. **Conclusão:** entendeu-se que não existe diferenciação entre concepção uterina ou laboratorial, o que faz com os filhos havidos nos casos de inseminação artificial *post mortem* tenham seus direitos sucessórios resguardados. A expressão ‘já concebidas’, disposta no texto do artigo 1.798 do Código Civil de 2002 (CC/02) abrange, também, a concepção laboratorial. Assim, o embrião concebido, criogenizado e ainda não implantado no útero também tem direito sucessório. Por fim, concluiu-se que ainda existem questões importantes que não seguiram a evolução da sociedade e os avanços tecnológicos da medicina, como o caso da reprodução humana assistida e seus efeitos sucessórios, surgindo polêmica referente à sucessão quando acontece a inseminação artificial após a morte, o que acaba gerando insegurança jurídica e violação ao princípio da igualdade dos filhos.

**Palavras-chave:** Reprodução assistida. Filiação. Paternidade. Sucessão. Igualdade entre os filhos.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL APROVA CASO DE ADOÇÃO À BRASILEIRA

SANTOS, Igor Luiz Azevedo<sup>1</sup>; PRADO, Josefa Faria Gonçalves<sup>2</sup>; PEREIRA, Ryan Brwnner Lima<sup>3</sup>;  
TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A adoção socioafetiva é um assunto que deve ser discutido no Direito Penal. Levando em consideração o vínculo entre o homem e a criança que advém do afeto, o amor é um sentimento que não possui obrigação, o seu desenvolvimento se dá por livre espontânea vontade (CARDIN; WYSOSKI, 2009). No Brasil existem casos de adoção em que os pais biológicos entregam seus filhos para outras pessoas, sem

seguir as exigências judiciais. Esse tipo de ação é chamado de “adoção à brasileira”. **Objetivo:** Essa pesquisa vai abordar sobre a adoção à brasileira que teve aprovação no STF em um caso que colocaria em risco a vida da criança. **Método:** Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** No ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF), permitiu que um casal adotasse, irmãos gêmeos aos nove meses de idade, de forma à brasileira. O pai alegava que os filhos eram frutos de um relacionamento extraconjugal e que sua esposa estava disposta a adotá-los, porém na realização do exame de DNA foi constatado que o adotante no caso o pai, não era de fato o pai biológico. Segundo a mãe biológica dos filhos, ela concordou com a adoção, pois na família de origem dos gêmeos, o avô e o pai abusavam das crianças mais velhas e diante dessa situação o ministro defendeu a permanência dos gêmeos com os pais adotivos alegando que os pais biológicos das crianças não possuíam condições de fazer companhia. A adoção à brasileira, é primeiramente ilegal no Direito brasileiro, pois se encontra no Art. 242 do Código Penal, “dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil”. **Conclusão:** No caso dos gêmeos o ministro permitiu adoção à brasileira. Pode ser colocado em pauta que as ações dos responsáveis de acordo com o Código Penal agiram de forma ilegal, porém com análise profunda do caso, a mãe estava salvando seus filhos de um futuro abuso que era pertinente na família de origem dos gêmeos e assim contribuiu na decisão do ministro, logo ele enfatiza que os pais biológicos não são aptos para criá-los, pois podem causar danos irreversíveis nas crianças.

**Palavras-chave:** Penal. Adoção. Gêmeos.

#### REFERÊNCIA:

CARDIN, Valéria Silva Galdino; WYSOSKI, Andreza Minamisawa. Da filiação socioafetiva. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 579-591, jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/1242/829>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

#### TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO APLICADAS AO NÚCLEO DE ATENÇÃO À SAÚDE E PRÁTICAS PROFISSIONALIZANTES- NASPP

CAVALCANTI, Mariele Silva<sup>1</sup>; CERQUEIRA, Karina Corrêa Ferreira<sup>1</sup>; DINIZ, Thayná Santos<sup>1</sup>; MARTINS, Karen Emanuelle dos Santos<sup>1</sup>; SANTOS, Rafael Fernandes<sup>1</sup>; ORSOLIN, Ítalo Antônio<sup>1</sup>; BICALHO, Elisa Pereira Santana<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes das FIPMOC, <sup>2</sup> Docente das FIPMOC.

**Introdução:** Para a elaboração de um projeto arquitetônico, o profissional deve executar diversas etapas até que esse possa ser aprovado e executado, dentre elas o anteprojeto. Essa é uma etapa intermediária caracterizada por um conjunto de desenhos que representam o projeto com maior clareza e personalidade, que consiste em uma configuração definitiva da construção, considerando todas as exigências contidas no programa de necessidades e no estudo preliminar. Nesse contexto, são realizados levantamentos dos dados, o estudo do perfil e das indispensabilidades do cliente, assim então é realizado o lançamento das ideias para a solução arquitetônica (através de desenhos conceituais, layouts, perspectivas e croquis). No projeto conceitual de plantas e cortes são exibidos ângulos diferentes, com ilustrações, croquis, maquetes volumétricas, filmes do projeto para proporcionar aos clientes total compreensão e para a apresentação servir de suporte para o seu discurso. **Objetivos:** Conhecer as fases de um projeto arquitetônico e as técnicas de apresentação, visando promover ao cliente uma total compreensão do projeto. **Método:** O estudo foi feito através de pesquisas técnicas-científicas como pesquisa bibliográfica, de campo de caráter exploratório. A coleta de dados foi em artigos científicos, normas brasileiras (NBR) e livros disponibilizados pelos professores. Além disso, foram coletados documentos típicos da fase do projeto. **Resultados:** Diante disso, o Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP) foi escolhido como objeto de estudo para a demonstração da fase intermediária apresentada. No processo de realização de uma construção estruturada é imprescindível um planejamento apropriado através de um estudo da legislação juntamente com o zoneamento, promovendo assim um projeto bem definido, aplicável. Neste momento, são elaborados croquis que possibilitam maior percepção do espaço e posteriormente são desenvolvidos desenhos técnicos contendo plantas, cortes e elevações, desenhos estes que serão a base para o desenvolvimento de todos os projetos complementares. **Conclusão:** A partir dos dados analisados, o anteprojeto tem fundamental importância devido a sua complexidade, vinculado na importância que o profissional tem em transmitir ao seu cliente suas ideias de forma clara, visando a boa compreensão e

entendimento do projeto arquitetônico. Além disso, está vinculado desde a sua concepção até o seu estágio final do produto.

**Palavras-chave:** Projeto arquitetônico. NASPP. Croqui

## **TELEMEDIATIZAÇÃO DA JUSTIÇA: OPERAÇÃO LAVA JATO E O POPULISMO PENAL DISRUPTIVO**

CHAVES, Maria Cecília Magalhães <sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda em História pela Unimontes. Graduada em Direito; <sup>2</sup>Docente das FIPMOC

**Introdução:** Balizado em discursos repressivos e inflação legislativa como solução ao problema da criminalidade o expansionismo penal deu ensejo ao fenômeno do populismo penal midiático, no qual a mídia explora o senso comum, as emoções e demandas geradas pela violência em favor de um consenso popular que visa o rigor penal. No Brasil, com a deflagração das investigações da *Operação Lava Jato*, a mídia passou a exercer papel de maior relevância, uma vez que, os limites de sua atuação foram sobrepostos, de modo que não mais é percebida como mera disseminadora de informações, mas sim como constituidora de representações sociais e percepções políticas que permeiam o imaginário punitivo. Neste sentido, tem se a eclosão do populismo penal disruptivo que consiste em “postular as mesmas medias (pena dura de prisão, leis penais mais rigorosas, mais prisão, mais presídios, etc.) para criminosos poderosos, pertencentes às classes sociais dominantes ou superiores” (GOMES, 2013, p. 16). **Objetivos:** A pesquisa tem como propósito compreender o processo de telemidiatização da justiça penal no contexto da *Operação Lava Jato* e a sua relação com o populismo penal disruptivo. **Método:** Utilização de técnica de pesquisa bibliográfica de doutrina especializada e método de abordagem dedutivo. **Resultados:** O populismo penal disruptivo surge como um novo paradigma de justiça punitiva. Em consonância à sociedade do espetáculo, na qual as relações sociais estão mediadas por imagens e onde a cultura da mídia exerce grande poder, os processos e investigações criminais se transformaram em verdadeiros espetáculos midiáticos. É o caso da *Operação Lava Jato* na qual se verifica a legítima telemidiatização da justiça penal, “onde não existe processo, sim, *teleprocesso*. Não existem juízes, sim *telejuízes*. Não há votos, sim *televotos*. Não há público, sim *teleaudiência*” (GOMES, 2013, p. 16). No bojo da telemidiatização da justiça penal é possível perceber que os veículos de comunicação, em especial, a “mídia de massa” (televisão e internet), desempenha um jornalismo populista que atua na difusão do hiperpunitivismo através do modelo de populismo penal midiático chamado disruptivo. Neste sentido, restou comprovado que com a telemidiatização da justiça penal a população enquanto público telespectador passou a clamar pela punição dos criminosos de colarinho branco nos mesmos moldes da reivindicação de punição dos marginais estereotipados, sujeitos da criminalidade clássica (delitos patrimoniais, sexuais, violentos). **Conclusão:** Hodiernamente a mídia se apoderou do discurso criminológico e desse modo, o fenômeno da violência é pauta do cotidiano das matérias telejornalísticas. Destarte, através do populismo disruptivo o clamor punitivo volta-se para a punição de alguns poderosos integrantes das classes dirigentes no qual se conclama a defesa da legalidade e moralidade da vida pública em contraposição a impunidade por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, etc. Isto posto, entende-se que a *Operação Lava Jato* consiste em exemplo prático desse populismo penal disruptivo, o qual no campo da telemidiatização da justiça penal igualou a criminalidade do mundo político com o mundo da criminalidade estereotipada persuadindo o imaginário popular com a falsa idéia de que através do rigor penal se está combatendo a criminalidade.

**Palavras-chave:** Mídia disruptiva. Telemidiatização. Justiça penal.

### **REFERÊNCIAS:**

GOMES, Luiz Flávio. **Populismo penal midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**. São Paulo. Saraiva. 2013

## TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR E SEUS ASPECTOS

MOTA, Alayanny Hannah Fonseca<sup>1</sup>; LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>; NEVES, Emanuel Messias Felix<sup>1</sup>; TIBÃES, Emily Caroliny Souza<sup>1</sup>; ALMEIDA, Pollyana Cecília Carvalho<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; MOTA, Ayêsha Alannah Fonseca<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Medicina da FUNORTE; <sup>2</sup>Docente do CETCT

**Introdução:** O transtorno afetivo bipolar (TAB) é definido como uma doença recorrente, crônica e grave, causando um impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes, acometendo a família e grande parte da sociedade. Há episódios relacionados ao TAB, que são mostrados por mania, hipomania e depressão ou períodos mistos (mania e depressão) e ciclagem rápida (ciclos curtos de mania e depressão). O profissional enfermeiro precisará utilizar sua própria personalidade, compressão e habilidade para o desenvolvimento de atitudes satisfatórias para enfrentar situações difíceis frente ao paciente. **Objetivo:** Descrever os aspectos conceituais sobre o transtorno afetivo bipolar e a atuação da enfermagem. **Método:** Realizou-se uma análise bibliográfica em artigos indexados na plataforma SCIELO no período de 2013 a 2017. **Resultados:** Em torno de 450 milhões de pessoas sofrem de transtornos mentais, isso resulta de um conjunto de fatores genéticos e ambientais. Os eventos depressivos são prevalentes, cerca de 3 vezes mais frequentes que os de mania, 5 vezes mais que os sintomas mistos ou de ciclagem rápida. Para reduzir o TAB, é efetuado o tratamento medicamentoso, mas na ausência da disponibilidade do medicamento, os pacientes passavam boa parte da sua vida no hospital, causando em alguns, serias limitações funcionais. Na mania, são comuns episódios frequentes e incapacitantes, porém, pouco estudados e diagnosticados, afetando o humor, o sono, cognição, psicomotricidade e nível de energia, no qual, o humor torna-se expansivo ou eufórico, o sono é reduzido, há aumento de energia, de atividades prazerosas, além de inquietação e agitação psicomotora. A hipomania envolve mudanças de humor, irritabilidade, hiperatividade, sono reduzido, aumento da atividade física, iniciativa, atividades prazerosas, libido e sexo. Os sintomas da hipomania são parecidos aos da mania, mas não tão intenso, sem sintomas psicóticos e não requer internação hospitalar. Há também a depressão, que é considerado outro sintoma do transtorno bipolar, causando alterações no humor, comportamento e funções biológicas, gerando tristeza ou irritabilidade aos portadores da doença. A desesperança e a sensação de fracasso podem leva-los as tentativas de suicídio. O paciente com transtorno sempre necessitará da assistência de enfermagem continuamente independentemente da sua área de atuação. Sabe-se que o transtorno bipolar apresenta um grande impacto na vida do paciente e seus familiares, como também na sociedade, acarretando prejuízo irreparável em vários setores da vida do indivíduo, como finanças, saúde, reputação, e sofrimento psicológico, sendo comum, pois acomete cerca de 8 a cada 10 a cada 100 indivíduos, igualmente em mulheres e homens. Uma intervenção da enfermagem psiquiátrica é permitir ao enfermeiro deixar de limitar-se aos cuidados físicos e passar a abordar o próprio sofrimento psíquico enquanto fenômeno da enfermagem. **Conclusão:** É fundamental que este profissional desenvolva o olhar crítico junto da equipe de enfermagem para aprender as necessidades de educação permanente. Portanto, o enfermeiro frente aos pacientes com transtornos afetivo bipolar deve desenvolver uma relação terapêutica com seu cliente ou grupo de paciente, através de uma interação adequada com eles e consequentemente com a sua família. Para isso, é essencial utilizar-se de autoconhecimento, formação técnica e habilidade pessoal.

**Palavras-chave:** Bipolar. Transtorno. Enfermagem.

## TRATAMENTO DA EPILEPSIA ATRAVÉS DO NERVO VAGO

CUNHA, Adriana de Oliveira<sup>1</sup>; GUEDES, Caroline Bicalho Ribeiro<sup>2</sup>; ANDRADE, Caroline Ferreira<sup>3</sup>; DE ALMEIDA, Eduardo Henrique Soares<sup>4</sup>; ABREU, Maria Isabella Silva<sup>5</sup>; DA COSTA, Rodrigo Novi<sup>6</sup>; FAGUNDES, Daniel Ferreira<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Discente das FIPMoc; <sup>3</sup>Discente das FIPMoc; <sup>4</sup>Discente das FIPMoc; <sup>5</sup>Discente das FIPMoc; <sup>6</sup>Discente das FIPMoc; <sup>7</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A epilepsia, segundo Hall (2011), é definida por um funcionamento excessivo do sistema nervoso central, que se desenvolve quando o limiar basal de excitabilidade dos neurônios se eleva exageradamente. Na visão de Engineer, Hays e Kilgard (2017), o tratamento da epilepsia através da estimulação do nervo vago (X nervo craniano) é uma terapia utilizada, sobretudo, em casos de epilepsia refratária, isto é, quando não se obtêm uma resposta satisfatória com a utilização de antiepilépticos. **Objetivo:** Entender a epilepsia e o seu tratamento a partir do nervo vago. **Métodos:** Esse estudo constituiu-se de uma revisão de literatura descritiva, elaborada entre agosto e novembro de 2017, no qual realizou-se

uma consulta a artigos científicos selecionados através da busca no banco de dados do Scielo e Pubmed, entre os anos de 2001 e 2017. As palavras-chaves utilizadas foram epilepsia, nervo vago, tratamento e estimulação vagal. Foram incluídos 19 artigos científicos, nos quais os critérios de inclusão foram aqueles que englobavam os aspectos gerais da epilepsia, suas causas, o diagnóstico adequado e a abordagem terapêutica utilizando-se a estimulação vagal como tratamento da epilepsia. Foram excluídos artigos que relatavam outras linhas de tratamento, que não a estimulação do nervo vago. **Resultados:** Essa revisão foi desenvolvida por meio da seleção e análise de 19 artigos científicos que se enquadraram dentro dos critérios de inclusão anteriormente descritos e que melhor contemplaram a respeito da estimulação do nervo vago como forma de tratamento da epilepsia, que para Edwards *et al.* (2017), ocorre mediante à neuroestimulação. A estimulação vagal é feita cirurgicamente por meio de uma incisão na região do pescoço, impreterivelmente, do lado esquerdo, com objetivo de evitar uma possível bradicardia, o que aconteceria caso ocorresse uma estimulação do lado direito. Posteriormente, faz-se dissecação do músculo platísmo, atingindo então a bainha carotídea que contém o nervo pneumogástrico esquerdo onde é colocado, cuidadosamente, o eletrodo ao seu redor. Segundo Shahwan *et al.* (2008), acredita-se que o aumento de fluxo sanguíneo para o tálamo, por meio da liberação de norepinefrina durante a estimulação, influencie positivamente para a redução das convulsões. O tratamento da epilepsia por neuroestimulação vagal tem-se mostrado satisfatório à longo prazo. De acordo com Wasade *et al.* (2015), em um período de 15 anos, houve redução ou suspensão significativa da frequência das crises epiléticas refratárias com raros efeitos colaterais em pacientes com esse tipo de tratamento. Apesar de ser desafiador, a VNS é uma alternativa promissora para epilepsias clinicamente intratáveis, já que é considerado de baixo risco e parece proporcionar uma melhor qualidade de vida ao paciente. **Conclusão:** O controle da epilepsia é feito majoritariamente por via medicamentosa. Entretanto, a maior parte dos medicamentos utilizados possuem inúmeros efeitos adversos e muitas vezes não conseguem resolver satisfatoriamente o quadro das crises epiléticas. Nesse contexto, pôde-se concluir que uma das alternativas possíveis é o tratamento por meio da estimulação do nervo vago, que é capaz de reduzir a frequência e a intensidade das epilepsias, além de não produzir complicações graves.

**Palavras-chave:** Epilepsia. Nervo Vago. Tratamento.

#### REFERÊNCIAS:

- EDWARDS, Christine A.; KOUZANI, Abbas; LEE, Kendall H.; ROSS, Erika k. Neurostimulation Devices for the Treatment of Neurologic Disorders. **Mayo Foundation for Medical Education and Research**.USA, v. 9, n. 92, p. 1427-1444, 2017.
- ENGINNER, Crystal T.; HAYS, Seth A.; KILGARD, Michael P. Vagus nerve stimulation as a potential adjuvant to behavioral therapy for autism and other neurodevelopmental disorders. **Journal of Neuro develop mental Disorders**, USA, v. 9, n. 20, 2017.
- SHAHWAN, Amre; BAILEY, Catherine; MAXINER, Wirginia; HARVEY, A. Simon. Vagus nerve stimulation for refractory epilepsy in children: More to VNS than seizure frequency reduction. **Official Journal of the International League Against Epilepsy**, Australia, 2008.
- WASADE, Vibhangini S.; SCHULTZ, Lonni; MOHANARANGAN, Karthik; SCHWALB, Jason M.; SPANAKI-VARELAS, Marianna. Long-term seizure and psychosocial outcomes of vagus nerve stimulation for intractable epilepsy. **Epilepsy & Behavior**. New York, v.53, p. 31-36, 2015.

#### TRATAMENTO DA OSTEOARTROSE

CUNHA, Adriana de Oliveira<sup>1</sup>; GUEDES, Caroline Bicalho Ribeiro<sup>2</sup>; ANDRADE, Caroline Ferreira<sup>3</sup>; DE ALMEIDA, Eduardo Henrique Soares<sup>4</sup>; ABREU, Maria Isabella Silva<sup>5</sup>; DA COSTA, Rodrigo Novi<sup>6</sup>; BARRAL, Ana Beatriz Cezar Rodrigues<sup>7</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Discente das FIPMoc; <sup>3</sup>Discente das FIPMoc; <sup>4</sup>Discente das FIPMoc; <sup>5</sup>Discente das FIPMoc; <sup>6</sup>Discente das FIPMoc; <sup>7</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A osteoartrose (OA), segundo Turolla, Gebrael e Nascimento (2015), é uma doença reumática degenerativa que se caracteriza como uma decomposição do osso subcondral e da cartilagem articular, ocasionando fricção óssea. Esse desgaste gera dor substancial e incapacitante, impossibilitando aos acometidos exercer suas atividades diárias. De acordo Waller *et al.* (2014), as terapias utilizadas para

tratamento da OA não possuem efeitos reversíveis em relação aos processos degenerativos da cartilagem, desse modo, as terapias atuais buscam a redução do quadro sintomático e melhoria da função articular. **Objetivo:** Explicar as formas de tratamento da osteoartrose. **Métodos:** Este estudo constituiu-se de uma revisão de literatura descritiva, realizada entre março e maio de 2018, no qual foram feitas consultas a 61 artigos científicos selecionados mediante a busca nas bases de dados online: SciELO, Google Acadêmico e Pubmed, entre os anos de 2000 e 2018. Além disso, foram empregadas informações de livros de reumatologia e de revistas científicas. A busca no banco de dados foi realizada utilizando às terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde criados pela Biblioteca Virtual em Saúde. Dos artigos selecionados, 20 foram incluídos com base nos critérios de inclusão estabelecidos, que foram: a definição da osteoartrose, bem como a epidemiologia e, as formas de tratamento, principalmente, a estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), a prática de exercícios físicos, assim como as abordagens farmacológica e cirúrgica da OA. Excluíram-se 41 artigos que não contemplavam o objetivo geral do trabalho e não relatavam o tratamento de maneira clara. **Resultados:** Esta revisão foi elaborada através da seleção e análise de 20 artigos científicos que condiziam com os critérios de inclusão anteriormente descritos e que melhor abordaram a respeito do tratamento da osteoartrose. De acordo com Júnior e Inácio (2013), não há unanimidade no tratamento da OA, sendo, portanto, multidisciplinar. Utiliza-se estratégias que visam à melhoria da dor e a funcionalidade dos pacientes. Dentre esses processos, destacam-se os tratamentos farmacológico, cirúrgico e o não farmacológico. Segundo Silva *et al.* (2014), a estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) é uma técnica não-invasiva que tem se destacado entre as alternativas para os quadros algícos agudos e crônicos. **Conclusão:** Para o tratamento da OA é necessário avaliar individualmente o grau de comprometimento do paciente, bem como suas manifestações clínicas. Desse modo, torna-se importante a pesquisa, desenvolvimento e aplicação de um tratamento adequado a cada pessoa, seja ele fisioterapêutico, medicamentoso ou cirúrgico. Assim, é possível escolher o tratamento mais eficaz com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras da osteoartrose.

**Palavras-chave:** Osteoartrose. Tratamento. Doença Reumática.

#### REFERÊNCIAS:

- JUNIOR, Osmar Valadão Lopes; INÁCIO, André Manoel. Uso de glucosamina e condroitina no tratamento da osteoartrose: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de ortopedia**. v.48, n.4, P. 300-306, 2013.
- SILVA, Danilo de; FERREIRA, Amanda Schenatto; GONÇALVES, Ana Valéria; COSTA, Marina Dalla; ZILIO, Marina; FRÉZ, Andersom Ricardo; BERTOLINI, Gladson Ricardo Flor. Efeitos de diferentes frequências da estimulação elétrica nervosa transcutânea em relação à acomodação e agradabilidade. **Scientia Medica**. Rio Grande do Sul, v.24, n.3, p.264-268, 2014.
- TUROLLA, Ana Caroline Spaziante; GEBRAEL, Tatiana Luísa Reis; DO NASCIMENTO, Beatriz Ambrósio. A contribuição do método Meir Schneider –self- healing em um caso de osteoartrose de mãos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 83-92, 2015.
- WALLER, B.; OGWONSKA-SLODOWNIK, A.; VITOR, M.; DALY, D.; KUJALA, U.M.; HEINONEN, A.  
Effectsoftherapeutic aquatic exercises on symptoms and function associated with lower limb osteoarthritis: systematic review with meta-analysis. **Physical Therapy**. Oxford, v.94, n.10, p.1383-95, 2014.

#### TRATAMENTOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA DIABETES E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES

MAIA, Anna Luísa Neves<sup>1</sup>; ANDRADE, Gustavo Manzini Novato de<sup>1</sup>; FONSECA, Luana Alkmim<sup>1</sup>; BATISTA, Milena Malta<sup>1</sup>; PRATES, Pedro Lopes<sup>1</sup>; BORGES, Vivian Lee Neves<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>

1: Acadêmicos do curso de Medicina das FIPMoc; 2: Professora/orientadora nas FIPMoc

**Introdução:** Para a American Diabetes Association (2014), a diabetes é classificada como uma doença crônica não transmissível (DCNT) caracterizada por um conjunto de distúrbios metabólicos que resultam no aumento de glicose no sangue por ineficiência do mecanismo de ação ou escassez da produção de insulina nas células β pancreáticas. Segundo Petermann *et. al* (2015), essa DCNT pode ser dividida em Diabetes Tipo 1 e tipo 2, gestacional e outros tipos menos frequentes. O Diabetes Mellitus tipo 1 consiste

na destruição das células beta pancreáticas por um processo autoimune, enquanto a tipo 2 costuma se manifestar mais tardiamente e relaciona-se a hábitos de vida e predisposição genética. A Sociedade Brasileira de Diabetes (2016) afirma que essa doença tem se tornado epidêmica, com crescente número de portadores, o que se justifica pelas mudanças do perfil epidemiológico atual, provocadas pela globalização e pelo capitalismo, que impactam o estilo de vida das populações. Para Carvalho, Silva e Coelho (2015) as últimas décadas se destacam com uma produção científica que aponta a relevância da inclusão de tratamentos não medicamentosos no controle dessa doença, que se apresentam como primeira linha de enfrentamento a esse agravo. **Objetivo:** Descrever os tratamentos não farmacológicos para pacientes com diabetes. **Métodos:** Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura cuja busca de dados foi efetuada nas bases eletrônicas SCIELO, PUBMED e MEDLINE. Foi feita a leitura de 32 artigos e selecionados 20 artigos publicados entre os anos de 2008 a 2017. O critério de inclusão utilizado foi a existência de relação entre o artigo analisado e o tema do trabalho, enquanto o critério de exclusão foi a indisponibilidade integral dos estudos, teses e dissertações, além daqueles que não atenderam ao objetivo do trabalho. **Resultados:** A Sociedade Brasileira de Diabetes (2016) ressalta que a doença gera preocupação independente do seu grau. Para cuidados paliativos, Conceição, Silva e Barbosa (2017) trazem a importância do uso de fármacos e a indispensável colaboração de exercícios e alimentação saudável. Oliveira e Franco (2010) ressaltam a importância do equilíbrio alimentar através da ingestão de alimentos ricos em fibras e com baixo índice glicêmico, que induzem menores níveis de glicose pós-prandial e insulina, como também alimentos com baixo teor de gordura. Já conforme as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2016), exercícios aeróbicos podem criar condições de reversão parcial ou total de consequências resultantes da hiperglicemia crônica. Ainda assim, Oliveira et al. (2014) ressalta a importância de incentivo a tratamentos não farmacológicos (em suma, esporte, atividades aeróbicas e alimentação saudável) uma vez que esses apresentam baixa aderência entre os pacientes. **Conclusão:** O tratamento não farmacológico é essencial para o controle e melhora no quadro de pacientes portadores de Diabetes Mellitus. Portanto, tendo em vista a alta prevalência dessa doença crônica não transmissível, faz-se necessário que esse método seja mais disseminado pelos profissionais da saúde a fim de aumentar a adoção desse por parte dos portadores, já que o percentual de adesão ainda está muito abaixo do ideal e essa situação pode dificultar o controle da doença.

**Palavras-chave:** Doença crônica. Tratamento. Comportamento Alimentar.

#### REFERÊNCIAS:

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Diagnosis and Classification of Diabetes Mellitus. **Diabetes Care**, v. 37, n. 1, jan. 2014.

CARVALHO S. S.; SILVA T. M. A.; COELHO J. M. F.; Contribuições do tratamento não farmacológico para Diabetes Mellitus Tipo 2. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 59-64, abr./jun. 2015.

CONCEIÇÃO, Raissa Alves; DA SILVA, Paula Nogueira; BARBOSA, Maria Letícia C. Fármacos para o Tratamento do Diabetes Tipo II: Uma visita ao Passado e um olhar para o Futuro. **Revista Virtual de Química**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, pg. 1-21, março-abril. 2017.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos; COSTA, Laponira Cortez de Oliveira; AMORIM, Maria Edilândia Silva; OTTON, Rosemari; NOGUEIRA, Matheus Figueiredo. Avaliação da Adesão Terapêutica de Pacientes com Diabetes Mellitus Tipo 2. **Revista de Enfermagem**. Recife, 8(6):1692-701, jun., 2014.

OLIVEIRA, P. B.; FRANCO, L. J. Consumo de adoçantes e produtos dietéticos por indivíduos com diabetes melito tipo 2, atendidos pelo Sistema Único de Saúde em Ribeirão Preto, SP. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, Ribeirão Preto, SP, v. 54, n. 5, p. 455-462, 2010.

PETERMANN et al. Epidemiologia e cuidado à Diabetes Mellitus praticado na Atenção Primária à Saúde: uma revisão narrativa. **Revista Saúde Santa Maria**, Santa Maria, n.1, v. 41, p.49-56, Jan./Jul 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016**. Rio de Janeiro: AC FARMACÊUTICA LTDA, 2016. Disponível em: <<http://www.diabetes.org.br/profissionais/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>> Acesso em: 03.set.2017.

## TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO: MANEJO CLÍNICO E REABILITAÇÃO

LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>; MOTA, Alayanny Hannah Fonseca<sup>1</sup>; NEVES, Emanuel Messias Felix<sup>1</sup>; TIBÃES, Emily Caroliny Souza<sup>1</sup>; ALMEIDA, Pollyana Cecília Carvalho<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; MOTA, Ayêsha Alannah Fonseca<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Medicina da FUNORTE; <sup>2</sup>Docente do CETCT

**Introdução:** O traumatismo cranioencefálico (TCE) é uma disfunção cerebral causada por uma força externa que acomete indivíduos com idade menor que 45 anos e correspondem a 10% do total de mortes, sendo os jovens do sexo masculino os mais prevalentes. Segundo registros de ocorrência no SUS, o TCE tem alta taxa de mortalidade em acidentes automobilísticos e elevado índice de internação causada por quedas. As condutas médicas são classificadas em fase de reabilitação aguda, subaguda e crônica, com mensuração do quadro clínico a partir da escala de Glasgow (ECG). **Objetivo:** Avaliar o manejo clínico e reabilitação dos pacientes vítimas de TCE. **Método:** Realizou-se uma análise bibliográfica em artigos indexados na plataforma virtual PubMed no período de 2013 a 2017. **Resultados:** As principais razões do TCE estão relacionadas com causas externas, sendo 50% em acidentes automobilísticos, atingindo uma faixa etária entre 15 e 24 anos e com aproximadamente 24% de taxa de mortalidade; 30% em quedas, principalmente idosos, com taxa média de 373 mil internações anuais. Ademais, as causas violentas provocadas por armas brancas e de fogo representam cerca de 20% do total. Tais acidentes podem alterar a anatomia fisiológica do crânio, comprometendo a função das meninges, encéfalo ou vasos, além de laceração do couro cabeludo, ocasionando distúrbios cerebrais passageiros ou permanentes. As lesões cerebrais são classificadas como primárias (trauma direto do parênquima cerebral com ferimento fechado a partir da desaceleração) e secundárias (após o momento da agressão, causando a morte de células que não foram afetadas inicialmente). As principais sequelas resultantes do TCE são compreendidas em três categorias: físicas (motoras, táteis e visuais); cognitiva (déficit de atenção, memória e funções executivas) e comportamentais (perda da autoconfiança, depressão, ansiedade, irritabilidade e agressão). A gravidade do TCE é classificada utilizando a ECG que deve ser reaplicada ao longo do atendimento clínico para acompanhar o prognóstico. São estabelecidos os pressupostos básicos do cuidado e o processo de reabilitação que objetiva a elevação do potencial de habilidades físicas, intelectuais, sensoriais, psicológicas e de funcionamento social. A reabilitação ao TCE é longa e dividida em aguda, acontece logo após ao trauma, normalmente no hospital com o objetivo de manter a sobrevivência e evitar complicações; subaguda, ocorre durante a internação com a finalidade de compensar a deficiência e minimizar o sofrimento e, por último, a reabilitação ambulatorial, considerada a fase crônica, dando continuidade aos processos iniciados nas etapas anteriores com o foco de inserir a pessoa no contexto social e melhorar a qualidade de vida, baseando-se numa intervenção centrada na pessoa. **Conclusão:** Conforme os múltiplos fatores que determinam as lesões causadas pelo TCE e seus manejos clínicos, torna-se imprescindível a adoção de mecanismos para minimizar suas consequências. A rápida visualização clínica viabiliza o atendimento necessário, diminuindo as possíveis sequelas. Contudo, deve-se seguir os passos preconizados pelo Advanced Trauma Life Support (ATLS), priorizando o sistema respiratório e circulatório e, logo após, inicia-se avaliação neurológica. Portanto, a reabilitação do paciente deve ser acompanhada por uma equipe multiprofissional em consonância com a composição familiar.

**Palavras-chave:** Traumatismos Cranioencefálicos. Reabilitação. Manejo.

## TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO: VISÃO EPIDEMIOLÓGICA EM MONTES CLAROS

GOMES, Iara Lafetá<sup>1</sup>; MURTA, Inah Araújo de Almeida <sup>2</sup>; BRITO, Sara Gomes de<sup>3</sup>; PRINCE, Karina Andrade de <sup>4</sup>.

<sup>1 2 3</sup> Estudantes de Medicina das Faculdade Integradas Pitágoras.

<sup>4</sup> Docente na Faculdades Integradas Pitágoras

**Introdução:** O trauma cranioencefálico (TCE) tem grande impacto na atualidade, afetando principalmente a faixa etária ativa da população. Considerado a maior causa de morte e incapacidade em todo mundo, estima-se que mais de um milhão de pessoas vivam com sequelas neurológicas decorrentes do TCE. Embora sua alta incidência, estudos epidemiológicos permanecem escassos. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é analisar a epidemiologia do TCE na cidade de Montes Claros entre os anos de 2008 a 2017. **Método:** Trata-se de um estudo epidemiológico e quantitativo, cujos dados, sobre mortalidade por TCE em Montes Claros/MG de 2008 a 2017, foram obtidos através da base de dados do Departamento de

Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Resultados:** A análise constatou 829 óbitos decorrentes de trauma intracraniano do ano de 2008 ao ano de 2017, com 103 óbitos em 2011, sendo o ano com maior mortalidade. Observou predominância nas faixas etárias entre 20 a 29 e 30 a 39 anos de idade, respectivamente 143 (17,25%) e 123 (14,84%) óbitos. A maior porcentagem foi observada no sexo masculino, com 82,14%, enquanto que a taxa no sexo feminino foi de 17,86%. Corroborando com os dados obtidos, no estudo que abrangeu todo o território brasileiro 81,5% da amostra correspondeu ao sexo masculino. Quatro estudos delimitaram idades entre 20 e 30 anos como as mais afetadas. **Conclusão:** Concluiu-se que os estudos sobre a epidemiologia do TCE são importantes para auxiliar na verificação de faixa etária mais prevalente, permitindo, assim, que sejam elaboradas políticas públicas educativas, principalmente para o público jovem, mais efetivas em combate aos fatores de risco para acidentes que resultem em sequelas e eventos como TCE. Além de tornar possível melhoria no atendimento.

**Palavras-chave:** Traumatismos cranioencefálicos. Epidemiologia. Montes Claros.

### **TRIBUNAL DO JÚRI: UM ESTUDO DA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA IMPARCIALIDADE DOS JURADOS E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA ATRAVÉS DA INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

SILVA, Caroline de Souza; MARQUES, Cássio Matos<sup>1</sup>; SILVA, Dayana Priscilla Oliveira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>.  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

O Tribunal do Júri, sob fundamento de ser uma instituição democrática, não pode sofrer qualquer proposta tendente a revogação, uma vez que é protegido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assim como os direitos de liberdade dos meios de comunicação. O estudo tem como objetivo analisar a violação dos princípios constitucionais, sendo eles, a imparcialidade dos jurados e a presunção de inocência, mediante influência dos meios de comunicação nos julgamentos proferidos pelo Tribunal do Júri. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, realizada por meio de doutrinas, legislações, meios eletrônicos, revistas jurídicas, teses e artigos científicos, utilizando-se o método de abordagem dedutivo. Como resultado, verificou-se que os jurados que compõem o conselho de sentença de um Tribunal do Júri têm como competência o julgamento de crimes dolosos contra a vida. Além disso, também foi possível verificar que os meios de comunicação têm como função manter os cidadãos informados dos acontecimentos em meio à sociedade. Todavia, quando favorecem o crescimento desordenado de informações inverídicas, impressivas e abusivas, resultam em consequências negativas, como a influência na convicção dos jurados, antes mesmo de ter sido o acusado submetido ao julgamento propriamente dito. Essa atuação abusiva pode violar os princípios constitucionais da presunção de inocência e o da imparcialidade dos jurados. Portanto, conclui-se que, por ser o Brasil um Estado Democrático de Direito, deve garantir a proteção dos princípios e garantias constitucionais, em especial a imparcialidade dos jurados e a presunção de inocência, tornando possível, assim, a efetivação de tais direitos expressos na CRFB/88 e garantindo ao acusado um julgamento justo e imparcial.

**Palavras-chave:** Tribunal do Júri. Jurados. Meios de comunicação. Presunção de inocência. Imparcialidade dos jurados.

### **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA E O PARADOXO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA**

RODRIGUES, Edmilson Araújo<sup>1</sup>; VELOSO, CynaraSilde Mesquita<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Prof. Dr. Orientador do Centro de Pesquisa da FUNORTE; <sup>2</sup>Prof<sup>a</sup>. Dra. docente da Unimontes, FIPMoc e FAVAG

**Introdução:** Essa pesquisa tem a inquietação de estudar as reviravoltas no curso da demanda processual envolvendo de um lado a concessão da tutela provisória de urgência antecipada prevista no art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) e do outro o evidente contraste com a reparação do dano em caso de sentença desfavorável à parte beneficiária da concessão da medida liminar, previsão essa corroborada pelo art. 302 do CPC/2015. Cabe aduzir que o estratagema observado é patrocinado com o panorama estabelecido por meio da impossibilidade da audiência de justificação prévia obrigatória, realizada antes da decisão liminar a ser deferida (RODRIGUES; VELOSO, 2017). Esse fenômeno contraria

o contraditório e ampla defesa ratificada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) (BRASIL,1988). Sob tais pressuposto, como revisão de literatura, será utilizada a teoria neo-institucionalista do processo de Leal (2002) em contraponto à teoria instrumentalista do processo na óptica de Neves (2016). **Objetivo:** Analisar a observância do contraditório e da ampla defesa na concessão da tutela provisória de urgência antecipada por meio da audiência de justificação prévia obrigatória. **Método:** o trabalho foi desenvolvido por meio de um procedimento bibliográfico, consultando-se livros, revistas jurídicas e o CPC/2015. Tendo como premissa a visão qualitativa. Quanto ao aprofundamento da temática, desenvolveu-se por meio de abordagem exploratória, instrumento capaz de possibilitar um maior aprimoramento e afinidade com o tema em questão. **Resultado:** A tutela jurisdicional está assegurada ao cidadão por meio do Art. 5º, inciso XXXV da CRFB/88, compreendida na proteção à lesão ou ameaça ao direito. É de todo conveniente assentar que a pesquisa revela que a concessão da tutela provisória de urgência antecipada possibilita um resultado que demanda várias contradições, quais sejam: primeiro, não é possibilitado ao demandado contribuir com o resultado da decisão no limiar do processo; a parte beneficiada com a concessão da medida liminar, em certa medida, pode ser responsabilizada futuramente, caso o processo seja julgado improcedente; e; ademais, em caso de uma provável execução provisória de sentença, o exequente/recorrido/requerido também em respeito à teoria do risco-proveito pode responder objetivamente por danos em caso de reforma da sentença primeva. Percebe-se que o recurso pode ser favorável ao autor/recorrente/requerente que inicialmente teria suportado o dano em virtude da medida liminar ter sido deferida, com posterior improcedência do pedido exordial. **Conclusão:** O estudo aponta que o contraditório é um princípio de notório respaldo constitucional. Sendo assim, não pode a legislação infraconstitucional obstaculizar esse pressuposto de alta valoração no ordenamento jurídico brasileiro direcionado as partes e a ampla defesa um sentido mais abrangente como publicidade das decisões, citações e produção ampla das provas. Nesse sentido, cabe ao Direito Processual Civil sua adequação aos ditames da norma supralegal e, por conseguinte, possibilitar às partes o direito a sua defesa ainda que seja em sede liminar como forma de evitar decisões solipsistas passíveis de inúmeras reviravoltas e injustiças, contrariando o intento maior do processo corroborado pelo princípio da boa-fé sempre bem afeiçoado pelo Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Código de Processo Civil de 2015. Devido Processo Legal. Audiência de Justificação Prévia Obrigatória. Tutela Provisória de Urgência Antecipada.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República**, emenda constitucional n. 91 de 2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria geral do processo:** primeiros estudos. 12 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

RODRIGUES, Edmilson Araujo; VELOSO, CynaraSilde Mesquita. (In) consonância da tutela antecipada no CPC de 2015 com o Estado Democrático de Direito. Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, ano 15, n. 20. p. 112-137, jan./jun.2017. Disponível em: <<http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/opiniaojuridica/issue/view/34>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

## UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DA FAMÍLIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE INFRATOR

AMARAL, Fabrícia Gomes<sup>1</sup>; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes<sup>2</sup>  
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

**Introdução:** O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é resultado de um processo, marcado por transformações no Estado, na sociedade e na família. Embasados por documentos internacionais e pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), a doutrina da proteção integral, visa o reconhecimento de direitos especiais à criança e ao adolescente. **Objetivo:** O objetivo do presente trabalho é analisar a aplicação das medidas socioeducativas e a ressocialização do adolescente infrator no Brasil, buscando compreender a participação do Estado, da sociedade e da família nesse processo. **Método:** É utilizado o método de abordagem dedutivo e o procedimento monográfico, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Como resultados, verifica-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA) difere-se do antigo Código de Menores, que tinha como finalidade a punição da criança e do adolescente transgressor da lei. Hoje, o tratamento jurídico dado à criança ou adolescente em conflito com a lei penal é estabelecido pela ECA. Quando há prática de ato infracional, serão aplicadas as medidas protetivas às crianças, e aos adolescentes, medidas socioeducativas. O ECA tem como primazia a ressocialização e reeducação do adolescente em conflito com a lei, através da aplicação das medidas socioeducativas. Contudo, verifica-se que o despreparo das instituições para receber os adolescentes, a falta de profissionais habilitados para aplicar as medidas propostas e a falta de estrutura na família do adolescente infrator contribuem para que este volte a praticar ato infracional. Ademais, o preconceito da sociedade, que afasta a criança e o adolescente, dificultando sua reintegração, é outro entrave para a efetiva ressocialização do adolescente infrator. Apesar disso, o maior impacto é causado pela omissão do Estado, que não investe em políticas públicas como métodos para prevenir a criminalidade juvenil, oferecendo educação de qualidade, lazer, saúde e diminuindo a desigualdade social. **Conclusão:** Conclui-se que os problemas na aplicação das medidas socioeducativas, bem como a omissão do Estado, sociedade e da própria família, têm relação com a reincidência do jovem na prática de novo ato infracional e com a dificuldade da sua ressocialização, não estando em consonância com a doutrina de proteção integral prevista pela CRFB/88 e pelo ECA. Faz-se necessário que o Estado invista em políticas públicas voltadas para a ressocialização do adolescente e, em paralelo, que a sociedade e a família estejam empenhadas em acolher esse jovem para que ele tenha a oportunidade de se reinserir na sociedade, e conseqüentemente diminuir a reincidência do adolescente infrator.

**Palavras-chave:** Medidas socioeducativas. Ressocialização. Estado. Sociedade. Família.

## UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DAS DERIVADAS E SUAS APLICAÇÕES

SOUZA, G. M.<sup>1</sup>; SILVA, Wesley B. B.<sup>4</sup>  
1Docente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc.

**Introdução:** O trabalho, aqui apresentado, pode contribuir para a formação do engenheiro na sua dimensão teórico e prática, com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, através da construção de uma proposta metodológica para o estudo das Derivadas e suas Aplicações, útil ao ensino de Cálculo Diferencial e Integral. Teve como principal **Objetivo** minimizar as dificuldades apresentadas pelos alunos nesse conteúdo, além de contribuir para uma queda significativa dos índices de reprovação dos alunos dos cursos de Engenharia das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – Fip – Moc, nessa disciplina. **Método:** Tal proposta se constituiu na produção *Applets* focados na compreensão conceitual das derivadas e suas aplicações, explorando-as em suas mais diversas abordagens, proporcionando a compreensão dos significados dos conteúdos trabalhados. Os *applets* construídos foram constituídos de textos eletrônicos, animações interativas e mapas conceituais, considerados ferramentas didáticas valiosas para uma aprendizagem significativa. Posteriormente, foram aplicados à amostras de alunos dos cursos de engenharia ofertados pelas Fip – Moc. O monitoramento e a avaliação da produção dos *applets* foram realizados por meio de reuniões periódicas dos pesquisadores e relatório das informações coletadas mensalmente, durante as etapas desenvolvidas. **Resultados:** Depois das análises das amostras, pode-se verificar um impacto positivo dessa proposta metodológica no ensino dos conteúdos abordados. **Conclusão:** Pode-se concluir que o desenvolvimento da disciplina de Cálculo I com o uso dos *applets* construídos proporcionou um melhor desempenho e aproveitamento do graduando nessa disciplina, pelo fato *applets* permitirem a

compreensão do significado dos assuntos trabalhados, fundamental ao processo de ensino e aprendizagem dessa disciplina.

**Palavras-chave:** Ensino de Cálculo. Derivadas. *Applets*.

## USO DE ANTIDEPRESSIVOS EM ACADÊMICOS DE MEDICINA EM INSTITUIÇÃO PRIVADA

CUNHA, Amanda Cardoso<sup>1</sup>; PALHARES, Ana Carolina Moreira<sup>1</sup>; SPÓSITO, Lara Santos Arruda<sup>1</sup>; VIEIRA, Marcela Arruda<sup>1</sup>; BARRAL, Ana Beatriz Cezar Rodrigues<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A depressão é um transtorno de humor crônico e recorrente, que ocasiona forte impacto na qualidade de vida do indivíduo e seu ciclo social, constituindo um sério problema de saúde pública. Observa-se maior incidência em mulheres e aumento da frequência na população jovem estudantil, principalmente entre estudantes de medicina. Condições genéticas, ambientais e comportamentais regulam sua expressão, o que traduz a síndrome como multifatorial e heterogênea, com dificuldades fisiopatológicas, diagnósticas e terapêuticas. Dois tipos de abordagem são utilizadas: psicoterapia e terapia medicamentosa com antidepressivos – inibidores seletivos da recaptção de serotonina, tricíclicos, inibidores da monoaminaoxidase e atípicos. **Objetivo:** Identificar a prevalência do uso de antidepressivos em acadêmicos do curso de medicina em instituição privada. **Método:** Trata-se de um estudo de caráter descritivo e transversal, com abordagem quantitativa. Foram abordados 600 acadêmicos, e destes, 211 não se disponibilizaram a participar da pesquisa e 389 consentiram. Dentre os participantes, 357 negaram o uso e 32 confirmaram, totalizando a amostra do estudo. Os critérios de inclusão englobaram: alunos matriculados no curso de medicina, do primeiro ao décimo segundo períodos que concordaram com a entrevista realizada através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e com condições físicas e/ou mentais para responderem. Excluíram-se alunos não matriculados, não concordaram e não estão aptos. O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética das Faculdades Pitágoras de Montes Claros-MG, nos termos da resolução número 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para pesquisas envolvendo seres humanos. **Resultados:** Da amostra analisada, observa-se maior prevalência no gênero feminino (78,1%), quando comparado ao masculino (21,9%), configurando relevância estatística, principalmente entre a população mais jovem (53,1% 18-23 anos). Além disso, nas idades de 24-29 anos, analisou-se que 40,6% confirmaram o uso, enquanto houve redução estatística em maiores de 30 anos (6,2%), configurando a influência do perfil etário da amostra analisada - maior número de jovens. Entre os antidepressivos mais utilizados, destaca-se maior prevalência entre os inibidores seletivos da recaptção de serotonina, com 56,2%. Em contrapartida, observa-se uma redução do uso entre os tricíclicos (21,9%), atípicos (12,5%) e outros (9,4%), devido ao aumento de efeitos colaterais e menor adesão à terapia. Apesar do maior número no sétimo período (15,6%), seguido do primeiro, quarto e décimo segundo (12,5%), terceiro e quinto (9,4%), segundo, sexto, oitavo e nono (6,2%), décimo primeiro (3,1%) e décimo (0%), não houve diferença estatística quando comparados todos os períodos. **Conclusão:** Jovens, mulheres e antidepressivos da classe inibidores seletivos da recaptção de serotonina obtiveram maior prevalência. Houve uma distribuição uniforme entre os períodos do curso, o que corrobora com a influência de outros fatores. Entretanto, leva-se em consideração a pequena amostra que declara o uso, dificultando uma análise que represente a totalidade de usuários. Portanto, tornam-se necessários estudos mais abrangentes sobre o assunto, para determinar outras possíveis variáveis que possam influenciar na prevalência do uso de antidepressivos em acadêmicos de medicina em instituição privada.

**Palavras-chave:** Acadêmicos. Antidepressivos. Medicina.

### REFERÊNCIAS:

CYBULSKI, Cynthia Ajus; MANSANI, Fabiana Postiglione. Análise da Depressão, dos Fatores de Risco para Sintomas Depressivos e do Uso de Antidepressivos entre Acadêmicos do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 41 (1): 92-101, 2017.

RIBEIRO, Aline Granada; CRUZ, Ligiane Paula da; MARCHI, Kátia Colombo; TIRAPELLI, Carlos Renato; MIASSO, Adriana Inocenti. Antidepressivos: uso, adesão e conhecimento entre estudantes de medicina. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(6), 1825-1833, 2014.

SCOLARO, Letycia Longhi; BASTIANI, Diego de; MELLA, Eliane Aparecida Campesatto. Avaliação do uso de antidepressivos por estudantes de uma instituição de ensino superior. **Arquivo de Ciências da Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 14, n. 3, p. 189-196, set./dez., 2010.

## USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL

LACERDA, Frederico Melo<sup>2</sup>; JESUS, Tatielle Soares de<sup>1</sup>; SILVA, Layrton Ferreira da<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** De acordo com a NR 06, existe obrigações do trabalhador, que são principalmente: utilizar o EPI apenas para a finalidade que se destina; zelar pelo armazenamento e conservação do equipamento, comunicar a empresa qualquer alteração que torne o EPI impróprio para o uso. Já para o empregador, as principais responsabilidades são: Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade, exigir o uso dos equipamentos pelos funcionários, fornecer ao trabalhador equipamentos com certificações de aprovação, treinar os funcionários quanto ao uso, fornecer local próprio para o armazenamento, fazer substituições periódicas dos EPI's ou quando necessário, responsabilizar pela higienização e manutenções periódicas. Para atividade de construção civil, podemos dividir os equipamentos de proteção individual, por área de proteção ou tipo gerando assim tipos diversos de equipamento para proteção. **Objetivo:** Analisar o uso de EPI's na construção civil. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório, que utilizou principalmente pesquisas bibliográficas como procedimentos. **Resultados:** Para a proteção da cabeça, os equipamentos têm como principal função a proteção de impactos de objetos sobre o crânio, choques elétricos, para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes e contra luminosidade de radiação ultravioleta sendo os principais EPI's. Para a proteção auditiva, os equipamentos têm como função proteger contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecidos na NR15. Para proteção respiratória os equipamentos têm como função proteger as vias respiratórias contra poeiras, fumos, névoas, particulados, produtos químicos, etc. Para proteção de membros superiores os equipamentos têm função de proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra choques elétricos. Para proteção de membros inferiores os equipamentos têm função de proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos, agentes abrasivos, perfurantes e cortantes e choques elétricos, também para proteção contra água e umidade além da proteção das pernas contra agentes abrasivos, escoriantes e operações com uso de água. Para proteção do tronco ou corpo inteiro os equipamentos têm função de proteção contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes, perfurantes agentes químicos e contra choques elétricos além de sinalização. Para proteção contra quedas com diferença de nível os equipamentos têm função de segurança com dispositivo trava-queda em operações com movimentação horizontal e vertical. **Conclusão:** Além de ser uma obrigação legal o uso de equipamentos de proteção individual na construção civil, a utilização do EPI torna o ambiente de trabalho mais seguro e saudável, evitando assim situações de perigo que possam colocar os empregados e empregadores em risco.

**Palavras-chave:** Equipamentos de Proteção Individual – EPI's. Segurança do Trabalho. Acidentes. Prevenção. Construção Civil.

## USO DE PÍLULAS ANTICONCEPCIONAIS COMO FATOR DE RISCO PARA TROMBOSE

MENDES; Yasmin Teixeira Silveira<sup>1</sup>; ALMEIDA, Pollyana Cecília Carvalho<sup>1</sup>; NEVES, Emanuel Messias Felix<sup>1</sup>; TIBÃES, Emily Caroliny Souza<sup>1</sup>; LIMA, Rafael Ferreira<sup>1</sup>; BRANDÃO, Isabela Oliveira<sup>1</sup>; LAFETÁ, Bárbara Nobre.

<sup>1</sup> Discentes do curso de Medicina da FUNORTE; <sup>2</sup> Docente do curso de Medicina da FUNORTE

**Introdução:** O uso de anticoncepcionais orais (ACO) como fator de risco para trombose é conhecido há muitos anos, porém entre 2013 e 2017 foram realizadas análises sistemáticas visando reavaliar o estado da arte relativo às implicações do seu uso. Os ACO são o método contraceptivo mais utilizado pelas brasileiras, fato que torna o tema relevante dentre os diversos temas relacionados à saúde da mulher. Além de prevenir gestações, os ACO apresentam outros benefícios, eles regularizam o ciclo menstrual, reduzem a tensão pré-menstrual e a incidência de cistos ovarianos. Todos esses benefícios acabam por ampliar sua prescrição a um número maior de mulheres, o que também aumenta o número de pessoas suscetíveis aos seus efeitos

adversos. Dentre os efeitos adversos está a trombose, condição patológica caracterizada pela formação de trombos nos vasos sanguíneos os quais podem bloquear o fluxo de sangue. Caso esse efeito adverso seja somado a uma predisposição genética ou outros fatores de risco, as consequências podem ser desastrosas. Dentre os fatores de risco capazes de potencializar esse efeito adverso, entram trombofilia, obesidade, tabagismo e sedentarismo. **Objetivo:** Discutir a utilização dos esteroides sexuais como fator de risco para trombose. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio da base de dados PubMed, Lilacs e Scielo, no período de 2013 a 2017. **Resultados:** A coagulação acontece em três etapas: inicialmente, ocorre uma cascata de reações químicas resultando em um complexo ativador de protrombina. Em seguida, este ativador catalisa a conversão de protrombina em trombina. Por fim, a trombina converte o fibrinogênio em fibras de fibrina, formando um emaranhado de plaquetas, células sanguíneas e plasma (coágulo). O esteroide etinilestradiol, presente em algumas pílulas, pode aumentar a concentração de alguns fatores de coagulação como o fibrinogênio (precursor da fibrina), fator VII (acelerador da conversão sérica de protrombina), fator VIII (fator anti-hemofílico), fator IX (componente da tromboplastina plasmática), fator X (se combina com os fosfolípidios), fator XII (atua sobre o fator XI) e fator XIII (fator estabilizador da fibrina). Esses fatores ativados constituem parte da cascata enzimática que dará origem ao complexo ativador de protrombina. Além disso, o etinilestradiol promove redução dos inibidores naturais da coagulação (proteína S e antitrombina). Contraceptivos orais combinados com progestagênios de terceira geração (gestodeno, desogestrel) estão associados ao aumento de produção de fatores de coagulação e níveis mais baixos de anticoagulantes naturais, quando comparados a contraceptivos combinados contendo progestagênio de segunda geração. **Conclusão:** O estudo evidencia o efeito potencializador de contraceptivos com etinilestradiol sobre o risco de formação de trombos. No entanto, esse risco é pouco considerável em mulheres sem outros fatores de risco associados. Porém, sempre que fatores como obesidade, tabagismo e sedentarismo estiverem presentes seu risco será potencializado. Para este grupo de mulheres, a prescrição de anticoncepcionais pelo profissional médico deve ser cautelosa, levando em consideração a relação risco-benefício do medicamento.

**Palavras-chave:** Anticoncepcionais. Trombose. Fatores de Risco.

## UTILIZAÇÃO DO CIMENTO PORTLAND NA CONSTRUÇÃO CIVIL

FELIX, Marcus Vinicius Lisboa<sup>1</sup>; MARQUES, Gracielle Almeida<sup>1</sup>; MESQUITA, Gabriella Karolinne<sup>1</sup>; ROCHA, Andressa Caroline Pereira<sup>1</sup>; SANTOS, Carla Tais Oliveira Dos<sup>1</sup>; QUEIROZ, Erica K. R.<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc e Tutora dessa pesquisa

**Introdução:** O cimento Portland é uma das substâncias mais consumidas pelo homem e isso deve-se a características que lhe são peculiares, como trabalhabilidade e moldabilidade (estado fresco), e alta durabilidade e resistência a cargas e ao fogo (estado duro). **Objetivo:** Analisar a utilização do cimento Portland na produção do concreto, desde a sua matéria prima até o produto final. Descrever o processo de fabricação, especificando cada uma de suas fases; explicar a diferença entre os tipos de cimentos existentes; analisar as suas propriedades físicas e sua trabalhabilidade no estado fresco. Especificamente, foram analisados os resultados do corpo de prova e do rompimento de duas vigas feitas em laboratório do CEPEAGE (Centro de Prática da Engenharia, Arquitetura e Gestão das Fipmoc) para analisar a sua estrutura e resistência; e fazer testes de tração e compressão. **Método:** Os métodos utilizados foram pesquisa bibliográfica, laboratorial e de campo. **Resultados Parciais:** O cimento é composto, basicamente, de clínquer e suas adições. Seu processo de produção é uma mistura de fórmulas tradicionais e alta tecnologia em equipamentos. A começar da extração de calcário até a entrega do produto final. A trabalhabilidade é uma propriedade básica do concreto no estado fresco, por isso é necessário atentar a essa característica. Cada processo de mistura, de transporte, lançamento e adensamento, exige que a trabalhabilidade do concreto fique dentro de determinados limites para que não haja segregação e possa ser realizada uma conveniente compactação. O concreto é material que resiste bem aos esforços de compressão e mal aos de tração. O ensaio com corpos de prova cilíndricos é o mais utilizado para se determinar a resistência do concreto. No Brasil, o processo de ensaio é determinado pela NBR 5738: 2003, em que o concreto é lançado, curado pelo tempo necessário e depois é comprimido. A tensão de ruptura é considerada como a resistência à compressão do concreto. **Conclusão:** Para se obter um concreto resistente, durável, econômico e de bom aspecto deve-se verificar as propriedades de cada componente usado, a execução, o transporte, lançamento nas formas, seu adensamento e o tempo de cura.

**Palavras-chave:** Cimento Portland. Concreto. Vigas.

## VACINA CONTRA HPV NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO

VIEIRA, Açucena dos Reis<sup>1</sup>; RODRIGUES, Alice Silveira<sup>1</sup>; LOULA, Bruna Dourado Santos<sup>1</sup>; MEDRADO, Maria Carolina Gomes<sup>1</sup>; MÓL, Victor Comini<sup>1</sup>; ROCHA, Josiane Santos Brant<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoC; <sup>2</sup>Docente das FIPMoC

**Introdução:** O câncer do colo uterino constitui o terceiro tipo de neoplasia mais comum e a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil. Esse tipo de enfermidade apresenta elevadas taxas de morbidade e mortalidade entre a população feminina e está relacionada a vários fatores de risco, dentre eles, a contaminação pelo vírus HPV. Entretanto, essa neoplasia possui os mais altos índices de prevenção e cura, podendo chegar perto de 100% quando descoberto precocemente. A prevenção está relacionada à uma associação entre a vacinação e o exame preventivo. **Objetivo:** Promover uma atividade educativa sobre vacinação contra HPV na prevenção de câncer de colo uterino para familiares de adolescentes assistidos pelo ESF Morrinhos. **Método:** O estudo foi realizado com pessoas cadastradas na Estratégia de Saúde da Família (ESF) do bairro Morrinhos, na cidade de Montes Claros/MG, Brasil. Fez-se a entrega de 30 panfletos contendo os tópicos: O que é HPV, como o HPV é transmitido, qual a relação entre HPV e câncer, onde é possível fazer os exames preventivos do câncer de colo do útero, como se prevenir da transmissão do HPV e distribuição da vacina pelo SUS. Foram selecionadas pessoas que possuíam contato com adolescentes, do sexo masculino ou feminino, e foram excluídas as pessoas que alegaram não ter nenhum tipo de contato. Além disso, foram repassadas informações importantes acerca do vírus e também esclarecimento de possíveis dúvidas. **Resultados:** Até o ano de 2016, o Governo Federal, o Ministério da Saúde e o SUS indicavam a vacina contra 4 tipos de HPV, somente para meninas de 09 a 13 anos e a imunização consiste em duas doses da vacina, com intervalo de 06 meses após a primeira aplicação. Observou-se que os familiares abordados possuem conhecimento acerca do HPV e dentre os parentes de meninas, a maioria conhecia a campanha e compreendia a importância da vacinação, sendo que muitos dos entrevistados afirmaram que suas filhas foram vacinadas, porém, parte dos adolescentes do sexo masculino, não foram vacinados, segundo o que relatou seus familiares. Em 2017, a campanha da vacina contra o HPV foi ampliada para atender meninos de 12 a 13 anos e também meninos e homens que possuem HIV com idade entre 09 a 26 anos, em todo Brasil. No entanto, 05 pessoas atingidas pela intervenção não tinham esse conhecimento. **Conclusão:** Esse estudo demonstra a necessidade de intervenções locais, como a feita pelos acadêmicos, para reforçar as informações difundidas pela grande mídia nas campanhas de vacinação, trazer novas informações, com o objetivo de conscientizar a população acerca da importância da vacinação, bem como investigar a cobertura das campanhas de vacinação.

**Palavras-chave:** Vacina. HPV. Prevenção.

## VALIDADE DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEXUAIS

ANDRADE, Milena Barbosa<sup>1</sup>; LOYOLA, Ana Flávia<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes das FIPMoC; <sup>2</sup> Docente das FIPMoC

**Introdução:** O contrato de trabalho de prestadores de serviços sexuais consiste no pacto entre indivíduos para o fornecimento de serviços sexuais pelos profissionais do sexo. No entanto, discute-se sobre a validade desse negócio, visto que, para alguns, a prática da prostituição fere a moral e os bons costumes da coletividade, não atendendo um dos requisitos de validade do negócio jurídico. **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar a validade do contrato de prestação de serviços sexuais para o ordenamento jurídico brasileiro. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. **Resultados:** Para que um negócio jurídico seja válido é necessário primordialmente que ele exista, ou seja, que atenda todos os pressupostos de existência, que por sua vez são: agente, objeto, forma e vontade. Assim, ao analisar o contrato de trabalho de prestação de serviços sexuais, verifica-se que ele é existente, pois observa todos os pressupostos supracitados. Todavia, no que concerne a validade desse negócio, o artigo 104 do Código Civil, afirma que a validade do negócio jurídico requer que o agente seja capaz, que o objeto

seja lícito, possível, determinado ou determinável e que a forma seja prescrita ou não defesa em lei. Destarte, há controvérsias no que tange a licitude do objeto, visto que, doutrinas e jurisprudências acrescentam ao conceito de licitude além daquilo que não é contrário à lei, aquilo que também não é antagônico à moral e aos bons costumes. É válido ressaltar ainda, que o exercício individual da prostituição não é classificado como crime no Brasil, apenas o seu agenciamento é considerado delito. Ademais, a prática da prostituição foi considerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil como atividade e inserida na Classificação Brasileira de Ocupações. Contudo, embora haja esse reconhecimento por parte do Estado, o contrato de prostituição é visto como inválido para o direito brasileiro devido a ilicitude do objeto, o que impossibilita as profissionais do sexo de requererem direitos como as demais profissões. **Conclusão:** Conclui-se portanto que, o contrato de trabalho de prestadores de serviços sexuais é existente, porém inválido, sendo assim um objeto juridicamente possível.

**Palavras-chave:** Negócio jurídico. Contrato. Prestação de serviços sexuais.

## VIABILIDADE DO USO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E EDIFICAÇÕES

BARBOSA, Cecília Teixeira<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Gabriel Carvalho<sup>1</sup>; REIS, Osmar Gonçalves Filho<sup>1</sup>; ABIGAIL, Sthefane<sup>1</sup>; QUEIROZ, Érica Karine Ramos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup> Docente das FIPMoc e tutora dessa pesquisa

**Introdução:** A escassez da água é um assunto preocupante na atualidade. Visto isso, faz-se necessário analisar maneiras de reutilização das águas, especificamente, modos de ter água potável em quantidade suficiente para o uso diário do ser humano. **Objetivo:** Analisar a viabilidade (custo/benefício) do uso de águas subterrâneas na construção civil e edificações, contém o objetivo analisar maneiras de captação de água potável utilizando como forma alternativa os solos subterrâneos. **Metodologia:** Trata-se de um estudo realizado através de pesquisas bibliográficas com abordagem qualitativa. **Resultados:** Comprovou-se que para ser viável a utilização da água subterrânea é necessário avaliar a localização de onde perfurar o poço, pois isso impacta economicamente na possível abertura do poço e que trata-se de uma questão de lucro a longo prazo. **Conclusão:** A partir dos dados levantados nesse estudo, conclui-se que existe viabilidade do uso de águas subterrâneas na construção civil e edificações, mas fatores como a localização da abertura de um poço impacta financeiramente a abertura do poço artesiano. Por se tratar de um investimento único, pode ser mais viável do que utilização de água da concessionária considerando ajustes anuais e impostos incluídos em valores pagos mensalmente.

**Palavras-chave:** Poço artesiano. Meio Ambiente. Água.

## VÍNCULOS OBRIGACIONAIS E FORMAS DE ADIMPLENTO NO ÂMBITO DA REFORMA TRABALHISTA

BARROS, Natallia Rocha<sup>1</sup>; FRAGASSI, Gabriel Amedeo de Souza<sup>1</sup>; SILVA, Camilla Rabelo e<sup>1</sup>; VIDAL, Anna Gabrielle Brandão Alves Silva<sup>1</sup>; XAVIER, Lucas Samuel de Sousa<sup>1</sup>; Dias, Rodrigo Dantas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A Forma comum do cumprimento das obrigações decorrentes da relação de trabalho é o pagamento, o qual é o adimplemento voluntário de uma obrigação. **Objetivo:** O presente estudo objetiva analisar as formas de adimplemento oriundas dos vínculos obrigacionais no âmbito da reforma trabalhista. **Metodologia:** Empregou-se o método dedutivo, mediante procedimento exploratório, bibliográfico e documental. **Resultados:** O direito das obrigações é o conjunto de normas reguladoras da relação entre credor e devedor. A obrigação de dar consiste na atividade de dar entregar ou restituir uma coisa, quanto a obrigação de fazer trata-se prestação de fato, realização de um serviço de uma atividade, interessando ao credor a própria ação do devedor, já a de não fazer tem por objeto uma prestação negativa, um comportamento omissivo do devedor. No âmbito das relações trabalhistas é notório a obrigação de dar por parte do empregador e a de fazer por parte do trabalhador. **Conclusão:** Verifica-se que os vínculos

obrigacionais decorrentes da relação de trabalho são de dar (ex. Dinheiro), de fazer e a de não fazer. Ademais, averiguou-se que a possível forma de adimplemento advinda da relação de trabalho é o pagamento e suas modalidades especiais, dentre elas a consignação, sub-rogação, novação, transação e arbitragem. Por fim, infere-se que paga não somente quem possui a obrigação de dar, mas também quem possui a obrigação de fazer.

**Palavras-chave:** Vínculos. Adimplemento. Obrigações.

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER<sup>10</sup>

COSTA, Gabriel Silva da <sup>1</sup>; MIRANDA, Giulia Marques de Lima<sup>2</sup>; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira<sup>3</sup>; SILVA, Leandro Luciano da<sup>4</sup>  
1, 2, 3Discentes FIPMoc; 4Docente FIPMoc

**Introdução:** A violência é um fenômeno presente em todas as classes sociais e com manifestações sob várias formas. Ela também está presente no ambiente familiar, tendo como principais vítimas as crianças, adolescentes e, no caso do presente estudo, a mulher. Ocorre que, por acontecer com maior frequência no âmbito da privacidade da família, a violência doméstica parecia estar em espaço inacessível às autoridades públicas, principalmente, devido às barreiras criadas pelo patriarcalismo e machismo, o que tem mudado desde a entrada em vigor da Lei Federal 11.340/2006. **Objetivo:** Analisar o tratamento dispensado pela Lei Federal 11.340/2006 à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por referência, além da doutrina especializada, institutos normativos específicos, em especial a Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 (CRFB/88) e a Lei nº 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulher. **Resultados:** Observou-se que a fundamentação jurídica para a Lei Federal 11.340/06 reside no § 8º, do artigo 226 da CRFB/88, que reconhece a família como base da sociedade e lhe confere proteção especial, estabelecendo que o Estado deverá assegurar a assistência a cada integrante da família e criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares. A Lei Federal 11.340/06, materializando os fundamentos constitucionais, apresenta comandos que sistematizam a seara de proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar. De forma preliminar, estabelece o *locus* e as relações sob as quais se aplica, ou seja, diferencia a violência que ocorre no âmbito da unidade doméstica, da relação familiar e no âmbito da relação de afeto, esta última independente de parentesco. A Lei Federal 11.340/06 indica ainda as formas de violência contra mulher, como sendo a física, a psicológica, a moral, a patrimonial e a sexual. Apresenta um título específico sobre a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e atribui responsabilidades aos entes federativos no que tange a criação de políticas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, estabelece medidas protetivas que obrigam o agressor e medidas protetivas que se direcionam ao atendimento prioritário à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Soma-se ao rol de garantias trazido pela Lei 11.340/06, a tipificação da conduta de descumprimento da medida protetiva, acrescentado pela Lei 13.641, 2018. **Conclusão:** A Lei 11.340/2006 é considerada como um avanço normativo relacionado à violência doméstica e familiar contra a mulher, apresentando mecanismos de proteção que vão desde a conceituação dos tipos de violência até as medidas protetivas relacionadas à mulher em situação de vulnerabilidade, passando pela atribuição de responsabilidades aos entes da federação e às instituições envolvidas no enredo da violência em questão. Ressalta-se que os comandos protetivos da Lei 11.340/2006 ganham maior destaque com a tipificação da conduta de descumprimento de medidas protetivas, conduta considerada como ponto de maior fragilidade da lei 11.340/2006.

**Palavras-chave:** Assistência familiar. Violência contra a mulher. Lei 11.340/2006. Medidas protetivas. Lei 13.641/2018.

<sup>10</sup>Texto resultado de ações do Projeto de Extensão Cidadania e Saúde em desenvolvimento no âmbito do Curso de Direito, de Medicina e de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras- FIPMoc.

## VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE A MEDICINA E O DIREITO

OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de<sup>1</sup>; LUCENA, Lorena Maria Cruz<sup>1</sup>; BESSA, Ana Clara Nobre<sup>1</sup>; TORRES, Vânia<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discentes das FIPMoc; <sup>2</sup>Docente das FIPMoc

**Introdução:** A violência sexual consiste no emprego de força física, psicológica ou coativa para obter a prática de atos sexuais com outrem, sem qualquer consentimento da parte, resultando em consequências físicas e psicológicas (BRASIL, 2002). **Objetivo:** Objetiva-se compreender a violência sexual contra a mulher por meio de uma perspectiva interdisciplinar entre a Medicina e o Direito. **Método:** Trata-se de um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa. **Resultados:** A violência sexual contra a mulher é um problema de cunho histórico e social, fruto da cultura patriarcal, e consiste em uma grave violação aos direitos e garantias fundamentais da mulher e ofende, principalmente, à dignidade humana. A legislação brasileira tipifica a violência sexual, punindo aquele que venha a constranger alguém, seja por meio de violência ou ameaça, a fim de se obter conjunção carnal ou a prática de ato libidinoso. A violência sexual é configurada com base nas suas diversas formas, não se restringindo apenas ao ato sexual em si, mas abrange, também, atos libidinosos, que consistem na satisfação do desejo sexual, como a prática de sexo oral, a masturbação, o beijo lascivo etc. A Lei Maria da Penha dispõe que toda mulher tem direito a proteção do Estado e da sociedade civil contra atos de violência e a sua aplicabilidade é cada vez maior. Apresenta como uma das formas de violência contra a mulher a violência sexual, sendo entendida como qualquer comportamento que venha constranger, a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Dada a magnitude do problema, com consequências físicas, psicológicas e sociais, a violência de gênero se configura como um grave problema de saúde pública. As consequências da violência nas condições de saúde das mulheres estão associadas a maiores índices de suicídio, abuso de drogas e álcool, queixas vagas, cefaleia, distúrbios gastrointestinais e sofrimento psíquico em geral, incluindo tentativas de suicídio. O médico deve estar apto a acolher, identificar, atender, diagnosticar, orientar e dar os devidos encaminhamentos quando detecta mulheres em situação de violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral. O exercício profissional ético deve estar presente durante todo esse processo de atendimento à mulher vitimada, favorecendo formação humanista. Diante de uma vítima de violência sexual é negado ao médico, conforme o Código de Ética Médica, revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente. **Conclusão:** Conclui-se que a violência sexual contra a mulher é um grave problema de saúde pública e que fere dignidade humana. Torna-se visível, portanto, a interdisciplinaridade nas esferas da Medicina e do Direito nessa temática, para que as mulheres tenham acesso aos serviços disponíveis na rede de atendimento, conheçam os seus direitos e se fortaleçam para superar as dificuldades que perpassam a dinâmica da violência.

**Palavras-chave:** Violência Sexual. Mulher. Medicina. Direito. Interdisciplinaridade.

### REFERÊNCIA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar:** Orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

## VOCÊ TEM FOME DE QUE? SALÁRIO MÍNIMO E NECESSIDADES VITAIS BÁSICAS<sup>11</sup>

LACERDA, Mariana Domingos<sup>1</sup>; BARBOSA, Erasmo Carlos Rodrigues<sup>1</sup>; SILVA, Leandro Luciano<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discentes- Direito UNIMONTES; <sup>2</sup> Docente- Direito UNIMONTES-Direito FIPMoc

**Introdução:** O salário mínimo é a menor importância que pode ser paga ao trabalhador em contraprestação pelos serviços prestados ao empregador. A fixação do seu *quantum* obedece a fatores de ordem econômica e social, e seu reajuste é realizado anualmente, devendo, em tese, garantir as condições de vida digna da classe trabalhadora. **Objetivo:** O objetivo do presente resumo é analisar a evolução do salário mínimo e

<sup>11</sup> Resultados parciais do projeto de pesquisa *Remuneração, Salário e Reprodução da Classe Trabalhadora* em desenvolvimento no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

seu poder de compra relacionando-o com custeio da cesta básica na capital mineira. **Método:** Trata-se de pesquisa exploratória com emprego de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por referência, além da doutrina especializada, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 (CRFB/88) e os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), relacionados à evolução do salário mínimo no Brasil, no período de 1994 a 2018. **Resultados:** O salário mínimo surgiu na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, e ganhou *status* constitucional a partir da CRFB/88 que, em seu artigo 7º, inciso IV, que indica as necessidades vitais básicas com as quais deveria arcar, em especial a alimentação. A alimentação do trabalhador tem sido referencial para acompanhar a evolução do poder aquisitivo do salário mínimo nacional, podendo usar como comparação o valor da cesta básica, conjunto de alimentos de consumo básico da classe trabalhadora, composto por carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes, pão francês, café em pó, frutas, açúcar, óleo e manteiga. Segundo os dados do DIEESE, o salário mínimo em 1994 era representado pela quantia de R\$ 70,00 a partir do mês de setembro, quando se estabilizou naquele ano. Nesse mesmo período na capital mineira, Belo Horizonte, por exemplo, o valor da cesta básica, chegava, em média, a aproximadamente 115,07% do salário mínimo, mostrando a clara insuficiência para o custeio da vida do trabalhador. Com a introdução do Plano Real à economia brasileira, o valor do salário mínimo sofreu aumento variável com o passar dos anos, o que afeta diretamente o poder de compra do trabalhador. Atualmente, ano de 2018, o valor do salário mínimo é de R\$ 954,00, suficiente para comprar 2,24 cestas básicas no valor de R\$ 425,00, de acordo com informações gerais do DIEESE. Entretanto, os dados do DIEESE indicam que o salário mínimo, para atender às necessidades essenciais do trabalhador e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, conforme preceitua o texto constitucional, deveria de estar no valor de R\$ 3.696,95 no mês de abril, de 2018. **Conclusão:** Não obstante a proteção constitucional conferida ao salário mínimo, ele, desde a implantação do plano real, não chegou ao *quantum* suficiente ao atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família como expresso no artigo 7º da CRFB/88. Sendo que se mostra suficiente apenas para o atendimento de uma das necessidades vitais básicas do trabalhador, a alimentação, e mesmo assim, sem considerar outros alimentos indispensáveis a uma dieta saudável da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Salário mínimo. Dignidade humana. Alimentação. Cesta básica.



ILEIDA - TURANO MKT



[www.fip-moc.edu.br](http://www.fip-moc.edu.br)  
(38) 3214-7100

Profª. Aída Mainartina Paraíso, 80  
Ibituruna - Montes Claros - MG

